

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**O UNIVERSO DAS GENTES DO MAR E A IDENTIDADE NEGRA
NOS DISCURSOS E PRÁTICAS POLÍTICAS DE CARLOS SANTOS
(1959-1974)**

ARILSON DOS SANTOS GOMES

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2014.

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

G633u

Gomes, Arilson dos Santos

O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974). / Arilson dos Santos Gomes. -- 2014.
2 v. ; il.

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2014.
Orientador: Charles Monteiro.

1. Santos, Carlos da Silva. 2. História política. 3. Rio Grande do Sul. 4. Pesca. 5. Identidade negra. 6. Análise do discurso I. Monteiro, Charles. II. Título.

CDU 981.65
342.534
304

Bibliotecária responsável: Maria Joaquina Medeiros Sene CRB-10/966

ARILSON DOS SANTOS GOMES

**O UNIVERSO DAS GENTES DO MAR E A IDENTIDADE NEGRA NOS
DISCURSOS E PRÁTICAS POLÍTICAS DE CARLOS SANTOS
(1959-1974)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Professor Dr. Charles Monteiro.

BANCA EXAMINADORA:

Tese aprovada “Com louvor” pela banca examinadora, no dia 29/08/2014.

Prof. Dr. Charles Monteiro – Orientador (PUCRS)
Prof. Dr. Petrônio José Domingues (UFS)
Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (UFSM)
Prof. Dr. José Antônio dos Santos (UFRGS)
Prof^a Dr^a Margaret Marchiori Bakos (UEL)

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2014.

Se meus joelhos não doessem mais
Diante de um bom motivo
Que me traga fé, que me traga fé

Se por alguns segundos eu observar
E só observar
A isca e o anzol, a isca e o anzol

Ainda assim estarei pronto pra comemorar
Se eu me tornar menos faminto
E curioso, e curioso

O mar escuro, é, trará o medo lado a lado
Com os corais mais coloridos

Valeu a pena, ê ê
Valeu a pena, ê ê
Sou pescador de ilusões
(O Rappa).

“ (...) Glória a todas as lutas inglórias
que através da nossa história não esquecemos jamais,
Salve o navegante negro,
que tem por monumento as pedras pisadas do cais (...).
(Adir Blanc, João Bosco e Elis Regina).

AGRADECIMENTOS

Enfim, chegou o momento. Período de agradecer e de correr riscos de esquecer alguém que fez parte dessa história. Foram tantos aprendizados, conversas, auxílios, ensinamentos, portas abertas, orientações, realizações e trocas ao longo desses últimos anos, que vale a pena, mesmo que ocorram eventuais esquecimentos, agradecer.

Agradeço especialmente a Lúcia Regina Brito Pereira, Elenir Gularte Marques, Maria de Lourdes Santos da Silva, Liliane Machado, Maria Clarete Paire Rosa, Marilene Pará e Osvaldo Ferreira dos Reis por suas amizades e parceria em torno das atividades acadêmicas e sociais, formações, produções e momentos de aprendizado.

Ao historiador Benito Bisso Schimdt, pelos conselhos, reuniões e auxílios, que foram primordiais para a elaboração desta pesquisa. Aos professores Charles Monteiro, Helder Gordim da Silveira, René Gertz e Marçal Menezes Paredes, a professora Núncia Santoro Constantino, *in memoriam*, estendendo a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelos ensinamentos técnicos e humanos relacionados ao campo da ciência histórica. Aos historiadores José Rivair de Macedo, Regina Weber e Regina Xavier pelos encontros e momentos de ensino e aprendizado.

À Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul - e a todos os companheiros historiadores de realizações, representadas por Zita Possamai, Cláudio de Sá Machado Júnior, Marluza Harres, Isabel Bilhão, Paulo Roberto Staudt Moreira e demais colegas e professores, pela oportunidade de acompanhar e atuar em defesa de nossa profissão. Aos espaços sociais e de conhecimento que atuei e tenho a honra e a satisfação de trabalhar: E.E.E.F Dom Pedro II de Alvorada, E.E.E.F Dr. Poty de Medeiros, E.E.E.F Dr. Victor de Britto, E.E.E.F.M Dr. Glicério Alves, as IES UNILASALLE e à FAPA, bem como a todos os colegas professores e alunos destes espaços, com quem ensino e aprendo. Ao GT Negros ANPUH-RS e aos colegas do Museu do Percurso do Negro de Porto Alegre.

Às professoras de minha vida acadêmica, Sandra Careli e Véra Barroso, pelos ensinamentos e amizade. Ao professor Voltaire Schilling pela oportunidade e motivação para eu produzir cada vez mais em épocas de Memorial do Rio Grande do Sul. A Georgina Helena Nunes, Iosvaldyr Bitencourt Júnior, Pedro Vargas, Jane Rocha de Mattos, José Antônio dos Santos, Roberto dos Santos e Júlio Quevedo, pelas trocas, auxílio e ensinamentos.

A Carmem Schiavon e Daniel Prado, pelas amizades e trocas de experiências e, também, por me guiarem pela cidade marítima de Rio Grande, permitindo que eu compreendesse melhor as nuances de uma bela cidade que, como muitas outras cidades brasileiras, precisam combater as desigualdades sociais.

Aos colegas e amigos de PPGH, Mateus Skolaude, Ione Aparecida Castilho, Daniele Heberle Viegas e Letícia Rosa Marques. Agradeço aos professores Diorge Konrad, Raul Rabello Vital Jr., Augusto Deon, Ricardo Fitz, Suzana Sazlavski, Márcio Rodrigo Caetano, Rodrigo Lemos Simões e às professoras Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer, Cassiane de Freitas Paixão, Júlia Silveira Matos e Maria Angélica Zubaran, pelas oportunidades ao meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

A Carla Helena pelo atendimento, recebimento das demandas, agilidade, competência e amizade, Henriet Ilges Shinohara e Luís Lima da Rosa, agradecimento extensivo a todos os funcionários da PUCRS. Aos amigos e professores de todos os momentos, Adriano Ballejos Mabilde, Angélica Flores Coelho, Adriane Santos da Silva e a Simone Oliveira por sua competência e disponibilidade para com as minhas escritas, amiga, meu eterno obrigado. Aos amigos do Futebol de Amigos do Morro Santana (FAMS), pela ausência futebolística e a Rodrigo Brito Pereira, *in memoriam*.

A professora Margaret Marchiori Bakos, por ter acreditado naquele jovem pesquisador, entusiasmado em aprofundar os temas sobre o protagonismo político negro, o meu muito obrigado. Agradeço para sempre suas orientações e ensinamentos, acadêmicos e de vida. Ao professor Charles Monteiro pelo pronto aceite de orientar-me, a quem agradeço com admiração.

A Suzana Fraga, Maria Helena Fraga e Dagoberto Fraga por aparecerem na minha vida trazendo alegrias em momentos de angústias. Agradecimento extensivo a todos os membros da família Fraga. Em especial a Luiz Antônio, o Tota, *in memoriam* pela confiança e parceria em saraus e tocatas.

Aos amigos José Domingos Alves da Silveira, Dona Sema, Neiva Santos, Antonio Lucas de Oliveira, Ruth Dória Lucas, Moacyr Flores e Hilda Flores e ao Doutor José Luiz Pereira da Costa por me receberem de portas abertas em suas residências e por me ensinarem que a vida, com seus desafios, é nosso maior tesouro. Um agradecimento especial a toda a família Silva Santos, berço de Carlos Santos.

À Associação Negra de Cultura e ao Periódico Negra Aldeia, por meio de seus articuladores Evandoir dos Santos, Maria Cristina Santos e Eliane Gonçalves e a Roberto Schmitt-Prym.

A minha mãe, Ilza dos Santos Gomes, *in memoriam*, por suas reivindicações na escola para que seus filhos estudassem e passassem, bem como por suas leituras aos resumos das minhas participações em mostras de iniciações científicas e ao meu pai, José Carlos Dias Gomes, por ter possibilitado toda a estrutura para que um de seus filhos, um dia, defendesse uma tese de doutorado. Agradeço a ambos pelo amor projetado e dado aos meus passos e a minha existência. Aos meus irmãos, Gerson, Marlene, Rosemeri, Cristiane e Elyelson e aos meus sobrinhos, pelo momentâneo abandono das confraternizações, das visitas e das faltas, compensadas pela confiança de todos depositada ao meu contínuo aprendizado e amadurecimento intelectual.

E, finalmente, ao grande amor de minha vida Roberta Fraga Machado Gomes, responsável pelo dia mais feliz da minha vida, o meu anjo, a rainha do meu mundo. Que acompanhou *in loco* as turbulências, tensões e alegrias relacionadas ao esforço desta produção. Meu amor, meu sonho, essa vitória é nossa.

Aos jangadeiros e marinheiros representados nas figuras, *in memoriam*, de José Francisco do Nascimento, João Cândido, Jacaré, Jerônimo e Tatá. Aos “pescadores de ilusões”, aos homens e às mulheres do mar, aos lutadores e às lutadoras de uma sociedade justa e fraterna.

RESUMO

O foco central desta tese consistiu em problematizar os discursos proferidos por Carlos da Silva Santos (1904-1989) na tribuna da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1959 e 1974, período em que o parlamentar permaneceu como deputado estadual. Carlos da Silva Santos foi um relevante mediador no processo de construção das atuais políticas públicas brasileiras em torno da pesca e da identidade negra, uma vez que foi partícipe, em sua vida política, por meio de suas intervenções em plenário, destas demandas. Suas posições sobre as questões dos trabalhadores da pesca artesanal e da comunidade negra são constituintes da identidade do próprio sujeito Carlos Santos, afro-brasileiro nascido na cidade litorânea de Rio Grande. Portanto, suas posições foram influenciadas pelas forças sociais que o circundavam. Por meio da análise discursiva, interpretou-se a possibilidade de suas ações e de seus projetos apresentados poderem estar relacionados com as institucionalizações das demandas sociais, culturais e, principalmente, políticas das necessidades do desenvolvimento político e social destes grupos. Nossa perspectiva teórica aponta para a renovação da história política, por sua vez, e a escolha metodológica de delimitação do corpus documental se processou a partir da seleção de suas intervenções, destacando os dois temas/campos: o campo da atividade da pesca e o da identidade negra. Afirma-se que suas intervenções criaram condições à institucionalização a partir das cobranças desses grupos no Estado e no Brasil. Assim, nesta tese, foi representado historicamente o universo dos movimentos sociais das “gentes do mar” e as nuances identitárias da comunidade negra nas práticas políticas de Carlos Santos, visando a contribuir para o conhecimento histórico de seu protagonismo na mediação e na proposição de leis em benefício da pesca, das “gentes do mar” e da comunidade negra.

Palavras-chave: Carlos da Silva Santos. Nova História Política. Análise de Discurso. Atividade da Pesca. Identidade Negra.

ABSTRACT

SEAPEOPLE'S UNIVERSE AND THE BLACK IDENTITY IN CARLOS SANTOS' SPEECHES AND POLITICAL PRACTICES (1959-1974)

The central focus of this thesis was to discuss Carlos da Silva Santos' speeches (1904-1989) in the gallery of the Assembly of Rio Grande do Sul, between the years 1959 and 1974, in that period the parliamentarian remained as state representative Carlos da Silva Santos was important mediator in the process of construction of the current Brazilian public policies around fishing and black identity, which was once a participant in his political life, through his interventions plenary on these demands. His positions on the issues of workers of artisanal fishing and the black community are constituents of the identity of subject himself Carlos Santos, afro-brasilian born in of city seaside Rio Grande. Therefore, his positions were influenced by social forces that surrounded him. Through discourse analysis, interpret possibility of his actions and his presented projects may be related to the institucionalization of social, cultural demands, an, especially, the needs of policy development, political and social of these groups. Our theoretical perspective points to the renewed political history in turn, and the methodological choice of delimiting the documentary corpus was processed since the selection of this interventions, pointing out the two themed fields: the field of fishing activity and the one of the black identity. On assert that his interventions created conditions to the state and in Brazil. So, in this thesis, it was historically represented the universe of the social movements of the "seapeople" and the identity nuances of the black community in Carlos Santos' political practices, taking aim to contribute for the historical knowledge of his protagonism in the mediation and in the preposition of laws on fishing benefit, of "seapeople" and the black community.

Key-words: Carlos da Silva Santos. New Political History. Speech Analysis. Fishing Activity. Black Identity.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Carlos Santos ao centro e sua família.....	74
Imagem 2. Peracchi e Carlos Santos.....	82
Imagem 3. Filmagem de Orson Welles em Fortaleza/ Brasil.....	152
Imagem 4. Jangadeiro Jacaré.....	153
Imagem 5. Líder Jangadeiro Jacaré sendo recebido por Getúlio Vargas.....	155
Imagem 6. Populares porto-alegrenses recebendo jangadeiros cearenses.....	157
Imagem 7. Populares porto-alegrenses recebendo jangadeiros cearenses.....	157
Imagem 8. Mestre Jerônimo.....	160
Imagem 9. Carlos Santos em plenário.....	190
Imagem 10. Imagem da Região Sul do Estado do RS, capturada por satélite.....	192
Imagem 11. Foto por satélite dos municípios de Rio Grande e de São José do Norte.....	193
Imagem 12. Litoral brasileiro e localização dos Portos.....	201
Imagem 13. Carlos Santos e João Cândido na redação do jornal Diário de Notícias.....	213
Imagem 14. Agentes federais e James Meredith ao centro.....	251
Imagem 15. Professor José Maria Rodrigues.....	397
Imagem 16. Advogado Armando Hipólito dos Santos.....	397
Imagem 17. Deslocamento das Cinzas de Princesa Isabel.....	429

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Títulos noticiados na imprensa sobre a presidência de Carlos Santos à assembleia.....	75
Tabela 2. Reportagens sobre Carlos Santos no governo do Estado.....	82
Tabela 3. Tabela de Leis referentes à Memória de Carlos Santos e a Consciência Negra.....	109
Tabela 4. Total de discursos pronunciados por Carlos Santos na assembleia do RGS (1959-1962).....	185
Tabela 5. Intervenções realizadas no ano de 1959.....	188
Tabela 6. Colônia dos Pescadores do RS.....	191
Tabela 7. Abolição dos castigos aos marujos.....	204
Tabela 8. Sessão Plenária – votações.....	210
Tabela 9. Poder de Compra do Salário Mínimo em 1959.....	212
Tabela 10. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1959.....	218
Tabela 11. Quantidade de intervenções realizadas no ano de 1960.....	220
Tabela 12. Conteúdos das intervenções realizadas em 1960.....	221
Tabela 13. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1960.....	236
Tabela 14. Quantitativa da pesca e da identidade negra em 1961.....	239
Tabela 15. Intervenções realizadas em 1961.....	240
Tabela 16. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1961.....	246
Tabela 17. Quantitativa da Pesca e da Identidade Negra.....	248
Tabela 18. Intervenções realizadas em 1962.....	249
Tabela 19. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1962.....	259
Tabela 20. Ordem discursiva (1959-1962).....	259
Tabela 21. Total intervenções realizadas por Carlos Santos na assembleia do RGS (1963-1966).....	261
Tabela 22. Intervenções de Carlos Santos como suplente.....	264
Tabela 23. Intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1964.....	276
Tabela 24. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1964.....	284
Tabela 25. Temática sobre intervenções referente à pesca e a negritude (1959-1965).....	286
Tabela 26. Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1965.....	286

Tabela 27. Tempo de discurso em tribuna no ano de 1965.....	290
Tabela 28. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1965.....	323
Tabela 29. Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1966.....	324
Tabela 30. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1966.....	326
Tabela 31. De ordem das intervenções na legislatura (1963-1966).....	350
Tabela 32. Total de intervenções realizadas por Carlos Santos na assembleia do RGS (1967-1970).....	351
Tabela 33. Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1967.....	353
Tabela 34. Informativa sobre os decretos-lei referente ao desenvolvimento da pesca no Brasil..	354
Tabela 35. Das intervenções realizadas por Adolfo Puggina no ano de 1967 Presidência da Assembleia exercida por Carlos Santos.....	356
Tabela 36. Dados das representações pesqueiras no Primeiro Congresso dos Pescadores (1967).....	360
Tabela 37. Quantitativa de pescadores contribuintes ao INPS.....	364
Tabela 38. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1967.....	366
Tabela 39. Das intervenções de Adolfo Puggina em 1969.....	380
Tabela 40. Das intervenções de Carlos Santos 1969.....	381
Tabela 41. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1969.....	392
Tabela 42. Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1970.....	393
Tabela 43. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1970.....	402
Tabela 44. Média anual de intervenções de Carlos Santos.....	403
Tabela 45. Média anual discursiva pesca e identidade negra.....	403
Tabela 46. Ordem discursiva (1967-1970).....	403
Tabela 47. Total de intervenções realizadas por Carlos Santos na assembleia do RGS (1971-1974).....	407
Tabela 48. Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1971.....	407
Tabela 49. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1971.....	436
Tabela 50. Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1972.....	438
Tabela 51. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1972.....	459
Tabela 52. Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1973.....	459
Tabela 53. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1973.....	475
Tabela 54. Quantitativa de votos obtidos por Carlos Santos.....	475
Tabela 55. Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1974.....	479
Tabela 56. Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1974.....	490
Tabela 57. Das subcomissões relativas aos estudos da comunidade negra no Biênio da Imigração e da Colonização.....	511
Tabela 58. De ordem discursiva (1971-1974).....	516
Tabela 59. Quantitativa das intervenções realizadas por Carlos Santos no Parlamento Sul-Rio-Grandense (1959-1974).....	522
Tabela 60. De ordem discursiva temática geral (1959-1974).....	523
Tabela 61. De ordem discursiva sobre temas das gentes do mar (1959-1974).....	524
Tabela 62. De ordem discursiva sobre temas da identidade negra (1959-1974).....	528

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I. Intervenções parlamentares de Carlos Santos (1959-1974).....	290
Gráfico II. Intervenções católicas realizadas por Carlos Santos (1959-1974).....	293
Gráfico III. Intervenções sobre “as gentes do mar” efetuadas por Carlos Santos (1959-1968)	318
Gráfico IV. Intervenções parlamentares de Carlos Santos referentes a situação política do país (1959-1974).....	388
Gráfico V. Intervenções do parlamentar sobre homenagens (1959-1974).....	404
Gráfico VI. Oscilações das intervenções do parlamentar (1959-1974).....	406
Gráfico VII. Comparações entre as intervenções da pesca e da identidade negra (1959-1971).....	437
Gráfico VIII. Comparações entre as intervenções sobre a pesca, identidade negra e Menor Deficiente (1959-1972).....	440
Gráfico IX. Intervenções sobre a identidade negra realizada por Carlos Santos (1959-1972).	441
Gráfico X. Intervenções sobre a pesca de Carlos Santos (1959-1972).....	442
Gráfico XI. Comparações entre as intervenções da pesca e do menor deficiente (1971-1974)	477
Gráfico XII. Comparações sobre intervenções do menor deficiente e da identidade (1971-1974).....	477
Gráfico XIII. Comparações sobre intervenções da pesca e da identidade negra (1971-1974)..	478
Gráfico XIV – Comparações temáticas das intervenções do parlamentar (1959-1974).....	522
Gráfico XV. Oscilações das intervenções de Carlos Santos (1959-1974).....	523
Gráfico XVI. Comparações sobre intervenções da pesca e da Região Sul (1959-1974).....	526
Gráfico XVII. Comparações sobre intervenções da Região Sul e da identidade negra (1959-1974).....	526
Gráfico XVIII. Comparações sobre intervenções da pesca e da identidade negra (1959-1974).....	527
Gráfico XIX. Intervenções católicas (1959-1974).....	529
Gráfico XX. Comparações sobre intervenções católicas e da identidade negra (1959-1974)..	530
Gráfico XXI. Comparações sobre intervenções da pesca e católicos (1959-1974).....	530
Gráfico XXII. Comparações sobre intervenções de homenagens e da identidade negra (1959-1974).....	531
Gráfico XXIII. Comparações sobre intervenções da pesca e de homenagens (1959-1974).....	531
Gráfico XXIV. Intervenções sobre o Menor Excepcional (1959-1974).....	533
Gráfico XXV. Comparações sobre intervenções da pesca e do menor (1959-1974).....	534
Gráfico XXVI. Comparações sobre intervenções da pesca, da identidade negra e do menor (1959-1974).....	535

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Ações Afirmativas
ABL	Academia Brasileira de Letras
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
ADP	Ação Democrática Popular
AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
ANPUH-RS	Associação Nacional de História
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARS	Aliança Republicana Socialista
BPP	Biblioteca Pública Pelotense
BPRG	Biblioteca Pública de Rio Grande
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CADEM	Consórcio Administrador de Empresas de Mineração
CLT	Consolidações das Leis do Trabalho
COHAB	Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul
DAER	Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens
DEPRC	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EAM	Escola de Aprendizes da Marinha
FAB	Força Aérea Brasileira
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FERTISUL	Empresa de Insumos Agrícolas do Grupo Ipiranga S/A
FNB	Frente Negra Brasileira
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
GEDIP	Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Pesca
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos
IBRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IEL	Instituto Estadual do Livro
ISAPEIXE	Indústria Rio-Grandense de Pescados
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MDB	Movimento Democrático Brasileiro

MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
NASA	Agência Espacial Norte Americana
ONU	Organização das Nações Unidas
OSM	Organização Mundial da Saúde
PATRU	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PESCART	Plano de Assistência a Pesca Artesanal
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRL	Partido Republicano Liberal
PRP	Partido da Representação Popular
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PSB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SBFA	Sociedade Beneficente Floresta Aurora
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Superior Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TEN	Teatro Experimental do Negro
UDN	União Democrática Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UHC	União dos Homens de Cor
UMESPA	União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre

UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
USA	United States of América
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

VOLUME I

INTRODUÇÃO.....	19
1 CARLOS DA SILVA SANTOS: DA EXISTÊNCIA ÀS HOMENAGENS.....	40
1.1 AGÊNCIAS POLÍTICAS AFRO-BRASILEIRAS.....	41
1.2 SANTOS AO SUL DO RIO GRANDE: ORIGENS, CIRCULAÇÕES E SOCIABILIDADES.....	54
1.2.2 Laços familiares, consciência racial, vida pública, opinião pública, catolicismo e a honra como capital simbólico	67
1.2.3 As homenagens <i>post mortem</i> dedicadas ao político negro.....	99
2 O CONTEXTO E AS TENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS REFERENTES AOS POVOS DO MAR E A IDENTIDADE NEGRA.....	112
2.1 A REDEMOCRATIZAÇÃO, O NACIONALISMO E O TRABALHISMO.....	113
2.2.1 O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DA PESCA NO BRASIL: DA ATIVIDADE ARTESANAL ÀS LUTAS DA CATEGORIA SÓCIOPROFISSIONAL.....	121
2.2.2 Identidades e Movimentos Sociais da “Gente do Mar”.....	129
2.2.3 A economia da pesca e o protagonismo social dos pescadores na sua luta por direitos trabalhistas: de Fortaleza a Porto Alegre.....	148
2.3 AS INFLUÊNCIAS DAS IDEOLOGIAS NAS DEMANDAS POLITICAS DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA.....	162
2.3.1 Associações negras e a ideologia da negritude.....	164
2.3.2 A democracia racial e as negociações políticas: exemplos do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul.....	170
2.3.3 Das demandas educativas às Ações Afirmativas.....	177
3 A MEDIAÇÃO POLÍTICA DA PESCA E DE SUA IDENTIDADE NA ASSEMBLEIA	183
3.1 ABERTURA DOS PRONUNCIAMENTOS NO PLENÁRIO SUL-RIO-GRANDENSE.....	185
3.2 CARLOS SANTOS E O INÍCIO DA DEFESA DA PESCA DO RIO GRANDE DO SUL.....	191
3.3 OS 50 ANOS DA REVOLTA DA CHIBATA: O REAPARECIMENTO DO “DRAGÃO DO MAR NA FIGURA DE JOÃO CÂNDIDO”	202
3.4 A OPERAÇÃO RIO GRANDE, O PRECONCEITO RACIAL E OS EMBATES DA CAIXA DE CRÉDITO.....	219
3.5 NO ANO DA LEGALIDADE: SOMENTE A ASSERTIVA DAS GENTES DO MAR.....	237
3.6 A IDENTIDADE NEGRA E A PESCA EM ANO ELEITORAL.....	247
3.7 A MEDIAÇÃO DA PESCA EM WILMAR CORRÊA TABORDA E A AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA DE CARLOS SANTOS NA SUPLÊNCIA.....	260

VOLUME II

4 A VALORIZAÇÃO DA PESCA E A LUTA CONTRA OS PRURIDOS “RACISTÓIDES”... ..	270
4.1 OS PRONUNCIAMENTOS DE CARLOS SANTOS NO TENSO PARLAMENTO SUL-RIO-GRANDENSE.....	274

4.2 A CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DA PESCA NO RS E A DEMOCRACIA RACIAL	285
4.3 AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA, DESENVOLVIMENTO DE BAIROS PESQUEIROS E CASSAÇÕES POLÍTICAS.....	323
4.4 O CONGRESSO DOS PESCADORES DE PORTO ALEGRE	350
4.5 NOS OITENTA ANOS DA ABOLIÇÃO: DESENVOLVIMENTO, REPRESSÃO E A QUESTÃO DA TERRA.....	368
4.6 ADOLFO PUGGINA E A PESCA EM EVIDÊNCIA.....	378
4.7 SANTOS EM AÇÃO: O COMBATE AO RACISMO A SEGURANÇA DO PESCADOR.....	392
5 ASCENÇÃO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS IDENTITÁRIAS.....	406
5.1 ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PESCA, CIVISMO E NEGRITUDE..	407
5.2 A DIVERSIFICAÇÃO TEMÁTICA NA SUA AGENDA E O NOVO REFERENCIAL À IDENTIDADE NEGRA.....	437
5.3 CONTRA A FOME E A SECA: OS PROBLEMAS DAS “GENTES DO MAR” E DOS PAÍSES AFRICANOS.....	459
5.4. EM TEMPOS DE CRISES: O PROBLEMA DOS PESCADORES ARTESANAIS E DA COMUNIDADE NEGRA.....	476
5.4.1 As despedidas no Biênio da Colonização e Imigração.....	507
5.5 EXPRESSÃO VISUAL DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DE CARLOS SANTOS (1959-1974).....	522
CONCLUSÃO.....	536
REFERÊNCIAS.....	548
ANEXOS.....	588

INTRODUÇÃO

As indagações e as reflexões do que somos - diante do mundo que conhecemos e de seus espaços sociais, em tempos distintos - remetem-nos às nossas representações identitárias e às suas representações. Construimos significados por meio dos resultados das construções históricas que exprimem interações entre espaços, temporalidades, indivíduos e grupos. Tais situações, culturalmente, engendram as mais diversas combinações simbólicas - sejam de consonâncias ou de discordâncias sociais e culturais, tal como Hall (1992, p.10) denominou como as identidades em crise ou implicações da descentralização do sujeito na pós-modernidade ou modernidade tardia.

Nos espaços sociais, em que se pensou ter como desafios os consensos, diante de tantas diferenças, restam-nos - quem sabe - as negociações cotidianas, ao menos para mantermos o mundo a níveis toleráveis de convivências entre diferentes ou, em conformidade com as afirmações de Arendt (2006, p.21-22), ao respeito mútuo: político, independentemente das preferências e dos interesses de cada um.

A tribuna é, por excelência, o local a partir do qual falam os oradores, e Carlos da Silva Santos, como reconhecido orador político, tinha consciência disso. Impressionava os seus pares pela verve, emitida ao discursar nos parlamentos ou em atividades em que tinha a oportunidade de explanar - nos palanques de sua vida - os assuntos de seu interesse ou que tratassem de interesses dos grupos que ora representava.

Conforme Hannah Arendt (2011), a ação e o discurso são as formas como os seres humanos aparecem uns aos outros. Uma vida sem discurso e sem ação é literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. Ainda como assevera a autora, é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, intervir, iniciar, começar, conduzir e, finalmente, governar, imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*) (ARENDR, 2011, p. 220-221).

Mas que motivos levaram Carlos da Silva Santos a defender, entre outros assuntos, os interesses dos pescadores da indústria da pesca e da identidade negra por

meio de suas ações?¹ Em algum momento, essas temáticas poderiam ter sido hibridizadas em suas práticas?²

Produzindo ideologias (GRAMSCI, 1980), representando essas duas questões sociais e, conseqüentemente, reafirmando a diferença na elaboração sistemática de projetos para essas demandas nos espaços de poder, Carlos Santos mediou, significativamente, as reivindicações desses grupos de pressão no parlamento.

Tal situação híbrida foi identificada nesta pesquisa por ocasião das exigências de reconhecimento de Carlos Santos, prestado a João Cândido (1880-1969) - o Almirante Negro - que, além de “homem do mar” era também identificado pela sociedade como membro da comunidade negra (GOMES, 2010, p.283-302).

Portanto, até que ponto as intervenções de Carlos Santos contribuíram para a fundação e institucionalização das demandas políticas e sociais advindas das “gentes do mar”?³ Qual a contribuição histórica de suas ações para a construção positiva da identidade negra?⁴ Em que medida, de fato, o parlamentar defendeu esses temas no parlamento? Seria possível desenvolver uma análise identificando uma prática política híbrida do deputado entre as assertivas da pesca e da identidade negra? Em que momentos ele conseguiu intervir no parlamento sobre as demandas pesqueiras e étnicas? Quais os motivos que mantiveram a relevante trajetória de Carlos Santos distante das pesquisas acadêmicas? Qual a identificação da memória do político com as

¹ Utiliza-se o conceito de campo de Bordieu (1996) para definir as especificidades dos discursos de Carlos Santos na produção de referenciais simbólicos, a partir dos elementos que ressaltassem essas duas assertivas, visto que existiam outros discursos vinculados a outros grupos étnicos e originados de outras matrizes ideológicas. São as disputas no espaço das relações sociais entre os interesses dos grupos. Ver BORDIEU, Pierre. *Razões práticas*. São Paulo: Papyrus, 1999, p.50.

² BHABHA (2007, p.51): “A linguagem crítica abre um espaço entre as oposições, um lugar de tradução, híbrido. Nem um nem outro. Uma negociação entre polos antagônicos, que destrói as polaridades negativas entre o saber e os seus objetos e entre a teoria e a razão prático-política”. Ver BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

³ Para nossa tese: pescador, jangadeiro, canoieiro e marinheiro, independentemente do que essas nomenclaturas possam definir individualmente, em suas lutas coletivas contra o poder constituído, tornam-se, representantes legítimos dos “movimentos sociais dos povos do mar” ou como denota Luiz Geraldo Silva “das gentes do mar” (SILVA, 2011), dos agentes que constroem sua identidade desafiando as agruras do mar utilizando uma “prática híbrida” (BURKE, 2003, p.28), identificada na navegação, por meio de um tipo de transporte, seja bote, canoa, jangada ou navio, artefato de trabalho, mas também como instrumento das suas “práticas reivindicativas”, sempre desafiadoras ante as certezas da “terra firme”. Contudo, nesta conexão entre terra e mar a representação das “gentes do mar”, em síntese, é composta por todos aqueles cuja sua existência “depende do mar, como construtores e fornecedores de gêneros aos navios, todos que praticam a arte da navegação na cidade e no campo, trabalham para a indústria marítima e as famílias que dependem do trabalho do marinheiro” (MOLLAT *apud* CANTO, 2012, p.13).

⁴ Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. (GOMES, 2005, p.43).

demandas sociais negras? Existiram outros representantes das questões da pesca e da identidade negra no parlamento sul-rio-grandense, além de Carlos Santos, entre 1959 e 1974? Para tratar dessas problemáticas, tornou-se imprescindível examinar, absolutamente, todas as intervenções realizadas pelo político na Assembleia Legislativa.

O sujeito Carlos Santos surgiu na minha pesquisas de mestrado e, na ocasião, debrucei-me sobre as problemáticas concernentes ao surgimento da organização Frente Negra Brasileira (FNB) nas regiões nordeste, sudeste e sul do Brasil, a fim de localizar a participação de seus representantes nos fóruns e congressos sobre a identidade negra, realizados nas cidades de Recife (1934), Salvador (1937), São Paulo (1946), Rio de Janeiro (1950) e Porto Alegre (1958).⁵ Esses encontros ocorreram entre 1933 e 1958.

As pesquisas, naquele momento, estavam nas problematizações, em saber se existiu de fato um núcleo da Frente Negra na cidade de Porto Alegre, o que jamais fora encontrado.⁶ No entanto, instigado pelo curso dessa associação, e a partir da historiografia, identificou-se um núcleo desse movimento na cidade de Pelotas, interior do estado do Rio Grande do Sul (LONNER, 1999; SANTOS, 2000), cuja organização apresentava uma estrutura peculiar diante das Frentes Negras existentes na época, visto que era um núcleo socialista do movimento. As demais frentes eram, ideologicamente, vinculadas ao integralismo e às representações culturais artísticas.⁷

⁵ Identificou-se, naquela ocasião, no deslocamento dos homens vinculados à FNB, e na sua difusão de idéias entre as regiões brasileiras, como um *movimento fretenegrino* e denominou-se os locais que as pessoas se reuniam, bem como os congressos, de “Oásis”. Reconhecemos como “desertos” o racismo, o preconceito e as discriminações sofridas pela população negra (GOMES, 2008).

⁶ Na historiografia brasileira, bem como em outras áreas das ciências humanas, existe um número considerável de pesquisas sobre a Frente Negra, bem como sobre os congressos afro-brasileiros e negros (LUNA, 1976; FERNANDES, 1978; BASTIDE, 1979; SINGER; BRANT, 1980; MOURA, 1992-1994; BARBOSA, 1998; LONER, 1999; BACELAR, 2001; LANNES, 2002; NASCIMENTO, 2002-2004; SANTOS, 2000-2011; MUNANGA, 2004; GOMES, 2005; DOMINGUES, 2005; OLIVEIRA, 2006). Entretanto, sobre o Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre, realizado no ano de 1958, pode-se confirmar a originalidade de nossas pesquisas, já que esse congresso era, até então, silenciado na historiografia regional e nacional. O *Primeiro Congresso Nacional do Negro* de 1958, cuja organização desenvolveu-se em nossas pesquisas da dissertação de mestrado, foi organizado pela *Sociedade Beneficente Floresta Aurora*, organização negra fundada em 1872, sob a liderança de Valter Santos. Realizado no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, esse importante acontecimento recebeu delegações dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e interior gaúcho, contando, também, com a presença de estudiosos, pesquisadores, intelectuais brancos e negros e a comunidade. O termo “nacional” denotou uma forte influência do PTB em sua composição. Durante o *encontro* foram debatidos três temas centrais: a necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil; a situação do homem de cor na sociedade e o papel histórico do negro no Brasil e em outros países. Esses temas foram distribuídos em seis dias, de 14 a 19 de setembro de 1958. Ver GOMES, Arilson dos Santos: *A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931-1958)*. Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2008, p.151-239.

⁷ A Frente Negra de São Paulo (1931-1937) era vinculada ao integralismo, sendo seu fundador Arlindo Veiga dos Santos monarquista e patrivista. A Frente Negra Pernambucana (1934), liderada por Solano

Em Pelotas, Carlos Santos manteve contatos com a Frente Negra Pelotense e, através desta, com a Frente Negra Brasileira. Por meio de cartas, datadas de agosto de 1934, confirmaram-se essas relações políticas. Inclusive, o tribuno transpareceu ter sido um simpatizante da organização, recebendo convite para participar de seus quadros e fundar um núcleo da associação em Rio Grande.⁸

A Frente Negra, de Pelotas, participou do congresso organizado por Gilberto Freyre (1900-1987) no Recife-PE no ano de 1934, tendo como representante Barros - “O Mulato” - que denunciou, em sua comunicação, o descaso social para com as mulheres negras. Nos outros encontros citados, embora o movimento fretenegrino tenha encerrado as suas atuações no decreto do Estado Novo de 1937, seus participantes apresentaram estudos e teses, denunciando o preconceito e a discriminação racial existentes na sociedade brasileira nas décadas de 1930, 1940 e 1950.⁹

Entre esses presentes, aludiu-se ao intelectual negro Abdias do Nascimento (1914-2011), que fora integrante dos quadros da FNB na década de 1930, fundador do Teatro Experimental do Negro - TEN (1944), na cidade do Rio de Janeiro, e organizador dos principais congressos dos anos de 1940 e de 1950, que ocorreram em nosso país, sobre as temáticas político-sociais, referentes às populações afro-brasileiras.

Entre as leituras de dissertações e teses, fontes impressas, documentais, escritas de si e orais examinadas nestas pesquisas (realizadas de 2005 a 2008), relacionadas à linha de investigação sobre os pensamentos políticos, sociais e culturais das organizações negras, surgiu um homem que nos chamou a atenção, visto que seu currículo impressionou pela extensa agência¹⁰ e participação nas associações negras, nos sindicatos, na imprensa negra e na própria política trabalhista dos anos de 1930 a 1964.

Trindade era voltada para as representações da cultura popular, já a Frente Negra Pelotense (1933) era ideologicamente socialista. Entretanto, todas primavam pela inserção do negro na sociedade abrangente.

⁸ Jornal A “ALVORADA” de Pelotas, 10 de agosto de 1934, p.1.

⁹ A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferenciar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se nas doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005, p.55.

¹⁰ Agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, intervir, iniciar, começar, conduzir e, finalmente, governar, imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*) (ARENDDT, 2011, p. 220-221). Nesse sentido, Carlos Santos, agenciou foi protagonista, em conjunto com a comunidade negra, na organização e na fundação de lugares sociais que primaram pela inserção social negra no pós-abolição.

A cada leitura ou a cada documento que se cotejava, insistentemente aparecia o sujeito Carlos da Silva Santos (1904-1989), o qual, mais tarde, percebeu-se e identificou-se como um intelectual e político de prestígio na sociedade sul-rio-grandense até o final de sua existência; sendo, na atualidade, o seu nome lembrado em praças, escolas e premiações nos meios político-sociais.

A quantidade de fontes históricas dispersas, encontradas sobre Carlos Santos, foi impressionante: impressos produzidos pela mídia sul-rio-grandense, discursos em jornais e assembleias, uma autobiografia, duas biografias produzidas, dois livros de sua autoria, fontes imagéticas, revistas, documentos localizados em clubes negros etc.

Tudo indicava que esse sujeito merecia atenção, pois se tornou atrativo aos meus interesses, na desafiadora produção de uma pesquisa rigorosa, que procurasse reunir metodologicamente essas fontes e contemplasse a trajetória de um político que se apresentava e que era reconhecido, pelos outros, como um membro intelectual da comunidade negra.

Contudo, salienta-se que o *corpus documental* principal da tese é composto pelos discursos de Carlos Santos publicados nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado. Por meio de levantamento dos dados, observação e respectiva análise, verificou-se que, das 318 intervenções efetuadas pelo político na assembleia, 114 ou 35,84% foram relacionados às questões negras e da pesca. Na realidade, 73 ou 22,95% foram referentes à pesca e 41 ou 12,89% se coadunaram à identidade negra.

O foco central desta tese consistiu em problematizar os discursos proferidos por Carlos Santos na tribuna da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1959 e 1974, destacando suas posições sobre as questões dos trabalhadores da pesca artesanal e a identidade negra, relacionando essas reivindicações como constituintes da identidade do próprio sujeito Carlos Santos, em consonância com as forças sociais que o circundavam.

Mais adiante, pretendeu-se questionar, por meio da análise discursiva, se suas ações e seus projetos apresentados poderiam ser relacionados com as institucionalizações das demandas sociais, culturais e, principalmente, políticas, das necessidades do desenvolvimento da pesca e da afirmação da identidade negra.

A escolha metodológica de delimitação do *corpus documental* se processou por meio da seleção de suas intervenções, destacando os dois temas/campos: o campo da atividade da pesca e o da identidade negra. No tema da pesca, foram arroladas as intervenções identificadas como o problema dos pescadores, da estrutura da pesca, do

porto marítimo, da indústria da pesca, da valorização do pescado, da Festa do Mar de Rio Grande, do consumo de peixe, de frigoríficos, do sindicato, das homenagens e de toda e qualquer ação que envolveu as “gentes do mar”.

No que tange ao campo da identidade negra, foram selecionadas suas práticas no parlamento concernente às homenagens a indivíduos relacionados à identidade negra, temas contra a discriminação racial, alusivos à abolição e à princesa Isabel, Lei do Ventre Livre, intelectuais negros, problemas africanos, África, democracia racial e Quilombo dos Palmares.

Todavia, salienta-se que sua agenda política era extensa e contemplava, além destes, outros assuntos, cujos números levantados consistem em: homenagens (64), aspectos da Região Sul do Estado (45), o menor deficiente (17), catolicismo (17), situação política do país (15,5), trabalhadores e sindicatos (14,5), educação (12), previdência social (05), habitação (02) e idoso (02). Apenas dez intervenções efetuadas pelo político, perfazendo menos de 4% do total, ficaram sem definições temáticas e, por isso, foram identificadas como “outros”.

As consultas das ações do parlamentar foram efetuadas diretamente nos Anais da Assembleia, localizados nos acervos do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em que se coletou, por meio de dispositivo tecnológico digital, 318 intervenções do político, correspondentes aos seus 16 anos de atividade parlamentar em quatro legislaturas estaduais.¹¹

Os registros impressos, correspondências e imagens são oriundos das pesquisas efetuadas no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, na Biblioteca Borges de Medeiros da Assembleia, na Biblioteca de Pelotas, na Biblioteca de Rio Grande, no Acervo Particular de José Domingos Alves da Silveira e de Dona Sema e no Acervo particular da família de Santos. Serão cotejados os discursos com as demais fontes a fim de atingir os objetivos da pesquisa histórica.

Nos últimos anos, os historiadores têm se debruçado nos acervos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, abordando temáticas referentes às dinâmicas e às conjunturas políticas a partir dos discursos dos deputados. Luiz Henrique

¹¹ Os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do RS localizam-se em sala específica, climatizada. Contudo, nenhum material está digitalizado, sendo que este serviço encontra-se em estágio de concretização, segundo os funcionários da instituição, Memorial da Assembleia Legislativa. O que coloca o pesquisador a desvendar cada edição do material na busca de seus objetivos. Em nossa pesquisa, por meio de uma câmara digital, fotografaram-se os dados selecionados, para posterior leitura e interpretação.

Torres (2004), Claudio Pereira Elmir (2005) e Flavio M. Heinz (2005) abordaram questões relevantes para os temas que serão tratadas nesta tese.

Pesquisar trajetórias individuais na história é um desafio para o historiador, independentemente da implicação desse estudioso com a personalidade em questão.¹² Pois, como controlar os entusiasmos ou as repulsas ao investigar os acontecimentos ou as situações cotidianas, vivenciadas por alguém que nos desperta tanto interesse? Como delinear possíveis encontros e desencontros nos discursos de alguém que ascendeu, representando os anseios das transformações até então imaginadas, porém irrealizadas diante de uma história tradicional que inviabilizou o protagonismo da identidade negra e de seus representantes?¹³

Rememoram-se os livros didáticos de história, baseados em pesquisas de um passado recente, atribuidoras de estereótipos e estigmas à comunidade negra, diversa na afrodescendência.¹⁴ Uma comunidade que resiste, apesar de significada positivamente sob a égide da negritude ideologizada pelas organizações negras no pós-abolição, mesmo em uma história tradicional baseada em heróis e vencedores no Rio Grande do Sul.¹⁵

¹² O objeto é interessante e instigante para mim, em virtude dos anos em que venho desenvolvendo pesquisas sobre o protagonismo negro no Rio Grande do Sul. No entanto, essa relevância somente foi possível por meio das pesquisas, a partir das nuances, dissensões, embates e resistências deste grupo em sociedade, desenvolvendo estratégias de negociações.

¹³ Desde o ano de 2003, visando a atenuar os problemas sobre a invisibilidade da História Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino, o Estado Brasileiro promulgou a Lei nº 10.639/03. Esse decreto, oriundo das pressões dos grupos sociais negros organizados, obrigou a inserção - nos currículos de história, literatura, artes e demais disciplinas oferecidas em todos os estabelecimentos privados e públicos do Brasil - do ensino da história e da cultura afro-brasileira e sua contribuição nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais de nosso país.

¹⁴ Esta reflexão é baseada em minha experiência pessoal como estudante nas séries iniciais, nos anos 1980, já que nunca havia presenciado uma história da comunidade negra positiva, somente como sujeitos escravizados ou em situações de explorados, utilizando gargalheira e sendo chicoteados. Porém, na atualidade, conforme a revisão do Parecer CNE/CEB 06/2011, “caso alguma obra selecionadas pelos especialistas, e que componham o acervo do PNBE, ainda apresentem preconceitos e estereótipos, a SEPPIR, a Coordenação-Geral de Material Didático e a Secretaria de Educação Básica do MEC deverão exigir da editora responsável pela publicação a inserção no texto de apresentação de uma nota explicativa e de esclarecimentos ao leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura”. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16368&Itemid=866. Acesso 30 de agosto de 2014.

¹⁵ A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Ver GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos SECAD/MEC, 2005, p.43.

Não obstante, sob outras concepções metodológicas primadas pelos historiadores dos *Annales*, a história se transformou.¹⁶ Nesta tese, por meio do *corpus documental* selecionado, tem-se a possibilidade de visibilizar os paradigmas atuais da agência política negra, referenciada em Carlos da Silva Santos (1904-1989).

Segundo Petrônio Domingues (2009, p.01), “Várias pesquisas vêm se ocupando do protagonismo negro depois da abolição da escravatura, a partir de biografias, vida associativa, conexões políticas, agenciamentos sociais e trânsitos culturais”. Reforça-se, neste trabalho, o viés político dessa história com vistas a compreender melhor a participação desses homens, seus caminhos em consonância com as relações sociais e as suas agências históricas.

A perspectiva teórico-metodológica aponta para a renovação da história política, visto que serão desenvolvidos os estudos a partir da análise de discurso, bem como de suas intervenções e das questões colocadas pelas fontes, dialogando em diferentes disciplinas: antropologia, ciência política, desenvolvimento rural, geografia e sociologia. Uma abordagem interdisciplinar, motivada por estatísticas, economia, dados demográficos e regularidades dos discursos, além de números eleitorais obtidos pelo sujeito Carlos Santos e demais políticos do período.

A história política, durante muito tempo, primou pela reflexão sobre as elites, os estadistas, o Estado e as nações, como se esse conjunto fosse superior. A partir da

¹⁶ A escola tradicional, metódica, baseada no postulado do teórico do alemão Leopoldo von Ranke (1795-1886) foi importante na elaboração de uma história científica, entretanto, sem reflexões teóricas e sim a objetividade visando conhecer a “verdade histórica” por meio dos documentos e fatos. Segundo os franceses: Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), os documentos eram essenciais diante da interpretação do historiador. Os vestígios, para eles, eram somente os documentos escritos, cartas, decretos, correspondências, manuscritos diversos; não pensavam nos documentos não escritos, o que limitava a disciplina da história. A escola metódica dominou a história francesa, principalmente os manuais escolares, instruindo gerações francesas no final do século XIX. O amor à nação, a sua supremacia e a importância da colonização francesa na África e na Ásia, como forma de civilizar os povos subjugados, eram temáticas constantes. A partir de 1920 e 1930, essa história é atacada pelos *Annales* liderados por Lucien Febvre (1878-1956), M. Bloch (1886-1944). Entre as críticas, estava a de que a história metódica privilegiava a história política, diplomática e militar e, a tempo de curta duração, privilegiando o fato singular sem as suas relações com a sociedade. L. Febvre concebia a história como além dos documentos escritos, primando pela utilização dos vestígios arqueológicos e o auxílio da linguística ou da etnologia. M. Bloch afirmou que a história deveria utilizar outros materiais como arqueológicos, artísticos, numismáticos, crenças, sensibilidades etc. Os *Annales* primaram pela estrutura econômica ante o político, esse, associado às elites. Entretanto, segundo Rémond (1918-2007), a partir dos últimos anos a história política se renovou. A relação entre economia e política não é uma mão única, já que uma decisão política pode mudar o curso da economia para melhor ou pior. Outra questão é a ascensão das massas, o que transformou a concepção da história política como sendo somente das elites. Para Rémond, o político é uma modalidade da prática social cotidiana. Ver BOURDÉ Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Editora Europa-América, 1983, p. 104-123. Ver RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-36.

ampliação e do aprofundamentos da democracia, pela participação popular e dos movimentos sociais, essa história se renovou.

Busca-se, a partir das leituras de Rémond (2003), conhecimentos acerca das interações entre os fenômenos sociais e as formulações das legislações, políticas públicas, regulamentações, controles, assistência social, organizações socioprofissionais etc.

Rémond (2003) aponta que somente acreditar que as ideias das vontades pessoais são responsáveis por conduzir o mundo pode levar à cegueira, já que as ideias são a expressão dos interesses dos indivíduos e dos grupos que se defrontam e, também, dos atos políticos que revelam as relações de forças reguladas pela pressão dos conjuntos socioeconômicos (RÉMOND, 2003, p.18).

A partir dessas situações, buscou-se uma narrativa crítica entre os discursos, as intervenções de Carlos Santos e as situações políticas no que tange às tensões sociais, aos grupos organizados ou em vias de organização, bem como às questões político-partidárias, socioeconômicas e às relações desses temas com o Estado.

Carlos da Silva Santos (1904-1989), por meio de suas intervenções, é um objeto de pesquisa que nos oferece riscos. Ora por suas participações candentes na política sul-rio-grandense, por meio de sua liderança sindical, sua oratória e sua conduta exemplar (citada aos quatro ventos por políticos nostálgicos), ora pelos espaços que ele ocupou sendo negro assumido, em um estado marcadamente de representações de ascendência europeia.¹⁷ No entanto, na presente proposta, salienta-se a análise de suas intervenções políticas (discursos, requerimentos e proposições) em consonância com a sua trajetória pública e às forças sociais que o cerceavam, ao invés de uma abordagem biográfica.

O recorte temporal do trabalho (1959 a 1974) incide nas legislaturas estaduais em que Carlos Santos ocupou os cargos de deputado estadual. Salienta-se o contexto histórico desse período, pós-Estado Novo, em que a fragilidade do período conhecido como redemocratização possibilitou a ascensão desse político, vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).¹⁸

¹⁷ Na apresentação do livro de Elvo Clemente, escreveu José Luiz Pereira da Costa, secretário e amigo de Carlos Santos “instigante, sem dúvida, o nosso Rio Grande do Sul, é, dentre os estados brasileiros, o de maior presença europeia em sua formação populacional. Amigos africanos, visitando o Brasil, definiam, nitidamente, dois países: o africano no Nordeste e o europeu no Sul. Ver CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1995, p.05-06.

¹⁸ Antes de filiar-se ao PTB, Carlos Santos de 1935 a 1937 assumiu como deputado classista, representando os operários de Rio Grande na Assembleia Legislativa do Estado. Com a ditadura estadonovista, Carlos Santos retornou a Rio Grande. Com o final do Estado Novo, em 1947 concorreu à Assembleia Legislativa pelo PSD – Partido Social Democrático, ficando na suplência e assumindo no

No entanto, cinco anos depois da eleição direta de Carlos Santos, a política nacional caracterizava-se pelo autoritarismo de um golpe civil-militar, no qual Carlos Santos novamente elegeu-se deputado federal ligado aos quadros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Inclusive, nessa época (1967), enquanto presidente da Assembleia Legislativa ocupou - por duas vezes - o cargo de governador do Rio Grande do Sul, por ocasião de viagens do então chefe do executivo Walter Peracchi Barcelos (1907-1986) ao Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro. Em meados da década de 1970, Carlos Santos mudou de cenário, passando a defender as suas ideias na Câmara Federal, em Brasília.¹⁹

Afirma-se que suas intervenções criaram condições à institucionalização das demandas da pesca e da identidade negra no Estado. Hannah Arendt (1958), em seus pressupostos teóricos, advindos das leituras dos antigos pensadores gregos e romanos, conceituou a origem da política moderna no ocidente.

Arendt definiu os termos ação, fundação e instituição, no intuito de compreender a construção das instâncias políticas de poder. Para a autora, labor e obra estão no campo das atividades, por meio das quais os homens ou renovam o ciclo natural da sua própria vida ou transformam os objetos naturais por instinto, sem reflexões; transformando a acepção de Marx, que vê no trabalho a base da cidadania, e na relação do homem com a natureza algo natural da possível igualdade entre os humanos (AVRITZER, 2006, p.151).

Porém, a cientista política irá buscar, na Grécia, a alternativa de suas reflexões para analisar a permanência das coisas, da imortalidade, e inclusive da conservação do tempo.²⁰ A vida imortal que foi legada ao Olimpo pelos Deuses, segundo os gregos, é uma vida renovável. Labor e trabalho ficam sendo algo biológico do corpo humano, baseado nas necessidades de sobrevivência, por exemplo, e não de igualdade. No entanto, a ação gera durabilidade, pois é a partir das ações que podemos pensar que tipo

lugar de Tarso Dutra (1914-1983) na 39ª legislatura até o ano de 1951. No período de nossa tese o parlamentar foi do PTB (1959-1965) e MDB (1966-1974).

¹⁹ Por duas legislaturas consecutivas, vinculado ao MDB, o orador se destacou defendendo, entre outras propostas, novamente a questão da pesca e as temáticas em torno da negritude como evidenciaram as fontes examinadas, encerrando o seu mandato e a sua carreira política de cinquenta anos em 1982. Contudo, no parlamento o tema da negritude com o passar das décadas intensificou-se nas práticas políticas de Carlos Santos. Negritude é um conceito polissêmico, como observou Zilá Bernd. A referência, nesta tese é a interpretação da negritude em sentido amplo, que remete à vontade de ser, à afirmação da validade universal do negro e não a ideológica, que especificou a raça e a sua supremacia sobre o universal (BERND, 1987, p.31). Embora as tensões em torno do conceito sejam identificadas nos discursos do deputado.

²⁰ Ver ARENDT, Hannah. *A condição humana*. op. cit.

de durabilidade essa ação humana produzirá. Para Arendt (1958, p. 137), “é a durabilidade que fornece às coisas do mundo uma relativa independência dos homens que as produziram e as utilizam e que fornece a sua ‘objetividade’”. Ou seja, a ação é um meio artificial de os seres humanos produzirem a igualdade ou a hierarquia social. Já o labor e a obra não seriam as bases da igualdade, sendo a ação uma construção humana necessária ao reconhecimento mútuo.

A ação fica identificada na *Pólis*, para a autora, pois é nesse espaço público por excelência que ocorrem os assuntos sociais, em busca da igualdade e da pluralidade. Conforme Avritzer, “é nesse espaço que a política tem lugar e é com a recuperação desse espaço, tão claramente identificado pelos gregos, que Hannah Arendt vincula a sua obra” (AVRITZER, 2006, p.154). Portanto, a ação é a base da política e do público, segundo Arendt (1958). Entretanto, os gregos deixaram de institucionalizar a ação, pois jamais pensaram nos meios para a sua reprodução.

Com os romanos, Arendt (1972) busca o conceito de fundação - que está intimamente ligado ao domínio do poder - para localizar as bases da instituição. Roma, diferentemente de Atenas, conhecia o contrato e, assim, entendia o direito como vinculado ao futuro. Na Grécia, por sua vez, inexistia essa preocupação com o futuro. A institucionalização é um resultado capaz de sobreviver aos seus atores e ser renovado por outras gerações.

Conforme Arendt, as atividades legislativas, para os romanos, tinham um peso na sua vida política, diferente do que ocorria com os gregos, que desconsideravam essa prática. Os romanos viam, na atividade legislativa, a continuidade para a ação. Os gregos remetem a ação a um passado, enquanto que os romanos remetem a ação política a um futuro. Ai se encontra o conceito de fundação, pois, para os romanos, a fundação de Roma vinculou-se à tradição; uma cidade que deveria ser preservada por meio de sucessivas renovações, algo que define uma linearidade. Em comparação aos gregos, novamente tem-se a diferenciação, já que estes tinham uma visão cíclica de história.

Contudo, a autora percebeu, na fundação de Roma, bem como na origem de seu legislativo, a assunção dos privilégios da ocupação do poder, representados pelos patrícios. Aí surge, também, o fenômeno da manipulação das massas, visto que foi na autoridade política dos poderosos que apareceu a diferença destes ante os mais frágeis, representados pelo povo. Essa segmentação da autoridade geraria, em última instância, a tirania, o domínio de uns indivíduos pelos outros.

Segundo Avritzer (2006), o pensamento de Arendt é tensionado quanto à origem do pensamento político moderno, com as bases alicerçadas na antiguidade ocidental. Os gregos e os romanos se complementavam com dificuldades na obra da autora, inclusive na concepção do tempo, situação que será aprofundada por ela em suas pesquisas e que reflete como esses embasamentos poderiam, de fato, completar-se para responder os problemas da concepção da origem da política moderna. Todavia, nesta proposta de tese, esses conceitos foram norteadores, ao invés de tensionadores (AVRITZER, 2006). Serão fundamentadas a ação, a fundação e a institucionalização como termos complementares entre si, na análise das práticas políticas de Carlos Santos - porém, sem determinações.

Segundo Arendt (1972), a institucionalização é um resultado capaz de sobreviver aos seus atores e ser renovado por outras gerações. Esta tese objetiva defender que Carlos da Silva Santos foi um relevante mediador no processo de construção das atuais políticas públicas brasileiras em torno da pesca e da identidade negra, uma vez que foi partícipe, em sua vida política, por meio de suas intervenções, dessas demandas.

A ação: corresponde às suas intervenções relacionadas com requerimentos, comunicações e todo e qualquer dispositivo discursivo, identificados como práticas políticas em que defendeu melhores condições sociais para os trabalhadores da pesca artesanal (categoria socioprofissional) e contra as discriminações e os preconceitos sofridos pela identidade negra.

A ação e o discurso estão intimamente relacionados, já que - desacompanhada do discurso - a ação perderia não só o seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito. O ator realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras. A ação só se torna relevante por meio da palavra falada na qual ele se identifica como o ator, anuncia o que fez, faz e pretende fazer. (ARENDR, 2011, p.223).

A fundação: constituíram-se dos registros dos projetos, decretos e leis (que existiam antes das propostas produzidas por Carlos Santos e das emitidas diretamente por ele, registradas na mídia impressa), livros, anais, documentos etc.

E, por último, mas não menos importante, a institucionalização dessas ações: identificada nas propostas aceitas pelo Estado ou pela sociedade que materializaram ministérios, festas tradicionais (tais como a festa do mar de Rio Grande), decretos e políticas públicas. Ou seja, ações que permaneceram, redundaram e ficaram

permanentes, contando com a participação e contribuição de Carlos Santos e dos movimentos sociais mencionados.

Contudo, salienta-se que, assim como Santos, outros indivíduos agiram, fundaram e instituíram leis limitadas a partir das demandas desses grupos.

Carlos Santos nasceu em 1904, na cidade litorânea de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul.²¹ Na sua infância, conviveu com as necessidades de afirmação de uma família negra em um contexto pós-abolicionista. Manuel da Conceição Silva Santos, seu avô, natural de Pelotas-RS, foi diretor do Jornal abolicionista “A Voz do Escravo” (1881). A mãe de seu avô, sua bisavó, dona Felisberta da Silva, conforme afirmação do próprio Carlos Santos (1967) - quando assumiu o governo interino do estado do Rio Grande do Sul no lugar de Walter Paracchi Barcelos (1907-1986) - “vendeu cocada-puxa para acumular capital e, assim, comprar as alforrias de escravizados na cidade de Rio Grande”.

No pós-abolição, em situação difícil para a comunidade negra no contexto da época, sua família resistiu. Seus pais, Manoel Conceição dos Santos, carpinteiro, e Saturnina Bibiana Silva Santos, professora de música, mantiveram-se materialmente com seus trabalhos, ambos na Igreja Matriz de São Pedro de Rio Grande, onde prestavam serviços.²²

O escopo da pesquisa consiste em analisar as práticas políticas do sujeito Carlos Santos em sua vida pública, identificando, nos seus pensamentos, as ideologias sobre os aspectos dos problemas financeiros da pesca industrial e dos pescadores no Rio Grande do Sul. Assim, destaca-se a importância de suas ideias - respaldadas pela comunidade negra - visando à superação dos preconceitos, à promoção da inserção social e à integração desse grupo à sociedade regional e nacional, durante a sua trajetória política, relacionada aos contextos e às transformações sociais e políticas vivenciadas pelo próprio sujeito. Tais ideias também estão relacionadas às conjunturas políticas do Estado, do Brasil e, ocasionalmente, dos Estados Unidos da América e da África do Sul, devido aos problemas raciais, no período examinado.

Para Orlandi (2001, p.10), no momento em que o sujeito diz o que diz, ele se assume como autor. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua

²¹ O Brasil tem 7.367km de litoral, dos quais, 622km pertencem ao estado do Rio Grande do Sul, tendo o município de Rio Grande, terra natal de Santos, consideráveis 254km de litoral.

²² O pai como carpinteiro e a mãe como professora organista. Essa situação fez a diferença na formação de Carlos Santos, já que, em virtude dos contatos e com os auxílios da fé cristã, obteve um fio condutor moral de suas práticas culturais e políticas, como veremos a seguir.

determinação são identificados. O sujeito é determinado pela exterioridade, pela formulação discursiva, passível de contradições. Ainda segundo a autora, tratar a questão da ideologia é criar condições teóricas e metodológicas para observá-la; é observar o funcionamento do discurso.

Já para Arendt (2011), ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo social, enquanto suas identidades físicas aparecem, sem qualquer atividade própria, na confirmação singular do corpo e no som singular da voz. Essa revelação de “quem”, em contraposição a “o que” alguém é - os dons, as qualidades, os talentos e defeitos que se podem exhibir ou ocultar - estão implícitos em tudo o que esse alguém diz ou faz (ARENDR, 2011, p.224). Pois, é justamente esta qualidade reveladora do discurso e da ação que passa a um primeiro plano quando as pessoas estão com as outras; nem “pró” nem “contra” elas - isto é, no puro estar junto aos homens (ARENDR, 2011, p.225). O local social público que Carlos Santos e os seus pares atuavam juntos era no parlamento.

Os discursos de Carlos Santos serão abordados neste estudo por meio de classificação, ordenamento, recorte e seleção de suas falas, pronunciadas nas tribunas do estado (a partir dos dispositivos discursivos representados nas identidades da pesca e da identidade negra), e centradas em suas ações em plenário, de modo a refletir sobre sua contribuição na elaboração de políticas públicas para o setor da pesca e em defesa da identidade negra.

Pensa-se em coadunar estes discursos e as suas respectivas deferências às contingências históricas que possibilitaram as origens das assertivas da atividade da pesca artesanal e da identidade negra, evidenciadas em situações anteriores aos discursos de Carlos Santos, pois os movimentos sociais dos pescadores e das populações negras exerceram pressão no Estado, mas, eram carentes de representantes na mediação política.

Nesse sentido, nosso protagonista tornou-se um dos representantes de referência dessas demandas, existentes e formuladas por ideologias produzidas e identificáveis junto ao poder do Estado, e nas relações desses com os anseios dos movimentos sociais da sociedade civil. Concordando com as reflexões de Alexandre Fortes (2004, p.435), e adequando-as aos nossos objetivos, em suma será tratada uma tensa relação, em que ocorreram negociações entre o Estado e os trabalhadores. Isto, no período conhecido como trabalhismo, em que interesses comuns ou incomuns integrariam “ideias, crenças,

valores e códigos comportamentais que circularam entre os envolvidos” muito antes do período que por ora analisou-se.

Relações que se modificariam com o Golpe Militar, quando as negociações foram substituídas pelos silêncios e a tutela de representantes visivelmente interessados em defender o interesse dos militares e da concentração de capital.

Obviamente, Carlos Santos era integrante de um partido político, o PTB, e era como político desse lugar que ele operava a mediação. Berstein (2003, p. 60-61) ensina que a realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, e o campo político, à esfera do discurso e das representações especulativas, e que não existe passarela natural entre as duas. É nesse espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, para articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações.

A mediação política assume a tradução. Carlos Santos seria o tradutor político dos pensamentos das identidades dos pescadores artesanais e do grupo negro junto ao PTB, e deste junto ao Estado. Em outro movimento, Carlos Santos difundia a ideologia trabalhista aos grupos auferidos. Nesse sentido, nossa pesquisa visa a refletir sobre a participação de Carlos Santos na mediação das tensões políticas do período, que seriam nitidamente afetadas pelo contexto dos governos militares, conforme a repressão se acentuava.

Carlos Santos era rio-grandino, região de intensa atividade pesqueira; e também era filho de uma família assumidamente negra.²³ Essa equação, (arrisca-se a realçar o referido termo) é condição *sine qua non* para a interpretação de nossa narrativa histórica, denotando expressividade identitárias ao político pesquisado, já que era cerceado pelos valores, crenças e códigos dos grupos defendidos.

A origem da pesca artesanal no Brasil está profundamente ligada à história dos grupos oprimidos da sociedade colonial - os indígenas - e, posteriormente, o negro

²³ Manoel Conceição da Silva Santos, avô de Carlos Santos, era uma eminente figura da Abolição na cidade de Pelotas além de dono do jornal *A Voz do Escravo* (1881), foi presidente da sociedade de artesãos Fraternidade Artística e tesoureiro do Clube Abolicionista. Ver LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*: UFSC. <<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Beatriz%20Loner%20completo.pdf>>. Acesso 21 de junho de 2008. Para Margaret M. Bakos: “A fundação, em Pelotas, do jornal *A Voz do Escravo*, em 1881, mostra outro ângulo do movimento abolicionista na sociedade, ao expressar a atitude dos negros frente à agressão dos escravocratas”. Ver BAKOS, Margaret M. Abolicionismo no Rio Grande do Sul. *Cadernos de História do Memorial do RS*, número 9. Porto Alegre: Memorial do RS, 2007, p.9. <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/abolicao1.pdf>. Acesso 11 de novembro de 2007.

africano (SILVA, 1988, p.29). Segundo Luiz Silva, por pesca artesanal conceitua-se a atividade vinculada aos pescadores, enquanto categoria socioprofissional específica no conjunto da sociedade brasileira, e suas relações com a sociedade e com os momentos políticos do Estado brasileiro (SILVA, 1988, p.24).

Carlos Santos iniciou seus discursos defendendo os trabalhadores artesanais da pesca; após, tornou-se mais abrangente, mediando as atividades do setor pesqueiro, incluindo industriais e empresários.

Em virtude das dificuldades de se localizar referencial bibliográfico sobre a pesca artesanal e a atividade pesqueira, no campo historiográfico, investiu-se no diálogo com outras áreas afins. Para um desenvolvimento satisfatório, elucidativo de nossa escrita, dialogou-se com pesquisadores e teóricos das áreas de Educação Ambiental, Desenvolvimento Rural e Geografia. Todavia, foi na publicação de Luiz Geraldo da Silva (1988), denominada “Os Pescadores na História do Brasil”, que se teve as referências para a compreensão histórica do tema. Quanto às dificuldades nas pesquisas, nas palavras do próprio historiador, em virtude da preocupação com a terra no Brasil e com sua economia agrícola, “houve um esquecimento histórico do pescador artesanal” (SILVA, 1988, p.21). Além do pescador artesanal, buscou-se compreender o desenvolvimento econômico da atividade da pesca.

Eduardo Schiavone Cardoso (2009, p.02) entende que a origem da atividade pesqueira no Brasil remonta aos períodos pré-históricos, nos sambaquis espalhados pelo litoral. Os vestígios arqueológicos apontam para o uso que as populações ancestrais faziam do mar para compor sua dieta alimentar. Entretanto, ressalta-se que o controle dessa atividade inicia somente com a criação da Marinha de Guerra brasileira após a independência do país frente a Portugal e o estabelecimento da Capitania dos Portos em 1846. A partir de 1919, foi a Marinha a responsável pelo estabelecimento das Colônias de Pescadores e de outros mecanismos de intervenção do Estado no setor.

Para Callou (2010), os pescadores artesanais - também chamados de praiheiros, jangadeiros, caiçaras e açorianos - são dependentes das regiões onde habitam e de seus artefatos socioculturais e técnicos, reconhecidos como trabalhadores que se dedicam à captura de pescado, executando diversas tarefas de pesca de altura (no caso dos pescadores marítimos) ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras (CALLOU, 2010, p.01).

Entretanto, o que ocorre quando afloram situações de conflito, alianças, lutas e mecanismos de disputas políticas envolvendo os trabalhadores da pesca? Como se

manifestam as representações de seus interesses profissionais? Segundo Cardoso (2009, p.2), manifestam-se pelos atos ligados aos seus espaços de vida social, tais como as associações de bairro e a câmara de vereadores.

O político Carlos Santos tornara-se, assim, um interlocutor competente das demandas encaminhadas desse grupo ao Estado, à Assembleia Legislativa e à opinião pública. Segundo ele, “mesmo com farta legislação na década de 1950 a condição social do pescador, era retratada, no fundo das suas vicissitudes, como o realismo brutal de um trabalho escravo” (SANTOS, CORREIO DO POVO, 07 de Agosto de 1959, p.12).

Michel de Certeau (2006, p. 66) afirma que “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar social de produção socioeconômica, político e cultural, podendo ser elaborada por um profissional liberal ou letrado, sendo que nesse local se delineiam interesses”. Salienta-se que Carlos Santos era um político experiente em 1959²⁴ e, por meio de sua função pública, iniciada na década de 1930, não raramente afirmava sua identidade étnica.²⁵

Entretanto, referenciava o dia 13 de maio, data magna da abolição da escravidão no Brasil, para exaltar a liberdade, mas principalmente para denunciar o problema dos “pruridos racistóides”, como denominou a discriminação racial, um problema a ser enfrentado por todos.

As estratégias utilizadas em seus discursos possibilitou a percepção, a interpretação e a compreensão dos silêncios e das negociações (seus e dos outros grupos envolvidos nas questões identitárias) em torno dos momentos que antecederiam suas intervenções, denotando os embates e as resistências de seus pares políticos e militares, das diversidades negras e da própria sociedade, que o reconhecia como um homem negro em uma democracia racial. Democracia racial, inclusive, defendida por ele, e que,

²⁴ De 1935 a 1937, assumiu como Deputado Classista, representando os operários de Rio Grande na Assembleia Legislativa do Estado. Com a ditadura estadonovista Carlos Santos retornou a Rio Grande. Com o final do Estado Novo, concorreu a Assembleia Legislativa pelo PSD – Partido Social Democrático, em 1947, ficando na suplência na 39ª legislatura, assumiu no lugar de Tarso Dutra, (1914-1983) eleito deputado federal. Carlos Santos ficou de 1950 até o ano de 1951 nessa legislatura. Além disso, Santos seria deputado estadual em mais outras três ocasiões consecutivas; porém, junto aos quadros do PTB, seguindo a ordem das legislaturas: 40ª legislatura (1959-1963).

²⁵ Carlos Santos foi intelectual do jornal negro “A Alvorada de Pelotas” na década de 1950, antes fundou a associação negra como o Marcilio Dias, em Rio Grande. Escrevia e produzia nos lugares sociais que frequentava, independentemente da atividade que exercia como magistrado, articulista da imprensa negra, presidente de associações, deputado estadual e federal. Seus discursos e pensamentos possibilitaram à comunidade negra crer em sua ascensão social por intermédio da educação. Além disso, também ressaltava, como político, a importância da comunidade negra nos acontecimentos da história, conforme demonstraremos nesta tese.

com o tempo, a própria sociedade desmistificou. Transformação que foi igualmente identificada por nós em seus pronunciamentos.

Para uma melhor compreensão desta pesquisa, foram utilizadas as tabelas para identificar as datas das intervenções de Santos, sendo grifadas as que tinham relação com a pesca e com a identidade negra, visando a orientar o leitor sobre as intervenções interpretadas.

A partir disso, optou-se por analisar intervenção por intervenção. Para a análise, foram utilizadas tabelas quantitativas, a cada ano, para situar a frequência das intervenções, bem como para se observar o desempenho das atividades. Delineando o exame qualitativo e quantitativo de suas intervenções, foram utilizados elementos gráficos, cotejando as análises por meio de adequada bibliografia.

Os Anais da Assembleia possuem características oficiais, já que se trata de registros produzidos no âmbito do poder. Em virtude da hegemonia do PTB no legislativo e no executivo do Estado, tais registros exigiram uma análise acurada e, ao mesmo tempo, representaram limites de análise em virtude dos silêncios, razão pelas quais foram catalogados e confrontados com o auxílio de outras fontes, sobretudo mantida após o Golpe Civil-Militar, devido à censura.

As pesquisas dos impressos foram realizadas no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e no Jornal Correio do Povo. Outros recursos, tais como as entrevistas, também foram utilizados, mas para complementar algumas informações com vistas a enriquecer a tese.²⁶

Portanto, outro atributo desta tese fora contemplado, em consonância com a renovação da história política (já que essas fontes correspondem à farta massa documental da pesquisa), premissa à atualização dessa renovação da história política (RÉMOND, 2003).

Defende-se que nosso sujeito se sentia interlocutor das demandas dos dois grupos sociais citados: “das gentes do mar” e do grupo social negro. Além dessas assertivas nossa hipótese parte da proposição de os pescadores serem, historicamente, na grande maioria, afro-brasileiros. Possibilitando localizar, em seus dispositivos discursivos, itens relacionados ao hibridismo identitário analisado.

²⁶ A filha de Carlos Santos Neiva Santos e o seu Assessor José Luís Pereira da Costa foram entrevistados, através de depoimentos orais temáticos semiestruturados por meio de roteiros relacionados as ações políticas e sociais de Carlos Santos. ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: História dentro da história in. PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas* (org.), 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2006.p.156-201.

Tem-se como objetivo defender a tese de que o político negro Carlos Santos se instituiu e foi constituído como um representante da política inclusiva no Rio Grande do Sul sob dois aspectos: o desenvolvimento da atividade econômica da pesca - vinculada aos pescadores artesanais que, na época, detinha uma força cotidiana e financeira interessante, porém limitadas às práticas precárias de produção e necessitando de auxílios públicos para evoluir - e outra demanda, notadamente relacionada à integração racial da comunidade negra, ainda afetada pela discriminação racial.

Santos evidencia tal constatação, já que afirmou, em uma entrevista à Revista do Globo: “Quanto mais subo e me projeto, mais ligado fico às minhas origens (...) afinal de contas se eu caísse cairia comigo todo um grupo social que represento como homem de cor e como operário”²⁷ (SANTOS *apud* BRENER 1962, p.27). Santos iniciou no mundo do trabalho no Estaleiro Naval Dias, produzindo itens de metais para embarcações marítimas; o que reforça a possível identidade híbrida de Carlos Santos.

Afirma-se, contudo, que essas ações, por intermédio de Santos, potencializaram-se no período em que ele defendeu essas políticas, visto que, mesmo com um regime ditatorial, ele foi mediador entre o Estado e a sociedade civil, traduzindo as reivindicações dos trabalhadores da pesca e da identidade negra, contribuindo expressivamente para a futura institucionalização de leis a favor da pesca artesanal e da identidade negra.

Acredita-se, à luz de Alexandre Fortes (2004), e a partir de perspectivas próprias, que o período criou possibilidade de alianças sem implicar, necessariamente, na passividade ou na subordinação dos trabalhadores da pesca ou do movimento social negro ao possível líder “carismático” Carlos Santos. Ao contrário, a configuração dessas alianças, como mecanismos institucionais e práticas sociais que estabeleciam condições de existência, influenciou o comportamento de todos os participantes. As leis, o direito, a cidadania, a justiça, as encenações e as retóricas públicas traçavam limites sem, no entanto, anular a existência dos projetos políticos, embates e tensões, dando protagonismo aos grupos sociais, já que as suas demandas passaram a ser, ao menos, canalizadas. Os resultados dessas relações serão aqui interpretadas.

²⁷ Carlos Santos trabalhou na Cia Swift, Industrial Manoel Fernandes, Oficina da Usina Municipal e no Estaleiro Sr. Julio Venâncio e Estaleiro Naval Dias. Foi fundador da União Sindical Riograndina. JORNAL “A ALVORADA”, Pelotas, ano 53, nº1, p.1.

Buscando compreender as tensões políticas, econômicas, sociais e culturais marcadas por um período de transição de nossas instâncias de poder em consonância com as práticas políticas de Carlos Santos, estruturou-se esta tese em cinco capítulos.

No primeiro, será discutido como a historiografia tem se ocupado de Carlos Santos, bem como dos representantes políticos da comunidade negra. Também intentou-se refletir sobre a sua trajetória pública, aspectos de sua intimidade e como os setores políticos e sociais têm utilizado a memória do parlamentar, falecido em 1989.

No segundo, serão contextualizadas as políticas e as ideologias a partir das pressões dos grupos sociais representados pelo campo político que Carlos Santos defendeu, bem como as tensões desse grupo e de suas demandas junto ao poder de Estado, tanto a nível regional como nacional, compreendendo como o setor pesqueiro e os representantes da identidade negra, por meio de suas ações e ideologias em busca de seus direitos e de suas afirmações, estiveram em evidência na política brasileira no contexto analisado.

No terceiro capítulo, serão abordadas as traduções das assertivas da pesca e da identidade negra produzidas pela atuação de Carlos Santos no parlamento sul-riograndense a partir de 1959. Contextualizar-se-á a região pesqueira de Rio Grande, as traduções dos pescadores e da identidade negra; hibridizada por Santos na homenagem a figura de João Cândido, marinheiro negro, e acompanharemos as primeiras homenagens do político a princesa Isabel e as tensões dos momentos políticos do país e do exterior. Serão examinadas, forma qualitativa e quantitativa, suas intervenções a partir dos discursos referentes a essas demandas por intermédio de sua mediação política como deputado estadual do PTB. Será apresentada a mediação da pesca por intermédio do deputado Wilmar Corrêa Taborda e a afirmação da identidade negra de Carlos Santos no parlamento.

No quarto capítulo, serão apontadas as nuances de como ocorreram as intervenções do político em plena Ditadura Civil-Militar, as pressões, as cassações, a criação do bipartidarismo e as mudanças que os militares promoveram na atividade da pesca, bem como as negociações políticas realizadas por Carlos Santos, a partir da ideologia da democracia racial, na defesa das demandas da pesca artesanal.

Um dos escopos desta etapa consiste em buscar compreender como o político obteve sucesso na Campanha de Valorização do Pescado e demonstrar seus silêncios, em época de ditadura, no contexto de sua ascensão política, como presidente do Legislativo e governador interino do Estado do Rio Grande do Sul. É época em que, com

a institucionalização do AI-5, a atividade da pesca teve outro mediador no parlamento: Adolfo Puggina (ARENA).

Por fim, no último capítulo, será apresentado como a atividade da pesca passou a servir aos interesses industriais em detrimento dos pescadores artesanais. Interpretar-se-á a criação da Assessoria de Relações Públicas e a sua influência nas intervenções do parlamentar no que tange ao aumento de suas ações em torno da identidade negra. Contextualizando, para tanto, a crise econômica brasileira, o estreitamento das relações diplomáticas do Brasil com a África, as relações identitárias no Rio Grande do Sul a partir dos referenciais criados pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, as comemorações do Biênio da colonização e da Imigração (1974) e as transformações das ações de Carlos Santos no que tange as relações culturais e políticas com o Continente Africano.

1 CARLOS DA SILVA SANTOS: DA EXISTÊNCIA ÀS HOMENAGENS

Este capítulo visa examinar como a historiografia tem se ocupado de Carlos Santos (1904-1989), bem como dos representantes políticos da comunidade negra, tentando visibilizar sua trajetória pública e os aspectos de sua intimidade. Tenciona-se investigar sua origem e sua carreira profissional bem como a importância que Carlos Santos dedicava às sociedades negras, aos relacionamentos políticos partidários e a sua família em meio às tensões sentidas por suas atividades, identificando se a “honra”, pronunciada constantemente em seus discursos, serviria como a base de seu capital simbólico e de manutenção política.

Serão evidenciados, neste capítulo, os destaques anunciados nas fontes impressas representados pelos jornais Zero-Hora, Diário de Notícias, Correio do Povo e Folha da Tarde a respeito da assunção política do deputado negro a presidência do legislativo e ao governo sul-rio-grandense em 1967. Fatos inéditos, até então, ocorridos na história política do Rio Grande do Sul.²⁸ Após, serão demonstrados as homenagens dedicadas ao político *post mortem*, no intuito de problematizar quais os grupos sociais que rememoraram o tribuno.

²⁸ O Rio Grande do Sul teve apenas dois deputados auto-definidos como negros em sua trajetória republicana. O primeiro foi Carlos Santos e o segundo Alceu de Deus Collares. Contudo, na atualidade, muitas pessoas ressaltam que o primeiro governador negro foi Alceu Collares, que foi o primeiro mandatário eleito pelo voto democrático. Porém, muitos sul-rio-grandenses e brasileiros desconhecem o mandato interino de governador exercido por Carlos Santos em duas oportunidades na década de 1967.

1.1 AGÊNCIAS POLÍTICAS AFRO-BRASILEIRAS

O interesse pela pesquisa sobre Carlos Santos relaciona-se a partir desses últimos anos pelo protagonismo negro, dimensionado, em virtude da promulgação da Lei 10.639/03, que instaurou a obrigatoriedade dos estudos afro-brasileiros e da identidade negra no ensino do país, aumentando o número de pesquisadores acadêmicos que abordam as agências políticas afrodescendentes.

Portanto, como silenciar sobre as práticas de Carlos Santos? Principalmente, no Estado do Rio Grande do Sul. Outro fator promissor para o aumento destas produções ocorreu pelo surgimento de novas fontes primárias à atualização da metodologia histórica e da interdisciplinaridade. Além das novas interpretações em torno do tema da escravidão e liberdade. Envolvendo um dinamismo jamais visto.²⁹

Todavia, o nosso personagem, que ora apresentamos e os demais assuntos atinentes aos estudos que versam sobre essas temáticas, em que a negociação entre os representantes desta comunidade junto ao poder público estiveram presentes, ainda são carentes, em que pese às qualidades das produções. Convém analisar como historiografia tem visibilizado Carlos Santos e a participação da comunidade negra e de seus representantes na política regional e nacional.

Constatou-se, nas pesquisas de Paulo Moreira (2009), que a história da participação de indivíduos negros na cultura política sul-rio-grandense remonta ao início da república, com a formação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), sob a liderança de Júlio Prates de Castilhos (1860-1903). Esse partido conservou o poder por um longo período no Estado, alicerçado ideologicamente na filosofia positivista.

²⁹ O encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional” surgiu nesse contexto. Desde 2003, bianualmente, este fórum de discussões vem ocorrendo, promovendo um maior conhecimento de pesquisas, sobre documentos e acervos, além da troca de experiências vividas pelos afrodescendentes em outras regiões do país. O GT Negros/ ANPUH-RS, organiza, anualmente, as Jornadas Estaduais de Estudos Afro-brasileiros, consolidando as pesquisas e as interações entre representantes dos movimentos sociais e dos meios acadêmicos. Outros eventos que merecem destaque e vem colaborando ativamente para o aumento das pesquisas são os organizados pela ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/os. As novas linhas de pesquisas criadas nas universidades e os inúmeros Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros existentes em Faculdades, Universidades e Institutos Federais de Educação, são outros fatores positivos no aumento da demanda sobre a temática observada. Sobre o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional organizado pela UFRGS, UFPR e UFSC. Consultar em http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=53. Acesso em 01/02/2014. Sobre o GT Negros/ ANPUH-RS e as Jornadas de Estudos Afro-Brasileiros. Disponível em http://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1153. Acesso em 02/02/2014 e sobre o COPENE, da ABPN, disponível em <http://www.abpn.org.br/>. Acesso em 01/02/2014.

O caráter peculiar da doutrina enlaçada aos ideais de Júlio de Castilhos formou o que muitos pesquisadores denominam ideologia Castilhista (RODRIGUES, 2005, p.31). O PRR teve importante destaque no movimento abolicionista. Esse posicionamento, em grande parte, era adotado pela doutrina da Igreja Positivista, postulava a liberdade humana, condenando sistematicamente a posse de escravos.

Embora o PRR tivesse seus ideais embasados na ideologia positivista, a qual era a favor da abolição da escravidão, algumas incoerências pautavam o discurso de suas lideranças - conforme é identificado na carta enviada por Castilhos ao seu irmão, “Chiquinho”, na qual ele relata a negociação de compra e venda de um escravo de sua propriedade (BAKOS, 2005, p.217-228; VELHO, 2013, p.219).

No entanto, um intelectual negro, na chefia, respaldado pelas funções administrativas, passou a executar com destaque funções no governo e no partido. Esse homem foi Aurélio Viríssimo de Bittencourt.³⁰ Nas palavras de Moreira (2009): “no período republicano, a correspondência trocada entre Aurélio e Júlio de Castilhos revela que no dia a dia da vida palaciana Aurélio permanecia a maior parte do tempo na secretaria da presidência, enquanto Castilhos mantinha-se mais afastado em sua chácara” (MOREIRA; SANTOS; VALANDRO; VARGAS, 2009, p.21).

A influência exercida por essa personalidade no cerne do poder rio-grandense era sentida em muitos âmbitos, inclusive no privado. Como demonstrado em correspondência redigida em 23 de janeiro de 1899:

Dr. Júlio. – Boa tarde. Não tive hoje o prazer de receber notícias e ordens vossas. Pela manhã não vos escrevi porque nada havia de interessante a registrar. É imperioso dever agradecer ainda uma vez a fidalga gentileza do acolhimento que recebi hontem (sic) de vosso e de sua digníssima família. Guardo grata reminiscência de um dia aprazível, cujas horas decorrem rápidas, sempre entre as finas expansões de amigos, que muito voz prezam e admiram. Obrigado, pois, a todos (*Apud* MOREIRA; SANTOS; VALANDRO; VARGAS, 2009, p.21).

Aurélio Viríssimo Bitencourt faleceu em 1919, deixando considerável patrimônio material (imóveis e heranças) e um espólio de serviços prestados com qualidade e eficiência à política republicana. Seus descendentes fizeram época na

³⁰ Intelectual negro, aqui, é entendido sob a luz do conceito de José Antônio dos Santos, que identifica estes homens como os responsáveis pela circulação das informações através de suas escritas produzidas em periódicos, denominados de imprensa negra, já que era um material produzido por intelectuais negros no final do século XIX, exclusivo para o fortalecimento de sua comunidade.

sociedade local, reproduzindo como legado, guardadas as devidas proporções, a relevância intelectual negra em outros meios, com ele iniciados. Seus filhos Aurélio de Bittencourt Júnior, diplomado em direito, e Sérgio Bittencourt, jornalista, foram os fundadores do Jornal negro “O Exemplo”, em 1892, em Porto Alegre.

Outra figura importante desse núcleo familiar, pesquisado por José Antônio dos Santos (2009), foi Dario de Bittencourt (1901-1974), filho de Aurélio de Bittencourt Jr., portanto, neto do velho Aurélio Bittencourt. Em 1920, Dario passou a fazer parte da organização do periódico “O Exemplo”, combatendo o preconceito racial até 1930, quando o jornal fechou suas portas (SANTOS, 2009, p.65).

Segundo Barreras (1998, p.14) Dario Bittencourt representava duas vertentes da cultura gaúcha: o castilhismo positivista e a Igreja Católica, além de um desdobramento “peculiar”, o integralismo. Para a autora a matriz geral do castilhismo positivista, do integralismo e do discurso católico é a mesma: a busca incessante da ordem. Foi justamente nesse período, de nascimento de Dario, que surgiu na cidade de Rio Grande, no interior do Rio Grande do Sul, o sindicalista Carlos Santos.

Aliás, seria impossível desenvolver um exame historiográfico sobre o protagonismo político negro sem demonstrar a importância da imprensa negra para o agenciamento e a difusão das propostas da comunidade negra para a sociedade abrangente. Esses jornais eram dirigidos por negros e tinham como alvo as populações afrodescendentes. Para José Antônio dos Santos (2011, p.15) os periódicos nos dão possibilidades, por meio de seus percursos, redatores e matérias, conhecer sobre a participação política dos negros na história do Estado e refletir sobre ela.³¹

O Rio Grande do Sul comporta duas características interessantes quanto à circulação desses jornais, sendo o mais antigo do país denominado “O Exemplo” (1892-1930) e o mais longo, intitulado “A Alvorada”, (1907-1965) de Pelotas. Carlos Santos escreveu matérias neste último.

Qual a razão de Carlos Santos deputado classista, deputado estadual, deputado federal, primeiro governador negro em exercício do Rio Grande do Sul, estado mais

³¹ Os seguintes jornais negros existiram no Rio Grande do Sul: “O Exemplo”, de Porto Alegre (1892), “A Cruzada”, de Pelotas (1905), “A Alvorada”, de Pelotas, 1907, “A Hora”, de Rio Grande (1914), “O Succo”, de Santa Maria (1914), “A Tesoura”, Porto Alegre (1924), “A Liberdade”, Porto Alegre (1925), “O Astro”, de Cachoeira (1927) e “A Navalha”, de Santana do Livramento (1931). Ver SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Doutorado em História PPGH-PUCRS, 2011.

européu do Brasil³²continuar no ostracismo nas pesquisas acadêmicas quando há evidências que seus discursos são relevantes para o aprofundamento destas temáticas?

Será que a escassez de pesquisas sobre a importância de Carlos Santos decorre do fato de ele ser um negro de origem sul-rio-grandense ao invés de paulista e carioca, como os citados Abdias do Nascimento (1914-2011), Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978) e José Correia Leite (1900-1989)? Ou será em virtude de o mesmo ter sido político-partidário? Ora, praticamente todos os intelectuais negros vislumbraram cargos públicos, já que seria a maneira mais eficaz de transformar suas realidades e a de seu grupo.

Em nível coletivo, essa situação ocorreu com a elevação da “Frente Negra” a partido político em 1936, que somente teve suas atividades encerradas em virtude do Estado Novo. O mesmo aconteceu com o militante e intelectual negro Abdias do Nascimento, que após concorrer à vereança da Guanabara nos anos de 1950, sem sucesso, elegeu-se senador federal nos anos de 1980 (GOMES, 2008, p.149).

Entre as hipóteses quanto à ausência de uma pesquisa de fôlego sobre Carlos Santos pode ser o fato de ele não ter participado das organizações negras, pois na atualidade existe um bom número de pesquisas que versam sobre essas associações. Ideia negada, já que esse intelectual participou de blocos carnavalescos em Rio Grande/RS, da imprensa negra de Pelotas/ RS e da Sociedade Beneficente Floresta Aurora de Porto Alegre, tudo isso entre 1930 e 1980, vivenciado as práticas sociais como batismos, casamentos, festas junto à sua comunidade.

Quem sabe, a efervescência dos atuais estudos e das políticas afirmativas no Brasil possibilitou a nossa intenção em propor novas abordagens da agência negra na história do Brasil ante a passividade e a vitimização há muito divulgada e construída pela história tradicional?

O mais interessante é que o próprio Carlos Santos (1937), registrou, em sua autobiografia, intitulada “Sucata”, em que se denomina “operário-parlamentar”, produzida a partir da seleção de seus próprios discursos, o reconhecimento da publicação como fruto de sua militância trabalhista, assim apenas estava “lançando à publicidade aquilo que dizia a multidões” de base, delineando seus ideais e suas aspirações, projetando um caminho de si.

³²Citação de José Luiz Pereira da Costa, assessor e secretário de Carlos Santos, por duas décadas, no prefácio do livro de CLEMENTE, Elvo e BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre, PUCRS, 1995.

Porém, essa biografia foi escrita em meados dos anos 1930, em que o operário e deputado classista, pretendia escrever somente palavras de “trabalhador para os trabalhadores” (SANTOS, 1937, p.1-2). Para Carlos Santos, o título da obra “Sucata”, era relacionado ao que tinha “sobrado para ele da vida”. Mas muitas surpresas o futuro reservava a esse sujeito negro.

Provavelmente, ao escrever esse livro, o intelectual com 33 anos de idade, oriundo de família pobre, desde cedo ajudando a sustentar a família, liderando sindicatos, fazendo pronunciamentos em congressos eucarísticos, criando associações, desenvolvendo sua oratória no Cordão Carnavalesco “Braço é Braço” e atingindo o cargo de deputado classista, como ele mesmo enfatizou na obra, tenha pensado que tinha esgotado os seus repertórios na vida pública, considerados realizações suficientes, para um homem que, descendente de escravizados e sem formação superior, era chamado de doutor.

Inclusive no mesmo ano de lançamento desta obra, o político foi solapado de suas funções de deputado classista pelo início da ditadura do “Estado Novo”, de 1937. Mas sua vida, com suas circunstâncias e seus acasos, o levariam incertamente a uma ascensão impactante, como observaremos mais adiante.

Benito Schimdt (2004) pesquisou dois líderes operários do início do século XX, Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961) sendo este último considerado, assim como Santos, destacado tribuno. Por meio de fontes jornalísticas, entrevistas, documentos oficiais, literários, memórias, iconografias etc., o historiador propôs a construção de biografias multifacetadas desses personagens, seres plurais, sem estabilidades, com objetivo de compreender as diversas formas de ser socialista e para entender a formação e o movimento operário de orientação social democrata em Porto Alegre ao longo da Primeira República até a década de 1930. Para elucidar os primeiros anos de vidas de ambos, Schimdt (2004, p.33) fez uso de autobiografias, encontrando semelhanças entre as origens dos mesmos: “a pobreza dos pais, a luta de ambos pelo auxílio da família pela morte do pai e o orgulho de suas origens”.

Não por acaso, Carlos Santos, na introdução de sua autobiografia também utilizou os relatos desses “atributos”, em que a sua predestinação e superação das dificuldades na vida cotidiana e educacional desde cedo voltado para as lides do trabalho pesado da metalurgia o fizeram servir a sua “classe e ao Brasil” (SANTOS, 1937, p.1).

Segundo Schmidt (2004), essas “autobiografias”, muitas vezes, reforçam uma

coerência de linearidade e de trajetórias para preservar suas posições de liderança, já que deveriam servir de exemplos de conduta diante das adversidades, portadores de convicções firmes e inabaláveis, lutando pelos direitos dos grupos defendidos (SCHMIDT, 2004, p.26-27).

Nossa proposta não é biográfica, embora nesse capítulo aproxime-se do gênero. Sendo ela nitidamente biográfica, de fato, pensaríamos em Carlos Santos à luz das interpretações de Schmidt (2004) ao invés de um representante dos meios negros ou políticos com uma conduta cotidiana e pensamento linear e sem tensões entre o “eu e o mundo” e vice-versa, mas principalmente como um sujeito revelador da complexidade de se pensar nesses discursos de carácter unificada e homogêneo, sem complexidades, quando muitas situações incertas possam ocorrer, possibilitando o seu envolvimento inclusive por meio de anseios, disputas e surpresas ou até mesmo por opções estratégicas próprias ou simplesmente de obra do acaso, como possíveis resultados dos caminhos escolhidos pelo sujeito Carlos Santos. Tentaríamos enveredar, até pelas teorias que estamos utilizando neste trabalho consubstanciado pela renovação da “História Política” guiado pela história problema dos *Annales* (RÉMOND, 2003), pelos pressupostos utilizados por Benito Schmidt (2004).

“Procurando as multiplicidades de caminhos e possibilidades e a liberdade de escolhas dos personagens construídas durante o itinerário de suas vidas, no campo de possibilidades historicamente determinadas, e não previamente” (SCHMIDT, 2004, p.27). Inclusive, percebendo grandes possibilidades de que tenha acontecido naquelas “estradas da vida”, entre os anos de 1920 e 1930, anos de intensas agitações em torno das questões do trabalho, um possível encontro entre Carlos Santos, Francisco Xavier e Carlos Cavaco, mesmo se nesse período eles estivessem vivendo em Rio Grande ou Porto Alegre. Quem sabe? Essas são instigações para outros momentos, já que em nossas fontes nada foi localizado que se constatasse essa reunião.

Retornando à historiografia sobre Carlos Santos, duas obras sobre o tema de nossa tese merecem destaques: o livro de Elvo Clemente e Eni Barbosa (1994), intitulado: “Carlos Santos, uma biografia” e a publicação de Luiz Henrique Torres (2004): “Parlamentares Gaúchos Carlos Santos, trajetória Biográfica”. Ambos os trabalhos, em que pesem suas importâncias, distanciam-se de uma pesquisa pautada pelo rigor científico, descrevendo com intensa adjetivação as qualidades de Santos.

Passagens como “escrever sobre a vida de Carlos Santos é aproximar-se com reverência e temor de um gigante da humanidade” (1994, p.11) ou “Carlos Santos é uma

referência de parlamentar e cidadão brasileiro” (2004, p.13), compõem as páginas destas obras. Sendo a pesquisa de Elvo Clemente e Eni Barbosa (1994) dedicada ao desempenho cristão de Carlos Santos e a de Luiz Henrique Torres (2004) mais vinculada à política oficial, inclusive sendo alusiva à efeméride do centenário de nascimento do tribuno ocorrido em 2004.

Nas pesquisas e produções científicas relativas à participação de representantes negros na história política nacional, citam-se constantemente o intelectual negro Arlindo Veiga dos Santos, fundador da “Frente Negra Brasileira” de São Paulo, em 1931 e Abdias do Nascimento, fundador do “Teatro Experimental do Negro”, da cidade do Rio de Janeiro, em 1944. Salienta-se que ambos faziam parte do eixo-Rio-São Paulo.

Compreende-se a relevância desses líderes negros na diligência de suas agremiações de destaque nacional com repercussão internacional (DOMINGUES, 2013), certamente são intelectuais importantes na configuração do pensamento político social negro brasileiro, e novamente serão citados em nossas pesquisas nos capítulos posteriores em que será dada ênfase às tensões e negociações políticas da comunidade negra e de seus representantes com o Estado.

Outro político que tem merecido destaque nas pesquisas que versam sobre políticos negros é o pernambucano Monteiro Lopes (1867-1910). Salienta-se que eram difíceis os relacionamentos entre os políticos reconhecidamente negros e as instâncias políticas de poder, resultado do forte preconceito a que esses agentes eram vítimas na incipiente República, visto por nós como tensões inerentes às disputas pelo poder. Quanto a essa situação, tem-se, no caso de Monteiro Lopes, o problema evidenciado.

Manoel da Motta Monteiro Lopes nasceu no Recife, Estado de Pernambuco, em 25 de dezembro de 1867 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 13 de dezembro de 1910. Filho do operário Jerônimo Motta Monteiro e de Maria Egípcia de Paula Lopes, ambos afrodescendentes. Monteiro Lopes foi chefe de polícia e exerceu cargos públicos, em 1894, transferiu-se para a Capital Federal, Rio de Janeiro, para se dedicar à advocacia. Em 1909, Lopes concorreu às eleições para deputado distrital, ficando em terceiro lugar com 2.337 votos.

Contudo, a imprensa noticiava os conluios e conchavos que aconteciam nos bastidores do poder, no sentido de impedir a diplomação do político afro-brasileiro. Inclusive, setores da imprensa informavam que seria uma vergonha deixar entrar no congresso um homem de cor, referindo-se a Monteiro Lopes. O político iniciou um trabalho de articulação nacional para garantir seu direito (DOMINGUES; GOMES,

p.127-156). O Rio Grande do Sul foi importante no apoio destinado às intenções do deputado, principalmente pela intensa participação da comunidade negra nas associações.

Pelotas foi uma região relevante em termos de associativismo negro no início do século XX, efeito da grande concentração dessas populações advindas desde as charqueadas, em que o braço escravizado movimentava a riqueza da cidade e a prosperidade da elite local (ASSUMPTÃO, 2013). E em virtude da opulência produzida pela carne seca e salgada, o charque que inclusive era produto de exportação, a cidade possibilitou o destaque e o cosmopolitismo do município, permitindo o trânsito de ideias e de pessoas de outras partes do país (CAIUÁ, 2013).³³ A cidade também teve intensa produção de lavouras e roças, que eram constantemente ocupadas por quilombolas (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013, p.2013).

Destacando Pelotas, Moreira, Al-Alam e Pinto (2013, p.18-22), afirmam que a cidade tornara-se opulenta refinada aos moldes da vida europeia, parisiense. A proximidade com Rio Grande facilitou intensos diálogos entre as regiões dos portos brasileiros, integrando-as ao espaço do Atlântico Negro (GILROY, 1993).

Por tudo isto, discussões nacionais e internacionais facilmente encontravam campo fértil na “Princesa do Sul”, como ficou conhecida a cidade de Pelotas. Inclusive, os debates em torno da posse de Monteiro Lopes, comprovam esse cosmopolitismo da região.

Fernanda Oliveira da Silva (2011), que pesquisou os clubes e as associações negras de Pelotas, encontrou referências a respeito do “Centro Ethiópico Monteiro Lopes”, criado em 6 de março de 1909 em reação à recusa de setores políticos e parcelas da opinião pública em dar assento ao deputado em virtude de sua cor.³⁴ O político encontrou importante respaldo da comunidade negra local (SILVA, 2011, p.97). No dia 06 de março, na reunião de fundação do Centro, estavam presentes os membros

³³ Para Caiuá Cardoso Al-Alam o mundo do trabalho em Pelotas, e estendendo à cidade do Rio Grande, já que as duas cidades viviam intimamente conectadas pela particularidade da ligação para o mar, deve ser visualizado dentro de uma ideia do cosmopolitismo. Ver AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Palácios das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas (1869-1889)*. Programa de Pós-Graduação em História – PUCRS, Porto Alegre, 2013. Tese de Doutorado em História, p.19.

³⁴ O associativismo negro ocorreu em outras regiões do Rio Grande do Sul, como na região da capital, da serra, do vale e da zona sul do Estado, ver: GOMES, Fabrício Romani Gomes. *Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. UNISINOS, São Leopoldo, Dissertação de Mestrado em História, 2008, GOMES, Fabrício; MAGALHÃES, Magna Lima. “Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho associativismo e visibilidade negra em terras de imigração negra no RS”. In: G. F. da Silva; J. A. dos Santos; L. C. C. Carneiro. *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, pp. 272-282, LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937*.

do Jornal “A Alvorada” e membros das associações negras, entre esses, Rodolfo Xavier, Modesto Passos e os irmãos José da Silva Santos (1863) e Balbino Conceição da Silva Santos (1879-1950) tios de Carlos Santos, na época com cinco anos.

Na ocasião, os membros enviaram telegramas ao senado e à câmara federal em repúdio ao tratamento dispensado a Monteiro Lopes, patrono da associação que foi fundada exclusivamente para defesa de sua diplomação.

A partir de Pelotas, outras cidades inauguraram clubes para protestar a favor dos direitos do deputado, como o Clube Monteiro Lopes de Rio Grande, Centro Monteiro Lopes, de Bagé e Centro Monteiro Lopes de Santa Maria, difusão motivada efetivamente pelo “Centro Ethiópico Monteiro Lopes” de Pelotas. Segundo as pesquisas de Silva (2011), as repercussões a favor do deputado ultrapassaram as fronteiras nacionais, chegando ao Uruguai (SILVA *apud* TAVARES, 2011, p.98). Passado o episódio, já diplomado, Monteiro Lopes manteve laços com os organizadores do Jornal “A Alvorada”, reforçando a afirmação da identidade negra.

Em Porto Alegre, também houve manifestação na Sociedade Beneficente Floresta Aurora de Porto Alegre, a favor de Lopes. De acordo com Liane Muller:

Eleito em 1909, deputado para a Assembleia do Rio de Janeiro, havia sido impedido de receber seu diploma em função da cor da pele. Tão logo a notícia circulou pelo país, os negros organizados em estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, deram início a uma intensa campanha para efetivar sua diplomação. Alcançado o objetivo, Monteiro Lopes visitou Porto Alegre no ano seguinte, sendo recebido com festa, especialmente na Sociedade Floresta Aurora (MÜLLER, 1999, p.130) (GRIFO NOSSO).

Os pesquisadores do Rio Grande do Sul e de outras localidades, ao aprofundarem os seus estudos sobre a temática negra no período republicano, reconhecem a produção dos intelectuais do eixo Rio - São Paulo, além de trabalhos do nordeste, no que tange às suas contribuições sobre as participações políticas dos representantes da identidade negra. Entre os expoentes destes estudos, destacam-se os pesquisadores Nina Rodrigues (1862-1906), Gilberto Freyre (1900-1987), Edson Carneiro (1912-1972), Artur Ramos (1903-1949) e personalidades como Manuel Querino (1851-1923) e Solano Trindade (1908-1974), entre outros, no início dos anos de 1920 e 1930. Perpassando pelos anos de 1950, em que teve-se no materialismo histórico das ciências humanas, novas sistematizações referentes às pesquisas sobre o negro. O viés econômico e da luta de classes atreladas ao modo de produção ditavam as

normas, principalmente pela escola da USP, representada pelos pesquisadores Florestan Fernandes (1920-1995), Roger Bastide (1898-1974) e seus discípulos Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni (1926-2004), além do sociólogo Clóvis Moura (1925-2003), que citaram inúmeras vezes em seus livros Abdias do Nascimento e Arlindo Veiga dos Santos, como, anteriormente, referências de lideranças negras.

Porém, reconhece-se que estes pesquisadores jamais citaram a contribuição de Carlos Santos, mesmo com cinquenta anos de vida pública, para a história política da comunidade negra nacional. Onde estão as pesquisas acadêmicas sobre Carlos Santos? Pretende-se com este trabalho contribuir para preencher essa lacuna historiográfica.³⁵

No Rio Grande do Sul, José Antônio dos Santos pesquisou o jornal “A Alvorada” identificando-o como um periódico direcionado a defender os negros da discriminação bem como apoiar os operários pelotenses. Na pesquisa, o autor narrou um pouco da trajetória de Carlos Santos, como articulista do Jornal da cidade de Pelotas (SANTOS, 2000, p.93-95).

Beatriz Ana Loner (1999, p.136-142) pesquisou a formação da classe operária em Pelotas e Rio Grande, citando em sua tese, que o mesmo participou do cordão carnavalesco “Braço é Braço”. A pesquisadora também relatou um elogio que o jornal “Evolução” da cidade de Rio Grande fez sobre a participação de Carlos Santos no corpo cênico do “Grêmio Dramático Filhos do Trabalho”.

Em outra pesquisa Loner (2013) investigou quatro gerações da família Silva Santos (considerado pela historiadora como uma das principais famílias afrodescendentes da cidade de Pelotas) cujos membros se destacaram desde o período imperial, tendo protagonizado ações a favor da comunidade negra da zona sul do Estado. Essa produção é a primeira a tratar exclusivamente da família Santos e Silva (LONER, 2013).

Flávio M. Heinz (2005), no livro: “O Parlamento em Tempos Interessantes - Breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982”, fez um breve, porém direto perfil do tribuno:

(...) era negro, e esse aspecto foi ressaltado pela imprensa, pois tratava-se do primeiro “homem de cor” a assumir a Presidência daquela Casa. Dias depois, devido a uma viagem de Peracchi Barcellos, assumiu o governo do Estado,

³⁵ Ao elencarmos pesquisadores acadêmicos e populares, negros e brancos, estamos em última análise, enfatizando que jamais se produziu uma pesquisa de fôlego acadêmica e científica sobre a trajetória política de Carlos Santos, de seus discursos e pensamentos.

quando novamente foi destacado nos noticiários que aquela era a primeira vez que o Executivo era chefiado por um homem negro (HEINZ, 2005, p.59).

Quanto a esses noticiários, citados por Heinz (2005), propõem-se analisá-los ainda neste capítulo. A pesquisadora Lúcia Regina Brito Pereira (2008), em sua tese de doutoramento, debruçou-se sobre as estratégias educacionais utilizadas pelas organizações negras no início do século XX na cidade de Porto Alegre. Pereira (2008) mencionou as ações de Carlos Santos pelo desenvolvimento da educação de seus pares (PEREIRA, 2008, p.139-176). Em seu trabalho, o terceiro capítulo intitulado: “Estratégias Educacionais” fez menção ao intelectual negro. A autora colocou trechos de discursos em que Santos cobrou dos poderes públicos melhorias na educação, em especial para as populações necessitadas. A originalidade dessa pesquisa no que tange ao político foi uma entrevista concedida à pesquisadora pelo seu então assessor, Doutor José Luiz da Costa, que trabalhou com ele por mais de duas décadas.

Contudo, na segunda edição da obra “RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento” (2010), organizada por Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos e Luís Carlos da Cunha, teve-se a satisfação de ter publicado um artigo de nossa autoria, intitulado: “Prelúdio de um encontro histórico: o dia em que o político negro reverenciou o mestre-sala dos mares”, essa pesquisa foi elaborada a partir do exame de fontes discursivas e fontes impressas localizadas no “Memorial da Assembleia Legislativa”, no “Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa” e na “Câmara de Vereadores” de Porto Alegre, que dentre outros assuntos deram destaques às homenagens prestadas no parlamento por Carlos Santos, no ano do cinquentenário da Revolta da Chibata, ao marinheiro João Cândido, sul-rio-grandense, considerado um dos líderes desse movimento. E sobre esse tema, especificamente, retomaremos em nossa tese noutro momento. Todavia, pode-se afirmar que a nível acadêmico regional, o protagonismo de Carlos Santos suscita aprofundamentos.

Em âmbito nacional, ou mapeando os estudos elaborados fora do Estado, produções dos pesquisadores cujo tema, desde muito tempo, está relacionado aos movimentos sociais e as demandas negras (PEREIRA; SILVA, 2009), (ALBERTI; PEREIRA, 2007), (SANTOS, 2009), (SILVA; SANTOS; CARNEIRO, 2008), ainda que reúna inúmeros artigos escritos por estudiosos e entrevistas com militantes históricos dos movimentos sociais, insistentemente as ações de Carlos Santos, são invisibilizada provavelmente por mero desconhecimento ou por outras opções de temas de pesquisas.

Exceto, Petrônio Domingues e Flávio dos Santos Gomes (2013, p.46-47), que, mesmo com intensa produção científica, utilizando-se de variados temas e fontes de pesquisas, pontualmente, citaram a trajetória política de Santos no livro “Da nitidez e invisibilidade”, consultando a pesquisa biográfica elaborada por Elvo Clemente e Eni Barbosa (1994).

Para Domingues e Gomes (2013), a falta de pesquisas sobre a agência política do negro no Rio Grande do Sul deve-se a dois fatores: o suposto caráter europeu e a exclusão do africano e do ameríndio das representações identitárias do Rio Grande do Sul (DOMINGUES; GOMES, 2013, p.47). Apesar de concordar com essa afirmação, porém, compreende-se que a falta de pesquisas sobre outras agências negras, sejam coletivas ou individuais da trajetória política negra sul-rio-grandense, deve-se também ao fato de muitos pesquisadores investigarem a história das comunidades negras e de seus representantes a partir do nordeste e do Eixo Rio-São Paulo denominando-as como temas nacionais em detrimento das outras localidades do país, relegadas às regionalidades.³⁶

Por intermédio dos discursos de Carlos Santos percebe-se a possibilidade de contribuir para a interpretação das ideias reivindicativas e das agências sociais e políticas do negro brasileiro a partir do Rio Grande do Sul, entre 1930 e 1982, tempo de sua vida pública, e quiçá, por meio de sua existência, conhecer um pouco mais sobre a história das reivindicações políticas das populações negras durante praticamente toda a república. Pesquisadores sul-rio-grandenses e de fora do Estado, terão mais subsídios para analisar o pensamento sócio-político negro em nosso país no contexto proposto, a partir de outra perspectiva metodológica: a da análise discursiva e das intervenções em torno dos problemas das “gentes do mar” conjuntamente com os enfrentadas pelas populações negras.

Entende-se que inúmeros protagonistas negros foram silenciados ou são superficialmente citados em pesquisas acadêmicas. Contudo, compreende-se, concomitantemente, que desenvolver estudos vinculados aos negros brasileiros no pós 1930, sem considerar a relevância de Carlos Santos, seja um equívoco. Com as

³⁶ Segundo Mota, que pesquisou a cultura brasileira com o propósito de identificar a origem das ideias de consciência nacional ou cultura nacional, foi a partir dos anos de 1930 que se consolidou um sistema ideológico com múltiplas vertentes interligadas, inclusive a ideologia nacionalista. O autor cita também que para o proletariado no bojo do nacionalismo, surgiram novas oportunidades em virtude da legislação social. Ver MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p.156-160. Acreditamos que atualmente, as pesquisas históricas ampliaram seus horizontes, compreendendo que o nacional somente existe devido às especificidades regionais.

possibilidades atuais de investigações interdisciplinares e metodológicas para além dos arquivos oficiais, já que se dispõe de inúmeras fontes encontradas em diversos acervos (possibilitando a consulta a correspondências familiares, impressos jornalísticos, imagéticas, escritas íntimas, objetos materiais, discursos políticos, depoimentos etc.) essa pesquisa torna-se instigante e necessária. No contexto atual que cada vez mais se fazem presentes as políticas públicas e ações afirmativas na educação legitimadas pela fundação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e desde a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, ambos no ano de 2003, uma época do debate latente dessas temáticas, em que se torna imprescindível trazer o nome de Carlos da Silva Santos à luz das pesquisas históricas.

Por outro lado, compreender a importância da luta histórica dos pescadores, na grande maioria negros, no desenvolvimento econômico e social da pesca tendo o político como destaque, dimensiona a necessidade de reconhecer sua história para interpretar as reivindicações dos movimentos sociais da pesca. Pois, no nosso Estado e país mesmo com extensa faixa litorânea, pouco sabe-se dos embates em torno dessa atividade e de sua relação política, pois supervalorizam-se as questões da terra como propriedade, tal como afirmou Luiz Silva (1988).

Ou seja, Carlos Santos construiu uma agenda discursiva ampla, destinada a outros assuntos, possibilitando diversos recortes temáticos advindos de um sujeito que dinamizou suas ações, diferentemente de Abdias do Nascimento, por exemplo, que, sem desmerecimento, teve sua agenda voltada exclusivamente para as demandas da identidade negra (SANTOS, Sales, 2009, p.127-163).

1.2 SANTOS AO SUL DO RIO GRANDE: ORIGENS, CIRCULAÇÕES E SOCIABILIDADES

Algumas problemáticas se fazem presentes ao se examinar a vida íntima e pública de Carlos Santos. Quem foram seus ancestrais? Que motivações pessoais ele teria para iniciar sua carreira como representante sindical e como líder das demandas negras no município de Rio Grande? Qual a importância das associações negras e de sua família em seu desempenho público e consequente sucesso político? Qual o sentido de Carlos Santos expor, por intermédio de seus discursos e por meio das imagens destacadas em matérias jornalísticas que circularam na imprensa nacional e porto-alegrense, um vínculo familiar tão significativo? Que posturas identificam-se em suas escritas íntimas? Como esse sujeito construiu uma vida pública a ponto de ser amplamente homenageado por setores políticos? Existe um reconhecimento tão amplo de Carlos Santos por parte da sociedade sul-rio-grandense? Antes de serem problematizadas essas questões será contextualizado e delimitado o espaço geográfico de nascimento de Carlos Santos.

Natural de Rio Grande, com vínculos estreitos com pessoas do município de Pelotas, São José do Norte e dos demais municípios da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Santos construiu sua carreira alicerçada aos seus vínculos sociais culturais e políticos consolidados por suas circulações nestes territórios. Não obstante, identificava-se em discursos como um “papareia” convicto,³⁷ alcunha dada as pessoas nascidas na região marítima onde se localiza Rio Grande.

O povoamento humano nas mediações de Rio Grande teve início com grupos caçadores e coletores indígenas, de tradição Umbu, pré-ceramista, entre 12 mil anos atrás. O último povoamento pré-colonial foi feito pela Tradição Tupi-Guarani, ceramistas e horticultores que deixaram a Amazônia há mais de 2 mil anos, também povoando a Argentina, em torno de 800 anos atrás.

A origem do município rio-grandino se confunde com início do Estado. Entre 1680 e 1777, com o início das disputas coloniais, Portugal e Espanha mantiveram relações bélicas para conquistar a região do atual estado do Rio Grande do Sul.

A ocupação dessas terras ocorreu, primeiramente, com a fundação da Colônia de Sacramento às margens do Rio da Prata. Na expedição de fundação da Colônia, em 1680, estiveram presentes 60 negros, 48 escravizados pertencentes a D. Manuel Lobo.

³⁷ Nos discursos localizados nos Anais da Assembleia, constantemente Carlos Santos se autodefiniu como um “papareia”, denominação comum e local, das pessoas nascidas em Rio Grande.

Ressalta-se a participação de afrodescendentes nas tropas de ocupação deste território (TORRES, 2004; KUHN, 2002).

A presença da população negra junto à barra de Rio Grande até as proximidades de São José do Norte, cidade vizinha, perdurou desde a frota de João Magalhães, entre 1725 e 1733. Em 1737, sob o comando do brigadeiro Silva Pais, por ser uma região em disputa, Portugal ocupou definitivamente Rio Grande, construindo uma fortaleza e uma colônia de povoamento. Em 1751, a povoação foi elevada à categoria de vila, com a instalação de uma Câmara e a definitiva institucionalização do domínio político português (TORRES, 2004; KUHN, 2002).

Para Torres (2004), Rio Grande se projetou como um laboratório de experiências culturais, biológicas e de complexas relações entre soldados, europeus, açorianos, negros e grupos indígenas, assumindo diversos papéis. Todavia, após o fim da escravidão dos indígenas, o comércio de escravizados negros tornou-se prática comum, sobre tudo pela presença de um elevado número de pequenos comerciantes responsáveis pelo funcionamento desse mercado, negociando direto com o mercado do Rio de Janeiro. Entre 1788 e 1802, entraram na região 3.294 escravizados e de 1809 a 1824, 6.984 pessoas (BERUTE, 2007, p.153-166).

Viajantes europeus constantemente visitavam a cidade litorânea de Rio Grande. O inglês John Luccock, em seus relatos observou as técnicas de trabalho dominadas pelos escravizados (LUCCOK, 1975). Conforme o viajante, alguns ofícios desses negros estavam vinculados à carpintaria e à lavagem de roupas. Já o francês Sainte-Hilaire, em 1820, também em Rio Grande observou que os negros acorados vendiam cebolas, couves e alfaces. Nicolau Dreys viveu na cidade em 1823 e verificou a utilização dos braços negros na estiva do porto de Rio Grande, bem como em sua construção (DREYS, 1961).

Outra característica da região foi o “nefando e lucrativo” contrabando de escravos. Os contrabandistas se relacionavam com autoridades corruptas, compradores de escravos e membros do judiciário, que expediam documentações falsas na alfândega a fim de entrar e sair do porto de Rio Grande e de São José do Norte. Os escravizados vindos das Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro eram comercializados sem tributos para as demais regiões brasileiras e do Uruguai, da Argentina e do Paraguai (FLORES, 2013). Portanto, existiam nas cidades circulações e possíveis redes de sociabilidades negras internacionais, mesmo com as dificuldades impostas pelo período.

Paul Gilroy (1993) problematizou a intensa rede de trocas culturais existentes entre os africanos a bordo dessas embarcações, em seus deslocamentos da África, para a América e a Europa, situação que o autor chamou de *middle passage*. Para Gilroy, existiram sofrimentos, mas interações para a construção de uma identidade diaspórica, reforçada por uma infinidade de trocas de conhecimentos em pleno Atlântico rumo aos continentes em que possivelmente esses negros seriam negociados.

A origem familiar de Carlos Santos, no entanto, foi em Pelotas, cidade vizinha de Rio Grande, espaço em que surgiu segundo Beatriz Loner (2013) a primeira geração da família Silva Santos, constituída por dois africanos, José e Rosa, os quais, quando livres assumiram os nomes de José da Silva Santos e Rosa da Costa Feijó. Loner (2013) constatou esses indícios por meio de investigações e cotejamento de escassas fontes auxiliadas pelos relatos de membros antigos, ainda vivos, da família.

Contudo, a pesquisadora citou as dificuldades de definição da origem de José e Rosa, se eram africanos desembarcados na cidade ou alforriados nascidos no Brasil. Manoel Conceição da Silva, filho do casal, nascido por volta de 1831, foi carpinteiro. Em 1860, morando na cidade de São Francisco de Paula, atual Pelotas, casou-se com Maria José dos Santos, filha de Manoel Antonio de Abreu e Balbina Maria da Conceição. Manoel Conceição da Silva, avô de Carlos Santos, foi abolicionista, proprietário do Jornal “A Voz do Escravo”, fundado em 16 de janeiro de 1881. Sendo muito respeitado e considerado pela sociedade local, inclusive por suas posses.

Manoel Conceição, por volta de 1884, serviu de elemento de ligação entre o grupo negro e os abolicionistas brancos, incentivando os trabalhadores ainda escravizados a procurarem as brechas legais do sistema para tratarem de suas alforrias, tal como recorrer ao fundo de emancipação do município, buscando a intermediação de clubes com a Igreja Católica e assim lutando, pela abolição de indivíduos negros (LONER, 2013, p.6-13).

Manoel e Maria José tiveram dez filhos, a maioria deles sujeitos influentes no meio negro de Pelotas e no meio operário de Rio Grande, sendo as mulheres professoras de música e os homens líderes abolicionistas. José da Silva Santos, um dos filhos mudou-se para Rio Grande, onde foi professor em sociedades operárias e líder em associações étnicas do município. Outro que mudou para Rio Grande foi Manoel Ramão Conceição dos Santos (1865-1905), pai de Carlos Santos.

Manoel Ramão tinha como ofício uma das profissões citadas pelo viajante Luccock, era carpinteiro e Saturnina Bibiana da Silva Santos, a mãe, era professora de

música e organista da Igreja Matriz de São Pedro (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p.12). Profissões comuns à origem familiar dos Silva Santos. Outro ponto a destacar das relações da família foi a aproximação com a igreja, tanto para professar a fé quanto para a negociação política. Seria essa relação uma estratégia de sobrevivência?

As informações quanto à profissão do seu pai e de sua mãe demonstram que Carlos Santos era oriundo de um núcleo familiar estruturado e protagonista na mediação política a favor das comunidades negras durante e após a escravidão, ocorrida em Pelotas no ano de 1884. Essa condição, próxima a igreja, somada às técnicas laborais e à participação associativa, diferentemente da maioria da população negra que após a liberdade permaneceu sem a assistência social, fez a diferença para a manutenção material da família, evidenciando o resultado positivo de sua estratégia de reprodução.

Em Rio Grande em 1888, havia 3.710 estrangeiros na população total do município, sendo quase a metade composto de portugueses, depois aparecendo italianos, alemães, franceses e ingleses. Esses estrangeiros corresponderiam a 18,3% da população total, enquanto 5.573 eram negros ou pardos (27,48%) (LONER, 1999, p.67), correspondendo a expressiva demografia afrodescendente.

De maneira abrangente, no pós-abolição brasileiro o negro libertado, recebeu poucos incentivos de inserção por parte do estado, o que de certa forma contribuiu para a sua queda demográfica, anomia e desajuste social.³⁸ Antes, escravo; constituindo-se na principal força de trabalho e integrado socialmente sendo considerado, juntamente com a grande lavoura, a base do sistema escravista (COSTA, 1998, p.271). Agora, o negro, recém-livre, desintegrado das novas demandas econômicas, políticas e sociais necessitando de uma atenção especial por parte de órgãos competentes, fossem eles ligados ao Estado, à igreja e até mesmo aos antigos senhores e donos, o que não ocorreu de uma maneira geral, e sim em casos esporádicos e nem sempre satisfatórios. Contudo, no caso do Rio Grande do Sul, Loner (1999) destacou que nos municípios de Rio Grande e Pelotas a integração dos libertos negros ocorreu nas indústrias, sendo estes integrados ao operariado, diferente do centro do país que optou pela mão de obra imigrante.

Todavia, foi fundamental o apoio pontual aos pais de Carlos Santos pela Igreja Matriz de São Pedro, já que sua mãe tocava órgão nos cultos e missas realizadas pela

³⁸ Anomia, degradação e desajuste social, são termos utilizados por integrantes da Faculdade de Sociologia da USP. Ver FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978; ver CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do RS*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

paróquia. Essa situação certamente influenciou na opção religiosa de Carlos Santos, como será visto mais adiante.

Outra forma de condição, recebida pelos negros no pós-abolição foram os contratos por prestação de serviços, os quais serviam como forma de manter os laços de submissão entre o alforriado e o seu escravizador, que continuava a obter lucro em cima deste indivíduo – como por exemplo o caso de Boaventura Marques da Silva, ocorrido em Porto Alegre em 1884 (MOREIRA, 2002, p.254-255).³⁹ Salienta-se que os contratos por prestações de serviços não alteraram substancialmente a condição do ex-cativo, pois muitos continuaram trabalhando compulsoriamente.

Portanto, pode-se considerar que a liberdade chegou para as populações negras atreladas a duas questões: a garantia de que os escravizadores seriam restituídos e que socialmente, eles fossem controlados por meio de contratos.

Essa situação vivenciada pelos negros porto-alegrenses era sentida na região sul do estado, já que Pelotas e Rio Grande também se constituíram como centros comerciais de mão-de-obra escrava (GATTIBONI, 1993, ASSUMPÇÃO, 2013).

É importante ressaltar a participação ativa da comunidade negra como agente de sua história. Desde os quilombos, ataques a engenhos e as fugas, passando pelas sociedades abolicionistas, confirmam-se a capacidade de organização do negro (BAKOS, 1988, p.118). Para Couto (2011), que examinou a demografia dos trabalhadores escravizados de Herval e Pelotas, fosse no mundo rural, fosse nos centros urbanos, o cativo procurou se adaptar à dura realidade de labuta e buscou os meios para sobreviver. Na fazenda pastoril ou de plantação, nas cidades como alugados, expressavam sua resistência consciente, semiconsciente e inconsciente diante da realidade que viviam, mesmo quando procuravam se acomodar a ela (COUTO, 2011, p.234).

Morando na cidade de Rio Grande, Manoel Ramão Conceição dos Santos e Saturnina Bibiana da Silva Santos, pai e mãe de Carlos Santos, de certa maneira foram privilegiados diante da maioria da população negra local. Deste núcleo, nasceram cinco filhos; Carlos Santos foi caçula (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p.12).

³⁹ Boaventura Marques da Silva foi libertada: “Com cláusula de prestação de 3 anos de serviço: com a condição porém de nos acompanhar, ficar debaixo de nossa guarda e prestar serviço doméstico da casa... reservando o direito de velar pelo seu futuro para que não se entregue a perdição”. Para saber mais ver: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem – Experiências Negras no Espaço Urbano – 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003.

Na sua infância Santos passou por quatro escolas, sendo que em na família sua professora era a sua irmã Maria José, mais conhecida por Bené, que mantinha em sua casa uma escola primária onde o menino fora alfabetizado de fato, segundo informações consultadas em sua autobiografia. Em 1915, aos onze anos de idade começa a trabalhar como aprendiz na Oficina Dias, estaleiro naval. Após anos de serviço ascende na firma, atuando como caldeireiro (1931-1934).

Entre trabalho o e a música, surge o orador. Elvo Clemente e Eni Barbosa explicam que “Trabalho e oratória seriam binômio operante de sua vida. O estudo ficara para as horas de descanso, em que tomava o livro, lia poemas e os declamava (...) a sua vida o levava ao trabalho e à sua função social em defesa da classe trabalhadora (...)” (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p.13).

Em 1928, aos 24 anos, Carlos Santos casou-se com Julieta Finnes Bolleto, com quem teve cinco filhos: Carlos Marcelino (falecido), Ibá Maria de Lourdes,⁴⁰ Carmen Margot, Ney e Neiva Maria, os quais se teve a oportunidade de entrevistar na ocasião de realização deste trabalho.

Trabalhou no Estaleiro Plano Inclinado Rio-grandense e, depois, na Oficina Dias, onde iniciou sua participação oratória nas tribunas, representando os anseios de seus colegas.

Conforme sua autobiografia escritas nos anos 1930, no contexto agitado daqueles anos, seus dotes oratórios faziam sua função necessária, como uma liderança “natural” como costumava lembrar, nas associações em que o atuou. Para ele, seu sucesso na oratória era devido a ter “a alma na boca”, algo que não sabia explicar, mas que se consagrava.

Ingressei numa sociedade cívico-religiosa, e lá também, me fizeram orador (...) ai firmei melhor as minhas convicções de civismo, fé e patriotismo, e foi transbordante de amor a Deus e veneração a Pátria, que eu entrei, decidido, nesse movimento empolgante em que se agitam hoje todos os povos. Questão social para uns, questões trabalhistas para outros, aqui questão de classe, ali questão econômica, porém para mim, antes de tudo e acima de tudo, questão de amor, de puro cristianismo. Veio à revolução de 30, e com ela a madrugada risonha do grande dia do proletariado brasileiro. Uma vasta legislação trabalhista surgiu assinalando uma nova era. Com entusiasmo do momento e a expressão da lei, desenvolveu-se em todo o país um intenso movimento pró-sindicalização (SANTOS, 1937, p.5-6) (GRIFO NOSSO).

⁴⁰ *Ibá*, nome de sua filha, é o nome de uma árvore africana. Porém, *Igba ori*, ou *ibá ori* o é o nome do assentamento sagrado da cabeça de um individuo em culturas africanas, como vodu entre outras representações.

Santos se tornou líder sindical e após as agitações dos anos 30, fundou em Rio Grande o “Sindicato dos Operários Metalúrgicos” e a “Frente Sindicalista Rio-grandense”, ambos em 1932. No final de 1932, em companhia do Presidente do “Sindicato dos Estivadores”, João Batista de Paula Ramos se deslocou à Capital Federal para “levar aos altos poderes da nação os anseios e esperanças de melhores dias aos companheiros e pedir a consolidação do Direito Novo” (SANTOS, 1937, p.06).

Nesse momento, surgia o Carlos Santos líder de seu grupo social, a exemplo do intelectual orgânico *gramsciano* (GRAMSCI, 1995, p.03). “Nessa época ele viveu intensamente por sua família e pelo sindicato, que se tornou sua família ampliada” (CLEMENTE, 1994, p.15).

Após três anos Carlos Santos, se destacou frente aos demais companheiros, sendo convidado por Lindolfo Collor (1890-1942), titular do recém-criado “Ministério do Trabalho” (FAUSTO, 1994) para exercer a função de fiscal do trabalho, cargo em que permaneceu por quatro meses, renunciando segundo ele mesmo, devido à vontade de continuar atuando como sindicalista entre seus companheiros.

Em 1935 foi ao Rio de Janeiro como delegado-eleitor representar o Sindicato dos Metalúrgicos, pela segunda vez, na ocasião sua atribuição era tomar parte das eleições classistas federais e representar o seu Sindicato no “Congresso dos Metalúrgicos do Brasil”, em que apresentou a tese: “A execução das leis sociais no Rio Grande do Sul”, realizado no dia 23 de janeiro de 1935.

Na ocasião disse ele: “de que nos serviriam decretos, leis e regulamento as condições de higiene nas oficinas, a criação de escolas profissionais, de curso para desempregados, melhoras das condições de trabalho, se não subisse a realidade prática?” (SANTOS, 1937, p.25). Aqui já se identifica, em seu primeiro discurso - representando o sindicato do Estado nesta atividade - o papel que Santos exerceria na política trabalhista o de mediador político das demandas sociais de grupos específicos junto ao poder político na execução das leis trabalhistas existentes (BERSTEIN, 2003).

Com o tempo, além de agir para pressionar a regulamentação das leis, apresenta propostas para suas criações, com vistas às suas institucionalizações, como será visto ao longo desta tese. Índícios para essa interpretação existem, como o próprio político e sindicalista citou: “(...) a fiscalização e consequente execução das leis sociais no Brasil devem ser feitas por elementos trabalhadores quanto o próprio trabalhador (...)” (SANTOS, 1937, p.29).

Conforme o que é registrado em seu primeiro discurso como deputado classista na Assembleia em 26 de outubro de 1935 o político relacionava de maneira peculiar, a causa dos trabalhadores à situação dos negros após 1888, ano formal da libertação. Mas, para ele, a carta de alforria dos trabalhadores deveria ser na “letra e na prática” ao invés da saída do cativo a execução do “código de trabalho”, possibilitando uma nova abolição ou como costumava dizer, “Uma segunda abolição” (SANTOS, 1937, p.36).

O parlamentar costumava a citar o abolicionista José do Patrocínio (1853-1905) em seus discursos, como exemplo das ações de liberdade, pois o “Tigre da Abolição”⁴¹, como ele o denominava foi, ao lado de Joaquim Nabuco (1849-1910), André Rebouças (1838-1898), Cruz e Souza (1861-1898) e João Clapp (NABUCCO, 1966; MOREL, 1967; BAKOS, 1982; SILVA, 2003; GOMES, 2010), um dos importantes líderes do movimento abolicionista. E essa luta, certamente, serviu de estímulo a Carlos Santos em suas ações na defesa dos trabalhadores rumo à “segunda abolição”.

Ao longo do período 1930 a 1945, Getúlio Vargas empreendeu nova orientação às mudanças estruturais advindas com a “Revolução de 30” procurando estabelecer novas relações ao trabalho e ao trabalhador. Para tais propósitos, uma das primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, além da promulgação de uma série de leis trabalhistas e a Lei de Sindicalização (BATISTELLA, 2009, p.3).

Em 1935, Carlos Santos acaba sendo eleito deputado classista, representando os metalúrgicos. Com o objetivo de instalar sindicatos oficiais em Passo Fundo, no dia 3 de abril de 1937, viajou para o município em companhia do líder trabalhista de Porto Alegre João Romaguera e do representante do Ministério do Trabalho João Latuada. Carlos Santos liderou reuniões e regressou a Porto Alegre com os dois companheiros com a missão de “pelo menos, deixar três sindicatos organizados na cidade” (BATISTELLA, 2009, p.26 *apud* O NACIONAL, 5 abr. 1937, p. 4).

O que de fato ocorreu, já que foram fundados os seguintes sindicatos com a participação direta do tribuno: o “Sindicato dos Operários de Panificação e Classes Anexas (Padeiros)”, o “Sindicato dos Operários Metalúrgicos” e o “Sindicato dos Trabalhadores de Madeiras e seus artefatos” (BATISTELLA, 2009, p.26).

Imagina-se que para esse líder, sindicalista, devido ao seu histórico familiar, sem

⁴¹ Alcinha criada por ORICO, Osvaldo. *O tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia Editora, 1953.

determinações, mas por influências e pressões sociais, não bastava defender somente o laço sindical, era necessário, também, manter e defender as suas raízes a sua identidade negra.⁴²

Nessa situação, acredita-se que Santos, fenotipicamente, reconhecido como negro, não teve muita opção para fugir de sua identidade social ou de passar por mestiço, evitando maiores desgastes em virtude dos preconceitos existentes. Pois, concordando com Oracy Nogueira: “a discriminação da cor da pele no Brasil era um preconceito de marca” (NOGUEIRA, 1999). Ele poderia mudar de profissão e até de partido político, como fez mais adiante, trocando o PSD (Partido Social Democrata) pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), mas de cor, isso seria impossível.

Contudo, Carlos Santos, em seu discurso como deputado classista parece-nos alertar sobre o hibridismo de sua identidade social combativa, de trabalhador e de negro, ao declarar:

Deputados, eu faço da minha mocidade, da minha lealdade, de minha condição de trabalhador e da minha própria raça o fogo retemperador dessa vontade inabalável que anima a representação classista dos empregados de trabalharmos, de sermos compreendidos, de sermos correspondidos (SANTOS, 1937, p.41) (GRIFO NOSSO).

Assim além de defender a sua classe, Carlos Santos, também defendia sua identidade negra, como se algo o aproximasse de seus antepassados, era a defesa da construção social e simbólica de sua identidade. Participava ativamente da vida social na cidade de Rio Grande, inclusive fazendo parte de clubes e associações negras.⁴³

No Rio Grande do Sul, na época final do século XIX e início do século XX, existiam inúmeras organizações negras, algumas existentes até os dias de hoje, como a Sociedade Floresta Aurora, fundada em Porto Alegre no ano de 1872 (MULLER, 1999, p.116-133). Em Pelotas também houve inúmeras sociedades negras (LONER, 2007,

⁴² A identidade negra é uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Ver GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005, p.43.

⁴³ As *organizações negras* são núcleos de reencontro para a comunidade negra reivindicar a sua inserção social afastando-a de vez da marginalização, de certa forma, imposta após o dia 13 de maio de 1888. Ver SINGER, Paul; BRANT, V.C. (orgs.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980. p.143.

p.78), assim como em Rio Grande. Sendo notada a circulação e a agência de Carlos Santos nas associações negras desses três municípios.

Na realidade, suas funções nas sociedades negras iniciaram antes das lides sindicais. Em pesquisas no jornal “O Exemplo”, José Antônio dos Santos (2011) localizou a “Liga de Futebol José do Patrocínio”, formada por negros do Estado que circulavam diversas regiões para a prática esportiva e a disputa do certame. O “S. C. Rio Negro”, que representava a comunidade negra da cidade de Rio Grande, tinha sido fundado em 16 de janeiro de 1919, estando localizado entre os seus dirigentes Carlos da Silva Santos, com apenas 15 anos de idade (SANTOS, 2011, p.189-180).

Os contatos que merecem destaque são os que existiram entre Carlos Santos e a organização Frente Negra Brasileira, que, inclusive, mantinha ligação com ele para saber como estavam os trabalhos da organização denominada Frente Negra Pelotense. Constata-se que a comunidade negra de outros estados já o reconheciam como um líder de envergadura no que tange às demandas das populações negras para além das fronteiras do Rio Grande do Sul.

Em uma troca epistolar entre o segundo secretário da Frente Negra de São Paulo, Paulo Santos Casado, e o tribuno. Um dos temas abordados foi a solicitação de Casado ao rio-grandino por informações da campanha de educação proposta pelos negros da Frente Negra de Pelotas.⁴⁴ Na ocasião, Santos preferiu não emitir resposta, porém, destacou que qualquer iniciativa a favor da raça era bem vinda.

Nas correspondências trocadas entre Carlos Santos e os membros da Frente Negra Brasileira, após a data da escrita constava a seguinte informação assertiva: “Meus irmãos de sangue e de ideal”. Ou seja, naquele contexto, as questões identitárias de raça eram, invariável e equivocadamente, atreladas às questões biológicas. Tais pensamentos encaminham a humanidade, por meio das ideias nazifascistas, a um radicalismo destrutivo jamais visto. Entretanto, ao citar os negros frentenegrinos como “irmãos”, tem-se a evidência de que existiu uma coesão fraterna em busca das melhorias materiais por parte dos membros de determinadas sociedades negras antes da década de 1940.

Independentemente dos equívocos cometidos pelos movimentos, tais como a FNB, influenciados por um mundo em conflito, a organização contribuiu cultural, política e socialmente para a inserção social do negro em várias regiões do país, já que

⁴⁴ Jornal A “ALVORADA” de Pelotas, 10 de agosto de 1934, p.1.

ela existiu, além de São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e interior paulista.

Era denominada “Frente”, pois essa designação era comum em outras reivindicações de grupos organizados, como por exemplo em torno das disputas oligárquicas. Mas, por que essa organização carregou também o adjetivo de brasileira? Conforme Francisco Lucrécio (1909), integrante da Frente Negra em 1931, para que os integrantes do movimento definissem uma ideologia entre tantas outras existentes, na época, em nosso país (BARBOSA, 1998). Roger Bastide (1959), Florestan Fernandes (1978) e Clóvis Moura (1992), pesquisadores da Frente Negra, citam o hitlerismo, fascismo e integralismo como sendo ideologias da organização, tecendo poucas referências dos motivos que faziam com que a organização pendesse para tais ideias da época.

Lucrécio, membro da organização, por outro lado citou o socialismo, trotskismo, comunismo, integralismo etc. E afirma: “nós fazíamos política de boa vizinhança tanto com Plínio Salgado como com Prestes, porque tinha elementos que frequentavam a Frente Negra e eram nossos amigos como Oswald de Andrade e professores nacionalistas”. (LUCRÉCIO *apud* BARBOSA, 1998 p.44).

A Frente Negra foi acusada de ser uma organização centralizadora, e de fato o era. Existiam, inclusive, discussões sobre qual ideologia seria seguida pela organização. José Correia Leite, um dos fundadores da organização, era contrário aos ideais integralistas escolhidos por Arlindo Veiga dos Santos. Certamente que a Frente Negra estava envolvida com a complexidade do contexto internacional da época em que o período “entre guerras” influenciou e atordoou a humanidade indefinida entre *regimes liberais versus os regimes centralizadores*.

A isso somou-se a própria crise econômica mundial, determinada pelo *crash* da bolsa americana de 1929; portanto, a ideia construída por sociólogos e pesquisadores que aprofundaram seus estudos sobre essa organização, que a definiam adepta a ideologias centralizadoras como o *integralismo*, *fascismo* ou *hitlerismo*, merecem uma revisão rápida dentro desses limites.

No final da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram a hegemonia mundial. O seu crescimento trouxe euforia social interna de consumo e superprodução. A crise de 1929 foi provocada, sobretudo, pela insistência norteamericana em manter o mesmo ritmo de produção do período de guerra, o que culminou em uma crise mundial sem precedentes. Segundo Hobsbawm (2002, p.134), “ao longo

dessa década a nuvem sombria da II Guerra Mundial iminente dominava os horizontes...”.

Nitidamente, nota-se que uma questão jamais deve ser esquecida, ou seja, o que estava em jogo para os líderes da FNB antes da ascensão e da integração das populações negras, ou até mesmo de ideologias políticas: a sobrevivência coletiva e a competitividade desse grupo em uma sociedade capitalista incipiente, e até certo ponto “um mundo desconhecido” para grande parte da população brasileira - mas principalmente para esse grupo, que teve pouco acesso a uma vida digna e cidadã no pós-abolição. Era necessário formar um referencial simbólico, era preciso forjar uma “visão de mundo”, era necessário formar em um primeiro momento um “oásis” negro, um lugar político de esperança e de resistência (GOMES, 2008). Destaca-se, inclusive, que as Frentes Negras tinham ideologias diferenciadas, tendo a Frente Negra de Pelotas pensamentos socialistas.

Carlos Santos, no intuito de continuar colaborando com sua comunidade fundou no dia 11 de junho de 1936 o Centro Cultural Marcílio Dias. A instalação oficial do centro ocorreu no Teatro 7 de setembro, na cidade de Rio Grande. Conforme Neiva Santos da Silva (1930), filha de Carlos Santos:

Lá em Rio Grande o clube de coração dele era o “Braço é Braço”, clube carnavalesco. Quando moço, ele saía no clube no carnaval, já o clube Marcílio Dias era a menina dos olhos dele lá, ele falava sobre a raça e sobre a cultura, funcionava lá um grupo escolar (...).⁴⁵

Sobre o “Centro Cultural Marcílio Dias”, provavelmente respondendo a algumas inquietações de pessoas preocupadas com as divisões raciais no Brasil, já que o clube foi fundado basicamente para alfabetizar negros, Carlos Santos em discurso na Rádio Farroupilha no dia 21 de abril de 1936 disse:

Não é demais repetir: nós não somos como muitos julgam, promotores de um movimento antipático de racialidade que o Brasil não comportaria, antes ao contrário, queremos à luz divina do facho inflamante da alfabetização e da instrução, ministradas a todos os brasileiros sem distinção de cor, classe ou credo (...) Bandeirantes da Alfabetização dos Brasileiros de Cor, principalmente, porque do meio destes pela errônea concepção de inferioridade, produto em grande parte pela falta de instrução (...) (SANTOS, 1937, p.61) (GRIFO NOSSO).

⁴⁵ Entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2007.

Portanto, mesmo defendendo a comunidade negra, Carlos Santos jamais pensou em fomentar uma sociedade dividida racialmente, e sim projetar o seu grupo a uma condição igual de oportunidades a partir da instrução da busca de méritos. Ideias motivadas pela democracia racial brasileira, que será discutida nesta tese mais adiante e, especificamente, em outro capítulo.

Quanto às sociedades carnavalescas, por dez anos, Santos participou do Clube Carnavalesco “Braço é Braço” como apontado também por Loner (1999), além de orador oficial do cordão, já que antes das festas e bailes ele tinha como intenção a ascensão de sua comunidade, segundo suas próprias palavras: “não era o carnaval o motivo da minha atividade ali; um ideal superior e uma aspiração mais nobre eu deixava transparecer através das minhas palavras: o soerguimento moral e cultural da minha raça” (SANTOS, 1937, p.2).

Nesse sentido, ele ensinava no seio de sua família e aprendia e ensinava nas associações negras o que o negro deveria fazer para vencer e conquistar os seus sonhos os seus ideais.

Em família ele motivava constantemente os seus, de acordo com Neiva Santos: “Ele sempre aconselhava a estudar e a lutar, sempre aconselhava que o negro devia vencer pelo estudo, ele sempre incentivava a lutar para se igualar, condições todos temos, não estudou por que não quis, porque condições a pessoa vai a luta e consegue (...)”.⁴⁶

A instrução e o estudo foram ingredientes que delinearão a vida familiar e social de Carlos Santos. Com dificuldades para estudar, já que estava trabalhando desde os 11 anos de idade, aos 46 anos formou-se em Direito, na época, pela Faculdade de Pelotas da Universidade do RS.⁴⁷

Carlos Santos era referência na década de 1950 para a imprensa negra pelotense. Principalmente para os organizadores do Jornal “A Alvorada”, que motivava seus leitores, a comunidade negra, a estudar para melhorar as suas condições econômicas e sociais (SANTOS, 2000, p.93).

Mesmo com sua mudança para Porto Alegre, Carlos Santos continuou a participar das associações negras e a defender os ideais relacionados a essa comunidade. A preocupação pela manutenção de seus laços familiares continuou a ser constante em

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Carlos Santos foi o orador do discurso de colação de grau de sua turma realizado no Teatro 7 de Abril da cidade de Pelotas, no dia 22 de dezembro daquele ano. Ver SANTOS, Carlos. *A predestinação do Direito*. Tipografia Leão XIII: Rio Grande, 1951, p.1-22.

ações. Já as tensões envolventes em torno dos setores da pesca, sob o ponto de vista político, tema mais enunciado em seus discursos públicos a partir de 1959 e 1974, provavelmente, vieram a se desenvolver no decorrer de seu percurso político e de suas relações com as lides trabalhistas, já que nas fontes consultadas, como a sua autobiografia, nenhuma iniciativa direcionada à pesca foi localizada.

Outra situação de origem que, possivelmente, tenha propiciado a defesa dessa demanda por parte de Santos foi o local de seu nascimento, Rio Grande, uma região marítima por excelência, em que a atividade da pesca era potencialmente considerada ramo de desenvolvimento econômico e social da cidade. Pois, parafraseando Carlos Santos, em seu discurso pronunciado no bicentenário de fundação de Rio Grande realizado em fevereiro de 1937: “após o domínio da Barra tornou-se invejável, aos outros, a posição geográfica que a natureza nos prodigalizou e que era utilizado em função do desenvolvimento da nossa economia e da defesa da integridade de nosso povo (...)” (SANTOS, 1937, p.193) Situação que refletiremos em outro momento.

1.2.2 Laços familiares, consciência racial, vida pública, opinião pública, catolicismo e a honra como capital simbólico

Para Domingues, a negritude de maneira ideológica é um processo de aquisição de uma consciência racial, sendo na esfera cultural uma tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana (DOMINGUES, 2005, p.2).

Entende-se que ambas as formas de se identificar com a negritude possam, sem problemas, estar relacionadas, já que tanto a consciência racial como a valorização das representações de matriz africana são compreendidas como um processo dinâmico de trocas ideológicas e culturais, o que resulta em um híbrido resultado de valorização da identidade negra de suas manifestações por intermédio da religião, da música e do convívio coletivo com vistas ao fortalecimento político do grupo diante das necessidades de reagir e resistir contra das dificuldades cotidianas.

O sujeito Carlos Santos adquiriu consciência racial, muito provavelmente, no seio de sua família, defensora, desde suas origens, da identidade negra prejudicada pelos estereótipos elaborados pelas escolas racistas dos finais do século XIX, que mantinha descendentes de africanos e asiáticos na inferioridade e descendentes de europeus, como ícones civilizatórios (GOMES, 2008, p.40), tal situação que gerou as identidades fixas

dos grupos desde o período colonial, consiste no que Bhabha (2007) identificou como estereótipos.

Membros da família de Carlos Santos fundaram associações e participaram de jornais abolicionistas para lutar contra a escravidão e os estereótipos. Essa consciência racial era demonstrada pelo parlamentar em atividades em que o mesmo participava com a família nas associações negras,⁴⁸ tais como o coquetel em sua homenagem, realizado em maio de 1960, por ocasião de sua eleição como secretário da Assembleia Legislativa, em que esteve presente com sua esposa e filhos. Essa homenagem foi prestada pela Sociedade Floresta Aurora (sociedade negra mais antiga de Porto Alegre inaugurada em 1872), foi promovida pelos associados como prova de amizade ao deputado.⁴⁹

Em outra ocasião, Carlos Santos e Julieta Boleto Santos, sua esposa, comemoram o aniversário de 15 anos de seus netos: Alcione Mary e Luiz Carlos, com uma recepção festiva novamente nos Salões da Sociedade Floresta Aurora.⁵⁰

O político também esteve presente na inauguração da Sociedade Cultural Beneficente Satélite Prontidão, fundada em 1956. Na atividade, registrou-se a presença do músico negro Lupicínio Rodrigues (1914-1974).⁵¹ A quem Carlos Santos tanto admirava.

No parlamento, quando chefe do legislativo, uma comitiva formada por membros da cultura negra baiana, representando o candomblé, também foi prestigiada pelo político em uma visita, realizada pela comitiva com o fim de levar aos deputados, incluindo a Moab Caldas,⁵² os conhecimentos de sua religião ao Legislativo. Na ocasião, foram apresentados Joãosinho da Goméia, do Rio de Janeiro, em conjunto com seus sacerdotes. Contudo, essas visitas também ocorriam inversamente.

Não que Carlos Santos fosse a Bahia participar dos ritos do Candomblé (o que pode ter acontecido) mas o político, em companhia de sua esposa, em certas ocasiões,

⁴⁸ Manoel Silva Santos, avô, membro da segunda geração da família participou da *Associação negra Fraternidade Artística* e da fundação do *Jornal A Voz do Escravo*. LONER, Beatriz Ana. *Gerações e conjunturas: a família Silva Santos*. VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363121657_ARQUIVO_geracoeseconjunturas.pdf. Acesso em 21 de julho 2013.

⁴⁹ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 31/05/1960.

⁵⁰ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 19/12/1965.

⁵¹ Localizou-se imagens de Carlos Santos e Lupi na inauguração da Sociedade Satélite. Ver SANTOS, Irene (Coord.). *Negro em Preto e Branco – História fotográfica da População Negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: FUMPROART, 2005.p.133.

⁵² Moab Caldas foi deputado defensor das religiões espíritas e do batuque do Rio Grande do Sul.

para relacionar-se com eleitores ou como membros da tradição africana, frequentava as comunidades de terreiros de batuque em Porto Alegre, casas de religiões de matriz africanas, para reforçar seus laços e fortalecer seus espíritos associativos.⁵³

As casas de batuque em que eles eram vistos, localizavam-se no bairro Cidade Baixa, reduto reconhecidamente negro da capital (MATTOS, 2000). Caracterizando que, mesmo o político sendo católico fervoroso, as religiões de matriz africana estavam muito próximas aos referenciais culturais, desse homem, mas identificado de corpo e de alma com aspectos culturais de seu grupo social, a comunidade negra.

Principalmente, por ocasião de seu mandato como presidente da Assembleia do RS e de sua posse como governador interino. Examinaremos quatro correspondências a fim de elucidar as relações de Carlos Santos com as questões negras. Uma escrita por Júlio Soares no ano de 1966, aos associados da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, por ocasião do encerramento de seu mandato como presidente da entidade, a segunda, escrita por Carlos Santos por motivo de assédio moral e suborno, uma terceira redigida novamente por Santos, em 1980 (na época como deputado federal) enviada a Sérgio da Costa Franco e, por fim, a quarta, escrita de Sérgio da Costa Franco em resposta a Carlos Santos.⁵⁴

Conforme José Luiz Pereira da Costa, que foi assessor parlamentar e amigo de Carlos Santos, o deputado não deixava de responder nenhuma correspondência enviada ao seu gabinete:

Uma das coisas que eu aprendi com ele (...) é que toda a carta tem que ser respondida. Ele me passou isso no tempo que ele era presidente da Assembleia, eu era o chefe de Gabinete. Vinha muita correspondência, pela natureza do seu cargo, e ele dizia: “a pessoa que me mandou uma carta, ela sentou, pegou um papel, pegou uma caneta, botou em um envelope, foi ao correio, pagou o selo, fez tudo isso, e eu não vou dar uma resposta para ela?” Isto eu aprendi, eu recebo um e-mail e na hora, não custa nada, é só apertar um botão e responder: mensagem recebida ou qualquer coisa assim.⁵⁵

A *escrita de si* de uma pessoa, para Ângela de Castro Gomes engloba autobiografias, diários, cartões postais e documentos de caráter íntimo. É um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros privados e públicos que passam a ser um

⁵³ Informações obtidas de maneira extraoficial com pessoas da época e evidenciada por meio de fontes imagéticas. O que comprovam a circulação de Carlos Santos e de sua esposa em terreiros de Batuque, religião de matriz africana, em Porto Alegre. Agradeço a Evandoir dos Santos, Associação Negra de Cultura pela cedência da fonte visual que registrou uma visita de Carlos Santos a um terreiro de batuque.

⁵⁴ No intuito de desenvolver as análises deste tópico serão utilizadas correspondências pessoais e matérias jornalísticas dos jornais porto-alegrenses e brasileiros em que o político esteve em evidência.

⁵⁵ Entrevista realizada com José Pereira da Costa, em 02 de março de 2013.

“teatro da memória”.⁵⁶ Em todos os exemplos os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionando com suas próprias vidas (GOMES, 2004, p.11).

Em matéria especial localizada na Revista do Globo, questionado sobre quais os motivos que o fizeram ingressar na política, Carlos Santos foi taxativo: “Procurei na política não um fim, mas o que entendia ser um meio de alargar o campo da luta em prol dos injustiçados e deserdados da sorte” (SANTOS *apud* BRENER, REVISTA DO GLOBO, 1962, p.26). Mais adiante, na mesma página, identificaram-se seus ideais: a defesa de seu grupo social e de sua classe - conforme segue:

“Quanto mais subo e me projeto, mais ligado fico às minhas origens. É como se eu subisse uma escadaria apoiado no braço esquerdo, deixando o direito para chamar os outros! Afinal de contas se eu caísse cairia comigo todo um grupo social que represento como homem de cor e como operário” (BRENER, 1962, p. 26-29) (GRIFO NOSSO).

Busca-se expor as relações sociais existentes entre essas escritas, dando ênfase para a relação de Carlos Santos, na intimidade e em sociedade, com as demandas da população negra concatenando essas situações as suas relações familiares às repercussões de sua trajetória política na opinião pública.

Júlio Soares exerceu a presidência da Sociedade Beneficente Floresta Aurora⁵⁷ nos anos de 1953 a 1955 e entre 1960 e 1965, foi o presidente que mais anos esteve à frente da organização. Sob seu comando a sociedade tinha uma respeitável administração e intensa atividade associativa e informativa, principalmente, no que diz respeito ao envio de correspondências aos seus associados e simpatizantes.⁵⁸

As trocas epistolares eram constantes entre as organizações negras do Estado, demonstrando o quanto estes grupos estavam vinculados pelas redes de informações da época. Mobilizações esportivas, convites para apresentações de bandas, shows com

⁵⁶ Sobre “Teatros da Memória” ver artigo, de mesmo título escrito por Raphael Samuel. Projeto História 14 – Cultura e Representação, 1997.p 41-81.

⁵⁷ A Sociedade Beneficente Floresta Aurora nasceu no dia 31 de dezembro de 1872. É a sociedade negra mais antiga do Brasil fundada por Polydorio Antonio de Oliveira, negro forro, na cidade de Porto Alegre. Ver MÜLLER, Liane Suzan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. 1999.253. PUCRS, Porto Alegre, 1999. Dissertação (Mestrado em História).

⁵⁸ A correspondência utilizada foi localizada no Acervo particular do senhor José Domingos Silveira Alves. Seu José tem 74 anos de idade e é conhecido como o “catador de papéis”. Para saber mais do seu José e de seu importante acervo, ver: PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. Estratégias Negras e Educação. Porto Alegre: VI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos – PUCRS,2006.

orquestras, bailes de debutantes e representações a posses de direções dos clubes, eram informações constantes nas correspondências dos anos de 1960 (GOMES, 2009).

A correspondência, que será utilizada neste texto, foi escrita por Júlio Soares no dia 30 de outubro de 1965, em que se evidencia a relação entre Carlos Santos e os integrantes da Sociedade Floresta Aurora. Nesse período, Carlos Santos era deputado estadual pelo PTB.

Na carta, que mais parecia um relatório de atividades, composta de quatro páginas, Júlio Soares deu ênfase a três fatores importantes de sua gestão. O primeiro, um balanço das atividades realizadas pela Floresta Aurora no período, o segundo uma relação de bens adquiridos e o terceiro uma reverência, Júlio, em agradecimentos, às pessoas que contribuíram para as realizações da Sociedade.

Entre outras informações, que o documento traz, destacam-se as atividades sociais de sua gestão e dos contatos políticos realizados:

Socialmente falando, destacou-se a Floresta Aurora com a realização de seis bailes de debutantes, todos eles num crescente de magnitude e beleza. Não esquecemos dos 25 casamentos, todos pertencentes ao quadro social, 8 aniversários de 15 anos; 2 bodas de pratas, e finalizando não podemos deixar de lembrar o coquetel oferecido a Miss Guanabara – Sra. Vera Lúcia, que contou com a presença do Exmo. Sr. Governador do Estado, na pessoa de seu representante- Chefe da Casa Civil, e demais autoridades, tais como: Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Prefeito Municipal de Porto Alegre, Presidente da Câmara de Vereadores (...).

Quando se chega ao final da “carta relatório”, identificam-se, por meio dos agradecimentos de Júlio Soares que, o agora deputado estadual, Carlos Santos tinha uma atividade intensiva na Sociedade Floresta Aurora. Na missiva do presidente essa situação torna-se evidente.

E por último, meus amigos, os mais sinceros agradecimentos aos amigos Dalmiro Rufino Lemos e família, Eurico Silva de Souza e família, Heitor Nunes Fraga e família e, de modo mais carinhoso possível, ao Exmo. Deputado Dr. Carlos da Silva Santos e família (...).

Porto Alegre, 30 de outubro de 1965.

Júlio Soares (GRIFO NOSSO).

Para um agradecimento desse gênero, do “modo mais carinhoso possível”, evidencia-se a marcante relação entre a Sociedade e o homem tema de nossos exames, inclusive destinando recursos por meio de convênios firmados entre o Estado com algumas entidades negras, como será demonstrado à frente. Carlos Santos manteve

laços próximos com a administração da sociedade negra Floresta Aurora, de certa maneira práticas que vivenciou, em sociedades negras, na cidade de Rio Grande.

Os laços familiares também moldaram a conduta política partidária de Carlos Santos. Em entrevista concedida no ano de 1967, ao assumir, por eleição de seus pares, a presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, explicou: “Orgulho-me de minha bisavó (...) Felisberta, vendendo cocada puxa, comprou sua Carta de Alforria e foi além: usando o mesmo recurso, libertou um bom número de companheiros da senzala. Lamento não a ter conhecido (...)” (CLEMENTE; BARBOSA, 1995, p.12).

Compreende-se que de maneira geral o termo família mudou desde o século XIX até o século XXI. Antes dirigidas por casais heterossexuais, na atualidade, os núcleos familiares são formados e comandados por mães ou pais solteiros, avós e avôs que cuidam de seus netos, tios ou tias que são como pais e mães, uniões estáveis de pessoas do mesmo sexo etc. que compartilham o que denomina-se grupo familiar.

Para Bordieu (2010) família é uma categoria, princípio coletivo de construção da realidade coletiva, é transcendental, parece natural e à medida que envelhecemos casar e ter filhos é uma pressão social de ordem e comportamento. Todavia, é uma construção social arbitrária operada pelo Estado com seus milhares de atos por meio de operações do estado civil. Assim a família é uma ficção, um artefato social, uma ilusão, muito bem fundamentada, produzida e reproduzida pelo Estado (BORDIEU, 2010, p.126-135).

Carlos Santos dava muita importância à família, além do afeto, possivelmente também pelas causas pessoais e políticas. E essa situação, será elucidada por meio da análise de uma missiva, escrita por ele de próprio punho, localizada na residência de Neiva Santos. Consta que o político, em 1937, recebeu uma proposta em dinheiro de um sujeito chamado Piozo Rodrigues para renunciar ao cargo de deputado classista, deixando sua vaga à suplência.⁵⁹

Voltando no tempo para após avançar aos anos em que o político exerceria seus mais destacados cargos públicos, o de presidente da Assembleia e de governador, nos idos de 1930, Santos participou ativamente da vida associativa em Rio Grande, nos sindicatos e nas associações negras (GOMES, 2007, p.31-46). Em 1935, escolhido pelo “Sindicato dos Metalúrgicos” de Rio Grande, atuou na representação do núcleo junto à

⁵⁹ A carta apresenta boa conservação. No entanto, algumas passagens são ilegíveis, tendo que optar-se, algumas vezes, pela interpretação das palavras, construindo sentidos semânticos. Mas acredita-se que grande parte da correspondência tenha sido perfeitamente transcrita.

Assembleia Legislativa, sendo eleito deputado classista pelo grupo de empregados na indústria, defendendo o salário mínimo. Esse mandato que, durou até 1937, foi encerrando com o Estado Novo. Nesse mesmo ano, Carlos Santos sofreu tentativa de suborno no intuito de que renunciasse ao cargo, beneficiando possíveis interesses de Piozo Rodrigues. Nessa situação, Santos percebeu as nuances do jogo político e, como resultado, redigiu a seguinte carta, exposta aqui em sua parcialidade:

Eu, 31 de agosto de 1937.

400:000\$000

2:500\$000

Emprego por momento federal. Ficando em disponibilidade até o fim do (sic) mandato no Rio, sem precisar renunciar bastando apenas retirar-me da atividade parlamentar. Re-eleição federal para garantir assunto urgente cuja resposta teria de ser dada amanhã. Ministro Trabalho chamaria ao Rio para despistar.

Duas horas de assédio. Entrou as 8 saiu as 10 da noite.

Foi portador da proposta o Dr. Piozo Rodrigues (...).

Posteriormente, será analisado o complemento da carta, já se adiantando o fato de que muito pouco se sabe a respeito da origem desse documento, que repercutirá como legado de honra do político, como observado. No entanto, entende-se perfeitamente o sentimento de repulsa de Santos ao ato, pois, constantemente citava em seus discursos e era verbalizado por intervenções de seus pares como um exemplo de honra, caráter e perseverança. O que constituiu o seu poderoso capital simbólico.

Após, a derrota, em nível internacional, das ideologias centralizadoras culminando com o final da II Guerra Mundial, e em 1946, a nível nacional, após o Estado Novo, com o retorno das eleições, Carlos Santos concorreu ao cargo de deputado estadual pelo PSD, ficando suplente.⁶⁰ Em 1959, foi conduzido a deputado estadual pelo PTB, o que se repetiu em 1963, também como substituto. Na época, chegou a reclamar do pouco tempo que conseguia ficar com a família. Apontamos para o crescente tema

⁶⁰ No PSD - Partido Social Democrático, Carlos Santos participou de três sessões parlamentares, substituindo Tarso Dutra. Dia 14, 17 e 18 de novembro de 1947. Nas ocasiões o político apresentou os seguintes requerimentos: Requerimento nº 216. Subscrive com outros deputados à necessidade do município de São José do Norte escoar sua produção. Solicitam que o Governo do Estado por meio da Secretaria de Obras públicas construa molhes de pedras, ao longo da Lagoa dos Patos próxima ao município, que permitam o embarque e o desembarque de mercadorias sem empecilhos e Requerimento nº 271. Subscrive com outros deputados, tendo em vista a situação vexatória e humilhante em que se encontra o posto fiscal aduaneiro de Santa Vitória do Palmar, no Chuí, nos limites com a República Oriental do Uruguai, com funesta repercussão nos próprios serviços e no cotejo com a repartição congênere existente na fronteira com aquele país. Os deputados requerem à mesa que se dirige ao Governo do Estado para que interceda junto ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda no sentido da pronta construção do edificio destinado aos serviços aduaneiros na fronteira meridional do Brasil. ANAIS, Porto Alegre, novembro de 1947. Vol. 12, p. 538-649.

localizado em seus discursos neste período: as demandas da pesca e dos pescadores sul-rio-grandenses, que desde sua eleição para deputado estadual em 1959 até sua última participação como deputado estadual, em 1974, seria a pauta mais enunciado por ele na tribuna do legislativo estadual.

Se no momento que o sujeito diz, ele se assume como autor Orlandi (ORLANDI, 2001, p.13), em sua formulação discursiva, Carlos lembrava regularmente do sentimento à sua família. Em entrevista a Léa Brenner, intitulada “Uma personalidade em foco”, Carlos Santos explicou que: “tinha planos de abandonar a política e dedicar-se à família, sempre relegada ao segundo plano” (BRENNER Revista do Globo número 826, agosto de 1962, p.29).

Imagem 1- Carlos Santos ao centro e sua família



Fonte: Correio do Povo, 12/02/1967, p.23.

Politicamente, no parlamento, defendeu os direitos das famílias numerosas. Em dezembro de 1965, fez um apelo na tribuna ao governo federal “no sentido da liberação de verbas destinadas ao pagamento dos abonos devido às famílias de prole numerosa e com poucos recursos, conforme decreto nº 3.200, de 1941”, que instituiu no Brasil, uma espécie de “Bolsa Família”, na época denominada “Abono Familiar”.

Santos denunciou que: “durante todo o ano de 1964 e 1965, nenhuma família inscrita havia recebido a verba, no valor de quinhentos cruzeiros por filho”, sendo fixado como regras para as famílias cadastradas, teto de seis filhos por família e o pai recebendo menos de dois salários mínimos por mês. As crianças eram obrigadas a frequentar a escola e impedidas de trabalhar.

No Estado cerca de 40 mil famílias numerosas estavam regularmente habilitadas no programa, o que, para ele “agravava o problema”. Para o político era dever do Estado

“proteger a família de prole numerosa” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 03/12/1965, p.4). Como ele, patriarca, queria proteger a sua.

Santos, mesmo sentindo saudades de sua família, cada vez mais se dedicou a vida pública. Como se não bastasse, em 1966, na vigência da ditadura civil-militar, momento de intensa caça de mandatos, fora eleito novamente, agora pelo MDB.

Em 31 de janeiro de 1967, com o apoio de seus pares assumiu o cargo de Presidente do Legislativo, evento com ampla repercussão na mídia regional e nacional. A família, provavelmente, entendia que a vida pública de Carlos Santos dava sentido a sua existência. E quem sabe a existência da própria família desde o século XIX, já que o envolvimento político era prática constante de alguns de seus membros antes da abolição (LONER, 2013).

Tabela 1: Títulos noticiados na imprensa sobre a presidência de Carlos Santos à Assembleia

Periódico	Data	Título	Motivo da matéria
Zero-Hora	01/02/1967	Carlos Santos é o presidente da assembleia	Presidência da Assembleia
Zero-Hora	01/02/1967	Informe político – oposição vence com susto	Presidência da Assembleia
Correio do Povo	02/02/1967	Idade, profissão e os municípios que os novos deputados representam	Deputados estaduais eleitos
Correio do Povo	05/02/1967	Uma grande vitória	Presidência da Assembleia
Folha da Tarde	09/02/1967	Política e políticos – na área parlamentar	Presidência da casa
Correio do Povo	12/02/1967	De aprendiz de caldeireiro a presidente da Assembleia	Presidência da Assembleia
Jornal do Brasil	17/02/1967	Carlos Santos venceu os preconceitos e agora preside a Assembleia Gaúcha	Presidência da Assembleia
Correio do Povo	18/02/1967	Correio do Leitor - Carlos Santos na Presidência	Posse à Assembleia

Fontes: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, dia 17/2/1967, Jornal Correio do Povo, de fevereiro de 1967, Jornal Zero-Hora, Porto Alegre, dia 01/02/1967.

E através da análise de conteúdo, será demonstrado como os artigos jornalísticos divulgaram os sucessos políticos obtidos por Carlos Santos em 1967. Por meio dos jornais “Correio do Povo, Folha da Tarde, Zero-Hora e Jornal do Brasil”, pode-se demonstrar que ambos os feitos tiveram amplas repercussões, já que tratavam da posse do Presidente da Assembleia e do Governo interino do Estado. Feitos de um homem,

que, orgulhosamente, assumia sua identidade em um Estado, conforme citado anteriormente, fortemente construído simbolicamente pelas tradições europeias.⁶¹

Para Kientz (1973, p.70), o caráter surpreendente faz do evento uma notícia. Na proposta, deve-se perguntar: qual a percepção original do jornalista/articulista nesse acontecimento? Notou-se que, basicamente, todos os jornais mencionados divulgaram como algo inédito na história desse Estado os êxitos obtidos por Carlos Santos, principalmente, superando as dificuldades cotidianas de pertencer a um grupo estigmatizado socialmente. No entanto, as vitórias de Carlos Santos foram animadoras em muitos âmbitos o que se evidencia nas reflexões subsequentes.

Em fevereiro de 1967, Carlos Santos assumiu como Presidente do Legislativo sul-rio-grandense. O deputado foi eleito após vencer a disputa interna contra Airton Barnasque, por 17 a 9 votos.⁶²

Para o colunista Sérgio Jockyman no momento em que a ARENA empossava seu governador, o MDB elegia o seu presidente da Assembleia, o poder executivo ficava com a situação e o poder legislativo, com a oposição, ou seja, Carlos Santos era líder da oposição do Rio Grande do Sul. Outra passagem do texto do colunista chama atenção:

A eleição do deputado Carlos Santos para a presidência da Assembleia Legislativa foi noticiada por todos os correspondentes de agências noticiosas estrangeiras, em Porto Alegre. Não sei se todas elas serão transmitidas ao mundo inteiro, porque para certos países a eleição de um preto deve ser um desafio inominável (JOCKYMAN, ZERO-HORA, 1967, p.8) (GRIFO NOSSO).

Inevitavelmente, a questão da cor contribuiu para a visibilidade tanto de Carlos Santos como os ideais políticos de muitos que viram no exemplo do episódio a materialização da democracia política e racial, recebida com júbilo pelo político Coelho de Souza, que enfatizou a humildade de Carlos Santos, com quem convivia desde 1935.

Além da humildade, o político citou o orgulho que Santos demonstrava por sua cor. Para ele a presidência alcançada por Santos significou uma grande vitória política e racial, pois, ocorreu acima dos partidarismos. Algo que serviria para demonstrar ao

⁶¹ Na apresentação do livro de Elvo Clemente, José Luiz Pereira da Costa, secretário e amigo de Carlos Santos escreveu: “instigante, sem dúvida, o nosso Rio Grande do Sul, é, dentre os estados brasileiros, o de maior presença europeia em sua formação populacional. Amigos africanos, visitando o Brasil, definiam, nitidamente, dois países: o africano no Nordeste: O europeu no Sul”. Ver CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. 1º edição. Porto Alegre: PUCRS, 1995, p.05-06.

⁶² ZERO-HORA, Porto Alegre, 01/02/1967, p.06.

mundo a inteligência brasileira, diferentemente da mancha racista que atingia os Estados Unidos e o regime de segregação da “União-Sul-Africana”.⁶³

Para Coelho de Souza:

Existe ainda um aspecto do episódio, que lhe dá maior relevo: a maioria da bancada a que pertence aquele concidadão é composta de brasileiros de origem não lusa e nenhum deixou de dar o seu voto ao brasileiro de ascendência africana - o que evidencia a comunhão nacional, a integração geral do espírito de uma nação que há de resultar da fusão dos contingentes de muitos povos (...) (SOUZA, CORREIO DO POVO, ESPECIAL, 05/02/1967) (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos estava atento a essas discussões (o que será investigado em nosso terceiro capítulo). Inclusive, citando a importância de seu exemplo para a harmonia racial existente. Uma curiosidade: Carlos Santos ao assumir como presidente do Legislativo, com 63 anos de idade, era o parlamentar mais idoso da casa. O mais novo era Victor Faccioni, nascido em 1941, com 26 anos.⁶⁴

Ao assumir, Carlos Santos, esclareceu as suas diretrizes de atuação na casa, sendo sua maior preocupação organizar o Legislativo, suas estruturas e seus serviços sem qualquer interferência político-partidária, pauta, que demonstra o prestígio adquirido pelo político na época.⁶⁵

No dia 12 de fevereiro de 1967, em uma longa reportagem especial, intitulada: “De aprendiz de Caldeireiro a Presidente da Assembleia”, com subtítulo: “Carlos Santos – Gigante Negro da Palavra”, escrita por Salomão Kirjner, Santos esboçou junto à imprensa sua trajetória de vida até a importante conquista política. Em entrevista realizada em sala da assembleia Carlos Santos demonstrou serenidade e humildade a lembrar de sua origem, informando que seguiu a formação religiosa devido aos

⁶³ A percepção de que no Rio Grande do Sul existia uma harmonia racial, é complexa, porém real. Enquanto presidente do Legislativo, Carlos Santos recebeu visitas de representantes da Europa e da África. Em 13 de fevereiro, recebeu o embaixador da República Árabe Unida, Sr. Ahmed Farid Shady, dia 22 de fevereiro, recebeu o embaixador da Dinamarca, Mogens Wandel Petersen, em 27 de fevereiro, foi à vez do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico. Em 8 de abril, recebeu na Assembleia, Shiro Kondo, cônsul do Japão, no dia 10 de maio, visitou o Legislativo Sr. Bejov Krisna Acharya, embaixador da Índia. O embaixador Alemão, Ehrenfried von Holleben, Rep. Federal da Alemanha, o diplomata britânico, Mr. Secondi, o embaixador francês, Jean Bineche e o cônsul da Polônia, Eduardo Palyga, também visitaram o Legislativo. No dia 28 de dezembro, recebeu Douglas Elleby, adido dos Estados Unidos e, por fim, no dia 14 de fevereiro de 1968, foi à vez de Paul Katz, cônsul da França, visitar o presidente do Legislativo. Neste sentido, certamente, esses políticos levavam as suas impressões para indivíduos de seus países de origem, difundindo ainda mais a nível mundial assunção de um negro à postos importantes do poder Sul-Rio-Grandense. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dias: 14/02/1967, 22/02/1967, 28/02/1967, 08/04/1967, 10/05/1967, 28/12/1967, 14/02/1968.

⁶⁴ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 02/02/1967, *s.p.*

⁶⁵ FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 09/02/1967, *s.p.*

ensinamentos de sua mãe, Dona Bibiana da Silva Santos, professora de música e organista de Igreja, em Rio Grande. Em suas linhas Salomão Kirjner, escreveu que apesar de pobre os antepassados de Carlos Santos tiveram ótimo conceito social, legando ao menino bons exemplos. Kirjner citou a participação do avô, de Santos no jornal “A Voz do Escravo” e salientou a profissão de carpinteiro de seu pai.

Conforme a matéria, os exemplos familiares fizeram Carlos Santos viver, mas vencer foi por seu mérito pessoal. O político teve diversas profissões. Foi aprendiz e ajudante de caldeireiro em oficinas navais, em 1930, após foi nomeado Fiscal do Trabalho, tendo como função investigar firmas que desrespeitavam os direitos dos trabalhadores.

Seguindo a matéria, já em 1934, chegou a delegado eleitor, participando da escolha do deputado federal classista, além de ter sido indicado, foi candidato e eleito, de 1935 a 1937. Teve que mudar para Porto Alegre no intuito de desempenhar da melhor maneira possível sua nova função. Em virtude de dívidas, após empréstimo, retornou para Rio Grande com os cinco filhos. Sua esposa, Juliana Bolleto dos Santos, ficou em Porto Alegre durante todo o ano de 1937 para concluir o curso de parteira na Santa Casa. Com a ditadura do Estado Novo, Santos passou a trabalhar como delegado de escola, uma espécie de monitor, na escola Lemos Júnior.

No jornal “A Alvorada” de Pelotas localizou-se que sua função teria sido de secretário de escola (A ALVORADA, Pelotas, 13/01/1951, p.1). Delegado, fiscal, monitor ou secretário, sua vida mudou de condição com o advento do Estado Novo. Na época, passou também a exercer o emprego de jornalista, escrevendo para o jornal “O Tempo” e “Rio Grande”, ambos do município de Rio Grande. Correspondente do jornal “A Noite”, do Rio de Janeiro, destacou-se pela qualidade das matérias.

Em 1950 aos 46 anos de idade, formou-se em direito sendo sua formatura assistida por dois netos. Foi o orador da turma.⁶⁶ Aliás, oratória era outra qualidade de Carlos Santos, o que o fez conquistar popularidade desde o grupo “Carnavalesco Braço é Braço”, motivo pelo qual foi apelidado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Porto Alegre como “o gigante negro da palavra”, frase subtítulo da matéria.

Carlos Santos informou que iniciou a discursar nas oficinas navais, entre tarraxas e martelos e que seus colegas pediam “bis”. Ao amadurecer, levou sua tribuna

⁶⁶ Seu discurso teve como título: “A predestinação do Direito”. Encerrado com efusivas manifestações ao “mundo cristão e a paz na terra”. Ver SANTOS, Carlos. *A predestinação do Direito*. Tipografia Leão XIII: Rio Grande, 1951, p.1-22.

para as ruas, enfrentando autênticas multidões, “como orador desses movimentos carnavalescos que alguém chamou, na minha terra de almas das ruas – o cordão”. “Com o tempo nos teatros, nos clubes e associações eu me sentia envolto as explosões de simpatia e de admiração da gente boa de meu Rio Grande” (SANTOS *apud* KIRJNER, 1967, p.23).

Ainda em Rio Grande, conforme relatado na entrevista, Carlos Santos, participou de sociedades que buscavam a valorização do negro. Segundo a matéria, ele dirigiu a Floresta Aurora, informação que necessita de maiores aprofundamentos, pois sabe-se que ele frequentava a entidade, mas é uma novidade o fato de que a presidia. Na Assembleia, Kerjner narra que Carlos Santos continuou a luta e sempre que teve a oportunidade pregou a valorização do negro ou condenou qualquer discriminação.

Outra consagração foi sua indicação à participação como pregador do Congresso Eucarístico de Belo Horizonte. Na entrevista o político ressaltou que mesmo com a capacidade de motivar multidões, jamais foi a favor de extremismos. Embora, católico fervoroso.⁶⁷

Nas linhas do Jornal do Brasil, outro periódico consultado, o autor Abdias Silva, enfatizou a importância das questões raciais na posse de Carlos Santos. Na matéria tem uma foto em que aparecem 27 membros da família Silva Santos, com Carlos Santos, ao centro representando o poder do núcleo. Na imagem consta o título: “A grande família”, situação que o político fazia questão de manter e demonstrar. A matéria iniciou com o seguinte conteúdo:

Esta é uma história de um negrinho, aprendiz de caldeireiro, que hoje, sobre a sua autoridade, só vê a autoridade do governador Peracchi Barcelos (...) trata-se do Deputado Carlos Santos, um negro alto, que acaba de ser eleito presidente da Assembléia (SILVA, Abdias. JORNAL DO BRASIL, 17/02/1967, sp) (GRIFO NOSSO).

Interessante essa analogia do articulista: primeiro citou um negrinho na infância, depois, referiu-se a ele como um negro alto. Sem dúvidas, Santos cresceu. No decorrer da notícia, Silva destacou os seguintes tópicos da trajetória do político:

- a) sua liderança sindical;
- b) a origem e os problemas com as questões raciais;
- c) a política e a força ;
- d) a forma como Santos entrou na política após salvar uma menina enferma.

⁶⁷ Matéria na íntegra, CORREIO DO POVO, 12/02/1967, p.23-24.

Quanto a esse último item, o político tornou-se um articulador nas ações e formulações de projetos para a criação de um órgão estadual que atendesse as demandas das crianças excepcionais, como o observado nas análises dos discursos verificados.

Mas, nas linhas dos jornais, outros autores também emitiam suas opiniões sobre esse acontecimento, único, no Estado. Na seção “Correio do Leitor”, do periódico Correio do Povo, o artigo assinado pelo leitor F. de Paula Alves da Fonseca, da cidade de Pelotas, mostra a seguinte reflexão:

A história política está cheia de fatos concretos, mas como esse, ainda não tínhamos tido oportunidade de presenciar. Cremos sinceramente, que partindo, o exemplo dos pampas o mesmo se frutifique em todo o país. A não discriminação racial deverá ser sempre uma constante. Que lutas fratricidas entre homens brancos e homens de outra cor, não sejam motivos aos desmandos de uma nação. Assim, já teremos dado uma parcela de colaboração para o maior desenvolvimento do Brasil. O gérmen lançado deverá frutificar (...) (FONSECA, F. CORREIO DO POVO, 18/02/ 1967, *s.p*).

O leitor sentiu necessidade de emitir sua opinião a respeito do acontecimento, e descreveu o fato identificando-o como referência para a nação. Para a opinião pública, um negro assumir a presidência da assembleia em um estado majoritariamente europeu, era um acontecimento exuberante, “de modelo” a todos os povos.

Outro impacto midiático foi a posse de Carlos Santos ao governo interino do Estado do Rio Grande do Sul. Na ocasião, muitos jornais porto-alegrenses analisaram com satisfação a elevação de Carlos Santos ao posto máximo do estado, pois, em virtude das disputas acirradas entre correligionários da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB, partidos fundados no contexto de Regime de Exceção, nosso personagem era uma unanimidade para grande parcela dos setores midiáticos e dos homens públicos, inclusive representando, conforme o noticiado, a conciliação dessas duas facções, mesmo que temporariamente.

As linhas do jornal Correio do Povo, do dia 9 de março de 1967, continham a seguinte manchete: “Rio Grande vive um clima propício à harmonia”. Mais adiante, a matéria localizada na parte central do periódico confirma as palavras verbalizadas por Carlos Santos ao assumir o cargo de governador interino:

Não é necessário, salientou, que abandonemos os nossos princípios e as nossas legendas para que haja um clima de alto entendimento, e para isso basta que nos respeitemos, agindo em termos altos, em termos idealísticos (...) Disse que o Sr. Peracchi Barcelos podia viajar tranqüilo e lutar lá fora em prol do desenvolvimento econômico do estado e da paz social de nossa gente.

Frisou que oposição também é governo e tem deveres e compromissos no engrandecimento ou retrocesso da vida pública do Rio Grande, e ele, como representante da oposição, terá satisfação em contribuir para a felicidade do Rio Grande (CORREIO DO POVO, 09/03/1967, p.20) (GRIFO NOSSO).

Walter Peracchi Barcelos, em contrapartida, salientou que era com honra e satisfação que transmitia a chefia de governo a um homem que “tem pautado sua conduta política e sua atuação em padrões de alta dignidade e elevado espírito público” (JORNAL FOLHA DA TARDE, 08/03/1967, *sp.*). Seria essa uma estratégia de Walter Peracchi para acalmar os ânimos oposicionistas do MDB?

Essa “harmonia” anunciada por setores da mídia era construída com esforços de ambas as agremiações para garantir um clima de paz no Estado, sendo realizada com muito empenho por Peracchi e Santos, por meio de visitas programadas de ambos os lados ao Piratini e à Assembleia (CORREIO DO POVO, 28/02/1967).

Mesmo com repetidos sinais de paz, surgiram desavenças, como se verifica por ocasião de transmissão de cargo. Ao mesmo tempo identificaram nos relacionamentos entre os partidos e a Igreja elos de consenso entre a ARENA e o MDB, pois com a Igreja e junto dela, ambos mantinham relacionamentos e sentimentos de paz e “nobreza de espíritos”.

Mais adiante, as informações localizadas na Revista do Globo, do dia 4 de agosto de 1962, já demonstravam cinco anos antes, como setores da opinião pública respaldavam o político:

Em todos os setores onde Carlos Santos atua, acaba sempre por representar um papel de pomba branca da paz: ele é o elemento de ligação entre ideias opostas ou grupos sociais, naqueles setores que dizem respeito ao convívio humano (REVISTA DO GLOBO, 1962, p. 29) (GRIFO NOSSO).

Na primeira vez que ocupou o cargo de governador foi convocado para assumir o governo do Rio Grande do Sul por ocasião da viagem do governador Walter Peracchi Barcellos (1907-1986), da ARENA, à Guanabara.

Imagem 2- Walter Peracchi e Carlos Santos



Fonte: Jornal Folha da Tarde 08/3/1967, sp.

Tabela 2: Reportagens sobre Carlos Santos no governo do Estado

Periódico	Data	Título	Motivo da matéria
Zero-Hora	06/03/1967	Informe Político	Posse ao Governo
Zero-Hora	09/03/1967	Informe Especial	Posse ao Governo
Diário de Notícias	09/03/1967	Carlos Santos no governo deu audiências no primeiro dia	Atividades como Governador
Correio do Povo	12/03/1967	Carlos Santos assumiu ontem pela 2ª vez governo gaúcho	2ª Posse ao Governo
Folha da Tarde	14/03/1967	Política e Políticos – Nos bastidores	2ª Posse ao Governo
S.N	22/03/1967	Carlos Santos em Pelotas	Atividades como Governador

Fontes: consultar colunas acima, periódicos e datas.

As matérias destacaram o exercício do político, agora no cargo mais elevado de sua carreira pública, o de governador do Estado. Diante disso, poder-se-ia pensar que na mídia o destaque a sua cor estava em um segundo plano, porém notou-se o inverso.

Sua identidade e seus atos públicos tornaram-se sinônimos, ora se informava sobre seus atos, ora se refletia sobre a sua cor, que na maioria das vezes, se relacionavam. Na realidade, o próprio político ao verbalizar, dependendo da situação, amalgamava sua situação, de agente público e de homem negro, tendo consciência de como representava e de como era representado.

Ao assumir pela primeira vez o cargo de governador, Carlos Santos considerou a tarefa como algo normal, desde o momento em que foi eleito para ocupar a presidência do Legislativo. Ele compreendia essas funções como decorrente do sistema “democrático”, lembrando que “oposição também era governo”. Isso mesmo, embora o país vivesse um regime de exceção, para Carlos Santos e para milhares de pessoas, vivia-se em uma “democracia”. O político tinha espírito público, dizendo-se apto à promoção do bem social. Para ele o encargo de substituir o governador nos seus

impedimentos, traduzia “a confiança generosa de seus companheiros de lutas políticas” (ZERO-HORA, Porto Alegre, 06/03/1967, p.06).

Em pouco tempo, os jornais já evidenciavam a identidade do governador como algo a ser visibilizado. No informe especial de Zero-Hora, redigido por Sérgio Jockyman, tem-se a nítida percepção dessa situação. Acredita-se que na consciência de grande parte dos articulistas dos jornais o fato de no Brasil não existir o ódio racial frequentemente anunciado em reportagens internacionais que vinham dos Estados Unidos e da África do Sul credenciavam as percepções positivas dos jornalistas.

Como asseverou Francisco Neves (2002), analisando os periódicos e a questão política em Rio Grande no final do século XIX, “os jornais como meio de comunicação, informação, divulgação e opinião, agindo como propagadores do status quo de determinadas sociedades”. Devido a isto, o periódico representa organizador de uma sociedade, de uma verdade, seus redatores acreditam na palavra no sentido de poder e de obtenção de efeitos por meio da mesma, criando aquela verdade a partir de suas visões de mundo (NEVES, 2002, p.18-19). Nesse sentido, ao analisar a projeção de Carlos Santos, os jornalistas compreendiam o contexto como resultado de um país e um estado sem discriminações e distinções de grupos étnicos.

Ressaltamos que desde o início de nossa República, as relações entre o Brasil e o continente africano se caracterizaram pelo desinteresse. Para José Flávio Sombra Saraiva (1998), que pesquisou os relatórios da diplomacia brasileira sobre o continente africano, isto decorreu de dois fatores: o primeiro de origem ideológica, vinculado ao projeto de afastamento deliberado das imagens do continente na nacionalidade brasileira e o segundo de origem material, relacionado à irrelevância das relações econômicas e comerciais com a África no período.

Existiu uma política de esquecimento da África, já que o “silêncio também é uma forma de fazer política internacional”. A elite brasileira tratava de construir uma nação modelada sobre as chamadas nações modernas e ocidentais. “Deliberadamente forjou uma memória anti-africana” (SARAIVA, 1998, p.117-118).

A África do Sul era o único país na África com o qual o Brasil mantinha relações diretas no final da década de 1940, sendo que desde 1943 mantinha uma representação diplomática em Pretória, e em 1947 uma delegação oficial foi instalada.

Contudo, devido ao alinhamento com os Estados Unidos, centro hegemônico ocidental manteve as relações com a África do Sul, pois os formuladores de nossa política exterior acreditavam que a África Negra estava propícia a expansão comunista.

Ressaltamos que o Brasil manteve silêncio sobre o domínio da África do Sul sobre sua invasão à Namíbia bem como sobre o tema racial do *apartheid*, que já apresentava ressonância mundial (SARAIVA, 1998, p.126-127).

Getúlio Vargas (1882-1954), por meio do nacional desenvolvimentismo; e Juscelino Kubitschek (1902-1976), por meio do liberalismo associado, iniciaram relações de financiamentos, fazendo com que a África, paulatinamente, entrasse na agenda da política exterior do Brasil (SARAIVA, 1998, p.128). Sendo a autoproclamada “Política Externa Independente”, iniciada pelo presidente Jânio Quadros (1917-1992) e continuada por João Goulart (1919-1976) (SARAIVA, 1998, p.142). A partir dos anos setenta, em virtude da crise do petróleo, como veremos mais adiante, tornou-se necessário olhar para a África.

Mas quanto as posições a política do *Apartheid*, nos finais dos anos sessenta, as impressões do Brasil permaneciam inalteradas no que se referia à crítica ao regime de discriminação racial estabelecido desde o século XIX, na África do Sul. Salientamos que “o Brasil reconhecia o problema, entendia-o como grave, mas continuava a defender o que os diplomatas brasileiros chamavam de uma “solução conciliatória”, ou seja, o entendimento de que aquele era um problema doméstico da África do Sul” (SARAIVA, 1998, p.130). Para a opinião pública, vigiada pelos sensores do regime (STEPHANOU, 2004), nosso país no que tangia as relações raciais, era um exemplo ao mundo.

Jockyman sentenciou: “Carlos Santos tomou posse como governador, há de haver em gentes estrangeiras, muito respeito por esse estado, que foi o primeiro a dar a um negro o direito de governar homens brancos”. Mais adiante, o jornalista escreveu:

Os professores dirão com justo orgulho, que no dia 08 de março de 1967 não havia um só soldado nas ruas e que o negro Carlos Santos saiu de sua casa sem guardas nem escola e cruzou tranquilamente os portões do Palácio do Governo para receber o poder das mãos de um homem branco. E que lá ficou sem que em momento algum lhe fosse perguntado a cor de sua pele ou contestado o seu direito (JOCKYMAN, Sérgio. ZERO-HORA, 09/03/1967, p.02) (GRIFO NOSSO).

No contexto, por meio dos aparelhos de televisão e dos impressos jornalísticos, constantemente eram tratados assuntos como o massacre de Soweto (ocorrido anos antes, na África do Sul e os casos de espancamentos cotidianos, além do impedimento de frequentar escolas, direitos dispensados aos afro-americanos, em plena luta para

obtenção de seus direitos civis), inclusive sendo tema de importantes discursos pronunciados por Carlos Santos, como será abordado nos capítulos posteriores.⁶⁸

Por isso, compreendem-se as efusivas manifestações das matérias como respostas a essas questões raciais, códigos construídos desde a publicação de Casa Grande e Senzala (FREYRE, 1933) amalgamadas as próprias ideias nacionalistas fundadas no Estado Novo (1937-1945).

Por outro lado, dentro do próprio Rio Grande do Sul, assim como no país, muitas situações de preconceito continuavam a ocorrer, inclusive também denunciadas pela imprensa, o que será problematizado a seguir.

Nas funções públicas, em seu primeiro dia de governo, Santos promoveu algumas audiências coletivas, iniciando seu trabalho às 16h30 do dia 9 de março de 1967, como se pode acompanhar nas páginas do impresso “Diário de Notícias” de Porto Alegre. Na ocasião, o político atendeu a mais de vinte pessoas, ouvindo uma série de reivindicações. Eram pedidos de emprego, bolsas de estudo, passagens e ações para fins assistenciais.

De acordo com a notícia do jornal: “ele deixava claro que sua passagem pelo governo do estado era tão rápida que talvez, não pudesse atender nenhuma solicitação”. Em um dado momento, teria interrompido as deliberações para atender ao conhecido jogador “Osmar Fortes Barcelos, o grande craque brasileiro Tesourinha”, ex-jogador dos clubes de futebol Internacional e Grêmio, ambos da cidade de Porto Alegre (JORNAL DIÁRIO DE NOTICÍAS, 1967, 09/03/1967, *sp*). Santos exerceu o cargo por pouco mais de 24 horas.

No dia 12 de março de 1967, assumiu pela segunda vez a administração do poder executivo sul-rio-grandense, quando Walter Peracchi Barcelos foi cumprir agenda com o general Castelo Branco e Ministros. Dessa vez, o cargo ficou por mais tempo com Carlos Santos, cerca de uma semana. Em virtude de problemas de saúde, quase ficou inviável sua nomeação, que ocorreu após decisão individual, mesmo com dificuldades.⁶⁹ Na agenda governamental, constavam algumas viagens a localidades do

⁶⁸ No dia 21 de março de 1960, 69 pessoas morreram e 180 ficaram feridas quando a polícia atirou contra manifestantes desarmados, na maioria moradores do bairro de Soweto na África do Sul, que protestavam contra as leis segregacionistas do Apartheid. As reações internacionais contra esse regime tomaram corpo após o massacre de Sharperville, de 1960, quando a polícia sul-africana abriu fogo contra manifestantes negros que protestavam contra o *pass laws*, e estenderam-se concomitantemente ao desenvolvimento da luta pelos direitos civis nos EUA (MAGNOLI, 2009, p.73).

⁶⁹ Carlos Santos sofria de uma doença que atingia suas articulações e ossos, denominada Doença de Paget.

interior, tais como a Bento Gonçalves, por ocasião da I FENAVINHO (CORREIO DO POVO, 12/03/1967).

No jornal Folha de Tarde, de Porto Alegre, localiza-se novamente a ideologia, muito bem difundida pelos meios políticos e reforçada pelos militares da época, o pensamento da democracia racial:

A presença de um *colored* no governo do Estado como representante das forças de oposição, tem sido interpretada como um exemplo de democracia e de comunhão racial nesta unidade da federação. O deputado Carlos Santos ascendeu a mais alta magistratura do Estado como colorário de uma vida humilde que soube impor à admiração e ao respeito da comunidade rio-grandense (FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 14/03/1967, *sp*) (GRIFO NOSSO).

Durante sua segunda passagem pelo governo o político foi fazer uma visita “de ordem sentimental” a Rio Grande e à cidade vizinha São José do Norte, consideradas pela imprensa e por ele mesmo, como regiões de sua origem. Esse era um hábito comum aos representantes do Executivo sul-rio-grandense (FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 14/03/1967, *sp*).

Em algumas situações, não ocorria a passagem de cargo, entre Walter Peracchi, governador, e Carlos Santos, presidente do Legislativo, designado a assumir na ausência do primeiro, o que quando não ocorria, demonstrava a relativa e complexa harmonia entre os membros da ARENA e do MDB.

Em junho, Peracchi viajou para São Paulo, capital, por 48 horas e, dessa vez não transmitiu o cargo a Carlos Santos, o que tencionou as relações entre os grupos. Segundo o entendimento da ARENA, a transmissão somente deveria ocorrer a partir do licenciamento de, no mínimo, 15 dias de ausência do governador. Por outro lado, o MDB, explicou que, desde maio daquele ano, por reforma constitucional, existia o artigo que estabeleceu que, por qualquer prazo, o chefe do Executivo ausente, deveria transmitir o cargo ao seu substituto legal, no caso o presidente da Assembleia.

O porta voz de Peracchi, na ocasião, informou que a não cedência do cargo nada tinha de pessoal contra a figura de Carlos Santos, e sim era uma medida vinculada a decisões do Supremo Tribunal Federal.⁷⁰ Outros episódios, ocorreram após esse, tais como a viagem de Peracchi ao Congresso dos Municípios, realizado no Estado da Amazônia. Essa situação, ainda que tenha incomodado o MDB e a Carlos Santos, fez com que o partido respondesse da seguinte forma: “não recorreremos à justiça (...) nós

⁷⁰ ZERO-HORA, Porto Alegre, 28/06/1967, *sp*.

do MDB, só desejamos assumir o governo, a não ser nos casos de obrigação constitucional, por meio de eleição direta”.⁷¹ Assim dá-se a entender a força do ARENA junto do STF, partido civil mais próximo dos militares, representantes do poder nacional, em nosso Estado.

Carlos Santos permaneceu como presidente da Assembleia Legislativa durante todo o ano de 1967, assumindo o posto de governador nas duas ocasiões supramencionadas. Antes de continuar a representação que esse personagem auferia de seus familiares, convém, mesmo que brevemente, enfatizar as repercussões da posse de Carlos Santos como líder do estado sulino - Estado fortemente inventado em uma construção histórica hegemônica ocorrida a partir da colonização europeia.

Os jornais pesquisados refletiram e informavam sobre as atribuições públicas de Carlos Santos, como presidente do legislativo e de chefe do executivo sul-riograndense, conforme o examinado.

O Doutor José Luiz Pereira da Costa que era jornalista e, nessa época, já formado em Direito pela UFRGS, exercia o cargo de chefe de gabinete do Carlos Santos. Conforme sua fala, desde o seu primeiro contato com Santos, houve a influência dos meios católicos. Na realidade, Costa atuava na imprensa católica e, nesse sentido, nota-se a força da Igreja, mantendo-se no centro do poder, inclusive na divulgação das informações. Conforme Costa:

Eu tive o prazer de conhecê-lo me encontrando com ele, eu era jornalista na época, trabalhava mais precisamente, no *Jornal Do Dia*. O jornal era o órgão católico do Rio Grande do Sul, que disputava naquele tempo espaço entre os dois grandes jornais de Porto Alegre, que eram o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Eu trabalhava no *Jornal do Dia* e passei a fazer a cobertura política do jornal – setor Assembleia Legislativa, onde eu ia buscar as matérias (COSTA, 2013).

Entretanto, a questão racial ainda continuava presente nas matérias, demonstrando que, apesar da abolição ter ocorrido nessa época, há quase 80 anos, o quão surpreendente foi a assunção de um negro ao poder máximo da política sul-riograndense, o que serviu de modelo às exaltações “gaúchas” e brasileiras do período, reforçadora das ideologias do nacionalismo e da democracia racial brasileira.

Contudo, quem assumiu o poder foi um negro com qualidades “irretocáveis” para a necessidade do poder da época, que precisava de estabilidade e de “normalidade” aos olhos de todos. Carlos Santos, era um exemplo de pai de família, tinha atributos

⁷¹ ZERO-HORA, Porto Alegre, 06/07/1967, *sp*.

perfeitos aos ditames do poder do Estado, que influenciado diretamente pelo catolicismo, e pelo próprio Carlos Santos, consciente de sua devoção a essa fé, tornou-se cúmplice diante das influências recíprocas. Era o Estado a partir da ideologia católica reproduzindo e produzindo a estabilidade do poder por meio da consagração da família.⁷²

No início de seu mandato de presidente do Legislativo em 1967, o político visitou Dom Vicente Scherer na Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Na ocasião foi levar os cumprimentos do parlamento ao Arcebispo, que havia sido indicado para a Cúria Romana.⁷³ Essa visita, foi uma, dentre as inúmeras, visitas que o intelectual realizou ao padre, com quem mantinha “laços estreitos de amizade”. Ou seriam políticos?⁷⁴

O tribuno proferiu palestras em associações cristãs e em grandes atividades que destacavam sua fé. E sua presença, no parlamento para discursar sobre os valores cristãos no dia de Ações de Graças, era certa.⁷⁵

Entretanto, um dos auge de sua relação com a Igreja foi a edição, pela Assembleia, da encíclica papal *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI, lançada no dia 29 de junho de 1967.⁷⁶ Na ocasião, Dom Vicente Scherer palestrou na Assembleia a convite de Carlos Santos (MDB) e de políticos vinculados à ARENA.

O apoio da Assembleia para a publicação, valeu ao político a medalha *Pro Ecclesia et Pontifice*, homenagem do Papa Paulo VI pelos serviços prestados pela “fé”. Além de Carlos Santos, presidente da Assembleia, os líderes do MDB, Pedro Simon e da ARENA, Ari Delgado, também foram condecorados.⁷⁷

Em sessão solene, realizada em dezembro, Dom Vicente Scherer, representando o Papa Paulo VI, conferiu aos três deputados à homenagem, agradecendo o trabalho dos parlamentares na difusão da *Encíclica Progresso dos Povos*.⁷⁸ A ligação de ambos os partidos com a Igreja Católica era tão intensa, que algumas passagens da Carta Papal

⁷² Nesse período teve início os discursos católicos de Carlos Santos.

⁷³ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 29/02/1967, *sp*.

⁷⁴ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 05/03/1967, *sp*.

⁷⁵ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 24/11/1967, *sp*. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 24/11/1967, p.05.

⁷⁶ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 07/04/1967, *sp*. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 24/06/1967, *sp*. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 30/06/1967, *sp*.

⁷⁷ A medalha *Pro Ecclesia et Pontifice* (em latim: Pela Igreja e Papa) é uma ordem honorífica da Igreja Católica Romana, também conhecida como *Cruz de Honra*. Foi criada pelo papa Leão XIII em 1888 e era dada aqueles que ajudaram e promoveram a Igreja e a Exposição do Vaticano. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 05/09/1967, *sp*.

⁷⁸ JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 07/12/1967, p.4.

foram inseridas nos programas das agremiações, confirmando a força social e política do catolicismo junto ao poder do Estado.⁷⁹

Quanto a Carlos Santos, salienta-se, que suas relações com o catolicismo eram anteriores a esses episódios, constituindo um *habitus* de sua família, que manteve fortes laços de solidariedade com o catolicismo. Acredita-se, sem determinar, que Santos, apenas reproduzia os valores que aprendeu a respeitar e a professar desde sua infância, inclusive transmitindo aos seus descendentes.

Mas politicamente, essa relação possibilitava uma base política sólida ao deputado? Provavelmente, sim. Ao entrevistar o Dr. José Luiz Pereira da Costa, questionei se o Dr. Carlos Santos, católico fervoroso, junto a essas ideias de agregar, ele fazia política desta forma? Para Costa (2013):

Tanto quanto eu sei, talvez estejas entrando numa época e em um lugar que eu não estive, não participei. Mas como resposta geral à tua pergunta eu diria o seguinte: também era uma época diferente, e não sei te dizer se em um discurso, ou se em uma campanha política para se eleger, se ele nos comícios ou nas manifestações se valia de ser católico para conseguir voto, isto eu não saberia te dizer. Agora, sei te dizer o seguinte, isso eu te garanto, que eram tempos diferentes, eram tempos absolutamente dominadores da Igreja Católica, ou seja: se tu eras católico, e a Igreja te apoiava tu estavas eleito. Porque na missa de domingo o padre dizia que o Dr. Carlos Santos, ou outros candidatos, que eram pessoas boas e honestas e que seria bom votar nelas. Naquele tempo era assim. Então o fato de ele ser um proeminente católico, como eu falei, de fazer discursos, saudações em congressos eucarísticos, tornavam ele um proeminente líder católico. E, conseqüentemente, nos períodos eleitorais, eu acho natural que um pároco dissesse: “olhem, o Dr. Carlos Santos é um homem de família cristã” e coisas assim. E isso resultava em voto. Agora, voltando, se ele fazia uso intencional desse fato eu não sei (COSTA, 2013).

Todavia, salienta-se que Carlos Santos, pelas nossas pesquisas não aparece católico em período eleitoral, ele nasce em uma família católica. Sobre os laços familiares, como asseverou Bordieu (2010, p.129) “se a família aparece como a mais

⁷⁹ A Encíclica *Popularum Progressio*, documento lançado pelo Papa Paulo VI, no dia 26 de março de 1967. Formulado no contexto de independência dos povos africanos e dos regimes autoritários da América Latina, sendo citados as viagens do sumo Pontificado, à América Latina (1960) e à África (1962), o que colocou a igreja, segundo os seus formuladores, em contato imediato e ciente dos problemas que oprimiam estes continentes. A encíclica tinha como itens norteadores, as seguintes aspirações: “O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância”, “suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da missão que os tempos atuais reclamam dele, de maneira a promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que estão menos desenvolvidas um auxílio, de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, ao seu progresso” e “o não aceite do econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se incluiu. O que conta para nós, é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira”. Disponível na íntegra em http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html. Acesso em 17/06/2013.

natural das categorias sociais e é o modelo de todos os corpos sociais, é porque a categoria familiar funciona”.

Ela institui de maneira duradoura a integração, uma entidade unida, estável e constante indiferente às flutuações dos sentimentos individuais. Porém, deve-se criar o espírito de família para se perpetuar, gerar devotamentos, generosidades e solidariedades. Possibilitado pelas relações simbólicas, torna-se possível, dependendo da época, obter-se um lucro simbólico advindo da normalidade propiciada pela família estável. Ela resguarda sua unidade pela transmissão, pela hereditariedade, material e imaterial (BORDIEU, 2010, p.126-131).

Entende-se que Carlos Santos, como bom católico criava e reproduzia o espírito de sua família, sentindo-se triste por deixá-la muitas vezes de lado, mas contente em aparecer nas reportagens jornalísticas junto do seio familiar, o que denota uma intensão de afeto, o que trouxe intencionalmente ou não, retorno, político.

Contudo, pode-se relacionar essa importância dedicada à família devido às características existentes nos primórdios da família Silva Santos, em que os laços de solidariedade eram mantidos nas associações fundadas por seus membros.

Segundo sua filha - Neiva Santos, “ele adorava a sala cheia e as festas natalinas”. Ou seja, existe uma festa mais família do que o Natal para a renovação dos sentimentos cristãos? Ainda, segundo a filha: (...) “porém, por causa dos compromissos sempre reclamava que queria mais tempo com os seus”. Em entrevista concedida no dia 9 de dezembro de 2010, coincidentemente data do 106º aniversário de seu pai, se vivo, notou-se o quanto Carlos Santos, em família, primava em estar presente. Nas palavras de Neiva Santos: “O papai sempre gostava de ver a casa cheia, nos dava atenção e era muito calmo, ele ensinou a sermos unidos”.⁸⁰

Destaca-se que, para o político, as palavras “família, sociedade e política” eram temas vinculados. Segundo ele, “o motivo da atividade naqueles clubes eram ideais superiores: o soerguimento moral e cultural da raça, da sociedade como um todo e, conseqüentemente, da minha família” (*apud* TORRES, 2004, p.48).

Carlos Santos destacou, inclusive, com satisfação, o fato de que todos os seus filhos ingressaram no serviço público por intermédio de concurso, por mérito, sem conchavos políticos (CORREIO DO POVO, 12/02/1967, p.23). Possivelmente, para ele, o resultado positivo de seus ensinamentos e exemplos.

⁸⁰ SANTOS, Neiva. Entrevista, 2010.

A professora Adriane da Silva Santos, sua neta, relatou-nos que, na família, existem advogados, engenheiros e professores, como ela - e que Patrícia Santos da Silva, sua sobrinha e afilhada, formou-se em medicina, tornando-se a primeira médica da família Silva Santos.

Retornando à correspondência, aquela da década de 1930, encontrada na residência de seus descendentes, ou melhor, descortinando o final de seu conteúdo, observou-se mais uma vez a considerável e inestimável consideração que Carlos Santos dispensava a sua estrutura familiar, já que seu exemplo de vida e conduta iniciava antes de tudo em seu imo familiar. Na segunda parte do manuscrito, tem-se a seguinte grafia:

(...) E no drama agitado da minha vida parlamentar inclui mais este ato, em que a minha dignidade de negro e de operário venceu a monção de ouro e de comodismo. Sirva isto de exemplo àqueles que são o prolongamento da família. (Grifo nosso).

Mil graças a Deus. Negro e pobre, porém honrado e junto de dignidade.
Porto Alegre, 31/08/1937 às 10,45 da noite (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos

Nessa passagem da carta, na qual escreveu: “Sirva isto de exemplo àqueles que são o prolongamento da família (...) negro, pobre, porém honrado” tem-se a síntese da nossa proposta, deste trabalho interpretando, nesta assertiva, a referência ao seu grupo familiar e social do político.

Após esse episódio, muitas coisas ocorreram na vida de Carlos Santos, no Brasil, e no mundo. Pouco depois disso, em 1937, a política do Estado Novo, encerrou os grupos políticos e, com eles, os associativismos, tão caros aos ideais de Carlos Santos. O político virou fiscal de escola, em Rio Grande, cuidando dos alunos para que estes permanecessem dentro da escola, na fila da merenda ou na saída para suas casas. Em seus pensamentos deviam haver espaços, até por sua experiência de vida naquele momento, para refletir sobre como melhorar sua comunidade, e quem sabe, o Estado.

Pelo rádio e possivelmente pelos jornais, o político acompanhou as notícias das negociações de Getúlio com norte-americanos e nazistas e os desfechos da II Guerra Mundial que, além dos milhares de mortos produzidos com o holocausto, mostrou ao mundo uma nova invenção humana: a bomba nuclear. Essa situação, que mudaria os rumos da política e da humanidade para sempre (ARENDR, 2011).

A vida seguiu seu curso e, provavelmente, muitas circunstâncias ocorreram e fizeram com que o político decepcionasse ou fosse decepcionado por algumas pessoas no campo político, pois Getúlio Vargas, líder maior do trabalhismo, ora era autoritário,

odiado, ora era amado e venerado sob a égide das negociações entre setores até então relegados do poder, tais como dos trabalhadores, que reivindicavam melhorias em suas vidas, cobrando atitude do Estado, propondo e articulando com mediadores políticos o atendimento de suas demandas sociais. Entre esses grupos: destacam-se os pescadores e a atenção posterior a essa luta dada pelo político Carlos Santos, natural de Rio Grande, terra do porto e do mar.

Logo depois, com a redemocratização em 1946, Santos filiou-se ao PSD, ficando na suplência de Tarso Dutra, em 1947. Em 1958, agora, filiado ao PTB- Partido Trabalhista Brasileiro, que segundo os negros mais velhos, era um partido mais vinculado à identidade negra (questão inclusa no programa político do partido), Carlos Santos se aventurou na arena eleitoral, encontrando uma agremiação mais próxima aos seus anseios, vinculados à identidade negra e principalmente ao trabalho (GOMES, 2012). Surgia o trabalhismo em sua vida.

Elegeu-se deputado estadual por duas vezes consecutivas, neste partido, permanecendo nele até o estado de exceção, instaurado em abril de 1964. Em 1965, com o bi- partidarismo estabelecido no país por meio do Ato Institucional nº 2, decretado por Castelo Branco e com eleições marcadas para o final do ano, Carlos Santos retornou à Assembleia, nos quadros do MDB, conquistando, como vimos, suas maiores glórias políticas: a presidência da Assembleia e o governo interino do Estado.⁸¹

Episódio, interessante, foi o convênio exercido entre a Secretária de Obras e a Sociedade Negra de Rio Grande: Centro Cultural Marcílio Dias, fundada por Carlos Santos. Em uma reunião realizada no dia 4 de dezembro de 1967, poucos dias antes de encerrar seu mandato como líder do Legislativo, o político por meio de seus relacionamentos, viabilizou a cedência de 30 mil cruzeiros novos, oriundo do Plano Comunitário de Investimentos, para a construção de uma escola na associação negra. O presidente do Centro Cultural Marcílio Dias de Rio Grande, identificado como Cassiano Pereira de Ávila, estava presente na cerimônia de assinatura do convênio.⁸²

Em meados da década de 1970, Carlos Santos mudou o cenário de sua tribuna, passando a defender as suas ideias na Câmara Federal, em Brasília. Por duas legislaturas

⁸¹ No período em que presidiu a Assembleia Carlos Santos coordenou a elaboração da Constituição do Estado de 1967 e a mudança da Assembleia Legislativa, do antigo casarão localizado na Rua Duque de Caxias para o atual prédio, na Praça da Matriz. JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 20/09/1967, p.07. Há nível federal, a Constituição de 1967 foi a sexta do Brasil e a quinta da República Brasileira. Buscou legalizar o regime militar, que já existia a força mas era agora institucionalizado, aumentando a influência do Poder Executivo sobre os Poderes Legislativos e o Judiciário.

⁸² DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1967, *sp.*

consecutivas, vinculado ao MDB, o orador se destacou à causa, entre outras temáticas da negritude, como evidenciaram as fontes examinadas.

As ações do político em defesa da extensão de sua família bem como de sua comunidade pautaram sua vida. Contudo, entre os anos em que esteve no parlamento sul-rio-grandense, embora denunciasse casos de preconceitos, afirmava que eram casos isolados, como será visto no terceiro capítulo desta tese, em que serão analisados seus discursos dando destaque ao seu entendimento sobre as crises raciais ocorridas nos Estados Unidos, na África do Sul e no mundo. Prestando atenção aos processos de independência dos países africanos e emitindo suas opiniões no local de onde falavam os oradores, na tribuna do parlamento. Identifica-se nele a identidade africana diaspórica, vinculada aos negros no mundo, originadas nos fluxos das relações atlânticas do passado (GILROY, 1993).

Ao assumir a Câmara Federal, contudo o político denunciava (ao menos em suas escritas íntimas) os problemas cotidianos dos negros aqui no Brasil. Tais indícios serão examinados por meio de correspondências ativas e passivas entre o então deputado federal Carlos Santos e o Sérgio da Costa Franco, redigidas em abril e maio de 1980. Antes, da análise desse relacionamento, será identificado o motivo que originou a correspondência epistolar entre ambos.⁸³

Essas missivas, juntamente com o “Jornal Correio do Povo”, utilizados para contemplar a relação epistolar desses homens foram localizados em uma visita realizada à residência da filha de Carlos Santos, senhora Neiva Santos da Silva, que mantém os registros do pai, suas fotos, seus diplomas e livros, preservados dentro de envelopes e plásticos, carinhosamente organizados.

Essas cartas, que não foram escritas com caneta tinteiro ou esferográfica, apesar de terem sido assinadas a caneta, de próprio punho, foram datilografadas pela mediação entre mãos e a tecnologia dos anos 1960, 1970, 1980 e meados dos anos 1990, a ontem, ‘útil’ e hoje ‘obsoleta’ máquina de escrever.

No dia 22 de abril do ano de 1980, o colunista do Jornal Correio do Povo, Doutor Sérgio da Costa Franco,⁸⁴ escreveu um artigo intitulado: “Questão Negra”. No artigo, composto por uma coluna de 71 linhas, Sérgio analisa a situação vivenciada

⁸³ Sobre as ideologias referente a identidade negras e as suas situações cotidianas, aprofundaremos as posturas de Carlos Santos no decorrer da tese.

⁸⁴ Dr. Sérgio da Costa Franco é jornalista e Historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do RS.

pelos negros e negras porto-alegrenses, no que se refere à falta de oportunidades no mercado de trabalho. Segundo Sérgio da Costa Franco:

(...) Nem imigrantes recém-chegados do Brasil, nem ex-presidiários (quando brancos), nem índios enfrentam tantas barreiras no mercado de trabalho quanto os negros e negras. Mas o problema é raramente focalizado, seja por políticos, seja pela imprensa, seja pelos líderes religiosos. Pois existe, desde muito tempo, um verdadeiro complô no sentido de silenciar sobre a questão negra (...) (Franco, Sérgio da Costa. Questão Negra. Correio do Povo. Porto Alegre, 22/04/1980, *sp*) (GRIFO NOSSO).

Foi exatamente essa passagem, que gerou uma reação no então, deputado federal Carlos Santos. Da cidade de Brasília - DF, Carlos Santos estava interessado pelas notícias que envolviam a cidade de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul, principalmente sobre a questão vinculadas as populações negras.

Duas semanas depois, mais exatamente no dia 6 de maio de 1980, o deputado enviou uma carta de três páginas ao Jornal Correio do Povo, endereçada a Sérgio da Costa Franco. A correspondência inicia da seguinte maneira:

Câmara dos Deputados
Brasília, 06 de maio de 1980.
Ilmo .Sr
Dr.Sérgio da Costa Franco
Correio do Povo
Porto Alegre-RS
Saúde e Paz:

Haja Deus por bem, na grandeza insondável de seus designios compensar-lhe – meu caro e nobre Dr. Sérgio da Costa Franco – com perenes bênçãos celestiais, a postura generosa do jornalista de escol em colocando sua pena adamantina a serviço, também, da causa da II Abolição (...) (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos identificou a importância do artigo de Costa Franco para demonstrar a falta de oportunidades existentes nos anos 1980 para a comunidade negra porto-alegrense, sendo necessária, em sua opinião, uma segunda abolição. Tal pensamento o acompanhava, desde seus primeiros discursos como se destaca em sua autobiografia.

Na correspondência de três páginas, não se identificam somente elogios para Costa Franco, já que Carlos Santos demonstrou que no Congresso Nacional, veementemente denunciava à condição social enfrentada pelos negros e pelas negras de nosso estado. Conforme a correspondência, reproduzida a partir da metade da segunda página:

(...) meu ilustre e mui caro Dr. Sérgio da Costa Franco, o único reparo, vênia dada, que eu me abalançaria a levantar nos primores de sua “Questão Negra”, quando afirma que “o problema é raramente focalizado, seja pelos políticos, seja pela imprensa, seja pelos líderes religiosos. Pois existe, desde muito, um verdadeiro complô no sentido de silenciar sobre a questão negra, como se não existisse”. Muito mais que complô, em termos de conspiração ou trama intermuralis, nota-se uma censura escancarada, ilógica e até contraproducente mantida sobre o assunto. O próprio chefe da nação, a quem de público apelei no sentido de derrubar o tabu do racismo ou do preconceito de cor, e reconhecer a existência do problema, para colaborar com os que querem, frontal e patrioticamente contorná-lo o próprio Presidente João Figueiredo, eu dizia, a cada instante aclama a realidade brasileira como paraíso inter-racial... na inconclusa e desprezenciosa coletânea de pronunciamentos meus sobre o racismo, na Câmara dos Deputados, vai debruçado o reparo de que falei...o que nos falta é divulgação (...) (GRIFO NOSSO).

Fraternalmente
Dep. Carlos Santos.

Carlos Santos que ao mesmo tempo em que condenou o racismo, denunciou à democracia racial brasileira, também acusando, por meio da relação epistolar com Sérgio da Costa Franco, o controle sobre a liberdade de informação imposta pelo período autoritário. Quanto à acusação à democracia racial brasileira, notam-se os desvios de seu pensamento ou, quem sabe, uma nova postura diante dessa ideologia, passadas algumas décadas de exercício político como parlamentar negro. Mas isso é assunto para outro momento da tese.

No dia 13 de maio, 92º aniversário da Abolição, Sérgio da Costa Franco responde, por meio de correspondência, a carta enviada anteriormente por Carlos Santos. Conforme, a carta na íntegra:

Porto Alegre, 13 de maio de 1980.

Meu caro

Sou grato por sua atenciosa e lisonjeira correspondência de 6 do corrente, em que se dignou comentar crônicas de minha autoria, a respeito do problema negro no Brasil. Tem razão na crítica que me fez, por haver generalizado a referência aos políticos, imprensa e líderes religiosos, como partícipes da conspiração de silêncio em torno da questão, sem ressaltar aqueles vigilantes combatentes anti-racistas, como é o seu caso. Há de compreender o ilustre amigo, todavia, que minha referência se endereçava sobretudo aos políticos brancos, que são os que dominam, de modo quase absoluto, a cena partidária e parlamentar... (GRIFO NOSSO).

Atenciosamente
Sérgio da Costa Franco.

Carlos Santos (1904-1989) manteve a questão negra em evidência em sua vida pública, tornando-se nos idos de 1980 um “combatente do racismo”. Antes, em um

contexto diferente, ele utilizava outros argumentos, jamais desmerecidos, mas elaborados com outros atributos semânticos.

Carlos Santos acreditava mais no preconceito brasileiro do que no racismo nacional, mas alertava que para “enfrentar esses problemas deveríamos combatê-lo à moda brasileira e não trazer figurinos que não se adaptem a nossa realidade sócio-econômica-social”.

Entretanto, o intelectual era consciente de que se os grupos negros não fossem ouvidos pelo governo, no intuito de colaboração, o problema racial poderia, sim, atingir proporções críticas (ZERO-HORA, Porto Alegre, *sd, sp*). O político encerrou o seu mandato e a sua carreira política de 50 anos em 1982, nos quadros do MDB.

Em matéria publicada sobre o encerramento de sua carreira pública, Carlos Santos destacou sua família, prevendo maior dedicação a ela:

Dei tudo de mim mesmo nesta longa jornada em favor da coisa pública. Acho que já prestei minha colaboração. Tenho cinco filhos, vinte netos e quatorze bis netos e creio que é tempo de dedicar-lhes alguma atenção. Nestes anos toda a minha família é que sempre foi a grande esquecida e é tempo de indenizá-la pela minha ausência constante (ZERO-HORA, Porto Alegre, 09/12/1982, p.10) (GRIFO NOSSO).

Porém, além das questões familiares, ela não deixou de opinar publicamente, mesmo que afastado da vida política sobre a abertura “lenta e gradual” política que o país vivenciava, foi direto, e disse:

(...) Não se pode abrir o que já estava aberto, a ideia de abertura traz implícito o reconhecimento de que algo estava fechado. A abertura foi feita, efetivamente, mas de forma disciplinada. A própria volta dos cassados demonstra que houve abertura. Mas cerceamento continua, tanto é que alguns cassados que se reelegeram estão sendo ameaçados por um dedo atento do poder central. Mas não se pode negar, que houve u relaxamento da tensão. Está aí, o parlamento. Funcionando com restrições, mas em atividade. (ZERO-HORA, Porto Alegre, 09/12/1982, p.10) (GRIFO NOSSO).

Em suas interpretações o período militar era complexo, pois mesmo caçando políticos mantinha as instituições políticas, cerceadas, mas em funcionamento. Pensa-se o quanto o político atuou no limite dessas fronteiras, já que era trabalhista vinculado, durante anos, ao operariado. Mas acredita-se que a manutenção de Carlos Santos com os princípios cristãos baseados na solidariedade entre os grupos, que via no patrão

explorador bem como no proletário classista (adepto da luta de classes) um antagonismo perigoso, estimulador das mazelas sociais, dificultava a solidariedade entre os grupos.

Esse pensamento ideológico, respeitado por Santos, era pregado pela Encíclica Papal *Rerum Novarum*, portanto, uma cartilha religiosa poderosa no condicionamento do pensamento político de Carlos Santos, que via na solidariedade e no respeito à família, em tese, à base de toda a sociedade.⁸⁵ Inclusive, em seu segundo discurso como deputado classista, no dia 17 de dezembro de 1935, Santos verbalizou a necessidade da lei do salário mínimo entrar em vigor. No discurso, Santos citou passagens da Encíclica publicada pelo Papa Leão XIII, em que as convenções seriam necessárias ao acordo entre patrões e operários, pois conforme o político baseado na *Rerum Novarum*: “Faça o patrão e o operário todas as convenções que lhes aprouver (...) a saber que o salário não deva ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário” (...). O próprio Estado atuava como reprodutor deste solidarismo, já que propunha, mesmo com as perseguições efetuadas aos críticos do regime, a difusão de uma sociedade solidária em que os setores sociais deveriam, aos moldes de um organismo, atuar conjuntamente para o funcionamento perfeito do Estado com a sociedade, o que Alfred Stepan (1980) denominou “estatismo orgânico” ou “estado orgânico” (STEPAN, 1980).

Na formulação dessas ideologias o relacionamento de políticos com setores da Igreja Católica eram a garantia da manutenção e da crença de um regime estável, por amplos setores sociais. Para Batistella (2009, p.10), que pesquisou o movimento operário e sindical em Passo Fundo (1930-1945) a *Rerum Novarum* utilizava a família, mas não somente ela, como elemento intermédio de harmonização para os problemas sociais:

Embora a *Rerum Novarum* manifestasse objetivamente o ideal corporativo, construído a partir da intervenção de teóricos legitimistas e católicos, o corporativismo da Igreja se desenvolveu à margem da modernização econômica, tentando soluções por meio da harmonização entre as partes envolvidas: o empregado e o empregador. Prepõe a solução da “questão

⁸⁵ A Encíclica Papal *Rerum Novarum* foi lançada pelo Papa Leão XIII, no dia 15 de maio de 1891, em um contexto de conflitos entre operários e patrões, uns a favor do socialismo e outros das demandas capitalistas, em fase de intensificação tecnológica e de conseqüente exploração do trabalho. Em seu texto introdutório enfatizava que: “Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito”. Em um de seus tópicos, dizia: “não a luta de classes e sim a concórdia das classes”. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso 12 jun.2012.

operária” através dos elementos intermediários, como a família, a corporação profissional e a descentralização da sociedade. Estes seriam os remédios dos problemas sociais (Apud, DIHEL, 1990, p.20) (GRIFO NOSSO).

Em 1986, já distante da vida pública com 81 anos de idade, Carlos Santos seguia influente no campo político, emitindo suas opiniões públicas, justamente no momento em que o país discutia sobre a formação de Assembleia Constituinte, instaurada no intuito de orientar sobre a participação de grupos classistas no parlamento em época de nova abertura.

O político afirmou, na ocasião, que a experiência classista brasileira de 1934, havia sido pobre. Ele ocupou a representação dos metalúrgicos na época, sendo um dos sete deputados classistas sul-rio-grandenses que, segundo sua avaliação tornaram-se deputados fracos diante dos 39 deputados representantes do Partido Republicano Liberal, de Flores da Cunha opositorista de Vargas naquele instante, o que dificultou os trabalhos dos classistas nomeados pelo poder de Vargas e de seu incipiente programa voltado para as demandas do trabalho.

Para Santos, nos anos 1980, a experiência classista poderia ser tentada, novamente, se talvez existisse uma “Frente Única Operária”, formada por setores assalariados e agricultores (ZERO-HORA, Porto Alegre, 05/02/1986, *sp*).

Em outra opinião, emitida no mesmo período, porém sobre partidos étnicos, o político disse discordar sobre a formação de um partido negro, pois seria difícil definir quem seria negro em país de miscigenados, além de possibilitar a criação de partidos de brancos etc, estimulando o racismo. Para ele “ser racista em um país como o Brasil, onde o cruzamento racial é imensurável, é não ser brasileiro” (ZERO-HORA, Porto Alegre, 05/02/1986, *sp*).⁸⁶

Desde sua relação íntima familiar, passando por sua relação social em contato com as organizações negras em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, inclusive exercendo função parlamentar na cidade de Brasília - DF, Santos jamais silenciou sobre a desarmonia racial vivenciada pelos negros sul-rio-grandenses e brasileiros (o que é evidenciado em sua correspondência utilizada e analisada em troca epistolar com Sérgio da Costa Franco) todavia, pensava na solução do problema a partir da complexidade nacional.

⁸⁶ Salienta-se que a Frente Negra Brasileira, em 1937, tornou-se partido político, sendo extinta em função do Estado Novo Getulista.

No artigo intitulado “O deputado Carlos Santos”, publicado no “Jornal Zero-Hora” de Porto Alegre, no dia 15 de maio de 1989, duas semanas após o falecimento de Santos - o autor Paulo Brossard (na época, ministro do Superior Tribunal Federal - STF), iniciou sua escrita com a seguinte citação: “A honra é o tema de minha história, Shakespeare, Júlio César”. No texto, o autor relatou que, após dez anos da tentativa de suborno citado, o próprio Carlos Santos confessou a Brossard o ocorrido.

Os dois haviam sido colegas e adversários políticos em duas ocasiões, entre 1954 e 1962, como deputados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em virtude de desconfianças de Brossard em decorrência dos desvios de recursos da Caixa de Crédito dos Pescadores ocasionadas por um possível amigo de Carlos Santos, de nome Dimas Magalhães, no início dos anos 1960, ocorreram calorosas discussões entre eles no parlamento, da tribuna, como elucidaremos. Contudo, após o falecimento de Santos, Brossard silenciou essas situações. Em uma das passagens da escrita disse, que:

(...) o preto Carlos Santos, que nesse tempo não tinha anel no dedo e era de família modesta, ouviu a proposta (de suborno) em silêncio, e como passaram pela sala dois ou três filhos pequenos disse ao proponente, “doutor, o que deixarei para esses negrinhos, se eu aceitar a sua proposta uma vez que a honra é todo o meu patrimônio?” O proponente engoliu em seco e teve que baixar os olhos. Ferido no seu pundonor, acrescentou Carlos Santos: “depois de 13 de maio negro não se vende mais no Brasil, doutor” (BROSSARD, 1989, p. 04) (GRIFO NOSSO).

Brossard concluiu seu artigo, informando que “Carlos Santos deixou um grande patrimônio a inventariar: o patrimônio imaterial de sua honradez”. Um enorme capital simbólico, individual e coletivo.

1.2.3 As homenagens *post mortem* dedicadas ao político negro

Em vida o político foi reconhecido por meio de inúmeras premiações e homenagens. Torres (2004) realizou um levantamento interessante dessas premiações, relacionando, cronologicamente as inúmeras encomendas recebidas por Carlos Santos, totalizando o significativo número de 44 condecorações, entre diplomas, medalhas, e agradecimentos, das mais variadas ordens: religiosas, empresariais, comerciais, associativas.⁸⁷

⁸⁷ Destaque Parlamentar (1966), por duas vezes, “Prêmio Springer – Por um Rio Grande Maior”, por sua destacada atuação em favor da Pesca e dos Excepcionais (1966 e 1973), Membro do Instituto dos Advogados do RS, Destaque Político do Ano (Promoção da Imprensa de

Algumas, recebidas em vida, merecem destaque. As homenagens relacionadas a entidades de pescadores e as da Igreja. Dos órgãos de pescadores, Santos recebeu os títulos de Grande Benemérito da Confederação Nacional dos Pescadores (1980) e o de Benemérito da Federação dos Pescadores do Estado do Espírito Santo (1980). Da Igreja, também em vida, o deputado recebeu a Grande Cruz “Pro Ecclesia et Pontifice” (duas vezes) concedidas pelos Papas João XXIII (1960) e Paulo VI (1967). Essas honrarias demonstram o reconhecimento do Vaticano a Carlos Santos, tanto no período democrático quanto no regime militar.

Uma das homenagens recebidas em vida, somente contabilizada por Torres (2004), foi o título de “Deputado Emérito”, concedido ao intelectual negro um ano antes de seu falecimento, aprovada pela resolução nº 2.107, do poder Legislativo do Estado. Essa distinção seria concedida a ex-parlamentares que ao longo de suas carreiras, tivessem prestado serviços relevantes ao Poder Legislativo do Rio Grande do Sul. Em sessão solene, realizada no dia 26 de maio de 1988, notadamente ou coincidentemente, treze dias após o centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, com 88 anos de idade, Carlos Santos foi homenageado. Na ocasião pública, sua última aparição na Assembleia, o deputado em discurso envolvente e sentimental, característica de um notável orador como era conhecido, possivelmente, consciente de seu pouco tempo de vida e da importância da premiação política que estava recebendo, disse:

Eu deveria ter escrito um discurso para dizer a todos da minha gratidão, um discurso cumprindo as regras protocolares (...), porém, não me permitiu o estado de saúde, razão de sobejo ponderável para eu pedir, esperar e receber as vossas desculpas, sob a moldura da vossa compreensão (...)

Quando, meus amigos, há mais de maio século, antes de ocuparmos este Palácio Farroupilha, ainda no velho casarão da Rua Duque de Caxias, eu trocava o macacão sebento das oficinas pelo traje, esmerado de um Parlamentar, jamais poderia imaginar que 50 anos depois, este mesmo agosto venerando Poder Legislativo me honraria com a insigne distinção de “Deputado Emérito” (...), que recebo e recolho como algo que extravasava à

PA) (1967), Medalha de Anchieta (da Câmara Municipal de São Paulo) (1974), Medalha de Tamandaré (semana da Marinha em RG), Medalha de Silva Pais (“Bi-Centenário da Cidade de Rio Grande (1938), Medalha de “Lemos Júnior” (Cinquentenário do Colégio Estadual) (1956), Medalha Salesianos (Inspetoria Sul do Brasil) (1957), Grande Benemérito da Cidade de Rio Grande (Lei Municipal nº. 2763), Cidadão Nortense (Resolução Municipal nº. 2 de 23/03/1974) do Município de São José do Norte”, Cidadão Emérito de Porto alegre (1982). Sócio Honorário da Associação Rio-grandense de Imprensa (1979), Medalha “Negrinho do Pastoreio” do Governo do Estado, por serviços prestados ao Homem, ao Estado e à Pátria, medalha “Ana Nery”, da Sociedade Brasileira de Educação e Informação de São Paulo. Grande Oficial do Mérito da Justiça do Trabalho (1975), Grande Oficial da Ordem do Mérito de Rio Branco, do Itamaraty (1980). Observador do governo Brasileiro junto a ONU na representação do Brasil, na 37ª Assembleia Geral, em Nova Iorque, por delegação do Presidente da República (27 de Outubro a 26 de Novembro de 1982). Ver TORRES, Luiz Henrique. *Parlamentares Gaúchos – Carlos Santos, trajetória Biográfica*. Porto Alegre: CORAG, 2004, p.199-200.

minha realidade política e que vai até mesmo além dos méritos pessoais do homenageado desta tarde (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, CARLOS SANTOS DEPUTADO EMÉRITO, Porto Alegre, 1988, p.01-22) (GRIFO NOSSO).

Nesse instante o homem Carlos Santos, entendia que a vida com seus acasos e por algumas circunstâncias pouco a pouco o levou àquela situação, obviamente em conjunto com suas escolhas e pelas tensões concernentes ao poder, o que lhe proporcionou uma existência diferente de uma vida linear e pré-condicionada.

A proposta deste trabalho, neste tópico, incide em considerar as homenagens prestadas, após o falecimento de Carlos Santos, já que se pretende identificar como são suas representações, em diversos setores, em nosso presente. A intenção não é construir, ainda que seja difícil, um homem “monumento”, mas sim um homem documento.⁸⁸ Como ensina Le Goff (2003), será interpretada a memória artificial dedicada ao deputado, identificada nos suportes escritos e em obras.

Por isso, mapear as considerações sociais e políticas representadas por meio das homenagens ao “honroso” legado político de Carlos Santos, problematizando-os, se tornaram importantes para este tópico da pesquisa.

Na primeira biografia dedicada à vida de Carlos Santos, Elvo Clemente e Eni Barbosa (1994), já na sua introdução afirmaram:

(...) Em sua trajetória brilhante e construtiva, soube dar o exemplo do bom e honesto cidadão...a vida de Carlos Santos é um rosário de espinhos. Não faltaram dificuldades, adversidades ou perseguições, fruto de invejas. A tudo superou por sua força, amparado em Deus e na coragem inquebrantável da esposa, dona Julieta. Carlos Santos venceu preconceitos de cor, afastou intrigas e soube construir vivências positivas para o bem de sua raça e do povo brasileiro. Carlos Santos está na memória de todos que o conheceram, e com estas páginas estará presente como um espelho para as gerações atuais e vindouras. (1995, p.11) (GRIFO NOSSO).

Elvo Clemente (1921-2007) era membro da Igreja Católica, irmão marista e renomado literato sul-rio-grandense. Ocupou ainda os cargos de pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Eni Barbosa é historiadora. Ambos, com pesquisas vinculadas ao catolicismo.

⁸⁸ O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas; tornando-se um legado à memória coletiva. Para Jacques Le Goff (2003, p.525-526) a memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. Não se faz aqui uma seleção de monumentos, mas, sim, considera-se os documentos como monumentos, interpretando-os e problematizando-os.

São notáveis suas admirações ao tribuno, conforme já observado nesse capítulo, pelo posicionamento católico do biografado, muito ressaltado na publicação, composta por momentos marcantes vividos no seio da Igreja.⁸⁹

Para os autores sua vida “era um espelho” a ser projetado sobre todos. O que não desqualifica de maneira alguma a importância da obra, pioneira, embasada em documentos episcopais, discursos, a autobiografia de Santos, em imagens e muitas citações em torno da devoção católica de Carlos Santos. Novamente destaca-se essa produção justamente por ter sido a primeira em torno de homenagens dedicadas à memória de Carlos Santos. A notada falta de distanciamento crítico, em parte resulta da admiração e do respeito dedicado a esse personagem por parte autores evidenciando: “o convívio que tiveram com Carlos Santos”.

Em Porto Alegre ocorreram decretos e regulamentos alusivos à memória do ex-deputado. A primeira lei registrada em sua homenagem foi a Lei municipal nº 7.185, de 26 de novembro de 1992, que denominou “Esplanada Carlos Santos”, o logradouro público localizado entre as duas vias da Rua São Manoel e a Avenida Ipiranga, no bairro Santana. Local próximo à residência em que o deputado viveu na cidade e, onde, atualmente, reside sua filha Neiva Santos e seus netos. Essa lei foi alterada pela Lei Complementar nº 320 de 2 de maio de 1994, devido à pressão popular, que via possibilidades de melhoria do local após a alteração do logradouro, conforme o escrito nas justificativas do processo.

A “Esplanada”, após discussões, mudou para “Praça Carlos Santos”, o que possibilitou uma maior garantia de preservação do espaço público. Na justificativa da lei complementar constam as seguintes afirmações a favor da denominação de “Praça” ao invés de “Esplanada”:

Trata-se de um local onde, diariamente, cruzam inúmeros veículos, e que é frequentado, principalmente, por crianças e jovens moradores da vila existente ao lado daquele logradouro, mas que está carente de equipamentos de lazer e recreação, do plantio de árvores e flores e de providências necessárias para dar ao local o destaque pretendido por este Legislativo Municipal na oportunidade em que foi denominado por meio da Lei nº 7.185, de 26 de novembro de 1992. A reivindicação recebida de familiares, amigos e admiradores, por meio do abaixo-assinado anexo, ratifica a presente proposição. Por certo, os nobres Edis desta Casa Legislativa acompanharão a unanimidade, já recebida de seus antecessores neste Parlamento, para a aprovação da Proposição em tela (PROCESSO nº 3009/07) (GRIFO NOSSO).

⁸⁹ A publicação, baseada por meio de consultas a discursos, a autobiografia Sucata e repleta de imagens, tornou-se um marco sobre a vida e a obra de Carlos Santos.

Contudo, essa lei somente entrou em vigor por meio da Lei Complementar 10.300, de 26 de novembro de 2007, passados 13 anos da mobilização. Notou-se, nessa reivindicação, o envolvimento dos familiares, amigos e admiradores na elaboração do processo que resultou na alteração da lei. Isso demonstrou a forte legião de seguidores motivados pelo apreço à memória de Carlos Santos, já que o espaço público destinado a sua memória teria garantias de manutenção. Ao designar o local de “Praça”, o poder público seria obrigado a mantê-la e, preservá-la, conservando-a em condições adequadas para o convívio humano.⁹⁰

Nos anos 1990, o governador do Estado, Alceu Collares (segundo negro a ser governador do Estado desta vez pelo voto direto) inaugurou uma escola especial na cidade de Cruz Alta, denominada: “Escola Especial Deputado Carlos Santos”.⁹¹ O colégio, destinado a deficientes físicos e intelectuais, permite o tratamento e o acompanhamento pedagógico de várias deficiências.

Collares conviveu com Carlos Santos, no PTB, no final dos anos 1960 e no final de 1982, como deputado federal em Brasília, laços políticos e de amizade a floraram.⁹² A fundação dessa escola especial está intimamente relacionada ao reconhecimento de Collares para com as causas defendidas pelo político homenageado, que foi o proponente do projeto de criação da “Fundação de Amparo ao Deficiente no Estado do RS”, como será verificado e evidenciado.

Outras homenagens, sem surpresas, foram as relacionadas às demandas do movimento negro, atendidas pelo poder público municipal e estadual, conforme os textos transmitidos pelas normas localizadas. Na realidade, o primeiro decreto que surgiu no município de Porto Alegre, relacionado à comunidade negra, foi referente à semana da consciência negra, reivindicada pelo movimento negro desde a ressignificação do dia 13 de maio. O dia 20 de novembro foi definido como a data alusiva à consciência negra, iniciada em 1971, pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre (CAMPOS, 2006), que não tardaram a se amalgamar à memória do intelectual afrodescendente Carlos Santos.

⁹⁰ Sobre esta lei, Ver <http://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/501449/lei-10300-07/> Acesso em 17/11/2011.

⁹¹ Sobre a Escola Deputado Carlos Santos, consultar site da Federação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades do RS. Disponível em <http://www.faders.rs.gov.br/recursos/382>. Acesso 01/02/2014.

⁹² Na Câmara Federal. Alceu de Deus Collares foi deputado federal por cinco mandatos e prefeito de Porto Alegre entre 1986 e 1989. Assumiu como governador do estado do Rio Grande do Sul entre 1991 e 1995.

Antes de narrar as demais homenagens dispostas *in memoriam* ao político, examinaremos como ele refletiu sobre os dias 13 de maio e 20 de novembro. Carlos Santos por meio da alusão ao dia 13 de maio e à “Redentora”, como ele rememorou a Princesa Isabel (1846-1921), jamais silenciou sobre os problemas que atingiam a identidade negra, mesmo em uma sociedade em que imperava a ideologia da democracia racial. Entretanto, referenciava a “Lei Áurea” como o recorte temporal potencializador às demandas dos trabalhadores nacionais, antes escravos e agora buscando o reconhecimento de sua valorização como trabalhador livre.

Nesse sentido, utilizava um discurso híbrido como um lugar da diferença (BHABHA, 2007), ante aos binarismos do período, branco ou negro e vice-versa. Nesse sentido, inevitavelmente, encontrava campo fértil na ideologia da nacionalização e principalmente na crença de democracia racial, embora lembrasse que “racistoides de plantão insistem em manchar nosso destino de nação democrática racialmente”. Quando citava os “racistoides” alertava: era a minoria, denunciando em Plenário, que os negros continuaram mesmo em um país com certa harmonia racial, em situações piores do que os outros grupos étnicos que aqui viviam.

Carlos Santos era avesso a algumas políticas de reparação (como, por exemplo, das “Ações Afirmativas” tão discutidas, atualmente, em nosso país) por acreditar que a melhora do grupo negro se daria por meio de seus próprios esforços, obviamente, influenciado pelas crenças da democracia racial, pensamento que ele mudaria. Cabe ressaltar, que, após o político ter conhecimento do Grupo Palmares, em 1971, seus motes discursivos alteram-se visivelmente, como se verificou no último capítulo desta tese, sendo que ele mesmo sem perceber, tenha tido participação histórica em suas ações para a institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial, como aqui se defende.

O Grupo Palmares, tinha como proposta social e cultural a valorização do dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, como principal referência para os negros sul-rio-grandenses.

Santos, ao tomar conhecimento dos estudos de Oliveira Silveira, Vilmar Silva e Nara Helena Medeiros Soares (falecida), Ilmo Silva e Antônio Carlos Côrtes, fundadores da associação, alterou significativamente seus referências discursivos sobre as representações da identidade negra, vinculando-se mais às ideologias do movimento negro do que à data alusiva ao dia 13 de maio e à “Redentora”.

Contudo, em certos discursos citava ambas as datas, sem debater qual era a melhor ou mais significativa, pois acima de tudo, utilizava dessas duas datas referenciais para alertar sobre as dificuldades que os “seus irmãos de cor”. Independentemente da data a ser comemorada, esses sofriam em uma sociedade que por um lado não cometia o racismo de maneira explícita como ocorria em outros países na época (por exemplo segregação norte-americana ou o *apartheid* na África do Sul) mas que, segundo jornais, apresentavam problemas de discriminação contra as populações negras, passados de 80 anos da abolição da escravidão e 277 anos da morte do líder dos Quilombos dos Palmares, Zumbi. Tal tema provocou importante discurso de Carlos Santos no dia 20 de novembro de 1972, em reconhecimento às iniciativas do Grupo Palmares.⁹³ De Porto Alegre, o referencial a Zumbi ganharia *status* nacional desde a difusão da ideia, no ano de 1978, pelo Movimento Negro Unificado e de Blocos Afro-culturais Bahia (CAMPOS, 2006), sendo considerado, atualmente, o “Dia Nacional da Consciência Negra” (LEI 10.639/03).

Retornando às leis oriundas do movimento negro que tiveram como resultado a criação das semanas alusivas à consciência negra, no dia 13 de novembro de 1995, sob a regulamentação da Lei nº 1.178, de 1992, foi instituída, em Porto Alegre, a "Semana da Consciência Negra e de Ação Antirracismo da Câmara Municipal, a realizar-se no mês de novembro de cada ano”. A proposta previa, anualmente, a programação dos eventos da Semana da Consciência Negra que devia anteceder o dia 20 de novembro, dia nacional da consciência negra e de ação antirracismo. As atividades deveriam ser coordenadas e organizadas por uma comissão composta pela Mesa da Câmara Municipal e entidades organizadas do movimento negro, partidos políticos e grupos de reflexão e ação do movimento negro.

No dia 26 de agosto, de 2003, essa lei, ganha mais uma resolução, a de número 1.723, instituindo uma “Sessão Solene” a ser realizada na programação de eventos da Semana da Consciência Negra, tendo como data preferencial o dia 20 de novembro. Nessa sessão, passariam a ser homenageados alguns cidadãos comprometidos com a causa da identidade negra no município. Em seu artigo número 2, a lei traz outra novidade: “Art. 2º Será dada ampla divulgação do evento, especialmente aos estabelecimentos de ensino em todos os níveis, a entidades organizadas do movimento negro e a demais entidades da sociedade civil organizada”. O que possibilitou uma

⁹³ ANAIS, Porto Alegre, novembro e dezembro de 1972. Vol. 254. p.02-10.

ampla divulgação da iniciativa pública junto aos demais setores da sociedade, dando mais abrangência à lei anterior (1.178) mais destinada a setores políticos. Um mês depois, em 24 de setembro de 2003, surge a resolução nº 1.728, inserindo um novo evento: “A Semana do Negro”. Um ano depois, desse decreto, funda-se a lei referente a Carlos Santos.

A resolução, nº 1.865, de 23 de novembro de 2004, reforçava todas as demais, contudo, instaurava nas comemorações, mais precisamente junto à “Sessão Solene” a entrega do “Troféu Carlos Santos”. Segundo o artigo 3º da Lei: “Art. 3º Fica criado o Troféu Deputado Carlos Santos, que será entregue no encerramento da Semana da Consciência Negra a personalidades que atuaram e atuam em prol da comunidade negra”.

Além do troféu o município acrescentaria, posteriormente, por meio da resolução nº 2.029, de 20 de novembro de 2006, que a “Câmara Municipal de Porto Alegre, disponibilizaria, durante a realização da “Semana da Consciência Negra”, espaços próprios para a promoção de atividades artístico-culturais relacionadas à etnia negra”.⁹⁴

A Assembleia Legislativa, espaço público de trabalho do político durante mais de 40 anos, jamais ficaria de fora dessas homenagens *post mortem*. Em 2004, por ocasião do centenário de nascimento do político, a casa editou e publicou sob a coordenação de Luiz Henrique Torres, do curso de História da Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG), o livro: “Parlamentares Gaúchos Carlos Santos, trajetória Biográfica”, segunda obra biográfica dedicada ao intelectual negro, conforme já salientado. O livro, da série “Parlamentares Gaúchos”, é uma coleção de acontecimentos marcantes da vida pública exemplar do político, com imagens, fotografias e compilação de discursos.

Torres (2004) destacou a vida parlamentar de Santos, com muitas fontes oficiais, que evidenciaram a consideração dos políticos pela vida pública do deputado. Essa obra, uma irrefutável contribuição do autor, consistiu no aprofundamento sobre a origem histórica da cidade de Rio Grande, terra natal de Carlos Santos.

Também em 2004, em Rio Grande, ocorreram intensas programações organizadas pelo poder público, referente ao centenário de nascimento de Carlos Santos.

⁹⁴ Sobre as leis: 1.178, de 1992, 1.723, de 2003, 1.178, de 2003, e 1.865, de 2004. Disponível em http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/legislacao_municipal/Legislacao_Municipal.htm/ Acesso 02/10/2011.

Na Câmara Municipal, foi lançado o projeto denominado “Festejos do Centenário de Nascimento do Deputado Carlos Santos”, com programações diversas até o dia 09 de dezembro, dia exato de seu nascimento. Com extensa programação, as atividades iniciaram em setembro, com desfiles e lançamento de concurso de redação envolvendo os estudantes das escolas de Ensino Básico.

Em outubro, nos dias 22 e 23, aconteceu o evento intitulado: “Seminário Carlos Santos: ideologia e história” realizado na FURG. Na comissão organizadora, estiveram as seguintes instituições: Assembleia Legislativa do RS, Câmara de Vereadores do Rio Grande, Prefeitura Municipal, 18ª Coordenadoria de Educação, FURG, Faculdades Atlântico Sul, Biblioteca Rio-Grandense, Academia Rio-Grandina de Letras, Associação Comercial dos Varejistas, Associação dos Proprietários de Imóveis do Rio Grande e Grupo de Teatro Sobrinhos de Shakespeare. Por meio das instituições envolvidas nos festejos tem-se a noção da impactante importância destinada à memória de Carlos Santos em diversos setores locais, desde os meios escolares e acadêmicos, até os comerciais, culturais etc, justamente representando muitos dos setores que ele evidenciou em seus discursos como deputado.

Como palestrantes, respaldando o cunho acadêmico das atividades, teve-se: Ester Guterrez, Agostinho Dalla Vecchia e Roger Costa da Silva, todos especialistas no tema da escravidão. Beatriz Loner, representou as pesquisas sobre o protagonismo negro no movimento operário sul-rio-grandense. Participaram como conferencistas juízes e militantes do movimento negro da cidade.

No mês de novembro, houve uma exposição itinerante em muitas instituições públicas e escolas, incluindo a escola Lemos Júnior, colégio em que trabalhou Carlos Santos após o decreto do Estado Novo. A exposição teve como local de encerramento o Centro Municipal de Cultura. Em dezembro, ocorreram no dia 3, Sessão Solene na Câmara Municipal de Rio Grande, no dia 8, o lançamento da pedra fundamental do busto do homenageado e no dia 9, data do aniversário de Carlos Santos, a inauguração de placa alusiva ao centenário.⁹⁵

⁹⁵ O busto de Carlos Santos ficou pronto somente quatro anos depois da inauguração desta pedra, em janeiro de 2008. O monumento está localizado na Praça Sete de Setembro, próximo à estátua de Rio Branco, situada no centro da Praça. O busto de Carlos Santos está em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição, por acaso o mesmo nome da Jangada utilizada pelos pescadores cearenses no *raid* do Ceará para Porto Alegre, realizado no ano de 1951, como veremos em nosso próximo capítulo. Nossa Senhora da Conceição, que representa na Igreja Católica a Mãe de Jesus Cristo. A Praça Sete de Setembro fica em frente ao Instituto de Educação Juvenal Muller, escola homenageada pelo tribuno na Sessão do dia 10 de fevereiro de 1972. Sobre as programações do centenário do tribuno consultar catálogo do evento: Comissão dos Festejos do Centenário do Deputado Carlos Santos.

No folder da programação desse evento constam todas essas atividades. Ao final dele, está o objetivo do evento: “resgatar a obra política, parlamentar e humanitária de Carlos Santos é essencial para a perpetuação de sua memória”.

Em Porto Alegre, além das homenagens do centenário de nascimento de Carlos Santos ocorreram outros eventos no Legislativo, tais como a inauguração de um site com fotografias e discursos, acessíveis em áudio, além de depoimentos de políticos que conviveram com Carlos Santos. Outras informações sobre essa efeméride estão no site do Doutor José Luiz Pereira da Costa, que foi secretário e assessor de Carlos Santos; e chefe de comunicação da Assembleia Legislativa do RS.⁹⁶

Mais uma ferramenta virtual alusiva à memória de Santos foi o *blog* “Deputado Carlos Santos”, de autoria da jornalista Sátira Machado. O *blog* traz informações sobre os principais momentos de sua vida pública, sem maiores análises, apenas reproduzindo informações, como uma central virtual de consultas. Contudo, possibilitando a visibilidade do político nas redes sociais virtuais, imprescindível nos dias atuais, pois torna a imagem do intelectual, ainda desconhecida, acessível a muitos.⁹⁷

No dia 25 de setembro de 2009, foi aprovado o projeto de Lei nº 33/2007, de autoria do deputado Alceu Moreira. No decreto com texto idêntico ao do projeto da Câmara de Porto Alegre, o relator propunha o que já existia há alguns anos em âmbito municipal, como mencionado, já que conforme a proposição: o projeto apresentado instituiu na Assembleia a “Semana da Consciência Negra e o troféu Deputado Carlos Santos”. Inclusive, a exemplo de Porto Alegre em seu 3º artigo, propõe que a atividade seja organizada pelas entidades do “Movimento Negro no Rio Grande do Sul, Partidos Políticos, Grupos de Reflexão e Ação do Movimento Negro e Antirracismo”. A sessão solene, conforme projeto, ocorreria no dia 14 de novembro e a entrega do troféu, no dia 20 de novembro.

Entre as justificativas apresentadas estava:

(...) buscar a igualdade de oportunidades e tratamento para todos os cidadãos, sem distinção de credo, sexo ou cor. A proposta que hora se faz, de criação da Semana Estadual da Consciência Negra, a ser promovida pelo poder legislativo, oportunizará a participação do movimento negro e dos partidos políticos nestas comemorações de maneira organizada (...) (LEI 33/2007).

Referente ao nome do troféu a ser entregue a personalidades de destaque em atividades culturais, sociais e políticas da comunidade negra estadual, segundo as

⁹⁶ Disponível em http://www.dacostaex.net/carlos_santos/index.htm. Acesso em 01/02/2014.

⁹⁷ Disponível em <http://www.deputadocarlossantos.blogspot.com.br/> Acesso em 10/02/2012.

palavras de seu autor: “o nome de Carlos Santos ao troféu que ora se propõe é no sentido de reverenciar a memória de um grande parlamentar rio-grandense”.

A “Semana da Consciência Negra da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a entrega do troféu Deputado Carlos Santos” ocorrem no parlamento sul-rio-grandense desde o ano de sua publicação, 2009,⁹⁸ assim, como a atividade municipal, realizada desde 2004. Ou seja, no mesmo dia, de cada ano, em 20 de novembro, tem-se duas entregas concomitantes do “Troféu deputado Carlos Santos”, uma realizada na Assembleia do Estado e outra realizada na “Câmara de Vereadores” de Porto Alegre. Ambas preveem, conforme as resoluções, as participações de partidos, movimentos sociais e da sociedade civil. Contudo, ocorre uma divisão dos públicos que poderiam contemplar ambas as atividades, pois além do troféu os dois eventos também comportam a semana da consciência negra, iniciando no dia 14 de novembro de cada ano.

Em novembro de 2011, a município de Alvorada, localizado na Grande Porto Alegre, em uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação da cidade representada pelo Espaço da Diversidade, setor responsável pela educação das relações étnico-raciais, protocolou junto ao vereador Zézo a alteração da Avenida Zero-Hora, Marginal Norte, para Avenida Carlos Santos.

Na realidade, foram propostas duas demandas para as ruas, uma relativa a homenagear Carlos Santos e outra alusiva a Abdias do Nascimento. O Projeto de Lei nº 052/ 2011 e 053/2011 de autoria do Vereador José Geraldo de Farias - Zézo alterou a nomenclatura da Avenida Marginal Sul no Jardim Algarve, para o nome de Avenida Abdias do Nascimento, e da Avenida Marginal Norte, para o nome de Avenida Carlos Santos.

Para a memória, em torno de quem teria sido o político Carlos Santos, os atos reforçaram sua trajetória de vida política, em espaços públicos e oficiais.

Tabela 3: Tabela de Leis referentes à Memória de Carlos Santos e a Consciência Negra

Ano	Nº da Lei	Determinação	Esfera
1988	Lei Estadual nº 2.107	Instituição da homenagem Deputado Emérito. Primeiro reconhecido: Carlos Santos.	Estadual
1992	Lei Municipal nº 7.185	Fundação da Esplanada Carlos Santos.	Porto Alegre
1992	Lei Municipal nº 1.178	Instituição da Semana da	Porto Alegre

⁹⁸ DIÁRIO OFICIAL DA ASEMBLEIA LEGISLATIVA, 29 de setembro de 2009.

		Consciência Negra.	
1994	Lei Municipal complementar nº 320	Proposta aceita para alterar Esplanada Carlos Santos para Praça.	Porto Alegre
2003	Lei Municipal nº 1.723	Instituição “Sessão Solene” para homenagear cidadãos comprometidos com a causa negra.	Porto Alegre
2004	Lei Municipal nº 1.865	Criação do Troféu Carlos Santos.	Porto Alegre
2006	Lei Municipal nº 2.029	Promoção de atividades artístico-culturais à etnia negra.	Porto Alegre
2007	Lei Municipal nº 10.300	Alteração da alcunha de esplanada para Praça Carlos Santos.	Porto Alegre
2009	Lei Estadual nº 33/2007	“Semana da Consciência Negra e o troféu Deputado Carlos Santos”.	Estadual
2011	Lei Municipal nº 053/2011	Nomeação da Avenida Carlos Santos, na cidade de Alvorada, antiga Marginal Norte, denominada de Avenida Zero-Hora.	Alvorada - RS

Fontes: DIÁRIO OFICIAL DA ASEMBLEIA LEGISLATIVA, 29 de setembro de 2009, Sobre as leis: 1.178, de 1992, 1.723, de 2003, 1.178, de 2003, e 1.865, de 2004. Disponível em http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/legislacao_municipal/Legislacao_Municipal.htm/ Acesso 02/10/2011.

Quanto à memória subterrânea (POLLAK, 1989 *apud* FÉLIX, 2004, p.45-46), referente ao político, ela continua existindo em Rio Grande. A essa memória relacionada à oralidade e a outros suportes, sustenta os laços vividos, as lembranças das dificuldades enfrentadas e permitem a manutenção dos referenciais da comunidade. Nesse sentido, pessoas mais velhas que conviveram com o tribuno recordam os momentos vividos junto ao político em prol da comunidade negra local, fossem na alfabetização do grupo ou nos desfiles dos cordões carnavalescos.

Porém, a memória do político no que tange ao patrimônio material, passa por um processo difícil em sua mesma terra natal. O prédio que abriga o histórico “Cordão Carnavalesco Braço é Braço”, clube em que Carlos Santos iniciou sua vida associativa e começou a desenvolver sua oratória, como ele mesmo relatou, encontra-se esquecido, sem telhados, com banheiros destruídos, a frente pichada e o interior destruído pelo tempo, ou seja, em pleno abandono.⁹⁹

Observa-se neste capítulo, desde as origens de Carlos Santos, as nuances de sua vida íntima e pública, propondo-se algumas reflexões sobre suas possíveis ações estratégicas cotidianas diante das tensões vivenciadas em sua trajetória. Tal trajetória é

⁹⁹ Agradecemos a colaboração da acadêmica Valéria Pereira Urgim pela pesquisa junto ao “Cordão Carnavalesco Braço é Braço de Rio Grande”, bem como o envio das imagens atuais da agremiação (URGUIM, Rio Grande, 2014).

fortificada pela unidade familiar, por seu convívio em organizações negras e no reconhecimento das referências culturais de matrizes africanas em resistência ao famigerado mito da democracia racial - forte ideologia da época - representada pela “harmonia” racial existente em nosso país, que, como veremos mais adiante, era um mito. Todavia, um mito aceito por Carlos Santos. Entretanto, a sua maneira, ele sempre que possível criticou às relações raciais brasileiras, mas de maneira diferente dos movimentos negros que primavam por reparações e pela aceitação simples e pura do racismo. Santos insistia no preconceito, baseado na cor da pele e nas condições econômicas de cada um citando o mérito, a exemplo da crença nos estudos, como uma das maneiras de o negro superar as dificuldades cotidianas.

As homenagens promovidas em âmbitos sociais após o seu falecimento, denotam a força de seu legado em setores que ainda elaboram grande parte de nossa visão de mundo: os setores políticos partidários relacionados às organizações da sociedade civil.

Conclui-se que a partir das tensões vivenciadas pelo político, por meio da visibilidade de sua função pública, relacionada à sua conduta pessoal, que Santos conseguiu a manutenção simbólica positiva de sua existência e, mais, de sua memória.

Contudo, ainda hoje, esse personagem continua pouco reconhecido em nosso Estado em virtude das visões hegemônicas das construções identitárias baseadas na colonização europeia e na construção do mito do “gaúcho”, ainda muito pouco relacionado pelos tradicionalistas à contribuição dos africanos e das populações negras, em que pese as alusões à trágica madrugada do Massacre de Porongos.

Ademais, por ironia do destino, Santos continua desconhecido por um setor específico que muito defendeu as camadas populares. Conforme sua autobiografia, sua função era motivada por fazê-la envolver-se na grandeza do Brasil. Assim, somente os “mais velhos” o tem na memória, em que pese as homenagens fixas, oficiais, realizadas no mês de novembro.

No próximo capítulo, serão apresentadas as problemáticas das atividades da pesca e da identidade negra no Brasil e no Estado, com vistas ao entendimento e a interpretações de como surgiram e foram se desenvolvendo as demandas sociais mais defendidas por Carlos Santos no parlamento sul-rio-grandense.

2 O CONTEXTO E AS TENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS REFERENTES AOS POVOS DO MAR E A IDENTIDADE NEGRA

Neste capítulo, serão contextualizadas as políticas e as ideologias presentes nas pressões dos grupos sociais representados pelo campo político que Carlos Santos defendeu, bem como as tensões no jogo do poder - a nível nacional e regional -relativo a esses grupos. Será demonstrado como o setor pesqueiro e os representantes da identidade negra, por meio de suas ações, estiveram em evidência na política brasileira e quais eram as propostas e as cobranças, tanto do movimento social das “gentes do mar” como dos grupos organizados da comunidade negra. Serão problematizadas as propostas desses agentes nas décadas de 1940 e de 1950, período em que ambos os grupos sociais - a partir de suas pressões, e junto aos partidos e políticos - negociam com o Estado as soluções para os seus problemas materiais, e evidenciando algumas influências dessas demandas na posterior participação política de Carlos Santos.

2.1 A Redemocratização, o Nacionalismo e o Trabalhismo

No início de 1950, após o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), a redemocratização foi marcada pela intensa agitação política, advinda das negociações em que, por meio de suas ideologias, novos grupos ou classes, até então sem forte participação nas instâncias de poder, passam a reivindicar melhores condições materiais e representação na política brasileira. O modelo político para equilibrar as tensões da incipiente democracia foi identificado na ideologia trabalhista, promovida pelo estado e pela mobilização dos movimentos sociais originadas com esse processo. Esses movimentos passam a ter espaço no período conhecido como populismo ou do pacto trabalhista, os quais iriam sofrer um duro revés em 1964 com a ditadura civil-militar.¹⁰⁰

Na realidade, a raiz desse fenômeno, também denominado estado de compromisso ou de equilíbrio, surge nos anos de 1930 com o declínio hegemônico das oligarquias do café e a ascensão de novos grupos na arena da disputa política, visando a oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade, conforme apontaram pesquisas (WEFFORT, 1968; FAUSTO, 1970; GOMES, 2001).

Para Sader, “o populismo deve ser entendido como uma forma de dominação político-ideológica exercida pela burguesia sobre as massas através da atuação de líderes carismáticos que respondem diretamente as aspirações populares” (SADER, 1982, p.138). Entretanto, muitas discussões na historiografia ocorrem em relação aos conceitos definidores dessa forma de exercício político, indiscutivelmente turbulento, porém interessante sob o ponto de vista dos grupos sociais (DOMINGOS, 2011).¹⁰¹

¹⁰⁰ O golpe contou com o apoio de um amplo movimento civil de classe média, organizado pela maioria das representações ideológicas da burguesia – partidos, grande imprensa e setores da Igreja. Desenvolveremos mais sobre o tema em nosso próximo capítulo.

¹⁰¹ Para Charles Sidarta Domingos, Francisco Weffort (2003) relaciona o populismo ao período compreendido entre a Revolução de 1930 e o Golpe de Estado de 1964. No entanto, dado o interím de 1937-1945 ter sido palco da ditadura do Estado Novo, o autor estabelece como sendo a partir de 1945 que o povo tem possibilidades de intervenção política. Para Weffort (2003, p. 20), é a partir desse momento que “qualquer político que pretendia funções executivas com um mínimo de autonomia em relação aos grupos de interesses localizados no sistema partidário, deveria, embora de maneira parcial e misticadora, prestar contas às massas eleitorais”. Já para Octávio Ianni, “o populismo brasileiro corresponde ao período que se estendeu de 1945, com o fim do Estado Novo, até o Golpe Civil-Militar de 1964. Ianni (1971, p. 54) denomina esse momento como ‘democracia populista’”. Para Ângela de Castro Gomes (2002, p. 58-59, “o populismo, de forma mais palatável, era um conjunto de idéias, crenças, valores, símbolos e estilos de fazer política, que passariam a integrar a cultura política partidária e sindical brasileiras a partir dos anos 1940 e que se afirmaria durante os anos 1950”. A autora, propõe, então, a substituição do conceito populismo pelo de trabalhismo Para Sidarta “um dos componentes centrais para a dinâmica do populismo é o uso do conceito de carisma. Poucos são os autores capazes de negar sua existência, seja no uso para o populismo, seja para usos diversos. Mesmo alguns dos críticos mais ferrenhos da utilização do conceito de populismo não conseguem abandonar o emprego da categoria carisma” para examinar as lideranças desse período.

Como salienta Alexandre Fortes (2004), as massas passam a ter os seus interesses mediados com atenção pelas forças políticas representadas por partidos, líderes carismáticos, sindicatos, associações e grupos, além do próprio fortalecimento da identidade comum dos operários, desenvolvida pela solidariedade e pelas práticas cotidianas em busca de direitos e de cidadania (FORTES, 2004, p.441-442).

Em fevereiro de 1945, com o chamado Ato Adicional à carta de 1937, Getúlio Vargas (1882-1954) fixou um prazo de 90 dias para a realização de eleições gerais em nosso país. Era a abertura democrática iniciada no final da II Guerra e do Estado Novo. Com o novo código eleitoral, estavam dadas as condições para as eleições para presidente, além de uma Assembleia Constituinte, sendo que a data escolhida para a realização dos pleitos estaduais era o dia 6 de maio de 1946 (FAUSTO, 2002, p.212).¹⁰²

Salienta-se que as Forças Armadas também compuseram esse cenário, visto que jamais foram indiferentes à participação política e às disputas de poder, desde a promulgação da República.¹⁰³ Inclusive, sendo responsáveis pela tendência democratizante no Brasil após a II Guerra Mundial, derrubando a ditadura de Vargas em 1945, já que, com a vitória dos aliados sobre o fascismo, transformaram as relações políticas brasileiras: antes, centralizadoras, e agora, liberais.

Segundo Mota, que pesquisou a cultura brasileira no propósito de identificar a origem das ideias de consciência nacional ou cultura nacional, foi nesse período que se consolidou um sistema ideológico com múltiplas vertentes interligadas: neocapitalista, liberal, nacionalista, sindicalista, desenvolvimentista e marxista. Porém, o autor cita que ao proletariado surgiram novas oportunidades em virtude da legislação social (MOTA, 1980, p.156-160).

No campo da disputa política para enfrentar a “redemocratização”, mesmo fora do poder, Vargas cria dois partidos, dirigidos a diferentes clientelas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro reunia

¹⁰² A Assembleia Nacional Constituinte é um organismo colegiado que tem como função redigir ou reformar a Constituição, a ordem político-institucional de um Estado, sendo para isso dotado de plenos poderes ou *poder constituinte*, ao qual devem submeter-se todas as instituições públicas. Nesse ano esse órgão estava organizando a Constituição. “A Constituinte de 1946, eleita em 2 de dezembro de 1945, iniciou seus trabalhos em 2 de fevereiro seguinte sob o impacto da derrota do nazi-fascismo na Europa e do fim do Estado Novo no Brasil”. Mesmo com avanços liberais, a Constituição foi conservadora a respeito dos sindicatos, pois como na ideologia estado-novista, os sindicatos continuavam a ser visto como órgão de colaboração do Estado. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>. Acesso ago. de 2014.

¹⁰³ A própria Proclamação da República bem como o Tenentismo e posteriormente, a criação da ESG representavam as preocupações dos militares com as questões políticas.

ruralistas, banqueiros, industriais e altos administradores, e o segundo, além de reunir representantes da burguesia urbana, concentrava-se na organização da liderança trabalhista (SADER, 1982, p.136).

Jorge Ferreira explica, no entanto, que no Rio Grande do Sul o PTB foi fundado exclusivamente por um grupo de sindicalistas, que desde os anos de 1930 lutavam por leis sociais e reconhecimento político. O historiador assevera que a fundação do partido no estado, por José Vecchio, em 1945, foi o resultado das tradições que circulavam entre os próprios trabalhadores, antes e depois de 1930. O PTB, em última análise, era para ele a institucionalização do trabalhismo em um partido político (FERREIRA. Jorge, 2004, p.283).

Segundo Maria Antonieta Leopoldi (1999, p.115):

A legislação trabalhista e sindical que foi sendo implantada ao longo da década de 30 contribuiu para resolver as relações conflitantes entre capital e trabalho, permitindo que o crescimento industrial se fizesse sem turbulências sociais. Toda a legislação dos anos 30 e 40 foi reunida em 1943 na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Ao final da década, já fora também criado um sistema de previdência social para os trabalhadores urbanos, o qual oferecia uma rede de proteção envolvendo seguro contra acidentes de trabalho, pensões e aposentadorias, política habitacional e assistência hospitalar.

Porém, essa rede de proteção somente faria diferença prática, na vida cotidiana dos trabalhadores, se as suas necessidades fossem realmente contempladas e institucionalizadas. Isso, muitas vezes, deixava de acontecer, sendo exercida uma pressão por meio de suas próprias ações reivindicativas, realizadas mediante negociações diretas ou por intermédio dos partidos e de políticos que representassem as suas demandas junto ao poder público.

Desde a retomada da redemocratização, três partidos se destacaram na câmara da capital gaúcha e na assembleia legislativa: PSD, pró-Getúlio Vargas, União Democrática Nacional (UDN), contra Getúlio Vargas, e o próprio PTB, próximo a Getúlio Vargas, que capitalizava os sindicalistas e a política previdenciária implantada depois de 1930.

Getúlio elegeu-se senador em 1945 por dois estados, e deputado federal por sete, na reabertura. Na época, as leis eleitorais permitiam essa situação, sendo que o mesmo ocorreu com o comunista Luiz Carlos Prestes (1898-1990), que escolheu ser deputado pelo Rio de Janeiro, conquistando a expressiva quantidade de 157.397 votos. O fato interessante do período foi que, em apenas dois anos, já em 1947, o PTB elegeu a mais

numerosa bancada da assembleia do Rio Grande do Sul, tornando-se o maior partido no estado. “Esse fenômeno foi uma decorrência normal do cada vez maior afastamento de Getúlio Vargas do governo Dutra e do PSD e sua completa integração no PTB. Getúlio era, sem dúvida, o grande líder de massa daquela época” (DUARTE, 2003, p.19).

Com a queda de Vargas, recluso em São Borja, assumiu o militar Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) que, após derrotar nas urnas o brigadeiro Eduardo Gomes, ficou no poder de 1946 a 1951.¹⁰⁴ Nesse período, ocorre acentuação da abertura comercial e financeira do Brasil para os capitais estrangeiros, intensificada com o governo Eurico Gaspar Dutra (BASTOS, 2011, p.354).

No Estado, a hegemonia petebista tornara-se o principal adversário a ser vencido pelas agremiações, representadas por: Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido Democrático Cristão (PSC), Partido Social Progressista (PSP), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Representação Popular (PRP) e Partido Comunista (PC), constantemente com alianças diferenciadas, por meio de dissensões que se coligavam para se fortalecer nos pleitos municipais e, no governo sul-riograndense, contra o PTB.¹⁰⁵

Segundo Marieta Ferreira (2006, p. 01), Getúlio Vargas:

Deu à estruturação de um Estado nacionalista e intervencionista. Tornou-se extremamente popular, foi chamado de “pai dos pobres”, mas em outubro de 1945, após 15 anos de governo, foi deposto. Ainda assim, meses depois foi eleito senador e, ao declarar seu apoio ao candidato do Partido Social Democrático (PSD), general Eurico Dutra, contribuiu para a vitória deste na eleição presidencial.

¹⁰⁴ Eurico Gaspar Dutra – PSD foi eleito com 3.351.507 votos, superando Eduardo Gomes – UDN. Dutra recebeu apoio de Getúlio Vargas, por isso essa visível diferença sobre Gomes.

¹⁰⁵ Em 1947, após a retomada da democracia, o PTB elege oito vereadores em Porto Alegre, inaugurando a hegemonia que se estenderia até o golpe militar. Em termos percentuais, o partido abrangia 25% do eleitorado e, beneficiado pela legislação eleitoral, que revertia as sobras de votos para o partido majoritário, ficava com um terço da representação na câmara, então com um total de 21 vereadores. No Rio Grande do Sul, o PTB e o PSD, entre 1947 e 1966, revezavam-se no poder do Estado e da Prefeitura de Porto Alegre. No Governo do Estado, no biênio de 1946-47, governou Pompílio Fernandes, PSD; em 1947-51, Walter Sá Jobim, também do PSD, passou a exercer a função. Em 1951-55, o Governo do Estado foi exercido por Ernesto Dorneles, do PTB. Em 1950, Brizola se reelege Deputado Estadual, agora já formado em Engenharia, sendo o Deputado mais votado do PTB com 16.691 votos. Em 1953, foi convidado pelo então Governador do Estado, Gen. Ernesto Dorneles, também filiado ao PTB, para ocupar a Secretaria de Obras Públicas, já que era engenheiro de profissão. Com o *slogan*: “Idealiza, Planeja e Constrói”, Brizola foi eleito, em novembro de 1955, Prefeito da cidade de Porto Alegre. Em 1955-1959, o Governador foi Ildo Meneghetti, do PSD. Entre 1959 a 1963, Leonel de Moura Brizola, vinculado ao PTB exerce o cargo, retornando Ildo Meneghetti, entre 1963-1966. Na Prefeitura de Porto Alegre, Ildo Meneghetti foi eleito nos biênios de 1948-51 e 1952-54. Leonel Brizola foi Prefeito da Capital gaúcha entre os anos de 1956 a 1958 (GOMES, 2008, p.176).

Getúlio retorna à presidência em 1950, agora nos “braços do povo” pelo voto direto, retomando a intervenção estatal na economia e nas relações de trabalho. Eleito presidente na legenda do PTB, iniciou seu segundo governo em 1951, sob forte oposição da UDN (FERREIRA, 2006, p.01).¹⁰⁶

Como assevera Lucila Delgado (2005), com o tempo, a questão nacional, de absoluta relevância no projeto getulista, ganhou projeção maior no partido. Pode-se afirmar que, mesmo apresentando diferentes concepções e correntes internas, havia um eixo, uma espinha dorsal que fez com que o trabalhismo petebista, filho primogênito do modelo getulista, se constituísse em um projeto para o Brasil.

Trata-se, como já assinalado, do nacionalismo distributivo e desenvolvimentista, que pressupunha uma intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais.

Para Pedro Paulo Bastos (2011), ao longo de 1950 e 1954, na segunda gestão Getúlio tornou-se ambíguo na tentativa de conciliar interesses divergentes. Conforme o historiador:

A ambiguidade surgiu pela necessidade de conciliar interesses diferentes que, na prática, eram inconciliáveis e mutuamente incoerentes. De um lado, Vargas precisaria responder às exigências do nacional-populismo e do desenvolvimentismo, assegurando popularidade junto às camadas urbanas e respondendo a seus compromissos nacionalistas históricos. De outro lado, em função de acordos que viabilizaram sua candidatura, posse e governabilidade junto ao Congresso, compusera-se politicamente com setores mais conservadores e/ou alinhados com interesses econômicos e políticos norte-americanos. Esta incoerência geraria impasses e contradições na ação do governo, e seria fonte permanente de instabilidade política à medida que induzia “a manifestação de temores e suspeitas quanto à disposição do governo em ceder a qualquer das partes envolvidas nas negociações...” (e o governo) nessa expectativa da grande conciliação acaba por perder-se e isolar-se num emaranhado de compromissos que não ganham a confiança das outras partes interessadas (BASTOS, 2011, p. 346) (GRIFO NOSSO).

A crise, que culminou com o suicídio de Vargas em 1954, ganhou dimensão trágica na esteira das críticas da oposição contra o distributivismo social, ao nacionalismo econômico e ao estatismo, marcas concretas do modo de governar de Getúlio Vargas.

Todas as ações que os udenistas empreendem (sendo a UDN o maior partido oposicionista junto com setores da imprensa, esferas das Forças Armadas e segmentos

¹⁰⁶ Getúlio Vargas retorna ao poder com 346.798 votos, em segundo lugar ficou Christiano Machado do PSD com 207.613 votos e, em terceiro, novamente Eduardo Gomes com 147.571 votos. A articulação de Getúlio com o PTB e o PSD era praticamente imbatível.

do capital internacional) e os esforços para desestabilizar o governo tinham como pano de fundo as divergências estruturais relativas ao programa de governo do presidente.

Nessa linha, pesquisadores (IANNI, 1968; SODRÉ, 1967; BRUM, 1984) interpretam o suicídio de Vargas como vitória daqueles que queriam reformular e aprofundar as relações com o capitalismo internacional e, conseqüentemente, derrotar o projeto nacionalista.

Marieta Ferreira adverte que esse período (1951-1954) foi uma época de crescimento econômico, de implantação de políticas industriais que estimularam a ampliação do mercado de trabalho, o que possibilitou maior inclusão social, tudo isso dentro da vigência de normas democráticas. “Nos dias de hoje, é compreensível que esse cenário provoque nostalgia naqueles que voltam o olhar para a década de 1950”. Inclusive, “ficando em plano secundário as vozes que denunciam o legado autoritário e a história de repressão política do primeiro governo de Getúlio Vargas” (FERREIRA, 2004, p.02).

Salienta-se que a força política do PTB, partido criado pelas ideias getulistas, concentrava-se na mobilização política do seu projeto, direcionado à classe trabalhadora e engendrado, de acordo com Fortes (2004), “a partir da segunda metade do Estado Novo, com a capacidade de se apresentar como expressão única da classe no período”.

Não obstante, as mudanças ocorridas geraram articulações de coexistências estratégicas e criativas para os trabalhadores, tanto individuais como coletivas. Surgia, na política institucional, um espaço de mudanças “marcado pela tensão, flexibilidade de costumes e a circulação de valores” possibilitando a luta por cidadania e pelas demandas dos trabalhadores, em que pese o paternalismo, as fissuras consistiram em possibilidades de ações (FORTES, 2004, p.20-28).

Na economia, na década de 1950, afirma-se o processo de produção de bens de consumo duráveis com a implantação das indústrias automobilísticas, os eletrodomésticos e a eletroeletrônica. Brum (1994) afirma que, com o desenvolvimento dessa fase do processo de substituição das importações, estrutura-se o mercado nacional. Não obstante, também é em meados de 1950 que o Rio Grande do Sul perde espaço econômico para os estados da região sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, pois, sendo um estado agrário, sente a concorrência da indústria que nessa época passa a superar a agricultura no total das riquezas produzidas (BRUM, 1984, p.60-71).

Por esse motivo, era uma cobrança constante na Assembleia do estado do Rio Grande do Sul a constituição de um polo-petroquímico, em especial na cidade de Rio

Grande, conforme se identifica nos discursos de Carlos Santos nas legislaturas analisadas.¹⁰⁷ No município de Rio Grande, existia condições para o empreendimento de uma Petrobrás, pois, Fernando Martins Bastos já havia instaurado uma empresa do ramo de derivados do combustível: a empresa Ipiranga S/A (CEZAR, 2011).

A concentração de capitais nos estados do sudeste gerou descontentamentos de outras regiões tais como o Nordeste e o Sul. Para evitar tensões, o governo criou os organismos regionais, visando ao combate à concentração econômica, geradora de conflitos entre os estados.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) foram organismos regionais criados para equilibrar o desenvolvimento econômico dessas regiões frente ao Sudeste. A pesca artesanal e a agricultura tiveram seus papéis minimizados pela disputa com a incipiente industrialização brasileira e a concorrência estrangeira.

As regalias ao capital estrangeiro são garantidas pela instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), baixada em 1955 no governo Café Filho (que substituíra Vargas), e pela lei de tarifas (BRUM, 1984, p.61).

O governo Juscelino Kubitschek (1902-1976) lança o arrojado Programa de Metas (1956-1961), com o objetivo otimista de recuperar o atraso histórico e modernizar o país. Pretendia acelerar “a marcha do desenvolvimento” sócio-econômico-cultural, fazer o que levaria 50 anos em cinco; ao menos era essa a meta de seu governo. Aprofunda a desnacionalização da economia e incentiva a concorrência de grupos externos, atraídos pelas vantagens oficiais.

Entre investimentos estrangeiros e desenvolvimento do mercado interno, em meados dos anos 1950, a industrialização toma novo rumo: o processo de avançar sob a liderança nacional na modernização da agricultura, mineração e siderurgia. O capital estrangeiro passa a controlar os ramos mais dinâmicos ligados à tecnologia e à inversão de recursos financeiros nas atividades industriais. Parte de setores vinculados à indústria

¹⁰⁷ Este polo-petroquímico teve a frente, como principal empresário, o rio-grandino Fernando Martins Bastos, que será citado no decorrer de nosso trabalho por suas relações econômicas e políticas na região de Rio Grande. Em 1961, Carlos Santos, realizou seis (6) intervenções referentes a fundação de um polo da Petrobrás em Rio Grande – RS. As intervenções foram realizadas nos dias 13 e 14 de julho de 1961, 09 e 14 de agosto de 1961, 06 de outubro e 01 de dezembro de 1961. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 1961. Vol. 148. p.210-212, Anais, julho, Vol. 148. p.233, Anais, agosto, Vol. 149. p.170-171. Anais, agosto, Vol. 149. p.258-263. Anais, outubro, Vol. 151. p.114.117 e Anais, dezembro, Vol.153. p.02-03.

nacional tornaram-se temerosos quanto a esse estado de coisas, afinal, por outro lado existe um amplo apoio dos setores nacionalistas e populares a essas políticas consumistas (BRUM, 1984, p.60-65). Para agradar a “massa”, o país ainda conquistou a Copa do Mundo de Futebol de 1958, realizada na Suécia.

É importante destacar que o vice-presidente de Juscelino era petebista e ex-ministro do trabalho de João Goulart (1919-1976). O governo Juscelino, em conformidade com o plano de modernização, foi o responsável pela construção da nova capital federal, Brasília-DF, antes localizada no Rio de Janeiro.

Foi nos interstícios destes cenários - político, social e econômico - que, tanto os pescadores artesanais, quanto os movimentos sociais negros - conforme fontes consultadas para elaboração dos próximos tópicos - passaram a tencionar, por meio de suas ações, os poderes públicos constituídos em busca da fundação e da institucionalização das políticas sociais, condizentes com as suas realidades.

Os pescadores artesanais e os negros escravizados constituíram-se durante um longo período da história como os principais trabalhadores do país, entretanto, com poucos ganhos coletivos materiais. Destaca-se que, além de a política tratar das diferenças, ela é também “(...) o exercício de tornar público os interesses e aspirações dos indivíduos e coletividades - classes sociais, pescadores, etnias, gêneros, gerações” (CALLOU, *sd, sp*). E o trabalhismo, como veremos a seguir, com os seus limites, permitiu as negociações dos grupos e de seus interesses com o Estado.

2.2.1 O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DA PESCA NO BRASIL: DA ATIVIDADE ARTESANAL ÀS LUTAS DA CATEGORIA SOCIOPROFISSIONAL

A pesca como subsistência começou a ser praticada antes mesmo do aparecimento da agricultura e se desenvolveu muito no período conhecido pela historiografia tradicional como Idade Média (LE GOFF, 2007), quando deixou de ser apenas uma atividade de subsistência, tornando-se, também, uma importante atividade comercial (DIEGUES, 1983).

No Rio Grande do Sul, devido às mudanças climáticas e ao surgimento das lagoas, destaca-se no litoral norte a possibilidade de assentamento dos grupos humanos. Esse processo remete aos primeiros grupos formadores do estado - os indígenas - antes do seu contato com os portugueses e africanos, segundo pesquisas arqueológicas (KERN, 1982; ROGGE e SCHMITZ, 2006).

Os assentamentos de pescadores-coletores são conhecidos na arqueologia brasileira como Sambaquis. Esses são caracterizados por concentrações de restos de alimentação (carapaças de conchas, ossos de peixes e de caça) e pela cultura material característica desses grupos, como, por exemplo, anzóis de osso, pesos de rede, percutores confeccionados a partir de seixos etc.

Por intermédio das pesquisas históricas e arqueológicas, pouco se sabe sobre o desaparecimento desses grupos. Kern (1994) afirma que, possivelmente, a chegada dos grupos ceramistas (Guaranis e Jês) ocasionou um grande impacto nessas populações pescadoras (LUCAS, 2012, p.20). Diegues aponta que:

A atividade pesqueira deu origem a inúmeras culturas litorâneas regionais ligadas à pesca, entre as quais podem ser citadas: a do *jangadeiro*, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do *caíçara*, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo; e o *açoriano*, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enquanto esses dois últimos tipos de pescadores estavam também ligados à atividade agrícola, os primeiros dependiam quase inteiramente da pesca costeira (DIEGUES, 1999, p.362).

Historicamente, a pesca e a agricultura são formas de subsistência e de (re) produções econômicas e sociais próximas, visto que, durante muito tempo, institucionalmente tiveram os seus fundamentos interligados. Inclusive, sendo o ramo da pesca, a nível federal, controlado até o início de 2003 pelo Ministério da Agricultura. Quanto ao uso da natureza, essas culturas também estão próximas, já que ambas

dependem da extração do meio ambiente, seja da terra ou do mar, para a sua existência e seu desenvolvimento.¹⁰⁸

Este estudo é focado na economia da pesca artesanal, também denominada tradicional, que convém separar de outro segmento que utiliza a tecnologia para sua reprodução: a chamada pesca industrial. Vanessa Marion Andreoli (2007, p.29) explica que:

Diferentemente da pesca artesanal, a pesca industrial utiliza navios de grandes dimensões, geralmente bem equipados, dispendo de redes potentes. Uma vez que este tipo de pesca está associado, sobretudo, à pesca longínqua e por vezes à pesca costeira, as embarcações possuem os equipamentos necessários para a conservação e congelamento do pescado. Neste tipo de pesca são utilizadas as técnicas mais modernas de cerco, arrasto etc. (...). Enquanto a pesca industrial apresenta vários setores – captura, comercialização etc. - a pesca artesanal perde seu poder de competição, já que estes setores para ela se tornam inviáveis.

Simone Maldonado identificou dois tipos de pesca em suas pesquisas realizadas junto a comunidades de pescadores da Paraíba. Para ela, a pesca - conforme suas relações de produção - dividem-se em dois tipos: a artesanal e a industrial. A primeira possui técnicas simples, feitas artesanalmente pelos próprios pescadores com barcos de porte menor com capacidade para três ou quatro pessoas. Os motores são de pouca propulsão, para o trabalho familiar, sem a prática do assalariamento; sendo a pesca, captura e distribuição do peixe realizadas pela comunidade. A segunda, diferente em suas relações sociais, é caracterizada pela produção mecanizada, com instrumentos eletrônicos; são barcos de portes grandes com tripulações entre 14 e 20 homens, onde prevalecem as relações patronais formais e o assalariamento. Com gerência política das empresas, bem como das rotas e as espécies a serem capturadas, o controle do serviço é feito pelo rádio e o desembarque realizados pelas equipes de terra (MALDONADO, 1994, p.25).

A pesca artesanal pode se desenvolver para a pesca industrial a partir de investimentos em tecnologia e na especialização, já que ela é a responsável pela estocagem e conservação do produto. Outro ramo do setor é o da pesca comercial, que vende o produto direto ao consumidor.

¹⁰⁸ Agricultura e pesca são consideradas atividades extrativistas. O termo extrativismo, em geral é utilizado para designar toda atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, folhas, frutos).

Esses setores da pesca (artesanal, industrial e comercial) jamais deixaram de existir, inclusive, coexistir. Todavia, o setor mais explorado da atividade, e que corre o risco longo da história, em virtude das dificuldades cotidianas de desafiar o mar para trabalhar, foi o da pesca artesanal. Como categoria socioprofissional, apesar de conhecer a natureza e as técnicas tradicionais da captura do pescado, foi constantemente o mais explorado pelos donos dos barcos e das indústrias pesqueiras, sendo praticamente inexistente seu amparo legal pelo governo, o que mais tarde será cobrado pelos pescadores e por seus representantes políticos.

Enfatiza-se que Carlos Santos passou a defender, em seus discursos, nos finais dos anos de 1950, a categoria socioprofissional dos trabalhadores vinculados à pesca artesanal (os mais explorados), sendo a pesca industrial ainda pouco relevante na cidade de Rio Grande, na época, em virtude do atraso tecnológico dessa região, embora a potencialidade natural do território fosse conhecida. Conforme Santos declarou na tribuna da Assembleia Legislativa no dia 23 de novembro de 1959:

A pescaria em alto mar é de expressão pouco relevante, eis que os barcos pesqueiros que ali existiam de bandeira estrangeira retiram-se ao que se informam inconformados pelo desatendimento de existências contratuais. Cerca de 80% das operações pesqueiras são realizadas pelas chamadas “parelhas” de pesca, em pequenas embarcações tripuladas por homens empregados dos donos das “parelhas”, na dependência de condições climáticas ao impulso da força muscular em locais quase sempre próximos do litoral. No que tange a industrialização o pescado depende grandemente de armazenamento de peixe fresco em câmaras frias, até o momento de sua industrialização ou beneficiamento ou de estocagem do peixe seco nas mesmas câmaras frigoríficas (...).¹⁰⁹ (GRIFO NOSSO).

Não obstante, Carlos Santos referenciou e protegeu, também, o desenvolvimento da pesca industrial no Rio Grande do Sul, fomentando o consumo do peixe e o avanço dos estudos oceanográficos e tecnológicos da região que mais produzia o pescado no estado: Rio Grande e São José do Norte. Teve, em seu intuito político, fortalecer economicamente a zona sul e o Rio Grande do Sul, em franca estagnação no final dos anos 1950, como se verificará mais adiante.¹¹⁰ Ou seja, defendeu que o pescador tivesse

¹⁰⁹ Anais da Assembleia Legislativa, 23 de novembro de 1959, p.124.

¹¹⁰ Em grande parte dos litorais, segundo Maldonado (1994, p.26), a pesca simples se vê confrontada e termina por articular-se à industrialização da pesca com elementos de modernização que nem sempre implicam em mudanças tão profundas na vida dos pescadores. Para a autora, isto explica que os pescadores escandinavos, canadenses, portugueses, mesmo contando com frota motorizadas e botes grandes e equipados eletronicamente, inclusive para fins de comunicação, permite atualizar a pesca, sem no, entanto, desfazer-se o seu caráter familiar, sem abandonar formas tradicionais de relacionar-se nos botes e no mar.

uma vida melhor, sem exploração e, ao mesmo tempo, cobrava do Estado e da União investimentos na indústria da pesca de maneira a desenvolver esse ramo importante da economia agropecuária gaúcha, em uma região que enfrentava sérias dificuldades financeiras além da concorrência internacional.¹¹¹ Carlos Santos manteve a ação, cobrou o respeito da fundação das leis e reivindicou a sua institucionalização para o desenvolvimento da economia social da pesca.

Serão problematizadas as origens das técnicas da pesca artesanal, bem como de seu desenvolvimento, em um primeiro momento no nordeste brasileiro, visto que, a exemplo de outras atividades iniciadas em nosso país, essa pesca teve origem na época colonial, período em que as metrópoles europeias disputavam palmo a palmo nosso vasto território.

Além desses fatores, ocorreu também a amálgama entre os grupos indígenas, africanos e europeus. Culturalmente, isso influenciou nossas origens, principalmente a atividade pesqueira, já que as técnicas produtivas desenvolveram-se com a contribuição desses grupos, tornando a atividade economicamente reconhecida por todos, inclusive sendo objeto de disputas entre os grupos citados, dando início ao processo de exploração dos grupos indígenas e escravizados e originando as resistências desses grupos explorados (SILVA, 1988, p.29).

Luiz Geraldo Silva afirma que, no século XVI, os grupos tupis usavam flechas para pescar e, também, pescavam com anzóis presos a linhas que eles desfiavam do cânhamo. Segundo documentos históricos, localizados pelo pesquisador e datados de 1587, uma das estratégias mais utilizadas pelos Tupinambás era a coleta de peixes por meio da técnica do timbó, que consistia em embriagar o peixe com ervas que buscavam nas matas. As ervas eram pisadas e atravessadas em uma tapagem de varas em cima do rio; com esse procedimento, fazia-se com que os peixes, em algumas horas, aparecessem boiando em grandes quantidades. Essa técnica foi incorporada pelos

¹¹¹ No Rio Grande do Sul a sua economia era basicamente agrária, ocorrendo uma marcha constante, desde os anos 30 e 40 pela valorização da terra e da pecuária, inclusive tendo no Banco do Estado do Rio Grande do Sul o grande credor aos investimentos desses ramos, que até o final dos anos de 1950 vinham em constante prosperidade. Quanto à indústria da pesca, pouco era investido. Em meados de 1950 o Rio Grande do Sul chegou ao limite de sua capacidade de desenvolvimento baseado na exportação agropecuária para os demais estados da Federação de produtos agrícolas e bens de consumo de origem pecuária. Problemas energéticos e com os transportes completam o quadro de crise. Inclusive, em 1959 o governador Leonel Brizola (1922-2004) encampou a concessionária internacional de energia elétrica *Bond And Shere*, pois segundo Brizola a “truste explorava os serviços com péssima qualidade, sendo uma obrigação do governo a retomada do setor pelo governo” (MULLER, p.137-167).

portugueses no século XVII, segundo o cronista da época, Adrien Verdonk, em 20 de maio de 1630:

Os portugueses empregam um processo especial quando querem pegar grande porção de peixe sem trabalho; dirigem-se para o rio que lhes parece oferecer melhor oportunidade e tomam umas certas varas, que para isto vão buscar no mato; depois de bem batidas lançam-nas ao rio, de sorte que o peixe com isto fica embriagado e vem boiar à flor d'água, podendo ser pegado à mão; o efeito de tais varas sobre os peixes faz-se sentir dentro de três ou quatro horas, dias houve, em que vi fazer isto, serem apanhados 6 a 7 mil peixes de todas as qualidades.¹¹²

Outra técnica curiosa era a captura na superfície das águas do mar. Os Yurimaga¹¹³ entravam na canoa e a sacudiam de um lado para o outro, torcendo para que os peixes saltitantes entrassem nelas, inclusive batendo na água para apressar os peixes a caírem dentro da canoa. A confecção de artefatos de pesca do período colonial teve importante participação indígena. Já a técnica de tapagem dos rios com redes foi incorporada pelos portugueses e pelos escravizados africanos (SILVA, 1988, p.34). Essa técnica foi proibida em 1822 pela Câmara do Recife, por ser considerada danosa ao meio ambiente. Entretanto, conforme Silva (1988, p.35), eram os pescadores humildes que utilizavam as redes, já que os curraleiros,¹¹⁴ mais abonados, tinham índios e libertos trabalhando para eles.

No Rio Grande do Sul, ao contrário, como afirma Lucas Silva (2012, p.24):

Não há evidências de grupos de pescadores estabelecidos no litoral norte do Rio Grande do Sul durante o período. O que é possível notar é que após o “desaparecimento” dos indígenas da região, sendo escravizados por bandeirantes, ou fugindo deles para o interior, não há relatos de pescadores fixados na região, contribuindo para o abandono dessa região neste período. A fundação do Rio Grande de São Pedro, através do relato de Cristóvão Pereira de Abreu, refere que: “Como aqui não há farinha, nem pão, nem outro gênero de legume mais que a carne se extrai muita o que podia suprir a muita abundância de peixe que há nesse Rio (Rio Grande) se houvesse meios de o pescar pelo o que mando a Laguna comprar uma rede, mas sempre se faz preciso alguma providência de forma principalmente quando chegar a gente, porque o peixe não sofre tanto a falta dela como a carne”. (SILVA, 2012, p.24 *apud* CÉSAR, 1981[ABREU, 1737], p. 96).

¹¹² SILVA (1988, p.33) *apud* VERDONK, Adrien. Para a História do Brasil Holandês. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, V.1, 1981, p.42.

¹¹³ Yurimaga ou Lurimaga, tribo que vivia na margem sul do rio Amazonas. Ver HEMMING, John. *Ouro Vermelho*. São Paulo: EDUSP, 1995, p.284.

¹¹⁴ Currais: técnica empregada para cercar os peixes, por meio de estacas, ripas e bambus ligados ao cipó, um sítio a beira mar, deixando uma entrada afunilada para o peixe entrar. A pesca era, então, praticada dentro do cercado, com tarrafas (SILVA, 1988, p.38).

A pesca no século XVIII era um meio de alimentação pouco apreciado pelos moradores do litoral do Rio Grande de São Pedro, conforme relatos dos navegantes portugueses (SILVA, 2012). O fato de os habitantes terem deixado de explorar esse recurso indica uma desvalorização da carne do peixe em comparação com a carne de gado (SILVA, 2012, p.25). Portanto, a pesca artesanal vem a se desenvolver tardiamente no extremo Sul do Brasil.

Retornando ao Nordeste, um importante veículo relacionado às técnicas da pesca foi a jangada. Uma herança indígena, aprimorada ao longo dos séculos por africanos e europeus. Seu primeiro registro data de 1500, quando foi vista entre indígenas do nordeste do Brasil com apenas três traves atadas entre si. As primeiras velas foram introduzidas durante a ocupação holandesa. No século XVIII, a jangada continuava sendo o veículo da pesca marítima e o meio de transporte mais importante e, além disso, servia para a entrega de peixes e de sal (SILVA, 1988, p.37). Foi por meio desse transporte que se iniciou o que será denominado, mais adiante, “os movimentos sociais dos pescadores ou das gentes do mar”, visto que o transporte foi utilizado pelos pescadores para lutar contra a escravidão no Ceará em 1881 até os seus deslocamentos para pleitearem as suas necessidades junto aos políticos brasileiros, em 1941 e 1951.

Reafirma-se que os primeiros trabalhadores da pesca artesanal, ainda escravizados, foram os índios e os negros. Para Luiz Silva (1988, p.88):

Á medida que os pescadores foram se constituindo numa categoria livre em meio à ordem escravista – mesmo que muitos fossem negros ou ex-escravos - tornou-se possível, por meio do processo espontâneo, o surgimento de um número bem mais avultado de vilas e povoados eminentemente pesqueiros. Acreditamos que foi a partir da formação espontânea destes núcleos, fruto de uma coesão dos pescadores ao nível do processo de trabalho, que se estabeleceu, mais tarde, a ideia de Colônia de Pescadores. Só que esta, ao contrário das vilas e povoados espontaneamente formados, transformou as solidariedades do trabalho numa hierarquia paramilitar, que nada tinha a ver com os vínculos fraternos outrora estabelecidos.

Segundo Potiguar Júnior:

Este fato remonta ao período colonial de Dom João VI, quando, numa tentativa frustrada de organizar os pescadores, foi criada a primeira Colônia de Pescadores no Brasil, denominada ‘Nova Ericeira’, localizada em Garoupa, Porto Bello, no Estado de Santa Catarina (JÚNIOR, 2007, p.7).

A intenção das colônias de pesca, conforme o pesquisador, era:

Tutelar a organização dos pescadores ao estado e impedir sua organização, já que esses estavam insatisfeitos com a inserção e favorecimento dos pescadores portugueses na colônia. Outra justificativa era a defesa da costa brasileira contra ataques estrangeiros (POTIGUAR JÚNIOR, 2007, p.07).

Para se formular esta narrativa, foi necessário construir uma rede de informações, por intermédio de leituras que, somadas, demonstraram um amplo espectro de propostas teórico-metodológicas relativas à pesca em nosso país. Foram consideradas: as pesquisas localizadas em publicações acadêmicas e em revistas científicas de diversas regiões do Brasil (das mais variadas instituições e áreas de conhecimento das Ciências Humanas), os pesquisadores que se deslocaram para diversos territórios pesqueiros em busca desse conhecimento ou aqueles em cujas regiões de estudo já existiam zonas de pescadores artesanais nas quais pudessem aprofundar suas observações.

Refletiu-se, por meio desses estudiosos, o que, no nosso entendimento, considera-se uma identidade da pesca, indo ao encontro de uma interpretação sociológica do que se pretendeu conceituar como uma identidade dos pescadores. Após, refletiu-se sobre o seu desenvolvimento como uma categoria socioprofissional de quem trabalha e sobrevive com as técnicas tradicionais (pertencentes a essa profissão) e que, com o incremento industrial, passou a se organizar na busca de seus direitos.¹¹⁵ Entretanto, em um primeiro momento frágil, conforme assevera novamente Potiguar Júnior:

Ao longo da história, em particular no surgimento da primeira organização oficial associativa dos pescadores, as colônias de pesca, o associativismo tem apresentado fragilidades causadas por diversas questões, dentre elas o assistencialismo praticado pelas colônias de pesca e incorporado pelos pescadores através de sua característica imediatista. Além disso, segundo estudos, quando se organizam e se inserem em associações, há pouca preocupação dos dirigentes e dos próprios pescadores com as relações sociais desenvolvidas antes, durante e depois desse processo organizativo (...). Isso implica a não fortificação dessa organização enquanto trabalhadores demonstrando um fraco capital social e uma invisibilização política desse grupo... (POTIGUAR, 2011) (GRIFO NOSSO).

Quanto a essa possível fragilidade dos pescadores, será um tema retomado no decorrer da narrativa, pois acredita-se que eles, por meio de suas ações, demonstraram

¹¹⁵ Consultamos pesquisas na área de Antropologia de MALDONADO (1994), DIEGUES (1999), POTIGUAR JÚNIOR (2007), Desenvolvimento Rural CALLOU, (2009), NIEDERLE, GRISA (2006); PASCOTO (2005), COTRIM (2008). Na área de Arqueologia Marítima, TORRES (2008), Desenvolvimento Sustentável, NETO (2010), na disciplina de História consultamos NEVES, (2004, 2011); SANTOS (2009), SILVA (2012), nas Ciências Sociais consultamos VALENCIO (2006), entre outros pesquisadores, disciplinas e regiões do Brasil que serão citadas no decorrer da escrita.

ousadia na maneira de pressionar por seus direitos, mesmo com dirigentes mal intencionados indicados pelos governantes, civis ou militares, que eram pressionados no intuito de retirar os maus dirigentes da diretoria das colônias.

Para Shirlei Souza (2011, p.21), o desenvolvimento da pesca, ao longo dos séculos, é resultado da evolução das embarcações pesqueiras em relação ao tamanho dos barcos, e também ao sistema de propulsão, que passa do remo e da vela para a propulsão a vapor e, posteriormente, para a utilização de motores movidos a combustíveis derivados do petróleo. Os apetrechos de pesca e equipamentos das embarcações têm evoluído continuamente, fazendo com que os pescadores aumentem muito sua produção e tenham acesso a áreas cada vez mais distantes. Com o desenvolvimento, surge a necessidade de estocar, sendo o governo responsável pela regulamentação: “a política de regulamentação preocupou-se, durante muito tempo (desde os anos 30), com a criação de órgãos para regulamentar a extração do pescado, mas não se ateve em diagnosticar o estoque de pescado nacional” (CASTELLO; ABDALLAH, 2003).

Todavia, salienta-se que, historicamente, os pescadores no período do Estado Novo e, principalmente, no período nacionalista - sob as égides do trabalhismo getulista - reivindicaram melhorias em suas condições por meio das possíveis negociações com os dirigentes políticos de nossa Nação. Segundo Potiguar Júnior, que pesquisou o associativismo no Pará:

Oficialmente, no Brasil e no estado do Pará, os pescadores se 'organizaram' como categoria de trabalhadores a partir da criação, pelo Governo Federal, da Conferência Nacional dos Pescadores (CNP), Federação Estadual dos Pescadores (FEPA) e as Colônias de Pesca. Ao que tudo indica, estas entidades foram criadas com o objetivo de manipular e tutelar os pescadores, através da relação aproximada entre governo central e os presidentes destas entidades, nomeados pelo primeiro para presidirem as segundas, os quais, no geral, eram administradores alheios aos problemas e ao cotidiano do pescador (POTIGUAR JÚNIOR, 2007, *sp*).

A pesca artesanal, bem como o seu desenvolvimento, sinaliza para uma estrutura atrelada às colônias, federações e confederações como modelos de gestão. Porém, “a própria inoperância de várias Colônias de Pescadores é fruto” da “estrutura imposta e que somente após a promulgação da Constituição de 1988, conquistou o *status* de organização sindical independente” (CARDOSO, 2001, p. 24; MAIA, 2009, p.8).

Independentemente da possível tutela, denunciada acima, ou do associativismo imposto pelo estado, salienta-se que devem ser consideradas as tentativas de reação dos

pescadores, até mesmo quanto aos riscos que sofreram ao “atravessaram os mares” para cobrar do presidente Getúlio Vargas, em duas ocasiões, melhorias nas suas condições materiais e reivindicar, sempre que necessário, as substituições dos dirigentes escolhidos pelo estado a fim de organizar os órgãos criados para regular suas atividades.

Essa margem para negociação formou-se, justamente, devido ao sentimento passado pelo Estado a esses pescadores quanto ao seu dever de fazer parte do contingente reserva da defesa nacional, instituído no século XIX pela Marinha de Guerra, como será verificado. Isso os fazia “membros da marinha brasileira”, podendo ser convocados a qualquer momento em caso de guerra, o que lhes dava sentimento “orgulho”, “importância” de si, do grupo e de pertencimento nacional.

Essa situação é expressa por Maldonado, que aduz:

Esse sentimento cria expectativas que são dolorosas se pensarmos na contrapartida nacional que os pescadores simples não recebem, sendo marginalizados das políticas públicas e prejudicados quando se trata da sua representação profissional (MALDONADO, 1994, p. 82).

Nesse sentido, pensar a partir do universo da identidade do pescador é tentar interpretar quais foram, historicamente, os mecanismos e as formas possíveis de fazer resistência e de negociar com os poderes públicos, a partir de sua visão de mundo e de suas necessidades materiais, relacionadas aos contextos políticos.

2.2.2 Identidades e Movimentos Sociais da “Gente do Mar”

A identidade dos pescadores foi pesquisada no Brasil sob os prismas históricos, antropológicos, sociológicos e psicológicos (SILVA, 1988; MALDONADO, 1994; ADOMILLI, 2002; BARBOSA, 2004; ANDREOLI, 2010; LUCAS SILVA, 2012). Esta proposta contribui no que incide nos aspectos históricos, sociológicos e, por vezes, antropológicos da trajetória, representados nas interações desses pescadores com os demais grupos que compõem a sociedade, identificando relações sociais a partir de seu meio, com tensões e conflitos, e em suas negociações com os poderes públicos constituídos. Não obstante, entende-se que essas relações ocorrem e carregam, além das questões materiais e objetivas, aspectos subjetivos e simbólicos, compostos por

referenciais próprios de um grupo que enfrenta os desafios da natureza, já que o mar, por sua grandeza, é algo desafiador aos sentidos e às ações humanas.¹¹⁶

Segundo Sônia Regina Barbosa (2003, p.125-126):

A identidade social de pescador, ou de trabalhar na pesca, alimenta-se muito mais acentuadamente de representações sobre a especificidade dessa atividade em contrapartida aos trabalhadores da terra. Já que o segredo do mar, suas traições e perigos, a profundidade de seu desconhecimento e dificuldade de apropriação de seus recursos, o ir ao mar, não é simplesmente dirigir-se a um local de trabalho, já que se opõe à segurança e à identidade doméstica. É também se embrenhar no limiar, enfrentar o desconhecido, revestir-se da condição ambígua dos que se afastam do socialmente previsível, do socialmente cotidiano (BARBOSA *apud* DUARTE, 1999, p. 32) (GRIFO NOSSO).

Embora seja uma identidade específica de uma atividade do mar, inevitavelmente ela dialoga com a terra, em uma relação constante entre dois mundos.

A afirmação identitária do pescador, influenciada pela insegurança da navegação em alto mar ou - como enfatizou Maldonado (1994) - é uma afirmação de identidade moldada pelas tensões de dois mundos, a terra e o mar, sendo este último o espaço produtivo que é o referencial ideológico e espacial dos pescadores, pois é considerado de posse comum (MALDONADO, 1994, p.33). Porém, as relações com a terra perfazem a unidade histórica entre a terra e o mar.

No mar, as jornadas em busca da pesca, a importância do bote como espaço de relações e de convivências e de solidariedade, as descobertas dos cardumes, a camaradagem da tripulação sob os riscos da navegação e do mal tempo, os segredos das rotas, a confiança da marcação (itinerário construído em conjunto com marcos naturais - tais como pedras e material observado na utilização dos faróis como guias - possibilitando visualizar, do bote, as construções das casas litorâneas e, a partir da iluminação das cidades identificadas à noite em alto mar, perfazer rotas além da habilidade de marcar os estuários e pontos de pesca) e da mestrança (sabedoria, tino, consciência, honra, liderança), constituem o universo marítimo por excelência. O bote, a marcação e a mestrança são fundamentais na tradição pesqueira.

Em terra, as relações comunitárias, a solidariedade após os fracassos da vida, identificado na morte em alto mar ou em terra, na doença, na traição da esposa, na

¹¹⁶ Barbosa denomina essas acepções da identidade da pesca artesanal como “um olhar multirreferencial”. Ver BARBOSA, SÔNIA REGINA DA CAL SEIXAS. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004. <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23539.pdf>>. Acesso em 9 de set. 2012. Hall (1994) situa o sujeito multirreferencial na identidade pós-moderna em que ocorre a descentralização do sujeito.

viuvez etc., em tudo aquilo que impeça o pescador de realizar seu ofício necessitando do auxílio de seus companheiros, até o auxílio de comida a sua família e de bebida ao camarada desiludido, perfazem, por sua vez, o universo que marca a tensão e o dinamismo entre “a terra e o mar”, relacionado ao cotidiano desses homens (MALDONADO, 1994).

A solidariedade, em que pese às competições e até a espionagem concretizada em sabotagens, coexistem nesse universo, todavia, fortemente criticado pelos pescadores a ponto de o “mal camarada” ser até expulso da comunidade, sendo mesmo destacado o “bom companheiro”, identificado naquele que é solícito e fiel aos demais.

Devido a essa situação, e visando a manter a estabilidade da tripulação no bote e da comunidade em terra, mesmo com os conflitos e as tensões provocadas pelos riscos das lides marítimas, os pescadores preferem manter seus laços familiares em sua prática, inclusive por se tratar, segundo suas concepções, de um “mecanismo de proteção e coordenação de tarefas minimizando os riscos de brigas e facilitando os pactos e informando afetivamente as tomadas de decisões” (MALDONADO, 1994, p.56), o que, em última instância, reforçava os laços de solidariedade dos pescadores.¹¹⁷

Outra situação que merece destaque é a temporalidade desses sujeitos, articulado com os meios naturais. O tempo e espaço em que se expressam esses trabalhadores são construídos dos recursos e dos imperativos do meio natural, com que interagem, atualizam e reproduzem sua vida social. Regulado pela natureza, o tempo era medido pelas marés, tempo das chuvas ou estiagem (MALDONADO, 1994, p. 39; SILVA, 2001, p.209).

Em nossa pesquisa, serão feitas essas relações, contudo, a identidade desses pescadores passa a ser pensada neste trabalho principalmente pelo viés político, por meio de sua asseveração a partir de seu ofício na cobrança de seus direitos materiais. Ou seja, a identidade dos pescadores e da “gente do mar” em face das suas relações políticas.¹¹⁸

¹¹⁷ Interessante o valor dado pelos pescadores à família, instituição mais cara a Carlos Santos, como vimos anteriormente. Essa relação compõe uma analogia nossa, sem rigorosidades.

¹¹⁸ Para Rafael do Canto, que analisou em relatos e diários de viagens de embarcados na Idade Média que se deslocaram entre a Europa, África e Américas, o conceito de gentes do mar, entre os séculos XV e XVI pode ser alargado nesse período, compondo-se de todos aqueles que de alguma forma possuíam a sua sobrevivência ligadas às lides do mar. Ver CANTO, Rafael Antunes do. *O cotidiano das gentes do mar no atlântico dos séculos XV e XVI e suas relações a bordo das embarcações e em terra*. Porto Alegre, UFRGS, Monografia de História, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67213/000872614.pdf?sequence=1>. Acesso 08/03/2014.

Pautado pelas ações concretas de seus movimentos sociais de resistências contra determinada ordem constituída, motivadas por meio de atos de desobediência (como as greves dos jangadeiros liderados pelos pescadores José Napolitano e Francisco José do Nascimento, conhecido como “Dragão do Mar”, que lutaram pela abolição da escravidão no Ceará) e perpassando pelas reivindicações dos jangadeiros decorrentes das negociações pela afirmação de seus direitos como categoria socioprofissional, evidenciadas nas viagens dos jangadeiros cearenses em meados do século XX para negociar com o presidente Getúlio Vargas seus direitos, tem-se, nessas iniciativas, elementos para refletir sobre a amplitude do protagonismo das “gentes do mar”.

Entende-se por movimento social as ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2011, p.335). Os pescadores, consciente de suas funções, sob o uso da jangada, e conscientes de suas necessidades, enquanto trabalhadores, buscaram de maneiras inovadoras e organizadas, e coletivamente, por meio de suas ações, serem ouvidos pelos poderes constituídos.

Entretanto, ao interpretar a ação dos pescadores, pensa-se nessa atitude como algo histórico e processual, relacionando-a aos movimentos sociais das “gentes do mar”, como um procedimento de análise mais amplo. Por isso a ação dos jangadeiros, em sua greve de 1881, no Ceará, nos finais do século XIX; a Revolta da Chibata em 1910, juntamente com as demandas dos pescadores ocorrida no período nacionalista do Estado Novo, dos anos de 1940 e as ações dos pescadores a partir de suas negociações com o trabalhismo dos anos de 1950 são denominados neste trabalho como dinâmicas reivindicativas do “movimento social dos povos do mar”. Porém, cada acontecimento possui suas nuances específicas, sem linearidades, já que são contextos e personalidades diferenciadas. Mas, com identidades comuns, entendidas como recriações propositivas desses agentes em situações, obviamente diferentes e, contudo, protagonizadas por eles - utilizando-se das suas técnicas de navegações, em pleno mar como meio reivindicativo.

Nesse sentido, compreende-se que os movimentos sociais das gentes do mar possuem identidades, têm opositores que, mesmo diferentes, dependendo do contexto, possibilitaram suas articulações em torno de um projeto de vida além, com contribuições na organização e na conscientização de setores da sociedade; apresentando um conjunto de demandas de via, práticas de pressão/mobilização; com

certa continuidade e permanência a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência (GOHN, 2011, p.336).

Pensar nas demandas dos pescadores, sem articulá-las aos problemas dos jangadeiros, canoeiros e às dificuldades enfrentadas pelos marinheiros, iria de encontro ao que Silva (2011) denominou “cultura marítima”, relacionada ao envolvimento de profissionais conexos à reprodução social da navegação. Cultura inerente a ambos, constituindo-se - nesta análise - como um definidor de suas identidades e, por conseguinte, de seus movimentos coletivos.

Como aponta Maria da Glória Gohn (2011) sobre os movimentos sociais: “são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais, não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente” (2011, p.336).

Pensa-se que, - ao trazer conjuntamente e processualmente as cobranças da “gente do mar” - se consiga identificar elementos comuns em cada uma delas, embora ocorridas em contextos diferenciados e, com isso, tendo mais condições de avaliar, entender e comparar qual o sentido dessas manifestações para as melhorias atinentes às situações cotidianas enfrentadas pelas “gentes do mar”.

Ainda concordando com a pesquisadora: “a experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam” sendo que “os movimentos expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta por meio de suas práticas em ‘fazer propositivos’”. Ou seja: propondo a pressão contra o final da escravidão, contra as chibatadas ou pelo reconhecimento como trabalhador ávido por direitos, os povos do mar inovaram em suas propostas, sendo representados como “agentes políticos”.

Portanto, para esta tese: pescador, jangadeiro, canoeiro e marinheiro, independentemente do que essas nomenclaturas possam definir individualmente, em suas lutas coletivas contra o poder constituído, tornam-se representantes legítimos dos “movimentos sociais dos povos do mar” ou - como denota Luiz Geraldo Silva - “das gentes do mar” (SILVA, 2011), dos agentes que constroem sua identidade, desafiando as agruras do mar e utilizando uma “prática híbrida” (BURKE, 2003, p.28). Esta, identificada na navegação por meio de um tipo de transporte (seja bote, canoa, jangada ou navio, artefato de trabalho) e como instrumento das suas “práticas reivindicativas”, sempre desafiadoras ante as certezas da “terra firme”.

Contudo, nesta conexão entre terra e mar a representação das “gentes do mar”, em síntese, é composta por todos aqueles cuja sua existência “depende do mar, como construtores e fornecedores de gêneros aos navios, todos que praticam a arte da navegação na cidade e no campo, trabalham para a indústria marítima e as famílias que dependem do trabalho do marinheiro” (MOLLAT *apud* CANTO, 2012, p.13).

Mas quais foram historicamente os grupos que no Brasil se amalgamaram na identidade denominada de “gentes do mar” e como se desenvolveu a “cultura marítima” no Brasil? Os jangadeiros, marinheiros e pescadores portavam no Brasil influências europeias, africanas e indígenas profusas e inseparáveis (SILVA, 2001, p.11).

Luiz Geraldo Silva (2001) analisou os modos de vidas desses trabalhadores relacionadas ao mar, rios e mangues percebendo a utilização de cativos e homens livres nas atividades, “numa interação complexa e conflituosa, no entanto, criadora de uma forma cultural comum, amplamente partilhada, que se poderia denominar de cultura marítima” (SILVA, 2001, p11).

Não pretendemos narrar todos os pormenores dos elementos fundantes da cultura marítima, mas, sim, a partir da leitura de Silva (2001), e de seus estudos sobre as influências portuguesas, indígenas e africanas nas lides do mar das regiões de Pernambuco e do Nordeste, evidenciar como foi constituída e quais foram os elementos formadores da “cultura marítima” e da identidade das “gentes do mar” no Brasil.¹¹⁹

A cultura marítima, em sua origem, carrega os processos intensificados com o Império Talassocrático, poder além-mar, instaurado por Portugal nos séculos XV e XVIII. Diante da vastidão das colônias e de suas distâncias, muitos marinheiros locais eram forçados pela Coroa Lusitana a participar das tripulações e das expedições, alguns por opção e vislumbrando uma vida melhor se aventuravam rumo a “Novos Mundos”. Em virtude das intempéries marítimas bem como da difícil leitura do mar, na época, a vida marítima era vista com “maus olhos” pelos cidadãos portugueses. Além do mais, a vida da marinhagem era degradante, pois as longas viagens apodreciam alimentos, tornava a água escassa e gerava doenças, possivelmente afetando a personalidades de sua tripulação. Sendo a liderança das embarcações destinadas aos fidalgos.

As caravelas e as naus eram os principais meios de transporte utilizados. Contudo, em torno do século XIII, os portugueses na Península Ibérica já faziam uso

¹¹⁹ Cultura Marítima em nosso trabalho pode ser entendida como elementos constitutivos da língua, religião, práticas cotidianas, comportamentos que desempenham papel relevante na identidade destes grupos sociais (RODRIGUES, Jaime *apud* CANTO, 2012, p.49).

dos escravos mouros para a prática marítima, bem como “dos africanos após a ampliação das colonizações e das navegações como pescadores, canoieiros e marinheiros negros, escravos ou libertos”, nas caravelas como remadores. Devido às legislações marítimas portuguesas, muitos desses africanos eram empregados remunerados (SAUNDERS *apud* SILVA, 2001, p.66).

Com a presença dos portugueses no Brasil, na costa nordestina, regularmente após 1540, os homens que se recusaram a retornar para Portugal, tornaram-se pescadores. A partir dos relacionamentos desses com os grupos indígenas, por meio do escambo, surgiu a mescla cultural e a troca de artefatos, como, por exemplo, a utilização de anzóis de ferro pelos pescadores indígenas.

Relatos de viajantes europeus como Léry (1558), Gandavo (1570), utilizados por Silva (2001), igualmente demonstraram o interesse dos colonos pelas técnicas de navegação empregadas pelos indígenas, subindo a bordo de paus amarrados para pescar. Três ou quatro indígenas “utilizavam as mãos estendidas para coletar muitos mariscos e peixes”. Essa embarcação, denominada *piperis* pelos Tupis, passaria a ser chamada pelos europeus de Jangada.

A jangada possibilitaria, principalmente no nordeste brasileiro, deslocamentos seguros da costa marítima a alto-mar sem riscos com as pedras, bem como desenvolvimento da pesca nos rios e canais, locais em que as caravelas de grande porte jamais se arriscariam a adentrar. Outra situação consiste em que os transportes de grande porte eram específicos da navegação portuguesa, e não dos colonos que aqui estavam. Ao longo dos séculos a jangada foi sendo aperfeiçoada e sendo introduzida a vela, aumentando a velocidade e sua capacidade para distâncias maiores. Após, foi introduzido o remo, o banco de mestre e uma âncora (SILVA, 2001).

Além das influências materiais, ocorreram as trocas imateriais entre os portugueses e os grupos localizados no Brasil (identificadas na hagiologia), em que os artefatos construídos, bem como os territórios ocupados, passam a ter a nomenclatura e ser vinculados aos imaginários católicos representados pelos santos cristãos, tornados padroeiros dos pescadores, desde Portugal até os pescadores estabelecidos no Brasil (SILVA, 2001).

Com o tempo, o trabalho marítimo recaiu sobre os grupos indígenas cativos. Carijós, ao sul da capitania de São Vicente; Tupinambás, no Rio de Janeiro e costa do Nordeste; Tupiniquins, ao longo do litoral; Potiguar, no Rio Grande do Norte; Guaranis, ao Sul; entre outros (localizados ao longo do litoral brasileiro) foram - além dos

primeiros trabalhadores do mundo do açúcar - os pescadores, caçadores e agricultores das capitânicas das colônias.

Antes, para sua subsistência, agora como escravizados. Eram denominados “negros brasis”. Situação, alterada pela Lei de 30 de julho de 1609, que impediu definitivamente sua escravização. Porém, jamais o seu colapso. Todavia, missionários e colonos continuavam suas disputas pelo controle dos indígenas. Perdígão de Malheiros afirmou que “a proporção que diminuía os braços indígenas pelas atrocidades dos colonos e perseguições, clamavam sempre os mesmos colonos pelas necessidades de braços, sem os quais não podiam prosperar” (MALHEIROS *apud* MOREL, 1967, p.39), “só os deixando em sossego quando obtinham os braços africanos” (MOREL, 1967).

Aliás, outros grupos integrantes das “gentes do mar” em nosso país foram os africanos, ao longo dos séculos XVII ao XIX - procedentes da África Ocidental e da África Centro-Ocidental. Da primeira região vieram benguelas, cabinda, cassange, cabundá, rebole, angico, da segunda fanti, haussá, jejê, savanu, ardra etc., sobre estas duas grandes regiões como fornecedoras da mão-de-obra para os colonos no Brasil. Deve-se entender que, nesse período, ocorreu uma readequação do tráfico de africanos escravizados, pois outras nações, em específico a Holanda, passam a concorrer com Portugal no que tange aos domínios da costa africana (SILVA, 2001, p.56-58).

Para este estudo, apoiado em Gilroy (2003), muitas das técnicas marítimas dos africanos poderiam ter sido trocadas entre as suas etnias dentro do navio negreiro, no trajeto Atlântico da África para o Brasil, pois foram muitos os grupos que desembarcaram na costa brasileira, com experiências adquiridas em mares e rios daquele continente. Segundo Silva (2001, p.61), as etnias africanas tinham técnicas de pesca simples como armadilhas, redes e embarcações. Todavia, o historiador salienta que “agora convertidos em escravos, articulam esse arcabouço trazido aos conhecimentos, instrumentos e embarcações que indígenas e europeus interpuseram entre eles e os meios marítimos locais” (SILVA, 2001, p.61).

A instituição da escravidão era a tônica econômica do Brasil, neste período, jamais podendo ser diferente nos outros ofícios, inclusive, o marítimo. Acredita-se que das labutas destinadas aos negros, seu emprego na economia marítima local passou, em virtude das circunstâncias citadas, a ser mais um meio a predominar a sua mão de obra. Como citou Freyre: “a serviço da casa patriarcal tornaram-se jangadeiros...” (FREYRE *apud* SILVA, 2001, p.98).

O pescado era a principal fonte de alimentação dos grupos mais pobres do Nordeste, e principalmente dos africanos e negros escravizados. Esses comiam o “peixe seco salgado”, a semelhança do charque utilizado no Rio Grande do Sul, considerada a base da alimentação dos escravizados daquela e de outras regiões mais ao Sul do Brasil.

Existiram, em Pernambuco, quatro categorias de pescadores escravos: “pescador de rede”, “pescador de alto”, “camareiro” e “caranguejeiro”. Ao exemplo de Silva (2001), identifica-se esses grupos em uma única categoria, a de “pescador marítimo artesanal”. Ou seja: “é um sujeito histórico que utiliza seus conhecimentos, instrumentos e embarcações oriundos de um mundo social e histórico em que predominam as tradições oral e artesanal, tanto na condição de livres como de cativos” (SILVA, 2001, p.86-87). Destaca-se, nessa categoria, o “pescador de alto”, considerando que todos os outros tivessem uma técnica apurada, esse, em específico, utilizava a jangada para pescar em distâncias mais longas da costa, local mais propício aos cardumes. Geralmente, eram “homens mais velhos” o que lhes proporcionava “como ninguém os caminhos da liberdade” ou o seu protagonismo na busca pela liberdade.¹²⁰

Na realidade, desde a utilização dos barqueiros pelos portugueses no século XIII até os jangadeiros negros coloniais do século XIX, esses profissionais passaram a oferecer riscos aos seus empregadores escravocratas, justamente pela mobilidade marítima, condição interessante para ir mais além, em busca de sua liberdade. O que ocorreu, como será demonstrado, na ação dos jangadeiros cearenses em sua greve geral de 1881. Para elucidar, Ceará, Alagoas e Pernambuco, entre 1854 e 1860, foram províncias com o maior número de jangadas matriculadas na Marinha de Guerra (SILVA, 2001, p.97).

Outro grupo que mereceu destaque nesse universo foram os canoeiros, na grande maioria composto por negros. Livres e cativos organizados por meio de uma hierarquia militar própria com destacada influência social na província de Pernambuco, nos meios políticos e na comunidade negra, já que auxiliavam negros fugidos e os negociavam, esses homens participaram ativamente do desenvolvimento da região. Utilizavam-se de embarcações construídas com a utilização de uma única peça, as “canoas”, toco longo de madeira, feita a partir de tronco de árvore controlando-o com a utilização de um varão como remo. “Levava, cada uma, três a quatro pessoas, quando muito; vão de

¹²⁰ Ibidem.

joelhos e remam com um pau comprido, tendo na ponta uma pá alongada ou quadrada que permite orientar a navegação” (SILVA, 2001, p.135).

Os canoieiros foram muito utilizados em Pernambuco entre os séculos XVII e XVIII, nas seguintes situações: carregando pessoas e como condução de mercadorias em geral (materiais de construção e água potável para as populações do Recife). Eles eram úteis em uma região carente de ruas e estradas, sendo utilizados na travessia dos materiais e de água, colocadas dentro das canoas que navegavam nos rios Beberibe e Capibaribe.

Entre 1850 e 1870, aos poucos seus serviços foram declinando. Primeiro pela criação da Companhia de Beberibe que tinha a função de prover o abastecimento de água das cidades de Pernambuco; segundo pelo surgimento das ruas e das estradas na região, e em terceiro lugar pela inauguração dos serviços populares dos bondes puxados por burros: “era um veículo à espécie de vagões sobre rodas puxados por animais comportando cerca de vinte passageiros” (SILVA, 2001, p.145-153).

No Rio Grande do Sul, conforme Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Jr. (2010, p.38-39) os escravos marinheiros mantinham uma rede de solidariedade entre a população escrava. A atividade marítima era designada a escravos sem qualificação profissional, a presença dos negros em zonas portuárias de Porto Alegre e Rio Grande, devido as suas mobilidades, possibilitavam resistências e fugas.

De novo, quanto às influências religiosas, destacam-se as festas das “gentes do mar” do Brasil. Como vimos, motivadas pela influência católica advinda dos portugueses, sendo as manifestações de matriz africanas ou das africanidades oriundas das etnias do continente africano. Por isso, as confrarias religiosas eram comuns aos profissionais negros do mar, nascidos no Brasil, como a dedicada a “Nossa Senhora da Conceição dos Canoieiros” e outra a “Nossa Senhora do Rosário”. Todavia, “a escravidão nas colônias ibéricas, católicas, originou o afro-catolicismo, ponto de apoio fundamental para africanos e crioulos, livres ou cativos, presentes ao Novo Mundo” (SILVA, 2001, p.147-148). Nas festas, de maneira harmônica, conviviam rezas, batismos, missas e, possivelmente, as batidas dos tambores.

A utilização dos negros e pardos exercendo o ofício de pescador no ano de 1856, em três províncias brasileiras, mais adiante serão reveladores aos nossos propósitos analíticos em torno dos discursos proferidos por Carlos Santos, já que confirmam a grande maioria de negros nessa função. Luiz Geraldo Silva (2001), em consulta a documentos da Capitania dos Portos, identificou que dos 644 pescadores matriculados

em Pernambuco, 80,8% eram negros e pardos. Na Bahia, dos 3.863 pescadores matriculados, 68,5% eram negros e pardos e no Rio de Janeiro, dos 1.822 pescadores matriculados, 62% eram negros e pardos. Sujeitos pescadores livres e cativos.¹²¹

Antes de tratar, especificadamente, das assertivas dos pescadores e de seus atos reivindicativos no século XX, serão demonstradas outras ações históricas deliberadas pelos mareantes contra situações impostas pelo poder constituído. Nesse sentido, destaca-se o pescador e jangadeiro Francisco José do Nascimento, ovacionado pela imprensa e literatura carioca do final do século XIX como “Dragão do Mar”, considerado um dos responsáveis pela greve das embarcações no porto do Ceará em 1881, em que as jangadas utilizadas para acompanhar as grandes embarcações em suas entradas e saídas do porto marítimo, não mais transportariam escravos para as fazendas do sul do Brasil.

Nascimento nasceu no porto de Aracati, Ceará (1839-1914), filho do pescador Manoel do Nascimento e de Matilde Maria da Conceição. Desde pequeno, devido ao nome de sua mãe, Francisco era chamado de “Chico da Matilde” (MOREL, 1967, p.36). Trabalhador do mar, mantinha contato com pescadores e marinheiros de muitas regiões do Brasil, entre estes o negro Luiz, um dos passageiros da Barca “Laura Segunda”, conhecida por uma rebelião marítima, cuja embarcação era chefiada pelo negro Constantino.

Essa revolta ocorreu no mesmo ano de nascimento do “Chico da Matilde”, em 1839, porém, conhecida por meio da oralidade entre muitos pescadores da região. O negro Luiz teve contatos com Chico da Matilde, este já adolescente. Luiz, já em idade avançada, participou da rebelião da embarcação “Laura”.

“Na Laura viajavam marinheiros portugueses e tripulantes brasileiros, escravos. Eram ao todo 23 pessoas no navio do português Luiz Ferreira da Silva”. Após longa viagem passou a faltar mantimentos na embarcação, sendo permitida a distribuição de água e comida apenas aos tripulantes brancos; com isso, a fome e a sede maltratavam apenas os cativos negros. Constantino, a partir dessas condições, iniciou a tramar a sedição (MOREL, 1967, p.137-139).

Constantino, baiano, devia ser acostumado com as navegações. Provavelmente esse barco, “Laura Segunda”, estava realizando uma navegação de cabotagem, prática comum na época em virtude da comercialização de produtos pelo litoral brasileiro.

¹²¹ Ibidem.

Enviando mantimentos em caixas para a região do Ceará a viagem se alongou, contudo quando começaram a faltar os produtos para a sobrevivência dos tripulantes, os negros foram os primeiros a serem preteridos diante da escassez.

Constantino ordenou o massacre no dia 09 de julho de 1839, assumindo o controle da embarcação. São jogados ao mar o comandante Francisco Ferreira, dois marinheiros e um passageiro. O único branco que sobrevive é Bernardo, utilizado pelos rebeldes como manobrista da “Laura” ao longo do litoral. Ao descerem no porto de Aracati, os negros são recebidos à bala e presos pela polícia. Quanto ao branco Bernardo, pode ter sido baleado sendo confundido com um negro; ter sido morto pelos próprios negros, se apontado como o traidor do grupo; ou ter-se livrado em um sistema que amplamente o beneficiava. Quanto aos negros, ou foram enforcados em praça pública ou tiveram decretadas prisões perpétuas. Para Morel (1967), tal acontecimento foi decisivo no destino de Francisco José do Nascimento, influenciando sua escolha na luta pelas populações mais necessitadas.

Deve-se ter cuidado com a assertiva, porém, o que pode ficar nítido nessa situação é o entendimento desde cedo, por parte de Nascimento, das resistências das gentes do mar contra sua situação de exploração.

Observou-se que os laços de solidariedade entre as gentes do mar ocorreram constantemente ao longo da história escravista, pois, em consonância com Silva (2011) os auxílios dos canoieiros, identificados nos anúncios das fugas de escravos em Pernambuco, eram recorrentes.

Outros apoios se davam por meio das assistências dos marinheiros cativos nativos, utilizados na navegação de cabotagem, para as fugas de marujos. Na mesma embarcação, mas vindos do Sul, esses obtinham as informações necessárias para conhecimento das rotas por terra - que deveriam ser tomadas ao chegar nas cidades - e, assim, conseguindo fugir com mais facilidade, logo que desembarcassem das embarcações atracadas nos portos locais.

Essas fugas aconteciam regularmente, o que mudavam eram suas datas, ocorrendo apenas alguns dias após o navio atracar ou até meses. Dependendo a habilidade desses cativos fugidos, era obtido sucesso (SILVA, 2001, p192-193).

Edmar Morel (1967), por meio de entrevistas, impressos jornalísticos, diário íntimo do próprio Francisco José do Nascimento e documentos de família, teve como intenção, conforme registrado na introdução do livro “Dragão do Mar o jangadeiro da

Abolição” - publicado em 1949 - criar a figura do jangadeiro Francisco José do Nascimento como um “herói da plebe”.¹²²

Para Patrícia Pereira Xavier (2009), meta plenamente atingida na publicação já que Morel se esforçou para criar uma “áurea de luz” sobre o episódio da greve dos jangadeiros contra o embarque e desembarque de escravizados, bem como construiu por meio de sua narrativa cronológica e coerente, um “verdadeiro herói” em torno da figura do jangadeiro. Apelidado, agora, de “Dragão do Mar” e desde pequeno chamado de “Chico da Matilde”.

Em um período difícil para os escravizados e para toda sociedade cearense, devido às secas (1877-1880), os alimentos inflacionaram e com, isso, os preços dos cativos se desvalorizaram. A fome e a peste eram comuns a brancos e a negros do Ceará, todavia, aos escravizados a situação tornou-se insustentável já que passaram a ser trocados por comida, farinha e rapadura (TEÓFILO *apud* MOREL, 1967, p.78).

Nesse contexto, a escravidão passa a ser atacada já que a utilização de mão de obra escrava parece ser uma contradição em conjunto com a miséria de todos. Além disso, seguiam o comércio de escravos nos portos do Ceará, principalmente para as lavouras de outros estados como São Paulo. Surgem, no Ceará, para o combate a estas situações as sociedades abolicionistas, com destaque para a fundação da “Sociedade Cearense Libertadora” em dezembro de 1880. No ano de 1881, foi fundado o periódico da associação, denominado de “Libertador”, “tendo como lema: Ama o teu próximo como a ti mesmo - Jesus” (MOREL, 1967, p.89). Para Morel o jornal tinha uma literatura “evangélica”, contudo, enérgica contra a escravidão. Não somente nas letras, mas também em ações práticas, tais como a retirada de africanos das fazendas, o acolhimento de negros fugidos em propriedades abolicionistas e caravanas “anti-negreiras” em todo o nordeste, constituiu a tônica desse movimento. O que ocasionou perseguições aos seus membros (MOREL, 1967, p.92).

No dia 27 de janeiro de 1881, os “libertadores” resolvem trancar o porto de Fortaleza ao tráfico negreiro. Os navios “Espírito Santo” e “Pará” foram impedidos de transportar negros escravizados pelos jangadeiros, responsáveis pelo acompanhamento dos navios até o início das águas profundas. O primeiro líder do movimento grevista foi o pescador José Napoleão e depois Francisco José do Nascimento que, segundo Morel

¹²² Edmar Morel (1912-1989), jornalista, foi pesquisador de outro acontecimento marcante das “gentes do mar”: a revolta da chibata, que será aprofundada nesta tese por meio das homenagens de Carlos Santos a João Cândido, um dos líderes daquele levante.

(1967), influenciado pelos líderes da “Sociedade Cearense Libertadora” assume a liderança dos grevistas. Além da greve dos jangadeiros, os “libertadores” concomitantemente arrebatavam carruagens com escravos destinadas a esses navios, atracados no porto (MOREL, 1967, p.99-100).

Para Morel, os jangadeiros além de sua luta abolicionista deveriam ser exaltados em virtude de sua honra:

Relegados às mais miseráveis condições de vida, morando em palhoças, mal alimentados e doentes, recusam, não obstante, as somas vultosas que os senhores negreiros ofereciam para o porto do Ceará fosse reaberto ao tráfico do cativo (MOREL, 1967, p.105).

Francisco José do Nascimento foi eleito diretor da “Sociedade Cearense Libertadora”, e chefe dos jangadeiros. Sua esposa, Dona Joaquina Francisca do Nascimento, no mesmo período, em 18 de dezembro de 1882, entra para as fileiras das “Cearenses Libertadoras”, versão feminina do movimento. Existiam outros grupos abolicionistas que desejavam resolver o problema no âmbito legal, como o “Clube Abolicionista”. “Os libertadores queriam a extirpação do cancro social rápido, com ferro e brasa”. Nas palavras emocionadas narradas por Morel, a partir desse momento, surgiu um homem imbatível, envolvido cada vez mais nas lutas pela abolição, pois todo momento em que alguma embarcação lançava-se ao mar, lá estava Nascimento, pronto para o combate:

Homem de ação, todas as vezes que anuncia o embarque de cativos, Nascimento lança-se ao mar em sua tosca embarcação e acompanha a esteira branca do navio negreiro, até o canal, que se acaba na ponta do Mucuripe. Ninguém ousa embarcar mercadoria tão vil diante dos olhos daquela sentinela do oceano. E o porto, sob a vigilância, dia e noite, continua inviolável (MOREL, 1967, p.110).

Na narrativa de Morel, a partir dos acontecimentos desencadeados no nordeste brasileiro as demais províncias, como em um “sopro abolicionista” ou em um “vendaval da liberdade” passam a lutar cotidianamente contra o cativo. Amazonas, Paraíba, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outras regiões, fundam suas associações e centros abolicionistas (BAKOS, 1982). “O trono vê que o abolicionismo é uma avalanche. É um rio caudaloso, levando tudo de roldão. Artistas, militares, jornalistas, escritores, gentes de condição humildes engrossam as fileiras libertárias” (MOREL, 1967, p.119).

Indo ao encontro de nossos objetivos, encontram-se informações sobre a visita do abolicionista José do Patrocínio a Fortaleza, em 1883, para acompanhar os desdobramentos das ações dos jangadeiros e das associações locais contra a escravidão que teve como resultados centenas de alforrias, Carlos Santos era admirador confesso de José do Patrocínio, como se verificou anteriormente e será destacado mais adiante, inclusive sendo denominado por setores da imprensa sul-rio-grandense como José do Patrocínio do Rio Grande do Sul,¹²³ o que denota outra possível aproximação entre as assertivas de nosso trabalho identificadas no hibridismo discursivo de Carlos Santos sobre as questões dos pescadores, das “gentes do mar” e das demandas relacionadas à “identidade negra”.

José do Patrocínio foi jornalista e orador. Tinha como candente nas suas escritas a questão da abolição e da nacionalidade. Para Souza (2004), o dilema da escravidão preenchia uma dimensão importante no mundo das letras, pois era esse dilema, na crença de muitos intelectuais, que atava ou desatava o nó para a formação de uma identidade nacional e para o progresso do país. Marcos Teixeira Souza (2004) pesquisou o Patrocínio, literato.

Nascido em nove de Outubro de 1853, no norte fluminense, na cidade de Campos dos Goytacazes, José Carlos do Patrocínio, com sua vida e obra, tornou-se uma dos mais importantes figuras do século XIX no ideário de uma formação de uma identidade nacional brasileira livre da escravidão negra. Filho de um padre branco, João Carlos Monteiro, e de uma escrava negra, Justina do Espírito Santo, os quais respectivamente contavam 54 e 13 anos de idade, José do Patrocínio é fruto de uma relação propriamente inconveniente para a época e principalmente ilícita, devido à condição sacerdotal de seu pai, que não o reconheceu legalmente como filho, no entanto, mantém-no em sua casa e lhe dá semelhante tratamento de filho (SOUZA, 2011, p.5).

Segundo Souza (2011), José do Patrocínio viveu em uma situação intermediária, entre as problemáticas da cor e da classe social em um universo hierárquico e rural, o que marcou sua memória e, conseqüentemente, a sua trajetória de literato, refletida nas escritas de seus romances e demais artigos publicados nos jornais que atuou. Trabalhou na imprensa, nos periódicos: “Os Ferrões”, “Gazeta de Notícias”, “Gazeta da Tarde” e criou o seu próprio jornal “Cidade do Rio”, tendo oportunidade de publicar seus romances em virtude dos espaços propiciados.

Quanto aos seus romances, entre eles destacam-se o “Motta Coqueiro ou a pena de Morte”, em que Patrocínio abordou muitos acontecimentos por meio de seus

¹²³ Para verificar a admiração de Carlos Santos a José do Patrocínio Ver REVISTA DO GLOBO, nº 826, agosto de 1962, p.26-29; SANTOS, Carlos. *Sucata*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.

personagens, relacionando temas como escravidão, casos amorosos entre etnias diferentes, a condição intermediária e complexa do mestiço e os assassinatos decorrentes das conflituosas relações rurais, preconceito racial, mandonismo dos fazendeiros etc. Em consonância com Souza (2011), as impressões de uma escrita podem ser definidas entre: autor, memória pessoal e sua produção literária, em um dinamismo interpretativo, gerando em menor ou maior grau as memórias do autor em seu texto ficcional (SOUZA, 2011, p.8). Devido a isso, questões pessoais e sociais de Patrocínio, nessa perspectiva, possivelmente, estavam lado a lado em suas escritas.

Contudo, para Osvaldo Orico (1953), biógrafo de José do Patrocínio, ele era, antes de um romancista, um orador popular e jornalista de combate (ORICO, 1953, p.8 *apud* SOUZA, 2011, p. 209). Por isto era chamado de “Tigre da Abolição” (ALVES, 2009; MAGALHÃES, 1969; ORICO, 1953).

Foi, justamente, esse engajamento político, segundo Motta (2008), uma das causas do esquecimento do Patrocínio como jornalista, literato e romancista, tendo sua trajetória e sua memória reduzidas à sua atuação política.

Segundo Morel (1967, p.123), a partir de informações obtidas por entrevista realizada com Elvira Pinho, pessoa presente aos eventos da greve dos jangadeiros cearenses, José do Patrocínio, acompanhado de Alípio Teixeira, companheiros do jornal “Gazeta da Tarde”, adentram ao porto de Fortaleza a bordo do Vapor Ceará, com dezenas de jangadas os acompanhando; as pequenas navegações eram como símbolos da liberdade. À frente estava o jangadeiro Francisco José do Nascimento, que comboiaram o navio que transportava José do Patrocínio para desembarcar na ponte. Todavia, José do Patrocínio já conhecia o Ceará, antes dessa viagem, por ocasião de suas coberturas jornalísticas das secas na região, ocorrida em 1877.

Essa catástrofe motivou manifestações de Patrocínio no sentido de reconhecimento da “força do espírito da gente cearense” ante o enfrentamento daquela calamidade. Salienta-se que, neste momento, ele ainda não aderira à causa abolicionista, ao menos formalmente, o que viria a ocorrer alguns anos depois. Suas matérias sobre a seca, feitas com imagens fotográficas impressas no jornal, foram inovadoras para o jornalismo brasileiro (MOTTA, 2008, p.90). Contribuições silenciadas em virtude da “marca abolicionista” destinada à memória e a trajetória de Patrocínio. Porém, é essa versão de José do Patrocínio que, possivelmente, marcou Carlos Santos, que o denominava em seus discursos, como a maioria de seus admiradores políticos: “Tigre da Abolição”, ao invés dos outros tantos atributos que o abolicionista pudesse ter. Contudo,

entende-se que Carlos Santos, por ter sido jornalista, provavelmente tenha também conhecido as contribuições de Patrocínio para a imprensa nacional.

José do Patrocínio pensava diferente de outros líderes abolicionistas como Joaquim Nabuco e André Rebouças, monarquistas convictos, sendo veemente contra as diretrizes do poder Monárquico diante das lutas abolicionistas. Patrocínio denominava a família real de “penhor da escravidão”, insistindo na libertação dos escravizados por meio do parlamento ou até, se fosse preciso, do combate, insuflando as massas com sua reconhecida oratória.

Entretanto, a luta abolicionista ganhou espaço transformando Patrocínio em fã incondicional da Princesa Isabel, líder monarca. Decretada a abolição, José do Patrocínio acabou perseguido pelos militares da incipiente República, mesmo se convertendo em republicano. Para Souza (2006), esta mudança de posicionamento de Patrocínio teria sido premeditada, ocorrendo problemas de saúde e políticos após a abolição e a consequente promulgação da República:

Após a abolição, Patrocínio meramente sobreviveu à fama. Foi esquecido como paladino da abolição e não conseguiu engajar-se numa nova causa que lhe pudesse restituir, aos olhos do público, pelo menos um pouco do brilho passado. Converteu-se rapidamente à República, apenas para ser deportado para a Amazônia, por Floriano Peixoto, num episódio que lhe arruinou a saúde, e para apoiar, por puro oportunismo - em busca de apoio a seus projetos como jornalista - (SOUZA, 2006, p.42).

O orador da abolição faleceu no dia 29 de janeiro de 1905, no Rio de Janeiro, ao lado da esposa e do filho, pobre e doente, porém, mantendo a consciência ativa, já que praticamente morreu em busca de algum engajamento, escrevendo em suas últimas linhas sobre um tema cotidiano, à época: a criação da “Sociedade Protetora dos Animais” (ORICO *apud* MOREL, 1967, p.198).

Retornando ao Ceará e à luta pela abolição, Morel, por sua vez, reforça a versão abolicionista de Patrocínio, construindo uma imagem “memorialística” por meio de seu interlocutor, Elvira Pinho: “a multidão acompanhou o encontro do ‘Marechal Negro’ com o ‘Chico da Matilde’”. “A conversa entre ambos foi demorada, Patrocínio e Nascimento, tinham afinidades”. O primeiro usa barba e bastos bigodes. “O último bigode e cavanhaque, ambos são muitos altos, corpulentos, físico semelhante, com cabelos encaracolados”. Conforme Morel: “Um é gênio que arrasta multidões e faz estremecer os alicerces do regime, outro é, apenas, o ‘Chico da Matilde’, o bom amigo dos pescadores” (MOREL, 1967, p.124).

José do Patrocínio, desta vez, fielmente vinculado às lutas abolicionistas, fez visitas à região para participar dos eventos relacionados às libertações dos negros de algumas localidades do Ceará, ciente do “espírito combativo dos cearenses” por ocasião das secas citadas, e, agora, em especial a cidade de Acarape, primeira a libertar em “massa” negros escravizados, em torno de 116 cartas de alforrias simultaneamente. Após, muitos outros municípios libertam escravizados, conforme Morel: “José do Patrocínio e Francisco José do Nascimento estão presentes a tudo, lado a lado” (1967, p.126). Em 25 de março de 1884, a província do Ceará decreta a abolição da Escravidão.

José do Patrocínio, nesse momento, estava na França, e lá promoveu uma palestra sobre a libertação do Ceará, relatando em uma das passagens de sua fala a importância de Nascimento na luta contra a escravidão ao mesmo tempo em que reforça os atos “heroicos” do jangadeiro:

Francisco José do Nascimento foi encarregado de reunir os elementos da resistência. Era um jangadeiro e o seu prestígio era grande entre os marinheiros dessas pequenas embarcações da região, as jangadas, que percorrem o porto sempre batido pelos ventos... Não se pode ver os jangadeiros sem amá-los. Francisco José do Nascimento convocou os seus camaradas. O colosso de bronze lhes falou. Foi compreendido. Todos eles prestaram juramento: não seria mais transportado um só escravo nas suas embarcações (PATROCÍNIO *apud* MOREL, 1967, p.132).

Ou seja, o heroísmo histórico construído em torno da figura de Nascimento pode ter ocorrido por influência dos abolicionistas que convocaram um jangadeiro negro, figura de muita representatividade junto aos populares do nordeste, a liderar uma Sociedade Abolicionista. Inclusive, como explicou o próprio Morel: os abolicionistas da corte destacaram a visita e o desfile que o jangadeiro Francisco José do Nascimento fez ao Rio de Janeiro. Algo amplamente divulgado na imprensa da época. Tendo Nascimento visitado inúmeras redações da imprensa carioca, entre estas: “Jornal do Comércio”, “Revista Ilustrada” e “Gazeta da Tarde”, de José do Patrocínio, ausente - já que ainda continuava na França (MOREL, 1967, p.137-139). Nessas atividades é que o jangadeiro, tornando-se popular, ganha a alcunha de “Dragão do Mar”, segundo o diário do próprio Francisco José do Nascimento, dado por “um homem muito famoso, o Sr. Aluísio de Azevedo.”¹²⁴

¹²⁴ Aluísio Tancredo Belo Gonçalves de Azevedo (1857 -1913) foi renomado romancista, contista e cronista brasileiro. Autor de diversas obras de cunho crítico e social, dentre as quais cito: "O mulato" (1881), "Casa de pensão" (1884) e o "O cortiço". Era um naturalista, utilizava a influência do meio social

Consoante a essas informações, Morel asseverou que: “a popularidade do ‘Dragão do Mar’ serviu de pretexto para intensificar a campanha abolicionista” (MOREL, 1967, p.141-147). Após o cortejo cívico em homenagem ao “Dragão do Mar” - realizado no Rio de Janeiro, então capital federal - sua jangada, utilizada na greve dos jangadeiros do Ceará de 1881, denominada “Jangada da Liberdade” foi doada ao Museu Nacional da cidade. A atividade foi acompanhada por milhares de pessoas, provocando reações dos ainda escravagistas, inseguros com os rumos do final do cativo.

A jangada, que foi aceita no acervo do diretor do Museu, Sr. Ladislau Neto, diretor na época (perseguido pelos deputados do Império) acabou sendo retirada do museu e levada para um depósito da Marinha de Guerra, de onde desapareceu (MOREL, p. 146-147).

Salienta-se que o “Dragão do Mar” foi constantemente perseguido desde 1881 até o início da República, quando após a queda da Monarquia optou por ficar ao lado dos militares republicanos contra os antigos defensores da Monarquia e do abolicionismo, incluindo o antes amigo José do Patrocínio, agora perseguido pelos militares liderados por Marechal Deodoro, de quem o “Dragão do Mar” se tornaria aliado. Todavia, lembra-se do orgulho destes homens a servir o Brasil, já que tinham o pertencimento marítimo-militar de defesa da nação. Neste sentido, pode até ser que Nascimento tenha considerado honrosa a ida de sua jangada para a Marinha de Guerra.¹²⁵

Não serão aprofundados nesta tese os debates sobre as ideias políticas em torno das preferências políticas de Francisco José do Nascimento, mas sim diferentemente de Morel, que não interpretou esta situação. Apontar como a trajetória do “Dragão do Mar” - mediante análises mais aprofundadas, o que não é o caso deste trabalho - pode ser promissor para o entendimento de como as pessoas comuns ao invés dos partidos políticos, intelectuais renomados ou membros dos círculos militares vislumbravam sobre a república a ser adotada após o abolicionismo e a queda da Monarquia.¹²⁶

e da hereditariedade em seus personagens. Foi diplomata pelo Brasil em vários países, falecendo na cidade de Buenos Aires, Argentina.

¹²⁵ Desde 1846, ocorreu a criação dos tributos de pesca. Tempos depois com a criação das Capitânicas dos Portos surgem os recrutamentos dos indivíduos para a Marinha. Além das listas passaram a existir a obtenção de voluntários e menores, principalmente para a Companhia de Aprendizes Marinheiros. Para Silva em tempos de guerra eram os pescadores e marinheiros matriculados nas capitânicas que pagavam “impostos de sangue” ao servir de mão de obra para as tripulações das armadas. Ver SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Papirus: Campinas, 2001, p.219-225.

¹²⁶ Sobre os debates em torno da República que seria adotada no Brasil, Ver CARVALHO, Murilo. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Para Xavier (2009, p. 07), analisando as narrativas de Morel, “o aspecto físico, e as características psicológicas são reforçados pelo jangadeiro religioso, sua devoção a Nossa Senhora dos Navegantes e as constantes novenas promovidas por ele, dão ainda mais credibilidade a figura do jangadeiro”. Outro fator que se considera como importante, na construção da figura do “herói da plebe” por Morel, pode estar relacionado ao contexto de sua narrativa pós-estado novo, populista e no início da ditadura civil-militar. Pois, já no livro “Vendaval da Liberdade”, de 1967, constituído pelos aprofundamentos do livro “Dragão do Mar o jangadeiro da Abolição”, de 1949, o autor, além de reforçar o heroísmo de Nascimento, no decorrer da narrativa, critica duramente a ditadura do Mal. Floriano Peixoto, no início da República, algo que não viveu, comparando à ditadura civil-militar dos anos 1960 que Morel sentiu, pois, segundo suas palavras: “a ditadura que se implanta no Brasil é uma estupidez sem limites” (1967, p.180).

Seria a construção do “herói da plebe”, a partir das escritas de Edmar Morel, na figura de um jangadeiro uma resposta direta aos heróis oficiais construídos pelas Forças Armadas? Ressaltam-se as dificuldades do jornalista na época da ditadura civil-militar brasileira, inclusive sendo perseguido por suas publicações em torno de outro acontecimento: a revolta da chibata, que na época estava completando 50 anos (MOREL, 1963).

2.2.3 A economia da pesca e o protagonismo social dos pescadores na sua luta por direitos trabalhistas: de Fortaleza a Porto Alegre

Antes de desenvolver este tópico, convém evidenciar as mudanças que vinham se acentuando em relação à tradição da vida dos pescadores ocasionadas a partir da modernização instituída pela Marinha desde meados do século XIX, em que além do recrutamento de pescadores para a guerra, incentivou a formação de companhias de pesca bem como a transformação das tradicionais formas de produção dos pescadores marítimos em favor da indústria pesqueira moderna.

Até o tempo dos pescadores, baseado na natureza, passou a ser controlado pelo Estado, por meio da hora pautada nos dias de pesca, sujeito a multas se o trabalhador permanecesse de folga. Além de controlar os pescadores, as leis publicadas em 1855 e 1856 tratavam de temas comerciais e políticos que mudavam substancialmente as relações da pesca, como impostos e multas sobre a venda de peixes e as formas de

recrutamento para o serviço militar. Contudo, mesmo com essas pressões, suas formas culturais resistiram (SILVA, 2001), pois, o bote ou a jangada, a marcação, a mestrança, o suporte as necessidades da família, a solidariedade, todos termos caros aos povos do mar consubstanciados à luta pelos seus direitos materiais no contexto de modernização, passa a compor o repertório destes sujeitos.

Delimitando, neste instante à questão da pesca, na conjuntura econômica do Brasil entre o Estado Novo, a abertura política e à concorrência internacional, a postura nacionalista do governo Vargas nem sempre será suficientemente forte para impedir a crescente presença de capitais externos em setores importantes de nossa economia, assegura Brum (1994), já que em 1919 instalaram-se no Rio Grande do Sul, por exemplo, grandes frigoríficos estrangeiros - *Anglo, Armour, Swift* - que liquidaram em pouco tempo com a tradicional indústria local do charque. Vargas, contudo, em outros setores consegue êxitos, tais como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a usina de Volta Redonda, no ano de 1941, a declaração do monopólio estatal do petróleo e a fundação da Petrobrás, por meio da lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953. (BRUM, 1984, p.56-58). Sobre os discursos dos políticos trabalhistas, os discursos de Getúlio Vargas (1882-1954), Leonel Brizola (1922-2004) e Carlos Santos (1904-1989) são coerentes com as bases ideológicas de seu partido político: o PTB. Em suas linhas de atuação, esse partido mantinha seus líderes carismáticos próximos às massas, que viam neles a possível mediação para reivindicar a melhora de sua condição.

Segundo Márcia Santos (2009), em 1941 ocorreu uma luta de certo grupo de jangadeiros, os quais realizaram uma viagem saindo com a pequena jangada “São Pedro”, de Fortaleza - capital do Ceará - rumo ao Rio de Janeiro, na ocasião a capital federal. Os jangadeiros Raimundo Lima “Tatá”, Jerônimo, Manoel Preto e Manuel “Jacaré” partiram no dia 14 de setembro de 1941 para a “cidade maravilhosa”. Essa viagem acabou por questionar também a ação das instituições autoritárias e coercitivas que controlavam a atividade pesqueira no litoral fortalezense.

Eles realizaram um longo percurso através do litoral brasileiro, a fim de exigir e assegurar do governo de Getúlio Vargas direitos trabalhistas para a categoria e autonomia do grupo sobre a direção da Colônia de Pesca localizada na região, agindo como um movimento social já que os “movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (GOHN, 2011, p.336), nitidamente vinculada aos seus direitos.

Em sua pesquisa, Márcia Santos (2009) buscou analisar, por meio das fontes impressas e cinematográficas, a atuação política dos jangadeiros durante a viagem, a partir da reconstituição, realizada meses depois, por meio de uma produção cinematográfica intitulada *It's All True*, do diretor norte-americano Orson Welles (1915-1985). A serviço da política da boa vizinhança, em prática entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, o diretor veio ao Brasil registrar o Carnaval do Rio de Janeiro e a vida dos jangadeiros.

Márcia Santos (2009) destacou o protagonismo social dos pescadores que não se faziam meros trabalhadores, “cooptados e manipulados” pelo Estado, mas que aliaram os seus saberes e as dificuldades do “mundo do trabalho” em torno da pesca artesanal, para revelar um cotidiano nada bucólico e naturalista, como fora tão propagado pela imprensa e pelos órgãos oficiais na época. A autora explica que nos jornais do período pouco se narrava sobre as cobranças trabalhistas e reivindicativas de classe ou direitos trabalhistas. Preocupava-se apenas em narrar o “feito heroico” de quatro homens que enfrentaram os “mares bravios”, para encontrarem o presidente.

No entanto, os jangadeiros assumiram o discurso dominante, ou seja, a necessidade de ir até o presidente e ter os direitos garantidos, porém, visando à institucionalização de suas reivindicações. Por outro lado, continua a historiadora, os jangadeiros, na concepção do governo, serviram para o propósito do estado, já que eram o exemplo de trabalhadores que recorriam ao chefe da nação para expor dificuldades e apontar saídas para seus problemas por meio de negociação.

O episódio da viagem dos jangadeiros não foi passível de represálias por parte do governo, pois se tratava da história de “heróis nacionais” que deveriam ser reverenciados por Getúlio Vargas e vistos como exemplos de trabalhadores “produtivos e ordeiros” (SANTOS, 2009, p.339-341). Nesse sentido, alojam-se na fissura do sistema (FORTE, 2004), negociando as suas demandas direto com o presidente.

Segundo Márcia Santos:

Entretanto, o objetivo do *raid* de 1941, não foi reproduzir uma visão de heróis que saíram de suas cabanas para libertar o povo cearense da fome e do sofrimento. Os jangadeiros pretendiam requerer a inclusão de direitos sociais à sua categoria, para garantirem o amparo da lei trabalhista, além de protestar contra as entidades de classe local que não lutavam para a obtenção de direitos. Afinal, se o Estado amparava os trabalhadores, eles se utilizaram da viagem como estratégia para cobrar do Estado à justiça que as instituições garantiam praticar de acordo com as leis trabalhistas (SANTOS, 2009, p.341).

Os pescadores reivindicavam: “a inclusão de seus direitos sociais, o reconhecimento de sua categoria socioprofissional e a prática das leis trabalhistas”.

Edmar Morel (1912-1989), sujeito ativo nos registros das ações das “gentes do mar”, foi o jornalista responsável em acompanhar os quatro homens, noticiando os acontecimentos do percurso da viagem nas filmagens. Ressalta-se que foi neste período que o jornalista pesquisou sobre o jangadeiro Francisco José do Nascimento.

Além de acompanhar Orson Welles no Brasil, Morel era o responsável pela realização da pesquisa sobre a vida dos jangadeiros de 1941, na capital cearense. Ainda segundo Santos (2009), Morel fez um apelo no jornal “O Povo”¹²⁷ a fim de reunir documentação. A publicação de seu apelo foi para que os cearenses apoiassem a missão de recolher informações acerca da viagem dos jangadeiros que carregavam consigo a nostalgia em torno de uma Fortaleza “heroica”.

Essa evocação foi feita através do nome do conhecido líder abolicionista Francisco Nascimento: o Dragão do Mar - personagem popular que lutou contra a escravidão no Ceará no final do século XIX e que teve a sua imagem apropriada como símbolo da liberdade no estado.¹²⁸

Em outro momento, Márcia Santos salientou que o filme, apesar de ter como motivador político as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, manifestou nos jornais as preocupações com a situação de vida dos pescadores.

As filmagens realizadas por Welles na cidade de Fortaleza, durante a década de 1940, privilegiaram o enquadramento de um cenário natural. O mar, as dunas, os peixes e o trabalho em grupo ressaltavam uma relação idealizada entre a natureza e os homens, em comunidade, num clima de total solidariedade (SANTOS, 2009, p.344).

A solidariedade e o coletivismo possibilitou o protagonismo social dos jangadeiros que, por intermédio de sua ação, foram em busca da institucionalização de suas demandas, sendo reconhecidos, em virtude da filmagem realizada pelos norte-americanos, internacionalmente. A façanha desses pescadores, passado meio século, surpreende a nossa imaginação, já que ficaram 61 dias e 2.500 km em alto mar,

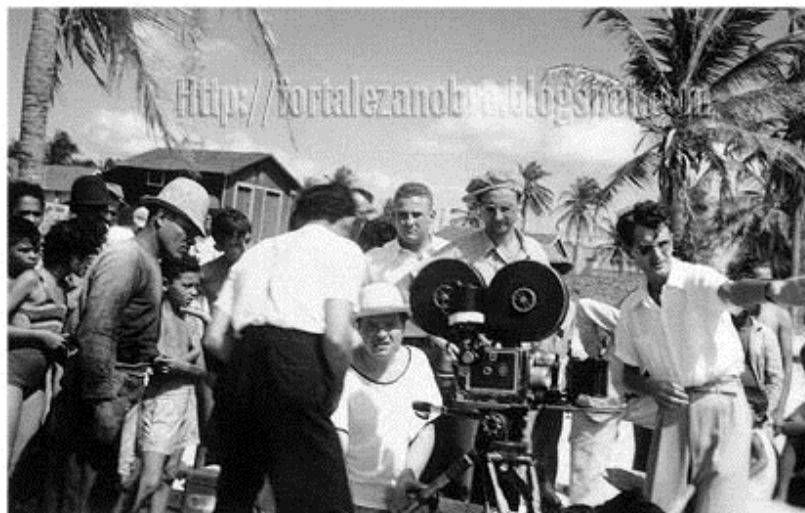
¹²⁷ “O Povo” 09 de março de 1942, capa.

¹²⁸ “Dragão do Mar” seria novamente a alcunha utilizada para rememorar outro líder, desta vez ao invés de jangadeiro, essa alusão passaria a ser ao marinheiro, João Cândido, líder da revolta da chibata, eternizado na música popular na voz de Elis Regina, em canção composta por Adir Blanc e João Bosco, nos finais dos anos de 1960 (BLANC; BOSCO, 1968). Retornando ao filme de Welles de 1942, o mesmo ficou inacabado.

certamente com ventos e tempestades, o que fazia da embarcação algo difícil de manejar. Mas, eles conseguiram suportar um desafio raro na história de nosso país, já que na época a tecnologia era comparada com a atualidade, praticamente, ínfima.

O conhecimento desses pescadores era tradicional, empírico; um conhecimento de quem aprendeu com seus antecessores, igualmente pescadores, a reprodução dos meios para a sua sobrevivência. Certamente por isso, e também pelo impacto da aventura, em 1993 o filme virou um documentário, recebendo, nos Estados Unidos: prêmio de melhor documentário da Associação de Críticos de Filmes de Los Angeles – *LAFCA – USA – 1993*; prêmio da Associação Nacional de Críticos - *NSFC – USA – 1994* e o prêmio *Golden Satellite – USA – 2005*, de Melhor Documentário em DVD.

Imagem 3 – Filmagem de Orson Welles em Fortaleza/ Brasil



Fonte: <http://fortalezanobre.blogspot.com.br/2011/10/saga-dos-jangadeiros-do-mucuripe.html>. Acesso 16 out. 2012.

Orson Welles (1915-1985)

Segundo Berenice Abreu Neves (2011), a respeito das reivindicações dos pescadores, Jacaré foi líder desde quando assumiu a direção da Colônia de Pesca Z-1 da Praia de Iracema, no Ceará, em 1939. Ao procurar a professora da Colônia, revelou seu sonho de ir até a Capital Federal falar com o presidente, o que deu início à elaboração desse audacioso projeto de aventura e cobrança pública ao Rio de Janeiro.

A revelação do sonho tem um sentido para o jangadeiro que precisou da professora que o ensinou a ler e a escrever, condição, para ele, necessária para aquela ação. Junto ao companheiro Tatá, mais antigo naquela comunidade pesqueira, agrega

outros companheiros, mobiliza os “amigos graúdos”, acionando a rede paternalista que o envolvia, recorre aos jornalistas e autoridades civis e religiosas e partindo para “pedir direitos”. Salienta-se que Jacaré assume a presidência da Colônia Z-1 quando cerca de 100 jangadeiros vão aos jornais reclamar da lei municipal que fixava certos pontos para a venda do pescado. Para Neves, “existia um campo de possibilidades, os trabalhadores se enxergavam referidos no discurso do Estado Novo de Vargas e sentiam-se “autorizados” a empreender seus protestos e demandas” (NEVES, 2011, p.03).

Manuel Olimpio Meira, conhecido como Jacaré, morreu nas águas da Guanabara, em 19 de maio de 1942. Segundo publicação de “O Estado”, de 18 de junho de 1942, nas palavras do diretor Welles após o falecimento do jangadeiro: “era inquestionável a bravura e o exemplo de Jacaré em alto mar. Líder da viagem e da Colônia de pescadores, um legítimo descendente do “Dragão do Mar”, cujo trabalho admirável é (*sic*) tão bem apreciado por mim”.¹²⁹

Imagem 4 – Jangadeiro Jacaré



Jacaré: jangadeiro falecido em 19 de maio de 1942 quando gravava para Welles.

Fonte: <http://cearanordeste.blogspot.com.br/2011/07/jornada-dos-jangadeiros-cearenses.html>. Acesso 16 out. 2012.

¹²⁹ Welles relacionou a figura de Jacaré como a de descendente do “Dragão do Mar”, estirpe de Chico da Matilde.

A jangada São Pedro viajou 61 dias até a capital federal, os quais Jacaré registrou nas *escritas de si* (GOMES, 2004) em seu Diário de Bordo.¹³⁰ Márcia Santos criticou a postura dos jornais da época, sensacionalistas em sua grande maioria, sem destaques às reivindicações dos jangadeiros que viviam entre as contradições econômicas e sociais da Colônia Z-1, localizada na praia de Iracema e colônia Z-2, de Macuripe. Segundo a historiadora, se as condições sociais na década de 1940 fossem as ideais, ou seja, de uma comunidade vivendo em harmonia, aqueles homens não teriam ido reivindicar seus direitos trabalhistas e denunciar a maneira como se dava a divisão do pescado no litoral do Ceará. É nesse contexto que os bravos jangadeiros lançaram-se ao mar, para lutar por melhorias sociais, para continuarem a trabalhar no mar, sua principal fonte de recursos (SANTOS, 2009, p.342-347).

Edmar Morel, que escreveu diversos artigos registrando a saga dos quatro jangadeiros pelo litoral brasileiro, em 1941, em seu livro *Histórias de um repórter*, transcreveu um trecho de um diálogo entre Jacaré e o presidente:

Getúlio perguntou:

- Por que fizeram tão audaciosa proeza? Como vai a vida dos jangadeiros?

Jacaré falou pelos 35 mil pescadores que viviam no mais completo abandono:

- Estamos na mais negra desgraça. Não temos nada, nem mesmo o Instituto dos Marítimos nos ajuda. Moramos em palhoça, os meninos não estudam e o nosso divertimento é fazer filhos.

- Quantos você tem?

- Só onze.

- Voltem tranquilos. O governo saberá ampará-los e dar-lhes justiça.

(MOREL, 1941 *apud* SANTOS, 2009)

Imagem 5 – Líder Jangadeiro Jacaré sendo recebido por Getúlio Vargas

¹³⁰ O diário de bordo está atualmente no Museu do Ceará, em Fortaleza.



Getúlio Vargas cumprimenta Jacaré, noutra cena do mesmo cinejornal oficial.

<http://www.google.com/imgres?q=OS+JANGADEIROS+CEARENSES+DE+1941&hl=>>. Acesso 12 out. 2012.

Nas leituras feitas sobre a pesca, identifica-se a importância da família na reprodução social desse setor. Os 11 filhos de jacaré confirmam a coletividade familiar na economia da pesca.¹³¹

Neves (2011) assevera que, como resultado da viagem, ocorreram ganhos simbólicos aos pescadores, em um primeiro momento, pois, simbolicamente, foram recepcionados pelo chefe maior do Brasil. Os ganhos materiais vieram com a incorporação da seguridade social a esses trabalhadores. Para a historiadora:

Acredito, como Ângela de Castro Gomes, que esses ganhos simbólicos formam o elemento integrador daquilo que essa autora chamou de “pacto trabalhista”. Penso que isso se aplica ao caso dos jangadeiros da *São Pedro* e, como veremos, continua funcionando como elemento impulsionador e legitimador das viagens com fins reivindicatórios, ocorridas na década de 1950. Refiro-me ao ganho simbólico da reciprocidade – ser recebido pelo Presidente, falar e denunciar, que acabou por sustentar a confiança no Estado, como uma via capaz de amparar os trabalhadores, estimulando novas investidas reivindicatórias, realizadas através da viagem e do contato direto. No caso dos pescadores da *São Pedro*, esses ganhos simbólicos se combinaram com a “promessa” dos ganhos materiais, vislumbrados com a

¹³¹ Para a socióloga VALENCIO, Norma (2011,p.5-6). “A solidariedade familiar e extrafamiliar está presente, na comunidade de pescadores artesanais, seja para compartilhar a feitura dos meios de produção, seja para a execução da atividade de trabalho”. Para o geógrafo DA SILVA, Anelino (2009, p.122): “a familiaridade faz parte da tradição cultural dos pescadores”. Ver VALENCIO, Norma. A pesca artesanal como identidade: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural. <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/27-GT-Norma-Felicidade-L-S-Valencio.pdf>> Acesso 15 out 2012; DA SILVA, Anelino. Pesca artesanal e seu significado cultural. Goiânia: Ateliê Geográfico: UFG – IESA, p.119-136. <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/6259>>. Acesso 13 out. 2012.

assinatura do decreto incorporando-os no importante Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (GRIFO NOSSO).

A institucionalização do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM) era uma constante reivindicação dos mediadores políticos e dos próprios pescadores.

Dez anos mais tarde, em 1951, novamente o grupo de pescadores saiu do Ceará para reivindicar melhorias nas suas condições sociais. A bordo da Nossa Senhora da Assunção estavam o mesmo mestre Jerônimo (com 52 anos), o sexagenário Raimundo Correia Lima, o Tatá (com 62 anos), e Manuel Pereira da Silva, o Manuel Preto (com 49 anos), antigos companheiros do falecido Jacaré, que fizeram com ele a viagem até a capital da República, a bordo da jangada São Pedro, em 1941. Mais dois “Manuéis” vieram juntar-se aos veteranos: eram os pescadores Manuel Lopes Martins (59 anos) e o sobrinho de Mestre Jerônimo e mais novo do grupo, Manuel Batista Pereira (com 30 anos) (NEVES, 2011, p.01). A primeira viagem foi no contexto do Estado Novo. Agora, Getúlio Vargas estava no poder, em um regime democrático e eleito pelo voto dos brasileiros, com expressiva votação entre os trabalhadores.

Câmara Cascudo informa que, nos anos 1950, está acontecendo a substituição da velha jangada de paus pela jangada de tábuas, que acrescenta à antiga estrutura um pequeno convés, entretanto, os jangadeiros ainda preferem a antiga e é uma dessas que lhes servirá de transporte (NEVES, 2011, p.01).

Conforme Berenice Abreu de Castro Neves (2011), em outubro de 1951, os cinco tripulantes da jangada “Nossa Senhora da Assunção” partem rumo a Porto Alegre, levando na bagagem, além dos apetrechos necessários à tão longa e arriscada travessia, memoriais contendo as reivindicações da classe. Mas, como disse Mestre Jerônimo a um jornalista, não iam pedir nada de novo, apenas cobrar o cumprimento das promessas feitas. A autora destaca que a criação do IAPM¹³² foi ineficaz: “em decorrência da parcial subordinação desses trabalhadores aos proprietários dos meios de produção, em especial a jangada, não era possível contribuir com o sistema previdenciário e dele obter benefícios sociais” (NEVES, 2011, p.05).

Conforme a Revista do Globo, de Porto Alegre, publicada em março de 1952, os pescadores levaram “127 dias para chegar ao Rio Grande do Sul e percorreram quatro

¹³² Os Institutos de Aposentadoria e Pensões surgiram como as Caixas de Aposentadoria e Pensões, em janeiro de 1923. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos – foi fundado em junho de 1933. No *raid* de 1941 foi cobrada a sua institucionalização, que passados dez anos, em 1951, ainda não tinha sido institucionalizado.

mil quilômetros, de jangada, trazendo de Fortaleza (CE) os quatro pescadores”.¹³³ Os pescadores foram recebidos com festa pela população porto alegreense, sendo a jangada deixada no Museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre para exposição.¹³⁴

Imagem 6 e 7 – Populares porto-alegrenses recebendo as jangadeiros cearenses



Fonte: Revista do Globo: fascículo 556. 15 de março de 1952, p.34-37.

Além do povo, na cidade, os pescadores foram recebidos pelo governador Ernesto Dorneles (1897-1964) do PTB e pelo prefeito Ildo Meneguetti (1895-1980), também do PTB (GLOBO, 1952, p.36).

A jangada, visualizada na imagem à direita - “Nossa Senhora de Assunção”, assim como a “Jangada da Liberdade” - de Francisco José do Nascimento, foi doada ao Museu Nacional em 1884, também foi ofertada à instituição museológica.

Os pescadores cearenses, em Porto Alegre, doaram ou venderam ao governador sul-rio-grandense a embarcação, repassada pelo chefe sul-rio-grandense ao Museu estadual Júlio de Castilhos. Além dela, foram oferecidos os remos, as camisetas dos jangadeiros e os chapéus de palha utilizados por eles na incursão.¹³⁵ Contudo, se a jangada do “Dragão do Mar” encontrou resistências das pessoas contrárias à abolição na capital do Império, chegando a ser extraviada de dentro do Museu Nacional pela Marinha de Guerra, como apontou Morel (1967), a “Jangada Nossa Senhora de

¹³³ Na documentação localizada no Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, encontrou-se mais um jangadeiro, de nome: João Batista Pereira, totalizando em cinco (5) ao invés de quatro (4) o número de pescadores a bordo da jangada.

¹³⁴ Revista do Globo, Porto Alegre, março de 1952.

¹³⁵ Em documento localizado no Museu Júlio de Castilhos o material foi doado. Entretanto, conforme informação da Revista do Globo: “O governo do Estado adquiriu a Jangada por duzentos mil cruzeiros para anexá-la ao patrimônio do Museu Júlio de Castilhos. Populares puseram-se a tirar lasquinhas da jangada, - lembranças – e foi preciso postar ao seu lado dois guardas a fim de impedir que ao seu final só sobrasse a vela (...)”. REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, 18/02/1952, p.10.

Assunção” foi aceita com orgulho pelos governantes trabalhistas do Rio Grande do Sul. A jangada, conforme documento do museu: “(...) foi incinerada, pois sofreu a ação do tempo, ao ficar exposta no pátio do Museu”. Vítima, mais da falta de uma política de manutenção de acervos do que de uma perseguição ideológica.¹³⁶

Aos aspectos políticos, a viagem a Porto Alegre era justificada pela necessidade dos pescadores em se tornarem agentes do processo de melhorias materiais em suas condições, visto que os responsáveis pelas Delegacias de Pesca do Ceará estavam distantes das demandas cotidianas dos pescadores.

Entre as reivindicações estavam: “a retirada do atual titular da Delegacia de Caça e Pesca no estado, e autorização para que os pescadores pudessem, eles próprios, fiscalizar a movimentação financeira das colônias”. O pescador, em entrevista ao *Jornal Unitário de Fortaleza*, disse:

O que queremos é que melhores condições de vida, tantas vez prometidas, nos sejam dadas. (...) Somos obrigados a ser heróis (...) desde uma vez que nossa vida nos obriga continuamente a ser heróicos. Nosso *raid* ao Rio Grande do Sul será apenas para cobrar as promessas feitas, e essa cobrança só poderá ser feita de corpo presente, como vamos fazer (...) Nada temos. O pescador do NE vive como Deus é servido, sem amparo, sem assistência de qualquer de qualquer espécie. A jangada é sua única riqueza. (...) O Ministro da Agricultura mandou ao NE um técnico desses ensacados, que nada entendem do assunto, e vivem a atrapalhar os jangadeiros. O jangadeiro, no entanto, não perdeu esperança no presidente da República (*Jornal Unitário 03* de janeiro de 1952 *apud* NEVES, 2011) (GRIFO NOSSO).

As reclamações dos jangadeiros visavam à institucionalização de suas demandas, já que, além das promessas do poder público, existiam as leis fundadas, a exemplo do IAPM que vimos. Conforme acusam as passagens enunciadas do discurso acima: “O que queremos é que melhores condições de vida, tantas vez prometidas, nos sejam dadas...”, “(...) Nosso *raid*¹³⁷ ao Rio Grande do Sul será apenas para cobrar as promessas feitas (...) O pescador do NE vive como Deus é servido, sem amparo, sem assistência (...)”. E a reclamação mais comum era que: “os técnicos coordenadores das Delegacias da Pesca de fato entendessem do assunto da pesca”.

¹³⁶ Livro Tombo 1505, inventário 03. Museu Julio de Castilhos. “Descrição de conteúdo: A jangada Nossa Senhora da Assunção partiu da Praia do Meireles, em Fortaleza, Ceará, em outubro de 1951, e chegou à Praia de Belas, em Porto Alegre, RS, em fevereiro de 1952, percorrendo 5.000 km. A tripulação era formada pelo comandante Mestre Jerônimo André de Souza, Raimundo C. de Lima (Tatá), Manoel da Silva (Mané Preto), João Batista Pereira (Trinta e Um) e Manoel Frade. nas etapas finais tomou parte o jornalista Vinícius Lima. *Raid* realizado pelo Sr. Stênio de Azevedo, redator do “Correio do Ceará”, sob o patrocínio de “O Globo”, RJ. A jangada e a indumentária dos jangadeiros foi entregue ao Museu Julio de Castilhos por Ildo Meneguetti, prefeito de Porto Alegre, na qualidade de Presidente da Comissão Promotora de Homenagens aos Jangadeiros Nordestinos. Fevereiro de 1952.

¹³⁷ *Raid* ou Incursão ao mar

A historiadora retrata a facilidade com que os pescadores eram recebidos por Getúlio Vargas após as viagens: “Interessante observar a facilidade com que esses trabalhadores são recebidos pelo presidente, prática coerente com o personalismo de Vargas e com o trabalhismo” e denuncia: “era mais fácil falar com Vargas do que com o Ministro da Agricultura, Sr. Pinto Bandeira”. Ainda segundo Berenice Neves:

Se, no contexto de 1941, Vargas e sua equipe receberam os jangadeiros em uma audiência pública, ocasião em que mandou abrir os portões de sua residência oficial, o Palácio Guanabara, em dezembro de 1951, encontrou os jangadeiros em uma audiência privada. (NEVES, 2011, p.08-09).

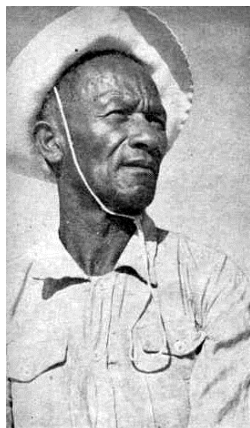
De volta ao Ceará, os tripulantes da “Nossa Senhora da Assunção” se envolveram com a criação do Sindicato dos Pescadores do Ceará, uma das ações do Estado resultante do acerto de contas por ocasião da viagem.

Em outra solicitação, o presidente substituiu o titular da Delegacia de Caça e Pesca no Estado, não por um pescador, mas por Stênio Azevedo, um velho amigo dos pescadores, um “amigo graúdo”, como ressaltou Neves. Também acompanharam a execução do “plano completo de amparo aos pescadores e regulamentação das respectivas profissões”, que previa, além da sindicalização, o fornecimento de jangadas aos pescadores. Tal plano deveria beneficiar Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Quais os motivos da viagem ao Rio Grande do Sul?

A escolha do roteiro Fortaleza-Rio Grande do Sul pode ser entendida como representativa da ação de reverência, era uma homenagem ao velho amigo dos pescadores, que queriam conhecer e tocar a terra do Presidente. Nesse sentido, participaram de um churrasco na Fazenda Itu, de propriedade do Presidente, e declararam aos jornalistas a disposição de ir até São Borja. Mas não deixaram que suas ações, a viagem arriscada, fosse valorizada apenas do ponto de vista do feito esportivo. Em várias ocasiões, Jerônimo tomava para si a palavra e ressaltava os fins políticos que os moviam. A vida os obrigava a ser herói, como revelou, mas o que queriam mesmo eram melhores condições de vida para a classe (NEVES, 2011, p.10-11)

Imagem 8 – Mestre Jerônimo



Fonte: Revista do Globo: Porto Alegre, 1952. p.35.
Jerônimo esteve na viagem de 1941 com Jacaré. No ano de 1951, ele era o principal líder da reivindicação.

Outra situação interessante é a mudança na tratativa do tema pela própria imprensa escrita, pois, em 1941, por ocasião da primeira viagem, os jornais pouco retratavam as reivindicações dos pescadores, conforme observado no artigo de Márcia Santos (2011). Contudo, “no começo da década de 1950, a imprensa se mostra sensível à causa dos populares, colocando-se como amplificador de suas demandas”.

Os jangadeiros recorrem, com frequência, como observa Berenice Neves (2011), “a essa via e as viagens não teriam sentido sem a visibilidade proporcionada pelas matérias estampadas nas folhas de jornal de todo o país”. Tal transformação identifica-se na mudança política do Estado Novo para o período das negociações trabalhistas, provocadoras de tensões que possibilitam que outros discursos sejam escutados.

Outro fator preponderante é que, segundo Neves, “Na fala de Jerônimo e dentro das condições de possibilidade dos anos de 1950”, era a “classe” que ele e seus companheiros representavam. Não voltariam a “pedir direitos” e sim “cobrar” as promessas feitas” em nome, também, dos pescadores do norte “irmãos de palhoça e de sofrimento”, conforme citou Jerônimo.¹³⁸

A historiadora questiona: “com a morte do Presidente Vargas, foram silenciadas as vozes dos pescadores do Norte?”. Destaca-se que os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política; têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais (GOHN, 2011, p.337).

¹³⁸ O jangadeiro Mestre Jerônimo foi citado como liderança nacional em dois momentos nas intervenções parlamentares de Carlos Santos, conforme se verificará. A primeira, por ocasião de seu falecimento, na Sessão Plenária do dia 26 de novembro de 1965, e a segunda, juntamente com o jangadeiro Tatá, para demonstrar o significado das lutas dos dois jangadeiros na melhoria da vida das “gentes do mar”, na Sessão realizada no dia 28 de junho de 1971. Ambas intervenções serão analisadas mais adiante na tese.

Dessa forma, salienta-se que a voz daqueles homens no período continuou a “ser enunciada”, pois, chegamos ao sul do Brasil para situar que a “mediação política” da causa dos pescadores passou a ser responsabilidade, ao menos, no Estado Rio Grande do Sul, pelo político trabalhista Carlos da Silva Santos, em sua ação para a efetivação e a institucionalização dos direitos dos trabalhadores da pesca.

Em julho de 1951, Jerônimo procura a redação do Jornal “Unitário” de Fortaleza e revela que havia ido até o Presidente Vargas, mais uma vez, reivindicar, dentre outras coisas, a retirada do atual titular da Delegacia de Caça e Pesca no estado, e a autorização para que os pescadores pudessem eles próprios fiscalizar a movimentação financeira das colônias. Essa viagem, foi feita na terceira classe de um navio do *Lloyde*.¹³⁹ Os pescadores, escolheram José Pinto Pereira para representá-los na Delegacia de Caça e Pesca do Ceará.¹⁴⁰

A política de regulamentação da atividade pesqueira, no Brasil, preocupou-se, durante muito tempo, com a criação de órgãos para regulamentar a extração do pescado (destacando a criação da SUDEPE, a partir da década de 1960, quando a atividade pesqueira tomou maior impulso), mas pouco se preocupou em diagnosticar e ampliar o estoque de pescado nacional (MAIA, 2009, p.7) e menos ainda em melhorar as condições de vida dos pescadores artesanais.

Entretanto, será que foi em vão a vida de Jacaré, morto afogado quando retratava a aventura da Jangada que rumou à capital federal, na produção cinematográfica de Welles, para reivindicar junto ao estado brasileiro melhorias na existência cotidiana dos pescadores? Será que a atividade pesqueira, em nosso país, em seu caráter industrial, era valorizada economicamente a ponto de reverter as tão sonhadas melhorias sociais de seus trabalhadores?

Acredita-se, conforme o narrado, que a relação entre escravismo, os trabalhadores da pesca, jangadeiros, marinheiros, “gentes do mar” e de seus movimentos sociais, além das lutas abolicionistas, representadas na figura de Francisco

¹³⁹ O navio *Lloyde* era produzido pela Cia de Navegação Lloyd Brasileiro, uma empresa estatal fundada no Brasil em 1890, na República, durante o governo do marechal Hermes da Fonseca. A extinção da estatal foi em 1997. Ela foi determinada pelo ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Ver: < <http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=7416>>. Acesso em 12 out.2012.

¹⁴⁰ Segundo Neves (2011, p.08-11): A demora no cumprimento dessa promessa parece ter estimulado o veterano Jerônimo a novamente arrumar uma jangada e partir - dessa vez não falam em "pedir direitos", o tom é de cobrança. Mais uma vez, é acionada a estratégia política de provocação da opinião pública e das autoridades, com uma viagem de jangada. Veja o tom da decisão de Jerônimo (...) *apud* Jornal *Unitário*. Fortaleza, 20 de Julho de 1951. Jornal *Unitário*. Fortaleza, 12 de Setembro de 1951.

Jose do Nascimento, “Dragão do Mar” e de José do Patrocínio, “Tigre da Abolição”, a negociação dos pescadores junto a Getúlio Vargas e suas políticas trabalhistas além da revolta da chibata liderada entre outros pelo sul-rio-grandense João Cândido, como será demonstrado adiante, tornaram-se itens processuais em nossa escrita já que foram produtos influenciadores do pensamento político de Carlos Santos em plenário, tema de nossa tese, sendo elementos essenciais na elaboração, consciente ou inconsciente, da prática política defendida pelo político por meio de suas assertivas discursivas em torno da atividade da pesca. Além da atividade da pesca, a promoção da identidade negra, foi outro tema de destaque nas intervenções do político negro no parlamento sul-rio-grandense. Em nosso próximo item, analisaremos as ideologias presentes nos movimentos sociais identificados com as causas culturais, políticas e sociais da identidade negra.

2.3 AS INFLUÊNCIAS DAS IDEOLOGIAS NAS DEMANDAS POLÍTICAS DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

O termo ideologia apareceu em 1801 no livro do autor Destutt de Tracy (1754-1836), intitulado: *Eléments d’Ideologie* (Elementos de Ideologia). Segundo Marilene Chauí (1989), seu autor pretendia elaborar uma gênese das ideias (CHAUÍ, 1989, p.21-25). Marx definiu a ideologia como um sistema de ideias de justificação das relações sociais, em benefício da classe dominante. Pesquisas posteriores aprofundaram as análises da função social e política das ideologias e as suas elaborações por meio dos aparelhos de Estado e de intelectuais, que seriam os mediadores das ideias advindas dos grupos sociais junto às instituições (ALTHUSSER, 1992, p.76; Gramsci *apud* PORTELLI, 1977, p.24; Fossaert *apud* WINOCK, 2003, p.286; Marx *apud* WINOCK, 2003, p.271).

Busca-se, neste tópico, interpretar se as ideologias políticas produzidas por grupos organizados no país e de seus intelectuais, ao longo dos anos de 1930 até 1960, identificadas no trabalhismo, na negritude e na democracia racial, e que constituíram-se como bases das negociações políticas alusivas às demandas educativas da população negra e, quiçá, influenciaram na formulação das então denominadas ações afirmativas brasileiras, instituídas a partir de 2003. Elaboradas pelo Estado, a fim de atenuar as diferenças materiais entre os grupos negros e os demais grupos formadores de nossa sociedade, essas políticas foram oriundas das negociações de representantes dessas

causas junto aos grupos políticos. Essas políticas ainda são muito discutidas no âmbito acadêmico, político e social. Acredita-se que pensar nessas ações como oriundas das negociações ideológicas torna-se fundamental, pois elas carregam a intensidade dos valores e sistemas das ideias citadas.

As produções das culturas e de suas respectivas ideologias ficam a cargo dos intelectuais orgânicos surgidos no seio de cada grupo¹⁴¹. Portanto, o trabalhismo, a negritude e a democracia racial foram elaborados por intelectuais representantes de determinados grupos, em uma tensão constante entre as crenças e o vivenciado pelas populações atingidas por suas ideias e que, igualmente, deram as bases para suas construções, conforme será analisado. As ações em torno dessas ideias, por meio de seus representantes, foram tensas mas - como afirma René Rémond (2003, p.18): “as políticas públicas são resultados das interações entre vários fenômenos sociais”; e por que não culturais e ideológicos?

Foi nos interstícios dos cenários políticos e sociais, como por exemplo a redemocratização, o nacionalismo e o trabalhismo, apontados no início deste tópico, que os representantes das comunidades negras passaram a tencionar, por meio de suas ações, os poderes públicos constituídos em busca da fundação e da institucionalização das políticas sociais, condizentes com as suas realidades. Pois, afinal de contas, os negros escravizados constituíram-se durante um longo período da história como os principais trabalhadores do país, entretanto, com poucos ganhos coletivos materiais. O trabalhismo, com os seus limites, permitiu as negociações dos grupos e de seus interesses com o estado.

O período analisado foi importante para a potencialização das demandas inclusivas da identidade negra, visto que ocorreram no país, entre os anos de 1946 a 1958, quatro grandes congressos nacionais para propor ao poder público que possibilitassem as tão esperadas melhorias dos aspectos sociais cotidianos das populações negras (GOMES, 2008). A partir desse período, conseguiu-se identificar que as negociações políticas em torno das demandas negras, por meio de suas lideranças, intensificaram-se em diversas regiões do país com destaque para Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

¹⁴¹ Constituído por uma elite de homens de cultura, que tem a função de dirigir do ponto de vista da cultura as massas. Para saber ver GRAMSCI, 1980, p.23.

2.3.1 Associações negras e a ideologia da negritude

A organização União dos Homens de Cor (UHC), com ramificações em 11 estados da federação, conforme apontaram as pesquisas de Joselina Silva (2003), foi fundada em 1943 na cidade de Porto Alegre, por João Cabral Alves, ainda em pleno Estado Novo. Por isso, uma característica dessa organização era o assistencialismo, tendo suas atividades encerradas no período da ditadura militar de 1964. Tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades: "elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades",¹⁴² principalmente por meio da assistência social. Joselina Silva concluiu que a UHC pode ser considerada como um "renascimento negro" em termos organizativos, visto que o Estado Novo encerra as atividades políticas no país, incluindo as organizações negras em 1937 (SILVA, 2003, p.215-235). Petrônio Domingues chamou a atenção para escalada expansionista da UHC (DOMINGUES, 2007, p.108) que, na segunda metade da década de 1940, abriu filiais em, pelo menos, dez Estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná), estando presente em inúmeros municípios do interior. Em 1948, somente no estado do Paraná, a UHC mantinha contato com 23 cidades.

Conforme registros encontrados no Jornal "A Alvorada" de Pelotas, João Cabral Alves, fundador da UHC, esteve na cidade em julho de 1950, visitando as regionais da organização negra na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Além de Pelotas, existiram núcleos da UHC em Canguçu, Jaguarão, Arroio Grande e Rio Grande, deixando para outra ocasião, por motivo de mau "tempo reinante", os municípios de Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço e Camaquã.¹⁴³ Nesse período, Carlos Santos escrevia no jornal "A Alvorada", sendo inevitável o seu conhecimento sobre a visita do presidente da "União dos Homens de Cor" na região e, quem sabe, as trocas de ideias em torno das lutas sociais, representadas pela agremiação, no que tangia às melhorias materiais das populações "de cor".

¹⁴² Estatuto da União dos Homens de Cor do Brasil – (Uagacê). Jornal *A Alvorada*, Pelotas, ano 53, n.22, 1951, p.01.

¹⁴³ Jornal A ALVORADA, Pelotas, 15 de julho de 1950. Ano 53, nº 22, p.1

Nesse contexto, surgiu o Teatro Experimental do Negro - TEN, fundado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1944, no final da vigência do Estado Novo, pelo intelectual negro Abdias do Nascimento. Tinha, por intuito, além de produzir peças teatrais, motivar o negro, por meio da alfabetização, a combater a discriminação e o preconceito racial que existia na sociedade carioca. Funcionava em sede emprestada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), na Praia do Flamengo. Para Nascimento, era inadmissível, em um país como o nosso, que na década de 1940 contava com uma população de 60 milhões de habitantes, composta por 20 milhões de pessoas negras, que os diretores artísticos escalassem artistas brancos para as peças, podendo estes estrelararem com atores negros (GOMES, 2008, p.122-136).

O TEN organizou concursos de artes plásticas, concursos de beleza que enalteciam os padrões afro-brasileiros e eventos sociopolíticos. Também foi nessa organização que se cogitou uma medida constitucional para a criação de uma legislação antirracista, além da produção de um periódico, intitulado “Jornal Quilombo” (NASCIMENTO, 2000, p.210). O jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro, divulgou trabalhos do TEN em todos os seus campos de ação, entre 1948 e 1951. O jornal trazia reportagens, entrevistas, e matérias sobre assuntos de interesse à comunidade. A precariedade dos recursos financeiros do TEN, e do poder aquisitivo de seu público, não lhe permitiu uma permanência maior (NASCIMENTO, 2004, p.223).

Outra iniciativa do grupo foi a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, uma ação realizada em São Paulo (1945) e no Rio de Janeiro (1946) sob a liderança de Abdias do Nascimento (1914-2011), que apresentou o “Manifesto a Nação Brasileira”, interpelando os partidos da época sobre a situação das populações negras, em sua grande maioria vivendo em favelas (CEVA, 2006, p.72-73).¹⁴⁴ As atividades, somadas, contaram com a participação de 700 pessoas. Destaca-se que, em 1946, o Brasil estava formando a Assembleia Constituinte. O manifesto redigido nas convenções continha,

¹⁴⁴ Abdias do Nascimento foi fundador do TEN (1944). Educava as populações negras por meio do teatro. Para saber mais da Proposta Pedagógica do TEN, ver: CEVA, Antônia Lana de Alencastre (2006). O Negro em Cena: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro (1944-1968). Ceva concluiu que: “O TEN, mesmo com uma atuação breve (1944-1968), e devido à falta de patrocínio e de espaço físico próprio para a sua continuidade, mantém na contemporaneidade, se compararmos com as entidades atuais do movimento negro, as suas demandas. A educação é uma forma de luta contra a discriminação racial” e segue a autora: “(...) A Frente Negra (1931-1937) e o TEN (1944-1968) fizeram da educação sua principal estratégia de ação, para transformar a situação social do negro/a na sociedade brasileira”. CEVA, Antonia Lana de Alencastre. *O negro em cena: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro*. 124 f. (Mestrado em Educação) PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2006, p.72-73.

em sua fundação, uma série de reivindicações sociais (NASCIMENTO, 1982, p.112-113).

O documento da Convenção recebeu apoio dos seguintes partidos políticos: UDN, representada pelo senador Humberto Nogueira; PCB, representado por Luís Carlos Prestes e PSD. O senador Humberto Nogueira apresentou o documento à Assembleia Constituinte, entretanto, no momento de se institucionalizar a “proibição da discriminação racial”, fundada/escrita no manifesto, na Constituição do país, se estabeleceu no texto “a igualdade de todas as raças”. O PCB, que apoiou a fundação do manifesto, colocou-se contra a inserção do item “proibição da discriminação racial” na Constituição, pois a lei antidiscriminatória restringiria, segundo os comunistas, “o sentido mais amplo de democracia” (SANTOS, 2009, p.129).

As lideranças negras estavam insatisfeitas e atentas às demandas do período em que negros eram discriminados em barbearias, clubes e sociedades. Dos intelectuais negros do TEN, cita-se o intelectual Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), considerado ideólogo da negritude na organização.¹⁴⁵ Ressalta-se que, tendo como ideologia a bandeira da negritude, o grupo passou a ser acusado de racista às avessas, tanto por grupos de direita ligados à UDN, como por grupos da esquerda, ligados ao Partido Comunista (NASCIMENTO, 2000, p.214). Essa situação identifica as tensões existentes entre as forças políticas da época.

Entende-se que a identidade negra vem sendo construída politicamente ao longo das décadas republicanas pela intensa produção simbólica referenciada nas demandas inclusivas, proporcionadas pelas negociações desse grupo com a sociedade abrangente. As associações negras em conjunto com a imprensa negra assinalaram nesse sentido, já que propuseram ações que elevassem a condição cultural, política e social desse grupo. Da autoestima ao reconhecimento da instrução como forma de qualificar-se na disputa por emprego, essas iniciativas positivaram a identidade negra que durante a escravidão e no pós-abolição continuava estigmatizada.

¹⁴⁵ O dirigente do Grupo, responsável teórico direto por este setor de atividades foi Alberto Guerreiro Ramos. Para Pinto (1954, p.292), é a partir destas atividades que surgiu a bandeira de luta de forte conteúdo emocional e místico, capaz de se propagar, de despertar, de arrastar os homens negros com a força estimulante que têm as grandes ideias e as mensagens redentoras, a ideologia da negritude. Para L.C. Pinto (1953, p.293), artistas, poetas, escritores, pequena elite intelectual negra, homens de sensibilidade multiplicada pelo choque de sua vocação, seu temperamento e suas ambições de encontro à realidade de classe e de raça em que estão situados, racionalizaram a sua queixa e transformaram sua cor, fonte, muitas vezes, de dissabores, num valor supremo para eles, sob o qual se abrigam para dizerem, “sem medo e sem vergonha”: *niger sum!* Para Pinto a negritude era um mito, uma concepção invertida e mistificada das coisas.

Para Petrônio Domingues, o movimento da negritude, surgido por volta de 1920, nos Estados Unidos, cumpriu um papel revolucionário. Na fase inicial, percorreu as Antilhas e a Europa e, após, a África. No Brasil, em meados de 1950, esse conceito rompeu com os valores da cultura eurocêntrica: “no campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana” (DOMINGUES, 2005, p.25-40).

Portanto, negritude é um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido à luz dos diversos contextos históricos. No entanto, ainda segundo Domingues, “na medida em que o conceito se ampliou, o mesmo adquiriu uma conotação mais política, diluindo o seu potencial transformador” (DOMINGUES, 2005, p.26). O movimento passou a padecer de contradições insolúveis, “a ponto de alguns de seus principais dirigentes defenderem posições políticas conservadoras”.

Domingues (2005) examinou a negritude por intermédio de pesquisadores brasileiros, africanos, americanos, antilhanos e europeus (BERND, 1984; MUNANGA, 1988; NASCIMENTO, 1982; FANON, 2008; MEMMI, 1989), identificando que o movimento da negritude, por intermédio de Du Bois (EUA 1868-1963), Aimé Césaire (Martinica), Léon Damas (Guiana Francesa) e Léopold Sédar Senghor (Senegal) reivindicava, entre outros fatores, a consciência do negro civilizado, o renascimento do negro no campo artístico e literário, conjugado aos valores africanos. Além de possibilitar o reconhecimento político cotidiano local e internacional dos afrodescendentes, por ocasião das independências dos países daquele continente, logicamente, e de enfatizar o orgulho racial. Com contradições, visto que - independentemente do território em que os intelectuais afrodescendentes a formularam - utilizavam a língua do colonizador, perdendo autenticidade.

Porém, para Petrônio Domingues, a negritude encontra limites na medida em que se esgota na tarefa de despertar uma consciência racial, ou seja, na preocupação de responder estritamente às contradições raciais, fazendo o negro reconhecer-se e identificar-se simplesmente pela cor da pele, deixa-o alienado das demais contradições que se operam na sociedade (DOMINGUES, 2005, p.25-40). Algo que, possivelmente, será ultrapassado na medida em que a própria democracia brasileira, em todas as suas instâncias culturais, políticas e sociais, obtiver maior qualidade no debate e ações em torno da aceitação das diferenças étnico-raciais existentes. Embora perceba-se a complexidade do tema, reconhece-se que a problemática causada pela falta de políticas

públicas irrealizadas após o período conhecido de pós-abolição além das mazelas produzidas pelas escolas racistas do início do século XX, prejudicou a nossa sociedade independentemente da epiderme das pessoas. Já que mesmo com as contradições sociais existindo, o estigma persiste, identificado no imaginário social legado às populações negras de diversas maneiras. Ainda que com nítidos avanços.

Retornando às atividades organizadas pelos integrantes do TEN, Abdias do Nascimento, com o auxílio de Edison Carneiro, organizou a Conferência do Negro (1949) e o Congresso do Negro Brasileiro (1950), ambas na cidade do Rio de Janeiro. Representantes da Sociedade Floresta Aurora de Porto Alegre, Heitor Nunes Fraga, José Pedrosa e o pesquisador sul-rio-grandense Dante Laytano (1908-2000) estiveram presentes nessas atividades.¹⁴⁶ Como resultado desses encontros, a comunidade negra passa a reivindicar com força as suas demandas, fazendo com que os poderes constituídos passem a se preocupar com a questão do preconceito racial vinculados aos aspectos sociais desse grupo. Nesse contexto, surgiu a lei Afonso Arinos.¹⁴⁷

Nesse período, Edison Carneiro (1912-1972), um dos intelectuais organizadores do II Encontro Afro-Brasileiro da Bahia, realizado em 1937, articulador da Conferência e do Congresso do Negro de 1949 e 1950, passou a ser contrário aos ideais de Abdias do Nascimento e de Guerreiro Ramos.¹⁴⁸ Para Carneiro, a situação social do negro e dos estudos afro-brasileiros, desde o século XIX, seguia em nosso país apesar das dificuldades e de sua fase inicial, obtendo avanços significativos. Porém, conforme afirmou sobre a postura do TEN, a partir desse momento ela passou a ser

¹⁴⁶ Segundo Liane Muller a Sociedade Floresta Aurora foi fundada na cidade de Porto Alegre no dia 31 de dezembro de 1872, essa agremiação é considerada a sociedade negra mais antiga do Brasil. Seu fundador foi o negro forro Polydorio Antonio de Oliveira. O principal objetivo da organização era zelar pela Comunidade negra materialmente e socialmente, auxiliando, inclusive, na realização de enterros dignos para os negros da capital. MULLER, Liane Susan (1999). Em outra pesquisa Sobre a fundação da Sociedade Floresta Aurora, Eliane Pereira Duarte fez a seguinte observação: “... a sociedade Floresta Aurora foi fundada no ano 1872, por negros cativos de senzala...Contam que tudo começou com uma negra forra que vivia no arraial da Floresta ... que chamava-se Mariquinha”. DUARTE, Eliane Pereira (1986:6).

¹⁴⁷ O Projeto Nº 562 - 1950, mais conhecido como Lei Afonso Arinos, era composto por 8 artigos. Em linhas gerais a Lei instituía como contravenção penal o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros. Crime passivo de multa de Cinco Mil Cruzeiros ou prisão de quinze dias a três meses. Ou até o fechamento de estabelecimentos que desrespeitassem negros. Lei na íntegra no O Jornal Quilombo, Junho e Julho de 1950, Ano II, nº10, p.09.

¹⁴⁸ O segundo Congresso Afro-brasileiro, de 1937, foi organizado em 1937 por Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz (1914-1985) e Reginaldo Guimarães. Ver: Prefácio à publicação de *O Negro no Brasil*: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro reunido (Bahia) de 1937. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1940 (CLAY, 2008).

equivocada, pois a situação do negro brasileiro era muito diferente da dos negros dos Estados Unidos.¹⁴⁹

Carneiro (1964) também acreditava que essa nova posição negra, em nosso país, era uma ideologia sustentada por uma minoria, influenciada pelos políticos profissionais: “um avultado grupo de pequeno-burgueses e burgueses intelectuais de cor tentou dar voz a manifestações racistas, de supremacia emocional do negro a fórmula norte-americana, esta americanização forçada do problema, que felizmente atinge apenas um segmento insignificante da população de cor” (...) (CARNEIRO, 1964, p.115-116).

Destaca-se que Edson Carneiro, como intelectual, tinha outros propósitos na época, pois lutou incansavelmente para criar um necessário Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Bahia (GOMES, 2012, p.5-22). Todavia, os intelectuais negros procuravam mediar as necessidades da maioria das populações negras, carentes, já que o contexto, como se observa, permitia tais negociações.

Conforme Sales dos Santos, “a tentativa dos movimentos negros de atuarem no parlamento, visando ao combate ao racismo, se dava por meio de intermediários que não eram militantes orgânicos desse movimento” (SANTOS, 2009, p.127). As lideranças desses movimentos sociais já haviam percebido, há algum tempo, que precisavam de representantes afro-brasileiros engajados na luta antirracista no Congresso Nacional (SANTOS, 2009, p. 134-135). A Frente Negra (1931-1937) arregimentou associados, visando a tornar-se partido político, projeto cancelado em virtude do decreto do Estado Novo.

Não obstante, além de negociar com as lideranças políticas, indivíduos negros também procuravam se eleger com a abertura política no início dos anos de 1950. O próprio Abdias do Nascimento escreveu no editorial do *Jornal Quilombo* dos meses de março-abril, de 1950, as seguintes fundações:

Amigos meus colaboradores e simpatizantes do movimento que fundamos visando à elevação cultural e econômica do negro brasileiro; resolveram lançar minha candidatura à assembleia legislativa do Distrito Federal. Justificaram seu gesto com argumento de ser minha eleição a vereador uma etapa lógica e natural no desenvolvimento desse programa de busca de meios

¹⁴⁹ “Na década de 1950 os negros norte-americanos reagiram contra a situação de inferioridade e exclusão que as leis dos brancos o condenaram. Ergueram-se contra a discriminação e a segregação racial que sofriam no país... que o impediam-nos de votar e de frequentar uma escola pública como os demais brancos. Negavam-lhes hospedagem nos hotéis e nem em lanchonetes eram atendidos”. Neste contexto foi que surgiu o *Civil Rights Movement* que teve como um de seus maiores expoentes o reverendo Martin Luther King (SCHILLING, 2003).

(sic) que acelerem o processo de integração de brancos e negros no Brasil, assegurando assim, à tática por nós usadas (sic) (...) armas mais efetivas e poderosas na luta pela conquista desse padrão de existência ideal que libere os brasileiros de cor de complexos emocionais e das atuais desvantagens socioeconômicas (...) é necessário e imprescindível, portanto, que apareçam outros candidatos mulatos, negros ou brancos, identificados com esse importante problema brasileiro. Porque somente num grande e árduo trabalho coletivo, presidido pelo alto espírito de fraternidade racial que orientou a nossa formação histórica, conseguiremos realizar a obra dessa valorização do negro, fundamental para o desenvolvimento e o futuro de nossa estremeçada pátria. Os homens de cor, ontem como hoje, se confundem com os destinos da nacionalidade, e não há força capaz de induzi-los atrás sua vocação de maiores construtores materiais e espirituais da nossa grandeza, da grandeza do Brasil (NASCIMENTO, 1950, p.83) (GRIFOS NOSSO).

No editorial do Jornal Quilombo, acima citado, localizam-se entre os conteúdos grifados as seguintes afirmações: “(...) que apareçam outros candidatos mulatos, negros ou brancos, identificados com esse importante problema brasileiro (...)”, “(...) fraternidade racial que orientou a nossa formação histórica (...)” e “(...) Os homens de cor, ontem como hoje, se confundem com os destinos da nacionalidade (...)”. Nessas passagens, são sentidas as fortes influências do nacionalismo presente desde o Estado Novo, e que norteiam as bases ideológicas do trabalhismo (Cf. NASCIMENTO, 1950, p.83).

2.3.2 A democracia racial e as negociações políticas: exemplos do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul

A ideologia nacionalista, em sua questão racial, encontra sentido em nosso entendimento na tão discutida e criticada ideologia da democracia racial (BENTO, 2002, p.189). Todavia, é por meio desse conjunto de significações simbólicas culturais, criadas a partir dos grupos formadores da nação (HALL, 2003), que os grupos negros conseguem formular suas estratégias de negociações políticas na década de 1950, já que o contexto permitia, além do reconhecimento cultural, advindo das décadas anteriores, negociações políticas e sociais, envolvendo as lideranças das comunidades negras, pois esses aspectos passam a estar em evidência devido a uma maior participação das massas no processo de redemocratização.

É um anacronismo ou uma falta de sensibilidade - com as ações daqueles líderes e de suas organizações - pensar nessa ideologia, nos dias atuais, sem contextualizar a época, optando pelo reconhecimento cultural do negro como alguém que deve representar seus anseios a partir da África e de Zumbi ou da data alusiva à

consciência negra, referenciando o dia 20 de novembro ao invés do dia 13 de maio, data comemorada pelos grupos negros após a abolição e até meados dos anos de 1970.

Tais líderes e suas associações, por meio dos referenciais da época, conseguiram, ao menos, fazer política, pois as suas demandas como líderes das populações negras, a partir daquele conjunto de ideias, permitiam a tensão com os poderes públicos constituídos (ZUBARAN, 2011).

Outro fator é que tanto o estado (como poder instaurador) como a sociedade passaram a legitimar simbolicamente o dia 13 de maio, ou seja: para os intelectuais negros do Grupo Palmares (1978), liderados por Oliveira Silveira (1941-2009), ter (re) significado a data alusiva à memória da luta negra para a morte de Zumbi dos Palmares (1655-1695), conforme pesquisou Deivison Campos, em contraponto à data do dia 13 de maio, identifica a importância simbólica dessa efeméride oficial, já que, sendo contra ou a favor, ela tornou-se o parâmetro do debate sobre qual data representava melhor o protagonismo negro na resistência à escravidão, e o reconhecimento político-social da liberdade que, nos dias atuais, é identificada no dia 20 de novembro (CAMPOS, 2006).

A democracia racial tinha como referência da liberdade o dia 13 de maio. Logicamente, jamais desconsideraram-se as ideias de negritude do TEN, que já em 1944, no Rio de Janeiro, remetia a uma cultura centrada nos valores culturais africanos. Contudo, o país e os meios de comunicação ainda eram restritos, naquela época, para fazerem com que esses valores se difundissem na velocidade pensada em nossos dias atuais, por todo o Brasil. Portanto, concorda-se com Emília Viotti da Costa que explica:

Em esboço, os fatos são suficientemente claros: um poderoso mito, a ideia da democracia racial – que regulou as percepções e até certo ponto as próprias vidas dos brasileiros da geração de Freyre – tornou-se para a nova geração de cientistas sociais um arruinado e desacreditado mito (COSTA, 1998, p. 374).

A partir dos anos de 1950, com a denúncia das organizações negras e de seus líderes, passa-se a compreender as diferenças raciais e sociais em nosso país. Pois, anteriormente, como enfatiza Costa:

É óbvio que os brancos beneficiaram-se com o mito. Mas também é verdade que os negros beneficiaram-se igualmente, embora de uma maneira mais limitada e contraditória. A negação do preconceito, a crença no “processo de branqueamento”, a identificação do mulato como uma categoria especial, a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca, tornaram mais difícil para os negros desenvolver um senso de identidade como grupo. De outro modo, criaram oportunidades para alguns indivíduos negros ou mulatos ascenderem na escala social. Embora socialmente móveis, os negros tinham, entretanto, que pagar o preço por sua mobilidade: tinham que adotar

a percepção que os brancos possuíam do problema racial e dos próprios negros (COSTA, 1998, p.375) (GRIFO NOSSO).

Certamente, essa tensão era sentida pelos líderes negros. Pois, como acreditar em uma democracia racial se, no cotidiano, o preconceito racial era e é sentido? A partir desse momento, as negociações políticas passam a ocorrer pela ação consciente da ideologia da negritude, formulada pelos líderes da comunidade negra que, para transformar os problemas materiais, necessariamente deveriam passar pela conquista do poder político, ao invés do reconhecimento, somente, da matriz africana na cultura negra brasileira.

Foram localizados os anúncios das seguintes candidaturas de políticos negros, que participariam do pleito do dia 3 de outubro de 1950: José Bernardo da Silva, candidato a deputado pelo PTB, diretor da UHC, da cidade do Rio de Janeiro; Jael de Oliveira Lima, candidato a deputado pelo PSD e Isaltino Veiga dos Santos, candidato a vereador pelo PDC. Isaltino foi o primeiro secretário da Frente Negra Brasileira (1931-1937).

Abdias do Nascimento também saiu nas páginas de seu jornal como candidato. Ele iria disputar a vereança no Rio de Janeiro, pelo PSD; inclusive nota-se que este partido foi o que mais saiu nas páginas do jornal, sinalizando para os interesses políticos eleitorais do intelectual negro e fundador do TEN. Abdias não fora eleito (GOMES, 2008, p.308). Todavia, esses embates no centro do país são essenciais em nossa tese, visto que no Rio Grande do Sul, guardadas as devidas proporções, experimentou-se, por intermédio de seus protagonistas negros, experiências comparáveis a dos negros do eixo Rio-São Paulo; obviamente que com as suas peculiaridades.

Os encontros realizados nesse contexto em que os aspectos sociais, culturais e políticos da identidade negra estiveram em pauta, possibilitou uma melhor interpretação das organizações negras e de suas lideranças sobre as situações vivenciadas pelas populações negras nas diversas regiões brasileiras, já que pesquisadores e militantes ou pesquisadores populares viajavam com suas representações por meio de navios para esses lugares sociais, que produziam documentos e trocavam experiências cotidianas, teóricas e práticas, de como compreender as situações envolventes à identidade negra nacional (GOMES, 2008, p.308).

Para Ivair Augusto Alves dos Santos, no período entre 1945 a 1964, viveu-se de modo singular, com a existência de um sistema multipartidário (SANTOS, 2002). A

partir dessa fase democrática, passou também a existir, em alguns partidos políticos, a preocupação sobre a questão racial. Conforme Alves dos Santos:

Ao analisar os programas partidários, encontramos referências sobre a questão racial nos seguintes partidos políticos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrata Cristão. Nos maiores partidos deste período, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), partidos conservadores, não constava nenhuma menção ou citação em seus programas sobre a questão racial. Entretanto, foram os parlamentares da UDN os autores da lei que dispunha sobre os atos de discriminação e preconceito racial e de cor que, durante décadas, permaneceu como o único recurso legal, a Lei Afonso Arinos (SANTOS, 2002, p.59) (GRIFO NOSSO).

Portanto, o PTB contemplava as questões raciais em suas diretrizes, enquanto o PSD, mais conservador, mantinha-se neutro quanto a esse assunto. Abdias do Nascimento, importante militante do movimento negro brasileiro, concorreu nas eleições da cidade do Rio de Janeiro em 1950, ligado ao PSD, conforme informou L.C. Pinto (1953, p.284).

Salienta-se que o político Carlos Santos (1904-1989), líder negro e operário, chegou ao legislativo sul-rio-grandense no ano de 1947 para assumir, após suplência, a vaga de Tarso de Moraes Dutra (1914-1983), pois Dutra assumiu a vaga na Câmara Federal, abrindo seu posto a sua nomeação. Na ocasião, Santos era político vinculado ao PSD, mesma situação vivenciada pelo intelectual negro Abdias do Nascimento. Porém, mais adiante, iria filiar-se à dominante agremiação de ideologia trabalhista, o PTB. Tal situação, provavelmente era influenciada pela necessidade própria de sua articulação política ser mais próxima das massas populares e das questões nacionais, identificadas na plataforma petebista.¹⁵⁰

O PTB, partido com forte marca getulista desde a sua concepção e fundação, apresentou um programa que traduz, quase na integridade, o projeto de Getúlio Vargas para o Brasil. O programa propunha entre outras ações a defesa dos direitos trabalhistas; políticas sociais, voltadas para a garantia de emprego e à qualificação do trabalhador.¹⁵¹

¹⁵⁰ O político Carlos Santos, nascido em Rio Grande, interior do RS, durante sua vida pública de cinquenta anos (1932-1982), exerceu os cargos de deputado e governador do Rio Grande do Sul, em 1967 pelo MDB. Foi líder sindical e fundador de associações negras (GOMES, 2012).

¹⁵¹ Programa do PTB - Arquivo Getúlio Vargas - GV45000/1 - FGV - CPDOC -Rio de Janeiro. Ver DELGADO, Luciana de Almeida Neves. Brasil: 1954 - prenúncios de 1964. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p.484-503, Julho 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 out.2012.

Política e socialmente, é importante salientar que o PTB era um partido que representava o trabalhismo, independente da origem étnica desse trabalhador, sendo localizadas suas influências em sociedades polonesas, ucranianas, alemãs e russas de Porto Alegre (FORTES, 2004, p.117-177). Essa relação era limitada quanto à influência dessas sociedades no seio do partido trabalhista, fossem elas sociedades étnicas, beneficentes ou até sindicatos de classe, pois suas participações eram tuteladas e controladas e, conforme afirma Ângela de Castro Gomes, existiu um “pluralismo limitado”:

O PTB, assim como os sindicatos no Brasil, nasceu sob a chancela de um estado autoritário, para atuar em um regime não mais autoritário, mas certamente ainda conservador. Projetos de participação política mais mobilizadores e instrumentos de representação mais autônomos não tinham espaço nesta espécie de “pluralismo limitado” do pós-45 (FORTES, 2004, p.437) (GRIFO NOSSO).

Destaca-se que o PTB, a partir da ideologia do trabalhismo e de um consenso com outros grupos subordinados, buscou difundir o seu projeto político, mantendo sua hegemonia por meio de uma liderança perante esses grupos. Eis que surge uma questão relacional, em nossa opinião, entre esse partido e as sociedades étnicas porto-alegrenses e gaúchas, com isso, mantendo um “equilíbrio instável” e tendo que ceder, em determinados momentos, em algumas condições para exigir outras; com isso, elaborando estratégias para concretizar o seu interesse e objetivo imediato, que era ter sucesso no pleito do Estado do Rio Grande do Sul (Gramsci *apud* HALL, 2003, p.295-334).

Essa situação também foi aqui analisada para que se pudesse entender e identificar os interesses do grupo negro - na ocasião representado pela Sociedade Floresta Aurora, com a realização do Primeiro Congresso Nacional do Negro, realizado em Porto Alegre, no ano de 1958 - como será visto mais adiante. Na pesquisas de mestrado, identificou-se, por meio de entrevistas orais com pessoas frequentadoras de associações negras porto-alegrenses, a forte influência exercida pelo PTB na comunidade negra. A maioria citava essa ligação pela identificação do discurso vinculado ao trabalho (GOMES, 2008).

Entretanto, o PTB mantinha o controle dessas relações, exercendo a hegemonia, pois, de um lado, passou a representar, como liderança política, a vontade coletiva desse e dos outros grupos que passara a tutelar, e de outro, a própria ideologia nacionalista serviu como um ingrediente aglutinador entre o Partido e os grupos étnicos

que vieram para o Brasil entre os anos 1930, 1940 e 1950. Entre tais grupos, pode-se citar polacos, russos, alemães e ucranianos, além dos próprios negros que, a partir da Frente Negra Brasileira, exigiam o reconhecimento de suas raízes como formadora do Brasil, na década de 1930.

O que o PTB porto-alegrense utilizou, em última análise, foi a estratégia iniciada por Getúlio, em 1933, ao receber os líderes da Frente Negra no Palácio do Governo, com o intuito de formar uma aliança em torno de um projeto nacional, que culminou com o decreto do Estado Novo. O que se precisa entender é se esta estratégia foi utilizada por Getúlio e pelo próprio PTB, partido criado por ele também a partir da relação com outras etnias e classes que viviam em nosso país. O partido passa a exercer a vontade coletiva das massas trabalhadoras.

A hegemonia pode ser pensada a partir do Bloco Histórico que abrange a estrutura - o campo econômico -, e a superestrutura - o campo da ideologia. A partir desses dois domínios, temos caracterizada a hegemonia, localizada no PTB por meio do nacionalismo econômico; visando às estatizações e à produção e sendo controlada pelo intervencionismo direto do estado, seja na difusão da ideologia nacionalista, a partir dos órgãos culturais, políticos e educativos, ou como a bandeira da nacionalização do ensino, em que a língua nas escolas deveria ser a portuguesa.

Conforme Gramsci:

Embora cada partido seja a expressão de um grupo social e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados (...) (GRAMSCI, 1995, p.22).

O PTB, na década de 1950, manteve a sua hegemonia até o final da experiência democrática, mantendo representante no poder executivo e, constantemente, nos parlamentos municipais - a exemplo de Porto Alegre e da Assembleia Legislativa do Estado. Os setores populares também passaram a ganhar espaço, no período com o aumento da participação de agremiações que mantinham em seus projetos preocupações sociais e trabalhistas.

Nessa década, as organizações negras gaúchas Marcílio Dias e Prontidão, de Porto Alegre, e Treze de Maio, de Santa Maria; Flor do Sul, de Taquara; Estrela do

Oriente, de Rio Grande, associações negras de Pelotas etc. seguiam as suas atividades esportivas, festivas, culturais, educativas e reivindicativas (PEREIRA, 2008).

Em 1958, ocorreu o Primeiro Congresso Nacional do Negro, organizado pela Sociedade Beneficente Floresta Aurora. Este encontro tem como diferencial entre os demais o termo “nacional” em sua nomenclatura. A atividade foi realizada no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre. Nota-se que o termo “nacional”, além de ser o diferenciador da terminologia entre as demais atividades, denota, ainda, uma transformação importante nos interesses de seus organizadores, já que existiu uma forte influência do PTB em sua composição (GOMES, 2008).

Esse importante acontecimento na capital gaúcha recebeu delegações dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e interior. Contou, também, com a presença de estudiosos, pesquisadores, intelectuais brancos e negros e a comunidade. Durante o encontro, foram debatidos três temas centrais: a necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil, a situação do homem de cor na sociedade e o papel histórico do negro no Brasil e em outros países. Esses temas foram distribuídos em seis dias, do dia 14 ao dia 19 de setembro.

Discutiram, com a presença de grande público nos locais do congresso, sobre a realidade do negro e do africano no estado, no Brasil e no mundo os deputados petebistas Armando Temperani Pereira e Coelho de Souza; os professores da Escola de Engenharia da UFRGS (instituição em que se formou Leonel Brizola que, na época, estava concorrendo ao governo do Rio Grande do Sul contra Walter Peracchi Barcelos); os Doutores Luiz Lesseigner de Faria, Darci Conde Salgado e Manoel Luiz Leão; o presidente da Floresta Aurora, Walter Santos e os representantes do Jornal “Correio do Povo” de Porto Alegre, além de estudiosos da temática como Dante Laytano etc. Nesse período, ocorria, a nível internacional, a independência de muitos países africanos.¹⁵² O Primeiro Congresso Nacional do Negro foi realizado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e nos salões de festas da organização negra.

¹⁵² No plano internacional, a década de 1950 é marcada pelos movimentos iniciais de descolonização de territórios africanos sob jugo europeu e em torno dos debates de integração racial. Guiné tornou-se independente em 1958; em 1959 os países africanos movimentavam-se em seus processos de autonomia. Na Conferência de Bamako, o Senegal e o Sudão Francês formavam a Federação do Mali, independentes. Daomé, Níger, Alto da Volta, Costa do Marfim e Togo tornam-se independentes em 1960. “Os novos países surgidos da divisão administrativa colonial do pós-guerra eram uma realidade” (RIBEIRO, 1998, p.51-72).

Defende-se que esse encontro foi importante para os interesses do PTB de Brizola, que veio a se eleger governador uma semana depois dessa atividade, contando com apoio das entidades classistas e étnicas. O congresso também foi relevante para a comunidade negra regional e nacional que, após o encontro, foi contemplada pela “Campanha Nacional de Alfabetização”, já que, na época, 70% dos negros brasileiros eram analfabetos. Para a Sociedade Floresta Aurora, o encontro foi materialmente importante, pois dias após o conclave a entidade alterou de sede social, localizada na rua General Lima e Silva, transferindo-se - com o auxílio de incentivos do estado e de políticos petebistas para o bairro Cristal, em Porto Alegre (GOMES, 2008).

2.3.3 Das demandas educativas às Ações Afirmativas

No Brasil, desde a abolição, as demandas referentes às melhorias sociais no que tange às condições das populações negras, quando ocorreram, transitaram lentamente. “O espírito revolucionário teve que executar em poucos anos uma tarefa que havia sido desprezada durante um século, uma grande reforma social (...) a verdade, porém, é que a corrente abolicionista parou no mesmo dia da abolição e no dia seguinte refluía” (NABUCO, 1966, p.144-145).

Portanto, a comunidade negra livre reivindicou suas necessidades, visando à sua inserção social desde a abolição, perpassando pelas décadas demonstradas. Pois não foi mera coincidência a aproximação dos líderes negros com o trabalhismo, nacionalismo e a democracia racial como se demonstra por meio de Abdias do Nascimento (1914-2011) e Carlos Santos (1904-1989).

Quanto às organizações negras, as mesmas serviram de locais de encontros de representantes dessa identidade, que iniciaram aulas de alfabetização apontando estrategicamente a integração das comunidades negras na sociedade abrangente por intermédio da educação. Desde as aulas de alfabetização do Teatro Experimental do Negro até a Campanha Nacional de Alfabetização iniciada no Congresso do Negro de Porto Alegre, tem-se a educação como objetivo material das demandas inclusivas pensadas pelos intelectuais negros. Ressalta-se que essas ações constituíram a base das lutas negras por acesso à educação.

A educação de seus pares foi uma prática constante nas organizações negras de Porto Alegre e do país. Na capital do Rio Grande do Sul, as sociedades Floresta Aurora, Marcílio Dias e Satélite Prontidão, desde o final do século XIX mantinham em suas sedes cursos de alfabetização (PEREIRA, 2008). A instrução e a educação eram

atividades frequentes também nas “Frentes Negras”, independentemente da cidade em que ela existiu a mesma oferecia cursos e seminários para os seus associados.

Carlos da Silva Santos (1904-1989), primeiro governador negro em exercício do Rio Grande do Sul e deputado por diversas legislaturas, também foi integrante da Sociedade Floresta Aurora e respeitava muito a educação enquanto negro e político. Por ocasião da fundação do Centro Cultural Marcílio Dias, nota-se essa situação.

Na fundação da organização negra, datada do dia 11 de junho de 1936, citado no capítulo anterior, ele, por meio de um pronunciamento, dignificou a educação. A instalação oficial do Centro ocorreu no Teatro 7 de setembro, na cidade de Rio Grande. Naquela noite, o então deputado classista encerrou o seu discurso da seguinte maneira:

Salve, instrução, deusa da felicidade, vida, doçura e esperança nossa, salve. Bradam por ti os filhos das trevas. Por ti suspiram e gemem milhões de criaturas que se enlodaram nos paués (sic) do analfabetismo. Eia, pois, advogada dos fortes e dos valorosos, estes olhos luminosos a nós voltei e depois deste desterro de ignorância e de todo maligno cortejo de que se acerca o analfabetismo, mostrai-nos o livro, o saber, a educação, a felicidade, o patriotismo e a liberdade, frutos benditos do teu ventre. Para a glória do Brasil, deusa da instrução. Assim seja. (SANTOS, 1937, p.99).

A organização UHC, conforme pesquisas de Joselina Silva (2003), tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades, conforme citado anteriormente: "elevar o nível intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional". O TEN também teve as suas ações encerradas no período de exceção. Tinha como objetivos contestar a discriminação e formar atores afro-brasileiros; reivindicava a diferença - e não apenas a integração à sociedade - e o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana, além de realizar cursos de alfabetização nos morros cariocas (NASCIMENTO, 2004, p. 210). Conforme Ironides Rodrigues, integrante do TEN: o grupo tinha por base o teatro como um veículo poderoso de educação popular. Tinha sua sede num dos salões da União Nacional dos Estudantes, onde aportavam, dos subúrbios e dos vários pontos da cidade, operários, domésticas, negros e brancos de várias procedências humildes (RODRIGUES *apud* CEVA, 2006, p.58). Ou seja, tanto a UHC quanto o TEN nos anos 1940, 1950 e início dos 1960 mantinha em suas linhas de atuação a alfabetização como estratégia de inserção social das populações negras atendidas.

Por meio desta narrativa, elucidou-se a luta da população negra e de seus líderes pela educação, situação que, guardadas proporções na contemporaneidade, remete-nos,

ao tema das ações afirmativas - mesmo que, no passado, esse termo jurídico jamais tenha sido utilizado pelas organizações negras. Uma Ação Afirmativa visa a reparar as necessidades de grupos que por algum motivo tiveram suas condições materiais historicamente prejudicadas. Nos países onde já foram implementadas (Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, entre outros), elas visam a oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado devido à sua situação de vítimas do racismo (MUNANGA, 2003, p.117).

Nos Estados Unidos, ações desse tipo tiveram origem nos anos de 1960, já que os negros norte-americanos eram proibidos de andar livremente nas ruas e nos ônibus, frequentar escolas e, enfim, de viverem dignamente. Naquele contexto, surgiram as lutas pelos direitos civis lideradas por Martin Luther King (1929-1968), Rosa Park (1913-2005), entre outros, resultando na política de cotas, decretadas pelo presidente estadunidense John F. Kennedy (1917-1963) (NILMA GOMES, 2005; PETRONILHA, 2003; SILVA, 2003).

O Presidente John Kennedy foi o primeiro governo americano que se empenhou em articular as ações afirmativas. Na Ordem Executiva (EO) 10 925, que dirigiu Kennedy aos contratados federais afirma que deve “existir a ação afirmativa para garantir os empregados e empregadores que sejam tratados durante o seu emprego, sem ter em conta a sua raça, cor, credo ou origem nacional” (SOMERS; JONES, 2009, p.246).

Essa lei era “uma preocupação para se evitar as discriminações daqueles que foram historicamente discriminados, antes de uma definição específica de cotas ou preferências” (SILVA, 2008, p.28). Desde o início de sua implantação nos anos 1960, logo após a assinatura de um decreto executivo pelo presidente John Kennedy - que determinava a inserção dos negros norte-americanos - eles lutaram pelo sistema educacional de qualidade (SILVÉRIO, 2002, p.238). Todavia, essas ações somente iriam ser planejadas e executadas com prazos, objetivos e metas, em 1968, com Lyndon Johnson (1908-1973) e, em 1971, com Robert Nixon (1939-2002).

Concorda-se com Munanga quando diz:

As experiências feitas pelos países que convivem com o racismo poderia servir de inspiração ao Brasil, respeitando as peculiaridades culturais e históricas do racismo à moda nacional. Podemos, sem copiar, aproveitar das experiências positivas e negativas vivenciadas por outros para inventar nossas próprias soluções, já que estamos sem receitas prontas para enfrentar nossas realidades raciais (MUNANGA, 2003, p.118).

A lei 10.639, promulgada em 2003, em seu texto completo tornou obrigatório - nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio oficiais e particulares - o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O conteúdo programático a que se refere o decreto deverá ser ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Os programas devem contemplar o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

A Lei também instituiu o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Todas essas assertivas são fatores incidentes das demandas negras bem como da promulgação das ações afirmativas (AA). Uma das mais polêmicas leis vinculadas às essas ações foi a criação dos sistemas de políticas de cotas no Ensino Superior. Desde o início de suas existências no pós-abolição, as lideranças negras preocuparam-se com educação e alfabetização como se fosse uma marca estrutural de suas reivindicações. Torna-se pertinente identificar, na transposição dessas demandas relacionadas às organizações civis negras por meio de suas lideranças, as políticas afirmativas de Estado. Porém, assim como as negociações se deram nas fissuras e nas tensões sociais, as suas aplicações jamais seriam diferentes.

A lei nº 10.639/03 que, acrescida das temáticas indígenas resultou na Lei nº 11.645/08, desde 2008 é considerada por lideranças negras atuais como uma das principais políticas conquistadas. Entretanto, esses mesmos representantes constantemente reclamam que desde a sua publicação, essa Lei, datada do ano de 2003, não vem sendo aplicada. Tal situação vem se repetindo em várias regiões do Brasil, justificada entre outras situações, em nosso entendimento, pela falta de sua institucionalização.¹⁵³ A institucionalização é um resultado capaz de sobreviver aos seus atores e ser renovado por outras gerações (ARENDRT *apud* AVRITZER, 2008). Ou seja, mesmo que essa seja fruto das negociações políticas advindas das ideologias citadas, quanto aos mecanismos indispensáveis à sua institucionalização, vem encontrando limites.

¹⁵³ O COPENE – Congresso dos Pesquisadores e Pesquisadoras Negros e Negras do Brasil, reuni pesquisadores de todo o Brasil no intuito de promover debates acadêmicos sobre os problemas cotidianos da população negra. O encontro se caracteriza pela qualidade e quantidade das comunicações e conferências. Uma das reclamações mais constantes dos participantes de todas as regiões do Brasil é para a falta de institucionalização da Lei 10.639/03 nos sistemas regionais de educação. Para saber mais sobre o COPENE consulte: <http://www.abpn.org.br/>. Acesso em 10 de out. 2012.

Reconhece-se que muito deve ser realizado quanto a esse aspecto. Entende-se que as reivindicações dos movimentos negros estão contribuindo para a ampliação qualificada do debate das desigualdades sociais em nosso país. Historicamente, devem-se considerar as contribuições de intelectuais brancos e negros, acadêmicos, militantes e formadores de opinião, e para além dos binarismos, de pessoas que no passado negociaram e fizeram na físsura das relações sociais - embora muitas vezes tuteladas - inovações em suas formas reivindicativas.

Os congressos e as solicitações de apoio a políticos, realizadas desde a época do trabalhismo, comprovam essa condição, já que, na dificuldade de adentrar nas estruturas do poder de Estado, os grupos negros organizaram convenções e reuniões em que propunham alternativas viáveis para combater os problemas enfrentados pelas populações negras na luta por prestígio, reconhecimento e melhorias sociais.

Se em nosso país não existissem problemas desta ordem, desde o período analisado, o que explicaria a Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, chamada Afonso Arinos, que incluiu como contravenção penal o preconceito de raça ou cor? Ou a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, conhecida como Lei Caó, que definiu como crime práticas resultantes de preconceito de raça ou cor?

A Lei nº 10.639/03, o Estatuto da Igualdade Racial, as próprias políticas de cotas nas universidades públicas e no serviço público municipal, estadual e federal são considerados resultados das reivindicações, das tensões e negociações políticas da comunidade negra e de seus representantes com outros atores políticos, explicadas por fatores culturais e sociais diversos como abertura política pós-Estado Novo, pressões de grupos organizados, luta pelos direitos civis e humanos e a afirmação política e cultural negra nos finais dos anos de 1970.

No Brasil, a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) também no ano de 2003 contou - no ato de sua fundação - com a presença de Abdias do Nascimento, intelectual simbólico das demandas negras, trabalhista histórico do PTB e do PDT. Em seu pronunciamento, invocou que a criação da SEPPIR: “devia-se a luta dos ancestrais negros rebeldes e dos orixás africanos”, identificando-se nesse discurso os valores ideológicos da negritude, ideais presentes na concepção desta instituição de Estado, com *status* de Ministério.

O fato dessa Secretaria, bem como das promulgações das Ações Afirmativas terem se dado no mesmo ano da assunção do Partido dos Trabalhadores ao poder do Estado brasileiro, identifica novamente a relação ideológica do trabalho com a

negritude. Situações que remontam à realidade, em que surgiu-nos a seguinte reflexão: qual foi o grupo que trabalhou arduamente nesse país, sem desmerecer aos demais, desde os séculos XVI?

3 A MEDIAÇÃO POLÍTICA DA PESCA E DA IDENTIDADE NEGRA NA ASSEMBLEIA DO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, serão descortinadas as traduções das assertivas da pesca e da identidade negra produzidas no parlamento sulino a partir de 1959. Este trabalho estará debruçado nos exames qualitativos e quantitativos dos discursos e intervenções referentes a essas demandas por intermédio da mediação (BERSTEIN, 2003, p.60-61) política do deputado estadual trabalhista Carlos da Silva Santos (1904-1989), identificando as articulações da linguagem cotidiana do político, selecionando os dispositivos ideológicos referentes ao tema da tese.

Essa seleção foi realizada por meio dos registros na imprensa, com o aporte bibliográfico, e dos anais da Assembleia Legislativa do Estado, produzidos na primeira legislatura em que Carlos Santos cumpriu mandato eletivo. Os discursos proferidos por Carlos Santos, bem como as fontes de nossa proposta, foram localizados em pesquisas nos acervos do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, na Biblioteca Borges de Medeiros na Assembleia do RS, na Biblioteca Pública de Pelotas e de Rio Grande.

Serão iniciados os exames quantitativos e qualitativos das práticas políticas de Carlos da Silva Santos, no intuito de selecionar e ordenar a sistematização das mesmas, referentes a esta proposta.

Serão desenvolvidas, a partir deste capítulo, bem como no desenvolvimento da tese, as interpretações dos discursos sobre a assertiva da pesca e da identidade negra entre os anos de 1959 e 1974, período em que o político exerceu - por quatro vezes consecutivas - o cargo de deputado estadual.

Nesta análise, o campo sobre a pesca contemplou pronunciamentos em que o político citou itens como o porto de Rio Grande, o desenvolvimento dos acessos ao porto da cidade, as construções de frigoríficos e a segurança da atividade dos pescadores, os projetos de leis apresentados sobre a pesca, ações referentes às campanhas de valorização do pescado e a necessidade de dragagem da barra do município - visto que esses assuntos, em maior ou menor grau, são vinculados às possibilidades do desenvolvimento da atividade da pesca na região.

Na promoção da identidade negra, os dispositivos citados pelo político, tais como o combate ao preconceito racial, as homenagens às personalidades negras ou todo e qualquer pronunciamento em que o deputado enunciou sobre as populações africanas

e afrodescendentes, suas condições culturais e sociais, inseriram-se no campo discursivo relacionado à identidade.

Carlos Santos iniciou a defesa da indústria da pesca e dos grupos vinculados a esta com os pescadores e os empresários fazendo sua mediação política em torno da resolução da crise financeira que assolava o Estado, refletindo diretamente nas necessidades econômicas, culturais e sociais desses grupos.

Serão acompanhadas as ações de Carlos Santos nas fundações da “Operação Rio Grande”, na elaboração da “Carta da Pesca” e das atividades como a Festa do Mar e a segurança da vida e dos direitos dos pescadores, além de sua participação na criação da Superintendência Nacional da Pesca. Uma das afirmações de Carlos Santos para amenizar o problema da crise era investir na indústria da pesca, sendo ela potencializadora do desenvolvimento.

Tem-se a defesa da identidade negra, realizada por ocasião da homenagem ao “Almirante Negro” João Cândido (1880-1969) e ao jornalista Paulino Azurena (1860-1909), que por meio das crises das relações raciais internacionais, eram lembrados pelo político e por seus pares, como exemplos da agência negra na superação desses problemas no Brasil e que isso gerava tensões entre os políticos. Nesse sentido, ressalta-se que Carlos Santos era identificado por seus pares como membro da comunidade negra, em um contexto em que era latente o preconceito racial a nível regional, nacional e internacional. Salvo nas alusões da democracia racial brasileira, que fazia do Brasil, ao menos no discurso, um país harmônico - preceito, inclusive, defendido por Carlos Santos. Também, será aprofundado a questão racial, citado pelo orador como uma situação externa ao Brasil, embora o mesmo reconhecendo o problema “racistoide” no cotidiano local.

Os temas da pesca e da identidade negra serão examinados por meio da mediação política de Carlos da Silva Santos, identificados em seus discursos. Serão analisados os cenários políticos tensos desses dezesseis anos, em que o país caminhava a passos largos para a crise do equilíbrio político entre os grupos, que vinham se mantendo aos sobressaltos desde a morte de Getúlio Vargas.

3.1 ABERTURA DOS PRONUNCIAMENTOS NO PLENÁRIO SUL-RIO-GRANDENSE

No dia 2 de março de 1959, Carlos Santos inicia os seus trabalhos na 40ª legislatura do parlamento sul-rio-grandense pelos quadros do PTB. Assume, dessa vez pelo voto direto, após conquistar no ano anterior 8.504 votos.¹⁵⁴ Já nesse ano, o político discursou no parlamento em dezesseis oportunidades, sendo seis correspondentes às temáticas de nossas análises.

Da tribuna, denunciou o descaso com a produção pesqueira do Rio Grande do Sul, bem como a falta de assistência aos trabalhadores da pesca, além de tencionar, mesmo que sutilmente, os políticos sul-rio-grandenses sobre as mazelas do preconceito racial, iniciando as suas ações e fundações sobre a pesca e a identidade negra.

Na tabela abaixo, visualiza-se a quantidade dos discursos realizados por Carlos Santos no parlamento:

Tabela 4 – Total de discursos pronunciados por Carlos Santos na assembleia do RGS (1959-1962)

Ano	QTD	Sobre a pesca e a negritude	Pesca	Identidade Negra
1959	18	06	03	03
1960	21	10	8,5*	1,5*
1961	24	07	07	00
1962	09	04	03	01
4 anos	74	27	21,5	5,5

Fontes: Do autor, com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS de 1959-1963

Obs.: em discurso pronunciado no dia 22 de abril de 1960, na abertura dos trabalhos na assembleia, após recesso parlamentar de 80 dias, Carlos Santos verbalizou dois temas: o racismo na África do Sul e o início da “operação Rio Grande” - no intuito de se investir no potencial setor pesqueiro de Rio Grande. Nessa situação, o político dividiu as atenções sobre os temas de nossa tese. Visando a equacionar esta análise, opta-se por dividir o discurso desse dia em duas partes, uma para a questão da pesca e outra para a negritude. Por essa razão, a numeração está diferenciada.

Será contextualizado o período para interpretar as nuances discursivas de Carlos Santos em defesa da pesca e da comunidade negra. Economicamente, o Rio Grande do Sul, após a II Guerra Mundial, teve um incremento substancial nas finanças, devido à crise internacional de mercado, pois as exportações atingiram números altos, o que

¹⁵⁴ Em 1947 ele assumiu, mas como suplente de Tarso Dutra - PSD, conforme dados documentais consultados na Assembleia do Estado RS.

gerou prosperidade até o final dos anos de 1950. Os produtos mais negociados eram o milho, o arroz e a mandioca.

No primeiro semestre de 1944, os produtos sul-rio-grandenses para o exterior somaram 180,3 mil toneladas, no valor de Cr\$ 318,4 milhões. Entretanto, conforme a Guerra foi chegando ao seu final, as finanças do estado também passaram a recuar, o que demonstrou a vulnerabilidade dos mercados regional e internacional na época. Em 1945, houve retração, sendo exportados 104,1 mil toneladas com Cr\$ 281,8 milhões de lucro.¹⁵⁵

Nos anos seguintes, a tendência das exportações para o exterior continuou em queda de volume e valor. Em seu relatório, relativo ao exercício de 1945, a diretoria do Banco do Rio Grande do Sul atribuiu a retração às “deficiências de transporte e à redução dos estoques de alimentação e de matérias-primas com o desfecho da guerra que, então, se precipitava” (MULLER, 1998, p.138).

Com isso, o Estado, por meio do empresariado, passa a intensificar as exportações para o mercado interno, vislumbrando maior competitividade de seus produtos basicamente agrícolas. Conforme relatório do Banco do Estado:

Tudo isso vem demonstrar a necessidade de intensificarmos as correntes de exportação da produção do Rio Grande para os mercados nacionais que, em qualquer época, são os escoadouros naturais e seguros da nossa variada economia rural e industrial (...) com os mercados nacionais – que jamais se bastam a si mesmos e onde é raro o perigo de interrupção ruinosa e difícil à concorrência de similares estrangeiros (GRIFO NOSSO) (MULLER, 1998, p.138-139 *apud* relatório do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ano 1947).

São Paulo e Distrito Federal (Rio de Janeiro) eram o destino de mais de 55% dos embarques, sendo que, em 1952, a participação dos demais estados no comércio externo do Rio Grande do Sul era de 74,3% do volume e 90,3% do valor. A expressão “celeiro do Brasil” ressurgiu como sinônimo de Rio Grande do Sul (MULLER, 1998).

O mercado interno foi a alternativa para o nosso desenvolvimento, porém, a diretoria do Banco do Estado advertia que essa situação poderia acabar, já que o momento de prosperidade era um fenômeno ligado à inflação e ao elemento quantitativo das exportações. Na realidade, substancialmente havia dificuldades tecnológicas para uma produção industrial qualitativa. A fragilidade de nossa economia poderia surgir

¹⁵⁵ MULLER (1998) *apud* Relatório do Banco do Rio Grande do Sul. Relatório correspondente ao ano de 1947. Porto Alegre: Selbach, 1948. p.33.

com as crises, conforme o Banco, já que existiam concorrentes melhor posicionados em relação à demanda aos consumidores. Nesse sentido, tinha-se uma economia, na metade dos anos 1950, em crescimento limitado e com prazo para declinar (MULLER, 1998, p.140).

É importante ressaltar que o Brasil, no período, mantinha um ritmo de crescimento com aumento de safras, produção e salários. Entretanto, o centro do país concentrava a maior riqueza, conforme citado anteriormente. Com a guerra da Coreia e o risco de um novo conflito mundial, os produtos brasileiros passam a ser valorizados.

Todavia, o que passou a preocupar os produtores e exportadores do Estado foi: “além das questões trabalhistas, infraestrutura de transportes, comunicação, energia elétrica (...)” e, por isso, as críticas e as encampações das empresas estrangeiras. A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) “manteve a melhoria da qualidade da produção agropecuária gaúcha e realizou anualmente as exposições de animais e produtos derivados” (MULLER, 1998, p.145). O empresariado e os produtores queriam resolver o problema imediato da expansão de seus negócios.

Com essas situações envolvendo os produtos agrícolas, independentemente da instabilidade e da produção primária, e a partir dos produtos da agroindústria, a terra passa a ser valorizada no Rio Grande do Sul. Tal situação vinha em um crescente por meio de investimentos do próprio estado. Ressalta-se que a falta de investimentos em outros setores já anunciados, tais como energia, infraestrutura e tecnologia, seriam os limites para o desenvolvimento de nossa economia, gerando estagnação. Outra questão foi o fomento da economia nacional ao concentrar seu desenvolvimento na região Sudeste (BRUM, 1984).

Em nível nacional, para combater os efeitos da crise anunciada, surgiu o Plano de Metas (1957-1961), que oscila entre o neoliberalismo ou capitalismo autônomo e com força nos setores populares. Surge, ainda, o desenvolvimentismo, com a classe proprietária nacional vinculada aos grupos internacionais do capitalismo associado (MULLER, 1998, p.386), o que geraria tensões constantes na política nacional até a radicalização do processo para definir qual modelo político-econômico o país seguiria.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Esta análise, embora verse sobre economia, é política. Como afirma Rémond (2003. p.23): a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor ou pior, já que é nesse campo que são definidas as políticas públicas.

Salienta-se que as reivindicações dos trabalhadores da pesca e as situações envolvendo as melhorias das condições sociais das populações negras, no estado e no país, no contexto mundial de independência dos países africanos, são influências que envolveram as sensibilidades do político negro rio-grandino Carlos Santos. Tais situações são identificadas em seus discursos, denunciando os possíveis motivos do atraso econômico, social e cultural por que passava a região de Rio Grande, o Estado do Rio Grande do Sul, o Brasil e o mundo, a partir dos conflitos raciais que ocorriam em outros países. Quanto ao preconceito racial, Carlos Santos denunciava essa mazela com os limites do período, obviamente (segundo constatações próprias), propunha alternativas para o reconhecimento das mudanças materiais (objetivas) do negro no cotidiano e da mentalidade (subjativas) vinculada aos “racistoides”, como ele bradava.

Quanto ao lado subjetivo do negro, ele enfatizava a educação para a elevação da autoestima para resistir ao preconceito. Em determinados momentos, Carlos Santos resistia, no parlamento, também por meio de seus silêncios, para depois verbalizar, com mais força ou em momentos mais oportunos, as suas crenças e os seus propósitos (ORLANDI, 1995).

Em 1959, conforme o visualizado na tabela, Carlos Santos discursou em 17 oportunidades na “casa do povo”:

Tabela 5 – Intervenções realizadas no ano de 1959

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	02/03/1959.	Retorno à Assembleia, defesa dos trabalhadores, pensionistas, Rio Grande e São José do Norte.	Anais, março de 1959. Vol, p.273-74-75.
02	07/04/1959.	Legião Brasileira de Assistência (LBA) e os valores repassados a Rio Grande.	Anais, abril, p.4.
03	20/04/1959.	Debate sobre a Previdência do Estado.	Anais, Abril, p.322.
04	<u>26/06/1959.</u>	<u>Apresenta e encaminha à mesa o Projeto de Lei que concede pensão especial a João Cândido.</u>	<u>Anais, junho, p.496-497.</u>
05	13/07/1959.	Apresenta e encaminha à mesa o Projeto de Lei nº 130/59 sobre renovação de matrículas nos estabelecimentos de ensino.	Anais, julho, p.151-52
06	23/07/1959.	Homenagem a Euclides de Cunha - 50 anos de sua morte.	Anais, julho, p.391-393.
07	06/08/1959	<u>O drama do pescador brasileiro.</u>	<u>Sessão do Dia 06 de agosto de 1959. p.11-19</u>
08	14/09/1959.	Auxílio junto ao Poder Executivo para a cidade de Rio Grande, sua terra natal, por motivos de enchente naquele município, o que gerou forte crise. A.L apresenta um Plano de Obras.	Anais, setembro, p.173-74.

<u>09</u>	<u>24/09/1959.</u>	<u>Homenagem a João Cândido - O “Almirante Negro”.</u>	<u>Anais, setembro, p.423-425.</u>
<u>10</u>	<u>05/10/1959.</u>	<u>Aniversário do Jornal Correio do Povo: Homenagem à Caldas Júnior com destaque especial à Paulino Azurenha: o “Léo Pardo”.</u>	<u>Anais, outubro, p.49-50.</u>
11	15/10/1959.	Aplicação de trinta milhões de cruzeiros na construção da estrada São José do Norte - Porto Alegre.	Anais, outubro, p.177.
12	19/10/1959.	Homenagem ao dia do Professor.	Anais, outubro, p.265-266.
13	22/10/1959.	Homenagem ao centenário de Alcides. De Mendonça Lima. Político, jurista e advogado pelotense.	Anais, outubro, p. 327-330.
<u>14</u>	<u>26/10/1959.</u>	<u>A falta de um Banco de Crédito na cidade de São José do Norte e a construção de um entreposto de pesca na região.</u>	<u>Anais, outubro, p. 347.</u>
15	19/11/1959.	Proposta de Projeto de Lei que altera a Lei do Ensino Secundário	Anais, novembro, p.103.
16	21/11/1959.	Proposta de alterações na Lei de Aposentadoria do Estado - 15% aos aposentados que continuarem na ativa.	Anais, novembro, p.124.
<u>17</u>	<u>23/11/1959.</u>	<u>Acusa o descaso econômico que é imposto ao município de Rio Grande em virtude da competitividade estrangeira.</u>	<u>Anais, novembro, p.163-64.</u>

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa, 1959 e SANTOS, Carlos. Campanha de Valorização do Pescado. (GRIFOS NOSSOS)

No ano de 1959, Carlos Santos discursou 17 vezes, sendo seis discursos referentes ao problema da pesca e às questões identitárias. Os discursos que serão analisados foram proferidos nos dias 26 de junho, 6 de agosto, 24 de setembro, 5 de outubro, 26 de outubro e 23 de novembro.

Propõe-se iniciar a análise a partir dos discursos de afirmação da pesca. Esses pronunciamentos foram realizados nos dias 6 e 7 de agosto, 26 de outubro e 23 de novembro.



Imagem 9 - Carlos Santos em plenário.
Revista do Globo, Porto Alegre, 1962, p.29.

3.2 CARLOS SANTOS E O INÍCIO DA DEFESA DA PESCA DO RIO GRANDE DO SUL

A partir de 1919, foi a Marinha a responsável pelo estabelecimento das Colônias de Pescadores e outros mecanismos de intervenção do estado no setor (SILVA, 1988). Em 1920, foi criada, também pelo estado, a Confederação dos Pescadores do Brasil como sendo o órgão que congregava todas as federações estaduais de pescadores. Para Décio Souza Cotrim (2008, p.18), “as relações instituídas entre pescadores e estado desde essa fase se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo. Nesse processo de conquista da confiança dos pescadores, o estado prestou serviços gratuitos em embarcações, doou redes e ofereceu serviços de saúde”. Como se observa com o tempo, os pescadores fizeram, por meio de reivindicações, valer as suas necessidades.

No Rio Grande do Sul, como representações oficiais dos pescadores, existem 16 colônias de pesca e cinco sindicatos dos pescadores. São elas:

Tabela 6 – Colônia dos Pescadores do RS

Zona	Município
Z1	Rio Grande
Z2	São João do Norte
Z3	Pelotas
Z4	Viamão (Itapuã)
Z5	Porto Alegre (Ilha da Pintada)
Z6	Venâncio Aires
Z7	Quinze de Novembro
Z8	São Lourenço do Sul
Z9	Uruguaiana
Z11	Tavares
Z12	Itaqui
Z13	Cachoeira do Sul
Z16	Santa Vitória do Palmar
Z17	Santa Maria
Z18	Ijuí
Z19	Roque Gonzáles
Z20	Estrela

Fonte: COTRIM, Décio Souza. Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS). Dissertação de Mestrado PGDR – UFRGS, 2008.

< http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/teses/Agroecologia_sustentabilidade_e_os_pescadores_artesanais.pdf >
Acesso 01 out.2012.

Além dessas Zonas, atualmente, permanecem os Sindicatos dos Pescadores de Pelotas, Jaguarão, Torres, São Jerônimo e Tramandaí (COTRIM, 2008, p.19).

Carlos Santos defendeu sistematicamente as Zonas Z1 e Z2. A região de Rio Grande - Z1 configura-se a mais extensa e produtiva Zona de Pesca do Brasil. Caracterizando-se em um meio (eco) dinâmico específico, o trecho sul da Lagoa dos

Patos, incluindo o canal de trocas com o oceano Atlântico, constitui uma preciosa área estuarina, responsável pelo extraordinário sistema ambiental lagunar marinho.

Imagem 10 – Imagem da Região Sul do Estado do RS, capturada por satélite.



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=MAPA+DE+RIO+GRANDE+DO+RS&hl=pt->

A corrente quente do Brasil, a corrente fria das Malvinas e a embocadura da Lagoa dos Patos possibilitam o desenvolvimento de rica população marinha. Não obstante, os problemas do desenvolvimento da indústria da pesca, na Zona Sul do estado, decorriam da “frota de captura tecnologicamente atrasada, esforço de pesca não dimensionado à capacidade de renovação das populações marinhas e importação de matéria prima” (VIEIRA, RANGEL, 1993, p.87).

Outra zona, São José do Norte, conhecida como maior produtora de cebolas do Brasil, tem uma origem da população açoriana, predominantemente de origem rural. No limite da Laguna dos Patos, existem pequenas vilas que se alimentam principalmente de camarão. Nessas vilas, os pescadores e os agricultores trocam de produção, sendo inexistente uma agricultura produtiva em virtude das dunas. Atualmente, o município ainda depende da balsa como meio de transporte, carecendo de infraestrutura e vivendo da pesca e da cebola (FONTOURA, 1994). Para Carlos Santos, Rio Grande e São José do Norte, representadas pelas zonas de Pesca Z1 e Z2, eram cidades irmãs, já que eram limítrofes e dependiam da pesca para seu desenvolvimento econômico.

Imagem 11 – Foto capturada por satélite dos municípios de Rio Grande e de São José do Norte.



Fonte: <http://gruposcoiteioburiti.blogspot.com.br/2011/11/rumos-do-sul-20-sao-jose-do-norte.html>. Acesso 12 out. 2012.

Em 1959, a mediação entre os interesses dos trabalhadores pesqueiros com os órgãos públicos, nas cidades de Rio Grande e São José do Norte, passou a ser realizada por Carlos Santos, que denunciou em plenário, no dia 06 de agosto:

No Rio Grande do Sul, 20% da produção de peixe é feita em barcos pesqueiros, por conta das grandes indústrias, 80% das safras resultam do trabalho individual ou das parcerias pelo sistema de parceria entre os donos dessas parcerias e os chamados “proeiros” que são os pescadores, com o pagamento pelo critério antieconômico e altamente prejudicial de vales e fornecimento de ranchos (...) (SANTOS. CORREIO DO POVO, 06 de Agosto de 1959, p.12) (GRIFO NOSSO).

Os povos do mar, em especial a esfera artesanal na qual, segundo Carlos Santos, estavam os maiores explorados do ramo, fora o setor trabalhista que o político mais defendeu, de maneira peremptória, durante o final dos anos de 1950 e 1960.

Ele lutava pela (re) definição do sistema que mantinha as populações locais praticamente na miséria, em prejuízo, enquanto lucravam as grandes indústrias. Os agrônomos Vinicius Frizzo Paquotto e Lovois de Andrade (2004, p.2) afirmam que a natureza é o meio de trabalho dos pescadores artesanais que, para extrair dela as condições objetivas de sua reprodução social, desenvolveram os mais variados sistemas técnicos de captura das diferentes espécies de pescado. Dessa natureza, surgiu um sistema que pode-se analisar objetivamente, algo que, em última instância, serviria para

qualificar a vida dos que dependem dessa atividade para sobreviver. Para Frizzo e Andrade (2004):

(...) um sistema, tem como componentes os diferentes tipos de pescadores, seus conhecimentos, os recursos naturais, os equipamentos e técnicas empregados na captura do pescado, as relações de trabalho etc.; sendo que necessitamos estar atentos para o fato de que a subjetividade dos atores que constituem este sistema tem um papel decisivo sobre a forma como este estará evoluindo, uma vez que conduz suas interpretações e decisões frente à realidade à qual estão expostos (...) (FRIZZO, ANDRADE, 2004, p.6).

Na realidade desses pescadores, Carlos Santos, em sua ação política, enfatizava a precariedade da vida desses trabalhadores da pesca do município de Rio Grande. Incluindo outras zonas pesqueiras, contra o descaso do governo quanto às situações das Colônias de Pesca, conforme a denúncia abaixo:

(...) Agora mesmo, a colônia Z-1 de Rio Grande nos transmite a desoladora notícia de que na sua Policlínica não existe assistência médica, farmacêutica e hospitalar (...). A colônia Z-4 de Itapuã recebe de vez em quando a visita de médico e enfermeiro, o que a rigor deveria ser obrigatoriamente ali mantido e remunerado pela União, através da Policlínica dos pescadores (...). De igual forma, a Colônia deveria transformar-se em motivo de real interesse para o pescador e sua família, através da criação de escolas profissionais e cursos de pesca (...) além de outras medidas indispensáveis a dignificação da pessoa e do trabalho do pescador (SANTOS, 06 de Agosto de 1959, p.12) (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos (1959, p.12) afirmou, na época, que por direito o pescador está na faixa dos grupos profissionais atingidos pela proteção legal do trabalhador, embora não participasse das prerrogativas mínimas dessas camadas sociais. Santos informou, ao periódico *Correio do Povo*, que os municípios de Rio Grande e São José do Norte, locais das Colônias Z-1 e Z-2, tinham em torno de três mil pescadores, dos quais somente 5% estavam inscritos como associados das colônias no IAPM.¹⁵⁷ Essa previdência pública foi fundada pelo Estado para a manutenção dos trabalhadores do

¹⁵⁷ As Caixas de Aposentadoria e Pensões, instituídas pela chamada Lei Elói Chaves, de janeiro de 1923, beneficiavam poucas categorias profissionais. Após a Revolução de 1930, o novo Ministério do Trabalho incorporou-as e passou a tomar providências para que essa garantia trabalhista fosse estendida a um número significativo de trabalhadores. Dessa forma, foi criado o IAPM, em junho de 1933, ao qual se seguiram o dos Comerciantes (IAPC), em maio de 1934, o dos Bancários (IAPB), em julho de 1934, o dos Industriários (IAP), em dezembro de 1936, e os de outras categorias profissionais, nos anos seguintes. Em fevereiro de 1938, foi criado o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE). A presidência desses institutos era exercida por pessoas livremente nomeadas pelo presidente da República. Ver:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>>. Acesso em 17 de ago. de 2012.

setor, prestando auxílios materiais e imateriais, a fim de desenvolver a garantia dos direitos da classe.

Para Carlos Santos, “deveria o Estado mediante convênio com o Ministério da Agricultura, tornar mais ampla e efetiva, no Rio Grande do Sul, a assistência ao pescador e sua família”. Segundo a proposta teórica desta pesquisa, Santos quis dizer que o Estado deveria institucionalizar, de fato, o auxílio. Santos ainda declarou, ao Correio do Povo, que deveria valer a já fundada, porém não institucionalizada, Lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941, que regulava a situação dos pescadores perante o IAPM e mantinha uma política assistencial à heroica família dos trabalhadores da pesca no Brasil, com bases fundamentadas em quatro pilares de difícil funcionamento, por falta de recursos objetivos destinados pelo Estado, quais sejam:

- 1º - Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura;
- 2º - Diretoria de Caça e Pesca com atribuição no Estado, mediante convênio;
- 3º - Policlínica dos pescadores do Ministério da Agricultura;
- 4º - Caixa de Crédito da Pesca, que é autarquia ligada ao mesmo ministério.

Certamente, ao denominar “heroica” as famílias dos trabalhadores da pesca, Carlos Santos estava ciente das reivindicações históricas dessa categoria e de que as fundações das leis, após as aventuras dos jangadeiros, pouco tinham transformado as vidas dos pescadores nacionais.

Não obstante, a realidade era outra. Mesmo com todas essas bases fundamentais de assistência, a institucionalização inexistia, situação que Carlos Santos ratificou em matéria publicada:

(...) o pescador do Rio Grande do Sul é um desajustado, um abandonado, um esquecido, em que pese à expressão eloquente da sua presença atuante no conjunto das grandes forças geradoras do progresso e do desenvolvimento econômico da nação. Objetivo de farta legislação, sua condição social, no entanto, é uma gritante, negação de tudo quanto, em matéria de assistência se reclama no bojo dos textos legais. (...) O pescador continua retratado, no fundo das suas vicissitudes, o realismo brutal de um trabalho escravo. (SANTOS, 06 de Agosto de 1959, p.12) (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos, a exemplo do que fizeram os jangadeiros cearenses, guardadas as proporções de sua função política, cobrava a institucionalização da Lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941, que regulava a situação dos pescadores perante o IAPM. A partir

dessa situação, compreende-se que o político, como membro do PTB, é o responsável pela tradução das demandas desses trabalhadores com o estado, o que demonstra a luta dos pescadores como um movimento político-social que tencionava o poder público.

As ações dos jangadeiros pressionaram o Estado para a fundação das leis, assim como as ações de Carlos Santos. Entretanto, ele visou à institucionalização da Lei 3.832/41, para efetivamente regulamentar os direitos trabalhistas dos pescadores.

Em matéria publicada no jornal Diário de Notícias de Porto Alegre, os pescadores da Zona Sul do estado, em 1959, também cobravam melhores condições de abastecimento e providências necessárias para as melhorias das suas condições sociais. Os pescadores das Zonas: Z1 - Rio Grande, Z2 - São José do Norte e da Z3 - Pelotas, conversaram pessoalmente com Zacharias de Azevedo, delegado regional da Caixa de Crédito, exigindo comprometimento com as suas demandas.¹⁵⁸

Desde a fundação das Delegacias de Pesca, tornaram-se comuns as reivindicações dos trabalhadores a respeito do comprometimento dos representantes enviados para coordenar as Colônias. Esse responsável, em última análise, era o próprio governo personificado na região. Esse coordenador, independentemente da sua região ou colônia, era constantemente atacado em reivindicações organizadas pelos pescadores, como se verificou nas reclamações dos jangadeiros que vieram do Ceará a Porto Alegre em 1951.¹⁵⁹

A efetividade da Caixa de Crédito, junto aos pescadores, era fundamental para a manutenção das suas zonas. Essa situação também foi cobrada em discurso de Carlos Santos, realizado no dia 26 de outubro de 1959, conforme segue:

Hoje volto a tratar de assunto de vital importância para São José do Norte, problema de alta relevância social e econômica que constitui uma das mais sentidas aspirações daquela população, qual seja a instalação ali, de uma Agência de nosso principal estabelecimento de crédito (...) sua pecuária grandemente desenvolvida, sua produção pesqueira em escala cada vez maior, dão a São José do Norte foros de grande centro produtor (...) a ausência de qualquer agência de banco naquela comuna, obriga seus homens de comércio, seus criadores e seus agricultores à prática sempre nociva aos mais rudimentares princípios de economia, da retenção do dinheiro em

¹⁵⁸ Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 26 de setembro de 1959, p.03.

¹⁵⁹ As reclamações dos jangadeiros visavam à institucionalização de suas demandas, já que, além das promessas do poder público, existiam as leis fundadas, a exemplo do IAPM que foi vista anteriormente. Conforme acusam as passagens enunciadas, os que queriam os pescadores? “O que queremos é que melhores condições de vida, tantas vezes prometidas, nos sejam dadas...”, “(...) Nosso *raid* ao Rio Grande do Sul será apenas para cobrar as promessas feitas (...) O pescador do NE vive como Deus é servido, sem amparo, sem assistência (...)”. E a reclamação mais comum era que: “os técnicos coordenadores das Delegacias da Pesca de fato entendessem do assunto da pesca” (NEVES, 2011).

espécie, não raro grandes quantias, em suas casas próprias (...) deixo aqui meu apelo aos altos quadros diretivos do Banco do Brasil para que concretize sem maior delonga a velha e justa aspiração de São José do Norte na instalação de uma agencia bancária naquele município (GRIFO NOSSO).

A caixa de crédito seria fundamental para a preservação dos recursos financeiros dos pescadores. Porém, um espaço comercial seria necessário, pois conforme Santos:

(...) a construção ali de um Entrepasto de Pesca, obra há muito já planejada pelo governo federal com local escolhido, plantas aprovadas e verbas indicadas, inclusive emendas no orçamento de 1960 apresentadas (...) é outro empreendimento do qual vem se ressentindo São José do Norte (...) Finalmente, Sr. Presidente, um posto agropecuário, velho sonho da prestimosa e operosa Associação Rural de São José do Norte é outra necessidade imperiosa daquele município, cujo alto índice de produção sobremodo aconselha a implementação ali de um sistema racional de adestramento técnico dos agricultores, dos criadores e dos pescadores, mercê de uma assistência efetiva que lhes aprimore conhecimentos e melhore os meios de produção, em função, é obvio do progresso daquela zona e maior desenvolvimento econômico de nosso Estado (GRIFO NOSSO).¹⁶⁰

A falta de uma Caixa de Crédito na cidade fazia com que os pescadores guardassem, literalmente, dinheiro “debaixo do colchão”, além de prejudicar suas poupanças. Em outra ação discursiva emitida por Carlos Santos, este cobrou do governo um “entrepasto” de pesca na região. Por fim, Carlos Santos pressionou por incentivos para os trabalhadores da pesca e a melhora técnica desses profissionais para a competição econômica e conseqüente desenvolvimento do setor.

Devido à crise no estado e às tensões entre as classes, Carlos Santos age e, juntamente com Euri Vieira - juiz do Tribunal Regional do Trabalho - passa a visitar as camadas populares de Rio Grande no intuito de escutar os anseios do cotidiano daquelas populações, visando, após essa observação, à produção de um relatório para se entregar em mãos do governador do Estado em 1959, Leonel Brizola (1922-2004), para a resolução da crise.

Em discurso Carlos Santos do dia 23 de novembro denunciou:

Estou, entre contristado e apreensivo, regressando da visita que faço, mensalmente, a minha terra natal, àquele mesmo e legendário parque industrial do extremo sul brasileiro, o opulento porto marítimo do estado (...) que hoje enfrenta a mais tremenda crise econômico-social de toda a sua história duas vezes centenária (...) as nossas observações recolhidas entre os elementos da cúpula da estrutura socioeconômica do município, não somente entre as chamadas classes conservadoras ou produtoras entre os quadros dirigentes da indústria e comércio locais, que, certamente, sentem o problema, porém tem condições própria de enfrentá-lo e contorna-lo no que possa oferecer ameaça a sobrevivência dos grupos humanos, observações

¹⁶⁰ Anais da Assembleia Legislativa, 26 de outubro, p. 347.

arrancadas lá do recôncavo do infra mundo das camadas populares, de onde vem o clamor surdo das multidões angustiadas e poderá romper a erupção vulcânica das revoltas incontroláveis que as crateras dos jamais conseguirão aliviar (...) quanto ao desencantado setor pesqueiro, para onde se voltam as esperanças dos mais otimistas sabemos que as suas atividades se desenvolvem em condições as mais primitivas. (...). (GRIFOS NOSSOS).¹⁶¹

Nesse pronunciamento, a partir da economia da pesca, Carlos Santos identificou os seguintes grupos: dirigentes da indústria e do comércio, além das próprias camadas populares, sendo este último vinculado aos pescadores artesanais. No discurso já referido, se identifica a tradução política de Carlos Santos em nome das populações insatisfeitas, nesse momento preocupado em levar ao poder de estado os perigos da crise, pois, ao relatar que se encontrou com as camadas populares, percebeu que: “poderá romper a erupção vulcânica das revoltas incontroláveis que as crateras jamais conseguirão aliviar...”.

Além disso, assevera que “quanto ao desencantado setor pesqueiro, para onde se voltam as esperanças dos mais otimistas sabemos que as suas atividades se desenvolvem em condições as mais primitivas”. Portanto, era necessário transformar essa situação. Ao mesmo tempo, destaca-se que Carlos Santos, além de advertir o governo, passa a defender os pescadores e a pesca industrial como forma de combater e afastar a crise percebida, já que o setor pesqueiro - em virtude de nosso extenso litoral - poderia oferecer um rumo ao desenvolvimento econômico e social ao município de Rio Grande e, conseqüentemente, do estado. O político tenta harmonizar os conflitos a fim de possibilitar que o Estado avance para uma prosperidade econômica, sem conflitos de classes.

Além disso, a questão do nacionalismo, ideologia de seu partido, que frisava a retomada da autonomia econômica e da proteção dos recursos de nosso país era a tônica do discurso de Carlos Santos, que condenou a saída onerosa da *Cia Swift* de Rio Grande, já que, no momento da crise, a empresa americana deveria, segundo ele, assumir a responsabilidade de sua atitude ao invés de fechar as suas portas e sair do Estado.

Ressalta-se que se deve pensar na situação da pesca e dos pescadores em relação aos demais setores da economia, pois todos os grupos do ramo estavam vinculados ao discurso político de Carlos Santos de determinada maneira, em maior ou menor grau,

¹⁶¹ Anais da Assembleia Legislativa, 23 de novembro de 1959, p.163.

visto que os anseios do político formavam a base da plataforma de seu partido, que no ano seguinte vai promover melhorias na região sul do estado. Para Carlos Santos:

A depressão econômica e a vertigem inflacionária que assoberbam e asfixiam o país têm em Rio Grande características próprias (...) no setor da indústria de carnes e derivados, a falta de matéria prima, ou seja, de gado de abate, ensejou o fechamento, *ex-abrupto*, dos estabelecimentos da poderosa *Cia Swift*, depois de quase meio século de atividade altamente rendosa para aquela empresa americana. Como se vê, não é apenas a *Cia Swift* que constitui o problema angustiante a desafiar a argúcia e a sensibilidade dos que tem sobre os ombros a responsabilidade dos destinos de nosso estado (...) (GRIFO NOSSO).¹⁶²

Além do fechamento da *Swift*, a depressão econômica e a inflação eram um desafio a ser superado. Carlos Santos alerta para o problema do nosso baixo investimento tecnológico que, como observou-se anteriormente, desde o final dos anos 1940 era previsto e anunciado pela diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. No mesmo dia em que critica a companhia americana, o político foi taxativo quanto à concorrência interna dos estados: “A falta de atualização de maquinaria e de método de trabalho vão ensejando uma posição de inferioridade de nossos produtos em conjunto em confronto com outros congêneres de outros pontos do país”.¹⁶³ Entretanto, a *Cia Swift* é o espelho da crise sistêmica que assolou o trabalhismo no final de 1959.

E por meio de uma reflexão sombria, acusa o capital internacional, por intermédio da *Swift*, de explorar o município de Rio Grande sem ter revertido tal exploração em algo que pudesse ter gerado melhorias substanciais no desenvolvimento econômico da cidade. Podendo, quem sabe, “ter ficado um pouco mais de tempo para que os setores da pesca e da agricultura melhorassem na região” ao invés de enviar os lucros para os Estados Unidos.

Segundo Carlos Santos, a empresa teria deixado um saldo de mais de um mil desempregados com assistências duvidosas em épocas de farta legislação trabalhista. Como denuncia novamente Carlos Santos:

Essa companhia é bem verdade trouxe a sua contribuição sinistra para o agravamento do quadro já sombrio que o estado já oferecia. Empresa poderosa ligada a trustes internacionais, a *Swift* durante quase meio século usufruiu de inúmeras vantagens e concessões, monopolizou a energia do Rio Grande e de outros pontos do estado amalgamou com o sacrifício de nossos irmãos operários os lucros fabulosos que exportou para Chicago (...) eram constantes as reclamações trabalhistas em todas as instâncias (...) vivendo do Rio Grande sem a mínima sensibilidade de viver para o Rio Grande

¹⁶² Ibidem, p.163

¹⁶³ Ibidem.

materializou-se na orgia dos lucros opulentos que abarrotaram o meio século de suas atividades a beira do Atlântico (...) e não há notícia em Rio Grande uma entidade de assistência social, movimento de filantropia ou de uma campanha de solidarismo fraterno em toda sua existência (...) (GRIFO NOSSO)

Por essas palavras, identifica-se a postura trabalhista e nacionalista de Carlos Santos. E, ainda conforme o seu discurso:

A *Cia Swift* mostrou-se incapaz de um gesto de compreensão moral e de correspondência afetiva para com a terra e a gente que constituíram as pilastras de seu poderio econômico no extremo sul brasileiro (...).

E seguem as declarações de Santos:

Tal gesto seria uma tentativa mesmo com prejuízos materiais (...) de permanecer algum tempo mais funcionando no setor de pesca, das frutas e de conservas outras até que o Rio Grande melhorasse suas condições econômicas e sociais (...).

(...) encerrou as suas atividades agredindo a tutela que a lei oferece ao trabalhador nacional cumprindo, assim, sua incorrigível vocação de desprezo e repulsa a Consolidação das Leis do Trabalho.

(...) Indenizações foram sonegadas (...) esdrúxulo pagamento a longo prazo (...) não se trata de uma empresa em falência ou liquidação mas de uma potência em pleno poderio econômico com fabulosas instalações em Rosário do Sul e Livramento nesse estado, Utinga, Rio Preto, Campinas e em São Paulo (...).

O Rio Grande precisa sobreviver (...) essa Assembleia Legislativa, através de sua Comissão de Desenvolvimento Econômico, poderia promover estudos especiais sobre o problema rio-grandino (...).¹⁶⁴ (GRIFO NOSSO).

Nesse discurso, a *Swift* é atacada como exploradora do povo e da cidade do Rio Grande. O discurso de subsidiariedade constitutiva do pensamento estatista orgânico (STEPAN, 1980), identificado neste trabalho por meio de pensamento de Carlos Santos e de seu grupo, foi identificado nessa verbalização, pois, a *Swift* é acusada de ser “imoral e sem afeto”. Além de jamais ter realizado uma campanha de “solidarismo”. Quanto ao trabalhismo, a *Swift*, simplesmente, desconsiderou toda a ideologia petebista, conforme o discurso supracitado.

O parque industrial pesqueiro instalado em Rio Grande foi alavancado com as capturas no litoral adjacente e um conjunto de políticas estatais nas décadas de 1950 e 1960, chegando a empregar 17 mil trabalhadores em uma população de cerca de 147 mil habitantes, no final dos anos de 1970. Porém, as condições dos trabalhadores ainda eram precárias. Do total de trabalhadores empregados no setor, aproximadamente 12

¹⁶⁴ Anais da Assembleia Legislativa, 23 de novembro de 1959, p.164.

mil eram temporários e mulheres (VELEDA SILVA; SPOLLE, 2013, p.01-04). A assertiva da pesca em Carlos Santos continuará em 1960.

Na próxima imagem, destaca-se o litoral brasileiro. A distância do Porto de Fortaleza para a cidade de Porto Alegre, por via marítima, é de 5.000 mil quilômetros. Diante disso percebe-se espacialmente a dimensão de nosso litoral, bem como do desafio enfrentado pelos pescadores e jangadeiros na luta por seus direitos.

Imagem 12 - Litoral brasileiro e localização dos Portos



Fonte: <http://www.portosempapel.gov.br/mapaPortos.jpg>. Acesso agosto de 2014.

3.3 OS 50 ANOS DA REVOLTA DA CHIBATA: O REAPARECIMENTO DO “DRAGÃO DO MAR NA FIGURA DE JOÃO CÂNDIDO”

Akin, no singular, significa guerreiro valente na língua Iorubá. Aqui, neste tópico, *akins*, no plural, denomina os negros que foram agentes da sua história. Em um Estado onde a influência da história tradicional, baseada na colonização europeia e nas epopeias militares dos farrapos e de seus líderes, por muitos anos foi legada a condição de coadjuvantes a esses indivíduos. Nesse sentido, consideram-se *akins* todos aqueles que resistiram, que fizeram e deixaram seus rastros na história do Rio Grande do Sul.

Serão analisados os três discursos proferidos por Carlos Santos em que a questão da negritude apareceu: os dois em homenagem a João Cândido, realizados nos dias 26 de junho e 24 de setembro e, por fim, o discurso pronunciado no dia 5 de outubro, no qual é citado o jornalista negro Paulino Azurenha (1860-1909).¹⁶⁵

No capítulo anterior, vimos que José do Nascimento foi considerado pela imprensa do Rio de Janeiro, no final do século XIX, o “Dragão do Mar”. Alcinha relacionada por Orson Welles, o diretor de cinema norte americano, a Jacaré, falecido em acidente quando gravou a saga dos jangadeiros que, utilizando uma jangada, foram cobrar seus direitos junto ao presidente. Nesse instante, outro “Dragão do Mar” reapareceu “na figura de um nobre marinheiro”: João Cândido. Francisco do Nascimento, Jacaré e João Cândido não se conheceram, mas ambos compõem a historicidade das resistências das “gentes do mar”.

Por meio das fontes impressas, Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e da Câmara de Porto Alegre, evidenciam-se os discursos de Carlos Santos e demais políticos em homenagem a João Cândido - homem que liderou a principal ação de que se teve conhecimento na historiografia contra a opressão sofrida pelos marujos dentro dos quadros da Marinha de Guerra Brasileira - na ocasião, prestes a completar 50 anos.¹⁶⁶

Ressalta-se que as ações políticas de Carlos Santos, enquanto jornalista e político com mais de duas décadas de experiência política, provavelmente, levaram-no ao conhecimento do episódio da revolta e, por conseguinte, ao encontro do Almirante

¹⁶⁵ Negritude é um conceito polissêmico, como observou Zilá Bernd. A referência, neste momento, é a negritude em sentido amplo, que remete à vontade de ser, à afirmação da validade universal do negro e não a ideológica (BERND, 1987, p.31).

¹⁶⁶ Além de Carlos Santos, os vereadores Landell de Moura, Joaquim Felizardo, Marques Fernandes e o deputado Moab Caldas citaram em seus discursos o nome de João Cândido.

Negro. Carlos Santos, na década de 1950, demonstrava domínio sobre a história do acontecimento denominado Revolta da Chibata. Em contrapartida, João Cândido, que residia na cidade de São João do Meriti, no interior do Rio de Janeiro, vivia praticamente na miséria.

Verificou-se, nos capítulos anteriores, as relações subjetivas e objetivas de Carlos Santos com as questões negras, inclusive buscando a elevação material e cultural do grupo que o parlamentar etnicamente representava. Nesse período, o político era filiado aos quadros do PTB, partido caracterizado pela ampla negociação política entre grupos sob a égide da ideologia trabalhista.

O próprio PTB - sigla de Carlos Santos - concentrava as massas simpatizantes da ideologia criada por Vargas. Os trabalhadores, aglutinados em torno dos sindicatos assistencialistas de classes, sustentavam o sistema de ideias políticas que eram hegemônicas no período.

Tanto na Câmara de Vereadores, quanto na Assembleia do Estado, as maiores bancadas eram petebistas, sustentadas por esse amplo apoio. Os grupos étnicos também foram lembrados. Sociedades russas, polonesas, alemãs (FORTES, 2004, p. 117-177), sem esquecer as negras, conforme localizadas em nossas pesquisas (GOMES, 2008), relacionavam-se firmemente com o trabalhismo getulista.

Sendo um articulador/mediador nato, Carlos Santos procurava negociar as demandas que lhe eram atribuídas, independentemente do lugar social em que atuou, destacando-se por conciliar diferentes grupos.

... Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como o navegante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala...
(João Bosco e Aldir Blanc)

Cantado e reconhecido em prosa e melodia na MPB como “mestre-sala dos mares”, devido à habilidade náutica, o “navegante negro”, João Cândido nasceu em Encruzilhada do Sul, Distrito de Rio Pardo, interior do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 24 de junho de 1880. Filho de família humilde, vislumbrou nas forças armadas a possibilidade de ascensão social, o que era uma constante nas famílias pobres do período.

A carreira militar, nos quadros da marinha, caracterizava-se, em virtude de um mercado interno fraco e de uma produção agrária voltada à exportação, como uma das poucas oportunidades de trabalho para as populações pobres, em que pese o sofrimento que era adentrar nessa escola tida como local de reabilitação (MOREL, 1979; MORAES, 2010). A Escola de Aprendizes da Marinha (EAM) era uma das oportunidades de ascensão das populações marginalizadas. O próprio Carlos Santos havia estudado na EAM nos anos finais de 1920, durante um ano (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p.13).

Mas, o tratamento dispensado aos marujos, ao adentrar nos quadros da força militar, era semisservil. A comida era ruim e as condições de trabalho degradantes. O uso da chibata era norma em caso de punições, sendo comum nas embarcações um espaço destinado ao martírio. Segundo Mário Maestri (2000, p.27), 90% dos marinheiros eram negros, mulatos e caboclos, e apenas 10% brancos. Para Morel (1979), a Marinha era definida como um reduto das elites agrárias e conservadoras remanescentes do Império, sendo essa situação configurada por ele como um “barril de pólvora”.

No campo político, devido à disputa eleitoral *civilistas versus militaristas* - respectivamente representados por Rui Barbosa e Hermes da Fonseca - os marujos percebem um momento favorável aos seus anseios, já que Rui Barbosa (1949-1923) defendia as reclamações dos setores subalternos das forças armadas, bem como das camadas menos favorecidas. Para complicar a situação dos mal afortunados marinheiros, o vencedor do pleito foi o militar Hermes da Fonseca (1855-1923).

Cabe ressaltar que o chicote e os castigos físicos tinham sido abolidos por decreto um dia após a Proclamação da República, no dia 16 de novembro de 1889. Portanto, aquele tratamento era um anacronismo e um problema a ser resolvido.

A tabela abaixo apresenta os países e os respectivos anos em que os castigos físicos foram abolidos em suas marinhas de guerra:

Tabela 7 – Abolição dos castigos aos marujos

País	Ano
Espanha	1823
França	1860
EUA	1862
Alemanha	1872
Inglaterra	1881
Rússia	1904

Fonte: Do autor baseado em MAESTRI, Mário. *Cisnes Negros*. Uma história da revolta da chibata. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

Com a modernização tecnológica da frota, em 1906, um grande número de marinheiros brasileiros partiu para a Grã-Bretanha, a fim de conhecer e aprender o manuseio dos poderosos navios de guerra que estavam sendo construídos. Eram os encouraçados Minas Gerais e São Paulo.

Ao retornarem ao país, os marujos voltaram conscientes das novas relações de trabalho, visto que, a partir de então, eram trabalhadores especializados, exercendo a função de mecânicos, artilheiros e/ou eletricitistas. Além disso, aprenderam os aspectos da cidadania: “Os marujos voltavam ao Brasil como modernos operários de uma avançada esquadra” (MAESTRI, 2000. p.41).

Para Mário Maestri (2000), outro acontecimento que encorajou os marinheiros a reivindicarem melhores condições, após seu retorno, foi o motim ocorrido em 1905, no navio russo Potemkin, em pleno mar negro. Na ocasião, os marinheiros russos recusavam-se a comer carne estragada. Sublevaram a embarcação, reagindo às condições adversas.

As condições de trabalho dos marinheiros brasileiros eram degradantes e o castigo físico uma realidade. Constituíam-se um paradoxo para a moderna marinha brasileira que seus marujos fossem punidos aos moldes escravistas. No dia 16 de novembro, o marinheiro Marcelino Rodrigues foi punido com 250 chicoteadas, diante de seus companheiros, no navio Minas Gerais. Isso foi o estopim. A reação estourou.

No dia 22 de novembro, sob a liderança de João Cândido e Francisco Dias Martins, os marinheiros dominaram os modernos navios da frota nacional, mirando seus pesados canhões à baía de Guanabara. O presidente da república recém-empossado, Hermes da Fonseca, bem como a elite, estavam incrédulos. Era o início da revolta da chibata.¹⁶⁷

Segundo Nascimento (2007), os marinheiros queriam mais do que apenas serem cidadãos e o final dos castigos físicos: reivindicavam melhorias profissionais e oportunidades de avançarem nos quadros hierárquicos da instituição. Conforme Nascimento (2006, *s.p*):

Devido ao racismo na Marinha, negros não poderiam ser oficiais. Mesmo que

¹⁶⁷ Para Pinheiro Machado (1851-1915), senador na época, discursou no dia 24 de novembro de 1910, enfatizando que essa sublevação representou a grave e insólita agressão aos princípios de disciplina, que constituem a base essencial das forças armadas (...) perturbando a ordem interna (...). SIMON, Pedro. *Discursos do senador Pinheiro Machado*. Brasília: Senado Federal, 2004. p.205.

distantes do oficialato, os marinheiros de 1910 desejaram construir uma nova realidade capaz de alavancar suas carreiras. Numa cidade onde a disputa por empregos no mercado de trabalho criou e recriou conflitos por nacionalidade, cor e gênero, os amotinados de 1910 tentaram garantir um espaço no qual assegurassem dias mais felizes para suas vidas.

O desfecho da sublevação foi dramático. Primeiramente, houve promessas de anistia e, após, os revoltosos foram presos na masmorra das ilhas das cobras, afastados dos quadros da marinha e sem direito a anistia e indenizações. João Cândido morreu na miséria.

Entrevistado por Edmar Morel, que o colocou definitivamente na história, Cândido teve o cotidiano marcado pelo rótulo de rebelde, trabalhando em serviços braçais e passando muitas necessidades ao longo de sua existência.

Para Adir Blanc e João Bosco, que compuseram uma música em homenagem a João Cândido, conhecida por muitos na voz de Elis Regina (1945-1982), nesse episódio: “O Dragão do Mar, reapareceu (...) na figura de um bravo feiticeiro a quem a história não esqueceu (...)”. Ou seja, essa revolta foi observada pelos compositores e pela cantora como uma ação desenvolvida pelas “gentes do mar”, vinculadas coletivamente na busca pela sua dignidade e por seus direitos.

Nesse sentido, o (re) aparecimento do “Dragão do Mar”, como eles rememoram seria novamente a representação de um líder na luta pela liberdade. Contudo, José Francisco do Nascimento, liderando os jangadeiros no Ceará, lutou pelo fim da escravidão, Jacaré morreu agindo para colaborar para a institucionalização dos direitos dos pescadores e João Cândido - em conjunto com os seus companheiros - exigiu o final da chibata nos castigos corporais aos marujos. Marujada composta por mais de 90% de homens negros.

Embora derrotados, o movimento de 1910 teve uma de suas reivindicações atendidas, já que o fim dos castigos foi obtido. Conforme Maestri (2000, p.107) “para a memória popular, os marinheiros negros foram vitoriosos. João Cândido, falecido em 6 de dezembro de 1969, seria sempre conhecido como o Almirante Negro” - ou, quem sabe, um *akin* dos mares. Entretanto, passou a sua vida sem assistência da marinha de guerra.

O ano de 1959 foi marcado pelas comemorações do cinquentenário da Revolta da Chibata. João Cândido estava viajando pelo Rio Grande do Sul para receber congratulações e deferências. Carlos Santos também fez alusão, de maneira política, à efeméride.

Referente às homenagens e aos projetos de leis, Carlos Santos direcionou suas atenções duas vezes ao “Almirante Negro”.¹⁶⁸ Antes de serem verificados os conteúdos citados por Santos ao líder da Revolta da Chibata, no plenário, convém destacar que outras instâncias do município de Porto Alegre também estavam preparando atividades de reconhecimento à ação de João Cândido. Isso evidencia a repercussão da rebelião ocorrida em 1910 que, em 1959, estava prestes a completar 50 anos.

Na Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul, fora apresentado pelo Vereador Roberto Landell de Moura, sobrinho homônimo do Padre inventor Roberto Landell de Moura¹⁶⁹, o projeto de lei nº 50/59, concedendo o título de cidadão de Porto Alegre a João Cândido.

Destaca-se que, nos grifos dos discursos pronunciados, existem reconhecimentos emitidos por seus interlocutores, a respeito das diferenças e dos pertencimentos étnicos, além das fronteiras étnicas enunciadas sobre as pessoas de João Cândido e Carlos Santos, conforme se identificou nas passagens sublinhadas. Todavia, salienta-se que, neste trabalho, a identidade negra torna-se positivada, já que, historicamente, ela foi negativamente constituída por referências e estereótipos elaborados e resistentes, surgidos desde o discurso colonial (GOMES, 2003; BHABHA, 2007).

Em plenária realizada no dia 31 de julho de 1959, discursou o Vereador Roberto Landell de Moura:

(...) Logrando êxito em seu temerário empreendimento, conseguiu a abolição das penas corporais, em nossa Marinha. Com seu gesto foi cognominado o “Almirante Negro” e, hoje velho e alquebrado, com seus 90 anos (sic) de idade vive pobre e doente, mas mantendo a coragem e a fibra que mostrou nos acontecimentos desenrolados naquela recuada época de nossa História. O povo do Rio Grande, através do Deputado Carlos Santos e do Sr. João Nelson Pinto da S.B.C.F.A., está programando diversas homenagens ao velho herói, nesta capital, e na sua cidade natal, Rio Pardo, bem como em outras comunas do interior (...) ¹⁷⁰ (GRIFO NOSSO).

Aqui ressalta-se a relevância, que passados 50 anos, esse acontecimento ainda influenciava nos meios políticos e sociais, como seguiu o vereador:

¹⁶⁸ O primeiro ato na Assembleia, de Carlos Santos a João Cândido, foi no dia 26/06/1959. Apresenta e encaminha à mesa o Projeto de Lei que concede pensão especial a João Cândido. O segundo foi um discurso realizado no dia 24/09/1959, homenageando o “Almirante Negro”.

¹⁶⁹ Religioso e inventor brasileiro nascido em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, considerado o patrono brasileiro das telecomunicações e do radioamadorismo do Brasil. Em seu primeiro teste na capital do Estado de São Paulo (1894) quando transmitiu um sinal da Avenida Paulista que foi captado no Colégio Santana, a oito quilômetros de distância, onde era capelão. O padre brasileiro transmitia, assim, pioneiramente, voz que até então só era possível por telegrafia e sua experiência é tida como o marco inicial da radio-transmissão. <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RobLMour.html>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

¹⁷⁰ ANAIS, Câmara de Porto Alegre, 31 de julho de 1959, p.278.

Em nosso entender, a Câmara Municipal de Porto Alegre não poderá ficar alheia a esse movimento, devendo-se associar ao mesmo concedendo ao “Almirante Negro” o distinguido título de cidadão de Porto Alegre, prestando-se assim uma homenagem à raça negra cujos filhos vieram desde os primeiros tempos nos ajudando a criar esse país e a transformá-lo no colosso que ele é. Os humildes e os pobres também tem direito de merecer o reconhecimento e as honrarias que o Poder Público concede aos que se destacam em todos os ramos das atividades humanas (...) ¹⁷¹ (GRIFO NOSSO).

No seu discurso, Landell mencionou que a Sociedade Negra Floresta Aurora ¹⁷² e Carlos Santos estavam envolvidos nas deferências à Cândido, acrescentando, em sua verbalização, uma homenagem à “raça negra”.

Encaminhado à mesa, o projeto de lei nº 50/59 fora avaliado no dia primeiro de setembro de 1959 pelos seguintes vereadores integrantes da Comissão: Aldo Menoti Sirângelo - relator - Ary Veiga Sanhudo, Otávio Germano e Joaquim Felizardo. Na comissão avaliadora, a proposta passou sem maiores dificuldades. Entre os discursos proferidos, estão as justificativas dos defensores do projeto.

Para Joaquim Felizardo, os motivos do parecer positivo foram os resultados que a ação de João Cândido legou a uma geração. Felizardo, em sua exposição dos motivos pelo voto favorável, explicou:

(...) João Cândido, foi àquele que definitivamente através de um amplo documentário, revelou à minha geração, “o negro que violentou então a história” no dizer de Jorge Amado, revelou à minha geração o homem negro, o Hércules de ébano (...) Quiseram fazer da revolta da Armada de 1910, história morta (...) Edmar Morel impediu tal fato (...) e por isso estou na tribuna, que a homenagem a ser prestada a João Cândido é das mais oportunas, das mais justas. (...) Era uma luta diferente: “era o porvir em frente ao passado, a liberdade frente à escravidão, era a luta da águia contra os abutres, era a revolta contra os ferros (...)”.

(...) eis que surge o momento de a Câmara Municipal de Porto Alegre prestar a sua homenagem ao “Herói Negro” (...). (ANAIS Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1959, p.79-80). (GRIFO NOSSO).

¹⁷¹ ANAIS, Câmara de Porto Alegre, 31 de julho de 1959, p.278.

¹⁷² A Sociedade Beneficente Floresta Aurora - SBFA - foi fundada na cidade de Porto Alegre no dia 31 de dezembro de 1872; essa agremiação é considerada a sociedade negra mais antiga do Brasil. Seu fundador foi o negro forro Polydorio Antonio de Oliveira. O principal objetivo da organização era zelar pela comunidade negra, material e socialmente, auxiliando, inclusive, na realização de enterros dignos para os negros da capital. (MÜLLER, 1999, p.116-134). Nesta dissertação de mestrado, identifica-se essa associação como sendo a organizadora do Primeiro Congresso Nacional do Negro de 1958, realizado na cidade de Porto Alegre. Ver: GOMES, Arilson. A Formação de Oásis: dos Movimentos Frentenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro de 1958. Mestrado - PPGH - PUCRS. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1595. Acesso 07/07/2009.

O Vereador de nome Marques Fernandes, em outro voto favorável, justifica a aceitação do projeto encaminhado por Landell de Moura.

É uma satisfação toda especial que me traz a esta tribuna, para dar a minha inteira solidariedade, o meu voto favorável a essa iniciativa do Vereador Landell de Moura. Porque, Sr. Presidente, várias homenagens a este velho brasileiro, a este homem simples e humildes foram feitos. É negro de cor, mas branco de consciência (...). (...) muitas outras ainda lhe serão prestadas a este homem negro, como o caso da Sociedade Floresta Aurora, que há tantos anos funciona aqui na cidade baixa, próximo ao antigo Campo da Redenção, onde me criei homem e ia aos bailes da Sociedade Floresta Aurora (...). (...) Portanto, a nossa inteira solidariedade a este digno Vereador, Sr. Landell de Moura, e aos demais desta Casa.¹⁷³ (GRIFO NOSSO).

A expressão: “é negro de cor, mas branco de consciência”, denota a dificuldade de afirmação da identidade negra nos espaços de poder, pois a sociedade hegemônica, representada pelo vereador acima, indicava que - para ser aceito - o negro deveria negar sua consciência.

Nos três discursos localizados na Câmara de Porto Alegre, extraíram-se as seguintes passagens grifadas que justificam os argumentos dos vereadores favoráveis ao projeto: para Landell de Moura, o projeto seria importante para a raça negra para que “prestasse assim uma homenagem à raça negra”. Para Joaquim Felizardo, a Revolta da Chibata “revelou à minha geração o homem negro, o Hércules de ébano” e a expressão: “É negro de cor, mas branco de consciência”, verbalizada por Marques Fernandes, identifica nitidamente as fronteiras étnicas do envolvido. No entanto, o acontecimento, nas palavras do vereador, deve ser superior às “ressalvas”.

Faz-se importante identificar como os partidos políticos estavam representados por intermédio desses vereadores. Roberto Landell de Moura era vinculado ao PSD, situação de Célio Marques Fernandes. No entanto, o vereador Aldo Menoti Sirângelo, relator do projeto, era do PTB. Otávio Germano fazia parte do PSD enquanto Ary Veiga Sanhudo e Joaquim Felizardo, também aderentes ao projeto, representavam outras siglas.

Independentemente dessas identificações, significou-se o projeto encaminhado como sendo possível de aprovação, já que, tanto o PTB como o PSD (principais partidos) tinham 12 vereadores sob suas égides, salientando que ambas agremiações - por seus vínculos históricos - poderiam unir-se em torno da proposta de Landell de Moura, do PSD.

¹⁷³ ANAIS Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1959, p.81.

O PTB possuía oito vereadores e o PSD, quatro, com um total de 20 vereadores aptos a votar. Entretanto, conforme o regimento da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, e de acordo com o artigo 2º da Lei de 1959, para um projeto passar e ser aprovado deveria obter, no mínimo, 14 votos a favor.

A votação foi ao plenário no dia 10 de setembro de 1959. Resultado: o projeto foi rejeitado. Provavelmente, o voto foi secreto, já que nos anais da casa jamais se localizou a nominata dos votos da sessão ou qualquer discurso defendendo inviabilidade do projeto em questão, sendo identificadas somente as presenças dos vereadores que participaram em plenário. A seguir, a Tabela 2 apresenta os resultados da votação:

Tabela – 8 Sessão Plenária: votações

Votantes	A favor	Em branco	Ausentes	Contra
17	12	04	03	01

Fonte: ANAIS Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1959, p.81.

Percebeu-se que, mesmo com a maioria representada pelo PTB e pelo PSD, o projeto proposto por Roberto Landell de Moura, objetivando a concessão do título de Cidadão da cidade de Porto Alegre a João Cândido, fora rejeitado pela Câmara. No dia posterior, Landell de Moura discursou e revogou o projeto de lei. Segundo o vereador:

Como na Sessão realizada ontem o Plenário resolveu rejeitar o Projeto de Lei que concedia o título honorífico de cidadão de Porto Alegre ao Marinheiro João Cândido (...) propomos a revogação do projeto (...). O homem que pretendíamos homenagear – pesar de ser de cor preta – é digno dessa e das maiores honrarias, face à sua humanitária ação que resultou na valorização do homem que era negada pelo antigo regimento de nossa marinha de guerra, e que foi desconhecida por essa Câmara¹⁷⁴ (GRIFO NOSSO).

Landell de Moura reforça que os políticos contrários ao projeto tinham a questão racial como uma das possíveis problemáticas à aprovação. A expressão de Moura “... apesar de ser de cor preta é digno...” lembra o tradicional, porém tão infame quanto, “é negro de alma branca”.

Nota-se que foi com lamento que Moura retirou a proposta diante de seus pares. Essas situações evidenciaram as resistências de setores políticos ao reconhecimento de João Cândido como personalidade da cidade, ou mesmo, quem sabe, como um líder benéfico, já que a sublevação liderada por ele e pelos marujos das esquadras da Marinha

¹⁷⁴ ANAIS da Câmara, Porto Alegre, 11 set.1959, p.87.

de Guerra Brasileira foi considerada, por alguns setores militares e políticos, como insubordinada e, conseqüentemente, marginal.

Segundo Morel (1979, p.248), houve pressão dos Oficiais da Marinha do Distrito Naval de Porto Alegre para a recusa do projeto. É interessante o fato de que, no mesmo período, houve o reconhecimento de João Cândido como cidadão municipal em outra cidade do interior sul-rio-grandense: Cachoeira do Sul.

A partir dessas constatações, imaginam-se as pressões existentes nas disputas entre os favoráveis ao prestígio de João Cândido - e ao episódio conhecido como a Revolta da Chibata - e os que eram contrários a isso. Certamente os setores militares e políticos, simpatizantes dos setores armados do Estado, eram contrários a ações que favorecessem a positividade desse acontecimento, bem como contrários à alcunha de “Almirante Negro” ao protagonista do episódio.

No ano de 1959, João Cândido estava pobre e doente, sem o menor amparo, como resultado de suas passagens pelos quadros da Marinha, e sem anistias de direito, passados 50 anos do ocorrido. Devido a essa situação, Carlos Santos envia à mesa da Assembleia Legislativa, no dia 26 de junho de 1959 (que inclusive era o dia em que João Cândido completava 79 anos de idade), um projeto de lei concedendo pensão ao “Almirante Negro”.

Em discurso, Carlos Santos justifica o envio do projeto com as seguintes palavras:

(...) quero marcar a data natalícia do herói esquecido, data de festa do calendário nacional apresentando e entregando a generosidade e ao patriotismo e ao civismo de meus pares, um Projeto de Lei concedendo a João Cândido que reaguarde os últimos escalões de sua admirável existência contra as agruras morais que o afligem no interior de São João do Meriti, daí por que senhor Presidente, repito e espero a generosidade de meus nobres pares, da totalidade dos representantes do povo gaúcho um gesto de solidariedade, de compreensão, de civismo e patriotismo, acolhendo e dando cobertura ao Projeto de Lei que apresento nesta casa como homenagem profunda de minha admiração, de meu respeito e de meu entusiasmo e a minha vibração de brasileiro em honra a esse homem admirável que espera lá no interior do município de São João do Meriti a justiça em sua terra natal, a homenagem do Rio Grande do Sul¹⁷⁵ (GRIFO NOSSO).

O texto do projeto, na íntegra, foi o seguinte:

Matéria enviada à mesa Projeto de Lei nº.../ 59¹⁷⁶

¹⁷⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, junho de 1959, p.496-497.

¹⁷⁶ A lei não tem número, somente constando o ano.

Concede pensão especial ao cidadão João Cândido.

Art.1º - É concedida ao cidadão João Cândido, enquanto existir, a pensão especial de Cr\$ 96.000,00 anuais.

Parágrafo único - A pensão será paga em parcelas mensais de Cr\$ 8.000,00.

Art.2º - A despesa decorrente desta lei ocorrerá por conta da dotação orçamentária própria.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(a) Carlos Santos.

Fonte: Anais da Assembleia, junho, p.496-497.

O Poder de compra de uma pensão de Cr\$ 8.000,00 era consideravelmente interessante na época. Conforme a tabela a seguir, o salário mínimo no valor de Cr\$5.000,00 era bastante rentável para subsidiar os gastos básicos com alimentação e moradia, diferente do que ocorre na atualidade.

Tabela 9 – Poder de Compra do Salário Mínimo em 1959

Valor do salário Mínimo	Cr\$ 5.000,00
1kg Pão	Cr\$ 22,00
1kg Batata	Cr\$ 14,00
1kg Banha	Cr\$ 86,00
1kg Arroz	Cr\$ 21,00
1kg Feijão	Cr\$ 37,00
Valor diário do Correio do Povo	Cr\$ 5,00
1 Lote de terreno, vendido pela Prefeitura na Avenida Beira Rio.	Cr\$ 530.000,00 (O mais acessível).

Fonte: Do autor com base em anúncios dos jornais porto-alegrenses da época. Correio do Povo, Zero-Hora, Diário de Notícias.

Após três meses de silêncio sobre os destinos do projeto de lei enviado à mesa, no dia 23 de setembro os jornais evidenciam as ações em homenagem ao “Almirante Negro” que, acompanhado por Santos, visitou a redação do Jornal Diário de Notícias. O título da matéria destacava a importância do reconhecimento ao marujo que “violentou a história”. Inclusive, o periódico congratula a visita do “herói negro” à sua Redação. Segundo o Jornal:

O “Herói da Marinha” visita o Diário de Notícias - Acompanhado do Deputado Carlos Santos e dirigentes da Sociedade Floresta Aurora tivemos o

prazer de receber a visita do “Almirante Negro” João Cândido (...). Jornal Diário de Notícias 23/09/1959, p.14.

Imagem 13 – Carlos Santos e João Cândido na redação do jornal Diário de Notícias



Na segunda posição, sentado, da direita para a esquerda, vê-se Carlos Santos. No centro, sentado, João Cândido e ao seu lado, à esquerda, Walter Santos presidente da Floresta Aurora. Jornal Diário de Notícias 23/09/1959, p.14.

Carlos Santos, com 55 anos de idade, e João Cândido, com 79, passam a circular pelo Estado para sensibilizar a opinião pública, a sociedade e os políticos, a fim de referenciar as demandas em prol das melhorias necessárias. O objetivo era que João Cândido, em estado de miserabilidade, pudesse ter as mínimas condições de dignidade, que havia sido destroçada pelo gesto que surpreendeu a Marinha de Guerra Brasileira, em 1910.

Passados 50 anos, Cândido ainda sofria o descaso por parte de setores conservadores da sociedade, incluindo, também, políticos avessos ao seu reconhecimento como herói e como ser humano.

Entretanto, Carlos Santos continuava a sua luta em torno do reconhecimento de Cândido, identificada em seu discurso, proferido em sessão solene, no dia 24 de setembro de 1959, na Assembleia Legislativa:

(...) quando José do Patrocínio, esse outro negro fabuloso que ilumina as páginas da história, quis testemunhar as vibrações mais sentidas da sua alma atormentada e rendeu à redentora as homenagens emotivas ao seu reconhecimento, dizia que sua alma subia de joelhos o Paço Imperial para beijar as mãos fidalgas de Isabel que cortava os grilhões infames do cativoiro. Eu reedito aqui, diante do libertador Rio Grandense... o gesto histórico do tigre da abolição, embora ereto fisicamente, sinto que minha alma se ajoelha, para, assim subir os degraus simbólicos do civismo, do amor à pátria, do culto à liberdade e da fraternidade humana, para beijar comovido as mãos encarquilhadas desse homem que, realmente, violentando a história, deu

colaboração real à poesia republicana porque, em verdade, a revolta da chibata, nos fez esquecer que: escravos outrora tenha havido em tão nobre país... e mercê de Deus, pela força do ideal humano de João Cândido: hoje o rubro lampejo da aurora, acha irmãos, não tiranos hostis” (Palmas prolongadas)¹⁷⁷ (GRIFO NOSSO).

No discurso, Carlos Santos citou José do Patrocínio, líder abolicionista admirado pelo político, bem como “a redentora” princesa Isabel, identificando a importância do 13 de maio como símbolo da liberdade. Porém, no final do mesmo discurso, ratifica também a democracia racial ao falar: “lampejo da aurora acha irmãos e não tiranos hostis”.

Essa menção, em nosso entendimento, denota um contexto de uma fraternidade política entre brancos e negros que Carlos Santos, em seus discursos, diversas vezes tentou equilibrar, mas possivelmente os problemas cotidianos do preconceito racial (sentido por ele próprio) mostravam-se como elementos difíceis (para ele, enquanto um intelectual político de ação, fundação e institucionalização), a serem superados. Quanto a sua identidade, ela não era despercebida por sua consciência e suas ações, e muito menos por seus colegas deputados, já que, ao verbalizar em plenário, ele expunha a sua ideologia (ORLANDI, 2001).

Na ocasião, nesse expediente, estiveram presentes à sessão 33 deputados estaduais, um número suficiente para compor a maioria dos votos necessários para a aprovação do projeto. Nesse mesmo dia, coincidentemente, o Estado Maior das Forças Armadas estava em excursão por Porto Alegre, visitando a loja de armas Forjas Taurus e a TV Piratini. Estiveram na comitiva: militares graduados das três armas, parlamentares do centro do país e comerciantes. A Escola Superior de Guerra estava representada pelo comandante general Artur Hescht.

A visita era para entender o processo de produção do armamento fabricado na Taurus, considerado superior aos fabricados nos Estados Unidos e na Inglaterra (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA VISITA AS INSTALAÇÕES DAS FORJAS TAURUS - Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 24/09/1959, p.07).

Seria impossível que esses militares desconhecêssem as homenagens prestadas a João Cândido em Porto Alegre, realizadas no mesmo dia, até porque as atividades aconteceram em diversas regiões do estado antes mesmo do dia 24 de setembro. Segundo militantes antigos do movimento negro de Porto Alegre, “aquela homenagem

¹⁷⁷ ANAIS ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 24/09/1959, p.423-425.

jamais terminou, sendo João Cândido expulso da Assembleia Legislativa...”.¹⁷⁸ Até o momento, não há fontes registradas referentes ao final da Sessão Solene em homenagem ao “Almirante Negro”. Todavia, essa informação pode ser verdadeira, já que João Cândido era amado ou odiado. Retornando ao projeto de pensão, a proposta continuou tramitando sem definições e sem ser citada nas fontes pesquisadas durante meses, até meados de 1960.

A municipalidade de Rio Pardo, antiga Encruzilhada do Sul - terra natal de João Cândido - concedeu uma pensão de cinco mil cruzeiros ao Almirante Negro. Para Moraes (2010, p.49), essa situação forçou os deputados sul-rio-grandenses a votarem por uma pensão maior a Cândido, anulando a primeira, com o que se discorda, já que o projeto de lei proposto por Carlos Santos tramitou um ano, o que indica a resistência de setores ao projeto.

Outras homenagens, organizadas pelos políticos locais, estavam previstas. Porém, foram encerradas pelo autoritarismo da Marinha do Brasil. Dessas, citam-se: a inauguração do busto de João Cândido, visitas de Cândido à Sociedade Floresta Aurora e a sua recepção por parte do governador Leonel Brizola (MOREL, 1979, p.248).

Situações que jamais ocorreram, sendo que o busto desapareceu. Segundo pesquisadores vinculados à Sociedade Floresta Aurora, o busto que está na organização, até hoje, é o que foi dado como desaparecido, segundo Edmar Morel.

Nada fora resolvido oito meses após o envio à Assembleia do Rio Grande do Sul do projeto de lei, proposto por Carlos Santos, concedendo oito mil cruzeiros mensais, a título de pensão, a João Cândido. Contudo, salienta-se que os trâmites seguiram independentemente dos silêncios dos parlamentos sul-rio-grandenses.

“Em 1960, aos oitenta anos, recebeu a notícia de que o deputado federal Jonas Bainse apresentara um projeto de lei assegurando a ele uma pensão, com direito a retornar à Marinha de Guerra (o projeto, porém, foi engavetado)” (KUPPER, CHENSO, 2012, p.56). Quanto a este projeto, pouco se sabe sobre o que dificultou a relação dessa ação com a ação proposta por Carlos Santos, já que também nos documentos do parlamento sul-rio-grandense esse projeto acabou silenciado, inclusive sem nenhum indício de seu arquivamento.

¹⁷⁸ Essa história é escutada por mim desde 2006, em virtude das amizades que mantenho com militantes antigos do Movimento Negro de Porto Alegre. Entretanto, ainda estou à procura de fontes documentais que comprovadamente demonstrem esta situação.

No entanto, segundo o jornalista Paulo Ricardo de Moraes, popularmente conhecido como “baiano” pelo movimento negro de Porto Alegre, “João Cândido passou a receber a pensão de oito mil através do Banco da Província do Rio de Janeiro; recebia, também, os direitos autorais do livro de Edmar Morel” (MORAES, 2010, p.49). João Cândido veio a falecer aos 89 anos, no dia 6 de dezembro de 1969, na cidade do Rio de Janeiro. Virou nome de rua na cidade de São João de Meriti.

Refletindo a partir das assertivas de Bordieu (1999) e seus referenciais simbólicos, acredita-se que a história de João Cândido passou a representar os anseios de vários grupos sociais, uma vez que políticos, organizações negras e militares disputavam o reconhecimento simbólico de protagonista da Revolta da Chibata.

Os embates, contra ou a favor da rebelião e de seu líder maior, foram frequentes. O simbolismo, representado pelo “Mestre-Sala dos Mares”, chegou aos extremos. A luta por pensão, os títulos honoríficos, o reconhecimento a partir de seu vínculo identitário, a negritude citada diversas vezes pelos próprios políticos, em publicação de livros, visitas às cidades gaúchas, discursos em plenários, matérias jornalísticas etc., marcaram o período do cinquentenário da rebelião.

Entretanto, o autoritarismo e o arbítrio da Marinha também apareceram nas comemorações, mas interrompendo homenagens, sessões plenárias e influenciando políticos nas votações e pareceres referentes ao caso. João Cândido representava, para um campo, a liberdade e a luta contra um atraso colonial e preconceituoso das elites agrárias. Já para outros grupos, esse mesmo homem, em seu ato, liderou a desordem e a anarquia do estado de direito, fomentou a indisciplina e quebrou a hierarquia tão cara aos militares, jamais sendo exemplo a seguir para um país como o Brasil.

Para o *akin* Carlos Santos, considerado como um representante do primeiro campo da referência positiva, Cândido merecia legitimidade, porém, necessitava mais do que isso em seu final de vida, ou seja, o auxílio financeiro para sobreviver. O senador Pinheiro Machado, se estivesse vivo em 1959, provavelmente ficaria desgostoso com a atitude de Carlos Santos, já que, para ele, o exemplo de João Cândido em 1910 - por “razões de segurança” - configurou-se uma afronta.

Passado o tempo, em 1964, cinco anos depois das homenagens promovidas pelos políticos “gaúchos”, por intermédio de Carlos Santos, João Cândido foi lembrado por ocasião da comemoração do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Poucos dias após

esse ato, o presidente João Goulart era deposto, e “estava instaurada a ditadura civil-militar no Brasil” (KUPPER, CHENSO, 2012, p.58).

Antes de adentrar os discursos emitidos por Carlos Santos, no ano de 1960, convém elucidar mais um pronunciamento feito pelo político sensibilizado com o preconceito racial vigente. Mesmo versando sobre o aniversário de um periódico local, ele enfatizou sutilmente as questões sociais na passagem de sua verbalização ao referendar o jornalista Paulino Azurena (1860-1909), um dos primeiros jornalistas do periódico.¹⁷⁹ O jornal Correio do Povo estava de aniversário, sendo o seu fundador Caldas Júnior (1868-1913), homenageado por Carlos Santos. O *akin* da tribuna explanou:

Abarrotado de aplausos, louvores e homenagens, que sobre modo consagram a obra formidanda que o ideal humano consolidou, vai transcorrendo, ainda, a oitava (*sic*) luminosa festa de aniversário do “Correio do Povo”, o grande matutino de Caldas Júnior hoje reluzindo entre as pilastras honoríficas da imprensa brasileira (...) homenagem comovida, Srs. Deputados à memória imperecível de Caldas Jr. honrada, respeitada e engrandecida pelos nobres sucessores, porque ele fez de sua casa um templo de exaltação do conhecimento (GRIFO NOSSO) (...).¹⁸⁰

Mas, o discurso inflama para outra personalidade, Paulino Azurena, o Léo Pardo:

E para sublimar a nossa reverência ao redivivo fundador do Correio do Povo, para dar colorido a nossa homenagem ao vigoroso órgão da imprensa crioula, bastante é ressaltarmos, em meio a fulgurante constelação de valores que emprestaram, ou emprestam, ainda ao conceituado matutino, os primores da mais rutilante colaboração, a figura adamantina desse menestrel de ébano, poeta de raça, jornalista e literato de escol José Paulino de Azurena (...) incomparável Léo Pardo, traçou aquela trajetória impressionante que vai de simples e modesto operário tipógrafo, passando pelo título de melhor cronista literário de sua época, conquista renome nacional para culminar na suprema glória literária do seu ingresso na Academia Rio-Grandense de Letras. De origem humilde e obscura, profundamente marcada pelas privações econômicas de sua pobre honrada, esmagado pela estupidez criminosa de preconceitos raciais retrógrados, Léo Pardo teve barrada para si a possibilidade de um curso regular, mas dotado de invencível poder de vontade, pode mesclar com labores modestos da tipografia, e mercê de sacrifícios ingentes, o autodidatismo estupendo que lhe banhou o espírito com as rutilâncias do saber e lhe armou a inteligência com os surtos condoreiros da imortalidade (...) (GRIFO NOSSO).

Acima, o parlamentar fortemente advertiu a estupidez dos preconceitos raciais. E seguiu:

¹⁷⁹ Paulino Azurena se destacou no final do século XIX como crítico contumaz da “falência” do carnaval na sociedade porto-alegrense da época, em que as elites e o povo disputavam as representações e as práticas da “festa popular” (LAZZARI, 1998).

¹⁸⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, Porto Alegre, Outubro, p.49-50.

(...) cabe a emotiva reverência a Léo Pardo, a comovida evocação da figura milionária de José Paulino Azurenha o modesto e obscuro tipógrafo, que confortado e estimulado pelo alto clima da sublimação espiritual e de afirmação dos valores humanos que o “Correio do Povo” oferece, projetou-se às culminâncias do pensamento e da cultura, para duplamente imortalizado, ingressar em vida, na Academia Rio-Grandense de Letras, e depois de morto, transformar-se em patrono de uma cadeira na outra, a Sul Rio-Grandense de Letras (...) e assim eu vejo sinto e celebro o “Correio do Povo”, nele saudando o símbolo democrático de todas as reações contra o medo (...) ¹⁸¹ (GRIFO NOSSO).

O que o *akin* Carlos Santos estava querendo dizer com “as reações contra o medo”? Antes de concluir este item desta tese, considera-se esse discurso uma exuberância discursiva, a materialização da linguagem refinada e elaborada do orador Carlos Santos, pois o tom das frases, além de poético, é denunciador. Sobre o medo, depois de questionado pelos colegas deputados Cândido Norberto e Hélio Carlomagno: “deputado, o que queres dizer com reações ao medo...?”. E, em uma justificativa aos colegas deputados, afirmou:

É assim que eu vejo, sinto e celebro o oitavo (*sic*) aniversário do Correio do Povo, nele saudando o símbolo democrático de todas as reações contra o medo, pela mais sublime conceituação, fora e acima das diferenciações sociais, daquele sagrado direito que tem a pessoa humana à “vida, à liberdade e à busca da felicidade”. Era o que eu tinha a dizer senhor presidente (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos citou os problemas cotidianos que Paulino Azurenha, provavelmente, venceu para ter chegado onde chegou. Esse aspecto fica materializado na frase: “esmagado pela estupidez criminosa de preconceitos raciais retrógrados...”. Entretanto, quando Carlos Santos cita “as reações contra o medo”, faz aflorar uma inquietude intrigante considerável, pois, questionado por outros parlamentares de seu partido o PTB, retornou à tribuna justificando que: “a reação contra o medo é acima das diferenciações sociais”. Será que ele poderia ter falado: “diferenças raciais”?

Os outros temas verbalizados por Carlos Santos nesse ano de 1959, conforme a tabela, foram:

Tabela 10 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1959

Previdência do Estado	Educação	Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Pesca	Identidade Negra
3	2	3	3	3	3

Fonte: Do autor com base nos Anais do ano vigente.

¹⁸¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, Porto Alegre, Outubro, p.49-50.

3.4 A OPERAÇÃO RIO GRANDE, O PRECONCEITO RACIAL E OS EMBATES DA CAIXA DE CRÉDITO

O ano de 1960 é marcado por acontecimentos regionais e internacionais que cumprem importante papel em nossas análises, visto que tanto as questões da pesca quanto da identidade negra possibilitaram tensões nas ações discursivas de Carlos Santos, bem como de suas fundações em torno da institucionalização e da resolução do problema da pesca e do pescador no Estado do Rio Grande do Sul. Nesse ano, era o início da ação política denominada “Operação Rio Grande”, a qual teve como principal projeto a criação da Carta Pesqueira do Rio Grande do Sul.

Quanto às questões da negritude, a vitória do presidente norte-americano, o democrata John Fitzgerald Kennedy (1917-1963), considerado o político símbolo das ações afirmativas nos Estados Unidos,¹⁸² gerou um impacto sem precedentes nas políticas de Direitos Humanos no mundo, situação para a que Carlos Santos atentou. Esse ano, também, foi marcado pela tensão racial ocasionada pelo massacre de Sharpeville na África do Sul, ocorrido no dia 21 de Março de 1960.¹⁸³

A Carta Pesqueira visava a reunir, por meio de pesquisas, um conjunto de dados das áreas piscosas e dos locais de maior densidade de peixe que eram extraídos, mês a mês, das regiões produtoras do Estado, em especial da cidade de Rio Grande. A crise perdurava no Rio Grande do Sul e a pesca passava a ser, na ocasião, considerada pelos políticos como recurso fundamental para o desenvolvimento econômico à curto prazo, visto que na região de Rio Grande os peixes “jorravam do mar” sendo possível obter cada vez mais lucros por meio da racionalização e do aprimoramento das técnicas de produção.

Outra situação que chama a atenção, em 1960, foram as veementes discussões entre o deputado Paulo Brossard e Carlos Santos em virtude da Caixa de Crédito de Pesca da cidade de Rio Grande, conforme vimos: uma das criações da Lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941, que regulava a situação dos pescadores perante o IAPM, sendo o item 4 do decreto.

Para a análise desse embate, entre os dois políticos, cotejou-se os discursos emitidos por ambos nos dias 30 de agosto e 11 de outubro, época, inclusive, que

¹⁸² As ações afirmativas comumente são associadas às políticas de cotas no Brasil, no entanto, é um conceito que abrange políticas públicas com a intenção de equacionar a diferenças de grupos historicamente prejudicados.

¹⁸³ No dia 21 de março de 1960, 69 pessoas morreram e 180 ficaram feridas quando a polícia atirou contra manifestantes desarmados que protestavam contra as leis segregacionistas do *apartheid* sul-africano.

ocorriam campanhas eleitorais para presidente e vice presidente da República do Brasil, realizada no dia 3 de outubro.

Sobre o preconceito racial, Carlos Santos explanou pouco sobre essa assertiva no ano de 1960. Entretanto, algumas situações foram problematizadas pelos nossos exames, já que em um primeiro momento, sentiu-se que os dispositivos discursivos emitidos por Carlos Santos, embora reduzidos: ou foram silenciados pelos taquígrafos responsáveis pelas transcrições, ou os registros foram alterados dos Anais da Assembleia após anotações dos responsáveis.¹⁸⁴ O que denota os limites dessa fonte documental oficial.

Antes de aprofundar essa discussão, são compostas as análises dos temas relacionados à identidade negra por meio de dois discursos pronunciados pelos colegas de Carlos Santos, na tribuna no dia 13 de maio de 1960, deputados Antônio Bresiline (PTB) e Moab Caldas (PSD), que discursaram sobre “os negros na abolição”.

Na ocasião, estava se completando o septuagésimo segundo aniversário da data símbolo da libertação dos escravizados. Nesse sentido, nesta etapa da tese, serão dinamizados os debates da pesca e da negritude, concomitantemente.

Na tabela, visualizam-se as quantidades dos discursos efetuados por Carlos Santos no ano de 1960.

Tabela 11 – Quantidade das intervenções realizadas no ano de 1960

Ano	QTD	Sobre a pesca e a negritude	Pesca	Identidade Negra
1960	21	10	8,5*	2,5*

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. A metade era referente a ser um discurso sobre a pesca e a identidade negra no mesmo discurso.

Carlos Santos versou sobre outros temas em plenário, conforme será visualizado. Esta proposta incidiu na localização e na análise das temáticas da pesca e da identidade negra, todavia, cabe identificar e apresentar os outros pensamentos envolventes aos assuntos explanados pelo político da tribuna, pois, muitos outros códigos de valores, situações de conflitos políticos, de agentes envolvidos etc., podem ser pesquisados.

Seguindo a tabela abaixo, localizou-se os seguintes temas nos discursos emitidos por ele: homenagens a políticos falecidos, homenagens para instituições como a Brigada Militar e a própria Marinha de Guerra, campanha para aumentar os números de eleitores

¹⁸⁴ Taquígrafos eram os responsáveis pelas escritas dos discursos; corresponde a um profissional que escreve rápido os discursos verbalizados por meio do método abreviado ou simbólico de escrita, com o objetivo de melhorar a velocidade.

no Rio Grande do Sul visando ao pleito de outubro daquele ano para presidente, além do discurso criticando o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração - CADEM, por explorar os trabalhadores. Carlos Santos também discursou em defesa de Brizola e do PTB pelos ataques sofridos da oposição em Rio Grande. Ou seja, muitos outros elementos podem ser avaliados nos pronunciamentos de Carlos Santos.

Tabela 12 – Conteúdos das intervenções realizadas em 1960

Número	Datas	Conteúdos	Fontes
01	28/01/1960	Homenagem a Osvaldo Aranha, falecido.	Anais, fevereiro, p.
<u>02</u>	<u>22/04/1960</u>	<u>Retorno do recesso parlamentar: protesto contra a discriminação racial na África do Sul e cita o início da “Operação Rio Grande”.</u>	<u>Anais, abril, p.22-23.</u>
<u>03</u>	<u>13/05/1960</u>	<u>Discursa sobre a abolição: cita os “pruridos racistoides no Brasil” (...) “bandeira parlamentar contra o racismo” (...)</u>	<u>Anais, maio, p.266-267.</u>
<u>04</u>	<u>20/05/1960</u>	<u>Reunião de setores sindicais marítimos, sobre a criação do Porto livre de Rio Grande e dos estivadores gaúchos.</u>	<u>Anais, maio, p.385.</u>
05	31/05/1960	Campanha promovida pelo estado para aumentar o quadro de eleitores.	Anais, maio, p.505.
06	09/06/1960	Crítica ao CADEM - Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, que dispensou mais de mil trabalhadores.	Anais, junho, p.93.
<u>07</u>	<u>28/06/1960</u>	<u>Sobre a carta pesqueira.</u>	<u>Anais, junho, p.279.</u>
08	07/07/1960	Sobre as assertivas em torno do descaso do poder público ao município de Rio Grande e citou os ataques ao período eleitoral.	Anais, julho, p.37.
<u>09</u>	<u>30/08/1960</u>	<u>Alusivo a Paulo Brossard pela citação ao problema da Caixa de Crédito de Rio Grande.</u>	<u>Anais, agosto, p.325-327.</u>
10	04/10/1960	Sobre o pleito de 03 de outubro e a participação das massas. Desconforto com as demissões.	Anais, outubro, p.05-06.
<u>11</u>	<u>11/10/1960</u>	<u>Ainda sobre os problemas da Caixa de Crédito de Rio Grande.</u>	<u>Anais, outubro, p.49-55.</u>
<u>12</u>	<u>10/11/1960</u>	<u>Problemas financeiros e naturais que atingem Rio Grande.</u>	<u>Anais, novembro, p.22-23.</u>
<u>13</u>	<u>10/11/1960</u>	<u>Discursa sobre o termo do convenio entre a URGS e o desenvolvimento das pesquisas pesqueiras em nosso Estado.</u>	<u>Anais, novembro, p.96-98.</u>
14	21/11/1960	Aniversário da Brigada Militar - Força Militar regional do RS.	Anais, novembro, p.281-282.

15	29/11/1960	Concorrência desleal para com a produção de cebola de São José do Norte e Rio Grande.	Anais, novembro, p.571.
16	01/12/1960	Contra a oposição de Ari Delgado e Porcínio Pinto - PSD, em Rio Grande.	Anais, dezembro, p.1-2.
17	<u>13/12/1960</u>	<u>Discurso em homenagem a Marinha de Guerra do Brasil.</u>	<u>Anais, dezembro, p.217.</u>
18	13/12/1960	Discurso em homenagem da criança.	Anais, dezembro, p.203.
19	<u>19/12/1960</u>	<u>Inauguração da Escola de Engenharia Industrial de Rio Grande.</u>	<u>Anais, dezembro, p.353.</u>
20	19/12/1960	Posto do Ministério do Trabalho da Indústria e Comércio de Pelotas pode fechar.	Anais, dezembro, p.343-344.
<u>21</u>	<u>21/12/1960</u>	<u>Homenagem ao centenário de nascimento do rio-grandino de Arthur Pinto (sic) da Rocha.</u>	<u>Anais, dezembro, p.426.</u>

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa (GRIFOS NOSSOS)

No ano de 1960, Carlos Santos discursou 21,5 vezes: oito e meia sobre o problema da pesca e duas e meia sobre as questões referentes à identidade negra. Justificam-se as metades dessas somas em virtude do pronunciado no dia 22 de abril de 1960, na abertura dos trabalhos na assembleia, após recesso parlamentar de 80 dias, ter verbalizado os dois temas na mesma sessão: o racismo na África do Sul por ocasião de Shaperville e o início da “operação Rio Grande” no intuito de se investir no potencial setor pesqueiro de Rio Grande. Nessa situação, o político dividiu as atenções sobre os temas de nossa tese. Visando a equacionar nossa análise, optou-se por dividir o discurso realizado nesse dia em duas partes. Por essa razão a numeração ficou diferenciada.

Os discursos que destacam-se para analisar foram os cinco proferidos nos dias 22 de abril, 13 de maio, 20 de maio, 28 de junho, 30 de agosto, 11 de outubro e os dois pronunciados no dia 10 de novembro, 13 de dezembro, 19 e 21 de dezembro - totalizando 11 discursos.

Propõe-se iniciar a análise a partir dos discursos de afirmação da pesca, fundamentados na denominada “Operação Rio Grande”, que teve como projeto a criação da Carta Pesqueira.

No dia 22 de abril de 1960, após 80 dias de recesso parlamentar (sim, isso mesmo; na época, era esse o tempo que os deputados do parlamento tinham de descanso: saiam em dezembro e retornavam ao plenário somente no início de abril), Carlos Santos condicionou o seu discurso em torno dos temas de nossa tese, conforme o orador:

A minha presença na tribuna, neste início de Sessão Legislativa, vale por uma explosão emotiva de anseios, angustias esperanças, acumulados em 80 dias de recesso parlamentar (...) do meu protesto contra o vandalismo estarrecedor, contra o escarro lançado à face da civilização (...) que desgraçadamente representa a morbidez assassina dessa pavorosa discriminação racial mantida pela minoria dominante nas terras ardentes da África do Sul (...) inibidas pela descrença no regime capitalista, cuja esdrúxula conceituação de independência garante ao homem até morrer de fome (...) ¹⁸⁵ (GRIFO NOSSO).

Cerca de um mês antes desse pronunciamento, ocorreu no dia 21 de março um massacre sem precedentes naquela época, por motivos raciais, em Sharpeville na África do Sul. Situação que constituiu um marco mundial na luta pelos direitos humanos. Segundo o jornal Estadão, alusivo aos 50 anos desse acontecimento datado de 2010, publicou:

Os sul-africanos marcam neste domingo o aniversário de 50 anos do Massacre de Sharpeville, um importante momento na luta pelos direitos dos negros no país. No dia 21 de março de 1960, 69 pessoas morreram e 180 ficaram feridas quando a polícia atirou contra manifestantes desarmados que protestavam contra as leis segregacionistas do apartheid. Muitas das vítimas foram baleadas nas costas quando tentavam fugir do local. Eles estavam protestando especificamente contra a lei que determinava que todos os negros levassem consigo cartões de identidade. O incidente ocorreu na cidade de Sharpeville, 50 km ao sul de Johannesburgo. Marco - O massacre é lembrado como um dos momentos mais sangrentos da luta contra o apartheid segundo a correspondente da BBC na África do Sul, Karen Allen. Nenhum policial foi condenado pelos crimes. (GRIFO NOSSO) (O ESTADÃO, 21 DE MARÇO DE 2010, s.p.) <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sul-africanos-marcam-50-anos-de-massacre-de-sharpeville,527289,0.htm>> Acesso 12 out. 2010 (GRIFO NOSSO).

Na África do Sul, existia a política do *Apartheid*, regime político baseado na separação de negros e brancos. Historicamente, desde o século XVII até meados do século XX, o poder militar, político e econômico era detido pela minoria branca desse país, que criou essa política como meio de manter a sua hegemonia em um regime segregacionista.

A África do Sul fora dominada pelos colonizadores holandeses, que instituíram um sistema mercantil, entre os séculos XVII e XVIII, e os colonizadores britânicos, que introduziram o sistema capitalista na região no século XIX. Sendo os britânicos os responsáveis pela instalação do *Apartheid* na colonizada África do Sul.

¹⁸⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 22 de abril de 1960, p.22.

“A dominação britânica foi sucedida por uma espécie de ‘colonialismo interno’ com o controle político dos *afrikaners*, que criou um sistema de opressão institucionalizado contra a maioria negra, em menor medida, mestiça e asiática”.

Apartheid é uma palavra do *afrikanse* que recebeu a definição ideológica e conceitual de um projeto de desenvolvimento separado, com a finalidade de preservar a riqueza cultural e material dos povos da África do Sul. Na realidade, foi implantado na África do Sul um regime segregacionista que, durante meio século, confiscou os direitos fundamentais, políticos e sociais da maioria da população (MUNANGA, 2006; PEREIRA, 2010).

As reações internacionais contra esse regime tomaram corpo após o massacre de Sharpeville, de 1960, quando a polícia sul-africana abriu fogo contra manifestantes negros que protestavam contra o *pass laws*, e estenderam-se concomitantemente ao desenvolvimento da luta pelos direitos civis nos EUA (MAGNOLI, 2009, p.73).

Carlos Santos pertencia a esses seres humanos que reagiram contra aquela situação, pois, como se percebe, desde os anos de 1930 o político já era envolvido com as questões raciais na cidade de Rio Grande, inclusive sendo fundador de associações no seio da comunidade negra local.

O racismo que se versa nesse trabalho é o sociocultural (GOMES, 2003; BENTO, 2002; MUNANGA, 1994), obviamente, pois, como humanos, jamais poderia ser pensado que essa ideologia fora construída por outro ser.

Aquele racismo das escolas pseudocientíficas do passado, entretanto, persiste (GABINEAU, SPENCER, DARWINISMO SOCIAL), mas deve-se desconstruí-lo com todas as nossas forças, já que a biologia humana é única. Todavia, o racismo que se denota nesta tese comporta características socioculturais, de uma pretensa inferioridade de determinado grupo referente aos seus valores, crenças, códigos etc.

Portanto, essa ideologia persiste em nossa sociedade, bastando, para esse entendimento, que se percebam os dados das pesquisas sociológicas, já que desemprego, menos educação, menores salários etc. são problemas sociais que atingem a todos. Porém, qual o sentido desses problemas serem, ao menos em maior escala, recorrente na maioria da população negra? Em nossa história: quantos séculos nosso país sofreu com a escravidão? Há quanto tempo a sociedade nacional ensinou-nos a inferioridade cultural, social e até biológica, por incrível que pareça, das populações negras?

Acreditar que o preconceito ou o racismo seja algo que desaparecerá com o tempo é ilusão, pois ele somente será atingido e banido de nosso cotidiano se, nas oportunidades e nas situações em que eles se manifestarem, existir a resposta contundente de quem é contra. E foi o que o político Carlos Santos, na sua condição de deputado, fez no dia 22 de abril de 1960 ao denunciar em seu “protesto contra o vandalismo estarrecedor, contra o escarro lançado à face da civilização (...) que desgraçadamente representa a morbidez assassina dessa pavorosa discriminação racial mantida pela minoria dominante nas terras ardentes da África do Sul”. Esse dispositivo discursivo é uma acusação àquele incidente de Sharperville, na África do Sul, datado do dia 21 de março.

O *Apartheid* iniciou a ser desmantelado somente em 1990, com o presidente sul-africano Frederik Willem de Klerk (último branco a ser o chefe do país), o que culminou com a realização de eleições multirraciais e democráticas em 1994, que foram vencidas pelo Congresso Nacional Africano, sob a liderança de Nelson Mandela (1918-2013).

A Copa do Mundo de 2010 foi realizada na África do Sul, demonstrando ao mundo a superação dos males que, durante séculos, atingiram o continente. Entretanto, novamente um acontecimento de proporções internacionais sérias atingiram aquele país. Foi na dia 17 de agosto de 2012, na mina sul-africana de Marikana, onde 34 trabalhadores que reivindicavam aumento salarial de 12% e melhorias nas condições de trabalho foram mortos por policiais armados com metralhadoras, enquanto os mineiros atiravam paus e pedras.¹⁸⁶ Detalhe: o presidente atual, Jacob Zuma, é negro. Ou seja, a África do Sul continua enfrentando problemas com a violência racial e social mesmo após o término do regime do *Apartheid*, fazendo-nos refletir sobre quais de fato são os problemas existentes nesse país.

Carlos Santos, no discurso do dia 22 de abril, afirmava sobre o massacre de 1960 que o problema estava “no regime capitalista”. E nesse massacre do dia 17 de agosto de 2012, independentemente da cor dos líderes do país, qual seria o problema?

Retornando ao discurso do dia 22 de abril de 1960, aqui se divide com o tema da pesca porque, já no parágrafo seguinte, em que Carlos Santos abriu com a denúncia do racismo na África do Sul, ele rapidamente mudou o foco explanando sobre Rio Grande.

¹⁸⁶ Para ver imagens a reportagem sobre essa tragédia acessar: < <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/mineiros-seguem-em-greve-na-africa-do-sul-apos-a-morte-de-34>>. Acesso 10 set 2012.

Nessa passagem, sentimos um corte abrupto nos temas, já que ele, no primeiro parágrafo, versa um tema e, no segundo, prontamente, verbaliza outro. Acredita-se que: ou Santos é o responsável por isso, ou o taquígrafo silenciou o restante do primeiro parágrafo. O fato é que inexistiu o elo entre os dois temas ou a passagem, realmente, foi conclusiva de um para outro assunto.

Outra questão: até pode existir o elo entre os temas, pois Carlos Santos era exímio articulador da linguagem e, nesse sentido, pode ser que ele tenha construído um discurso relacionando os problemas sociais com os raciais enfatizando ao mesmo tempo a crise sofrida pelo Rio Grande do Sul e Rio Grande; ambos problemas são angustiantes. Lembra-se que, no início do discurso ele ressaltou: “A minha presença na tribuna, nesse início de Sessão Legislativa, vale por uma explosão emotiva de anseios, angústias (...)”.

Sobre a pesca, Carlos Santos, no mesmo dia 22 de abril, falou na tribuna:

Maior parque pesqueiro do Brasil, o Rio Grande exportou cerca de 20 mil toneladas de peixe, num total de quase um bilhão de cruzeiros. Tais cifras denunciam a real importância dessa indústria dentro dos quadros da atividade econômica de nosso Estado (...) no Brasil, todos os ramos da indústria merecem cuidadosa cobertura oficial, só não existindo financiamento para a indústria da pesca.

O potencial da pesca era inquestionável, porém, com poucos investimentos. Pois, conforme Santos:

No entanto, somente numa noite, talqualmente (sic) o episódio bíblico da pesca milagrosa, o oceano vomitou ali quase trezentas toneladas de peixe, em quantidade tal que superou a nossa capacidade de estocagem, de industrialização e de consumo, forçando os pescadores a devolverem ao mar, jogando fora, mais de 4 mil quilos do precioso alimento (...) É uma aberração monstruosa¹⁸⁷ (GRIFFO NOSSO).

Carlos Santos, nessa explanação, cita o despreparo do Rio Grande do Sul na exploração da economia da pesca. Inclusive, a partir dessa passagem citada por ele, que como “o episódio bíblico da pesca milagrosa, o oceano vomitou (sic) ali quase trezentas toneladas de peixe”, que a falha era propiciada pela falta de “capacidade de estocagem, de industrialização e de consumo”. Percebeu-se, nas suas angústias, a falta de combatividade do Estado para com a crise; já pouco se fazia para melhorar o desenvolvimento do ramo pesqueiro. No entanto, Carlos Santos denuncia o investimento que é feito no campo e na agricultura e sentencia: “fala-se muito em

¹⁸⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 22 de abril de 1960, p.22.

reforma agrária como forma positiva de aprimoramento das nossas condições econômicas, mercê do maior enriquecimento da terra e da real valorização do homem no campo. Que se promova também uma revolução pesqueira!” (ANAIS, 22 DE ABRIL DE 1960, p.22-23).

Nesse mesmo discurso, Carlos Santos exalta, após as críticas, o envolvimento da Assembleia dos Deputados e da Secretaria da Fazenda e na questão dos pescadores. Citando a visita dos deputados Milton Dutra, presidente da Assembleia e do deputado Siegfried Heuser, titular da Fazenda, que visitaram Rio Grande a convite dos pescadores: “para sentir de perto os problemas de nossa terra (...) o problema do peixe, dos industriais da pesca, além de outros de igual forma, fundamentais a nossa economia e desenvolvimento” (...). A visita desses parlamentares marcava o início da “Operação Rio Grande”.

No dia 13 de maio de 1960, estava-se comemorando os 72 anos da Abolição da Escravatura do Brasil. Na época, essa data ainda era muito festejada por grande maioria da sociedade. Curiosamente nesse dia, poderia ter sido Carlos Santos o primeiro a homenagear a data festiva, mas foram outros deputados que iniciaram a falar da tribuna: Moab Caldas (PSD) e Antonio Bresilin (PTB).

Moab Caldas da tribuna falou:

Sr. Presidente!
Srs. Deputados!

A data de hoje assinala mais uma passagem aniversária da chamada Abolição da Escravatura! Salve o treze de maio! Gajulô em todas as linhas!
- Senhores deputados nosso povo e a fusão de três raças tristes, sob o processo da assimilação que ainda se funde e estabiliza pouco a pouco sua hegemonia, cristalizando princípios são e condicionando-os a uma superestrutura que há de caldearum tipo novo na bio-psicologia(...)¹⁸⁸
(GRIFO NOSSO).

Entretanto, Moab Caldas sentencia:

O sofrimento do negro há de perdurar pelos séculos afora, para mostrar que, por detrás dos florões mais edênicos de nossos sonhos e realizações, cicatrizes existem, ainda incuradas, como uma lenda trágica, até que apaguemos as últimas fimbrias pela recomposição moral ou como dizia bardo,¹⁸⁹ com as espumas do mar (...) o negro ainda sofre o ferrete das

¹⁸⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, maio de 1960, p.250.

¹⁸⁹Um bardo, na história antiga da Europa, era uma pessoa encarregada de transmitir as histórias, as lendas e os poemas de forma oral, cantando a história de seus povos em poemas recitados.

correntes e, consequência dos évos, sua trilha ainda é cheia de dificuldades, que vão sendo conquistadas pelo exemplo e pela tenacidade (...) ¹⁹⁰ (GRIFO NOSSO).

Moab Caldas (PSD) citou a guerra dos Palmares e Zumbi (1655-1695) e a revolta dos Malês (1835) em seu longo discurso, lembrou de Marcílio Dias (1838-1865), Luiz Gama (1830-1882) e Patrocínio (1853-1905), falou em João Cândido (1880-1969), Martiniano Bomfim (1859-1943), famoso Babalorixá baiano, e Mãe Aninha (1869-1938), Ialarixá baiana, e elogiou Carlos Santos em sua “defesa de uma pensão a João Cândido”. Enfatizou que: “O sofrimento do negro há de perdurar pelos séculos afora, para mostrar que, por detrás dos florões mais edênicos de nossos sonhos e realizações, cicatrizes existem, ainda incuradas” (ANAIS, MAIO DE 1960).¹⁹¹

Interessante notar a ambivalência (BHABA, 2003) no discurso de Moab Caldas, tal a complexidade do tema, ainda hoje, ao citar a importância da assimilação e a fusão das raças como algo positivo, mas ainda utópico já que cotidianamente o negro ainda “sofre o ferrete das correntes”.

Logo após, em sequência, o deputado Antônio Bresilin discursou que o 13 de maio seria uma data para pensar a respeito do Continente Africano e declamou o poema Navio Negreiro, de Castro Alves. Antes de encerrar seu discurso, Bresilin diz: “esta casa também conta com um representante daquela raça brilhante, por sinal, um dos mais brilhantes, ativos e conceituados Parlamentares dessa assembleia, o nosso eminente colega de bancada, deputado Carlos Santos (...)” (ANAIS, MAIO DE 1960, p.272).

Carlos Santos acompanhou a sessão, quieto, e após as falas, saiu de seu silêncio e oportunamente disse:

Não posso nem devo permanecer insensível ao civismo de nossas homenagens à luminosidade do evento que a data de hoje gloriosamente relembra homenagens que comovidamente agradeço pela generosidade de Antonio Bresilin e Moab Caldas (...)

¹⁹⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, maio de 1960, p.252.

¹⁹¹ Moab Caldas citou duas figuras representativas do candomblé baiano: Mãe Aninha e Martiniano Bomfim. O Babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim (1859-1943) foi um membro muito influente dos candomblés da Bahia, desde os fins do século XIX. Nina Rodrigues já se referia a ele, sem mencionar o nome, como um valioso informante, um informante remunerado (LIMA, 2004, p.4). Em 1936, Édison Carneiro convidou Martiniano para ser o Presidente de Honra do 2º Congresso Afro-Brasileiro, “papel que ele exerceu com grande interesse e dignidade”. Mãe Aninha (1869-1938) participou das atividades do II Congresso Afro-Brasileiro apresentando “um pequeno trabalho sobre quitutes afro-baianos”. Foi uma das articuladoras e fundadoras da *União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia*. Assim como Martiniano Bomfim era veemente na manutenção dos rituais africanos no Candomblé baiano, Aninha era influente na sociedade em que vivia, inclusive mantendo contatos políticos.

Não teve a mão fidalga de Isabel tão só a tarefa de lavar a nódoa infame que maculava e poluía as páginas de nossa História, mas retificou pelo império da lei a integração da raça mártir(...)¹⁹² (GRIFFO NOSSO).

Mas Carlos Santos além de exaltar as três raças formadoras de nossa nacionalidade e de citar “a mão fidalga de Isabel”, utilizou os seguintes recursos ideológicos para versar sobre o racismo em nossa sociedade, parecendo, inclusive, criticar diretamente algumas pessoas. Já que, conforme o tribuno:

Pela nossa formação, pelas nossas origens e pela vocação libertária, não oferecemos no Brasil condições favoráveis ao estúpido processamento das discriminações raciais (...)¹⁹³ (GRIFO NOSSO).

Os pruridos racistoides de certos grupos existem aqui como em qualquer parte do mundo (...) (ANAIS, MAIO DE 1960, p.266) (GRIFO NOSSO).

Aqui, ele acusa o problema racial, porém, denominando-o de “prurido racistoide”. Mais adiante, diz:

Improcede a assertiva capciosa do jornal londrino “London Times” a existência de discriminação racial no Brasil, tentando assim, maliciosamente, comprometer a nossa autoridade moral para protestarmos, como solenemente o fizemos perante o concerto dos povos civilizados – contra a iniquidade e a morbidez alarmante do racismo das minorias que dominam e escravizam a maioria da África do Sul (...)¹⁹⁴ (GRIFO NOSSO).

Nota-se que, mesmo acusando os “pruridos racistoides”, esse era considerado esporádico pelo político, pois negava a existência de uma sociedade segregada como a existente na África do Sul e a norte-americana.

Pela expressão cultural e pela projeção econômica, qualquer indivíduo no Brasil pode vencer os desníveis do quadro social e se o homem negro não consegue atingir esses escalões, o problema então gira em torno mais do que o problema racial, gira em torno da orbita mental e econômica (...)¹⁹⁵ (GRIFO NOSSO).

Para Santos, o problema não era racial e sim econômico e social.

A minha presença nessa casa Srs. deputados, ainda que silencioso (...) valeria pelo mais eloquente de todos os discursos e pelo mais vibrante de todos os hinos que essa Assembleia Legislativa poderia dizer ou cantar na exaltação da trilogia excelsa: liberdade, igualdade e fraternidade com que o Rio Grande trata a esplêndida realidade brasileira (...)¹⁹⁶ (GRIFFO NOSSO).

¹⁹² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, maio de 1960, p.266.

¹⁹³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, maio de 1960, p.266.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ Ibidem, p.267.

Por meio desses discursos, identificou-se que além da ideologia da democracia racial os pensamentos de Carlos Santos carregavam as ideias da escola de sociologia da USP (BASTIDE, 1958; FERNANDES, 1978), que acusava que o problema do negro se dava na esfera econômica, primeiramente, sendo que a ascensão financeira possibilitaria a ascensão da classe.

O político, inclusive, se colocou como exemplo vivo de demonstração de como superar o problema racial e exaltou o Rio Grande do Sul como modelo dos avanços étnicos. Entretanto, Carlos Santos, assim como seus colegas, deputados Moab Caldas e Antônio Bresilin, tem um tom de “ambivalência” discursiva, pois mesmo acreditando na democracia racial ele cita a existência de grupos “racistoides” e diz que: “mais do que o problema racial, gira em torno da orbita mental e econômica”.

Essa enunciação “mais do que racial” acusa algo, pois ele poderia ter dito: “não é racial...”. Todavia, ele colocou “mais do que racial...” Ou seja: o racismo era uma ideologia persistente. Porém, Carlos Santos deposita e defende a sua confiança em um estado e em um país democrático racialmente, todavia, em determinados momentos ele transita, sensivelmente, por meio de suas falas sobre a existência do racismo no Brasil e a democracia racial.

Um exemplo dessa situação foi que o político citou em determinado momento o quanto ele era conhecido nos meios jornalísticos como o político da “bandeira parlamentar contra o racismo”. Ou seja: essa pretensa democracia racial ou a hegemonia das assimilações raciais era algo citado, mas quando o político assume que combatia o racismo, significava que na esfera do cotidiano, esse mal de fato existia. Ou seja, as suas ações iam de encontro ao racismo vigente.

Nesse período, Carlos Santos passa a viajar o Rio Grande do Sul realizando a campanha para presidente e vice-presidente do Brasil, sendo os seguintes candidatos à presidente: Henrique T. Lott (PSD-PTB), Jânio Quadros (UDN) e Adhemar Barros (PSP); e a vice: Fernando Ferrari do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), que era um partido criado da dissidência do (PTB), João Goulart (PTB-PSD) e Milton Campos (UDN). Na época, as eleições para presidente e vice eram individuais e separadas.

Quanto à “Operação Rio Grande”, no dia 28 de junho de 1960, ela é pronunciada oficialmente pelo parlamentar na tribuna por meio do anúncio da “Carta Pesqueira do Rio Grande do Sul”. Essa carta fundava, em linhas gerais, os seguintes objetivos: “levantar um conjunto de dados científicos assegurando o conhecimento das áreas

piscosas e dos locais de maior densidade de peixe, em cada mês, com exclusão das chamadas safras secas” (ANAIS, 28 DE JUNHO DE 1962, p. 279).

O seu lançamento ocorreu no Centro de Pesquisas Oceanográficas do Rio Grande e contou com a presença do Reitor da Universidade do Rio Grande, professor Eliseu Paglioli, dos deputados Siegrified Emmanuel Heuser, Secretário da Agricultura do Estado, deputado federal Adylio Martins Viana e do deputado estadual Milton Dutra.

A Carta pretendia intensificar os conhecimentos técnicos da economia da pesca, beneficiando a todos os agentes envolvidos no ramo. Era uma forma de sistematizar tecnicamente a pesca artesanal tradicional, possibilitando a ela um melhor aproveitamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento na indústria e no comércio do pescado para um acréscimo financeiro - a estagnação econômica do Rio Grande do Sul e da região de Rio Grande, em tempos de crise.

Racionalizando aqueles velhos métodos e processos empíricos da pesca, garantirá ao Rio Grande do Sul a primazia, já não apenas pelo volume da sua fabulosa produção pesqueira, como pelo conteúdo científico de um sistema de trabalho até hoje não adotado nem bem conhecido em todos os quadrantes da terra brasileira (...) a carta pesqueira elaborada em Rio Grande por um grupo de técnicos e idealistas chefiado por Boaventura Nogueira Barcelos, “papareia”¹⁹⁷ de alta benemerência (...) ¹⁹⁸ (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos lembra o desenvolvimento econômico da região, no entanto, jamais esquece o pescador, pois sem ele esse conjunto de coisas jamais iria funcionar. Outra situação remete ao problema verificado pelo fechamento da *Cia swift* que teve, segundo o parlamentar, uma importante contribuição para a crise local instalada em Rio Grande. Conforme ele mesmo asseverou da tribuna:

A Carta Pesqueira transformará o Rio Grande do Sul em sentinela avançada da valorização do trabalho de seus pescadores, pela retenção maior do capital nacional dentro de nossas fronteiras, pois sendo a pesca uma atividade nacionalizada há de preencher com vantagem a lacuna que ali abriram os grupos estrangeiros que, explorando o trabalho dos nossos patrícios e sugando as energias da terra rio-grandina durante quase meio século, tão só se preocuparam com a exportação de seus lucros fabulosos para o exterior (...) a má vontade dos homens não conseguiriam jamais anular (de Rio Grande)a sua importância excepcional na vida econômica e social do Rio Grande do Sul e do Brasil. ¹⁹⁹ (GRIFO NOSSO).

¹⁹⁷ Papareia: expressão é uma denominação regional utilizada para identificar as pessoas nascidas no município de Rio Grande - RS.

¹⁹⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, junho de 1960, p.279.

¹⁹⁹ Ibidem.

Para definir a importância da Carta Pesqueira a todos os setores da economia, mas em especial para ao pescador, o político enfatizou que:

(...) a par do aprimoramento das nossas espécies piscosas, da modernização dos meios de industrialização do pescado, possamos com essa Carta Pesqueira também melhorar (sic) as condições de vida do pescador e de sua família que ainda vivem como párias, rastejando como sombras (...) humanizar a vida do pescador, desse autêntico monarca do mar que, num contraste chocante vive construindo riquezas mergulhando na miséria (...) é o marco inicial de uma nova era nas atividades desse importante setor da nossa economia e penhor seguro do soerguimento social dos trabalhadores do mar (...)²⁰⁰ (GRIFO NOSSO).

As assertivas grifadas acima denotam a importância de Carlos Santos como representante das demandas da economia da pesca, mas principalmente como um mediador político dos pescadores no contexto trabalhista em que a crise econômica do RS necessitava de alternativas. E nada mais potencial do que investir em um setor que poderia gerar divisas e recursos ao “povo gaúcho”.

As assertivas da pesca e da identidade negra estavam representadas nos discursos políticos de Carlos Santos que, como deputado negro rio-grandino, se mantinha atrelado, de forma identitária, às questões analisadas direto do local de onde falam os oradores: da tribuna, além de relacionar e agir cotidianamente para defender essas temáticas.

Meses depois, enquanto estavam sendo colocados em prática os objetivos da “Operação Rio Grande” por meio da “Carta Pesqueira” teve-se, na Assembleia Legislativa, um embate de ideias entre o então deputado Paulo Brosard e Carlos Santos por ocasião da Caixa de Crédito do Setor Pesqueiro da cidade de Rio Grande, instaurado na cidade após a lei nº 3.832, de 18 de novembro de 1941, que regulava a situação dos pescadores perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, esse fundado em 1933.

O deputado Paulo Brossard (PL)²⁰¹ denunciou no plenário os problemas com a Caixa de Crédito dos Pescadores da cidade (ANAIS, 23 DE AGOSTO DE 1960, p.261-262). Na realidade Paulo Brossard informa que os pescadores apelaram a ele, conforme Brossard na tribuna:

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ O Partido Libertador (PL) era a terceira força do Estado com sete cadeiras na Assembleia Legislativa do RS. O deputado Paulo Brossard foi o terceiro deputado mais votado da legenda, com 7.419 votos. (ELEIÇÕES NO RS, Ed. Síntese: Porto Alegre, 1977).

Atendendo a um apelo que me chegou dos pescadores de Rio Grande, profundamente inconformados com o modo com que vem sendo administrada, naquela cidade, a Agência de Crédito da Pesca. Esta entidade tem por objetivo prestar assistência creditícia aos pescadores e os pescadores se queijam da ausência total de qualquer forma de assistência de parte da Caixa de Crédito à Pesca.

Verificou-se, aqui, que os pescadores pressionavam outros políticos, de acordo com seus interesses, em torno das suas demandas. Seguiu Brossard:

Mas não apenas isto, queixam-se, também, do modo como são habitualmente recebidos e tratados pelo responsável e administrador da agência rio-grandina da Caixa de Crédito à Pesca (...) A Cooperativa Mista dos Pescadores, assim como a direção da Colônia - Z2 já dirigiram ao Coronel Gilberto Saturnino Alvim reclamando em termos veementes contra a referida Caixa (...)²⁰² (GRIFO NOSSO).

O caso era de polícia. O nome do diretor da Caixa de Crédito era Dimas Magalhães, qualificado como “incapaz” e sem “idoneidade moral”, conforme palavras escritas em telegrama pelos próprios pescadores ao deputado Paulo Brossard. Os pescadores falaram da “roubalheira” do dinheiro colocado na Caixa. Quem assinou a correspondência foi um sujeito chamado Antônio Pereira da Silva, presidente da Colônia de Pescadores - Z2. O deputado Paulo Brossard diz “que isso não pode continuar”, dando apoio aos pescadores.

Nesse momento tem-se a fissura do contexto trabalhista, conforme teorizado por Fortes (2004), pois, se os pescadores tinham diálogo direto com Carlos Santos do PTB, quais os motivos que os fizeram enviar correspondência ao deputado Paulo Brossard do Partido Libertador (PL), de oposição ao trabalhismo?

Os pescadores formavam um grupo de pressão que foi amadurecendo politicamente conforme as suas lutas iam historicamente avançando. Lembra-se que sempre que um dos agentes colocados pelo governo para dirigir um órgão oficial dos pescadores eram contra os seus preceitos, eles pressionavam a sua retirada. Assim foi em 1951 na luta dos jangadeiros cearenses.

As reivindicações dos pescadores estavam ocorrendo em várias partes do Brasil desde os anos de 1940, e em Rio Grande, em virtude de seu potencial pesqueiro, jamais seria diferente. Portanto, eles negociavam com outros parlamentares que pudessem auxilia-los, representando seus interesses.

²⁰² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 23 de agosto de 1963, p.261.

Porém, dia 30 de agosto Carlos Santos da tribuna lê uma correspondência enviada pelo diretor acusado pelos pescadores: Dimas Magalhães, o qual se diz vítima devido a questões políticas. Todavia, Carlos Santos informa que somente iria ler a correspondência de Dimas Magalhães sem questões de mérito, por dizer desconhecer o assunto.

Dimas explicou na correspondência que estavam sujando a sua imagem em virtude do período eleitoral. Identificou os seus inimigos políticos como desafetos pessoais. Eram, segundo Dimas, “Zacarias de Azevedo e Nomerardo Teixeira dos Santos, este último ex-encarregado do Posto de Pesca de Rio Grande e líder do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) na região”, que frustrados nas suas aspirações eleitorais o acusavam. Dimas ainda ratificou a correspondência lida por Paulo Brossard no plenário, escrevendo que a Colônia que os pescadores reclamantes são de São José do Norte, colônia Z-2, e que Rio Grande era a colônia Z-1. Paulo Brossard e Carlos Santos saem da sessão plenária movida pelos debates em torno dessas questões.

Passadas as eleições já realizadas, no dia 03 de outubro, com as vitórias para presidente de Jânio Quadros (1917-1992) - PTN e a UDN com 5.636.623 votos e a vice de João Goulart (1919-1976) (PTB) com 4.547.010 votos, esse assunto volta candente à Assembleia.

No dia 04 de outubro, Carlos Santos agradece os eleitores do PTB e do Rio Grande do Sul como mostra de civismo e reclama que, após o pleito, em virtude de derrota do PTB em Rio Grande, 400 funcionários foram despedidos, discussões que serão retomadas em outro momento.

No dia 11 de outubro as contendas sobre a situação da Caixa de Crédito da Pesca e do Sr. Dimas Magalhães tornam a tencionar as relações entre Paulo Brossard e Carlos Santos.²⁰³ Ambos discutem em plenário:

Paulo Brossard:

(...) também recebi uma carta do Sr. Dimas Magalhães, que apenas se refere ao episódio mas que não esclarece nada da denúncia feitas, aliás, não por mim mas por interessados, os pescadores de Rio Grande e amplamente divulgado na imprensa (...)

Carlos Santos:

²⁰³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto, p.325-327.

(...) ressaltou na tribuna deputado Paulo Brossard que de minha parte não queria entrar no mérito da questão (...)

Paulo Brossard:

(...) como filho de Rio Grande tem que estar melhor qualificado para entrar no mérito do assunto e esclarecer-nos (...)

Carlos Santos:

(...) prefiro que o próprio acusado, aliás como está fazendo, promova a sua defesa pelos meios legais, e que venha, se puder, o que acredito que possa fazer, derrubar todas essas acusações (...)

Paulo Brossard:

(...) não quero que vossa excelência venha fazer defesa, mas desejava que vossa excelência entrasse no mérito do assunto (...) o assunto já se transplantou para a esfera federal e está sendo julgado pelo Ministério da Agricultura (...)

Carlos Santos:

Não tenho culpa de ser elemento captador dessas explosões que vem de todas as partes empenhadas no assunto, e por isso que estou ligado por laços de amizade a todos eles, entendo que é meu dever não negar oportunidade de se defenderem nesse plenário ou de trazerem a sua defesa. Essa é a minha posição em torno do assunto. Digo e repito, lastimo o que existe em torno desse episódio (...) (GRIFO NOSSO).

Esse debate será melhor aprofundado posteriormente, já que o processo seguiu em discussão no Ministério da Agricultura no Distrito Federal. Por ora, a fala de Carlos Santos sobre ele “ser o elemento captador dessas explosões” identifica a sua importância nesse debate e a sua mediação na negociação entre o grupo político e os pescadores. Sendo essa situação observada por Paulo Brossard que verbalizou: “como filho de Rio Grande tem que estar melhor qualificado para entrar no mérito do assunto e esclarecer-nos...”. Logicamente, isso deve ter sido uma ironia de Brossard já que Carlos Santos era o político mais envolvido do Rio Grande do Sul na questão da pesca.

A nível internacional o *Apartheid* continuava, nos finais de 1960, a matar e a macular a África do Sul, entretanto, para as lutas dos Direitos Humanos, um novo ciclo estava se iniciando, pois no dia 8 de novembro de 1960, após uma disputadíssima campanha, John Kennedy (1917-1963) venceu as eleições para presidente dos EUA. Kennedy iria realizar uma série de transformações nas relações raciais norte-americanas, pressionadas pelas tensões efetuadas a partir dos próprios negros organizados em torno de suas organizações como os Panteras Negras e das ações individuais de líderes como Malcom X (1925-1965), Martin Luther King (1929-1968) e Rosa Parks (1913-2005).

Essas políticas instauradas por Kennedy iriam servir de fundação para outras políticas públicas em outras regiões do mundo. Sobre o ocorrido em Sharperville, África do Sul, a Organização das Nações Unidas (ONU) *instituiu* no dia 21 de novembro de 1969, em *memória* do massacre ocorrido no dia 21 Março de 1960: o dia *internacional de luta contra a discriminação racial*.

Retornando ao parlamento sul-rio-grandense, Carlos Santos faria ainda dois discursos sobre as questões relativas ao mar no ano de 1960: um no dia 12 de dezembro em homenagem a Marinha de Guerra do Brasil, e outro, no dia 19 de dezembro, sobre a inauguração da Escola de Engenharia Industrial de Rio Grande. Está intimamente vinculada a “Operação Rio Grande” e um dos objetivos da “Carta Pesqueira”, que visava ao aprofundamento das pesquisas oceanográficas da região da Colônia Z1, de Rio Grande. Quanto à homenagem à Marinha do Brasil, Carlos Santos homenageou João Cândido, em 1959. Mas jamais condenou a Marinha pela condição precária que passava João Cândido como resultado da Revolta da Chibata.

Por fim, no seu último pronunciamento de 1960, Carlos Santos prestou homenagem ao centenário de nascimento do rio-grandino e teatrólogo negro “Arthur Pinto (sic) da Rocha”. Caracterizando a sua outra intervenção a favor da memória da identidade negra.

Arthur Rodrigues Rocha era um intelectual negro. Para Isabel Silveira dos Santos (2010) “Arthur Rocha se constituiu como sujeito e construiu representações culturais sobre os negros (as) em suas peças de teatro, que ao serem encenadas, possivelmente possibilitaram a constituição de outras identidades negras no contexto do pós abolição.

Tabela 13 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1960

Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Situação política	Menor	Trabalhadores, grupos, sindicatos.	Pesca	Identidade Negra
4	2	3,5	1	2,5	8,5*	2,5*

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. *Obs. Discursos que o parlamentar versou ao mesmo tema sobre pesca e identidade negra.

No Brasil, a vitória presidencial de Jânio Quadros (1917-1992) e para vice de João Goulart (1919-1976) geraria mais tensões, nas já complicadas relações políticas e econômicas internas a luz dos estrangeirismos, sendo previsto um ano complicado de 1961.

3.5 NO ANO DA LEGALIDADE: SOMENTE A ASSERTIVA DAS GENTES DO MAR

No Rio Grande do Sul, enquanto o PTB do governador Leonel Brizola seguia a intervenção na economia para um projeto industrializante autônomo, sendo que, no país, era mantido o projeto industrializante associado ao capital estrangeiro (desde Juscelino Kubitschek) e de seu Plano de Metas que, segundo os petebistas, marginalizava o Rio Grande do Sul, concentrando as riquezas no eixo Rio-São Paulo, mesmo com a criação das Superintendências regionais, será verificado como o tribuno referenciou os “povos do mar”.²⁰⁴

Toda a intervenção estatal, motivada pelo PTB de Leonel Brizola, no intuito de desenvolver a economia gaúcha, era refletida nas ações e fundações de Carlos Santos, conforme será verificado por ocasião dos discursos sobre a “corrida da tainha”, “o centro de navegação de Rio Grande” e sobre a inauguração da “Festa do Mar”, também em Rio Grande. Entretanto, convém contextualizar brevemente esse ano para uma melhor compreensão das análises dos discursos de Carlos Santos.

Em 1961, o padrão das relações políticas no Brasil se desequilibra. O estado de compromisso ou moderador (STEPAN, 1985) passa a ser visto como uma descrença por parte dos políticos, partidos de esquerda, direita, militares e civis.

O presidente e o vice, Jânio Quadros (1917-1992) e João Goulart (1919-1976), assumem - em janeiro de 1961 - um país em crise, com altos índices inflacionários, o que descontentava os grupos sociais. Para Sader (1962), “Jânio Quadros vai presidir o início da crise final da democracia populista brasileira” (SADER, 1982, p.148). Ressalta-se que Jânio obteve apoio da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Grupo Votorantim, Conselho Nacional das Classes Produtoras e Moinho Santista, tendo, nos paulistas, o ódio ao trabalhismo getulista (MACHADO, 2011, p.19). Todavia, Jânio já fora deputado pelo PTB no Paraná. Era um sujeito ambíguo, além de admirador confesso de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul.

²⁰⁴ A concentração de capitais nos estados do sudeste gerou descontentamentos de outras regiões, tais como o Nordeste e o Sul. Para evitar tensões o governo, criaram-se os organismos regionais, visando ao combate à concentração econômica, geradora de conflitos entre os estados. SUDENE, SUDAM, SUDESUL e SUDECO foram organismos regionais criados para equilibrar o desenvolvimento econômico dessas regiões frente ao Sudeste.

Jânio Quadros²⁰⁵ tentou responder às aspirações difusas do período, em que as esquerdas, os grupos do capital internacional, os trabalhistas, os militares, o empresariado, as camadas médias e ruralistas etc., cada qual com a sua reivindicação, tencionavam as estruturas do estado para a sua demanda. Longe de ser um instrumento do grande capital, buscou o seu fortalecimento junto às massas cada vez mais fortalecidas pelas políticas trabalhistas, formuladas nos anos anteriores, conforme observado.

Entre as medidas mais conhecidas de Jânio, cita-se a abertura das relações diplomáticas por meio da “política externa independente” com os países socialistas e com a África Negra; o impacto interno do crédito rural, auxiliando os pequenos lavradores, e o combate à corrupção, realizada pelos altos funcionários públicos. Era a denominada “cruzada moralizadora”. Com o tempo Jânio perderá o apoio de seu partido a UDN.

Para Alfred Stepan (1985), Jânio Quadros e João Goulart estavam mais preocupados em mudar o regime do que propor transformações dentro daquela ordem existente, que possibilitava pouca autonomia para a realização de mudanças estruturais. Essas situações aproximaram Jânio (UDN) e Jango (PTB), de partidos antagônicos.

Nos Estados Unidos, John Kennedy assume o seu mandato. E, se por um lado ele aprofunda as transformações raciais a fim de pôr em prática a política das ações afirmativas, por outro ele inicia um ataque ferrenho ao comunismo em Cuba. Mesmo que Cuba não fosse uma marionete soviética ou um perigo imediato ao governo norte-americano, o presidente Kennedy definiu a ilha, de certa forma, como novo campo de batalha da Guerra Fria, decidindo remover a “irritação” cubana (FARIAS, Déborah, 2008, p.119). Ou seja, nesse momento, os Estados Unidos eleva a tensão à Guerra Fria contra a União Soviética.

O presidente Kennedy aprovou a invasão a Cuba em 13 de abril de 1961 com planos de assassinar Fidel Castro. Porém, a iniciativa foi um fracasso e o novo governo dos EUA, eleito há apenas três meses, sofre um duro revés. Fidel Castro vence o grupo formado pelos norte-americanos, treinados pela CIA três dias depois da invasão à Baía dos Porcos. Os impactos no contexto doméstico e internacional foram todos negativos,

²⁰⁵ Jânio Quadros foi vereador em São Paulo pelo PDC, em 1947; deputado estadual em 1951; prefeito de São Paulo, em 1953, pela coligação PDC/PSB; guindado a governador paulista um ano depois pelo PSB e já pelo PTN; deputado federal do Paraná, em 1958 pelo PTB, o PTB de Brizola, sim, pelo Paraná pelo PTB. Na época podia-se eleger por mais estados.

fazendo com que Kennedy resolvesse, a partir de então, endurecer ainda mais o discurso anticomunista, e continuar a perseguir a queda de Castro.

No Brasil, Jânio Quadros segue seu desequilibrado governo: proibindo rinha de galos, uso de biquíni nas praias e corridas de cavalos em dia de semana (MACHADO DA SILVA, 2011, p.21-22). No estado do Rio Grande do Sul, o trabalhismo segue com suas nacionalizações e negociações com os patrões e empregados, visando a superar a crise.

Na assembleia, em 1960, Carlos Santos discursou 24 vezes, no entanto, sem citar nenhuma vez a questão racial, agindo somente em função do desenvolvimento da pesca como meio de melhorar a economia do Estado. No painel, visualizam-se seus pronunciamentos:

Tabela 14 – Quantitativas da pesca e da identidade negra em 1961

Ano	QTD	Sobre a pesca e a negritude	Pesca	Identidade Negra
1961	24	07	07	00

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Após outro recesso parlamentar entre a crise política nacional, crise internacional com as tensões voltadas para a Guerra Fria, o Rio Grande do Sul passa a dobrar os seus esforços para voltar a crescer, superando, com isso, a crise, visto que os últimos superávits na balança comercial regional foram alguns anos após a II Guerra Mundial, em que os mercados estrangeiros pereciam com a falta de produtos agrários. Agora, voltado para o mercado nacional, o Estado tem na pesca um interessante ramo a intensificar, bastando, para isso, o aprimoramento das técnicas do pescado, do condicionamento e comercialização - objetivos expostos na fundação da Carta Pesqueira do ano anterior.

Sobre as questões raciais (embora Carlos Santos, da tribuna, ter permanecido em silêncio), nos Estados Unidos, no mês de abril, Martin Luther King defendia, por meio de discursos religiosos e reivindicatórios, o boicote das populações negras contra as empresas de ônibus da cidade de Montgomery, sendo considerado um dos movimentos símbolos das lutas pelos Direitos Civis dos negros norte-americanos, tendo como destaque Rosa Parks.

Abaixo, a tabela dos conteúdos localizados nos discursos de Carlos Santos:

Tabela 15 – Discursos realizados em 1961

Número	Datas	Conteúdos	Fontes
<u>01</u>	<u>22/05/1961</u>	<u>Corrida da Tainha</u>	<u>Anais, maio de 1961. Vol 146. Livro, p.22-24.</u>
<u>02</u>	<u>13/06/1961</u>	<u>Manutenção da Estrada de Ferro de Rio Grande-Cassino</u>	Anais, junho, vol. 147. p.171.
<u>03</u>	<u>14/06/1961</u>	<u>Centro de navegação do Rio Grande do Sul e a ligação de Porto Alegre ao mar.</u>	Anais, junho, vol.147. p.202.
04	19/06/1961	Contra o centro de navegação e a refinaria de Petrobrás em Porto Alegre, em detrimento de Rio Grande.	Anais, junho, vol. 147. p.281.
05	22/06/1961	Criação de Função Gratificada FG 6 – Assistente técnico, para Comissão de Constituição e Justiça	Anais, junho, vol. 147. p.379.
<u>06</u>	<u>06/07/1961</u>	<u>Em defesa do porto de Rio Grande</u>	<u>Anais, julho, vol. 148. p.89-90.</u>
07	07/07/1961	Emendas sobre as Comissões de Inquéritos	Anais, julho, vol. 148. p.123.
08	13/07/1961	Contra o centro de navegação e a refinaria de Petrobrás em Porto Alegre, em detrimento de Rio Grande.	Anais, julho, vol. 148. p.210-212.
09	14/07/1961	Contra a refinaria de Petrobrás em Porto Alegre, em detrimento de Rio Grande.	Anais, julho, vol. 148. p.233.
10	25/07/1961	Envio de Projeto concedendo vantagens aos subdelegados de polícia.	Anais, julho, vol. 148. p.441.
11	25/07/1961	Discursos dos deputados sobre o “Dia do Colono” e do motorista.	Anais, julho, vol. 148. p.441-449-450-451.
12	31/07/1961	Solidariedade ao prefeito Conrado Alves Guimarães devido aos atrasos das obras da BR – 92, de Santa Vitória do Palmar	Anais, julho, vol. 148. p.538.
13	09/08/1961	Contra a refinaria de Petrobrás em Porto Alegre, em detrimento de Rio Grande.	Anais, agosto, vol. 149. p.170-171.
14	14/08/1961	Carta de Renato Costa sobre os motivos da refinaria da Petrobrás ser construída em Rio Grande.	Anais, agosto, vol. 149. p.258-263.
15		Homenagem ao centenário do Educandário Coração de Maria de Rio Grande.	Anais, agosto, vol. 149. p.273.
16	21/09/1961	Discursa em defesa de Darcy Medeiros D’Ávila referente a lotes de terras em Viamão.	Anais, setembro, vol. 150. p.247-251.

17	28/09/1961	Homenagem a ARI- Associação Rio-Grandense de Imprensa, pelas comemorações do jubileu de prata da entidade.	Anais, setembro, vol. 150. p.321-324.
<u>18</u>	<u>02/10/1961</u>	<u>Solicitação de auxílio ao Governo do Estado para a realização da primeira “Festa do Mar” de Rio Grande.</u>	<u>Anais, outubro, vol. 151. p.04.06.</u>
19	06/10/1961	Contra a refinaria de Petrobrás em Porto Alegre, em detrimento de Rio Grande.	Anais, outubro, vol. 151. p.114.117.
20	09/10/1961	Agradecimento a FAB, na figura do Brigadeiro Adamastor Beltrão Cantalice por levar uma menina enferma para ser atendida no Uruguai.	Anais, outubro, vol. 151. p.137-138.
21	06/11/1961	Alusivo ao retorno do Congresso das Assembleias Legislativas	Anais, novembro, vol. 152. p.02.
<u>22</u>	<u>14/11/1961</u>	<u>Discurso sobre o início da Festa do Mar em Rio Grande. Discursos de congratulações de deputados da casa.</u>	<u>Anais, novembro, vol. 152. p.161-162.</u>
<u>23</u>	<u>27/11/1961</u>	<u>Discurso sobre o encerramento da primeira “Festa do Mar” de Rio Grande.</u>	<u>Anais, novembro, vol.152. p.412-413.</u>
24	01/12/1961	Contra a refinaria de Petrobrás em Porto Alegre, em detrimento de Rio Grande.	Anais, dezembro, vol.153. p.02-03.

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. (GRIFOS NOSSOS)

Serão analisados sete discursos, todos relacionados à situação da pesca, dos pescadores e de sua industrialização. Os discursos foram realizados no dia 22 de maio, 13 e 14 de junho, 06 de julho, 02 de outubro e 14 e 27 de novembro, respectivamente.

No dia 22 de maio de 1961, Carlos Santos ocupou a tribuna para informar os resultados da atividade pesqueira da cidade de Rio Grande entre os dias 20 e 21 de maio - sábado e domingo. Um final de semana em que, segundo o orador, “cerca de um milhão de tainhas fora colocado por Deus na região”. Para Carlos Santos, esse acontecimento é auspicioso para “a numerosa e heroica família dos trabalhadores do mar e o seu registro se impõe como reafirmação categórica incontestada da indústria pesqueira do Rio Grande no quadro geral da economia sul-rio-grandense” (SANTOS, 1961, p.22). Nessa passagem do discurso, tem-se a noção exata da mediação do político entre os grupos dos pescadores, os industriais e o Estado, sendo possível identificá-lo como um agente petebista em ação, já que, em sua opinião, para a economia da pesca avançar, deveria existir uma comunhão de esforços dos grupos interessados, por meio das políticas públicas e investimento do Estado.

No mesmo discurso, o político citou sua participação no “Fórum Econômico Visconde de São Leopoldo”, identificado como um encontro entre empresários e políticos visando à melhora econômica do Estado. Esse conclave, “inspirado nos mais sadios anseios de adaptação do Rio Grande do Sul à realidade nacional” - como Carlos Santos lembrou, contou com os seguintes participantes: Tancredo Lanes, presidente do Centro de Indústrias de Rio Grande, que cobrou a “urgência do aparelhamento da indústria da pesca”, que gerou, em 1960, 870 milhões de cruzeiros; Oscar Carneiro da Fontoura, líder ruralista, que reclamava sobre “a necessidade do entreposto de Rio Grande, incentivando também o desenvolvimento pastoril do Rio Grande do Sul”; Francisco Estêves Lima, autoridade em transportes marítimos, que destacava que “as deficiências do porto de Rio Grande dificultam a sua excepcional expressão geoeconômica” e Aires Adures, mandatário da Associação Comercial de Pelotas, que evidenciou a importância “das culturas agrícolas e o problema do abastecimento de água às populações de Pelotas e Rio Grande”.

Todavia, Carlos Santos encerrou o seu discurso enfatizando que

“(…) os pescadores do Rio Grande se alvoratam com o vulto dos cardumes de tainhas que correram para suas redes, e a população ordeira e laboriosa da legendária cidade marítima do nosso Estado aguarda, com redobrada fé nos seus destinos, os resultados práticos, imediatos e objetivos do importante Fórum Econômico (...)”.

Nesse sentido, Carlos Santos fez a ação de reunir, por meio de seus discursos e articulações, os grupos em torno do objetivo do desenvolvimento da indústria da pesca; participou da fundação da “Operação Rio Grande” e da “Carta Pesqueira” e, agora, cobrava os resultados práticos dessa campanha: a institucionalização na prática das políticas, há tanto debatidas, em torno da melhora econômica do Rio Grande do Sul, de Rio Grande e dos grupos dependentes dessa potencial produção da economia da pesca.

Nos dias 13 e 14 de junho, o parlamentar discursou sobre o Centro de navegação do Rio Grande do Sul e a falta de ligação de Porto Alegre ao mar, bem como a respeito da manutenção da estrada de ferro da praia do Cassino, demonstrando suas preocupações com o escoamento da produção de nosso Estado, sendo que essa fosse realizada na Zona Sul não na Capital. Contudo, nesse instante, era o transporte de derivados do petróleo que preocupavam o parlamentar, já que outros portos como o de Santos eram utilizados. O parlamentar cobrava a fundação de uma refinaria da Petrobrás na região, devido à potencialidade do porto marítimo e não em Porto Alegre como era

cogitado pelo Governo Federal. No mês de julho, o parlamentar fez veemente defesa para na utilização e manutenção do porto de Rio Grande. O grande empresário do ramo na região era Fernando Martins Bastos, o que indica uma possível relação de Carlos Santos com o empresário.

Na política brasileira, as ações da Política Externa Independente (PEI), além de reatar as relações com a própria União Soviética, de Nikita Krushev (1894-1971), permitem que no dia 28 de julho o vice-presidente João Goulart viajasse para a China, na companhia de empresários, do diplomata Araújo Castro, dos senadores Barros de Carvalho e Dix-Huit Rosado e dos deputados Franco Montoro e Gabriel Hermes, demarcando, por meio das relações diplomáticas, o contato com a nação comunista. Outra situação a destacar naquele contexto foi a condecoração de Che Guevara (1928-1967), argentino conhecido por ter participado da revolução cubana, dada pelo presidente Jânio Quadros.

Em época de reação norte-americana ao inimigo comunista, essas ações vão inflamando os grupos nacionais associados aos interesses capitalistas internacionais. No dia 21 de agosto, Jânio Quadros, o presidente do Brasil, renunciou. O vice ainda estava tratando de negócios com a China. Devido a essa situação, surge como um perigo aos setores conservadores, vinculados ao capital externo e a políticos próximos a Carlos Lacerda - UDN, a eminente posse constitucional de João Goulart, vice-presidente do Brasil.

Durante 14 dias, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, contando com o apoio de José Machado Lopes (1900-1990) - comandante do III Exército - e de setores da imprensa porto-alegrense, fizeram um movimento a favor da constituição, da legalidade, projetando, inclusive, uma guerra civil para que fosse efetivada a posse de seu cunhado João Goulart do PTB. Os momentos de instabilidade política no Brasil e no Rio Grande do Sul chegaram a patamares críticos, desde a morte de Getúlio Vargas, ocorrida em 1954.

No dia 31 de agosto, o vice-presidente João Goulart desembarcou em Montevideú. Nesse momento, já se negociava a emenda do parlamentarismo, encontrado como solução para sua posse, embora contrariada por Brizola. Tancredo Neves, na capital uruguaia, pactuava as negociações com os ministros militares. Jango aceitara a mudança do regime para evitar a guerra civil, e também porque queria assumir a presidência da República. Os ministros militares, sabedores de seu próprio

isolamento político, perceberam que a solução negociada lhes daria uma “saída honrosa” (FERREIRA, 1997, p.24).

No dia 21 de setembro, em sessão plenária sob a presidência de Carlos Santos, ocorrem intensos debates sobre os rumos do parlamentarismo no Brasil. Na ocasião, os deputados do PTB demonstraram solidariedade ao presidente João Goulart e elogiaram a firmeza com que o governador do Estado, Leonel Brizola, conduziu a campanha pela restauração da ordem legal (ANAIS, 21 DE SETEMBRO DE 1961, p. 186-189).

Com todas essas agitações, incrivelmente, já no dia 2 de outubro Carlos Santos aproveita a assunção de João Goulart ao mais alto posto da nação e, da tribuna, solicita - por meio de “um apelo caloroso”, o auxílio ao governador, também do PTB, para a realização, de 15 a 26 de novembro, da “Primeira Festa do Mar” do município de Rio Grande. Carlos Santos afirmara que: “a Festa do Mar é uma promoção de caráter estritamente ligada ao vigor da luta da gente rio-grandina” sem deixar de lado os aspectos religiosos. As festas religiosas são encontradas praticamente em todas as comunidades pesqueiras do litoral brasileiro (CALLOU, *sd, sp.*).

A Festa do Mar de Rio Grande, conforme Carlos Santos,

(...) foge a alacridade rotineira do vocábulo, traz ressaltos emotivos daquelas festas religiosas com que os gregos consagravam seus heróis (...) festa do povo que sobrepujou todos os males físicos e morais que emergem de marginalismo e da descapitalização e conjurou, com virilidade incomum, os reflexos dos mais graves problemas sociais. (ANAIS, 07 DE OUTUBRO DE 1961, p.04-06).

E de onde falam os oradores, concluiu:

Envio, pois daqui, meu veemente apelo ao eminente governador do Estado (...) peço e espero que se dignem os ilustres deputados subscrever, comigo, um telegrama ao nobre presidente João Goulart e outro primeiro ministro Tancredo Neves, encarecendo a honrosa e generosa guarida (...) a cidade marítima²⁰⁶.

O projeto foi aceito no dia 14 de novembro, e Carlos Santos faz um pronunciamento convidando os nobres colegas deputados a participarem das atividades da “Festa do Mar” de Rio Grande, com início previsto para a semana seguinte, e explana que:

²⁰⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 07 de outubro de 1961, p.06.

(...) A “festa nasceu das cinzas do povo que pode mais que a natureza, festa do Rio Grande que fez nascer prosperidade onde achou impotência e miséria, festa do trabalho, do heroísmo, da tenacidade e da fé daquela brava gente que (...) engrandece na comunhão nacional”²⁰⁷ (GRIFO NOSSO).

Parece que Carlos Santos soube negociar a festa a partir dos anseios trabalhistas, pois, nesse momento, tanto o Rio Grande do Sul quanto o Brasil são governados pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Era o trabalhismo de “vento em polpa”, designando os destinos do Brasil. Nesse sentido, a “Festa do Mar” seria o impulso soberano da economia gaúcha à luz da política nacional.

No dia 27 de novembro, a atividade foi realizada com sucesso e contou com a presença do governador e de deputados. Carlos Santos encerrou os seus discursos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dizendo:

Encerrou-se ontem, na velha e legendária cidade marítima do Estado, com brilho excepcional, vibração intensa e extraordinária afluência humana, a 1º Festa do Mar. Aqueles que assistiram as festividades, e delas participaram, como o eminente governador do Estado, alguns nobres e ilustres deputados (...) várias dezenas de milhares de pessoas, de todas as camadas sociais e das mais variadas procedências de dentro e de fora do país, abarrotaram as ruas de Rio Grande durante mais de dez dias, prestigiaram as solenidades programadas e ensejaram movimentação opulenta ao comércio (...) (GRIFO NOSSO).²⁰⁸

A festa movimentou a economia de Rio Grande:

(...) para maior brilho desta autêntica festa de ressurreição econômica do Rio Grande, muito contribuíram a União, para ali enviando unidades da gloriosa Marinha de Guerra do Brasil e aparelhos da famosa esquadrilha da fumaça da FAB e da escola de paraquedistas do Exército. O governo do Estado (...) com o governo Federal iniciou as obras de construção da Escola de Pesca de Rio Grande, criando ali uma Escola Básica de Comércio; governo dos países amigos como Inglaterra se fazendo representar por garbosa unidade da Marinha de Guerra de Sua Majestade (...) ²⁰⁹ (GRIFO NOSSO).

Destaca-se a presença estrangeira na festa, bem como as negociações para a construção de um frigorífico na região.

(...) a concessão de vultosos recursos do BNDE para a construção do frigorífico de Rio Grande. Encerrou-se assim, ontem a Festa do Mar em plena ambiência de otimismo e crença da gente rio-grandina nos seus próprios destinos (...) ²¹⁰ (GRIFO NOSSO).

²⁰⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 14 de novembro de 1961, p.162.

²⁰⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 27 de novembro de 1961, p.412-413.

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ Ibidem.

A Festa do Mar representou a ressurreição da indústria pesqueira na região, o incentivo da economia sul-rio-grandense e nacional; o comércio, a indústria e os pescadores, todos unidos. Os militares, representados pelas três forças - exército, marinha e aeronáutica - participaram fazendo apresentações de seu arsenal de guerra. Até os ingleses, apesar do nacionalismo do PTB, estavam com esquadras nos mares do Rio Grande do Sul, sendo o ponto alto da Festa o incentivo financeiro investido pelo BNDE à economia do município.

Carlos Santos, mesmo com o turbulento ano de 1961, desenvolveu de maneira competente os anseios da economia do Rio Grande do Sul, demonstrando que a pesca, por meio de suas ações, estava se fundamentando. Todavia, demonstrando um equilíbrio de grupos sociais, políticos e econômicos, nacionais e estrangeiros, em um contexto ainda candente e tumultuado.

Cabe destacar que a Festa do Mar de Rio Grande acontece na atualidade, estando em sua 15ª edição. Entretanto, agora, institucionalizada, Carlos Santos sequer é lembrado. Na divulgação da atividade, é citada a data e o ano em que ela ocorreu pela primeira vez, mas sendo silenciado o político que mais negociou e agiu por sua fundação, em um momento delicado da história do Brasil.

São os silenciamentos políticos (ORLANDI, 1991), ou seja: se a assertiva da pesca no município ainda hoje é identificada pelo povo rio-grandino, por ocasião dessa festa, a assertiva da negritude carregada e versada na identidade de Carlos Santos, embora registrada em documentos e livros, fica silenciada na principal festa municipal de Rio Grande.²¹¹

Tabela 16 – Quantitativa geral das intervenções de Carlos Santos em 1961

Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Situação política	Trabalhadores, grupos, sindicatos.	Pesca	Identidade Negra
2	9	4	2	07	00

Fonte: Do autor com base na Assembleia Legislativa do RS.

²¹¹ Sobre a Festa do Mar de Rio Grande - RS, acessar:
< http://www.festadomar.com.br/index.php?n_sistema=3011>. Acesso 17 jul. de 2012.

3.6 A IDENTIDADE NEGRA E A PESCA EM ANO ELEITORAL

O ano de 1962 marca o início do período eleitoral no Estado e no Brasil. Os pleitos para o senado federal, câmara federal, governo do estado e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul estavam marcadas para o dia 7 de setembro de 1962, portanto, quando seriam comemorados os 140 anos da independência do Brasil. Seria a última eleição direta antes do regime ditatorial.

Carlos Santos concorreria novamente pelo PTB como deputado estadual. Para governador do Estado, concorreriam Ildo Meneguetti (1895-1980) da Ação Democrática Popular (ADP),²¹² Egydio Michaelson do PTB e Fernando Ferrari do Movimento Trabalhista Revolucionário (MTR), dissidência do PTB. O governador do Estado em exercício iria concorrer a deputado federal pela Guanabara - Rio de Janeiro, querendo estar mais próximo ao seu cunhado e correligionário, o presidente João Goulart.

Naquele ano, nos Estados Unidos, a luta dos negros americanos estava candente. Malcom X (1925-1965), líder dos direitos civis, porta-voz da Nação do Islã e nacionalista negro, defendia a autossuficiência do orgulho negro e a unidade da comunidade afro-americana. No início daquele ano, a polícia prendeu e espancou jovens negros que defendiam o Islã. Malcom X, ao ser entrevistado, condenou o episódio em entrevista ao vivo na rádio WBAI, de Los Angeles.²¹³

No Rio Grande do Sul, as sociedades negras realizavam seus tradicionais bailes de debutantes, além das confraternizações, com destaque para a sociedade Floresta Aurora de Porto Alegre.

Foi nesse ano que a Guerra Fria esteve no auge, principalmente quando a União Soviética decidiu instalar secretamente, em Cuba, mísseis que poderiam atingir os Estados Unidos. A chamada “Crise dos Mísseis” teve desfecho favorável a Fidel Castro, pois os americanos deram aos soviéticos a garantia de que não invadiriam Cuba em troca da retirada dos mísseis (BUENO, 2002).

Em abril, o presidente João Goulart visita o presidente norte-americano John Kennedy, no intuito de aprofundar a política externa independente, iniciada com o governo Jânio Quadros.

Entretanto, o presidente Kennedy mantinha uma política externa de governo dura em relação às tensões da Guerra Fria e, internamente, mostrava-se sensível aos

²¹² A ADP contava com o apoio dos partidos conservadores: UDN, PSD e PL.

²¹³ <<http://historymatters.gmu.edu/d/7041/>>. Acesso em 24 out. 2012.

direito das minorias. Sendo responsável pela implantação das políticas de Ações Afirmativas nos Estados Unidos.

O Presidente John Kennedy foi o primeiro governo americano que se empenhou em articular as ações afirmativas. Na Ordem Executiva (EO) 10 925, que dirigiu Kennedy aos contratados federais afirma que deve “existir a ação afirmativa para garantir os empregados e empregadores que sejam tratados durante o seu emprego, sem ter em conta a sua raça, cor, credo ou origem nacional” (SOMERS; JONES, 2009, p.246).

Essa lei era “uma preocupação para se evitar as discriminações daqueles que foram historicamente discriminados, antes de uma definição específica de cotas ou preferências” (SILVA, 2008, p.28.). Para Silvério (2002, p.238) desde o início de sua implantação nos anos 60, logo após a assinatura de um decreto executivo pelo presidente John Kennedy, que determinava a inserção dos negros eles lutaram pelo sistema educacional de qualidade. Todavia, essas ações somente iriam ser planejadas e executadas com prazos, objetivos e metas, em 1968, com Lyndon Johnson (1908-1973) e, em 1971, com Robert Nixon (1939-2002).

Enquanto isso, na região sul do Rio Grande do Sul, em Rio Grande, segue a motivação política de Carlos Santos na proliferação e no aprimoramento da indústria da pesca, como meio de alavancar e economia regional.

Em plenário da tribuna, Santos falou em nove oportunidades:

Tabela 17 – Quantitativa da Pesca e da Identidade Negra

Ano	QTD	Sobre a pesca e a negritude	Pesca	Identidade Negra
1962	09	04	03	01

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Carlos Santos, por motivo da campanha eleitoral, viajava constantemente pelo interior, conforme o evidenciado na nominata de presenças e ausências justificadas no início de cada sessão plenária da Assembleia. Por isso, na legislatura do ano de 1962, o político realizou menos preleções. Em 1959, o político discursou em 18 oportunidades; em 1960, 21; em 1961, 24 e, em 1962, somente em nove ocasiões.

Abaixo, os conteúdos dos discursos:

Tabela 18 – Intervenções realizadas em 1962

Número	Datas	Conteúdos	Fontes
--------	-------	-----------	--------

01	10/05/1962	Discurso em homenagem ao dia do barbeiro, cabeleireiro e similares.	Anais, maio, vol. 156. p.266-267.
02	07/08/1962	Homenagem ao falecimento do engenheiro Fernando Duprat da Silva, de Rio Grande.	Anais, agosto, vol. 159. p.78.
<u>03</u>	<u>19/10/1962</u>	<u>Reclama de os negros de São Paulo congratularem John Kenedy ao invés de levar as congratulações dos negros do Brasil.</u>	<u>Anais, outubro, vol. 161 p.25.</u>
<u>04</u>	<u>12/11/1962</u>	<u>Reclama a falta de desenvolvimento da indústria pesqueira do Brasil.</u>	<u>Anais, novembro, p.125.</u>
05	21/11/1962	Dia Nacional e Universal de Ação de Graças.	Anais, novembro, p.210.
06	22/11/1962	Discurso em homenagem ao Comendador Rafael Mazza, de Pelotas.	Anais, novembro, p.250.
<u>07</u>	<u>26/11/1962</u>	<u>O problema da pesca no Rio Grande do Sul</u>	<u>Anais, novembro, p.307.</u>
<u>08</u>	<u>07/12/1962</u>	<u>Recomendações do I Congresso Nacional de Pescadores Profissionais realizado na cidade de Rio Grande no ano de 1957.</u>	<u>Anais, dez.jan, p.98.</u>
09	21/12/1962	Preocupação sobre os interesses econômicos da cidade de Rio Grande em virtude da travessia Santa Izabel.	Anais, dez.jan, p.263.

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Foram analisados quatro discursos, pronunciados nos seguintes dias: 19 de outubro, 12 de novembro, 26 de novembro e 7 de dezembro. Portanto, todos realizados após os resultados das eleições, que tiveram resultados marcantes, segundo nossas observações.

Antes do pleito do dia 7 de setembro, os discursos pronunciados por Carlos Santos eram direcionados às massas, pois ele homenageou vários sindicatos, incluindo o “dos barbeiros e similares”, realizado no dia 10 de maio.

Nas eleições do Rio Grande do Sul, o vencedor foi o antipetebista Ildo Meneguethi, com um total de 502.356 votos. Seguido do trabalhista Egydio Michaelsen, ex-deputado, com 480.131 votos e Fernando Ferrari, que conquistou 290.384 votos. A divisão trabalhista entre PTB e MTR pode ter beneficiado Meneguethi.

Leonel Brizola foi eleito deputado federal pela Guanabara, sempre na legenda petebista, recebendo 269 mil votos, a maior votação até então obtida em todo o país por um parlamentar. Deixando o governo sul-rio-grandense em 31 de janeiro de 1963, em

seguida Brizola iniciou seu mandato na Câmara. Um dos líderes da Frente de Mobilização Popular exerceu firme pressão para que João Goulart implementasse as chamadas "reformas de base", que incluíam as reformas agrária, tributária e bancária.²¹⁴

Por sua vez, Carlos Santos, surpreendentemente, já que as suas ações pareciam estar bem articuladas em torno do trabalhismo e do desenvolvimento econômico do Estado, atinge 6.836 votos, ficando como quarto suplente do PTB na Assembleia.

Destaca-se que o deputado Paulo Brossard, colega que o pressionou a respeito dos desvios da Caixa de Crédito, recebeu, praticamente, o dobro dos votos de Carlos Santos (12.507), sendo o deputado mais votado de seu partido, o PL. Cabe ressaltar que o PTB continuava sendo o maior partido no legislativo do Estado, perdendo somente uma cadeira - saindo das 24 conquistadas, em 1959, para 23 assentos, em 1962. Contudo, devido ao PTB estar na presidência com João Goulart, as chances de Carlos Santos sair da suplência para ocupar uma vaga no parlamento estadual, no ano seguinte, eram grandes.

Um mês após a derrota nas urnas, Carlos Santos, no dia 19 de outubro, discursa sobre JFK, defendendo a democracia racial brasileira. Isso mesmo: a democracia racial do Brasil. Deve-se lembrar que, nessa época, setores dos movimentos sociais negros já apontavam para um reconhecimento nacional da negritude, baseada nas influências africanas, conforme se observou nos pensamentos de Abdias do Nascimento e de Guerreiro Ramos. Porém, Carlos Santos reconhece o racismo; mas o racismo norte-americano e sul-africano.

O discurso de Carlos Santos sobre a discriminação foi motivado pelo caso do estudante negro norte-americano, James Meredith que, mesmo aprovado para cursar na Universidade do Mississippi, acaba sendo proibido de ingressar no estabelecimento de ensino. Uma ordem expedida pela Suprema Corte Americana permitiu que ele entrasse na Universidade; contudo, sem o aceite do estado local e daquela sociedade, o conflito eclodiu.

James Meredith, aos 29 anos, teve seu ingresso barrado na Universidade do Mississippi, no dia 20 de setembro de 1962, pelo governador do estado Ross Barnett (defensor da segregação racial) e pela Guarda Nacional, desafiando a ordem da justiça federal, que garantia seu ingresso na universidade.

²¹⁴ < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola>. Acesso em 24 out.2012.

Imagem 14 - Agentes federais e James Meredith ao centro.



Fonte: <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-19734976>.> Acesso 25 de outubro de 2012.

O desafio do governo estadual do Mississippi à justiça federal causou a ocupação da universidade por agentes federais enviados por Washington para garantir o ingresso de Meredith e zelar por sua segurança física no campus. A medida acabou causando uma verdadeira batalha campal entre estudantes e populares brancos contra os agentes de escolta de Meredith que, apoiados por tropas do Exército enviadas pelo Presidente Kennedy, acabaram vencendo o conflito, deixando um saldo de dois mortos e dezenas de civis, estudantes, policiais, soldados e agentes federais feridos com tiros. Em 1º de outubro de 1962, Meredith foi o primeiro estudante negro da Universidade do Mississippi (MEREDITH, 1994).

Na ocasião, um clube negro da capital de São Paulo, denominado “Clube dos Duzentos e Vinte”, solicitou que o presidente João Goulart, em nome dos negros brasileiros, parabenizasse a atitude do presidente John Kennedy pelo envio de tropas para intervir direto na justa garantia de James Meredith frequentar a Instituição de Ensino Superior.

Da tribuna, dia 18 de outubro, Carlos Santos falou:

Os negros de São Paulo, egoisticamente, reivindicaram para eles a outorga cívica de solicitar ao Governo Brasileiro que se congratule com o presidente John Kennedy, pela sua corajosa, decisiva e democrática atitude contra a estúpida segregação racial que macula os florões da cultura da zona sul da

grande nação americana. A iniciativa do Clube dos Duzentos e Vinte,²¹⁵ muito mais do que um gesto largo de simpatia e compreensão da família negra do Estado bandeirante, prestigiado pelo governador Carvalho Pinto, do presidente e deputados da assembleia legislativa, de vereadores, jornalistas e da gente paulistana em geral é a reação incoercível de nossas raízes históricas, que vão procurar, encontram e consagram na realidade fulgurante da democracia racial brasileira à gênese da unidade espiritual com que o Patriarca ungiu os primórdios da nacionalidade (...).²¹⁶ (GRIFO NOSSO)

A identidade de Carlos Santos é tensionada com a democracia racial brasileira, conforme demonstram objetivamente seus discursos. Ele acredita que a sociedade brasileira oferece oportunidades iguais a todos, bastando o negro disputar espaços. Ele crê na nossa nacionalidade como exemplo, já que o mundo, representado pelas tensões norte-americanas e da África do Sul, mergulham em conflitos raciais, em que impera o ódio e a violência. Assim, Carlos Santos reconhece, naquele momento, o racismo como um problema de fora do Brasil. Contudo, ele se solidariza com os negros norte-americanos a partir de seus discursos, de suas ações discursivas.

(...) James Meredith esse negro admirável de 29 anos de idade, enfrentando com estoicismo e coragem sem par a fúria racistas dos senhores feudais dos rincões sulinos oferecendo a contribuição gloriosa de sua resistência moral e da sua bravura cívica para que o presidente John Kennedy (...) possa impor pelo direito da força armada, pelo argumento brutal, mas persuasor de doze mil baionetas caladas, a força do direito natural e humano, reconhecido e proclamado pelos tribunais de justiça americana, da integração do negro na comunhão nacional dos negros a quem os Estados Unidos da América do Norte, na expressão mesma do presidente Kennedy, devem importante parcela na formação de seus costumes, da sua cultura e, principalmente, de sua democracia; James Meredith, esse notável e arrojado estudante negro de Oxford, é o símbolo glorioso de uma era (...).²¹⁷ (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos, com o seu discurso de democracia racial, é elogiado nesse dia até pelos políticos opositores. Ariosto Jaeger, do PSD, após o pronunciamento de Santos, diz: “(...) a homenagem dos homens de cor do Brasil é a homenagem de todos os brasileiros, de vez que não nos distinguimos pela cor (...)”. E o deputado, concordando com a força empregada por Kennedy para possibilitar James Meredith a frequentar a universidade, ainda argumenta que: “... devem os governantes empregar o poder que possuem para corrigir os erros praticados em seus próprios países...” (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 19 DE OUTUBRO de 1962, Vol.161, p.29-30).

²¹⁵ O Clube Negro Duzentos e Vinte era reconhecido na política paulista; em outra oportunidade, ele aparece relacionado às comemorações da Mãe Preta do Brasil, situação essa que será verificada.

²¹⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, Porto Alegre, 19 de outubro de 1962, Vol. 161, p.25.

²¹⁷ Ibidem.

O deputado Poty de Medeiros, da UDN, partido ferrenho de oposição ao PTB, também elogia o discurso de Carlos Santos. Segundo Poty: “(...) na sua brilhante intervenção, que estava interpretando o sentimento da casa, quero registrar apenas que vossa excelência tem o meu aplauso pessoal e a solidariedade de minha bancada.” (ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 19 DE OUTUBRO de 1962, Vol. 161, p.29-30).

Carlos Santos era integrado ao campo político sul-rio-grandense e respeitado por seus pares. A sua veemência e qualidade oratória impressionavam os políticos que, constantemente, o elogiavam. Inclusive, sendo raras as opiniões contrárias às suas. Sendo localizada somente uma intervenção contraditória: a de Paulo Brossard, em 1961, por ocasião da Caixa de Crédito, em realidade, no período eleitoral.

Na questão racial, ele era elogiado como um exemplo por todos os políticos de todas as legendas. Os que eram contra a sua identidade étnica, se existiram, ficaram em silêncio ao menos nas fontes consultadas. Será que essa admiração e reconhecimento, dos nobres colegas deputados ocorriam devido ao político Carlos Santos ovacionar, parabenizar e reforçar a ideologia da democracia racial presente no Brasil como sentimento de comunhão nacional? Afinal, era essa uma estratégia política de Carlos Santos?

Essa era a construção naturalizada da sociedade brasileira, em que a ideologia de um país composto por brancos, negros e índios, representava a sonhada harmonia racial. Esse era, além de um discurso ideológico do PTB, o pensamento formador da cultura brasileira. Por isso, acredita-se que, entre as estratégias, existiam os sentimentos e as crenças de um país que, apesar dos “traços racistoides”, notabilizava-se pelo convívio racial enquanto as nações conhecidas como civilizadas mantinham a segregação racial. Esse discurso, certamente, manteve Carlos Santos em defesa constante, pois, nesse ano, ele sequer discursou no dia 13 de maio. Todavia, para versar sobre a situação dos negros em outras partes do mundo, ele estava atento. Esse pronunciamento foi o último sobre as questões negras no período em que Carlos Santos foi deputado, nos anos de 1959-1962.

E sobre a pesca? Carlos Santos parou de falar sobre uma das alternativas de combate à crise econômica do Estado? O deputado iria se pronunciar mais seis vezes após o dia 19 de outubro, mas somente três discursos sobre a situação da pesca, nos dias 12 e 26 de novembro e no dia 7 de dezembro de 1962.

No dia 12 de novembro, Carlos Santos ocupa a tribuna para afirmar os seus compromissos sobre o assunto que mais versará entre aqueles anos: a situação da economia da pesca e dos pescadores. Certamente, mais cansado do que nos discursos realizados em 1959, mas com a intenção de suas ações próximas da fundação, pois agora em sua ação pela pesca ele contava com o apoio do poder máximo de seu partido, o PTB, que, por intermédio de João Goulart, presidia o Brasil. Nesse instante, a assertiva da pesca em seus discursos passou a ser uma mediação nacionalizada, ao invés de uma demanda voltada somente para a região sul-rio-grandense.

O político, já no início de seu pronunciamento, versou sobre duas situações diferentes, ocorridas em apenas dois dias na atividade pesqueira, conforme segue:

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quase que simultaneamente, duas notícias interlineadas pelos mesmos respeitáveis interesses de ordem socioeconômica, num afluyente setor da vida rio-grandense, provocaram, com sua recente divulgação, reações diferentes e até antagônicas, entre aqueles que realmente se preocupam com o sério problema do desenvolvimento, ou melhor, da falta de desenvolvimento da indústria pesqueira do Brasil (...)²¹⁸ (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos, nesse dia, primeiramente reclamou que na zona Z-2 de São José do Norte - RS, no dia 10 de novembro, mais de um milhão de quilos de peixe foi recolhido naquela região. Entretanto, por despreparo do setor e deficiências no parque industrial pesqueiro, a safra corria risco de ser jogada fora ou de virar adubo. Porém, um navio pesqueiro que estava se deslocando para o eixo Rio-São Paulo passou por ali e comprou a preços oferecidos pelo proprietário da embarcação o pescado “em detrimento da economia rio-grandense e do desestímulo”.

O político citou, no seu discurso, o industrialista Plínio Kroeff²¹⁹, devido à reclamação que fazia pela falta de incentivo público ao setor, já que, na atividade produtiva da terra, constantemente o país abastecia e incentivava.

Algo que marcou esse pronunciamento foi o relacionado a um ramo dessa economia da pesca, até então inédito nos pensamentos e ações de Carlos Santos: o da alimentação do peixe no combate à fome.

Atualmente, o Ministério da Pesca do Brasil projetou, para o mês de novembro de 2012, uma melhora na produção do pescado. Segundo o ministro Marcelo Crivella, na época iria lançar um plano de ação nesse sentido, sendo uma meta a aquisição desse

²¹⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, novembro de 1962, p.125.

²¹⁹ Ex-presidente da Fiergs, Plínio Kroeff, fez a transição entre os governos civis e militares representando as indústrias, em 1964. Era diretor do grupo Zivi Hércules.

alimento, destinado à merenda escolar, pois o “peixe é um alimento saudável” e “a vasta costa marítima, habilita o país a ser um dos grandes produtores de pescado do mundo, gerando divisas e movimentação a economia”.²²⁰

Para Carlos Santos, no início dos anos de 1960, há 54 anos, uma das dificuldades para fazer desse produto-alimento era a falta de um uso racional do aproveitamento “dos recursos que a natureza colocou ao nosso alcance, apenas exigindo de nós capacidade de promoção” (ANAIS, NOVEMBRO DE 1962, p.125). Ou seja: deveria se investir em tecnologia para a promoção e execução dessa indústria.

Ainda conforme Santos:

(...) é no combate a fome que se há de, não apenas preservar, mas principalmente prestigiar o regime e valorizar as instituições democráticas. O povo tem fome, e no fundo do mar dormita um tesouro alimentício inestimável ao alcance de todos. E quando o esforço hercúleo dos nossos pescadores indiferentes à condição do clamoroso e desumano abandono social e econômico em que vivem, recolhem esse tesouro, a incúria governamental atinge a iminência da incapacidade de aproveitá-lo, como alimentação sadia e fonte de divisa, como fator de riqueza e valorização do trabalho humano, tal qual ocorreu agora em São José do Norte e, numa das safras do ano passado, na minha cidade de Rio Grande, quando 400 toneladas de camarão 30 foram dadas ao povo e igual quantidade foi jogada fora, por absoluta carência de frigorificação (...).²²¹ (GRIFO NOSSO)

Para Carlos Santos, deveria ser aproveitado, ao máximo, o recurso da pesca a partir da produção com o comércio, da industrialização, da valorização do pescador e, até mesmo, da distribuição aos necessitados, aproveitando e valorizando o pescado, ao invés de desperdiçá-lo.

O segundo tema abordado no discurso, realizado no dia 12 de novembro, foi à respeito da criação/fundação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), criada nos termos de lei nº 10, de 11 de outubro do corrente ano, “baixada pelo Governo Federal, sob o comando de João Goulart. A elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, sua promoção e execução”. Segundo Carlos Santos, o “grande, patriótico e corajoso objetivo da SUDEPE” era a assistência ao pescador. Porém, Carlos Santos enfatizou que os industriais progressistas e os pescadores estavam juntos à procura do desenvolvimento do setor.

Carlos Santos diz:

²²⁰ CORREIO DO POVO, Porto Alegre Editorial. 23 de outubro de 2012. p.2.

²²¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, novembro de 1962, p.125.

Venho de uma zona estreitamente ligada à indústria pesqueira, onde o esforço de um grupo de industrialistas progressistas o trabalho árduo de uma numerosa comunidade de pescadores se desdobram sem a devida assistência dos órgãos governamentais competentes (...).²²² (GRIFO NOSSO).

Faltava ao governo fomentar o setor, já que a justificativa para isso existia: a crise econômica e, agora, a fome - o que parecia promissor com a criação da SUDEPE²²³ - pois, como verbalizou o político ao final de seu discurso:

(...) a notícia, porém, é até certo ponto compensadora (...) porque nos anuncia ter o Governo Federal criado a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, o que nos dá esperanças para esperar, pensar e aguardar que possa, realmente, o Brasil atingir a sua grande destinação – disse e repito – nessa grande batalha pela nossa redenção econômica (palmas).²²⁴ (GRIFO NOSSO).

O penúltimo discurso proferido pelo mediador político, em final de mandato (Carlos Santos teve sua primeira legislatura assumida pelo voto direto), foi realizado no dia 26 de novembro de 1962. Na ocasião, ele inicia o seu discurso agradecendo o “ilustre amigo Sr. Plínio Kroeff renomado homem de indústria” pela mensagem congratulatória. E reforça a luta desse “patrício” na busca de apoio governamental para o desenvolvimento da pesca. Carlos Santos, em determinado momento do discurso, sentenciou o que alguém do público que acompanhava a sessão plenária havia exclamado: “(...) a pesca é a agricultura do mar (...)” (ANAIS, NOVEMBRO DE 1962, p.307).

Naquele contexto, a FAO - Organização da ONU responsável pelo combate à fome no mundo - realizou a “7ª Conferência Regional Latino Americana na cidade do Rio de Janeiro”. O presidente João Goulart participou e, segundo Carlos Santos, “destacou o interesse brasileiro em aprimorar as condições da alimentação humana fixando suas bases no campo e no mar” (ANAIS, NOVEMBRO DE 1962, p.307).

Em seu último discurso, específico sobre o setor da pesca²²⁵, Carlos Santos cita os Sindicatos do Setor da Pesca, algo relevante em suas mediações, pois, afinal de contas, entre os industriários e os pescadores o sindicato exercia um papel fundamental nas negociações. O PTB, grupo político de Carlos Santos, por meio do trabalhismo foi a

²²² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, novembro de 1962, p.125.

²²³ O decreto-lei Nº 10 de criação da SUDEPE. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Ldl/Ldl10.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

²²⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, novembro de 1962, p.125.

²²⁵ Carlos Santos realizou seu último discurso no dia 21 de dezembro de 1962, sobre os problemas logísticos enfrentados por Rio Grande em virtude de desvios da rota do Rio São Gonçalo, realizado por embarcações de outros Estados.

agremiação responsável por institucionalizar a demanda trabalhista e as relações dos grupos, por meio de suas associações e sindicatos com o Estado.

As negociações entre as classes, conforme se percebeu na pesquisa, era possibilitada pelo contexto. Contudo, tinha o político a competência necessária a essa articulação, pois representou os anseios dos pescadores, das indústrias da pesca e do governo, além de ser um exímio orador, vinculado aos quadros do trabalhismo.

Notou-se a articulação dos pescadores nessa sessão plenária, já que Carlos Santos informou aos presentes ter recebido uma missiva com reivindicações do representante da colônia Z1 de Rio Grande, Sr. Nomerardo Teixeira dos Santos. Entre outras, solicitava a publicação das teses apresentadas no 1º Congresso Nacional da Pesca, realizado em Rio Grande, um lugar social que teve toda aquela tensão apontada nas reivindicações dos Jangadeiros dos anos de 1940 e 1950:

Carlos Santos, em seu discurso, fala:

Sr. Presidente, estou recebendo de Rio Grande uma carta-apelo ainda ligada ao abandonado setor da pesca, firmada pelo capitão Nomerardo Teixeira dos Santos, velho batalhador pela causa dos pescadores do Rio Grande do Sul, idealizador e coordenador do 1º Congresso Nacional do Pescadores do Profissionais realizado naquela cidade em 1957 (...) Pedem-me o missivista um novo pronunciamento para que os Anais do Legislativo Estadual recolham o seu desencanto e a sua tristeza pelo que chama de lamentável falta de interesses dos poderes públicos em não possibilitando, até agora a publicação dos Anais daquele conclave classista (GRIFO NOSSO).

A publicação dos compromissos firmados no Encontro de 1957 era reivindicado por Nomerardo, pois assim os pescadores teriam algo fundamentado, fundado e publicado para cobrar no futuro. Porém, passados cinco anos do Encontro, os Anais ainda não tinham sido publicados...

Enfeixando várias dezenas de teses e moções discutidas e aprovadas e até hoje plenamente atualizadas e não atendidas, versando todas elas, matéria de relevância para a economia do Estado e do País, e de modo especial, para os próprios angustiados pescadores, legitima casta de párias que vegeta (...)²²⁶ (GRIFO NOSSO).

Lembra-se que o pescador Nomerardo foi o mesmo que entrou em contato com o deputado Paulo Brossard no ano de 1961, acusando o Sr. Dimas Magalhães pelos desvios dos recursos da Caixa de Crédito da Pesca de Rio Grande. Portanto, isso demonstra mais uma vez que os pescadores tencionavam os representantes do poder público, por meio de mediadores políticos, podendo ser tanto por intermédio do próprio

²²⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, Porto Alegre, dezembro e janeiro de 1962, p.98.

Carlos Santos como dos políticos de outros partidos. E o pescador Nomerardo tinha consciência disso.

Ao perceber a potencialidade dos recursos da pesca, social e economicamente, Carlos Santos fez dessa assertiva uma de suas bandeiras políticas. Aglutinando essa demanda de interesses, ele se personifica como representante dos pescadores e dos industriários do setor, demarcando suas ações em Rio Grande e no Rio Grande do Sul, e vislumbrando sua aplicação no Brasil. Conforme os dispositivos ideológicos localizados em seu discurso:

(...) Cada peixe pescado é uma moeda que sai do mar (...) Quem como o pescador tanto contribuiu para a grandeza econômica do Brasil, bem merece de fato - e tantas vezes já se tem feito essa assertiva – bem merece melhor amparo dos governos e a inclusão dos seus, entre os grandes problemas nacionais. (GRIFO NOSSO).

O contexto, sob presidência de Jango e a criação da SUDEPE, ensejava a projeção das ações de Santos, que conseguiu atender as demandas reivindicadas por Nomerardo:

(...) Honre-me Exa. Sr. Presidente em deferindo a pedido de inserção nos Anais dessa Casa, das recomendações aprovadas no 1º Congresso Nacional de Pescadores Profissionais realizado em Rio Grande (...) tratam de matérias como a unificação dos serviços de pesca federais aprovado pela Câmara dos Deputados e que segue ali tramitando vários anos (...)²²⁷ (GRIFO NOSSO).

Carlos Santos terminou o seu mandato no final de janeiro de 1962, ainda com dúvidas de seu retorno, já que perdera as eleições estaduais, ficando na quarta suplência do PTB. Nesses anos que se sucederam, de 1959 a 1962, as assertivas em questão estiveram presentes inúmeras vezes, direto da tribuna, local de onde falam os oradores nos pronunciamentos realizados por Carlos Santos. A pesca, por 21,5 oportunidades, esteve presente em suas intervenções, sendo a sua identidade afrodescendente lembrada em cinco oportunidades e, ambas, juntas, uma única vez.

Nesses discursos examinados, percebeu-se a mediação política de Carlos Santos - por meio dos grupos representados pela economia da pesca - sendo ele o político mais acionado e procurado por esses grupos para a resolução de seus anseios. Os pescadores, por ele representados, procuravam outros canais para suas negociações. Afora essas demandas, era possível uma circulação de interesses e sentimentos, já que, como rio-

²²⁷ Ibidem.

grandino, lembrava constantemente que a região como um todo tinha que se desenvolver. Nesse sentido, ele potencializa esse sentido de desenvolvimento para superar a crise do estado do Rio Grande do Sul e, posteriormente, para alimentar as populações mais necessitadas do Brasil.

Tabela 19 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1962

Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Pesca	Identidade Negra
4	1	3	1

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Quanto à identidade negra, Carlos Santos, longe de defender os anseios ideológicos do TEN ou da União dos Homens de Cor, defendeu a consolidação da democracia racial brasileira, muitas vezes se colocando como exemplo de superação e de referência do funcionamento e da concretização desse dispositivo ideológico, iniciado na década de 1930 por Gilberto Freyre, culturalmente, e por Getúlio Vargas, politicamente. Inclusive, foi elogiado por políticos de todos os partidos, até pelos opositores. Lembra-se que nos anos de 1960 a violência e o ódio racial seguem em alta e, no Brasil, a “harmonia” do “cinismo racial”, sem generalizações - sobretudo em virtude dos afetos subjetivos de cada ser humano - conseguiu a complexidade de construir a ideia de um povo sem racismo, porém, promulgando leis antidiscriminatórias, como a Lei Afonso Arinos, de 1951. Agora, analisando o contexto, tem-se realmente a sensação da complexidade do tema, pois Carlos Santos, embora defendendo a democracia racial, citou a presença de grupos “racistoides” no Brasil.

Tabela 20 – Ordem das intervenções (1959-1962)

Ordem	Temática	Quantidade
1º	Pesca	21,5
2º	Região Sul	15
3º	Homenagens	12
4º	Situação Política	7,5
5º	Identidade Negra	6,5
6º	Grupos Sociais	4,5
7º	Previdência Social	3
8º	Educação	2
9º	Menor Deficiente	1

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

3.7 A MEDIAÇÃO DA PESCA EM WILMAR CORRÊA TABORDA E A AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA DE CARLOS SANTOS NA SUPLÊNCIA

No pleito de 1962, para deputado estadual do Rio Grande do Sul, Carlos Santos deixaria a casa, momentaneamente, no início de 1963 - pois, havia conseguido no pleito apenas 6.836 votos, ficando na quarta suplência do PTB. Na eleição anterior, realizada em 1958, o político obteve 8.504 votos, sendo o 13º político mais votado do Partido Trabalhista Brasileiro. Agora, sem o sucesso de outrora, como suplente, o político teria que aguardar para assumir novamente uma cadeira no legislativo gaúcho.

Contudo, o desenvolvimento da política nacional - com seus reflexos imediatos sentidos no Estado, pois, há pouco havia ocorrido o episódio da Legalidade e a presidência, com poderes limitados, passada para João Goulart - essa situação possibilitaria, mais a frente, a transferência de correligionários petebista do Rio Grande do Sul para Brasília.

Além disso, como as eleições para deputados federais sucederam simultaneamente à de deputados estaduais, demonstrava-se que poderiam ocorrer variações de nomes nos partidos políticos do Estado, abrindo as vagas dos deputados estaduais eleitos do PTB aos seus respectivos suplentes.

Salienta-se que, mesmo com a derrota nesse pleito, Carlos Santos era considerado por setores da imprensa como uma personalidade, principalmente construída em virtude de sua ascensão política. Considerado um vencedor, pois desde cedo galgou espaços “(...) enfrentando o poeiral negro e a faina árdua das oficinas mecânicas (...)”, onde, segundo ele próprio: “formou sua mentalidade e se fez homem ao fragor dos grandes movimentos reivindicatórios das classes operárias” (SANTOS, 1962 *Apud* REVISTA DO GLOBO, nº 826, 1962, p.26), nesse momento o parlamentar já era possuidor de uma carreira sólida.²²⁸

Quanto à política nacional, no dia 6 de janeiro de 1963, por meio de plebiscito, 85% dos eleitores brasileiros votaram pelo fim do parlamentarismo e pela volta do presidencialismo, tornando João Goulart presidente com amplos poderes (SKIDMORE, 2010, p.266).

²²⁸ Em matéria localizada na Revista do Globo, denominada: *Uma personalidade em Foco, o José do Patrocínio Gaúcho* - em-se a evidência histórica da dimensão política atingida por Carlos Santos em 1962. Contudo, o político atingiria outros feitos em sua vida pública, como se verificou. Pois, mesmo com a derrota no pleito de 1962, mais adiante, o parlamentar conquistou o parlamento por três vezes consecutivas e atingiu o posto de governador interino do Estado. REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, nº 826, 1962, p.26-29.

Enquanto isso, o candidato de oposição, Ildo Meneguetti (ADP), com 502.356 votos, elegeu-se governador do Estado do Rio Grande do Sul, ficando em segundo o representante de Leonel Brizola, Egydio Michaelson, com 480.131 votos. Entretanto, na Assembleia, o PTB manteve a maior bancada com 23 deputados, em um universo de 55 membros. Já Leonel Brizola, ex-governador, elegeu-se deputado federal mais votado do Brasil com 269 mil votos pelo estado de Guanabara, atual Rio de Janeiro. Em 31 de janeiro, deixou a cadeira de governador do Rio Grande para assumir na Câmara Federal, provavelmente para aumentar sua influência na política nacional, sob a liderança de Jango.

Como foi o ano de 1963 para Carlos Santos? Ele realmente retornou à Assembleia Legislativa Estadual? E os pescadores e as suas lutas, foram institucionalizadas com a criação da Carta da Pesca do Rio Grande do Sul ou pela SUDEPE a nível nacional? E a democracia racial: essa ideologia continuará pautando as suas intervenções e seus discursos ou assumirá outra postura?

No dia 13 de maio de 1963, Carlos Santos voltou à Assembleia do Rio Grande do Sul como convidado para, “em grande expediente”, pronunciar sobre o aniversário de 75 anos da abolição da escravatura no Brasil. Em sua intervenção, muda sensivelmente as suas impressões sobre as questões raciais brasileiras. Será que ele mudou o foco desse tema porque estava falando como convidado ao invés de parlamentar eleito? O que possibilitou mais liberdade de ação e de sentimentos em torno de suas angústias? Será que Carlos Santos tencionava uma aproximação com as ideologias dos grupos negros politicamente organizados como o Teatro Experimental do Negro?

Quanto ao desenvolvimento da atividade da pesca, Carlos Santos pronunciou-se como deputado titular no parlamento sul-rio-grandense, em sua segunda oportunidade, no dia 16 de maio de 1963 - tendo como tema os problemas enfrentados, em virtude de mal tempo, pelos molhes localizados junto ao porto de Rio Grande.

A seguir, a quantidade de discursos proferidos pelo político em sua segunda legislatura como deputado estadual, entre 1963 e 1966.

Tabela 21: Total de intervenções realizadas por Carlos Santos na assembleia do RGS (1963-1966)

Ano	QTD	Sobre a pesca e a negritude	Pesca	Identidade Negra

1963	02	02	01	01
1964	17	09	07	02
1965	46	23	19,5*	3,5*
1966	27	10	08	02
Total: 04 anos	92	44	35,5	8,5

Fonte: Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (1963-1966).

*Em 1965, o político utilizou os dois temas, num único discurso. Por isto a divisão pela metade na contagem das colunas da pesca e da negritude referente ao ano de 1965.

Vê-se, antes, a intervenção de Carlos Santos na tribuna como convidado em maio de 1963. O político, mesmo na suplência, participou das homenagens pela passagem do septuagésimo quinto ano da abolição da escravidão no Brasil, conforme será demonstrado mais a frente.

Antes de serem analisados os discursos de Carlos Santos nesse período, evidencia-se que a questão da pesca, mesmo com a ausência de seu principal mediador, perpassava por outros representantes na “Casa do Povo”, jamais sendo uma representação política somente de Carlos Santos. Como vimos antes, essas demandas tiveram origem a partir das ações dos próprios povos do mar, demonstrando a capacidade de articulação desses agentes. Entretanto, localizou-se outro mediador parlamentar em nossas pesquisas: Wilmar Corrêa Taborda.²²⁹

Taborda era do Alto Uruguai e, embora vivesse distante da região de Rio Grande ou de terras litorâneas, era vinculado, a exemplo de Carlos Santos, ao PTB. Coincidência? Provavelmente não, pois, quem mais além desse partido mediava as demandas desses trabalhadores, desde os anos 1930, por meio da ideologia trabalhista?²³⁰

Entende-se que o Partido Trabalhista Brasileiro mantinha, em suas linhas gerais, uma atenção especial aos temas da pesca, independentemente do nome disponível pela agremiação no plenário, sendo estrategicamente mantido um político de sua base nas ações e fundações de interesses em torno da pesca e dos pescadores. Destaca-se que a SUDEPE foi criada pelo PTB na presidência de Jango.

Wilmar Correa Taborda era um político, conforme identificado em seus discursos, muito combativo e progressista contra o poder hegemônico do Estado, vinculado ao PSD e a favor das manifestações sociais, já que constantemente se pronunciava - em nome dos estudantes - contra as perseguições sofridas por estes.

²²⁹ Wilmar Correa Taborda ingressou como deputado no ano neste ano, 1963, com 8.478 votos conquistados nas eleições de 1962 (As Eleições no RS, Porto Alegre: Síntese, *s.d.* p.319). Foi o décimo quinto político mais votado do PTB. Viria a ser cassado no dia 19 de julho de 1966, já nos quadros do MDB (HEINZ, 2005, p.55).

²³⁰ A fundação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos - IAPM, bem como os contatos dos pescadores com Getúlio Vargas nos anos quarenta e cinquenta, sinalizam para este apoio.

Denunciava, também, a falta de apoio dos políticos contra João Goulart, então presidente; além de cobrar veementemente o ensino de cultura brasileira nas escolas, era contra a reforma tributária, contra o aumento dos magistrados e a favor da justa divisão entre os lotes destinados aos colonos localizados nas reservas da região central do Estado.²³¹ Neste ano, o político subiu à tribuna em 22 ocasiões, como se observa, mantendo uma ampla e crítica agenda, porém, tendo a pesca como uma de suas nuances temáticas, em apenas três intervenções discursivas na casa.²³²

Taborda discursou sobre o problema da pesca nos dias: 27 de junho, 27 de setembro e 30 de setembro de 1963. Na primeira ocasião, dia 27 de junho, proferiu discurso em homenagem ao dia do pescador, todavia, sem defender uma Zona de Pesca específica; salientou a luta pela sobrevivência de pescadores de diversas zonas de pesca: Torres, Osório, Tramandaí, São Lourenço do Sul, Pelotas, Arroio Sujo, Itapuã, Ilha da Pintada e principalmente Rio Grande.

Na ocasião, citou que essas colônias até o momento não tinham recebido amparo do poder público. Informou, também, que 100.000 pessoas no Estado trabalhavam e dependiam da pesca. Cobrou do comandante Paulo Pereira da Silva, diretor da SUDEPE no Rio de Janeiro, a instalação de uma Delegacia da Pesca no RS.²³³

Interessante que, mesmo o político pronunciando pela primeira vez as demandas da pesca, mantinha em sua enunciação, as cobranças principais dos pescadores e das Zonas pesqueiras junto ao poder público - evidenciando que a assertiva da pesca era formada por uma forte base de apoio dentro do partido, sendo a demanda, frequentemente, atendida e assistida pelos petebistas. Percebeu-se que, mesmo que o PTB fosse o partido da presidência, as políticas da pesca tinham dificuldades de serem automaticamente instituídas. Até porque entende-se que, para chegar direto à vida dos pescadores, precisariam de outros órgãos em pleno funcionamento, como as caixas de crédito, por exemplo.

No dia 27 de setembro, Taborda citou, pela segunda vez, as demandas da pesca em seu discurso, denunciando a precária situação dos pescadores do Rio Grande do Sul, em especial da Zona 16, Colônia Anita Garibaldi de Tramandaí (colônia que

²³¹ Neste ano, 1963, Wilmar Correa Taborda discursou 22 vezes. Ver ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, Porto Alegre, Setembro de 1963. Vol. 171. p. 115, 331. ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, Porto Alegre, Outubro de 1963. Vol. 171. p. 02, 155, 349, 358, 372. LEGISLATIVA, Porto Alegre, Novembro de 1963. Vol. 171. p.69, 181, 182, 220, 246. LEGISLATIVA, Porto Alegre, Dezembro de 1963. Vol. 171. p. 18, 28, 63, 87, 99, 63, 266-267.

²³² Pelo conteúdo de seus discursos, identifica-se o deputado Wilson Taborda mais próximo da ala esquerdista do PTB. Que tinha como representante mais conhecido Leonel Brizola.

²³³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho de 1963. Vol. 167. p. 407.

congregava 1.200 pescadores) que, segundo ele, necessitava de um amparo urgente da SUDEPE, além da fundação de uma caixa de crédito, destinando cerca de 15.000 cruzeiros para a criação de um entreposto comercial naquela zona. Taborda “acusou o governador Ildo Meneghetti”, do PSD, oposição do PTB, de financiar associações privadas ao invés de olhar a importância dos pescadores para o desenvolvimento econômico do Estado.²³⁴

Por fim, em seu último discurso sobre a pesca, efetuado no dia 30 de setembro de 1963, defendeu e apresentou o projeto de lei que concedia, por meio do Estado, auxílio à Colônia de Pesca Anita Garibaldi, de Tramandaí, para a abertura de crédito especial de 20.000 cruzeiros para a construção de um entreposto de pesca, instalações e aparelhagem para industrialização do pescado.²³⁵ No dia 18 de dezembro, no final de 1963, Taborda teve as suas ações em favor da pesca e dos pescadores elogiadas pelo deputado Oscar Westendorff do PRP.²³⁶ O que evidenciou o reconhecimento de seus pares pela sua atuação em defesa da pesca, mesmo em um curto espaço de tempo. Taborda viria a ser cassado em julho de 1966.²³⁷

Retrocedendo um pouco, serão evidenciadas as aparições em plenário de Carlos Santos, no dia 13 e 16 de maio. Na primeira ocasião esteve, ainda, como suplente convidado.

Tabela 22 – Intervenções de Carlos Santos como suplente

Nº	Datas	Conteúdos	Fontes
01	13/05/1963	Discurso alusivo ao dia 13 de maio	Anais, maio, p.186-189.
02	16/05/1963	Tema sobre os investimentos no porto de Rio Grande, atingido por forte ressaca que afetou seus molhes.	Anais, maio, p.265.

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

²³⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1963. Vol. 169. p. 331.

²³⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1963. Vol. 169. p. 425.

²³⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro. Vol. 171. p.265-266.

²³⁷ Wilmar Correia Taborda (1930-2011) foi um político, advogado e professor. Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1955, com mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 2002.

Vereador por dois mandatos em Palmeira das Missões, sua terra natal, foi eleito, em 3 de outubro de 1962, deputado estadual, pelo PTB, para a 42ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de 1963 a 31 de janeiro de 1967, teve o mandato cassado pelo regime militar em julho de 1966. Ingressou posteriormente no PDT, do qual foi assessor jurídico de bancada na Assembleia Legislativa estadual de 1982 a 1988. Defendeu presos políticos e servidores demitidos pela ditadura, durante o Regime Militar. Foi professor de direito romano e ciências políticas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e na Unisinos. Fonte: <http://pt.cyclopaedia.net/wiki/Wilmar-Correia-Taborda>. Acesso em 02 março 2014.

Em seu primeiro discurso no ano, falou sobre os 75 anos da abolição da escravidão no Brasil, e antes de abrir sua participação em “Grande Expediente”, agradeceu o convite de seus colegas por voltar àquela casa e aos funcionários da assembleia que lhe “acolheram” na legislatura anterior. Carlos Santos afirma que, pelo impacto emotivo da última eleição, em que não obtivera êxito, esteve sem condições de se despedir, aproveitando a ocasião também para isso.

Após a abertura de sua intervenção, o político iniciou seu discurso criticando o legado da liberdade - proporcionada pelo dia 13 de maio de 1888 - ao negro brasileiro. Segundo o político “três quartos de século da promulgação da lei áurea registram a liberdade de uma raça que, pelo trabalho livre, se proletarizou (...) descontente pela miséria (...)”.

Todavia, Santos mencionou com orgulho ou como ele mesmo falou “com indizível ufania”, que o Brasil era a maior “democracia étnica do mundo” e que, devido a isso, detinha toda a condição, em função da harmonia, de atingir uma igualdade absoluta de oportunidade.

Mas adiante, disse: “e tanto mais nos orgulhamos desse clima brasileiro de confraternização racial (...) num misto de revolta, o clamor surdo das multidões negras que se alevantem dos sorvedouros da pigmentocrática mais estupidas de outros povos”.

Nesse momento, o político, além de elogiar a democracia racial brasileira, denuncia o “barbarismo” racista identificado nos Estados Unidos da América no período.²³⁸ Ou seja, como mostrado nos capítulos anteriores, o fato de que aparentemente no Brasil os negros, na época, não serem espancados ou acompanhados pela polícia ao entrarem em escolas e nos espaços públicos, era reconhecido como provas incontestes do “consenso racial”.

Porém, o político, naquele dia 13 de maio de 1963, denunciou que: “não raro, por incompreensão ou má fé, a estigmatização, como se fora um desserviço à nossa democracia étnica (...) existem certos pruridos (...) embora esporádicos de discriminação racial”.²³⁹ Nesse sentido, Carlos Santos defendia a ideologia racial de nosso país, mas com ressalvas, já que pruridos de racismo eram sentidos.²⁴⁰

²³⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1963. Vol. 175. p. 186-189.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ Carlos Santos era um intelectual, homem esclarecido. Devido a isto utilizava com inteligência a palavra “prurido” em seus discursos com consciência, pois ele sentia esta situação como algo desagradável permeando as relações entre brancos e negros brasileiros no que tangia a cor da pele. Pois, prurido (do latim “*pruritu*”), designado também por coceira ou comichão, corresponde a uma sensação

Nesse pronunciamento, o autor cita os intelectuais Artur Ramos (1903-1949) e Florestan Fernandes (1920-1995) para justificar que no Brasil o preconceito é mais uma questão econômica do que étnica, inclusive se colocando como defensor desta tese. Para Santos, “a reestruturação do desenvolvimento econômico proporcionaria um processo de mobilidade social (...) tendo incidência profunda sobre a grande massa de cor em face dos processos de discriminação que não raro se associam as relações de classe”.²⁴¹

Ainda conforme Carlos Santos, “a lei Afonso Arinos era um platonismo”,²⁴² uma vez que sem a resolução dos problemas econômicos, “o problema cultural e social do negro” iriam intensificar. Por isso, o político acreditava na manutenção da “maior democracia racial do mundo” por meio da justiça social. E conclamou “aos professores, aos jornalistas, aos forjadores de correntes de opiniões, aos capitães das indústrias e de líderes do comércio, aos quantos possam influir no processo de revalorização do homem de cor pela exata aplicação em seu favor, das normas da verdadeira igualdade de oportunidades”. Contudo, o político sentenciou: “cabe esta tarefa aos partidos políticos que na expressão de Alberto Pasqualini (1901-1960): são peças necessárias do regime democrático e instrumento de uma ideia social”.²⁴³ Santos concluiu seu discurso de 75 anos da abolição, citando que “era necessário cumprir a versão econômica do dia 13 de maio, que é a ascensão do negro como classe, sem as relutâncias dos embargos ao negro como raça”.²⁴⁴

Essa mentalidade do político estava vinculada, como já salientado, às ciências sociais da época, influenciadas pelas pesquisas das relações humanas destacadas pela escola da USP e da UNESCO, que vinculavam as questões raciais às de classes sociais (PINTO, 1953). Porém, sente-se nos discursos de Carlos Santos a complexidade de pensar nessas relações, na época, pois se hora o político homenageia a concordância existente em nossa “democracia racial” no mesmo discurso ele cita os conflitos existentes nas relações raciais brasileiras, principalmente pelo fator econômico, em que o problema da raça vincula-se ao de classe.

desagradável causada por doenças ou agentes irritantes, que levam o indivíduo a coçar-se em procura de alívio, e constitui uma das queixas mais comuns dentro das patologias dermatológicas.

²⁴¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1963. Vol. 175. p. 186-189.

²⁴² O Projeto Nº 562 – 1950, mais conhecido como Lei Afonso Arinos, era composto por oito artigos. Em linhas gerais a Lei instituía como contravenção penal o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros. Crime passivo de multa de Cinco Mil Cruzeiros ou prisão de quinze dias a três meses. Ou até o fechamento de estabelecimentos que desrespeitassem negros. Lei na íntegra no O Jornal Quilombo, Junho e Julho de 1950, Ano II, nº10, p.09.

²⁴³ Líder trabalhista, foi senador da república pelo PTB.

²⁴⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1963. Vol. 175. p.189.

Estas tensões perpassam os dispositivos discursivos de Carlos Santos, embora ele reconhecesse no termo: “prurido racistoide”, o cerne do problema brasileiro, já que a “discriminação racial” poderia ser praticada pelas pessoas de duas maneiras: por “incompreensão” ou por “má fé”. Nesse sentido ele cotidianamente também acaba denunciando o preconceito de marca, de cor (NOGUEIRA, 1999). A partir desse discurso, o político passaria a realizar discursos mais acentuados sobre as questões raciais, mas sem desconsiderar a democracia racial brasileira, tida por ele como exemplo de harmonia entre os grupos, embora com exceções praticada por maldosos.

Se Carlos Santos não retornasse ao parlamento, quem representaria as questões das populações negras? Quem defenderia ou citaria essas demandas? O deputado Moab Caldas, agora no PTB, era vinculado às religiões de matriz africanas de Porto Alegre, constituindo-se como um dos incentivadores do primeiro discurso de Carlos Santos no parlamento sobre a abolição, portanto nutria simpatia à causa.²⁴⁵ Mas, na ausência de Carlos Santos, ele representaria de fato as questões da identidade negra? Essas, demandas, diferentemente das da pesca, dependeu mais do parlamentar. O certo - mesmo - foi que o suplente retomaria assento na Assembleia após meses na suplência.

Três dias após o instigante discurso sobre a abolição, o político novamente retorna ao plenário, agora como deputado titular, verbalizando sobre os problemas da região Sul do Estado. O deputado acusa o governo pelo descaso das instalações do Porto Marítimo de Rio Grande que, após forte ressaca, teve prejudicadas as suas bases das linhas férreas para o transporte de cargas. Isso afetou a coleta do pescado, o que explica por que o discurso se tornou vinculado, nesta tese, a essa demanda. Durante o ano de 1963, o político não mais compareceu à tribuna, mantendo-se em silêncio por longo período.

Os “ares” da política nacional eram sentidos no plenário sul-rio-grandense, pois a situação econômica, política e social eram aspectos dramáticos localizados no governo João Goulart, incitando o desequilíbrio político entre os grupos marcados pelo chamado período populista, vigente na democracia nacional desde os anos 1940.

O déficit na balança comercial e a constante e alarmante inflação geraram enorme desequilíbrio político, já que ataques da esquerda, do centro e da direita, sobre a

²⁴⁵ O deputado Moab Caldas, antes vinculado ao PSD, discursou sobre a Abolição no dia 13 de maio de 1961. Na ocasião, Carlos Santos no PTB, também discursou. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, maio, p.266-267. Ressalta-se que Moab Caldas era um deputado vinculado as religiões de Matriz Africana. Constituindo-se em um representante dessas matrizes. Estudos que requerem maiores aprofundamentos.

condução econômica nas relações exteriores, levavam o presidente a agir de maneira inconstante - ora apoiando as intervenções nacionalistas, ora negociando com credores estrangeiros.

No Plano Trienal instaurado por sua equipe econômica composta pelo ministro San Tiago Dantas e Celso Furtado - considerados políticos da “esquerda positiva”, maleáveis as negociações liberais - planejaram metas que manteriam o Brasil atrelado aos ditames norte-americanos, o que acirrava as críticas dos militantes nacionalistas de esquerda, denominada “esquerda negativa”, por se tratarem de políticos mais radicais ao liberalismo (SKIDMORE, 2010).

As pressões exercidas pelos funcionários civis e militares também foram a tônica dessa crise, pois o presidente aprovou um aumento salarial de 70% a esses segmentos. No campo, as ligas camponesas intensificavam as ocupações na luta pela reforma agrária, já que - com a industrialização - os setores rurais eram vulneráveis. Nas cidades, os movimentos estudantis protestavam contra a carestia.

Mas, de onde tirar os recursos para a solução dessas agitações? Como efetuar o pagamento do funcionalismo? Aumentando impostos ou a circulação de moedas? E quanto à inflação descontrolada que assolava o país? E quanto ao campo, como negociar terras entre camponeses e ruralistas sem dinheiro para indenizar esses últimos? Uma solução seria empréstimos estrangeiros (SKIDMORE, 2010).

Ao promulgar as leis, limitando a remessa de lucros, bem como os decretos de estatização de empresas americanas em funcionamento no país, João Goulart acena para os interesses políticos mais à esquerda; diante desse quadro, pouca expectativa lhe restava a fim de (re) negociar as dívidas com os Estados Unidos.

No campo, a reforma agrária ganha espaço. O Plano Trienal andou de mal a pior. João Goulart, em virtude das instabilidades, acenou para a derradeira estratégia visando ao enfrentamento da crise - as reformas de base: administrativa, financeira, tributária e agrária. Para Skidmore (2010), essas ações eram autodestrutivas, o ensaio da derrota; pois, João Goulart despertou sentimentos apaixonados de grupos, todavia com raro apoio partidário, pois afastara setores ruralistas do PSD, dando margem aos opositoristas da UDN (SKIDMORE, 2010, p.304-305).

João Goulart tenta decretar estado de sítio visando a aumentar os seus poderes para atenuar a situação, somadas as tentativas de perseguições aos inimigos políticos, tanto de direita como de esquerda - Carlos Lacerda e Miguel Arraes. Mas, a reivindicação dos militares rasos que invadiram a Câmara dos Deputados em 1963

visando à concretização de seus direitos agravou a falta de apoio de Jango, que afundava. Pois, agora, os oficiais do Exército passaram a questionar o poder do presidente que, ao agir de maneira superficial contra a invasão dos militares rasos ao Congresso Nacional - militares apoiados por centrais trabalhistas - permitiu uma possível ascensão da indisciplina nos quadros militares.

Além disso, Jango precisava manter seu vínculo com os sindicatos, reduto de sua base política, bem como o apoio dos oficiais, o que fez tal situação ser contornada por meio da demissão dos militares envolvidos. Porém, esse acontecimento ocorrido na Câmara foi simbólico, já que os setores sindicais apoiaram a invasão dos militares insatisfeitos.

A indisciplina foi detectada pelos oficiais como gravíssima quebra da hierarquia, e sobre esse ponto específico existiu a coesão entre os oficiais de todas as instâncias, moderados e linhas duras. Jango, em virtude desses acontecimentos, tornou-se um presidente enfraquecido, pressionado por todos os lados (SKIDMORE, 2010).

Buscando desesperadamente apoio para manter as bases de seu governo, Goulart alternava concessões à direita e à esquerda (SADER, 1982, p.150). Todavia, o presidente investiu nas reformas de base, definindo-se quem sabe por motivo da complexidade do jogo político iniciado há décadas, tardiamente, mais à esquerda radical. Junto aos sindicatos, as ligas camponesas e as frações nacionalistas lideradas por Leonel de Moura Brizola, objetivando o enfrentamento do caos econômico, político e social.

Para os norte-americanos, principais financiadores de setores privados nacionais, bem como para o empresariado dependente do capital externo, as iniciativas de João Goulart estavam relacionadas às ideias comunistas. Com tudo isso, e sem aquele apoio militar destinado ao político no episódio da Legalidade, João Goulart estava enfraquecido.

No Rio Grande do Sul, no dia 27 de novembro, o deputado Moab Caldas - reconhecido por suas representações espirituais afro-religiosas, correligionário do PTB, partido de Carlos Santos - discursou no plenário sobre esse contexto político, econômico e social. Com uma previsão desalentadora, o político sentenciou que “o problema da sucessão presidencial, a partir das fimbrias de 1964, tomaria corpo e, como um bólibo,²⁴⁶ se desencadeará por todo o território nacional”.²⁴⁷

²⁴⁶ Bólibo significa: uma bola de fogo. Seria apenas uma previsão ou um sentimento político do parlamentar? Pode-se dizer que era uma previsão política.

4 NA DITADURA CIVIL-MILITAR A ASCENÇÃO DA POLÍTICA E DA ECONOMIA DA PESCA E A LUTA CONTRA OS PRURIDOS RACISTÓIDES

A quarta parte dessa proposta intenta problematizar as intervenções de Carlos Santos em um plenário carregado de crises provindas do estado de exceção, no período ditatorial brasileiro, em que os Atos Institucionais, promulgados pelos generais, passariam a estipular diretamente como seriam as regras do jogo político. Época em que o presidente João Goulart vinha sofrendo pressão dos diferentes grupos políticos e sociais, os quais serão narrados a seguir.

Como e quais foram as intervenções de Carlos Santos no plenário sul-riograndense? Como o parlamentar, integrante do PTB, se posicionou com o decreto do bipartidarismo? Como foram os seus discursos: contra ou a favor dos militares? Salienta-se que mesmo instigado por essas questões, esse não será o foco desse capítulo. No entanto, essas problemáticas serão pertinentes às interpretações das práticas políticas de Carlos Santos.

Diante disso como, nesse período, Carlos Santos teve condições de seguir defendendo suas temáticas candentes? A pesca e a identidade negra foram somente tratadas em suas falas ou ocorreram avanços práticos a partir de seus pensamentos? O parlamentar continuou a crer na democracia racial brasileira? Como era tratada a abolição da escravidão em suas falas? Existiu outro tradutor da pesca na Assembleia Legislativa nesses anos de Estado de Exceção? Quais foram as principais ações e fundações políticas de Carlos Santos nesse período?

Antes de interpretarmos essas situações, convém contextualizar os momentos derradeiros do processo democrático brasileiro, marcado por uma tensão que acompanharia as próximas três legislaturas em que Carlos Santos permaneceu como deputado estadual.

O estopim que levou os militares a se unir contra Jango foi outro princípio de indisciplina militar durante a Semana Santa, de 27 a 29 de março de 1964. Em relação a esta pesquisa, curiosamente o fato envolveu a Marinha de Guerra tendo como personagem um marinheiro. Mas prontamente deve-se desvincular a luta desse personagem com os movimentos sociais “das gentes do mar” estudados em capítulos

²⁴⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1963. Vol. 171. p.181-182. Moab Caldas conhecia as religiões de matriz africana e, inclusive, citou em seus discursos, como observa-se no início do capítulo, Mãe Aninha e Martiniano Bomfim, em sua homenagem ao dia 13 de maio, no ano de 1960. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, maio de 1960, p.250.

anteriores, pois nesse contexto as reivindicações, embora legítimas, tinham outros interesses. Influenciados pela luta da condução política do poder nacional.

Voltando à crise na Marinha, no dia 25 de março o Almirante Mota, ordenou a prisão do marinheiro Anselmo, por ter organizado a Associação dos Marinheiros, um sindicato que exigia melhores condições ao pessoal embarcado, de certa forma uma luta histórica como se acompanhou, mas agora com outros ingredientes.

A luta desse marinheiro ocorria em um contexto complexo em que as reivindicações estavam carregadas de ideologias na disputa pelo poder do país. Antes existia um equilíbrio de grupos e das ideologias (MOTA, 1980), agora com as forças em franca disputa, as melhorias sociais propostas com as reformas de bases, estavam vinculadas, principalmente na interpretação dos capitalistas liberais e boa parte dos militares e de setores da classe média, ao socialismo.

Anselmo com seu grupo exigia melhores salários, direito de casar e usar roupas civis quando fora do serviço. Segundo Skidmore (2010, p.341), por mais legítimo que fosse esse movimento, seus líderes estavam ligados aos esquerdistas radicais. O próprio José Anselmo militou na UNE quando era estudante, contudo “ingressara na organização ansioso para estender a mobilização das forças populares para o proletariado da Marinha” (SKIDMORE, 2010, p.342).

Quando o Ministro da Marinha tomou medidas contra Anselmo, “mais de mil marinheiros e fuzileiros navais se revoltaram em 26 de março, e se entrincheiraram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos”.²⁴⁸

Como resultado dessa manifestação, Jango demitiu o Almirante Mota, nomeando o Almirante Paulo Rodrigues, que prontamente anistiou os marinheiros sitiados. Os oficiais das três forças, exército, marinha e aeronáutica, consideraram esse apoio aos rebeldes como um ato de afronta a disciplina militar a passam a reconhecer João Goulart como um elemento perigoso a constituição.

Esses acontecimentos, somado aos discursos para multidões visibilizando decretos da nacionalização do petróleo e principalmente a assinatura de leis à reforma agrária, desencadearam um golpe civil-militar sentido até hoje na sociedade brasileira,

²⁴⁸ Considerado agitador, o cabo Anselmo era um agente infiltrado do regime militar que espionava e conspirava nas manifestações. Em suas ações, nos anos setenta, foi peça fundamental utilizada pelos militares na desarticulação e perseguição de grupos que optaram pela luta armada contra o regime.

em virtude das perseguições políticas e da repressão sofridas aos indivíduos e grupos contrários a hegemonia dos setores civis e, principalmente, das forças militares.²⁴⁹

Em se tratando do setor de desenvolvimento da pesca, como se observou no capítulo anterior, Rio Grande era o centro produtor por excelência, devido a isso, serão destacadas nuances empresariais do desenvolvimento da pesca na região.

Conforme Willy César (2011, p.166), biógrafo do destacado empresário do setor pesqueiro e fundador da refinaria Ipiranga S/A, de Rio Grande, Francisco Martins Bastos (1907-1987), “após a posse de Castelo Branco ‘na presidência da República’ uma chuva de pedidos de revogações dos decretos de Jango que tornara públicos as cinco refinarias particulares brasileiras”. Entre os descontentes estavam os empresários e acionistas do ramo de petróleo.²⁵⁰

De Rio Grande, seguiram documentos da Câmara do Comércio, do Centro das Indústrias e da Câmara Municipal, contra a estatização da refinaria Ipiranga. Para muitos acionistas da empresa, Jango valera-se de um ato administrativo para fazer a encampação sem obedecer “a estrutura constitucional e material de muitos acionistas” (CÉSAR, 2011, p.166).

Muitos foram os agentes políticos e sociais envolvidos no golpe desencadeado em 1º de abril de 1964. Contando com segurança dos militares, políticos oposicionistas, setores da grande imprensa, da Igreja e um amplo movimento civil da classe média organizada, representada, segundo Sader (1982, p.151), pelas “ideologias burguesas”, o quadro político se alterou. “A organização das chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que eram grandes manifestações públicas contra o governo Goulart, foram uma importante estratégia para a consolidação do golpe militar” (HEINZ, 2005, p.49).

Os militares se propunham a “acabar com a corrupção e a subversão”, tratava-se de proteger as instituições, a constituição, o parlamento, o poder judicial, a alta administração, as forças armadas. Prisões e suspensões dos direitos individuais e

²⁴⁹ A Comissão Nacional da Verdade é um exemplo da influência desse período sobre a atualidade. A Comissão foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por objetivo apurar a violação dos Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988. Para saber mais, ver: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acesso em 08/03/2014.

²⁵⁰ Francisco Martins Bastos nasceu em Uruguaiana. Formou-se foi engenheiro mecânico e elétrico em Porto Alegre. Participou da Revolução de Trinta, defendendo os interesses de Getúlio Vargas, no destacamento Batista Lusardo. Trabalhou na viação férrea em Bagé, Santa Maria e Cacequi. Onde em virtude das viagens, devido ao escoamento de produtos para o Porto de Rio Grande, conheceu a praia do Cassino, e nunca mais deixou o local (CÉSAR, 2011, p.65-66).

políticos foram justificadas a fim de organizar a política nacional, para uma “rápida” volta ao regime constitucional.

Segundo Sader (1982, p.150-153), esse período serviu para a consolidação do poder da burguesia, sendo identificado nas Forças Armadas o seu “Partido único”, contra as forças sociais que ameaçavam a expansão econômica do capitalismo. No Rio Grande do Sul, o período foi sentido.

Com a edição do Ato Institucional número 1 promulgado pelo “Comando Supremo da Revolução”, em 9 de abril, abriu-se a possibilidade de cassações de mandatos e interrupções de direitos políticos. A partir de então, começaram a ser preparadas as listas dos expurgos.

Para Skidmore esse ato foi uma resposta à visível incapacidade do Executivo brasileiro de exercer a autoridade necessária, pois as políticas de conciliação acabaram sendo desacreditadas do jogo democrático (SKIDMORE, 2010, p.355). Castelo Branco foi devidamente conduzido ao poder no dia 11 de abril, sob a missão de agir com arbitrariedade ditada “pela situação de emergência do país”.

Todavia, o Ato Institucional foi agregado à Constituição de 1946, fundamentando a “legalidade de emergência”. Durante a “emergência” que sobrepôs à Constituição, o executivo controlado pelo poder militar tinha poderes excepcionais para deter, julgar, condenar cidadãos, intervir no Legislativo e no Judiciário; cassar direitos políticos, postos e mandatos (SADER, 1982, p.153).

Nesse contexto, a Assembleia passou a viver um clima de conflito, pois se cogitava a cassação de diversos deputados. “Os candidatos civis foram, um por um, atingidos pelo arbítrio militar, com seus direitos políticos cassados por 10 anos” (SADER, 1982, p.152).

O médico Marino dos Santos, da Aliança Republicana Socialista - ARS foi o primeiro deputado que teve o mandato cassado, em 14 de abril de 1964. No dia 7 de maio de 1964, uma nova lista de cassações encerrou o mandato dos deputados Antônio Simão Visintainer, Beno Orlando Burmann, João Caruso Scuderi, José Lamaison Porto, Justino da Costa Quintana, Rubens Dario Porciuncula, Sereno Chaise e Wilson Vargas da Silveira, todos do PTB (HEINZ, 2005, p.51).

Ressalta-se que no Brasil, no ano posterior, em 1965, estavam previstas eleições presidenciais, sendo que três candidatos declarados apoiaram a ditadura: Ademar Barros (PSP), Juscelino Kubitschek (PSD) e Carlos Lacerda (UDN). Ou seja, para muitos a condução da política brasileira pelos militares seria por curto espaço de tempo, já que

“passada a emergência, voltariam os militares às casernas e iria o Ato Institucional para o arquivo” (SADER, 1982, p.153).²⁵¹ Algo que não aconteceu.

4.1 AS PRÁTICAS POLÍTICAS DE CARLOS SANTOS NO TENSO PARLAMENTO

No plenário sul-rio-grandense os discursos diminuíram, contudo, inversamente, a participação política individual de Carlos Santos, aumentou. Se no ano anterior ela discursou somente duas vezes, nesse ano suas participações aumentaram para dezessete intervenções. Como explicar o aumento de sua participação política em um ano de perseguição pesada a sua agremiação, o PTB?

Acredita-se que os pensamentos de Carlos Santos, voltados para aspectos religiosos católicos, em que a negação da luta de classes e a harmonização dessas, pois buscou conciliar, constantemente, interesse de setores industriais e artesanais, principalmente vinculados à pesca, possivelmente possibilitou estabilidade no cargo.

Quanto aos discursos trabalhistas e nacionalistas contra a intervenção estrangeira em nossa economia o tribuno silenciou. Pensa-se que essa conduta tenha sido fundamental na condução de sua linha discursiva, pois em nenhum de seus dezessete discursos pronunciados nesse ano foram localizados temas contrários à situação vigente no sentido de defender os interesses vinculados a qualquer resistência social esquerdista. Pensadas por nós como uma das primeiras características identificadas como justificativa para a cassação e perseguição dos deputados.

Sobre os discursos que diminuíram, por exemplo, tem-se os do deputado Wilmar Corrêa Taborda do PTB, político que como vimos representou também as demandas da pesca. Nesse ano Taborda discursou apenas quatro vezes, de janeiro a julho de 1964. Todas criticando o estado de exceção.

Reclamações contra as perseguições políticas que sistematicamente vinham ocorrendo,²⁵² condenação ao aumento da violência da Brigada Militar,²⁵³ “acusa o fracasso econômico do movimento armado de primeiro de abril. Criticou

²⁵¹ A ditadura civil-militar brasileira perdurou de 1964 a 1985. Durante esse período os seguintes generais comandaram o país: Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), de 11 de abril de 1964 até 15 de março de 1967, Arthur Costa e Silva (1899-1969), de 15 de março de 1967 até 31 de agosto de 1969, Emílio Garrastazú Médice (1905-1985), de 30 de outubro de 1969 até 15 de março de 1974, Ernesto Geisel (1907-1996), de 15 de março de 1974 até 15 de março de 1979 e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-1999), de 15 de março de 1979 até 15 de março de 1985.

²⁵² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1964. Vol. 176. p. 244.

²⁵³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1964. Vol. 176. p. 298-302

veementemente a política econômica proposta pelo Sr. Castelo Branco²⁵⁴ e no dia 27 de julho, Taborda fez citação em plenário do livro o “Ato e o Fato” de Carlos Heitor Cony, em que o jornalista acusou a farsa do ato do dia primeiro de Abril²⁵⁵, eram atitudes que certamente irritavam o poder hegemônico. Entende-se que nesse ritmo o político estava com os dias contatos no plenário, o que de fato ocorreu, não imediatamente, como será demonstrado mais adiante.

Para Sader (1982) os setores burgueses não escondiam os desgostos com o excesso das ações políticas do governo Castelo Branco, quando orientado pela “linha dura”.²⁵⁶ Contudo, Castelo Branco procurou conciliar a repressão com o funcionamento legal das instituições, “oferecendo as classes dominantes promessas de um poder político capaz de aniquilar a subversão, mas flexível ao seu controle”.

Era um governo de reformas, ainda contra as resistências das representações burguesas, favorecendo concentração de rendas, concentração monopolista e desnacionalização (SADER, 1982, p.154-155).

Em meados de 1960, a tendência, motivada pelos militares, era diversificar os negócios empresariais. Por isso, o empresário Fernando Martins Bastos de Rio Grande, decidiu investir em hotéis, indústria alimentícia, pecuária, fertilizantes e outros setores. O empresário, do ramo de combustíveis, negociou com o governo militar, conquistando prestígio e poder econômico. Considerava-se um “pescador, pois teve paciência” para atrair investimentos para o município e prosperidade para os seus negócios.

O empresário Francisco Martins Bastos merece destaque nesta pesquisa, já que de certa maneira representa o grupo industrial nesse processo. “Chico Bastos” nasceu em Uruguaiana. Formou-se foi engenheiro mecânico e elétrico em Porto Alegre.

²⁵⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho de 1964. Vol. 177. p. 143.

²⁵⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho de 1964. Vol. 177. p.279. Conforme a primeira reportagem do livro de Cony, sob o título “Deus, família e liberdade”, o autor consagrou a hoje histórica passeata pela “ordem civilizatória”: A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, segundo o autor, a marcha “transformou-se, no Rio, numa verdadeira homenagem às forças armadas, ao ser anunciada a presença do General Olímpio Mourão Filho, de destacada atuação nos recentes acontecimentos. Também compareceram os Marechais Dutra, Magessi, Mendes de Moraes e Segadas Viana. A incalculável multidão concentrou-se ao lado da Candelária, com imagens, terços, bandeiras e cartazes anticomunistas. E dali deslocou-se para a Esplanada do Castelo, onde renovou a impressionante demonstração de fé católica e de confiança no Brasil”. Ver SILVA JÚNIOR, Maurício Guilherme. Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao Golpe Militar de 1964.

http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em%20Tese%2018/18-2/SE%C3%87%C3%83O%20VÁRIA/TEXTOS%2020MAURICIO.pdf/ Acesso 04/03/2014.

²⁵⁶ Os militares identificados com a “Linha Dura” eram mais brandos ao contrário da ala mais moderada, identificada com o castelismo. Carlos Fico usou a expressão “linha dura” para caracterizar os grupos militares e civis diretamente envolvidos com as comunidades de segurança e de informações. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rev. Bras. Hist. vol.24 nº 47. São Paulo, 2004.

Participou da Revolução de Trinta, defendendo os interesses de Getúlio Vargas, no destacamento Batista Lusardo. Trabalhou na viação férrea em Bagé, Santa Maria e Cacequi. Onde em virtude das viagens, devido ao escoamento de produtos para o Porto de Rio Grande, conheceu a praia do Cassino, e nunca mais deixou o local. Fundando, juntamente com os empresários João Francisco Tellechea, brasileiro, inclusive cunhado de Bastos, Eustáquio Ormazabal, Raul Aquiar e Manuel Morales, argentinos, em 1934, a Refinaria Ipiranga S/A de Rio Grande (CÉSAR, 2011, p.65-66). A refinaria Ipiranga, a partir de 1968, será protagonista de importantes iniciativas em torno do desenvolvimento da pesca na região de Rio Grande.

No caso da pesca, houve uma solicitação do governo federal para que a Ipiranga S/A, de Rio Grande, entrasse no ramo, fundando a ISAPEIXA – Indústria Rio-Grandense de Pescados. (CÉSAR, 2011, p.169).

Nesse contexto econômico, Carlos Santos, parecia seguir sem constrangimentos sua prática política, todavia, sem se omitir do problema político vivenciado, já que colegas seus eram perseguidos.

No que tange aos objetivos desta pesquisa, das 17 intervenções em plenário, nove tiveram como tema a pesca e a identidade negra; oito sobre a pesca, e duas referentes à identidade negra, com destaques para a santificação dos 22 africanos e a visita do presidente do Senegal ao Brasil. Ressalta-se que mais da metade dos temas proferidos pelo político referenciaram a atividade econômica e as questões identitárias.

Tabela 23 – Intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1964

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	23/07/1964	Dia do colono a ser comemorado no dia 24 de julho. Destaca a I Festa Nacional da Cebola, a ser realizada em São José do Norte.	ANAIS, Julho de 1964. Vol. 177, p.214
02	11/08/1964	Carlos Santos acusa o assalto dos atravessadores sobre o preço dos produtos da região de São José do Norte e de Rio Grande.	ANAIS, Agosto de 1964. Vol. 178. p.96.
03	14/08/1964	<u>A favor da finalização das obras do Frigorífico João Mascarenhas, para o desenvolvimento econômico da produção do pescado.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1964. Vol. 178. p.138.</u>
04	18/08/1964	<u>Comunicação sobre a dietética do peixe.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1964. Vol. 184. p.138.</u>
05	20/08/1964	<u>Solicita amparo do governo do Estado à cidade de Rio Grande em especial ao Porto de Rio Grande.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1964. Vol. 178. p.234-235.</u>
06	01/09/1964	Fala do entusiasmo de ter visitado a 27ª Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados no parque Menino Deus.	ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179. p.06-07.

07	<u>03/09/1964</u>	<u>Cita o início de uma nova era pesqueira no Rio Grande do Sul.</u>	ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179. p.08-09.
08	14/09/1964	Discursa sobre a previsão de 100 milhões de quilos de cebolas produzidos na Região Sul do Rio Grande do Sul.	ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179. p.90-91.
09	14/09/1964	Homenagem ao funcionário falecido da Assembleia e correligionário Sr. Norberto Léo.	ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179. p.99.
10	14/09/1964	Carlos Santos discursa sobre o Prof. Ernani Fiori. “Figura de alto gabarito moral, cívico e espiritual”.	
11	<u>16/09/1964</u>	<u>Problemas que afligem a Zona Sul do Estado como a falta de drenagem dos canais. conclusão das obras do frigorífico.</u>	<u>ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179. p.174.</u>
12	<u>23/09/1964</u>	<u>Recuperação da Baixada Sul-Rio-Grandense. Objetivo do Desenvolvimento Unificado da região.</u>	<u>ANAIS, Setembro de 1964. Vol. p.241-242.</u>
13	<u>24/09/1964</u>	<u>Ainda sobre os benefícios da recuperação da Baixada Sul-Rio-Grandense.</u>	<u>ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179. p.251-252.</u>
14	<u>24/09/1964</u>	<u>Discursa sobre a aprovação do Vaticano em santificar 22 “nativos” da África. Nativos de Uganda pertencentes aos Bantús.</u>	<u>ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179. p.286.</u>
15	<u>30/09/1964</u>	<u>Comunicações. Singular destaque a visita do Presidente do Senegal Leopoldo Sédar Senghor ao Brasil.</u>	<u>ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179. p.322-323.</u>
16	<u>12/11/1964</u>	<u>Estudos efetuados pela Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, para a transformação do Porto de Rio Grande em Porto Livre.</u>	<u>ANAIS, Novembro de 1964. Vol.181. p.153.</u>
17	17/12/1964	Fala sobre a demora dos recursos pelo Poder Judiciário para a liberdade de parlamentares de Rio Grande.	ANAIS, Dez. e Fev. de 1964. Vol.182. p.241-242.

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa, 1959 e SANTOS, Carlos. Campanha de Valorização do Pescado. (GRIFOS NOSSOS)

Somente no ano de 1959, o parlamentar efetuou tantas participações na tribuna como as identificadas nesse ano, o que denota a margem que ele dispunha de atuação, mesmo em um regime autoritário.

Sobre a pesca Carlos Santos versou, nos dias: 14 de agosto, 18 de agosto, 20 de agosto, 03 de setembro, 16 de setembro, 23 de setembro, 24 de setembro e 12 de novembro de 1964. Lembrando, que os temas desenvolvidos sobre a atividade da pesca incidem sobre diversos fatores, como melhora do sistema de produção, equipamentos, situação dos pescadores, alimentação por base do pescado, situação do porto etc.

As duas intervenções sobre os temas étnicos, identificadas com os temas em que Santos verbalizou nuances das africanidades e afro-brasilidade, ficaram restrita a duas participações, pronunciados nos dias 24 e 30 de setembro do mesmo ano.

Convém citar a intervenção do deputado realizada no dia 11 de agosto, pois embora o político não tenha aprofundado sobre as necessidades dos pescadores ou da indústria da pesca, ele acusou atravessadores de explorarem os agricultores e demais trabalhadores da região sul do Estado, visto que os produtos saíam da região com os preços baixos e eram vendidos a preços abusivos no comércio local.

Porém, entre os produtos vendidos estavam além das cebolas, também o pescado. Produtos característicos de São José do Norte e de Rio Grande, respectivamente. Nesse sentido, entende-se que Carlos Santos, procurava defender a região sul como um todo, representando mais segmentos trabalhistas da região.

Entretanto, no dia 14 e 18 de agosto, Carlos Santos defendeu exclusivamente a atividade racional da pesca, que, como vimos no capítulo anterior, representava uma metodologia técnica para a produção do pescado.²⁵⁷ Por isso, sua ação discursiva do dia 14 de agosto, incidia na conclusão das obras do Frigorífico João Mascarenhas, citado novamente no dia 16 de setembro, pois o peixe condicionado em frigoríficos teria maior conservação possibilitando maior poder de negociação.

Mas no dia 18 de agosto o político traz novos elementos ao desenvolvimento da pesca, iniciando uma campanha denominada de “dietética do peixe”. Para o político uma das dificuldades de desenvolver em nossas populações o hábito do peixe era devido a nossa mentalidade pecuarista, pautada pelos valores da carne.

O parlamentar citou em seu discurso as vantagens para a saúde a partir da dieta do peixe, trazendo as pesquisas do Dr. Nereu Rodrigues Marti como base de suas argumentações.²⁵⁸ Segundo as pesquisas desse doutor, na enunciação de Carlos Santos: “o peixe é transportado do litoral para o interior insuficientemente congelado e com as vísceras, o que gerava peso, alimentando a ganancia irrisória em algumas gramas de peso”.

A outra informação trazida por Santos, baseado no Dr. Marti, era que: “por desaviso as donas de casa utilizam o peixe somente a base de fritura, desconhecendo as diversas formas de preparo culinário do peixe” o parlamentar ainda disse que: “a pequena oferta de peixes no interior e, conseqüente, encarecimento fazem desse

²⁵⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1964. Vol. 178. p.138.

²⁵⁸ O Dr. Nereu Rodrigues Marti foi formada pela UFRGS. Turma do ano de 1953. Contudo, não conseguimos informações adicionais sobre suas pesquisas.

precioso alimento integrante apenas de cardápios melhorados isolando-o de mesas mais modestas”.²⁵⁹

Para Carlos Santos, as dificuldades impostas ao desenvolvimento da pesca gerava maior dificuldade ao pescador artesanal, pois esse era visto como produtor de algo desnecessário e ao mesmo tempo caro para o consumo geral. O político asseverou: “(...) não sendo o pescado artigo de grande procura, a oferta se avilta e o pescador se enquadrado na linha dos artífices do supérfluo (...)” e, mais adiante, ressaltou: “(...) com isto os pescadores estão sujeitos aos únicos compradores: os industriais do pescado”.

O governo militar investia em políticas no setor da pesca, contudo beneficiando os empresários, o que era visto com preocupação por Carlos Santos, que mediava o equilíbrio nessas relações, que sempre pendiam negativamente para o pescador artesanal. Devido a essas situações, nesse instante denuncia em plenário a fragilidade imposta da indústria da pesca para com o pescador artesanal.

Santos concluiu seu discurso dizendo: “o marginalismo social, cultural, econômico, habitacional e técnico, em que vive o pescador insolúvel nas campanhas governamentais de assistência social é apenas uma faceta mercantil da pesca”.²⁶⁰

Esse discurso demonstrou a forte representação efetuada pelo político junto aos interesses dos pescadores, maiores explorados desse sistema econômico de produção. Em que a sua sobrevivência, marginalizada, torna-se necessária à indústria da pesca pela compra direta dos pescadores a preços menores diante de um produto que mais valorizado poderia beneficiar outros setores, além dos empresários da pesca, como os pescadores artesanais.

Nos dias 20 de agosto, 16, 23, 24 de setembro, o político insiste na restauração do Porto de Rio Grande, na conclusão das obras do frigorífico João Mascarenhas e na transformação do Porto de Rio Grande, em um Porto Livre. Conforme o político, sobre esse último tema, tratava-se de uma iniciativa governamental do atual governador Ildo Meneguetti: “a criação do porto livre, zona livre, entreposto comercial a exemplo do porto de Manaus, possibilitaria um maior desenvolvimento do único porto marítimo do Rio Grande do Sul (...)”, nas palavras do orador essa ação do governo “poderia ser por federalização ou por economia mista, o porto poderia ser colocado no mais alto padrão de nossa economia”.

²⁵⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1964. Vol. 184. p.138.

²⁶⁰ Ibidem.

Nesse discurso, Santos disse, entretanto que: “tudo isto seriam objetos (sic) bem esclarecidos e bem orientados dos debates do Grupo de Trabalho organizado no governo do PTB para a criação do porto livre de Rio Grande”. Diante disso, o tribuno deixou claro que o partido trabalhista, sob o comando do governador Leonel Brizola, já estudava tal medida, reforçando nossa posição quanto à representação do trabalhismo nos anseios das situações atinentes aos “povos do mar”. No Estado, representado pelas populações de Rio Grande.

Sobre as questões negras, o político fez apenas dois pronunciamentos, porém de maneiras consecutivas. Nos dias 24 e 30 de setembro, respectivamente. No primeiro, subiu ao plenário para reverenciar o Papa Paulo VI, Cardeais e Bispos, por aprovarem a santificação de 22 nativos africanos, de Uganda, pertencentes a “tribo dos bantús”, para o político “aquela mesma raça de negros que trazidos como escravos para o Brasil ofereceram aqui seu sangue, trabalho e espiritualidade, sua ternura, amor e renúncia para a formação histórica da nossa nacionalidade nascente”.

Santos, aqui, demonstrou seu conhecimento a respeito do universo afro-brasileiro, pois mesmo elogiando os desígnios da Igreja naquele continente, acaba por identificar as influências sociais e culturais africanas no país.²⁶¹ Esse foi o primeiro discurso do político, até o momento, identificado com a espiritualidade africana, que como vimos no primeiro capítulo, embora oficialmente sem ser adepto, era frequentador dos terreiros. Retornando ao seu discurso, Santos, na introdução de sua fala o mesmo enfatizou sobre a África que “o rapto brutal de seus filhos - de almas rudes e ricas – para a travessia horrenda dos navios negreiros - sofreu o metamorfismo profundo das leis divinas (...)”.

O político em momento algum condena nações ou grupos pelo ultraje da escravidão, muito antes pelo contrário, Santos diz mais adiante sobre os 22 santos africanos escolhidos pela Igreja que: “(...) os 22 negros africanos fizeram de seu martírio pela fé a sublimação das virtudes cristãs que a santidade requer”.

Entende-se que para o tribuno o sacrifício rendeu aos africanos escolhidos um lugar nos “céus” retificado na terra pela Santa Igreja. Ainda conforme suas palavras: “o milagre é do mundo contemporâneo (...) dos triboides bantús junto aos arcanos insondáveis da providência divina”.

²⁶¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1964. Vol. 179. p.286.

Compreendem-se essas iniciativas da Igreja Católica, antes de tudo, a partir de sua ideologia para a América Latina e África em que pese toda a satisfação desse acontecimento para Carlos Santos.²⁶²

Entretanto, fora do lado espiritual, no mesmo discurso o intelectual negro ressaltou “o milagre do pan-africanismo, a mercê da emergência do terceiro mundo político africano (...) a África rompeu com a ONU, com suas jovens repúblicas, o antigo equilíbrio das Nações Unidas” (MELO, 1998, p.329-367; RIBEIRO, 1998, p.51-72). Para Carlos Santos, era a afirmação africana dentro da realidade atual, vislumbrada pelo político e simbolizada, em nosso país, por intermédio da visita do presidente da República do Senegal, Leopoldo Sédar Senghor à América Latina.²⁶³ Era a visita de um dos principais intelectuais internacionais da ideologia da negritude no ocidente.

Concluindo o discurso realizado sobre a escolha dos santos africanos, o parlamentar disse “que os mártires de Uganda elevados às glórias dos altares transformem (...) em padroeiros desta grande nação brasileira, predestinada, que eles outrora ajudaram a construir com o suor, lágrimas e sangue de seus irmãos de raça e de cor (...)”. E finaliza de maneira contundente e reveladora: “(...) irmãos de raça e de cor sequestrados de sua terra distante pela cobiça insaciável dos nossos escravagistas”.²⁶⁴

Carlos Santos se coloca como negro no discurso, negro e de certa forma vítima da escravidão, já que relaciona os males de seus irmãos de raça a ganância dos escravizadores ocidentais, pois “sequestraram-lhes” seus irmãos do seu continente de

²⁶² Estas santificações estavam vinculadas ao futuro lançamento da Encíclica *Popularum Progressio*, que seria lançada em 1967, pelo Papa Paulo VI. O documento estava baseado no contexto de independência dos povos africanos e dos regimes autoritários da América Latina, sendo citadas as viagens do sumo Pontificado, à América Latina (1960) e à África (1962), o que colocou a igreja, segundo os seus formuladores, em contato imediato e ciente dos problemas que oprimiam esses continentes. Segundo a Igreja, estas ações eram para promover o progresso dos povos mais pobres, favorecer a justiça social entre as nações, e oferecer às que estão menos desenvolvidas um auxílio, de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, ao seu progresso". Disponível na íntegra em http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html. Acesso em 17/06/2013.

²⁶³ O pan-africanismo tem como uma de suas principais questões a ideia de que a África deveria ser transformada nos Estados Unidos da África, preferencialmente usando a língua inglesa e professando o cristianismo. Os teóricos do pan-africanismo inventaram a África una, homogênea e indistinta, que ainda hoje está presente nos textos de vários autores africanistas. O pan-africanismo pode ser apresentado como questão para entender parte dos movimentos negros da atualidade, além de ser fundamental para perceber sua persistência em diversas obras recentemente publicadas, que ainda apresentam o continente africano como uma realidade una, homogênea e dotada de um único ponto de vista, religião, costume e práticas. Ver LIMA, Ivaldo Marciano de França. Todos os negros são africanos? O Pan-Africanismo e suas ressonâncias no Brasil contemporâneo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546368_ARQUIVO_Trabalho_completoANPUH_Ivaldo2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546368_ARQUIVO_Trabalho_completoANPUH_Ivaldo2011[1].pdf). Acesso em 05 de março de 2014.

²⁶⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1964. Vol. 179. p.286.

origem. Era a identidade diaspórica negra se manifestando em Carlos Santos. Era a identificação de uma identidade cultural em comum.

Em seu segundo discurso sobre a negritude, realizado no dia 30 de setembro, em uma comunicação de cinco minutos, Carlos Santos trouxe como tema: “a memorável visita de Leopoldo Sédar Senghor ao Brasil”, visita com “benéficas implicações diplomáticas”.²⁶⁵

O Senegal era um país africano importante nas relações diplomáticas brasileiras com a África, desde a PEI – Política Externa Independente, inclusive Senegal juntamente com Gana estabeleceram as primeiras embaixadas da África Negra no Brasil, em 1962 (SARAIVA, 1998, p.147).

Na realidade, Sédar Senghor (1906-2001) realizou visita ao Rio de Janeiro, na sede da Academia Brasileira de Letras, sendo esse fato acompanhado do Rio Grande do Sul, provavelmente, pela imprensa escrita ou pelo rádio, por Carlos Santos, identificando junto ao senegalês, sua identidade diaspórica afrodescendente (GILROY, 1993), característica do pan-africanismo representada na luta pela igualdade racial dos negros africanos e dos negros de todo o mundo.

Quanto a esses intelectuais negros, guardadas as proporções, ambos tinham suas atenções voltadas a elevação material e humana da África bem como dos negros espalhados pelo mundo. Sobre a visita, Santos afirmou que o presidente senegalês considerou, em seu discurso proferido na Academia Brasileira de Letras - ABL, a cultura brasileira como “um dos faróis do mundo da esperança” a partir das “influências portuguesas e africanas em nosso humanismo”, na harmonia.²⁶⁶

Carlos Santos informou a seus pares sobre o curto tempo que tinha em plenário, cinco minutos, para refletir em seu discurso sobre a importância da visita do Sédar Senghor, contudo, o que ele mais marcou em seu pensamento sobre essa visita foi o respeito e o conhecimento que o senegalês tinha a respeito da cultura brasileira, pois conforme Santos verbalizando Sédar Senghor, esse se disse: “admirado - menos pela

²⁶⁵ Leopoldo Sédar Senghor foi deputado na Assembleia Nacional Francesa entre 1948 a 1958. Senghor foi eleito por uma unanimidade presidente da nova República, (re) eleito sucessivamente, vindo a desempenhar o cargo até final de 1980. Como escritor, desenvolveu a ideia de Négritude (movimento literário que exaltava a identidade negra, lamentando o impacto negativo que a cultura europeia teve junto das tradições africanas). Outros autores que pesquisaram e desenvolveram o pensamento da negritude foram: (BERND, 1984; MUNANGA, 1988; NASCIMENTO, 1982; FANON, 2008; MEMMI, 1989), identificando que o movimento da negritude, por intermédio de Du Bois (EUA 1868-1963), Aimé Césaire (Martinica), Léon Damas (Guiana Francesa). A negritude reivindicava, entre outros fatores, a consciência do negro civilizado.

²⁶⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1964. Vol. 179. p.322-323.

nossa mestiçagem biológica do que pela simbiose cultural que o Brasil efetuou levando em seu bojo ‘como frutos requintados de um excerto as virtudes complementares das três etnias, das três civilizações diversas de que se compõem a cultura brasileira’”.²⁶⁷

Conclui-se a partir das palavras do presidente senegalês, a força de democracia racial brasileira em nível internacional, pois o político ao citar estas palavras na tribuna, reforçava nacionalmente, e regionalmente, a sua crença nessa ideologia, respeitada inclusive no exterior como exemplo a ser seguido por outros povos. Mas, ainda segundo as palavras do discurso, essa admiração era elogiada, sobretudo, pelos aspectos culturais.

Contudo, salienta-se que não foi a convite dos militares que Senghor visitou o Brasil. Conforme José Saraiva (1998), o presidente senegalês visitou o Brasil entre 19 e 25 de setembro de 1964, seis meses depois do golpe militar dentro das conversações de cordialidade que se concentraram na cooperação bilateral de acordos econômicos e culturais entre os dois países. Essa visita já estava agendada, pois Senghor havia aceitado o convite originalmente formulado por João Goulart para visitar o Brasil.

Senghor durante a visita fez comentários a respeito das posições do Brasil, que mantinha silêncio sobre o *Apartheid* bem como se esmerava em defender o processo colonial português na África. Senghor argumentou que “o Brasil era uma esperança para o mundo tropical, particularmente para a África”. Saraiva disse que “privadamente, há indícios que o senegalês tenha criticado o apoio a Portugal na África (SARAIVA, 1998, p.156).

Em sua última aparição na tribuna, o político, demonstrou consciência da situação política de nosso Estado, já que muitos colegas seus petebistas encontravam-se suspensos da política ou presos, em decorrência do Ato Institucional nº1. O político trouxe para a tribuna as tensões existentes entre o poder executivo e legislativo de sua terra natal, Rio Grande.

No dia 17 de dezembro de 1964, disse na tribuna: “no início da semana denunciei dessa tribuna a prisão de dois vereadores, um do PTB, o Sr. Lindalvo Curupi Monteiro e outro do PSD, o Sr. Silvério Miranda Júnior, vereadores (...)”, cabe enfatizar que o político demonstra-nos indícios de suas ações contra as cassações, seguindo o discurso em questão, o intelectual afirmou que os vereadores não eram acusados de corrupção, de subversão, muito menos de terem tramado algo contra a pátria, mas “que

²⁶⁷ Ibidem, p.322.

estão, segundo dizem e a imprensa confirma, sofrendo as agruras do cárcere porque se insurgiram contra o poder executivo municipal de meu município, atitudes essas que contrariam os interesses do povo rio-grandino”.²⁶⁸

Segundo Sader (1982, p.152), no curso da consolidação de uma nova ordem capitalista se produziu uma situação nova. Os combates às resistências políticas e sociais produziram um novo modelo de dominação política, identificado na marginalização de setores que até então apoiavam o regime. Era um processo de monopolização industrial e financeira, que eliminavam forças políticas que se opunham a esse caminho. Seriam os vereadores defendidos por Carlos Santos opositores do caminho dos militares, acredita-se que sim.

Além disso, Carlos Santos encerrou o discurso se colocando na função de advogado, sua profissão de formação, dos dois políticos enviando um recado ao Comandante do III Exército, localizado no Estado, o de “proclamar se possa a sua inocência e retornarem aos seus lares e conosco, que somos mais felizes, pela liberdade que gozamos”.

No término de seu discurso, o tribuno citou trechos da bíblia, ciente da época de Natal que se vivenciava, como se por meio de palavras levantasse um escudo: “glória Deus nas alturas, e paz na terra aos homens de boa vontade”.

Seria essa uma tentativa de tocar o coração dos militares a libertar os políticos rio-grandinos presos? Provavelmente, sim. Já que Santos, estando firme de sua fé e ciente da força da Igreja no período, tentou negociar esse assunto com as propostas que acreditava. Seria essa uma estratégia política? Salienta-se que situações discursivas desse gênero foram notadas em outras ações do parlamentar, em que a sua fé serviam de estratégia para a reflexão de problemas mundanos identificados, por exemplo, na exploração dos pescadores bem como em sua luta contra os “pruridos racistoides”. Além de sua manutenção nos “anos de chumbo”.

Quanto aos demais temas pronunciados pelo tribuno, estes são demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 24 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1964

Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Situação política	Pesca	Identidade Negra
2	3	3	7	2

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

²⁶⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. e Fev. de 1964. Vol.182. p.241-242.

4.2. AS CAMPANHAS DE VALORIZAÇÃO DA PESCA E A DEMOCRACIA RACIAL

O ano de 1965 é emblemático para esta pesquisa, pois foi o ano que o político mais vezes interveio do púlpito da Assembleia. O que representa de certa forma, sua plena consciência condição de negociação política e de mediação dos temas propostos nesta tese, em um período que para muitos foi o momento de deixar a participação política, ideias e ações de lado. Para Carlos Santos foi um ano de intensas atividades parlamentares, principalmente sobre o desenvolvimento da pesca no Estado.

Aliás, sobre a pesca e a identidade negra o político fez nada mais nada menos do que 23 discursos, em um total de 46 intervenções. Sendo 19,5 ações sobre a pesca. O que acabou colocando esse tema como a principal bandeira de luta do tribuno.

Referente aos discursos evidenciando a comunidade negra, embora poucos, esses foram severos, indo ao encontro dos casos de preconceitos raciais ocorridos no interior do Rio Grande do Sul.

Nesse ponto, chama-se a atenção para a coragem do político, que emite no parlamento sul-rio-grandense opiniões duras contra as situações cotidianas enfrentadas, pelo menos nesse ano, por duas famílias negras sul-rio-grandenses, mesmo com a tão decantada e elogiada, inclusive pelo próprio Carlos Santos, democracia racial brasileira.²⁶⁹

Os temas relativos aos “povos do mar” foram enunciados pelo político nos dias 22 de janeiro, 24 de março, 21 e 24 de maio, 2, 10 e 14 de junho, 11 e 13 de agosto, 14, 16 e 23 de setembro, 6 e 7 de outubro, 5, 23, 26, 29 e 30 de novembro e em 7 de dezembro de 1965. Sobre a promoção da identidade negra, o tribuno discursou em 22 de janeiro, sendo esse discurso hibridizado com a pesca, 04 de fevereiro, 22 de março e 22 de setembro de 1965.

O número de intervenções políticas de Carlos Santos, 46 discursos totalizados, nesse ano surpreendeu-nos. Tanto pela quantidade, já que foi o ano em que o político mais vezes discursou entre 1959 e 1974, em toda a sua trajetória como deputado estadual, quanto pela qualidade. Sobre, a pesca, um dos temas desta tese, ele discursou 19,5 vezes em 1965.

²⁶⁹ O político faria nesse ano dois discursos contra o preconceito racial. Um ocorrido em um Clube da cidade de Pelotas, no dia 04 de fevereiro de 1965, e outro, em um clube da cidade de Taquari, ocorrido no dia 22 de setembro do mesmo ano.

Para ter-se uma compreensão mais racional, comparando em números, na sua primeira participação como deputado eleito, em 1959, ele discursou um total de 17 vezes. Em 1960, fez ao todo 21 discursos. Já em 1961, Carlos Santos discursou 24 vezes. Em 1962, em 09 oportunidades. Em 1963, entre suplência e titularidade, o deputado fez somente duas (2) intervenções, em 1964, 17 intervenções.²⁷⁰

Observe a tabela quantitativa dos discursos de Carlos Santos até aqui, com destaque para a pesca e a identidade negra, entre 1959-1965.

Tabela 25 – Temática sobre os discursos referente à pesca e a negritude (1959-1965)

Ano	QTD	Sobre a pesca e a identidade negra	Pesca	Identidade Negra
1959	18	06	03	03
1960	21	10	8,5*	1,5*
1961	24	07	07	00
1962	09	04	03	01
1963	02	02	01	01
1964	17	09	08	02
1965	46	23	19,5*	3,5*

* O político hibridizou um discurso, em que citou em um único discurso a situação da pesca e da identidade.

Fonte: ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, Porto Alegre. 1959 a 1965 (GRIFO NOSSO).

No ano de 1965, item desse tópico, conforme o observável na tabela acima, o tribuno fez 19,5 intervenções no plenário sobre a pesca. Ou seja, nos últimos seis anos somente em 1961, o político fez mais discursos: 23. Com tudo, os temas identificados nos discursos de 1961 foram os seguintes: duas (2) homenagens, nove (9) sobre a região sul do estado e três (4) sobre a situação política do país e duas (2) sobre os sindicatos. Sobre a pesca, o político em 1961 verbalizou sete (7) vezes, enquanto sobre as questões étnicas, nenhum discurso em plenário foi dito.

Já em 1965, o político fez nada mais nada menos do que 19,5 discursos somente alusivo à pesca e 3,5 das questões concernentes às populações negras, de um total de 46 intervenções.

Abaixo, tabela informativa dos temas enunciados por Carlos Santos no plenário da Assembleia em 1965:

Tabela 26 – Dos discursos realizados por Carlos Santos no ano de 1965

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	18/01/1965	Discurso alusivo a restauração e asfaltamento da BR-92, que liga Santa Vitória do Palmar ao extremo sul brasileiro.	Anais, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.89-90.

²⁷⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA DO ESTADO, Porto Alegre. 1959 a 1965.

02	19/01/1965	Problemas do Grupo Escolar Marques de Souza de São José do Norte e a instalação da Faculdade de Medicina em Rio Grande.	Anais, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.103-104.
03	20/01/1965	Convênio firmado entre o Estado e a Prefeitura de Santa Vitória do Palmar, de setembro de 1964, para a construção de três escolas.	Anais, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.113-114.
04	22/01/1965	<u>Discursa sobre a evasão escolar no município de Rio Grande e cita a luta do marujo Marcílio Dias para se alfabetizar.</u>	<u>Anais, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.183-184.</u>
05	04/02/1965	<u>Denuncia o preconceito racial ocorrido em um clube de Pelotas-RS.</u>	<u>Anais, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.273-274.</u>
06	05/02/1965	Aclama a necessidade de eleições e acusa os militares “que se apossaram a força do poder.	Anais, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.318.
07	22/03/1965	<u>Crítica os dois grupos ideológicos que dividem o mundo.</u>	<u>Anais, Março de 1965, Vol. 183. p.74.</u>
08	24/03/1965	<u>Cita a magnífica realidade pesqueira de São José do Norte e Rio Grande e crítica a falta de investimentos do Estado na região.</u>	<u>Anais, Março de 1965, Vol. 183. p.118-119.</u>
09	03/05/1965	Homenagem à memória Descartes Diniz Thompson, auxiliar da Bancada do PTB na Assembleia Legislativa, falecido.	Anais, Maio de 1965, Vol. 185. p.12.
10	05/05/1965	Discursa sobre os focos de sublevações em Rio Grande.	Anais, Maio de 1965, Vol. 185. p.51-52.
11	14/05/1968	Homenagem ao centenário de nascimento do Dr. Augusto Duprat, de Rio Grande.	Anais, Maio de 1965, Vol. 185. p.188.
12	17/05/1965	Homenagem ao Prof. Bruno Mendonça Lima, professor catedrático da Faculdade de Direito de Pelotas, que completou 50 anos.	Anais, Maio de 1965, Vol. 185. p.199-200.
13	17/05/1965	Apela a Assembleia pela criação da Faculdade de Medicina da Cidade de Rio Grande.	Anais, Maio de 1965, Vol. 185. p.232.
14	21/05/1965	<u>As dificuldades de racionalização do pescad.</u>	<u>Anais, Maio de 1965, Vol. 185. p.268-269.</u>
15	24/05/1965	<u>Incentivo ao uso de peixe no sistema alimentar de nossas populações.</u>	<u>Anais, Maio de 1965, Vol. 185. p.288.</u>
16	02/06/1965	<u>Discursa sobre as homenagens ao centenário da Batalha de Riachuelo. Homenageia a “brava e invencível Marinha de Guerra.</u>	<u>Anais, Junho e Julho de 1965, Vol. 186. p.35-36.</u>
17	10/06/1965	<u>Discursa sobre as homenagens ao centenário da Batalha de Riachuelo.</u>	<u>Anais, Junho e Julho de 1965, Vol. 186. p.134-135.</u>
18	14/06/1965	<u>Discurso sobre o centenário da Batalha de Riachuelo e cita os avanços da cidade na luta com o mar citou os jangadeiros.</u>	<u>Anais, Junho e Julho de 1965, Vol. 186. p.151-153.</u>
19	16/06/1965	Homenagem à memória Lino dos Santos Neves, conceituado comerciante de Rio Grande, por ocasião de seu falecimento.	Anais, Junho e Julho de 1965, Vol. 186.p.189.

Nº	Datas	Temas	Fontes
20	02/08/1965	A crise moral de nossos jovens. O mal não está apenas nos problemas de ordem militar, econômica e social.	Anais, Agosto de 1965, Vol. 187.p.02.
21	09/08/1965	Comunicações: Reclama da falta de vagas nas Universidades de Medicina e a evasão escolar dos mais novos.	Anais, Agosto de 1965, Vol. 187.p.137-138.
22	<u>11/08/1965</u>	<u>Informa sobre a organização da II Festa do Mar de Rio Grande, de 06 a 21 de novembro.</u>	<u>Anais, Agosto de 1965, Vol. 187.p.169-170.</u>
23	<u>13/08/1965</u>	<u>Sobre a abundância de peixe nas costas brasileiras e especial no Rio Grande do Sul.</u>	<u>Anais, Agosto de 1965, Vol. 187.p.203-204.</u>
24	16/08/1965	Discurso em homenagem ao Sr. Embaixador de Israel Sr. Joseph Nahamias. Presente à Sessão.	Anais, Agosto de 1965, Vol. 187.p.230-233.
25	<u>01/09/1965</u>	<u>Primeiro Seminário de Desenvolvimento da Comunidade de Rio Grande.</u>	<u>Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.47.</u>
26	09/09/1965	Homenagem à memória do Missionário Albert Schweitzer, que faleceu aos 90 anos de idade em pleno continente africano.	Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.97.
27		Homenagem ao centenário de nascimento de Alfredo Ferreira Rodrigues, historiador rio-grandino nascido em 1865.	Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.109.
28	13/09/1965	Comemorações Farrapas. Apela ao conselho municipal a correção de onde estão os restos mortais de Bento Gonçalves.	Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.142.
29	14/09/1965	Sobre as cheias que castigam o Rio Grande do Sul em especial Rio Grande.	Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.145.
30	<u>14/09/1965</u>	<u>Discussão e votação do Projeto de Lei 186/65. Institui a Campanha de Valorização do Pescado. Aprovado.</u>	<u>Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.155.</u>
31	<u>16/09/1965</u>	<u>O problema da pesca e da indústria pesqueira no Rio Grande do Sul.</u>	<u>Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.180.</u>
32	<u>22/09/1965</u>	<u>Presta solidariedade e denuncia o racismo, estúpido, antibrasileiro e retrógrado ocorrido no clube Alvi-Negro do interior do Estado.</u>	<u>Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.230-232.</u>
33	<u>23/09/1965</u>	<u>Sobre um ofício enviado pelos pescadores da Colônia Z3, de Pelotas, aplaudindo a aprovação da campanha do pescado.</u>	<u>Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.276-277.</u>
34	24/09/1965	Reclama em nome do “Rotary Club Rio Grande Litoral” sobre a demora no envio de gás a região Sul do Estado.	Anais, Setembro de 1965, Vol. 188.p.283.
35	<u>06/10/1965</u>	<u>Sistema rodoviário da Zona Sul. Em especial, no melhoramento da estrada Santa Isabel, por sua função socioeconômica.</u>	<u>Anais, Outubro de 1965, SV. p.68.</u>
36	<u>07/10/1965</u>	<u>Campanha da pesca. Porque a lei mudou?</u>	<u>Anais, Outubro de 1965, SV. p.73.</u>

Nº	Datas	Temas	Fontes
37	05/11/1965	<u>Assinala o início da II Festa do Mar de Rio Grande a se realizar no dia de amanhã.</u>	<u>Anais, Novembro de 1965, Vol. 119.p.36-37.</u>
38	08/11/1965	Homenagem e pesar pela morte de Fernando Eduardo Freire, ex-prefeito de Rio Grande.	Anais, Novembro de 1965, Vol. 119.p.47.
39	11/11/1965	Sobre os planos do Departamento Aeroviário no que tange à pavimentação da pista do aeroporto de Rio Grande.	Anais, Novembro de 1965, Vol. 119.p.65-66.
40	23/11/1965	<u>Agradecimentos aos organizadores da II Festa do Mar de Rio Grande.</u>	<u>Anais, Novembro de 1965, Vol. 119.p.169-170.</u>
41	26/11/1965	<u>Homenagem ao Mestre Jerônimo, jangadeiro que viajou os mares brasileiros para reivindicar melhores condições dos pescadores.</u>	<u>Anais, Novembro de 1965, Vol. 119.p.226.</u>
42	29/11/1965	<u>Sobre os desastres marítimos na costa de Rio Grande. A pesca em alto mar não pode permanecer traduzindo temerária aventura.</u>	<u>Anais, Novembro de 1965, Vol. 119.p.257-259.</u>
43	30/11/1965	<u>O problema da barra de Rio Grande. Intensificação de importantes serviços de dragagem do porto e barra de Rio Grande.</u>	<u>Anais, Novembro de 1965, Vol. 119.p.269-270.</u>
44	02/12/1965	Sobre a criança e o abono das famílias com prole numerosa. Cita que deve ser executada a Lei de Proteção à Família.	
45	07/12/1965	<u>Sobre as péssimas condições de preservação da BR-2, que liga a cidade de Pelotas ao porto marítimo de Rio Grande.</u>	p.62-63.
46	13/12/1965	São José do Norte e as dificuldades dos cebolicultores com a falta de um sistema racional de colheita, preservação e conservação.	p.136-138.

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa, 1965. (GRIFOS NOSSOS).

Nas 46 participações feitas pelo tribuno nesse ano, foram verbalizados por ele, além da pesca e da identidade negra os seguintes assuntos: educação, temas católicos, homenagens, a zona sul do Estado, a situação política do país e os temas referentes aos sindicatos.

Acredita-se que os discursos de Carlos Santos aumentaram nesse ano em comparação aos anteriores, devido aos fatores relacionados à segurança, e de certa forma a “liberdade”, sentida por ele para agir politicamente, mesmo em circunstâncias pouco comuns para setores contrários a hegemonia militar, que como vimos, acabaram sendo caçados pelo Ato Institucional nº 1. Em sua agremiação política, o PTB, por exemplo, somente em 1965 foram cassados oito (8) deputados.²⁷¹ Provavelmente,

²⁷¹ Do PTB foram caçados: Antônio Simão Visintainer, Beno Orlando Burmann, João Caruso Scuderi, José Lamaison Porto, Justino da Costa Quintana, Rubens Dario Porciuncula, Sereno Chaise e Wilson Vargas da Silveira, todos do PTB (HEINZ, 2005, p.51).

vinculado à denominada “esquerda radical” (SKIDMORE, 2010), pensamentos comuns às mentes dos militares linhas duras.

No próximo gráfico acompanha-se o vertiginoso aumento das intervenções de Carlos Santos no plenário, em relação a toda sua trajetória na Assembleia do RS, situação jamais repetida até seu último ano de legislatura estadual, 1974.

Gráfico I – Intervenções parlamentares de Carlos Santos (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Mas quais os motivos que permitiram o aumento considerável dos discursos de Carlos Santos na tribuna nesse período? Porque o mesmo se sentiu tão firme para discursar por tantas vezes? Ele criticou o regime de exceção? Teria em virtude das cassações sobrado mais tempo para ele verbalizar em torno dos grupos que ele representava? Poderia ter sido motivado pelo medo de ser caçado? Ou teria como motivação o sentimento de maior liberdade?

Quanto ao tempo, salienta-se que o político não foi o que em mais momentos ocupou a tribuna, sendo apenas o vigésimo deputado mais atuante, conforme o investigado. No entanto, sua participação realmente deve ser destacada, principalmente, se relacionada à atividade da pesca. Abaixo, tabela de tempo de tribuna de cada parlamentar em 1965:

Tabela 27 – Tempo de discurso em tribuna no ano de 1965

Posição	Nome	Tempo
1º	Darcy Von Hoonholtz	34 h 18 min
2º	Pedro Simon	33 h 18 min

3°	Cândido Norberto	22 h 54 min
4°	Alfredo Hofmeister	20 h 42 min
5°	Amaral de Souza	17 h 18 min
6°	Alvaro Petracco	15 h 24 min
7°	Moab Caldas	14 h 36 min
8°	Nelson Machezan	14 h 21 min
9°	Adolpho Puggina	13 h 21 min
10°	Ari Delgado	11 h 48 min
11°	Wilmar Taborda	11 h 48 min
12°	Helio Fontoura	10 h
13°	Aldo Fagundes	9 h 39 min
14°	Antônio Mesquita	8 h 12 min
15°	Getúlio Marcontonio	8 h 45 min
16°	Siegfried Heuser	8 h 45 min
17° (sic)	Otávio Germano	8 h 57 min
18°	Porcínio Pinto	7 h 27 min
19°	Mário Mondino	6 h 21 min
20°	Carlos Santos	6 h 03 min (grifo nosso)
21°	Alexandre Machado	5 h 42 min
22°	Flávio Ramos	5 h 39 min
23°	Osmar Lautenscheleiger	5 h 36 min
24°	Honório Severo	5 h 33 min
25°	Marcírio Loureiro	5 h 30 min
26°	Henrique Henkin	5 h 09 min
27°	Júlio Brunelli	5 h 06 min
28°	Heitor Galant	5 h
29°	Lidovino Fanton	4 h 54 min
30°	Darcílio Giacomazzi	4 h 51 min
31°	Hed Borges	4 h 27 min
32°	Walter Bertolucci	4 h 24 min
33°	Arlindo Kunzler	4 h 09 min
34°	Paulo Brossard	3 h 51 min
35°	Ariosto Jaeger	3 h 45 min
36°	Larry Faria	3 h 20 min 45 s
37°	Sinval Guazzelli	3 h 06 min
38°	Antonio Fornari	3 h 03 min
39°	Reinaldo Cherubini	3 h 03 min
40°	Brusa Neto	2 h 30 min
41°	Waldir Lopes	2 h 25 min
42°	Darcy Conceição	2 h 15 min
43°	Romeu Scheibe	2 h 15 min
44°	Dario Beltrão	2 horas
45°	Omar Ferri	1 h 51 min
46°	Heitor Campos	1 h 30 min
47°	Muniz Reis	1 h 18 min

48°	José Vecchio	1 h 10 min
49°	José Sanseverino	53 min 5 seg
50°	Oscar Wentendorff	54 minutos
51°	Suely Oliveira	54 minutos
52°	Airton Bernasque	51 minutos
53°	Gudbem Castanheira	46 min 5 seg
54°	Seno Ludwig	45 minutos
55°	Nelly Joner	39 minutos
56°	Reinholdo Kommers	36 minutos
57°	Arnildo Sarturi	36 minutos
58°	Hélio Santos	33 minutos
59°	Alcides Costa	28 min 5 seg
60°	Loris Reali	27 minutos
61°	Solano Borges	27 minutos
62°	Enilton Grill	27 minutos
63°	Guilherme Dorfey	18 minutos
64°	Ivo Sprendel	18 minutos
65°	Adriano Dias	15 minutos
66°	Aduci Tomaz	15 minutos
67°	Henrique Failace	12 minutos
68°	Raul Bigarella	12 minutos
69°	Osmany Veras	10 min 5 seg
70°	Olinto Meurer	09 minutos
71°	Adonis Escobar	06 minutos
72°	Caetano Braun	06 minutos
73°	Carlos Marques	06 minutos
74°	Mozart Rocha	06 minutos

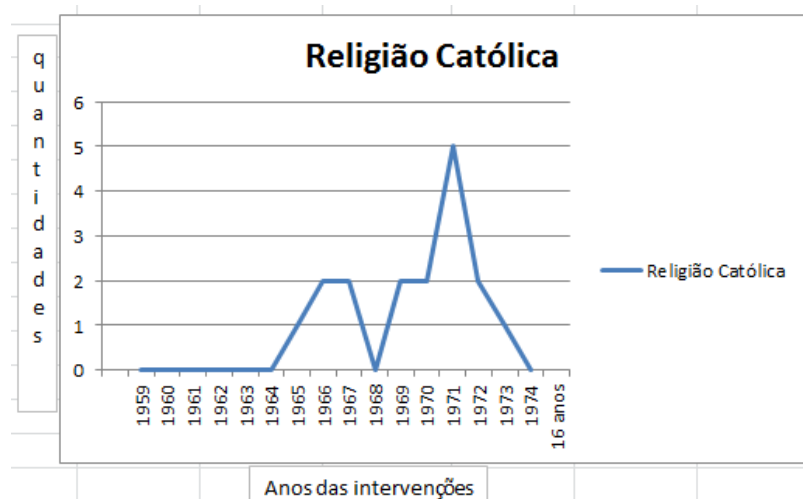
Fonte: Correio do Povo. Assembleia Legislativa, Levantamento sobre o tempo que os deputados ocuparam a tribuna em 1965. Porto Alegre, 1965, *sp.* (GRIFO NOSSO).

Pensa-se que a atuação política de Carlos Santos, por meio de seus valores, demonstrados no primeiro capítulo, como defesa do núcleo familiar e suas afinidades espirituais junto ao catolicismo, baseado em sua permanente conduta ideológica baseada na *Rerum Novarum* e ao “não a luta de classes”, bem como ao não ao “lucro exacerbado do empresariado e dos patrões” a exemplo do que pregava a encíclica, ajudou o parlamentar a se manter naquele contexto. Pois, equilibrando as relações entre os grupos oposicionistas, em um contexto no qual a Igreja Católica tinha influência, possibilitou, em certa medida, a sua liberdade política.²⁷²

²⁷² Em um de seus tópicos a Encíclica *Rerum Novarum*, dizia: “não a luta de classes e sim a concórdia das classes”. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso 12/06/ 2012.

Analisando o próximo gráfico, percebe-se que suas intervenções católicas aumentaram significativamente a partir do recrudescimento do regime militar, somente diminuindo em seu último ano como deputado estadual.

Gráfico II – Intervenções católicas realizadas por Carlos Santos (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Ademais, como ele mesmo relatou dezessete anos mais a frente, ao abandonar a vida pública, ainda em pleno contexto de regime de exceção: “(...) Não se poderia abrir o que já estava aberto”.²⁷³ Ele sentia-se livre ou protegido para atuar no período militar.

A intenção desta pesquisa não é fazer um trabalho específico sobre a ditadura civil-militar, ciente de que existem inúmeras e competentes pesquisas, sob muitos enfoques e abordagens teórico-metodológicas.²⁷⁴ Contudo, identifica-se que outras possibilidades existiam naquele período mesmo diante das cassações e das perseguições políticas, já que os deputados, a exemplo de Carlos Santos, também sentindo as tensões do cotidiano político, tentavam exercer as suas funções públicas parlamentares. Pois, de maneira estratégica, os militares mantiveram o congresso em funcionamento, legitimando sua hegemonia junto das instituições democráticas.

Mas Carlos Santos, no início do ano, verbalizou sobre a necessidade de eleições em nosso país, acusando os militares de “se apossarem a força do poder, dizendo estar consolidado o regime democrático em nossa pátria, ‘através da revolução’”.

Ele criticou os militares “por não quererem dar eleições ao povo, para que o povo, por meio das urnas, do voto consciente, diga ao mundo se deseja continuar com

²⁷³ ZERO-HORA, Porto Alegre, 09/12/1982, p.10.

²⁷⁴ Sader (1982), Fico (1997), Rollemberg (2003), Stephanou (2004), Ridente (2010), Saraiva (1998) Carvasan (2008), Mansan (2010), Skidmore (2010), Cervo; Bueno (2011), Roehe (2011).

esse governo ou deseja mudar”.²⁷⁵ Entretanto, motes discursivos críticos contra o regime emitido pelo parlamentar, seriam raros na trajetória discursiva do período que se está analisando nesta tese.

Voltando aos temas da pesca e da identidade negra, como informado anteriormente, sobre as necessidades dos “povos do mar”, o político falou nos dias 22 de janeiro, sendo esse o primeiro e o único desse ano hibridizado com o tema da identidade negra.

Em sua quarta intervenção no ano, dia 22 de janeiro Carlos Santos desenvolveu um discurso sobre as construções escolares de Rio Grande, e faz um apelo ao governo do Estado que concluísse o prédio do Grupo Escolar Bibiano de Almeida “em péssimas condições de funcionamento”, prejudicando o início do ano letivo.²⁷⁶ O deputado faz apelo aos deputados para sensibilizar o governo para a finalização das obras. Cita que mais de 20 mil crianças perambulam em Rio Grande por falta de escolas. No discurso, citou que, naquele ano, estava sendo comemorado o centenário da Batalha de Riachuelo.²⁷⁷

No entendimento desta pesquisa, ao final de sua fala Carlos Santos hibridizou o discurso ao citar temas da identidade negra e das gentes do mar. Por ocasião do centenário da Batalha de Riachuelo, disse:

Naquela batalha magnífica que ressalta a figura admirável daquele negro imortal que foi Marcílio Dias, filho de nossa legendária, moleque de rua, homem analfabeto, sem instrução, mas que graças a glória sem par do saber adquirido nos bancos escolares, nas Escolas de Aprendizes de Marinheiros transpôs os umbrais da história, imortalizando-se como o símbolo vivo do civismo e do pátrio pundonor da Marinha de Guerra do Brasil. Acredito que esse acontecimento seria o bastante para sensibilizar o nobre governo (...) ²⁷⁸ (GRIFO NOSSO).

Nessas passagens, são identificadas as afirmações: “o negro imortal que foi Marcílio Dias” e, mais adiante, referindo-se ao personagem como “o símbolo vivo do civismo e do pátrio pundonor da Marinha de Guerra do Brasil”. Interpreta-se que, ao

²⁷⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.318.

²⁷⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.183-184.

²⁷⁷ A Batalha de Riachuelo foi um episódio da Guerra do Paraguai (1864 a 1870). A batalha, ocorrida na manhã do dia 11 de Julho de 1865, no afluente do Rio Paraná, teve atuação fundamental para os aliados compostos pelos países Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. O resultado da batalha ajudou a pôr fim ao avanço das tropas paraguaias, obrigando-as a uma retirada. Isso significou naquele momento o enfraquecimento da força naval de Solano Lopez, líder paraguaio. Ver SILVA, Graziely Rezende da. *O Combate Naval do Riachuelo da História para Pintura*. Revista Virtú. Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a23.pdf>/Acesso em 21/03/2014.

²⁷⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.184.

fazer esses deferimentos, Carlos Santos coloca o “negro marinheiro símbolo da Marinha de Guerra”, Marcílio Dias e sua trajetória sofrida, como exemplo para atingir seu objetivo, que era o de: “sensibilizar o governo” a (re) construir o prédio de um grupo escolar localizado no município de seu nascimento. O que confirma o quanto o tribuno carregava consigo os valores e códigos culturais dos grupos sociais defendidos em seus discursos: as gentes do mar e os grupos negros.²⁷⁹

Outro fator desse discurso incide nas próprias convicções históricas de seu autor que fundou, como visto no primeiro capítulo, o Centro Cultural Marcílio Dias, com o objetivo de educar jovens pobres bem como as populações negras de Rio Grande.²⁸⁰

Mas afinal, quem foi Marcílio Dias? Marcílio Dias era filho da preta Pulcena, nasceu em Rio Grande em 1838, sendo seu pai Manuel Fagundes Dias. Foi matriculado na Escola de Aprendizes Marinheiros, do município. Tornou-se marinheiro de primeira classe, entrou na Escola de Artilharia Prática e foi ao mar, pela primeira vez, a bordo de uma Fragata, em 1º de maio de 1861. Tombou na tomada de Paissandu, a bordo da Corveta Parnaíba, em luta contra os paraguaios na batalha de Riachuelo em 11 de junho de 1865.²⁸¹

Dois meses depois, dia 24 de março, o papareia voltou a verbalizar sobre a pesca. Na ocasião, Santos versou sobre a grande quantidade de pescados na região de Rio Grande e São José do Norte, informando aos seus pares “que a pródiga natureza, porém, banhando as orlas mais piscosas de toda a vasta amplidão brasileira”, tinha reunido em Rio Grande e São José do Norte “uma inesgotável capacidade de produção pesqueira que bem poderia oferecer dessa rica zona de nosso litoral”.

Para o intelectual negro “as pilastras naturais de um empório industrial que bem poderia oferecer contribuição decisiva para atenuar o angustiante problema brasileiro e mundial: a subnutrição e a fome”.²⁸² Entretanto, acusou a “falta de investimento do Estado na região” o que possibilitaria o desenvolvimento das potenciais capacidades da indústria pesqueira desses municípios.²⁸³

²⁷⁹ Para esta tese, ao colocar no discurso Marcílio Dias como negro e marinheiro, Carlos Santos faz um discurso híbrido. Nesse sentido, nesta quantificação esse discurso foi dividido pela metade. Metade como tema da pesca e outra parte como itens atinentes a identidade negra.

²⁸⁰ No dia 11 de junho de 1936 o Centro Cultural Marcílio Dias. A instalação oficial do centro ocorreu no Teatro 7 de setembro, na cidade de Rio Grande. Segundo sua filha, Sra. Neiva Santos “o clube Marcílio Dias era a menina dos olhos dele lá, ele falava sobre a raça e sobre a cultura, funcionava lá um grupo escolar (SANTOS, 2007).

²⁸¹ BPR. MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Ruas, Bairros e Distritos de Rio Grande, 1947, p.58, Nº 136.940 – Gaveta 589. Biblioteca Pública Rio-Grandense.

²⁸² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1965, Vol. 183. p.118-119.

²⁸³ Ibidem.

Dois meses após essa intervenção e cinco discursos pronunciados em abril, o tribuno no dia 21 e 24 de maio, voltou a criticar as dificuldades impostas à produção e a racionalização do pescado,²⁸⁴ além da preocupação com o aumento do consumo de peixe e a favor do pescador.²⁸⁵

No dia 21, em plenário, informou que as águas da região durante três dias produziram cerca de dois milhões de quilos de tainhas, recolhidos pelos pescadores de São José do Norte e de Rio Grande. Sobre a euforia dos pescadores, disse “tratar-se da versão marinha do estouro da boiada tão familiar às plagas campeiras, apenas com a diferença de que o estouro destrói e a corrida constrói (...)” e seguiu seu pronunciamento demonstrando a analogia entre o campo, a terra e a atividade do mar, da pesca: “(...) o estouro é o ‘desespero dos campeiros’ e a corrida é a esperança fagueira dos pescadores”.²⁸⁶

As cidades de São José do Norte e de Rio Grande ficaram agitadas com essa ocorrência. Os industriais desdobraram suas atividades e o entreposto da pesca localizado na região redobrou os seus esforços, “com dezenas de caminhões frigoríficos de São Paulo e de Santa Catarina abarrotados de peixes pelas ruas levando o nosso produto”. Para Carlos Santos, os caminhões estavam “levando nossos produtos”! Como assim?

Segundo o político, essa safra tinha gerado em torno de meio bilhão de cruzeiros, sendo a confirmação “estupenda da apreciável riqueza que dormitava no fundo dos nossos mares”. Contudo, sem investimentos, os produtos saíam para outros estados a preços reduzidos, pois, por se tratar de um produto perecível, em no máximo 72 horas deveria a mercadoria ter destino. O parlamentar insistia: “o que temos feito no Rio Grande do Sul de positivo e objetivo em prol do desenvolvimento e amparo da indústria pesqueira?”.²⁸⁷

À frente, ele citou que o Estado estava formando uma Comissão para estudar o tema do desenvolvimento da pesca, inclusive elogiando a iniciativa e os possíveis integrantes dessa Comissão, dita por ele como um grupo “formado por pessoas de alto nível”, no entanto, salientou a dificuldade que ele teve de conseguir junto a Secretaria

²⁸⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1965, Vol. 185. p.268-269.

²⁸⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1965, Vol. 185. p.288.

²⁸⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1965, Vol. 185. p.268-269.

²⁸⁷ *Ibidem*, p.269.

de Agricultura do Estado “uma simples cópia da portaria que tratou da instalação da Comissão”, e não obteve.²⁸⁸

A partir dessa situação, pode-se interpretar que o político, representante da região mais produtiva de pescado do Brasil, nesse momento nem sequer foi lembrado ou convidado para participar dessa Comissão, que seria denominada de Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria da Pesca.

No mesmo discurso, o político afirmou estar:

Informado que desta comissão participam elementos altamente categorizados para o estudo da matéria o que nos leva a confortadora esperança de que o assunto não ficará restrito ao financiamento aos industrialistas do pescado.²⁸⁹
(GRIFO NOSSO).

Mas advertiu, como tradutor dos pescadores, sobre o direito dos mesmos nessas negociações, falando que:

O problema deve ser equacionado em seus mínimos e múltiplos detalhes, de modo especial visando o elemento humano, a força dinamizadora da estupenda movimentação desta inestimável riqueza natural, que é o pescador.²⁹⁰ (GRIFO NOSSO).

Essa situação representa o equilíbrio a que nos referimos nas diretrizes ideológicas tanto do PTB, predisposto a negociar a partir de sua ideologia trabalhista e nacionalista com grupos e classes sociais (FORTES, 2004), como de certa maneira a mesma situação identificada na ideologia católica escrita na *Rerum Novarum*. Essas ideologias eram as bases do pensamento político de Carlos Santos.

Essa base política, consubstanciada pelas suas raízes culturais e sociais de um “papareia convicto”, nascido em Rio Grande, maior litoral do Rio Grande do Sul, local de intensa atividade pesqueira, possibilitou a percepção da influência dos valores das “gentes do mar” na personalidade de Carlos Santos. E as “gentes do mar”, historicamente, também; mas não somente, foram os negros como já observado.²⁹¹

²⁸⁸ O político somente teria conhecimento desse decreto no mês de setembro de 1965. O projeto encaminhado ao Legislativo pela Comissão de Agricultura e Pecuária nº 115/65, firmava um acordo com a SUDEP e o Estado. O parlamentar elogiou o projeto que previa o desenvolvimento da pesca no Rio Grande do Sul. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1965, Vol. 188.p.180.

²⁸⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1965, Vol. 185. p.268-269.

²⁹⁰ Ibidem, p.269.

²⁹¹ Ver segundo capítulo da Tese.

Carlos Santos veio de um berço familiar negro, de um município marítimo, que defendeu os escravizados por meio de associações e periódicos.²⁹² Devido a esses fatores, o político tornou-se um representante legítimo dos pescadores e das comunidades negras no parlamento sul-rio-grandense.

Sobre a questão da pesca, embora ele fosse ciente das suas condições de representante dos pescadores no parlamento, causou estranheza o seu nome ter sido preterido da Comissão criada para estudar o tema da pesca pelo governo do Estado. Na realidade, nem mesmo Carlos Santos entendeu a situação, já que era reconhecido também como representante da região que mais produzia pescado no Brasil.

No dia 24 de maio de 1965 o político retornou à tribuna. Citou o editorial do *Correio do Povo* que destacou a sua participação na tribuna ocorrida no dia 21 de maio, em favor da pesca.²⁹³ Santos, informou também de sua reivindicação junto a programas radiofônicos sobre a necessidade de um plano objetivo e prático por parte das autoridades no sentido de incentivar o consumo de peixe no sistema alimentar de nossas populações e a valorização do pescador. Destaca-se em sua fala a campanha “Coma mais peixe”, incentivada pela FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.²⁹⁴

Nessa intervenção, deu o exemplo de São Paulo no desenvolvimento da indústria pesqueira e comercialização do pescado a partir de vigorosa campanha em prol do consumo de peixe. Dizendo que “o pescado ali não permanece estagnado nas bancas do mercados públicos à espera da preferência do consumidor”, inclusive citando uma das artimanhas dos paulistas para divulgar o pescado, já que: “pequenos carrinhos frigoríficos Ki-Bom, percorrem todos os quadrantes da grande metrópole bandeirante, tornando mais cômoda a aquisição do pescado” alimento “mais rico em proteínas que a carne da gado”.²⁹⁵

Carlos Santos, por ter exercido a profissão de jornalista, manteve contatos com jornais e rádios do Estado.²⁹⁶ Ademais, era figura constante no parlamento tendo como tema as questões da pesca.

²⁹² Manoel Conceição da Silva, avô de Carlos Santos, foi abolicionista, proprietário do Jornal “A Voz do Escravo”, fundado em 16 de janeiro de 1881. Era muito respeitado e considerado pela sociedade local, inclusive pelas suas posses. Para saber mais, retornar ao primeiro capítulo, item: Santos ao Sul do Rio Grande: origens, circulações e sociabilidades.

²⁹³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1965, Vol. 185. p.268-269.

²⁹⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1965, Vol. 185. p.288.

²⁹⁵ *Ibidem*, p.288.

²⁹⁶ Carlos Santos nos finais de 1940, “tribuno de largos recursos”, além dos cargos políticos, exerceu o emprego de diretor jornalístico da sucursal do Diário de Notícias em Rio Grande e jornalista do jornal

Nesse momento, ele passou a intensificar a visibilidade de sua representação política a favor da atividade da pesca. Seria a visibilidade na imprensa uma estratégia sua para integrar a “Comissão da Pesca” formada pelo governo e que ele não fora convidado?

Ao final de seu discurso, Santos reforçou a visibilidade de suas ações em prol da pesca, dizendo que seria necessário: “fazer entre nós, além da sistemática campanha pelo rádio, televisão, jornais, escolas, entidades classistas, enfim, por todos os meios de divulgação, estimulando o uso do peixe como alimento popular”.²⁹⁷

No mês de junho, mais precisamente nos dias 2, 10, 14 e 16 de junho, foram intensificadas suas intervenções a favor da pesca, algo que envolvia pescadores, consumidores, empresários, indústrias, estruturas e setores envolvidos com a comercialização do produto além dos fatores históricos relacionados às gentes do mar. Fatores históricos? Sim.

No dia 2 de junho, o deputado ocupou à tribuna para informar sobre as homenagens de centenário da Batalha de Riachuelo, a ser comemorada em 11 de junho, e que teve como destaque, conforme sua verbalização, um rio-grandino que ele muito admirava era Marcílio Dias (1838-1865):

O grande e Imperial Marinheiro Marcílio Dias (...) e maior ainda em Riachuelo, marcou com ímpetos de sobre humana (sic) bravura a bordo do Parnaíba o apogeu da gigantesca e decisiva batalha de 11 de junho de 1835.
298

No dia 10 de junho, um dia antes do centenário alusivo à batalha, o tribuno realizou um discurso, elevando ao máximo a participação dos protagonistas, segundo ele, do combate. Incluindo, obviamente, a figura do Marinheiro negro Marcílio Dias, para servir de modelo ao espírito cívico toda a nação, pois em suas palavras:

Toda a Nação Brasileira, entre explosões de justificado júbilo cívico, comemora amanhã, o 1º Centenário da Gloriosa Batalha Naval de Riachuelo (...) para culto e reverência da Pátria agradecida aos vultos adamantinos da Guarda Marítima Greenhalg, dos tenentes Von Hoonoltz e Joaquim Francisco de Abreu e do Imperial Marinheiro Marcílio Dias e tantos outros

“Rio Grande. Também foi correspondente do jornal “A Noite”. Trabalhou na Rádio Farroupilha e difusora. Jornal A ALVORADA, Pelotas, 15 de julho de 1950, p.2. Nesse sentido, detinha conhecimento técnico, prático e relacionamentos para difundir suas ações.

²⁹⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1965, Vol. 185. p.288.

²⁹⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho e Julho de 1965, Vol. 186. p.35-36.

heróis que escreveram com sua sobre-humana bravura aquela memorável epopeia (GRIFO NOSSO).²⁹⁹

Ao encerrar seu discurso, Carlos Santos, em nome dos deputados da casa, desejou: “UM VOTO DE VIVAS CONGRATULAÇÕES” - assim escrito nos anais, com letras maiúsculas e em destaque, o que denota a apreciação inclusive da Taquigrafia da Assembleia, órgão responsável pelas transcrições dos discursos pronunciados, pelo momento, nas palavras de Santos, “a heroica e destemida Marinha de Guerra do Brasil, pela expressiva passagem, amanhã, do centenário da Batalha Naval de Riachuelo (...)”.³⁰⁰

Finalizando seu discurso, informou que deveria ser dado ciência da homenagem realizada na Assembleia ao então ministro da Marinha, por intermédio do “nobre e ilustre marinheiro cidadão capitão do mar e da guerra e Capitão dos Portos do Rio Grande do Sul, com sede em Rio Grande, Darcy Rocha de Carvalho Dias”.³⁰¹

Ele elogiou e congratulou o representante da Marinha no Estado, mas não citou o nome (embora tenha lembrado em saudar por intermédio de Darcy Rocha) do ministro da Marinha de Guerra nomeado por Castelo Branco, Sr. Paulo Bossísio (1900-1985).

Esse silêncio sobre a figura do Ministro da Guerra em seu discurso comemorativo foi significativo, já que demonstrou a intencionalidade de Carlos Santos, representante dos deputados, em não respaldar o chefe do poder da Marinha Nacional, pois além de ter silenciado o maior representante hierárquico da Marinha, representada na figura do Ministro, elogiou demasiadamente o representante da Marinha Sul-Rio-Grandense, Sr. Darcy Rocha, que deveria encaminhar as saudações a Paulo Bossísio.³⁰²

Em Rio Grande, terra de Carlos Santos e do marinheiro Marcílio Dias, personagem emblemático da Batalha de Riachuelo, ocorreu a “Semana de Riachuelo, celebrando o centenário da memorável batalha naval”. Relatada pelo tribuno no plenário.³⁰³

Para Carlos Santos, a tônica dessas festividades foi o cunho popular demonstrado pelos participantes: “o carinho, a admiração e o reconhecimento do povo a

²⁹⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho e Julho de 1965, Vol. 186. p.36.

³⁰⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho e Julho de 1965, Vol. 186. p.134-135.

³⁰¹ Ibidem, p.135.

³⁰² 11 de junho, data da Batalha de Riachuelo, ainda hoje, é considerada pelos militares como a principal data da Marinha de Guerra do Brasil. Ver Revista do Clube Naval, Rio de Janeiro, ano 121, nº366. Abril, Maio e Junho de 2013. Disponível em:

<https://www.clubenaval.org.br/Informativos/arquivo/RCN%20366.pdf/> Acesso 21/03/2014.

³⁰³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho e Julho de 1965, Vol. 186. p.151-153.

excelsa Marinha de Guerra do Brasil”. O político destacou que durante a semana ocorreu a participação “entusiástica de todos os escalões sociais” nas programações. Com destaques para a apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - OSPA e o Teatro Glória, com mais de dois mil ouvintes nas atividades além de programações tradicionalistas, militares, torneios, desfiles e lançamento de pedras fundamentais de escolas. Tudo sob intensa “vibração popular”.³⁰⁴

Todavia, o político não ressaltou somente as coisas positivas de sua estada em Rio Grande, por ocasião dessa programação. Para ele, o município de Rio Grande representava a as “vicissitudes para a marcha do progresso” no Estado. Já que se tratava de “um povo que enfrentou e venceu a fúria incontrolável dos elementos da natureza e construiu sobre areias aquela colmeia de trabalho e aquele monumento de fé, que é a cidade de Rio Grande”.

O tribuno salientou, no entanto, Rio Grande como centro industrial por excelência; tinha potencialidades, “visto que as chaminés das fábricas bem como seu porto marítimo, único do Estado, produziam constantemente”. Mas, infelizmente, disse: “sofre as angústias e os problemas que afligem e preocupam todas as comunas rio-grandenses, inclusive a metrópole”: a miséria, o surgimento das vilas e as doenças.³⁰⁵

Citou como exemplo a Vila Cedro de Rio Grande, local com sérios problemas de saúde pública, ocasionada pela falta de higiene e pelos índices de tuberculose. Rio Grande era, segundo suas palavras, a capital da tuberculose no extremo sul do Brasil.³⁰⁶

Santos, continuou relatando que: “o problema não é tão só de Rio Grande. Porto Alegre com todo o surto esplendente de seu progresso” enfrentava problemas como os da Vila Cedro de Rio Grande, que “deveria merecer preocupação constante das autoridades em função da própria afirmação da dignidade da pessoa humana”.³⁰⁷

Além da programação do Centenário da batalha de Riachuelo, do problema econômico de Rio Grande e da miséria imposta pelo impacto da pobreza, o parlamentar

³⁰⁴ Ibidem, p.151. Em seu discurso Carlos Santos registrou a presença das seguintes instituições e atividades na programação alusiva a Batalha de Riachuelo, realizada em Rio Grande, de 04 a 11 de junho de 1965: CTG Ipiranga Atlético Club, Estancia da Poesia Crioula, de Porto Alegre, Conjunto Tradicionalista Maragato, de Porto Alegre, CTG União Gaúcha, de Pelotas, CTG Mate Amargo, de Rio Grande, a missa campal na Praça da Bandeira, pela alma dos mortos das duas Pátrias, Brasil e Paraguai, a presença em Rio Grande do Submarino Riachuelo, grandemente visitado pelo público, o cerimonial cívico da Igreja Episcopal de Salvador, e da Loja Maçônica Philantropia do Sul, o torneio militar de futebol entre as equipes da Marinha, do Exército, da Brigada Militar e Corpo de Bombeiros, apresentações teatrais e radiofônicas em homenagem a Marcílio Dias. Ocorreu desfiles de escoteiros, atividades em mar e em terra e o lançamento da pedra fundamental de escola para cegos.

³⁰⁵ Ibidem, p.152.

³⁰⁶ Ibidem, p.152.

³⁰⁷ Ibidem, p.153.

encerrou o discurso citando a situação dos pescadores e da pesca. Conforme sua assertiva:

O nosso pescador, e eu próprio tenho ressaltado da tribuna, ressentido-se da falta de uma assistência social compatível com as suas reais necessidades. Não podemos compará-lo com os jangadeiros do nordeste, mesmo porque marcante é a diferença que oferecem a ambiência e as características naturais de um e de outros bravos lutadores do mar. Até mesmo porque o nordestino com o primitivismo de suas jangadas e de suas linhas de pescar, sente-se regamente compensado quando consegue retirar do mar algumas dezenas de quilos de peixe (...)³⁰⁸ (GRIFO NOSSO).

Essa comparação aos pescadores de outras regiões era devido à exploração que o pescador do Sul sofria em decorrência de pescar, não para si, mas para os industriais, que, nesse ponto, para ele era diferente aos nordestinos. Ademais, o tribuno reconheceu que mesmo com a potencialidade marítima de Rio Grande, os pescadores locais, insistentemente, sofriam com a falta de assistência, já que comparando os pescadores em termos territoriais e econômicos, diz: “o nosso pescador, ao contrário, quando suas redes e seus barcos trazem para a terra dezenas de toneladas de pescado, mostra-se ainda insatisfeito e reclama da avareza do mar!”³⁰⁹

No breve comparativo, entre os pescadores do Nordeste e do Rio Grande do Sul, o discurso de Carlos Santos possibilitou o seguinte entendimento: os pescadores nordestinos, ainda que pescando menos, tinham autonomia e gerência de sua produção, já os pescadores rio-grandinos, mesmo com as redes abarrotadas e pescando toneladas, eram explorados e ainda reclamavam da avareza.

Mas será que essa avareza verbalizada era do mar ou dos empresários? O intelectual encerrou seu texto com a seguinte afirmação e “sem medo de contestação” que: “a História a de confirmar, que o Rio Grande, o meu berço, a minha terra natal, não pode morrer de fome, não pode desaparecer da fisionomia humana do Rio Grande do Sul”.³¹⁰

Santos, mais do que cobrar sobre o desenvolvimento da pesca no Estado, canalizava praticamente toda a demanda envolvendo as “gentes do mar”. A intensidade das ações do tribuno em torno dessas atividades; estavam o tornando muito conhecido, tanto que a partir de sua base social, surgiu a pressão política, para colocá-lo como integrante da Comissão da Pesca.

³⁰⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho e Julho de 1965, Vol. 186. p.151-153

³⁰⁹ Ibidem.

³¹⁰ Ibidem.

Após dois meses sem falar sobre o tema, e se ocupando no parlamento de assuntos atinentes ao falecimento de Lino dos Santos Neves - comerciante rio-grandino³¹¹ - de ter versado sobre os valores cristãos e do problema da crise moral “que atravessava a juventude”, o político denunciou que “o mal não estava apenas nos problemas de ordem militar, econômica e social, o mal está em nós”. Por existir, em sua opinião, “a negação das leis universais da moral, pela anarquia e agnosticismos morais”.³¹²

Em outra intervenção, reclamou da falta de vagas nos cursos de medicina e da evasão escolar no ensino fundamental.³¹³ Porém, no dia 11 de agosto, ciente de sua força política nas assertivas da pesca, apresentou o projeto referente à II Festa do Mar de Rio Grande.³¹⁴

Na primeira edição da “Festa do Mar”, realizada no ano de 1961, Carlos Santos solicitou auxílio ao governador de seu partido, PTB, Leonel Brizola, que prontamente aceitou. Embora, sem localizar os valores cedidos pelo governo, objetivando as estruturas da festa, tratou-se de um valor que possibilitou plenamente a materialidade do evento.³¹⁵

Em 1965, mais precisamente no dia 11 de agosto, ele novamente estava à frente da organização político-parlamentar da atividade e apresentou o Projeto de Lei oficializando a II Festa do Mar de Rio Grande, a ser realizada nos dias 6 a 21 de novembro, com a concessão de auxílios financeiros do Estado na base de 10 milhões de cruzeiros.³¹⁶

Para o “papareia” essa segunda Festa do Mar era: “a evocação solene da magia oceânica (...) de que o mar na sua amplitude e na sua mobilidade é a mais larga e potente expressão da terna e incessante inspiração humana para a liberdade”.³¹⁷

Justificando a apresentação de seu projeto, o proponente criticou a pouca utilização do potencial pesqueiro de Rio Grande, inclusive comparando o município a outras regiões que mesmo com menor capacidade de produção pesqueira, mantinham essa indústria em plena atividade. Informando que a Noruega garantiu grandeza e

³¹¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho e Julho de 1965, Vol. 186.p.189.

³¹² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1965, Vol. 187.p.02.

³¹³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1965, Vol. 187.p.137-138.

³¹⁴ A primeira Festa do Mar, realizada quatro anos antes, 15 a 26 de novembro de 1961, também teve Carlos Santos como proponente. Ver nesta tese o ano de 1961 e ver ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, novembro, vol. 152. p.161-162.

³¹⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, outubro, vol. 151. p.04.06.

³¹⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1965, Vol. 187.p.169-170.

³¹⁷ Ibidem, p.170.

desenvolvimento e índice econômico satisfatório por meio do pescado, que o Peru tinha transformado “sua indústria pesqueira em maior fonte de divisas do que o próprio e famoso ouro peruano que ao longo do ano constituía a principal riqueza daquele país sul americano”.

O deputado citou, no Brasil, o Estado de São Paulo, que mesmo “sem possuir as qualidades excepcionais de nossas águas” criou “uma Escola Superior de Pesca” com intuito de ensino com vistas a possibilitar pesquisas de entendimento do valor nutricional do pescado a alimentação humana.³¹⁸

Segundo o autor do projeto, poderia se investir em Rio Grande para ampliar:

O porto pesqueiro, transporte, crédito, energia, armazenamento, mercado consumidor, incrementação (sic) da pesca oceânica, melhorias das condições de industrialização, aprimoramento da capacidade de congelamento, aproveitamento de subprodutos como farinha, óleos, ovas etc. frota pesqueira de alto mar, produção de gelo e câmaras frias (...) ³¹⁹

Porém, sem descuidar das “gentes do mar”, como ele mesmo citou, sobretudo, devia-se investir:

No amparo do elemento humano com a melhoria das condições de vida dos bravos trabalhadores do mar e suas famílias, formam a gama das aspirações mais legítimas de Rio Grande como centro fabuloso de produção pesqueira no país, na ânsia de melhor servir aos impessoais interesses econômicos e sociais do Brasil e a pilastra sensitiva em que há de se estribar toda a vibração cívica e patriótica da II Festa do Mar que se aproxima (GRIFO NOSSO).³²⁰

Essas considerações, para ele, serviam de justificativa do projeto apresentado para apreciação na Assembleia. Ou seja, todos os setores, fossem esses governamentais, empresariais, industriais, técnicos, trabalhadores deveriam estar envolvidos com a Festa do Mar e, sobretudo, imbuídos e irmanados no desenvolvimento da pesca em Rio Grande, no Rio Grande do Sul e no Brasil. A Festa era para demonstrar que essa comunhão de forças, a partir de Rio Grande, poderia se tornar uma realidade.

O texto do projeto, na íntegra, foi o seguinte:

Projeto de Lei nº....
Oficializa a II Festa do Mar e Exposição Feira de Rio Grande, autoriza a concessão de auxílio e dá outras providências.

³¹⁸ Ibidem.

³¹⁹ Ibidem.

³²⁰ Ibidem.

Art.1º - É oficializada a II Festa do Mar. Exposição Feira da cidade de Rio Grande.

Art.2º - É o Poder Executivo autorizado a conceder o auxílio de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) a Comissão Organizadora da II Festa do Mar e Exposição Feira da cidade de Rio Grande.

Art.3º - Para a cobertura das despesas resultantes desta Lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) a conta da verba do código local 12.01 – Geral, Categoria Econômica 4.2.6.0 – Diversas inversões financeiras – Financiamento de Empreendimentos Industriais, do orçamento vigente.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art.5ª - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 10 de agosto de 1965.

(b) Carlos Santos.

Fonte: Anais, Agosto de 1965, Vol. 187.p.169-170.

A “II Festa do Mar” foi oficializada e fundada em conjunto com a Exposição-Feira de Rio Grande, no dia 11 de agosto.³²¹ Nesse sentido, dois dias depois de apresentar o projeto de lei citado, no dia 13 de agosto, ele envia à mesa mais um projeto, intitulado “Campanha de Valorização do Pescado”.

Sobre essa campanha, iniciou sua comunicação versando sobre a abundância de peixe nas costas brasileiras e, em especial, no Rio Grande do Sul. “Faltando apenas à aplicação de melhores métodos na arte de pescar e na distribuição mais racional e no consumo mais intenso de nosso pescado”. Após considerações, apresentou o Projeto de Lei que instituía a Campanha de Valorização do Pescado, tendo como objetivo “uma ampla divulgação das vantagens do consumo de pescado na alimentação popular”.³²²

No início de setembro, surgiu a tentativa de, a exemplo do que existia em São Paulo, fundação de uma Escola da Pesca com vistas a pesquisar sobre os problemas da pesca no Rio Grande. Porém, a escola seria denominada Escola da Marinha Mercante.

Santos havia retornado de um seminário, ocorrido na Zona Sul do Estado, sobre o desenvolvimento de Rio Grande. Em sua fala, dia primeiro de setembro, relatou que uma das pautas do Seminário foi a construção de uma Escola da Marinha Mercante na cidade; a única com um porto marítimo no Estado. Segundo o parlamentar, essa

³²¹ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 de agosto de 1965, p.

³²² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1965, Vol. 187.p.203-204.

demanda era legítima, já que advinha da lei do Fundo da Marinha Mercante, decreto aprovado pelo Congresso Nacional em setembro de 1962. Lei nº 1424.³²³

Antes de continuar a interpretar a mediação da pesca acionada pelo nosso protagonista, convém evidenciar que as “façanhas farrapas” se constituiu também como assunto do político, jamais indiferente as tradições oficiais dos “pampas”. O que se notou, inclusive, nas programações da II Festa do Mar, devido ao cinco de piquetes, representando as regiões de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, envolvidos na programação da Festa.³²⁴

Entra-se no mês de setembro de 1965, mês alusivo à “Semana Farroupilha”. Carlos Santos, membro daquela sociedade da época, não pronunciou em plenário sobre o Massacre de Porongos ou sobre a participação dos negros na guerra, muito menos a utilização de escravos pelos líderes farrapos, visto que essas situações compõem nosso contexto historiográfico atual; antes era algo silenciado, principalmente, pela história e cultura hegemônica da época.³²⁵

O intelectual negro defendendo a memória oficial e tradicional, cobrou atitudes para que se respeitassem os restos mortais de Bento Gonçalves da Silva (1788-1847), “mito farrapo”.³²⁶

Em consonância com sua fala, realizada no dia 13 de setembro, em virtude das comemorações Farroupilhas, o orador apelou para que os restos mortais do líder farrapo retornasse a Camaquã, sendo que o mesmo estava no cemitério de Rio Grande. Segundo Santos, sua presença na tribuna nesse dia era para uma “retificação histórica”.³²⁷

³²³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1965, Vol. 188.p.47.

³²⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho e Julho de 1965, Vol. 186. p.151

³²⁵ Sobre o Massacre de Porongos e a participação dos negros na Guerra Farroupilha ver MAESTRI, Mario. *O escravo gaúcho – resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1993. FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: EST, 2004. LEITMAN, Spencer. Os Farrapos negros e a política da escravidão. In *Sonhos de Liberdade, coleção Sujeito e Perspectiva*. Porto Alegre: Editora Laser Press Comunicação, p.51-69.

³²⁶ O general Bento Gonçalves foi considerado o maior líder da Guerra Farroupilha (1835-1845). Devido a esta situação foi utilizado pelos tradicionalistas para representar o civismo republicano sul-riograndense. Ações cívicas desse tipo seriam utilizadas, constantemente, por Carlos Santos, inclusive nas comemorações dos centenários de nascimento de Castro Alves e do centenário da Lei do Ventre Livre, ambas realizadas em 1971. Todavia, em nível regional, o parlamentar seguiu a tradição oficialista em relação à memória de Bento Gonçalves. Sobre o legado de Bento Gonçalves e demais líderes farrapos para a construção do imaginário sul-rio-grandense ver FILHO, Omar Barros; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (Orgs). *Sonhos de Liberdade, O legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita*. Porto Alegre: Editora Laser Press Comunicação, 2007. Para uma interpretação acurada dos pensamentos políticos de Bento Gonçalves, ver: COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA (1835-1845). AHRGS: Porto Alegre, 1985.

³²⁷ Era o reforço da tradição ao mito, realizada por Carlos Santos. Os mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses e de aspirações coletivas na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem plasmar visões de mundo e

O político recorreu:

Ao conselho municipal das festividades farroupilhas de Porto Alegre e ao Conselho Municipal de Turismo da capital, a correção de que os restos mortais de Bento Gonçalves estejam no Cemitério Cordeiro de Camaquã, sendo que o mesmo encontra-se em Rio Grande, desde 1901. O historiador Alfredo Ferreira Rodrigues e o intendente municipal, Conrad Muller Campos fizeram o traslado para a cidade marítima. O município de Rio Grande guarda essa relíquia.

Com os pensamentos voltados para “Semana Farroupilha”, o parlamentar retornou à tribuna no dia posterior, para verbalizar, primeiro sobre uma alarmante enchente que estava ocorrendo em todo o Estado do Rio Grande do Sul, em especial no Rio Grande.³²⁸

Por coincidência, nesse mesmo dia seria votado o projeto de lei apresentado por ele para a instituição da “Campanha de Valorização do Pescado”. O projeto de Lei nº 186/65 - de autoria de Carlos Santos - foi discutido e aprovado no dia 14 de setembro.³²⁹ Estava fundada a “Campanha”.

Com sua proposta aprovada, mesmo sem ter sido convidado para participar da Comissão do Governo sobre o tema da pesca, certamente, o parlamentar conseguiria ingressar no grupo de trabalho que vinha desenvolvendo estratégias para a indústria da pesca e de seus segmentos.

Em 16 de setembro, com seu Projeto aprovado, Santos disse da tribuna que tem lutado pelo problema da pesca e da indústria pesqueira do Rio Grande do Sul. Afirmou, também, “que tem agido pelo aproveitamento do fabuloso potencial de pesca que dispomos no Brasil”. E finalizou com a seguinte frase: “felizmente os poderes públicos, agora, estão preocupados com o problema da pesca no Brasil”. Essa assertiva demonstrava o reconhecimento do orador ao projeto da Comissão de Agricultura e Pecuária, nº 115/65.

Todavia, como não foi convidado para compor a comissão que desenvolveria o tema, evidenciou-se seu protagonismo, pois falou “com singular ostentação e sincero agradecimento a aprovação unanime que mereceu nesta casa” o seu projeto de lei, ou em consonância com suas palavras: “o meu projeto de lei”.³³⁰ Ou seja: o político

modelar condutas. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas - O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

³²⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1965, Vol. 188.p.145.

³²⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1965, Vol. 188.p.155.

³³⁰ Ibidem.

amalgamou os anseios da pesca e protagonizou sua própria ação na fundação da lei nº 186/65, de sua autoria.

No dia 23 de setembro, o parlamentar discursou sobre um ofício enviado pelos pescadores da Colônia Z3, de Pelotas “aplaudindo a aprovação do Projeto de Lei que instituiu a campanha de valorização do pescado”.³³¹ Essa carta representava o reconhecimento dos pescadores ao seu legítimo tradutor político.³³²

As necessidades dos pescadores dessa colônia eram as mesmas cobradas por Santos para o desenvolvimento da pesca: melhora da produção, acondicionamento ou a melhora no congelamento e a distribuição de pescado e de seu transporte.

Aliás, o transporte e os deslocamentos de produtos da Zona Sul para a capital do Estado, e vice-versa, tinham problemas. Não somente nas questões da pesca, mas também em outras demandas. Nesse sentido, o orador reclamou em nome do “Rotary Club Rio Grande Litoral” sobre a demora no envio de gás a região Sul do Estado. Ele acusou que “o gás liquefeito chega de navio ao Porto de Rio Grande, vai a Porto Alegre para ser carregado em botijões e retorna, após 30 horas, via rodovia para Rio Grande. O que encarecia o custo do botijão”.³³³

Devido a essa situação, das dificuldades enfrentadas com os deslocamentos dos materiais que saíam dos navios e eram transportados, após, por vias terrestres; no dia 6 de outubro, o político participou ao plenário sobre a necessidade de melhorar o sistema rodoviário da Zona Sul do Estado. Em especial, no melhoramento da estrada Santa Isabel, por sua função socioeconômica. Pois, estabelecia uma ligação direta do Porto Marítimo de Rio Grande com os municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Herval e Pedro Osório.

Percebeu-se que o problema da escoação de produtos era um mal que atingia diretamente a econômica da Zona Sul do Estado e, conseqüentemente, a economia do Rio Grande do Sul de uma maneira abrangente. Mas, como estava indo a Campanha da Pesca proposta por Carlos Santos?

³³¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1965, Vol. 188.p.276-277.

³³² Berstein (2003, p. 60-61) ensina que a realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano e o campo político, à esfera do discurso e das representações especulativas, e que não existe passarela natural entre as duas. É nesse espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, para articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. A mediação política assume a tradução. Carlos Santos seria o tradutor político dos pensamentos das identidades dos pescadores artesanais e do grupo negro junto ao PTB, e desse, junto ao Estado.

³³³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1965, Vol. 188.p.283.

Carlos Santos discursou, no outro dia, 7 de outubro, sobre a campanha da pesca que, “por força de sanção governamental”, teve o nome alterado. A “instituição da Campanha de Valorização do Pescado decretada pela Assembleia Legislativa no dia 16 de setembro como Lei nº 186/65 transformou-se em Lei nº 5.048”.

Sem demonstrar descontentamento, o político citou que o Estado daria o vigor que a campanha necessitaria, sem eximir os setores privados diretamente vinculados às atividades pesqueiras. E concluiu que:

(...) a imprensa, o magistério, as instituições militares, os sindicatos de classes, as donas de casa, o povo, enfim, todos estão convocados para a campanha (...) vamos contar com os pescadores da Colônia, para ensinar o povo a comer peixe.³³⁴

Provavelmente, ciente da força do poder exercido pelo Executivo sobre o Legislativo, o político aceitou sem ressalvas as alterações, até porque as diretrizes do projeto original seriam plenamente, segundo o próprio parlamentar, contempladas.

No dia 27 de outubro foi decretado por Castelo Branco, o Ato Institucional nº 2, instituindo o bipartidarismo no país. Para Eder Sader (1982, p.155), essa ação foi motivada pela contradição interna do governo Castelo, derrotado nas eleições diretas para governadores. Era a resistência de setores civis contra a ditadura. Era o general seguindo “a reação da ‘linha dura’, que prevalecia nos quartéis”.³³⁵

Com o AI-2, as eleições foram marcadas para o final do ano. Foram criados os partidos da Aliança Renovadora Nacional - ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Carlos Santos, como foi narrado no primeiro capítulo, ingressou nos quadros do MDB, que era oposição. O governador do Estado, Ildo Meneghetti, PSD, nesse período, incorporou os quadros da ARENA, o partido do governo.³³⁶

Conforme Cláudio Pereira Elmir:

³³⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro de 1965, SV. p.73.

³³⁵ Eleições dos governos de oposição Com a vitória da oposição nas eleições em cinco estados do país, mais notadamente as de Israel Pinheiro, em Minas Gerais, e Negrão de Lima, na Guanabara, os militares avançaram com a repressão.

³³⁶ Para garantir o controle eleitoral e sua hegemonia política, os militares baixam o Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965, publicado por Castelo Branco suspendendo a Constituição de 1946, a democracia e as eleições diretas para cargos executivos e legislativos. Para os militares linhas duras e constitucionais, era preciso privar o eleitorado de escolher seus representantes. Todos os partidos políticos seriam dissolvidos. A eleição presidencial de 1966, assim como as eleições para presidente, legislativos estaduais e governadores seriam indiretas. Houve aumento dos juizes federais a fim de controlar a libertação de prisioneiros políticos. Esse Ato permaneceria em vigor até o dia 15 de março de 1966. Ver SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castello. São Paulo: Cia das Letras, 2009.p.356-358.

Com o estabelecimento do Ato Institucional n. 2 (27 de outubro de 1965), que consumou o fim do sistema multipartidário no país e a criação de um regime bipartidário, o MDB aglutinou boa parte das forças de oposição ao Regime Militar. Em contrapartida, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) congregava os representantes do sistema (ELMIR, 2005, p.18).

No entanto, Sader (1982) alerta-nos para a função das Forças Armadas, teorizada por ele como sendo o “único partido real da sociedade”. Ainda nas palavras do pesquisador:

No caso brasileiro, o partido do governo (a Aliança Renovadora Nacional, ARENA) é apenas uma fachada civil que mal esconde o verdadeiro núcleo das decisões políticas: o alto comando das Forças Armadas. Quanto ao partido de oposição (O Movimento Democrático Brasileiro, MDB), sua função é a de legitimar a ditadura, dando a imagem de um país no qual reina o pluralismo partidário. As vias de acesso ao poder e mesmo o exercício de funções elementares de um partido de oposição lhes estão interditadas ou reduzidas à sua mínima expressão. (SADER, 1982, p.165-166).

Carlos Santos, agora, vinculado aos quadros do MDB, traduzia as demandas da pesca e de sua região natal, Rio Grande, por meio de possíveis negociações dentro dessa situação política, que resultaram, inclusive, na institucionalização da Festa do Mar de Rio Grande, realizada em sua segunda edição. A primeira foi realizada em novembro de 1961, ainda com apoio de Brizola e, do então presidente, João Goulart. Todos do partido de Carlos Santos na época, PTB, como se observou no capítulo anterior desta tese.³³⁷

Acredita-se que essa festa somente teve apoio devido à atenção dada pelos militares à indústria da pesca, considerada em 1967, como indústria de base. No entanto, a situação dos pescadores artesanais ainda era uma incógnita. Não pela tradução de Carlos Santos, que permanecia presente, mas, de fato, quanto ao que estava realmente sendo feito pelo poder político e econômico para alterar o quadro de desamparo vivido por aqueles trabalhadores.

Retornando aos discursos do parlamentar e as suas ações em prol das “gentes do mar”, com recurso de 10 milhões de cruzeiros e com a programação pronta, no dia 5 de novembro, Carlos Santos assinalou o início da II Festa do Mar de Rio Grande a se realizar “no dia de amanhã”, 6 de novembro de 1965.

Para o tribuno, a festa demonstraria a capacidade produtiva da região, sendo considerado também evento atrativo do calendário turístico de Rio Grande. Na

³³⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1961, vol. 152. p.161-162.

atividade, estava prevista a participação da unidade da Imperial Marinha de Guerra Britânica.³³⁸

Essa atividade, pela segunda vez organizada, teve como protagonista Carlos Santos e reuniu setores culturais, econômicos e sociais do Estado. Todos envolvidos com o tema do mar, no intuito de projetar de vez essa produção, para que todos de certa maneira pudessem sair ganhando. Desde as indústrias até a família do pescador.³³⁹

De 6 a 21 de novembro, Rio Grande esteve em festa, com duas semanas de sucesso. Salienta-se que a festa unificou todos os segmentos que tinham nas lides do mar sua sobrevivência.

Inclusive, membros da Comissão da Agricultura e Pecuária, que, como vimos, não convidaram o deputado Carlos Santos para integrar o grupo, ao final também foram lembrados por Santos. Pois, no dia 23 de novembro, em sua comunicação, agradeceu os organizadores da II Festa do Mar de Rio Grande e a outros deputados pela presença, entre eles: Arlindo Kunzler, Alfredo Hofmeister e o secretário de Agricultura Adolfo Fetter, responsável do poder Executivo nos estudos da Comissão da pesca do Estado.

O parlamentar também agradeceu os diretores da empresa “Pescal”, de Rio Grande, a qual atuava no segmento agroindustrial envolvendo o uso da tecnologia do frio na indústria do pescado. A empresa também desenvolveu, em 1941, um trabalho com a indústria pesqueira, por meio da permanente atualização das técnicas de pesca tanto artesanal quanto de alto mar.³⁴⁰ Tornando-se importante aliada na campanha da pesca.

Segundo os relatos discursivos de Carlos Santos, os participantes da festa puderam acompanhar a maravilhosa pesca do “arrastão”, surpreendendo “os nossos bravos pescadores da faina (...) deslumbrados com aquela fabulosa riqueza (...) que as largas redes traziam do mar para empilhar sobre o branco areal da praia”. E mais adiante falou:

Depois a frota de caminhões, tiveram os nobres deputados e seus dignos acompanhantes a nítida ideia do que representa este importante setor de atividade rio-grandina e do quanto racionalmente explorado, poderá ele, de fato influir na grande batalha contra a fome, e de modo especial, contra as malefícios de nosso subdesenvolvimento econômico.³⁴¹ (GRIFO NOSSO).

³³⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.36-37.

³³⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.170.

³⁴⁰ Sobre a Pescal S/A, ver: <http://www.pescal.com.br/localizacao.htm/> Acesso em 10 de março de 2014.

³⁴¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.170.

Entende-se que as Festa do Mar reunia atividades de entretenimento, entretanto, com os negócios. Mas a principal delas sem sombra de dúvidas era dar visibilidade para o desenvolvimento da pesca junto a políticos, empresários, pescadores, cidadãos sul-rio-grandenses, brasileiros e até de ingleses, pois participaram com sua Marinha. Com isso, o potencial marítimo de Rio Grande estava sendo amplamente visibilizado. E, pela sua capacidade, poderia sim, desenvolver a economia rio-grandina e sul-rio-grandense, acabando de vez com a fome dos seres humanos necessitados.

A II Festa do Mar teve interesse econômico por parte dos militares já que era o período de recuperação do sistema produtivo, que “previa créditos ao setor privado para combater os déficits do Estado”. Outro fator era a aceleração da concentração capitalista, já favorecida pela revogação das remessas de lucros e a apropriação de novos setores do aparelho produtivo (SADER, 1982, p.156), entre eles, o setor pesqueiro.

Mas, Carlos Santos acreditou, em nosso entendimento, que mesmo sendo um período de recessão e de concentração monopolista, existiam condições reais de se inserir as novas demandas, melhorias sociais a favor das “gentes do mar”.

Em sua intervenção realizada no dia 26 de novembro de 1965, o tribuno homenageou o Mestre Jerônimo, jangadeiro que na companhia de Jacaré viajou os mares brasileiros para reivindicar melhores condições aos pescadores.³⁴²

Atualmente, no município de Rio Grande, ao atravessar a Avenida Getúlio Vargas, localizada na cidade, próximo ao Hospital da Santa Casa, localiza-se a Rua Mestre Jerônimo. As façanhas desse jangadeiro, que duas vezes rumou do Ceará para os mares do sul do Brasil, e que se acompanhou no segundo capítulo desta tese, hoje dão nome a uma rua que desemboca no Oceano Atlântico, em que ao seu final torna-se possível observar o imponente Porto Marítimo da cidade.³⁴³

Contudo, ao localizar a homenagem de Carlos Santos à memória do pescador, comprovam-se as relações históricas, bem como o conhecimento do parlamentar, sobre as demandas dos jangadeiros cearenses. Era a comprovação histórica da relação entre esses dois homens por meio do discurso, sendo sua memória guardada no tempo e no

³⁴² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.226.

³⁴³ Dados publicados pelo O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no estudo “Portos Brasileiros 2009” demonstra o ranking, a partir da Área de Influência, Porte e Valor Agregado Médio dos Produtos Movimentados. O Porto de Rio Grande ocupa a quarta posição, atualmente, no volume de movimentações econômicas do país, com 13.265,23 milhões de dólares. O primeiro é o de Santos – SP (65.380,03), segundo o de Vitória – ES (17.087,30) e o terceiro é o de Paranaguá – PR (16.553,17). Fonte: <http://www.brasilcomex.net/integra.asp?cd=3453>. Acesso em 07 de ago. 2014.

espaço ocupado por Carlos Santos. Era o (re) conhecimento do parlamentar as lutas das “gentes do mar” do Brasil.

Segundo Carlos Santos, da tribuna:

Os jornais de ontem abriram as colunas para o comovido destaque do desaparecimento de Mestre Jerônimo, o velho jangadeiro dos verdes mares de Iracema. É o desfecho cruel daquela homérica porfia que o rude pescador ao longo de sua legendária existência, contra as ondas indômitas e bravias que sempre se curvaram diante da grandeza incomensurável do fabuloso titã, mas que sobre ele, no entanto, exerciam incoercível fascínio (...).³⁴⁴

A admiração de Carlos Santos pelo jangadeiro Jerônimo, que em duas ocasiões atravessou o Oceano Atlântico do nordeste ao Rio de Janeiro (1941) e depois do nordeste ao Rio Grande do Sul (1951), como foi acompanhado, era praticamente a mesma que o tribuno demonstrou em discursos anteriores para as figuras de José do Patrocínio, Marcílio Dias, João Cândido, Getúlio Vargas etc.³⁴⁵ Porém, se tratava de um mero, mas valente pescador. Diante disso, pode-se compreender o valor simbólico que Santos dispensava ao líder Jangadeiro e as representações das “gentes do mar”.

Mas em algum momento de sua vida, Carlos Santos, teria mantido contatos com Mestre Jerônimo e os jangadeiros do Ceará? No discurso, vislumbrou a passagem dos mareantes por Rio grande, em 1951, antes de rumarem à Argentina. Não, infelizmente, eles não prosearam. Todavia, como um cronista, Santos, disse que viu o pescador por ocasião da passagem dele pelo mar de Rio Grande.³⁴⁶

³⁴⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.226.

³⁴⁵ Os discursos que Carlos Santos citou José do Patrocínio, ver: ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 24/09/1959, p.423-425. Em pesquisas no jornal “O Exemplo”, José Antônio dos Santos (2011) localizou a “Liga de Futebol José do Patrocínio”, formada por negros do Estado que circulavam diversas regiões para a prática esportiva e a disputa do certame. O “S. C. Rio Negro”, que representava a comunidade negra da cidade de Rio Grande, tinha sido fundado em 16 de janeiro de 1919, sendo localizado entre os seus dirigentes Carlos da Silva Santos, com apenas quinze anos de idade (SANTOS, 2011, p.189-180). Ou seja, se José do Patrocínio era o nome da liga pode-se entender que essa personagem era respeitado não somente por Carlos Santos, mas pela comunidade negra rio-grandina. Quanto aos discursos pronunciados por Carlos Santos sobre João Cândido, ver: ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, junho, p.496-497; ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 24 de Setembro, p.423-425. Sobre Vargas, no dia 24 de agosto de 1970, Carlos Santos disse em plenário: “o imortal presidente (...) reformador social, operou milagres de harmonizar os fatores da produção sem recorrer à luta ou à supremacia das classes”. Ver: ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1970. Vol. 238, p.185-187.

³⁴⁶ Na ocasião em que passaram pelo Rio Grande do Sul, os jangadeiros cearenses seguiram seu *raid* até Buenos Aires, Argentina, consolidando ainda mais seu feito de terem saído do Ceará rumo ao litoral. Ver ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.226. Entretanto, as fontes sobre o *raid* dos pescadores a Buenos Aires, além desse discurso de Carlos Santos, ainda não foram localizadas.

Os possantes e majestosos molhes de nossa barra, tão justamente respeitados e temidos pelos nautas mais experimentados, curvaram-se humilhados para dar passagem àqueles grosseiros troncos de ipê (sic), impulsionados pelos ventos sulinos que bojavam o pano rústico da vela que mais parecia um estandarte flutuoso das reivindicações angustiantes dos pescadores do Brasil. Diluído na multidão que aplaudia deslumbrada e comovida o espetáculo inédito e soberbo daquelas cinco figuras másculas, impávidas, eretas sobre aqueles paus soltos no mar, dando a impressão nítida de que vinham milagrosamente caminhando sobre o dorso nu e imenso das vagas escarpeladas do oceano (...) eu vi o povo banhado de lágrimas no seu entusiasmo, cobrindo de flores o Mestre Jerônimo e seus valentes companheiros de tão arriscada jornada. (GRIFO NOSSO)³⁴⁷

Ou seja, o protagonista discursivo desta tese afirmou que “diluído na multidão viu mestre Jerônimo e os jangadeiros”. Nessa outra passagem discursiva, tem-se o significado do jangadeiro para o líder e tradutor político das demandas da pesca do Rio Grande do Sul, Carlos Santos:

Quase septuagenário, ele (Jerônimo) encarnava toda a bravura indizível dos nossos homens do mar e nas intermitências de sua luta estoica contra as agruras tosca de sua profissão e as vicissitudes da vida marginal, sublimava-se como autêntico líder dos pescadores do Brasil (...) que extravasou as fronteiras pátrias e transformou o velho lobo marinho num símbolo genuíno das mais castiças virtudes dos nossos bravos irmãos que vivem do mar e para o mar (GRIFO NOSSO).³⁴⁸

Para o tribuno, Mestre Jerônimo era um líder, um símbolo genuíno das virtudes das “gentes do mar”. No decorrer do discurso, narrou o *raid* dos jangadeiros que, conforme se viu, agitou as instâncias sociais na luta por seus direitos.

Santos disse que “muita gente no Ceará não crê na sua morte e aguarda que ele reapareça do fundo do mar para descrever mais uma de suas incríveis façanhas”. Mas ao final de seu discurso o parlamentar advertiu que:

O Jornal do Brasil ressalta que mestre Jerônimo, aos 70 anos de idade, doente e encanecido, a serviço da pesca, jogara-se, assim mesmo ao mar com outros dois companheiros numa jangada, considerada, perigosa para apanhar comida aos seus filhos e esposa que há dois dias não se alimentavam”.³⁴⁹

Segundo o parlamentar, repetindo as angústias de seu discurso, pronunciado no ano de 1959 (CORREIO DO POVO, SANTOS, 1959, p.12), quando iniciou sua prática política a favor da pesca, enfatizou novamente depois de seis anos a “necessidade da

³⁴⁷ Ibidem.

³⁴⁸ Ibidem.

³⁴⁹ Ibidem.

efetiva execução de uma política de real assistência social aos pescadores a sua família”. Ou, como ele salientou, que o “sacrifício e a tragédia do bravo jangadeiro cearense possam marcar o início de uma nova era de amparo efetivo e real assistência à heroica comunidade de pescadores do Brasil”.³⁵⁰

Além da assistência social, o parlamentar pretendia resolver os problemas de segurança marítima dos pescadores quando em alto mar. Segundo ele, “os desastres marítimos na costa de Rio Grande poderiam ser evitados”. Pois: “a pesca em alto mar não pode permanecer traduzindo temerária aventura”.

Devido a isso, o político sugeriu a instalação de um rápido serviço de socorro com a presença de helicópteros, aviões anfíbios e barcos de urgente socorro, para, se necessário, socorrer rapidamente as “gentes do mar”.³⁵¹

Seguindo sua linha discursiva em torno do desenvolvimento racional da pesca (em que a escoação e a exportação do produto, em grande quantidade, teria que se fazer de maneira planejada, com dragagem da região para acolher navios de porte), seus dois últimos discursos foram selecionados, de certa forma, com contribuição em torno da aquicultura, pois vislumbraram o aperfeiçoamento técnico da região para atender a potencial demanda comercial.

Para Santos, o problema da barra de Rio Grande era sua capacidade. Segundo seus pensamentos, para melhorar o escoamento da produção era necessário a “intensificação de importantes serviços de dragagem do porto e barra de Rio Grande (...) com vistas à competitividade nacional e internacional, dificultada em virtude da capacidade de carga”. Portanto o porto deveria aguentar, para o desenvolvimento da região, navios de grande porte.³⁵²

Além dessas constatações, voltadas para o desenvolvimento industrial, a Assembleia votou nesse mesmo dia, 30 de novembro, a prorrogação da “Campanha de Valorização do Pescado”, que teve como protagonista o deputado Carlos Santos. O relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Cândido Norberto deu parecer favorável à prorrogação da campanha, destacando:

A divulgação sobre as vantagens de maior consumo de pescado na alimentação popular, com esclarecimentos sobre o valor dietético do peixe, seu alto poder nutritivo, facilidades de aquisição e variações culinárias que oferece ainda abrir o debate sobre os problemas socioeconômicos da

³⁵⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.226.

³⁵¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.257-259.

³⁵² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 30 de Novembro de 1965, Vol. 119. p.269-270

comunidade pesqueira e a necessidade de integração do pescador em nível de vida elevado.³⁵³

A campanha garantiria as ações de Carlos Santos bem como as fundações de projetos e regulamentos sobre o desenvolvimento da pesca e na melhoria da vida prática dos pescadores no Estado.

O seu último discurso desse ano, selecionado aqui como sendo referente à pesca, proferido no dia 7 de dezembro, muito tinha a ver com o anterior, em virtude da escoação da produção da região, já que era um “apelo às autoridades sobre as péssimas condições de preservação da BR-2, que liga a cidade de Pelotas ao porto marítimo de Rio Grande”.³⁵⁴

Em matéria publicada no “Jornal do Brasil”, a matéria de título: “Pescadores vivem ao abandono no Sul, sem apoio da SUDEPE”, a matéria de autoria de Eugênia Sande Peres, retificava para o centro do país o que Carlos Santos reconhecia pessoalmente, em contatos com os pescadores do Estado.³⁵⁵

O jornal informava por meio de uma pesquisa efetuada por Eugênia Sande Peres, que mais de 20 mil pescadores viviam em condições precárias no Rio Grande do Sul. “Desde as ilhas do Guaíba, em Porto Alegre, até as margens da Lagoa Mirim e dos Patos, como em Pelotas, Rio Grande, São Lourenço e São José do Norte”. Segundo o Jornal:

Estudos da economista Eugênia Sande Peres, do Rio de Janeiro, que efetuou pesquisas sobre os pescadores gaúchos, sendo que seu levantamento atinge 622 quilômetros da orla marítima do Estado. Nesse trabalho, a pesquisadora visitou diversas colônias de pescadores, tendo colhido as mais diferentes informações sobre o problema (...).³⁵⁶

Eugênia Sande Peres, conforme reportagem, informou que:

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca que em 1965, recebeu uma verba de CR\$ 5 bilhões, esqueceu os pescadores gaúchos e as empresas de pesca. Nada é feito no plano assistencial e os que vivem da pesca passam

³⁵³ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 01 de dezembro de 1965. *sp.*

³⁵⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1965, Vol. 119. p.62-63.

³⁵⁵ A Assistente Social Eugênia Sande Peres, era conhecida por pesquisar a vida dos pescadores brasileiros de outras regiões do Brasil. Em matéria publicada no Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro no dia 23 de maio de 1965, a pesquisadora denunciou a penúria a que estavam sujeitos os pescadores do Caju, na cidade do Rio. Ela pesquisou com seus alunos, no mês de maio de 1965, Zonas de Pesca do Rio de Janeiro e do antigo Estado da Guanabara, concluindo que esses trabalhadores viviam em estado primitivo. CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1965, p.12.

³⁵⁶ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1965, p.29.

nove meses de cada ano em condições subumanas, acampados com suas famílias em locais sem quaisquer condições de salubridade (...).³⁵⁷ (GRIFO NOSSO).

Sobre a família do pescador e os líderes das colônias, em específico da Ilha da Pintada, que se beneficiava de relacionamentos obscuros bem como do trabalho da maioria dos pescadores, a economista salientou:

Geralmente a família do pescador é numerosa e ele vive com esposa, filhos, genros, noras e netos. A média é de 15 pessoas para cada pescador, sendo todos analfabetos (...). Na colônia Z-5, na Ilha da Pintada, o presidente é inoperante e exerce o cargo há 18 anos. Acomodado financeiramente, tem automóvel e banca de peixe no Mercado Público de Porto Alegre.³⁵⁸ (GRIFO NOSSO).

Quanto aos seus direitos trabalhistas, a pesquisadora afirmou:

Na vida funcional do pescador, não há lugar para a legislação trabalhista e ele desconhece qualquer garantia que a lei assegura aos trabalhadores. Não há qualquer sistema de prevenção contra acidentes e 99 por cento dos pescadores não descontam IAPM (...). Este estudo serve para dar uma ideia da falta de atenção com que vive o pescador do Rio Grande do Sul, cuja costa é a mais piscosa do mundo. Às vezes, mesmo com a falta de bons barcos, os peixes são apanhados a toneladas, mas por falta de câmaras frias e frigoríficos, o pescador tem de jogar fora o produto de seu trabalho, porque as empresas de pescado negam-se a pagar um preço justo.³⁵⁹ (GRIFO NOSSO).

Saberia a pesquisadora da luta e da representação política dos pescadores, que por meio de Carlos Santos cobrava o poder público em torno dos problemas por ela elencados como assistência à família do pescador, líderes de colônias justos e solidários e suas cobranças dos direitos trabalhistas? Por outro lado sabia Carlos Santos da liberação de 5 bilhões de cruzeiros da SUDEPE para a demanda da pesca e que esses recursos não chegavam às empresas e às colônias?

Quanto à primeira dúvida, não foram localizados, no momento, contatos entre a economista Eugênia Sande Peres e Carlos Santos. Em contrapartida, sobre o conhecimento do político sobre os recursos destinados da SUDEPE para a atividade da pesca, provavelmente, o mesmo tinha ciência. Pois, ele, na companhia de 22 deputados, garantiu promover, junto à opinião pública, no próximo ano (1966), a importância da pesca para o desenvolvimento da economia do Estado.

Nesse ano, após sua constante participação junto a políticos, empresários e as bases sindicais de pescadores e estivadores, Carlos Santos conseguiu seu objetivo:

³⁵⁷ Ibidem.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ Ibidem.

fundar uma Comissão Especial, em que ele estivesse diretamente envolvido, para estudar, discutir, analisar e apresentar sugestões sobre o problema e o desenvolvimento da pesca no Estado.³⁶⁰ A Comissão da pesca entrou em recesso parlamentar no mês de dezembro.³⁶¹

A Assembleia Legislativa organizou, a requerimento do deputado Carlos Santos, uma Comissão Especial para o Estudo do Problema da Pesca em nosso Estado, que prosseguiu seus estudos no recesso parlamentar, a fim de apresentar ao plenário, em meados de 1966, as suas conclusões. Era por meio desses estudos que viriam os financiamentos da SUDEPE.

A Comissão tinha, como uma de suas metas, criar cooperativas de pescadores para que esses pudessem receber recursos, sendo um dos responsáveis por essa missão Carlos Meira, do Serviço de Pesca da Secretaria da Agricultura. Carlos Santos disse: “ao Sr. Meira que o grande trabalho da SUDEPE seria primeiro fazer com que o pescador readquirira a confiança na cooperativa, já que ocorreram fatos que prejudicaram seu conceito”. Teriam sido esses fatos desvio de recursos ou a aplicação dos recursos iam para investimentos empresariais? Independentemente do que ocorreu, a Comissão da Pesca continuaria firme em seus trabalhos no ano de 1966.³⁶²

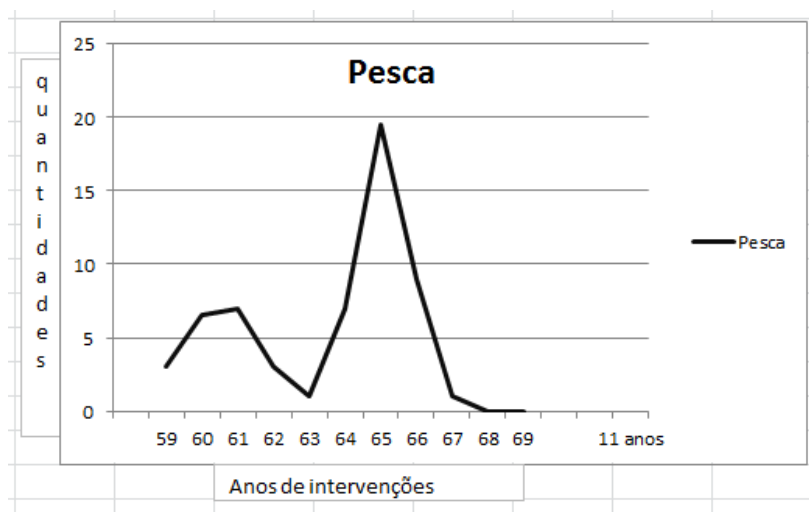
Para uma análise mais geral das ações políticas de Carlos Santos, entre as suas legislaturas, (1959-1967) e no que tange às assertivas do desenvolvimento da pesca, apresenta-se o gráfico abaixo.

Gráfico III - Intervenções sobre “as gentes do mar” efetuadas por Carlos Santos (1959-1968)

³⁶⁰ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 23 de dezembro de 1965. *sp.*

³⁶¹ Em virtude dos sucessos atingidos a Comissão Especial da Pesca retomaria seus trabalhos no mês de maio de 1966. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.52.

³⁶² CORREIO DO POVO, Levantamento de dados sobre o problema da pesca. Porto Alegre, 04/01/1966.*sp.*



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Voltando ao início do ano de 1965, agora, para analisar sobre as questões negras identificadas em Carlos Santos na tribuna, o político proferiu nesse ano somente três discursos e meio, sendo essa metade, como já esclarecido anteriormente, em virtude de ele ter verbalizado em um único discurso os temas da pesca e da identidade negra, concomitantemente.³⁶³

No entanto, mesmo sendo apenas três discursos e meio, esses foram denunciadores e preocupantes na visão do intelectual negro, pois ia contra os preceitos de um país “democraticamente construídos pelas três raças: índios, negros e brancos”. Ideologia que ele era adepto, e que considerava a “gênese de nossa unidade”.³⁶⁴ Santos, com tristeza e revolta, subiu à tribuna, no dia 4 de fevereiro, para - como primeiro orador inscrito - denunciar os “estúpidos inimigos da nação” da cidade de Pelotas-RS, por não terem permitido a entrada de Francisco de Paula Soares, vereador da cidade, e de mais dois amigos negros no Clube Oásis Praia Club, pois como disse:

Venho hoje a minha tribuna sob impulso de um sentimento de um misto de tristeza e revolta para verberar a estupidez dos ‘pruridos racistóides’ dos proprietários dos “Oásis Praia Club” situado no Balneário Balverde, na fidalguia, democrática e hospitaleira terra pelotense. Noticiou a Zero-Hora, de ontem que o Vereador Francisco de Paula Soares, figura destacada na Câmara Municipal e dos meios comerciários de Pelotas, teve, com mais dois

³⁶³ Situação em que Carlos Santos verbalizou sobre “o negro imortal que foi Marcílio Dias e a Marinha do Brasil”. Ver ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.183-184.

³⁶⁴ Sobre a ideologia da democracia racial e as impressões do político por esta ideologia ver: consultar os ANAIS de maio de 1960, p.266-267, os ANAIS de 19 de outubro de 1962, 161, p.25 e os ANAIS de Maio de 1963. Vol. 175. p. 186-189.

amigos sua entrada proibida naquele clube pura e simplesmente pela coloração pouco clara de sua epiderme.³⁶⁵ (GRIFO NOSSO)

Nota-se que Francisco Soares era vereador, portanto com condições econômicas para frequentar o Clube. Carlos Santos acreditava muito que com as questões econômicas estabelecidas, poucas possibilidades restariam aos problemas raciais. Mas acredita-se que depois desse episódio, ele notaria mais uma vez que os “pruridos racistoides” era para além das questões econômicas. Seguindo sua intervenção:

Ocorre que o referido edil e seus companheiros adquiriram os ingressos que lhes foram vendidos por outro vereador, para um churrasco no domingo último, naquele clube praiano. Ao se apresentarem, porém, no local de reunião, o porteiro e vice-presidente da entidade num gesto revoltante de requintado racismo alegaram que a entrada ali era vedada a pessoas de cor, embora portadoras de ingresso cujo valor entretanto, não lhes foi devolvido (...) o vereador e seus amigos levaram o caso aos tribunais a fim de que os donos do clube arianófolo respondam perante a justiça (...)³⁶⁶

Na realidade o que deixava o tribuno abatido eram as pessoas que insistiam com a “baba peçonhenta do seu racismo atingir o brasilianismo, a unidade espiritual da pátria comum”. No plenário seguiu:

Tristeza e revolta, disse de início, porque realmente, é de se lastimar que justamente Pelotas, a heráldica Princesa do Sul, cujos foro do progresso e civilização, cultura e brasilidade, oferecem ressonância sem par no elenco das aspirações nacionais, aspirações que em seu conjunto sócio-histórico-político ergueram dentro do novo mundo, nas terras abençoadas de Santa Cruz, as pilastras da mais soberba democracia racional (sic) de todo mundo: que justamente Pelotas tenha sido escolhida pelos novos senhores do engenho do Clube Balverde, para se poluir com a baba peçonhenta de seu racismo atávico, antibrasileiro e sobremodo nocivo à unidade espiritual da pátria comum.³⁶⁷

O deputado Osmar Lautenschleiger do Movimento Trabalhista Revolucionário (MTR) solicitou a palavra, consentida por Carlos Santos, e disse:

Receba V. Exa. A solidariedade da Bancada do MTR ao seu pronunciamento de repúdio a essa manifestação de racismo ocorrida na cidade de Pelotas. E duplamente constrangedor, que isso aconteça, no momento em que nos Estados Unidos, onde o racismo é problema muito sério se trava a luta gigantesca que tem como figura heroica, essa figura ímpar de Martim Luter King, na sua luta contra o racismo, já preso no terceiro dia.³⁶⁸

Após, o consentimento, Carlos Santos agradeceu e retomou a palavra:

³⁶⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.273-274.

³⁶⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.273-274.

³⁶⁷ Ibidem.

³⁶⁸ Ibidem.

Revolta porque o gesto infeliz dos racistóides do “Oásis Praia Clube”, denuncia desde logo a intenção doentia de transplantar para terras livres, deste fabuloso e predestinado Brasil, a triste ambivalência do Alabama, onde a figura ciclópica e apostolar de Martir Luther King. Prêmio Nobel da Paz em 1964, se agiganta e se sublima mesmo dos cárceres de selma tal qual um novo José de Arimatéia, como diria alguém, ajudando o negro americano descer do cativo moral (...) (GRIFO NOSSO).³⁶⁹

Para Carlos Santos as pessoas racistas não eram identificadas com o Brasil, pelo contrário. Essas pessoas queriam, sim, trazer esse problema para o país. O parlamentar reconhece o racismo violento dos Estados Unidos, inclusive identificando na figura de Martir Luther King um incansável líder social e espiritual na luta pelos direitos dos negros norte-americanos.

Porém, nesses discursos, novamente, evidencia-se que a qualidade do relacionamento racial vivenciado no Brasil, emitida por Santos e defendida pelos defensores de nossa brasilidade, entre esses ele próprio, era insistentemente comparada à violência racial norte-americana ou sul-africana.³⁷⁰ Sendo defendida nossa harmonia racial independentemente do partido político em que o parlamentar fosse correligionário, a exemplo de Osmar Lautenschleiger, do MTR.

Essa constatação foi reforçada pelo discurso realizado no dia 22 de março de 1965, em que - em plena Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética - nosso personagem elogiou os avanços da conquista espacial comunista e criticou, veementemente, o racismo norte-americano, já que informou aos seus pares que:

Enquanto Moscou anuncia os primeiros passos humanos no caminho das estrelas nas terras conturbadas do Alabama milhares de negros lutam pelos direitos civis sob a liderança de Martin Luther. São dois acontecimentos, um contraste. No mundo materialista a ciência progride, nos arraiais da espiritualidade a civilização regride e decepciona (...).³⁷¹

Mesmo criticando os racistas norte-americanos ele mantinha as suas atenções às situações cotidianas dos negros sul-rio-grandenses, que, embora devessem causar instigações nos pensamento do deputado, para ele eram casos esporádicos ou pruridos.

³⁶⁹ Ibidem.

³⁷⁰ Conforme debatido nos capítulos I e II, no contexto o massacre de Soweto, ocorrido na África do Sul e os casos de espancamentos cotidianos, dispensados aos afro-americanos, em plena luta para obtenção de seus direitos civis, situações constantemente visualizadas nos aparelhos de televisão, rádios e nos impressos jornalísticos brasileiros, devido a estas situações, a democracia racial brasileira, amalgamada às ideias nacionalistas fundadas no Estado Novo (1937-1945) e trabalhistas, posteriormente, permitiam a alusão do modelo racial brasileiro. Por outro lado, situações de preconceito continuavam a ocorrer, conforme os que se acompanhou por intermédio dos dispositivos discursivos de Carlos Santos.

³⁷¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1965, Vol. 183. p.74.

Em setembro ele denunciou outro caso de “prurido racistoide” ocorrido no Estado. Da tribuna, prestou solidariedade e denunciou “o racismo, estúpido, antibrasileiro e retrógrado, que entre nós e que se afigura a um cancro corrosivo da própria unidade nacional”.³⁷² Também citou o caso da filha do Capitão e ex-pracinha Sr. Osvaldo Marques de Souza:

Que lutou contra a tirania de Adolf Hitler, mas que em sua cidade, Taquari, sua filha foi proibida de entrar no baile de formatura realizado no Clube Alvi-Negro. Narra outra situação constrangedora: O CTG Pelego branco, tinha uma placa escrita: proibida a entrada de morenos (GRIFO NOSSO).³⁷³

Essas situações, provavelmente, deixavam o político inquieto com as ambiguidades das relações sociais brasileiras que, se por um lado eram diferentes dos Estados Unidos ou da África do Sul, por outro insistiam em aflorar na sociedade, mesmo que esporadicamente. Além disso, o próprio racismo biológico, aquele citado que culminou com a II Guerra Mundial deveria ter sido extirpado, pois a discriminação racial para os envolvidos, incluindo a Carlos Santos, era relacionada ou por vezes confundida com as questões biológicas.

Todavia, vivia-se em uma dúvida social: o Brasil era uma democracia racial ou uma nação de discriminação racial? Carlos Santos cunhou a expressão: “prurido racistoide” para refletir sobre a complexa realidade das relações raciais brasileira.

Quanto ao espírito nacional, acredita-se que a democracia racial tenha sido a ideologia formadora de nossa brasilidade desde os anos de 1930, contudo, permanecendo “justa”, quem sabe, nas contribuições culturais dos grupos formadores do Brasil, simbolizados em nossas epidermes como índios, brancos e negros - ainda que ciente das complexidades que essas identificações suportam (GOMES, 2008). Porém, visualmente, pouco tem se notado a presença constante de negros e índios em outras instâncias importantes de nosso país como na política e nas estatísticas sociais, sendo esses grupos constantemente deixados à margem.³⁷⁴

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Ibidem.

³⁷⁴ Para Emília Viotti, os brancos foram os que mais se beneficiaram com o mito da democracia racial. Mas, segundo ela, os negros também se beneficiaram. Embora de uma maneira mais limitada e contraditória. A negação do preconceito, a crença no “processo de branqueamento”, a identificação do mulato como uma categoria especial, a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca, tornaram mais difícil para os negros desenvolverem um senso de identidade como grupo. Ver COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República - Momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

Pois, se a cultura nacional demonstrava a participação equilibrada desses grupos em nossa formação, o mesmo resultado de equilíbrio deixou de ser notado em outras instâncias: políticas e sociais. Pois, como exemplo, tem-se o próprio Carlos Santos no período interpretado, que era o único negro parlamentar na Assembleia durante seus mandatos de deputado estadual, entre 1959 e 1974.

Já na sociedade de sua época, mesmo ele tendo referenciando um país democrático racialmente mantinha intervenções pontuais sobre os casos de discriminações raciais ocorridos nos clubes do interior do Estado. Mesmo sendo algo que não ocorresse em grande escala, como em outras regiões do mundo, no Rio Grande do Sul, a ideologia da democracia racial ainda ditava as bases de nossas relações raciais.

Abaixo, quadro quantitativo das participações do tribuno no ano.

Tabela 28 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1965

Educação	Católico e religioso	Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Situação política	Trabalhadores, grupos, sindicatos.	Pesca	Identidade Negra
2	1	7	8	3	2	19,5	3,5

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

4.3 AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA, O DESENVOLVIMENTO DE BAIROS PESQUEIROS E AS CASSAÇÕES POLÍTICAS

“A organização da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os dois partidos políticos que atuaram durante o regime militar, ocorreu entre o final de 1965 e os primeiros meses de 1966” (HEINZ, 2005, p.54).

A organização do MDB, devido à quantidade de grupos vinculados ao Trabalhismo, foi, no primeiro momento, mais tranquila do que a organização da ARENA. Todavia, se isso foi interessante para o MDB, no decorrer de 1966, sete deputados desse partido seriam cassados, o que colocaria a ARENA como o poder na Assembleia. O governo lançou, no início de janeiro de 1966, um Ato Complementar que ampliava o período para a formação desses novos partidos (HEINZ, 2005, p.55).

Nesse ano, último de sua segunda legislatura consecutiva como deputado da Assembleia Sul-Rio-Grandense, Carlos Santos vivenciou com seus pares o contexto

autoritário. Com eleições indiretas para governador marcadas para julho e para senadores, deputados estaduais e federais marcadas para o dia 15 de novembro de 1966, notou-se que suas intervenções discursivas, consideravelmente, diminuíram.

Em suas intervenções no plenário não foi localizado nada referente ao contexto político. Somente cumprimentos à posse do prefeito interventor de Rio Grande General da Reserva Armando Cattani. Na ocasião, além de cumprimentos Santos disse: “que o interventor trazia a oportunidade de restaurar os desajustes financeiros que prejudicavam o desenvolvimento da potencial realidade socioeconômico financeira da Região”.³⁷⁵ Mas, as linhas sobre a situação política do país enunciadas pelo parlamentar nesse ano, somente ficou nisso. Mas, será que deveria ser esperada outra atitude do deputado?

Salienta-se que Carlos Santos, agora no MDB, em um breve comparativo com o ano anterior em que o parlamentar subiu ao púlpito em 46 ocasiões, agora discursou em apenas em 28 oportunidades. Sendo duas (2) sobre as questões da identidade negra e nove (9) sobre o desenvolvimento da pesca.

Tabela 29 – Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1966

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	18/03/1966	Saúda a posse do prefeito interventor de Rio Grande Gen. Da Reserva Armando Cattani.	Anais, Março de 1966. Vol. 192. p.20-21.
02	22/03/1966	Apelo à instalação e funcionamento da Faculdade de Medicina Rio Grande.	Anais, Março de 1966. Vol. 192. p.36-37.
03	25/03/1966	<u>Discursa sobre as proposições citadas em meses anteriores referente à segurança da navegação no litoral Sul-Rio-Grandense.</u>	<u>Anais, Março de 1966. Vol. 192. p.82.</u>
04	11/04/1966	<u>Aplaudes as autoridades incumbidas de garantir o abastecimento de peixe à população de Porto Alegre na passagem da Semana Santa.</u>	<u>Anais, Abril de 1966. Vol. 193. p.57-58.</u>
05	06/05/1966	<u>A formação da Comissão de Estudos sobre o problema da Pesca no RS.</u>	<u>Anais, Maio de 1966. Vol. 194, p.52-53.</u>
06	12/05/1966	<u>Comunicação sobre os 78 anos da Abolição da Escravidão</u>	<u>Anais, Maio de 1966. Vol. 194, p.120-121.</u>
07	16/05/1966	Homenagem à memória de Rey Dornelles, ex-fundador e diretor regional do PTB e ex-prefeito de Rio Grande.	Anais, Maio de 1966. Vol. 194, p.177.
08	17/05/1966	Homenagem à memória do Ex-presidente da República do Brasil Wenceslau Braz Pereira Gomes, falecido.	Anais, Maio de 1966. Vol. 194, p.181.

³⁷⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1966. Vol. 192. p.20-21.

Nº	Datas	Temas	Fontes
09	08/06/1966	Homenagem à memória da Dra. Rita Lobato Lopes, primeira mulher diplomada em medicina, era natural de Rio Grande.	Anais, Junho de 1966. Vol. 195. p.44-45.
<u>10</u>	<u>16/06/1966</u>	<u>Discursa sobre o seu recebimento a comunidade portuária sindicalizada de Rio Grande.</u>	<u>Anais, Junho de 1966. Vol. 195. p.91.</u>
11	31/06/1966	Destaca a “Estrada do Turismo”, via que liga Santa Vitória do Palmar ao resto do país.	Anais, Junho de 1966. Vol. 195. p.121.
12	23/06/1966	Sobre o Novo Plano Nacional de Viação e as melhoras na BR-417. Que liga o Taim ao Chuí.	Anais, Junho de 1966. Vol. 195. p.146.
13	30/06/1966	Homenagem a Fundação Cidade de Rio Grande, Escola Técnica.	Anais, Junho de 1966. Vol. 195. p.203.
<u>14</u>	<u>06/07/1966</u>	<u>Homenagem ao aniversário do Club Náutico Marcílio Dias.</u>	<u>Anais, Junho de 1966. Vol. 195. p.280.</u>
15	15/07/1966	Homenagem à Rio Grande e a sua biblioteca. Considerada pelo orador como a principal biblioteca do Estado do RS.	ANAIS, Julho e Agosto de 1966. Vol. 196, p.85-86.
<u>16</u>	<u>10/08/1966</u>	<u>Discurso de agradecimento ao receber o Prêmio Springer com ênfase na Campanha de Valorização do Pescado.</u>	<u>SANTOS, Carlos. O problema da pesca no RS. Porto Alegre: CORAG, 1967. p.88-96.</u>
17	13/09/1966	Destaca o descaso da Companhia de Telecomunicações do Estado na cidade de São José do Norte.	ANAIS, Setembro e Out. de 1966. Vol. 197. p.89.
18	04/10/1966	Sobre a falta de obras do DAER ao município de Rio Grande.	ANAIS, Setembro e Out. de 1966. Vol. 197. p.08-09.
19	06/10/1966	Sobre o Dia Mundial pela Paz, promovido pelo Pontífice da Igreja Católica o Papa VI, do Vaticano.	ANAIS, Setembro e Out. de 1966. Vol. 197. p.13.
20	22/11/1966	Destaca a homenagem recebida pela indústria brasileira da Admiral dos E.U.A	ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.03-04.
21	22/11/1966	Grande Expediente: Reservou-se a segunda chamada.	ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.08.
22	24/11/1966	Comunicações sobre o Dia Nacional de Ações de Graças.	ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.09-10.
23	28/11/1966	Discursa em Homenagem à memória Simões Lopes Neto.	ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.17-19.
<u>24</u>	<u>19/12/1966</u>	<u>Sobre os problemas do bairro formado por proletários localizados próximo ao mar, na cidade de Rio Grande, antiga Vila Cedro.</u>	<u>ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.03-04.</u>

<u>25</u>	<u>20/12/1966</u>	<u>Sobre os problemas dos bairros formados por proletários localizados na cidade de Rio Grande.</u>	<u>ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.08-09.</u>
<u>26</u>	<u>20/12/1966</u>	<u>Denuncia a Ordem de Serviço 19/66 que proibiu a pesca profissional em Rio Grande. Defende a regular atividade pesqueira.</u>	<u>ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.13.</u>
<u>27</u>	<u>28/12/1966</u>	Homenagem em memória a A.J Renner. Falecido.	ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.50-52.
<u>28</u>	<u>30/12/1966</u>	<u>Verbaliza contra a transferência da Companhia de Docas do Rio Grande do Sul a Companhia Brasileira de Dragagem.</u>	<u>ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.74-75.</u>

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. (GRIFOS NOSSOS).

Tabela 30 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1966

Educação	Católico e religioso	Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Outros	Pesca	Identidade Negra
1	2	7	5	2	9	2

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Serão iniciadas as análises dos dispositivos discursivos de Carlos Santos, evidenciando suas duas intervenções relacionadas a temas concernentes à identidade negra sul-rio-grandense e brasileira. Uma por ocasião da Abolição da Escravidão e outra em homenagem ao Club Náutico Marcílio Dias, organização negra de Porto Alegre.³⁷⁶

Em sua sexta intervenção no ano, ocorreu o primeiro discurso pronunciado sobre as questões negras - no dia 12 de maio de 1966, por ocasião dos 78 anos de da abolição da escravatura no Brasil. Na abertura da quadragésima sessão legislativa, Carlos Santos foi o primeiro orador inscrito, sua comunicação duraria cinco minutos. Conforme o autor “sem que encerrado se tenha o ciclo econômico e histórico da abolição (...) amanhã registra o 78º aniversário da Abolição”.³⁷⁷

O discurso de Carlos Santos nos trouxe novidades, já que, consciente dos problemas raciais ocorridos em Pelotas e em Taquari, conforme denunciado em plenário no ano anterior, o tribuno insere novos dispositivos em sua fala para interpretarmos as

³⁷⁶ Conforme o Jornal Folha da Tarde de 1949. [...] “foi fundada nesta capital uma nova entidade náutica, que deverá ser integrada por elementos de cor, que tomou o nome de ‘Marcílio Dias’, como uma justa homenagem ao bravo marinheiro brasileiro. Após a reunião preliminar da fundação, foi eleita uma comissão organizadora, que deveria nortear as primeiras providências para que a referida iniciativa se tornasse uma realização, ‘após a eleição da nova Diretoria’, foram tratados da confecção dos Estatutos ...”. FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 11/07/49, *sp*.

³⁷⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.120.

situações em torno das relações raciais brasileiras, do período. Segundo o tribuno sobre o aniversário da abolição:

A ocorrência traz em seu bojo uma indagação angustiante às gerações futuras gerações que se sucederam neste interregno, saturado embora de pregação democrática, liberal e cristão, dentro de um Brasil soberbamente mestiço (...) sublimada maior democracia racial do mundo: o que fizeram de positivo, de prático e de convincente, para respaldar a presença do negro livre na vida nacional?³⁷⁸ (GRIFO NOSSO).

Essa crítica do parlamentar: “o que fizeram de positivo, de prático e de convincente, para respaldar a presença do negro livre na vida nacional?” merece ser destacada no pronunciamento do político, já que torna-se um marco crítico sobre a elogiada, inclusive por ele, democracia racial brasileira.

Teria Carlos Santos percebido que além de respaldar a data oficial ele por sua posição deveria ser mais contundente sobre as relações raciais brasileiras? Teria ele pensado que em sua posição, após as reclamações enviadas a ele no ano de 1965 sobre as discriminações sofridas por negros em clubes de Pelotas e de Taquari, deveria ser mais incisivo de cobrar atitudes da sociedade em uma data tão significativa de nosso constructo racial? Será que Carlos Santos passou a interpretar as diferenças entre a ideologia da democracia racial e as práticas racistas cotidianas, sem generalizações, do período? Será que o parlamentar passou a pensar que culturalmente o problema era para além das questões econômicas? Que problema era esse a ser enfrentado e que aceitava o negro na música e no esporte, mas que discriminava em algumas festas de clubes e no cotidiano?

Seguindo o discurso:

Presença não apenas no tapete verde dos nossos gramados, nem só a luz de refletores que rutilam nas estações de TV, as paradas musicais nem tão somente na coreografia das academias de samba que se transformam em alma das ruas na maior festa popular brasileira, mas presença sobremodo nobilitante, real, objetiva e altanada do negro, que bem traduza o seu anseio permanente, coletivo e humano de ascensão social (...) ³⁷⁹

Para Carlos Santos, tínhamos tudo para melhorar nosso país, bem como as condições sociais das populações negras. Aceitas culturalmente, mas ainda atrasada socialmente. Em plenário, falou:

³⁷⁸ Ibidem.

³⁷⁹ Ibidem.

Tenho não raro, afirmado que naquela manhã luminosa de maio de 88 mais do que o corolário de uma jornada de alto teor humano, patriótico e cristão, devemos assinalar o início de uma nova fase, sem dúvida o mais importante – do processo evolutivo da abolição: a total extirpação dos mínimos ressaibos das relutâncias opostas ao negro pela ordem escravocrata-senhoril (...).³⁸⁰
(GRIFO NOSSO).

É inquietante, mesmo com os problemas cotidianos de racismo, como o intelectual insiste na defesa do ato da abolição, todavia, sente que algumas coisas prejudicam a total libertação das populações negras: os estereótipos, os estigmas, ainda presentes.³⁸¹

Nota-se, nitidamente, que o parlamentar passou a refletir em seus pronunciamentos sobre o que a democracia racial de fato representava, já que ao mesmo tempo no cotidiano existiam problemas sérios de discriminações. Seria o mito se desfazendo na mentalidade do tribuno?³⁸²

Contudo, ele passou no discurso a verbalizar, a partir do exemplo da abolição, que nosso país poderia, sim, superar as agruras do passado escravista. Percebendo o potencial das relações humanas no país, já que como ele não via espancamentos de negros ou enforcamentos, dificilmente poderia ele afirmar que em nosso país a segregação era igual à vivenciada na África do Sul ou na que ocorria nos Estados Unidos.³⁸³

Devido a essas situações, seu referencial simbólico do que marcava a possível existência de um país justo e igualitário nas questões raciais, foi e era a manutenção do significado da liberdade identificada na Lei Áurea.³⁸⁴

³⁸⁰ Ibidem.

³⁸¹ Estereótipos conforme Hommi Bhabha (2007), geram a fixação da identidade, aos olhos do estigma os grupos inferiores na escravidão carregam, mesmo após a libertação, o peso da representação outrora criada.

³⁸² Para Emília Viotti da Costa, “É óbvio que os brancos beneficiaram-se com o mito. Mas também é verdade que os negros beneficiaram-se igualmente, embora de uma maneira mais limitada e contraditória” (COSTA, 1998, p.375).

³⁸³ Guardadas proporções, essas reflexões são próximas de Gilberto Freyre depois de conhecer a realidade do negro norte-americano, que era frequentemente violentado. Freyre foi aluno do antropólogo Franz Boas, nos Estados Unidos. E segundo o próprio Freyre, “Foi o estudo de Antropologia sob orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Apreendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e as influencias sociais, de herança cultural e de meio (FREYRE, 1981, p.58).

³⁸⁴ Muitos negros comemoravam a data, mas também faziam reflexões sobre o problema social do negro no pós-emancipação. Era esse o sentido emitido por Carlos Santos em seus pronunciamentos, já que a data remetia a uma conscientização do negro brasileiro antes da referência a Zumbi dos Palmares.

Mais adiante, no mesmo discurso, em homenagem a Abolição, disse:

Falando a um repórter da Revista Time, de Nova Iorque, como antes fizera a um representante da Revista Ébon, que se edita em Chicago, neguei peremptoriamente a existência de segregação racial no Brasil, na mais plena lexicologia do vocábulo, porque somos de fato um caldeirão de raças historicamente fundidas para a formação heterogênea do tipo étnico brasileiro (...).³⁸⁵ (GRIFO NOSSO).

Contudo, ao relacionar a identidade diaspórica negra e suas comparações com outras situações vivenciadas no mundo, o parlamentar, embora reconhecendo nossas qualidades, sentia algum problema em nossa harmoniosa nação racial, o que prejudicava de fato a abolição plena, pois, segundo ele:

Admiti, entretanto como fato social indiscutível, certas resistências e malogros que maculam a pureza da gloriosa jornada abolicionista, fruto a um só tempo, de incompreensão e má fé, sobremodo nocivas à unidade espiritual de Pátria comum (...).³⁸⁶

Para Santos, se referindo aos pesquisadores patrocinados pela UNESCO, existia um movimento de pesquisas de intelectuais brasileiros pesquisando cientificamente o enigma de nossa democracia racial.³⁸⁷ Mais advertiu: “ao próprio negro deve caber uma parcela avantajada de responsabilidade nessa majestosa tarefa em prol da revalorização humana”.³⁸⁸ Porém, o político citou que “pieguismos”, causado pelos “pruridos racistoides” praticados pela polícia, contribuíam para lembrar a tristeza das senzalas.³⁸⁹

Carlos Santos lembrou a importância dos Quilombos dos Palmares na Abolição da Escravidão brasileira, e da figura de Zumbi, que segundo ele, era considerado o líder “da negritude patricia”, e lembrado: *in memoriam*, como uma “figura boníssima que perfumou com flores a sublimação do processo abolicionista cujas raízes psicológicas se perdem no estoicismo do Quilombo dos Palmares e na mística libertária de Zumbi”. Ou

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da Liberdade: Lugares de Memórias Negras Diaspóricas. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008, p. 161-187.

³⁸⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.120.

³⁸⁶ Ibidem.

³⁸⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.120. As pesquisas da UNESCO foram realizadas no Brasil na década de 1950, por L.C Pinto, após incorporaram outros pesquisadores como Florestan Fernandes e Roger Bastide. PINTO, Luiz Antonio Costa. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1953.

³⁸⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.120.

³⁸⁹ Ibidem.

seja, já em 1966, existiam “patricios negros” evocando a figura de Zumbi dos Palmares. O que será problematizado mais adiante.³⁹⁰

Mas o tribuno considerava a alusão ao 13 de maio e o protagonismo da princesa Isabel, como algo cívico e social. E nisso o político foi enfático:

A data do 13 de maio, muito mais do que a triste evocação das senzalas, deve constituir um incentivo para as fulgurações redentoras da mais alta conceituação de liberdade, liberdade plena, real, racional e sem subterfúgios, liberdade de corpo e espírito sem grilhões nos punhos nem na consciência.³⁹¹ (GRIFO NOSSO).

O referencial de liberdade era para o tribuno o dia da Abolição da Escravatura no Brasil, inclusive sendo contra os pensamentos dos que eram contra a “data magna”.³⁹² Quanto à memória da princesa, o político reclamou no final do discurso no que tange à posição do governo federal, que mantinha os restos mortais da princesa Isabel, desde que veio da França, em uma cripta localizada na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Carlos Santos conclui o discurso, relacionando os problemas raciais com o enterro digno dos restos mortais da princesa. Em seu pronunciamento, disse:

Que o nosso sentimento de respeito à excelsa dignidade da pessoa humana nos empolgue tanto na preocupação de ressuscitar cívica e socialmente a raça redimida quanto a sepultar piedosamente os restos mortais da princesa. Em homenagem a data gloriosa da Abolição, rogo e espero Srs. deputados, a honra e das vossas assinaturas num telegrama de aplausos ao recente projeto de lei do senador Dylton Costa, determinando que o Ministério da Educação e Cultura providencie de pronto o sepultamento dos restos mortais da Princesa Isabel (...) símbolo perene da incorporação do negro à comunhão nacional.³⁹³ (GRIFO NOSSO).

A outra intervenção sobre identidade negra realizada por Santos, em plenário, na Ordem do Dia, não foi verbalizada, mas lida por meio de uma correspondência enviada ao Secretário da Sessão, realizada no dia 6 de julho. Era a inauguração da nova sede do Clube Náutico Marcílio Dias. Na ocasião, a correspondência foi lida pelo secretário e ouvida pelos deputados:

³⁹⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.121.

³⁹¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.121.

³⁹² Ibidem.

³⁹³ Ibidem.

(...) um voto de congratulações, com o valoroso Club Náutico Marcílio Dias, desta capital, não só pelo transcurso do dia 04 corrente, de sua data aniversária, pela solene inauguração, amanhã, de sua sede.³⁹⁴

Lúcia Regina Brito Pereira (2008) pesquisou as atividades realizadas pelo Club Náutico Marcílio Dias, de Porto Alegre, fundado no dia 4 de julho de 1949. Como ainda não tinha sede, as reuniões da associação eram realizadas na Sede da Sociedade Floresta Aurora, rua General Lima e Silva, número 316, “gentilmente cedida” (PEREIRA, 2008).

Essa agremiação, embora com o mesmo nome, era outra daquela fundada em 1936, por Carlos Santos em Rio Grande. Aquela era exclusivamente voltada para o ensino e a educação. Essa tinha como objetivo: “a pratica do remo, natação e outros esportes aquáticos e terrestres que forem instituídos”. O artigo terceiro estipulava que, “Além da prática de exercícios esportivos, poderá o Clube Náutico Marcílio Dias promover reuniões de ordem cultural, íntimas e festivas”. A organização negra, teve breve mas intensa existência na capital gaúcha, resistindo até a década de 1980, quando definitivamente encerrou suas atividades.³⁹⁵

Retornando a correspondência lida em plenário, Carlos Santos justificou a iniciativa como uma “homenagem pelo relevante serviço que o referido Clube vem prestando ao esporte do Rio Grande do Sul, contribuindo, decisivamente, para o aprimoramento físico e moral das novas gerações”.³⁹⁶

Essa alusão à sociedade negra demonstrou a importância que o tribuno dispensou às organizações negras, que além de homenagens conseguiam recursos por meio de projetos e convênios organizados por ele.³⁹⁷

Os temas da pesca foram verbalizados nos dias 25 de março, 11 de abril, 6 de maio, 16 de junho, 19, 20 e 30 de dezembro. No dia 20 de dezembro, o político discursou duas vezes. Ao todo o tribuno discursou em 8 ocasiões sobre os assuntos do problema da pesca.

Em março de 1966, sua comunicação repetia o tema proferido no dia 29 de novembro de 1965: os desastres envolvendo os pescadores em alto mar. O intelectual

³⁹⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1966. Vol. 195, p.280.

³⁹⁵ Ibidem.

³⁹⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1966. Vol. 195, p.280.

³⁹⁷ Em 1967, ocorreu o convênio entre a Secretária de Obras e a sociedade negra de Rio Grande, Centro Cultural Marcílio Dias, fundada por Carlos Santos. O político por meio de seus relacionamentos, viabilizou a cedência de 30 mil cruzeiros novos, oriundo do Plano Comunitário de Investimentos, para a construção de uma escola na associação negra. Ver DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1967, *sp*.

negro citou que na época as bancadas foram ao seu favor, cobrando uma atitude do Ministro da Marinha. Inclusive, enviando um telegrama ao mesmo, que até aquele momento ainda não tinha sido respondida.³⁹⁸

O parlamentar reclamou que além de estarem sem respostas sobre a segurança costeira, para agravar o problema, o serviço de rádios saiu de linha de transmissão, sendo desmantelados os radiotelegráficos da Rádio-Junção, responsável pelas linhas sul-americanas, prejudicando a segurança da navegação em nosso litoral. Sem os contatos, os tripulantes das embarcações ficavam temerosos com a exposição ao mar.³⁹⁹

O jornal “Rio Grande” interpelou a diretoria regional dos Correios e Telégrafos para enviar a remessa das peças necessárias aos transmissores da Rádio-Junção. Segundo Carlos Santos:

O problema, realmente, se reveste de indivisível gravidade e nada justifica o desinteresse oficial pela sorte e segurança dos nossos bravos trabalhadores do mar (...) sendo de diferentes nacionalidades os navios que se cruzam naquela perigosa faixa litorânea, a segurança da navegação e do pessoal se impõe – se não por razões de solidariedade humana – que plenamente justificaria – ao menos por respeito aos compromissos internacionais firmados pelo Brasil.⁴⁰⁰

Para Santos, a falta de comunicação dos trabalhadores do mar era uma ameaça material e à vida:

(...) Das costas do litoral, chega até nós a mensagem angustiante e permanente de S.O.S de nossos indefesos trabalhadores do mar. Urge atendê-los sem mais delongas, porque além de inestimável valor material de nossos barcos ali ameaçados, está em jogo a própria vida de milhares de criaturas que estoicamente participam da batalha flutuante em prol do progresso e desenvolvimento econômico e grandeza maior da Pátria comum.⁴⁰¹ (GRIFO NOSSO).

Mudando o foco, sem sair do desenvolvimento da pesca e ações correlatas, como o consumo, no dia 11 de abril, como primeiro orador inscrito, Carlos Santos expôs na tribuna “os aplausos às autoridades incumbidas de garantir o abastecimento de peixe à população porto-alegrense durante a semana santa que passou”.

Em seu enunciado:

Cerca de cem toneladas de peixe foram despejadas e consumidas em Porto Alegre na última semana, das quais, mais ou menos, setenta vendidas diretamente ao povo pelos barcos “Apolo”, “Rochedo” e “Akarôa”,

³⁹⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1966. Vol. 192. p.82.

³⁹⁹ Ibidem.

⁴⁰⁰ Ibidem.

⁴⁰¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1966. Vol. 193. p.57.

pertencentes à conceituada empresa Pescal S/A, ao preço unitário de 400 cruzeiros o quilo. Enquanto isso, os intermediários que habitualmente exploram o mercado do peixe em Porto Alegre, ofereciam pescado a preços desordenadamente excessivos e, além disso, criminosamente majorados em mais de 100% depois de esgotados o volumoso estoque dos barcos da Pescal. De qualquer forma merece aplausos o esforço humano daqueles que embora parcialmente defenderam a bolsa do povo contra a insana altista dos intermediários sem escrúpulos (...).⁴⁰²

Entre os elogios da iniciativa, Santos enfatizou o que o objetivo da Campanha de Valorização do Pescado, em plena atividade, pretendia justamente que o consumidor se beneficiasse com o alimento, tanto em saúde quanto no preço de sua aquisição. Mas, segundo o orador:

Tremenda foi à reação dos grupos que vivem explorando a economia popular. Tudo fizeram para obstaculizar a venda do pescado sem a nociva mediação dos intermediários gananciosos. Constateram pessoalmente o desânimo dos comandantes dos barcos diante dos entraves das interferências impertinentes e descabidas das pressões veladas ou ostensivas, mas sempre desestimuladoras que foram até a ameaça de interdição dos barcos sob a estulta alegação de deterioração do produto.⁴⁰³ (GRIFO NOSSO).

Interpretando os pronunciamentos do político, notou-se o quanto eram intensas as disputas pelos consumidores dos grupos que produziam o pescado no Estado. Principalmente, nesse caso específico, da Semana Santa, entre a “Pescal” e os empresários de Porto Alegre, que acusavam a empresa de vender pescado estragado. No entanto, Carlos Santos - conhecedor dos métodos da empresa Pescal, de Rio Grande - no plenário disse:

Ora, o peixe trazido pelos barcos da Pescal, foi capturado em alto mar, fora da barra, ao longo das costas rio-grandenses depositado a bordo em camadas entremeadas de gelo, como se usa para entrega as fábricas e aos entrepostos, normalmente, sobre a severa fiscalização do SIPAMA, que é órgão controlador da sanidade do peixe ou de outros alimentícios oferecidos ao consumo popular. Peixe fresco no sentido lato do termo, só será aquele capturado na hora e logo preparado para servir. O pescado trazido para as fábricas, para os entrepostos ou locais outros de venda distantes da captura, não pode prescindir da ação preservadora do gelo.⁴⁰⁴ (GRIFO NOSSO).

O político, nitidamente, defendia os interesses da empresa de pesca do município de Rio Grande, que certamente empregava os pescadores da região de seu nascimento e poderia levar à família do pescador “papareia” uma melhor qualidade de vida. Todavia, para seguir firme a Campanha de Valorização do Pescado, e no conseqüente

⁴⁰² Ibidem.

⁴⁰³ Ibidem.

⁴⁰⁴ Ibidem.

desenvolvimento da pesca, mesmo com essas disputas, o tribuno destacou nesse discurso a fórmula para o sucesso da iniciativa. Para ele,

Para manter o êxito da nossa Campanha de valorização do pescado o ideal seria que persistisse, mesmo fora da Semana Santa, o ajuste das autoridades com os pescadores para que periodicamente, peixe bom, bastante e barato abarrotasse as mesas já pouco lautas, mas que a usura e a sede de lucro dos escorchedores, às vezes, tornam desgraçadamente vazias (...). Os jornais de hoje, aliás, transmitem a alvissareira notícia de que este é o pensamento da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (GRIFO NOSSO).⁴⁰⁵

Por fim, sua fala, promoveu a coesão das forças em torno dos objetivos da Campanha, de manter a qualidade do pescado, com preços acessíveis ao estímulo do consumo, pois como afirmou:

(...) Vamos mobilizar as Colônias de Pescadores, as indústrias pesqueiras, as autoridades encarregadas dos setores de abastecimento do Rio Grande do Sul e estimular o povo, em todos os quadrantes do Estado, a consumir mais peixe como forma perfeita e acabada de uma boa alimentação. De qualquer forma, porém, vamos garantir ao povo peixe barato, sem os riscos do “botulismo”, que os “tubarões” provocam no orçamento das classes menos favorecidas. Sem a fúria da draconiana com que os “donos do mar” assaltam e dilapidam a bolsa do consumidor (GRIFO NOSSO).⁴⁰⁶

A mobilização ao consumo era imprescindível para o aumento da produção, pois com a demanda aquecida, empregos seriam mantidos e toda a cadeia produtiva em torno dos produtos do mar seria beneficiada.

No dia 06 de maio de 1966, Carlos Santos a exemplo do que ocorreu em sua intervenção anterior sobre a pesca realizada em abril, foi o primeiro deputado inscrito às comunicações. E com muita intensidade, característica de suas intervenções, falou o seguinte:

Por despacho da nobre Presidência desta Casa foi reconstituída a Comissão Especial de estudos e sugestões sobre o problema da pesca e da indústria pesqueira no Rio Grande do Sul cujas atividades haviam sido encerradas em dezembro último, por força do recesso parlamentar.

Integrada por deputados que se tem revelado estudiosos da matéria e vivamente empenhados no desenvolvimento de tão importante setor da economia gaúcha, essa Comissão iniciou seus trabalhos com redobrado afino, buscando, recolhendo, nas mais diferentes fontes subsídios valiosos para a concretização de sua meritória tarefa e vai agora (re) encetar suas

⁴⁰⁵ Ibidem.

⁴⁰⁶ Ibidem.

diligências ouvindo entre outros os mais renomados técnicos no assunto, o ilustre engenheiro patrício Cícero Marques Vassão (...) (GRIFO NOSSO).⁴⁰⁷

O (re) começo dos trabalhos da Comissão Especial da Pesca, agora com o protagonismo de Carlos Santos, previa incitar o conhecimento técnico dos oceanos e da pesca, para desenvolver com qualidade os objetivos do comitê, atinentes ao desenvolvimento da pesca.

O engenheiro Cícero Marques Vassão, “patrício” e “papareira” de Rio Grande, considerado um dos técnicos que propuseram a fundação da FURG - Universidade Federal do Rio Grande seria convidado a palestrar para os deputados sobre aspectos da oceanografia (CEZAR, 2011, p.175; TORRES, 2011, p.175-188).⁴⁰⁸

Ainda em seu discurso, o político (re) tomou as diretrizes de seu plano: “a certeza de que o Rio Grande do Sul vai despertando para as excelências de sua realidade pesqueira”.⁴⁰⁹ E mais, em sua comunicação, disse:

O Rio Grande do Sul deve ser agressivo nas suas reivindicações junto ao governo e a União no que tange à efetiva presença da SUDEPE nesta região sul do país, onde sem favor algum se respaldam as excepcionais possibilidades brasileiras no concerto mundial dos grandes centros produtores de peixe. Sabemos que o desenvolvimento da pesca e a intensificação de sua indústria não resultarão de meras cogitações que se perdem na aluvião dos planos infundáveis e irrealizados.⁴¹⁰

Todavia, se esse discurso envolveu o Rio Grande do Sul como potencial participante da economia mundial do pescado, por outro lado, deveria se investir alto nesse propósito. Situação de que o político, embora confiante nas reais condições do potencial da pesca no Estado, parecia duvidar quanto à aplicação imediata de recursos financeiros. Pois, em sua fala, evidenciou que:

⁴⁰⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.52.

⁴⁰⁸ A Sociedade de Estudos Oceanográficos e seu Ensino Superior, rio-grandina, surgiu a partir de uma reunião realizada no dia 18 de setembro de 1951, na casa do Eng. Francisco Martins Bastos. Na reunião estavam profissionais ligados aos setores público e privado, que discutiram a criação de um Instituto Técnico Industrial, cuja finalidade era formar engenheiros para estudos industriais e dos oceanos. Nessa reunião foi formada uma comissão composta pelos engenheiros Cícero Marques Vassão, Fernando Abott Torres e Thomas Paes da Cunha (GRIFO NOSSO). A partir desse encontro Foi encaminhado um memorial ao prof. Eliseu Paglioli, reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, buscando o apoio para a criação do primeiro curso superior na cidade. O apoio dado pelo reitor Eliseu Paglioli nas tratativas junto ao Ministério da Educação e a contribuição da Faculdade de Engenharia da URGs foram decisivos para a formalização da proposta. O Decreto n.º 37.378, de 24 de maio de 1955, autorizou o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial da Fundação Cidade do Rio Grande, segunda escola de Engenharia do Rio Grande do Sul.

⁴⁰⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.52.

⁴¹⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.52.

Se pelas suas proporções de grandeza os programas e esquemas elaborados não oferecem condições de imediata aplicação que se conceba, então, que se realize algo menos pomposo, mas que se fala qualquer coisa (sic) em favor da pesca, sem delongas, sem burocracia e sem devaneios (...).⁴¹¹

Portanto, segundo suas aspirações, de fato era preciso fazer algo de concreto para executar o salto de nossa produção pesqueira. Conforme o orador, sobre a produção da pesca do país: “O que temos assistido até hoje é o mais clamoroso desestímulo a qualquer esforço no sentido de garantir ao Brasil a sua expressão intrínseca de potência mundial do pescado”.⁴¹²

E mais adiante, sobre a contribuição do Rio Grande do Sul nesse cenário:

(...) Proclamamos com singular ufania, o banho lustral que as costas sul-riograndenses recebem das águas mais piscosas do mundo e, no entanto, carecemos de uma frota pesqueira que, no elenco dos elementos determinantes do desenvolvimento da pesca é fator imprescindível e básico.⁴¹³

E por, fim, sobre o desalento da situação técnica da pesca no Estado, destacou que:

A nossa produção em alto mar está a cargo de barcos paulistas, catarinenses e até uruguaios que, não raro, impõem condições prejudiciais aos interesses econômicos do Estado. Dizia-me, há pouco, desolado, um industrialista rio-grandino, que armadores de outros estados que operam em Rio Grande, contrariados em suas pretensões absurdas de elevar de 80 para 180 cruzeiros o quilo do peixe a ser desembarcado ali, resolveram em represália recolher seus barcos, acarretando desemprego em massa naquela cidade marítima, cuja indústria já vinha se ressentindo da realidade de crédito.

Como se não bastasse à concorrência de outros barcos a produção gaúcha, o parlamentar incrédulo denunciou:

Temos, agora, segundo noticiam os jornais um novo plano de desenvolvimento da pesca no país. Elaborado por uma comissão de doutos do Ministério da Agricultura, com a inexplicável ausência da colaboração técnica do Rio Grande do Sul, o produtor pesqueiro por excelência em águas nacionais (...).⁴¹⁴

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² Ibidem.

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.53.

Sem maiores críticas, o tribuno delinea o plano decretado pelo “Sr. Presidente da República”, Castelo Branco, estabelecendo medidas de incentivo ao desenvolvimento da pesca no país. O plano previa: “estímulos à indústria de pesca que exercem atividade de captura, conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização de espécies animais e vegetais que tenham na água seu meio natural ou mais frequente de vida”.⁴¹⁵

O projeto estava, segundo Carlos Santos, “em fase de implantação e seria financiado pelo Fundo Especial das Nações Unidas, com o objetivo de rever a legislação pesqueira, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e a própria SUDEPE”.⁴¹⁶

A SUDEPE tinha firmado acordo com o Banco do Brasil, para promover os financiamentos dos créditos aos agentes interessados, públicos e privados, agrícolas e industriais. Para Santos, eis a oportunidade de deslanchar a pesca no Estado: “Que o Rio Grande do Sul, recolha dessa nova tentativa planejada de desenvolvimento da pesca no país, os resultados práticos e objetivos que sua economia ordena”.⁴¹⁷

Era a luta contra a fome e a incúria, diante do potencial que existia em nossa costa marítima, era “o desafio benfazejo da Providência Divina, soberbamente traduzida na fertilidade exuberante de nossos mares”.⁴¹⁸

Porém, para que isso desse certo, e os financiamentos chegassem ao Estado, a Comissão Especial da Pesca e a Campanha de Valorização do Pescado, ambas contando com a participação de Carlos Santos; deveriam estar preparadas tanto a nível técnico como no âmbito da mobilização social.

Em nível técnico, os projetos contavam com o engenheiro Cícero Marques Vassão, de Rio Grande. Quanto à mobilização social, os sindicatos seriam importantes. Ou seja, uma mobilização geral seria necessária para que os projetos obtivessem pleno êxito. Contudo, deve-se lembrar: estávamos em um período em que a força do poder Executivo determinava as relações políticas, sociais e econômicas.

Independentemente disso, Carlos Santos, seguia seu protagonismo como representante da pesca, atendendo todos os possíveis setores envolvidos com essa indústria. No dia 16 de junho de 1966, verbalizou sobre a visita da comunidade sindicalizada portuária de Rio Grande ao seu gabinete. A procura ocorreu em virtude das reclamações do sindicato junto ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais

⁴¹⁵ Ibidem.

⁴¹⁶ Ibidem.

⁴¹⁷ Ibidem.

⁴¹⁸ Ibidem.

(DEPRC). Os portuários reivindicavam a redução das 24 horas diárias de trabalho, com direito a descanso somente após o dia trabalhado.

Os portuários exigiam que no meio do turno ocorressem 11 horas de folga, “sendo o serviço no único porto marítimo do Estado um trabalho demasiadamente pesado” (CRUZ, 2005, p.188-209).⁴¹⁹ O que tornava, segundo eles, a jornada nociva. O tribuno não somente acolheu a demanda, como enunciou: “ser imperativo um rendimento mais racional da própria produção. Este apelo, confiante e justo, é que estou aqui transmitindo a alta direção do Departamento Estadual de Portos Rio e Canais”.⁴²⁰

Antes de seguir nas análises discursivas de Carlos Santos, convém destacar, de maneira mais atenta e aprofundada, os acontecimentos envolvendo outro parlamentar que representou os interesses da pesca em plenário, Wilmar Correa Taborda, assim como Carlos Santos, antes do PTB, agora no MDB. Entretanto, a agenda política de Taborda, diferente, de Carlos Santos, era de confronto aberto aos ditames e arbitrariedades do regime. Por isso, retornar-se-á dois anos antes para se compreenderem os motivos da cassação desse rápido, porém interessante, representante da pesca.⁴²¹

Taborda mantinha uma firme e convicta reação contra deputados a favor do regime, como, exemplo citam-se os embates contra o deputado da ARENA no Estado, Antônio Mesquita por ocasião das cassações,⁴²² bem como as constantes investidas dos

⁴¹⁹ Os portuários procuraram Carlos Santos para lutar por seus direitos. Quanto à cobrança de sindicatos das “gentes do mar” pode-se pensar na cobrança desses grupos na cidade do Rio de Janeiro. Estivadores e portuários marítimos, naquela cidade, consolidaram-se como um grupo ativo na busca de seus direitos. Maria Cecília Velasco e Cruz (2005-2006), que pesquisou a ação do Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro, verificou que os estivadores sindicalizados cobravam, além da autonomia dos brasileiros frente aos estrangeiros, o cumprimento dos estatutos de suas associações. Um embate ocorreu devido à eleição de estrangeiros para a tesouraria da *Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café do Rio de Janeiro*. Os estrangeiros, em detrimento aos nacionais, geralmente operários negros, ficavam em melhores posições, o que acirrava as tensões no que tange às relações raciais ou étnicas, mas principalmente sociais e ideológicas. De qualquer maneira, a pesquisa de Maria Cecília Velasco e Cruz (2005-2006), demonstra, por meio de dados empíricos localizados nas fontes, que os negros, mestiços e descendentes de africanos trabalhavam direto nas estivas, descarregando e carregando navios. Sendo uma atividade relacionada às “gentes do mar”. Para a autora os processos de formação do mercado de trabalho portuário carioca revelam que os trabalhadores dos portos lutavam pelo “grito do novo 13 de Maio”, nesse sentido, segundo a historiadora, isso era um simbolismo pleno de significado, pois era construído sobre conexões reais entre os negros escravos com os rituais de subordinação ainda inspirados em práticas escravistas, em pleno regime republicano do Rio de Janeiro.

⁴²⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1966, Vol. 195, p.91. Ressalta-se que os portuários eram “gentes do mar”, pois viviam carregando e descarregando produtos que desembargavam e embargavam no Porto Marítimo. Ou seja: de alguma forma possuíam a sua sobrevivência ligadas às lides do mar.

⁴²¹ Taborda discursou sobre o problema da pesca nos dias: 27 de junho, 27 de setembro e 30 de setembro de 1963, respectivamente. Ver capítulo no capítulo anterior.

⁴²² Os debates envolvendo as cassações estenderam-se por diversos dias. Enquanto a oposição criticava a ideia de simplesmente terminar com mandatos que haviam sido legitimados pelo povo, alguns membros

militares fosse pela truculência nas ruas, fosse pelas propostas políticas e econômicas. Criticou duramente Castelo Branco no dia 20 de julho de 1964.⁴²³

Por tudo isso, os militares, passaram a vigiar de perto sua vida e a de sua família. No dia 16 de setembro de 1964, Wilmar Taborda acusa o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS de invadir sua casa para prender seu irmão Walmir Ramgrab Taborda, após seus familiares terem se recolhido para dormir. Cita também suas aflições pelo expurgo do Professor Ernani Fiori da Faculdade de Direito.⁴²⁴ Diante do exposto, era real o perigo de sua identificação pelos militares como inimigo da ordem.

Em virtude das eleições para governador do Estado, as tensões tornaram-se exacerbadas entre os dois principais grupos: ARENA *versus* MDB. O ARENA, com prévias agitadas, escolheu como candidato o coronel Walter Peracchi Barcellos e o MDB, o concorrente Cirne Lima. Segundo Flávio Heinz (2005, p.54):

Com os novos partidos políticos já organizados, a Assembleia se dividiu em dois grandes blocos, que assumiam posições distintas no plenário, o que não significa, no entanto, que sempre houvesse consenso nas decisões de cada uma das duas bancadas. Um exemplo importante em que se manifestaram essas divergências refere-se à sucessão do governo estadual, pois, conforme determinava o AI-3, a escolha dos governadores deveria ser feita pelos deputados estaduais. Um grupo que reunia 31 deputados, a maioria deles do

da ARENA, entre eles Antônio Mesquita, rebatiam as acusações feitas em relação ao regime militar, pois para a oposição, naquele momento, estaria sendo muito fácil criticar medidas arbitrárias, mas ela estaria esquecendo as medidas de caráter autoritário implementadas por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (HEINZ, 2005, p.57).

⁴²³ Em 1964, ano do Golpe, Taborda fez cinco discursos. Todos contra o regime imposto. Pronunciou nos dias 22 e 26 de junho, 20 e 27 de julho e 16 de setembro. Ver discursos na íntegra: ANAIS, Junho de 1964. Vol. 176. p. 244, ANAIS, Junho de 1964. Vol. 176. p. 298-302, ANAIS, Julho de 1964. Vol. 177. p. 143, ANAIS, Julho de 1964. Vol. 177. p.279 e ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179. p.133.

⁴²⁴ Carlos Santos discursa sobre o Prof. Ernani Fiori. “Figura de alto gabarito moral, cívico e espiritual”. Pedro Simon, diz que a bancada do PTB é contra o expurgo do Prof. Ernani Fiori. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1964. Vol. 179. p.133. Segundo Jaime Valim Mansan, “Ernani Maria Fiori, do Instituto de Filosofia, era uma importante referência da esquerda católica e liderança na Ação Popular”. Conforme Mansan, o Ato Institucional nº 1, editado em abril de 1964, continha as bases da perseguição política dos militares, dito revolucionários, contra os inimigos da nação, identificados genericamente como comunistas. Nesse contexto, os militares com o propósito de acabar com o comunismo das instituições, afastaram sumariamente quarenta e um professores da UFRGS, concretizando o que eles denominaram de “Operação Limpeza”. “A UFRGS foi atingida sistematicamente por esta organização repressiva e conservadora”. Segundo Mansan, o conservadorismo funcionava como justificativa (e autojustificativa), no sentido desperceber a função primordial da comissão – a perseguição a comunistas, trabalhistas, socialistas, católicos de esquerda e outros que pudessem ser vistos como ligados ao governo autoritariamente deposto – era necessária ou, no mínimo, aceitável. Nesse sentido, o anticomunismo cumpria a função de ‘guarda-chuva ideológico’, ao acusar genericamente de “comunistas” ou de “subversivos”. Ver MANSAN, Jaime Valim. Expurgados: afastamentos sumários de professores da UFRGS durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1969) In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; LOSSO, Tiago (Org.). *Estado e desenvolvimento: política e relações internacionais no Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre, 2010.p.97-113.

MDB, articulou a candidatura do professor Ruy Cirne Lima para o governo do Estado (GRIFO NOSSO).

O MDB tinha condições de eleger o governador do Estado do Rio Grande do Sul, já que Cirne Lima contava com 31 deputados a seu favor, de um total de 55 possíveis.

A ARENA, por sua vez, dividia-se entre os nomes do coronel Walter Peracchi Barcellos e de Tarso Dutra. Após muitas negociações, a convenção realizada pela ARENA no início de julho de 1966 deu um total de 252 votos para Peracchi Barcellos, 236 votos para Tarso Dutra e 15 votos para Cirne Lima. A convenção que optou pelo nome de Peracchi Barcellos como candidato ao governo do Estado foi entendida por Reinaldo Cherubini (ARENA) como “um verdadeiro espetáculo de civismo”. Antônio Setembrino de Mesquita (ARENA), igualmente, entendeu que a convenção foi um “marco decisivo na politização do Rio Grande do Sul”. Cândido Norberto dos Santos (MDB), no entanto, comentou que “as ameaças teriam sido a tônica da convenção”, sendo que a maioria da ARENA era favorável ao nome de Tarso Dutra, mas Peracchi Barcellos é que acabou sendo o escolhido. De qualquer forma, Cândido Norberto garantiu que, na Assembleia, Cirne Lima faria 31 votos, a não ser que ocorresse algum fato novo (CP, 05/07/1966, p. 7). (HEINZ, 2005, p.54-55). (GRIFO NOSSO).

Para Heinz, o “fato novo” - citado por Cândido Norberto - ocorreu com as cassações dos deputados do MDB, entre estes Wilmar Taborda. Fato que facilitou a vitória do candidato da ARENA, Walter Peracchi Barcelos ao governo do Estado.

No dia 21 de julho de 1966, já como deputado do Movimento Democrático Brasileiro, Wilmar Taborda, foi cassado. Em seu último discurso no plenário, Taborda disse:

Srs. Deputados, jamais vivi da espada, pela espada ou para a espada. A violência embora lhe reconheça cidadania no homem, pouco a cultivei, por sabê-la desesperada, antagônica a razão, destruidora do diálogo e por isto primária. Entretanto, agora em meu caminho surge a espada, não para punir-me, pois pena alguma, em razão, mereço, mas talvez para que reconheça a existência necessária e amanhã, quem sabe, melhor compreenda que o homem para fazer-se com plenitude na terra deve partir da condição humana e da altanaria de que a vida, esta vida concretamente humana, é a raiz e o sumo dos valores.⁴²⁵

No discurso do parlamentar, passa-se a sentir o peso do autoritarismo no plenário na época do golpe. Segundo ele:

Agora, perante nós, homens do meu tempo, sei da relatividade do que aprendemos nas escolas. Ensinarão-nos regras de direitos, condutas tradicionais socialmente cultivadas. Não nos mostraram, contudo, que as instituições e as normas do poder, antes dito democrático, repousam na

⁴²⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho e Agosto de 1966. Vol. 196, p.113.

imposição e na violência (...). Estamos assistindo nessa Casa a derrocada de velhas noções aprendidas nas escolas e também da estrutura democrática.⁴²⁶

Taborda, plenamente consciente de sua situação e posição política, afirmou que:

Recebi com tranquilidade a suspensão de meus direitos políticos pelo espaço de 10 anos, bem como a cassação do meu mandato. Já esperava até que tal viesse a ocorrer. Quero dizer neste instante o que no primeiro discurso perante esta augusta Assembleia tive ocasião de gizar: que no espaço do exercício de mau mandato, muitas coisas importantes haveriam de ocorrer no Brasil. Talvez exercesse meu mandato de deputado em meio a violência, a opressão e a prepotência (...).⁴²⁷

Wilmar Taborda traz em seu discurso as tensões da política brasileira, relatando o debate entre o bismarckismo e neo-malthusianismo,⁴²⁸ concretizado nos resultados políticos, até então vivenciados por ele mesmo:

(...) E tudo isso dizia então porque nos encontramos inevitavelmente engajados em uma crise econômica e de desenvolvimento. Sabia perfeitamente que duas saídas se apresentavam perante os homens públicos: o bismarckismo ou então, como alguns pregavam, o neo-malthusianismo. Veio o bismarckismo, aí estamos diante de um estado militarista. As coisas na História ocorrem inevitavelmente, inexoravelmente, e nenhum povo alcança a sua plena maturidade política, social e econômica sem pagar algum sacrifício (...). Nenhum de nós faz política de graça ou sem pagar pelos seus atos. E esta é essência da responsabilidade. Por isto saio desta casa com altanaria com que aqui entrei. Não reneguei as minhas crenças, não titubeei em defender o que a minha consciência impunha, não conspiruei o meu mandato, não obedeci a impulsos mesquinhos (...). Agora, daqui recebo uma lição, que por certo irei carregar. Nos momentos de maior intensidade na luta pelo poder, é fatal que ocorra alguma violência (...).⁴²⁹ (GRIFO NOSSO).

O bismarckismo, vitorioso na visão de Taborda, representava o interesse dos militares. Como conclusão, o parlamentar ainda defendendo sua posição política verbalizou:

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho e Agosto de 1966. Vol. 196, p.114.

⁴²⁸ Bismarckismo significava: “o militarismo, a polícia e o monopólio das finanças confundidos num único e mesmo sistema”. Ver BAKUNIN, Mikhail. Carta a Nikolai Ogarev. Lugano, 11 de novembro de 1874. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bakunin/1874/11/11.htm>. Acesso em 23 de março de 2014. Neomalthusianismo: era uma teoria formulada no final do XIX, por Paul Robin. Ideologia comprometida na redução da natalidade, diminuição do número de operários e de soldados, sendo esse último como exército de reserva e de defesa do capital. Para essa teoria, feito isso, os salários subiriam, a miséria desapareceria, com isso a felicidade estaria mais perto. Conforme Freire e Lousada (1982) “o neomalthusianismo francês assume-se desse modo como mais uma arma na luta contra o capitalismo”. Ver FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. O neomalthusianismo na propaganda libertária. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, p. 1367-1397. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461180E5bHL9jI7Ge12KE1.pdf>. Acesso em 23 de março de 2014.

⁴²⁹ Ibidem.

(...) As minhas ideias são por demais conhecidas nesta casa (...). Por isto (...) não me cabe, neste instante, nenhum apela a dramaticidade, ao emocionalismo, ou então, ao espetáculo. Recebo o acontecimento com muita frieza, compreendendo-o, repito-o, é verdade, porém, só o tempo é capaz de dar uma resposta verdadeira às grandes perguntas que ora são formuladas com as cassações de nossos mandatos, com as suspensões de nossos direitos políticos e também com o impedimento do Sr. Professor Rui Cirne Lima chegar ao poder no Rio Grande do Sul através do voto desse augusto Plenário (GRIFO NOSSO).⁴³⁰

No encerramento de sua participação, Taborda, enfatizou a derrota de seu representante, Cirne Lima, contra o candidato da ARENA, Walter Peracchi Barcelos, eleito pelos deputados, nas eleições indiretas, como governador do Estado do Rio Grande do Sul.⁴³¹ Nesse episódio, bem como nos demais temas referentes às cassações tem-se um silêncio constante de Carlos Santos, que mantinha uma relação de negociação, sintonia ou aceitação ao sistema. Pois, como vimos, seu partido legitimava o regime e não o tensionava, já que os que visibilizavam seu descontentamento eram cassados.

Enquanto Taborda e outros parlamentares caíam, Carlos Santos (MDB) e Adolfo Puggina (ARENA) foram agraciados com o Prêmio Springer - Por um Rio Grande Maior. O prêmio era de iniciativa da empresa de Refrigeração Springer S/A e objetivava estimular a atividade parlamentar nos setores ligados à economia e à educação.

Carlos Santos recebeu a laurea por sua atuação com a instituição da “Campanha de Valorização do Pescado” e Adolfo Puggina, recebeu a designação devido a sua participação “no setor educacional, por seus trabalhos como Presidente de Educação e Saúde, na Sessão Legislativa de 1965” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 10 de agosto de 1966, *sp.*).

Em seu pronunciamento de agradecimento Carlos Santos destacou a Springer e, principalmente, a Salomão Kirjner, comentarista da “Coluna Parlamentar” e apresentador do programa radiofônico “A Assembleia em Sua Casa”.⁴³² E de modo geral agradeceu “aos jornais, rádios, emissoras de televisão do nosso Estado, pela

⁴³⁰ Ibidem.

⁴³¹ Com Taborda, outros seis deputados de oposição foram cassados: Álvaro Petracco da Cunha, Darcy von Hoonholtz, Hélio Fontoura, Cândido Norberto, Osmar Lautenschleiger e Seno Ludwig. Favorecendo a hegemonia da ARENA na Assembleia Legislativa. Ver HEINZ, Flávio (Org.). *O parlamento em tempos interessantes – Breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

⁴³² Salomão Kirjner, jornalista lembrado pelo deputado, constantemente destacava a cor de Carlos Santos, reforçando o ineditismo da façanha de um negro ser membro da Assembleia do Rio Grande do Sul. O que de certa maneira possibilitou admirações mútuas.

Campanha oferecida a nossa empreitada em favor do peixe” (SANTOS, 1967, p.88-96).⁴³³

Entretanto, mesmo sendo um discurso festivo o parlamentar chamou a atenção do plenário lotado para uma situação específica: “o Peru, segundo a FAO, órgão da ONU de combate à fome, liderava a produção do pescado produzindo 9,1 milhão de toneladas por ano” e o Brasil “com todo o potencial de suas águas piscosas segundo o BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento produzia apenas 526 mil toneladas”.⁴³⁴

O tribuno faria mais quatro discursos sobre o tema em 1966, porém todos em dezembro, após as eleições, marcadas para o dia 15 de novembro.⁴³⁵

Após realização das eleições, o político vinculado agora ao MDB, conseguiu expressivos 13.365 votos. Nas eleições anteriores, vinculado ao PTB, em 1958, o parlamentar obteve 8.504 votos e nas eleições de 1962, entrou na suplência com 6.836 votos. Em plena ditadura civil-militar, Carlos Santos atingira a sua afirmação parlamentar.

No dia 14 de dezembro o Jornal “Correio do Povo” publicou a editorial de seguinte título: “Muito projeto, mas pouca realização - Pesca está no terreno das ideias”. Essa crítica foi realizada após a atividade organizada quatro dias antes, no dia 10 de dezembro, intitulada: “Feira Regional do Peixe”. Na ocasião, “ocorreu uma reunião da Comissão Especial da Assembleia Legislativa que estuda o tema” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 14/12/1966, *sp.*).

Estavam no encontro Carlos Santos, presidente da Comissão, Aldo Fagundes, relator, Adolfo Puggina e Emílio Varoli, superintendente da SUDEPE, que debateram os problemas fundamentais da indústria pesqueira em nosso Estado, como frota pesqueira, convênio entre a SUDEPE e o Banco do Brasil para financiamento da pesca, o novo código da pesca, o problema da nacionalização da pesca.

⁴³³ Esse discurso mesmo sendo em caráter festivo, de homenagem, entrou nas estatísticas do tema da pesca, já que 7 de suas 9 páginas foram referente ao desenvolvimento da pesca no Brasil e no RS.

⁴³⁴ *Ibidem.*

⁴³⁵ Antes dos discursos sobre a pesca o político fez discursos sobre o DAER em São José do Norte, homenagens a Rio Grande e a sua biblioteca, considerada a mais antiga do Estado, sobre o descaso da Companhia de Telecomunicações do Estado na cidade de São José do Norte, Sobre o Dia Mundial da paz promovido pelo Papa VI, destacou a homenagem recebida pela indústria brasileira da Admiral dos E.U.A que conferia certificado-padrão as nossas indústrias, discursou sobre o Dia Nacional de Ações de Graças, homenageou à memória Simões Lopes Neto e do empresário A.J Renner. Falecido. Ver ANAIS, Setembro e Out. de 1966. Vol. 197. p.89, ANAIS, Setembro e Out. de 1966. Vol. 197. p.08-09. ANAIS, Setembro e Out. de 1966. Vol. 197. p.13. ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.03-04. ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.08. ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.09-10. ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.17-19. ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.03-04. ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.50-52.

Ao final da reunião, Emílio Varoli, da SUDEPE, ressaltou a importância da troca de ideias entre “os representantes do povo e os órgãos oficiais incumbidos da execução da política pesqueira do governo federal” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 14/12/1966, *sp.*). Ou seja, os deputados teriam que motivar o povo a legitimar as propostas pesqueiras do governo federal.

Os últimos pronunciamentos do deputado eleito Carlos Santos a partir do púlpito da Assembleia Legislativa, demonstram um político também preocupado com a pobreza de Rio Grande e com a permanente situação pesqueira do Estado. Os últimos discursos, que serão analisados na segunda legislatura, como deputado estadual, foram realizados dias 19, 20 e 30 de dezembro de 1966.

Nos dias 19 dezembro o tribuno pronunciou-se sobre os problemas do bairro formado por proletários localizados próximo ao mar, na cidade de Rio Grande, antiga Vila Cedro, denominada bairro Getúlio Vargas. Onde vivem cerca de 30 mil pessoas. Na ocasião, ele propôs ao Estado a criação de uma COHAB (Cia. De Habitação do Estado do RS) na região como medida de profundo alcance social. Em outro discurso, realizado no dia posterior, dia 20, o político mencionou além do bairro Getúlio Vargas o de Santa Tereza.

Por meio das palavras do tribuno, interpretam-se as características econômicas e sociais das populações que moravam nesses territórios. No discurso do parlamentar:

Quem pelo mar viajando, desembarca em Rio Grande, feita por isso mesmo sala de visita do nosso Estado, desde logo descortina, ali mesmo à margem do Porto, um panorama que sobremodo impressiona pelo alto índice de desajustamento socioeconômico que oferece uma larga área habitacional onde se aglomeram, sem os mínimos resquícios de urbanismo, higiene e saúde pública quase um terço da nobre e valorosa população da importante e única cidade marítima do extremo sul-brasileiro.⁴³⁶

Para Santos, a região era caótica e sem a mínima condição de convívio. Algo que o poder público, deveria resolver. Pois, as pessoas viviam:

A mingua do menor conforto que exigir-se possa de qualquer aglomerado urbano, desde a iluminação pública, policiamento, assistência médica, telefone, rede escolar adequada, serviços de água e esgoto, urbanização, identificação das ruas e casas, limpeza e higiene públicas, valetamento (sic) e qualquer tipo de pavimentação de ruas e casas ali marcadas por extensos e não raros intransponíveis pantanais.⁴³⁷

⁴³⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.03.

⁴³⁷ Ibidem.

Em seu discurso, tem a ação de propor a criação de uma área regularizada por meio dos recursos da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul - COHAB.

Um plano objetivo imediato, concreto e racional da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB) se impõem, como medida de profundo alcance social e econômico, até mesmo como penhor de reabilitação dos valores humanos que proliferam e se acotovelam como sombras nos tugúrios (cabana) da antiga Vila Cedro (...).⁴³⁸

Contudo, nessa cobrança, o representante das “gentes do mar”, compreende que os créditos imobiliários da COHAB deveriam ser de acordo com as condições das populações que ali viviam, sem juros, prazos e créditos impagáveis. Na realidade, para ele o poder público tinha que agir e “garantir os recursos” para resolver a situação degradante daqueles moradores.

Segundo Santos, “(...) O descaso oficial a que os poderes públicos relegaram o bairro Getúlio Vargas (Cedro), quanto mais se considera não se tratar de um simples reduto de maloqueiros, desocupados e vadios ou marginais da sociedade”. Nesse sentido, entende-se que um dos motivos da falta de investimento do poder público nessas vilas, tanto na Getúlio Vargas quanto na Santa Tereza, devia-se ao estigma social destinado àquelas pessoas.

Edgar Ávila Granda, pesquisou a origem do bairro Getúlio Vargas de Rio Grande. Granda (2000) teceu considerações sobre possibilidades de análise sobre a visão de dois segmentos sociais na formação da Vila, discutindo o caráter classista das referidas visões.

O bairro Getúlio Vargas, tem sua origem vinculada ao projeto de construção do porto de Rio Grande em 1904, elaborado pela *Compagnie Française du Port* de Rio Grande, companhia francesa que controlava os negócios desse porto (GRANDA, 2000, p.76).

Para Cesar Augusto Ávila Martins (2010), com as negociações entre empresas estrangeiras e o Estado Brasileiro, nesse período, tendo nas obras dos molhes da barra e na organização dos cais da atracação finalizadas pela *Compagnie Française du Port du Rio Grande do Sul*, Rio Grande passou a ser um grande porto brasileiro. Essas obras,

⁴³⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.03-04.

segundo o pesquisador, permitiram o fluxo de embarcações de maior calado a partir de 1915.

A partir disso, a região mantinha uma intensa área de circulação e fixação de comerciantes de importação e de exportação, industriais e trabalhadores fabris. Portuários formaram com pescadores, um grupo com atividades diversificadas. O bairro surgiu a partir das necessidades de fixação desses últimos grupos:

O bairro foi planejado para atrair uma camada da população que representaria um setor econômica e socialmente abastado. Porém, no desenvolvimento da trajetória dessa localidade, vislumbramos que, contrariando a proposta inicial, esse espaço foi ocupado por setores subalternos, entre estes um enorme contingente de trabalhadores portuários (GRANDA, 2000, p.75-82).

Edgar Granda (2000) destacou que a proximidade com o porto e as indústrias foi o estimulador da ocupação do espaço por essa categoria. O historiador identificou os motivos que originariam um bairro estigmatizado, já que seus moradores iniciaram suas construções de maneira informal em um local sem permissão para a iniciativa. Para esse autor, o bairro foi originado a partir de:

Casebres de madeira com péssimas condições de higiene. Devemos expor que o porto de Rio Grande empregava, no recorte temporal aqui enfocado, em torno de mil e quatrocentos operários, que atuavam como diaristas avulsos, trabalhando quando havia necessidade de seus préstimos, e a grande maioria desses trabalhadores e suas respectivas famílias residiam no bairro em tela, caracterizando-o como bairro dos portuários. Essa localidade era conhecida como ‘o bairro que crescia à noite’, pois era nesse horário que os moradores construíam suas casas’, já que o local era terreno de Marinha, estando proibidas as construções. Assim, levantando a casa durante a noite, evitavam-se possíveis problemas com as autoridades. A necessidade de trabalho dos habitantes da localidade, que ocorria no período diurno, era outro motivo para as construções serem feitas à noite.⁴³⁹ (GRIFO NOSSO).

Vale destacar, segundo entrevistas de Granda (2010) com antigos moradores do bairro, que essas casas eram construídas “em regime de mutirão” com “churrasquinhos, linguiças e chimarrão”.

Tratados como trabalhadores braçais, do porto, eram constantemente estigmatizados pela imprensa local. Recaiá sobre o bairro o estigma destinado aos seus moradores, visto em estado de miséria. Os portuários eram identificados com as atividades musculares, como é o caso dos estivadores.

Segundo Granda, geralmente esses trabalhadores eram estigmatizados pela sociedade: "O trabalho no porto, instável e pesadíssimo, tem sido classificado como um

⁴³⁹ Ibidem, p.77.

daqueles em que as chamadas 'classes laborieuses' confundem-se com as 'classes dangereuses'." (OLIVEIRA, 1995, p. 4 *apud* GRANDA, 2000, p.79).

Eram recorrentes nos periódicos locais de Rio Grande as notícias sobre o 'perigoso' bairro Getúlio Vargas, local considerado um antro de toda espécie de gente, e que deveria ser evitado, ao que as 'pessoas de bem' do município impunham uma imagem de local violento e sujo, e seus moradores sofriam várias restrições, sob o olhar desconfiado da classe dominante.⁴⁴⁰

Atualmente, quem tem a oportunidade de conhecer a região citada, se depara com a herança social do período, já que a opulência do Porto e de conjuntos habitacionais da Marinha contrastam com a pobreza encravada na região, lado a lado. Todavia, na década de 1960, Carlos Santos - por meio de seu projeto para o desenvolvimento da pesca - concatenado com os investimentos dos militares nesse segmento, percebe que o momento de auxiliar os trabalhadores desse bairro chegou.

Em consonância com Martins (2010):

A partir dos anos de 1960 a localização do Rio Grande e a conjugação de políticas de Estado, auxilia a alavancagem de dois setores industriais: o pesqueiro e o de fertilizantes. O primeiro, já possuía uma base fabril e de trabalhadores e, com o decreto 221-67, o governo federal objetivava transformar a indústria da pesca em uma indústria de base. A riqueza biológica do Estuário e do litoral adjacente é somada as possibilidades de realizar capturas com embarcações industriais nas águas distantes e profundas do sul do Oceano Atlântico. A combinação de políticas estatais para financiar embarcações e fábricas, uma base empresarial, de trabalhadores da pesca e das fábricas e as melhorias nas condições de transporte e conservação do pescado, produzem em Rio Grande até o começo dos anos de 1990, o maior e mais completo complexo industrial pesqueiro do país (MARTINS, 2010) (GRIFO NOSSO).

O Decreto-Lei nº 221-67, citado anteriormente por Martins (2010), iria institucionalizar definitivamente o estímulo da pesca no país, como será visto mais adiante.

Voltando à situação dos bairros, Carlos Santos criticou, em seu discurso, o corte de água no bairro Santa Tereza, bairro com as mesmas características de formação identificada no bairro Getúlio Vargas. Segundo ele, o corte foi realizado para "assegurar o abastecimento dos navios".⁴⁴¹ No final de seu discurso, sobre sua ação política em prol do bairro Getúlio Vargas, enfatizou:

Honrado que fui com a renovação de meu mandato nesta casa, expresso, desde já, a confiança, que tenho no espírito público e no patriotismo dos

⁴⁴⁰ Ibidem, p.79.

⁴⁴¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.03-04.

nobres deputados que aqui estarão na próxima legislatura para que não me neguem a decidida colaboração. que o Rio Grande, espera para a solução do sério problema social que o bairro Getúlio Vargas apresenta e que mercê de Deus, com ânimo resoluto, penso enfrentar daqui desta Assembleia, no próximo ano, certo de que a sorte daquelas trinta mil almas confinadas em desumano abandono (...) exige compreensão e providências urgentes do Estado e da União.⁴⁴² (GRIFO NOSSO).

O parlamentar pretendia em sua próxima legislatura, terceira consecutiva, reunir deputados, o Executivo regional e a União, na resolução dos problemas dos bairros localizados próximo ao mar da cidade marítima de Rio Grande.

Nesse momento, o país estava em crise, recessão e pressões em cima de Castelo Branco, que tem no seu ministro da Guerra “linha dura” Costa e Silva, candidato a sua sucessão.

Em 20 de dezembro, o deputado, em novo discurso cita a resposta positiva aos seus anseios: “a de que o Estado por meio da Companhia de Água do Estado estava realizando projeto para o fornecimento de água ao bairro Santa Tereza”.⁴⁴³ Porém, no mesmo pronunciamento acusa a possível ocupação da área pela Companhia de Docas do Estado, que em seu projeto original nada constava referente a investimentos nos bairros operários da região, muito pelo contrário, previa inclusive a transferência desses bairros para outras localidades. Para o tribuno nada poderia ser superior aos interesses “sagrados e legítimos de várias dezenas de famílias operárias”.⁴⁴⁴

Nesse mesmo dia, Carlos Santos pronunciou, pela segunda vez na tribuna, algo raro, mas que já havia acontecido em outro momento.⁴⁴⁵ Em sua comunicação, denunciou a Ordem de Serviço 19/66, emitida pelo chefe do Posto de Fiscalização de Pesca de Rio Grande. Ordem que proibiu a pesca profissional em Rio Grande.

Santos, destacou a “sua estranheza diante da esdrúxula e perniciososa decisão do Posto de Fiscalização de Pesca de Rio Grande”. Situação que provocou na cidade a “justa reação de protesto por parte dos bravos trabalhadores do mar e que do mar recolhem, a golpes de ingente e rude labor a subsistência própria e de suas famílias”.⁴⁴⁶ O político viu sérios problemas nessa ordem, e disse: “E o pescador que vive ali o seu trabalho, de sua faina diária do arrastão, de sua luta meritória em prol de nossa produção

⁴⁴² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.04.

⁴⁴³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.08.

⁴⁴⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.09.

⁴⁴⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.13.

⁴⁴⁶ Ibidem.

pesqueira?” Mais adiante, parecendo irritado com as circunstâncias da normativa verbalizou:

Que morra de fome o pescador que se sacrifique a produção pesqueira do Estado, desde que ao longo da extensa orla marítima do Cassino os banhistas possam cantar em coro as alegrias de viver!⁴⁴⁷

Nitidamente Santos se posiciona do lado dos grupos pesqueiros, identificando na alegria dos banhistas o oposto do que sentiam os grupos que dependiam da pesca. Em seguida, continuou sua ação em defesa das atividades da pesca e dos pescadores:

Não creio que as autoridades responsáveis pelo setor pesqueiro do Estado tenham conhecimento ou hajam autorizado tão absurda medida que tantos protestos tem justamente provocando no seio da classe dos pescadores agora condenada (...) que as autoridades competentes tomem de pronto as medidas que se impõem em defesa não só de nossa regular produção pesqueira mas de forma especial dos sagrados e legítimos interesses dos nossos bravos pescadores.⁴⁴⁸ (GRIFO NOSSO).

No penúltimo dia do ano, 30 de dezembro de 1966, o parlamentar realizou seu último discurso no ano, e o último de sua segunda legislatura. Em sua intervenção, posicionou-se com sua bancada, MDB, que era oposição da Casa, dominada pela ARENA. Cobrou do deputado Alexandre Machado, ARENA, explicações sobre a transferência da Companhia de Docas do Rio Grande do Sul a Companhia Brasileira de Docas e Dragagem, empresa de economia mista. O deputado teria denunciado a negociação. O que gerou tensão entre os deputados.

Alexandre Machado, mesmo sendo do mesmo partido do futuro governador, Walter Perachi Barcelos, levantou restrições ao projeto do Executivo por considerar prejudicial ao Estado. Segundo ele, “o objetivo teria o fim de oferecer cargos a afilhados do governo” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 08 de janeiro de 1967.sp.).

Para Carlos Santos, dois aspectos dessas negociações o preocupavam; ambos vinculados ao aspecto social. Pois, as vilas Getúlio Vargas e Santa Tereza, passariam a constar em um terreno particular, que teria como proprietário a Companhia Brasileira de Docas e Dragagem. Além dos riscos de desocupação das famílias, outro fator era quanto ao vínculo empregatício dos portuários da região, que perderiam sua relação de trabalho pública para uma regulação gerida pelas Consolidações das Leis do Trabalho, pois a

⁴⁴⁷ Ibidem.

⁴⁴⁸ Ibidem.

Companhia que ocuparia o local era de economia mista. Segundo Pedro Simon, deputado colega de Santos, no MDB, as denúncias deveriam ser esclarecidas.⁴⁴⁹

O deputado Alexandre Machado, irritado, mencionou que os esclarecimentos deveriam ser dados pelo governador do Estado, Walter Peracchi Barcelos, a partir de 31 de janeiro de 1967.

Tabela 31 – De ordem das intervenções na legislatura (1963-1966)

Ordem	Temática	Quantidade
1º	Pesca	35,5
2º	Homenagens	16
3º	Região Sul	16
4º	Identidade Negra	8,5
5º	Situação Política	6
6º	Educação	3
7º	Religião Católica	3
8º	Grupos Sociais	2
9º	Outros	2

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

4.4 O CONGRESSO DOS PESCADORES DE PORTO ALEGRE

Em 1967, Carlos Santos foi empossado para sua terceira legislatura consecutiva como deputado eleito do Estado. Como se observou na primeira seção desta tese, nesse ano o tribuno chegou ao posto de maior envergadura da política regional. Porém, é a legislatura que o orador mais silenciou no que tange aos temas desta pesquisa.

Entretanto, no início de janeiro, todos os seus discursos proferidos anteriormente resultariam na publicação do livro “O problema da pesca no Rio Grande do Sul: a campanha de valorização do pescado” publicado no dia 08 de janeiro de 1967, de sua autoria. Na sessão de lançamento e autógrafos estiveram presentes: Adolfo Antônio Fetter, delegado regional da SUDEPE, os deputados Álvaro Azambuja e Alfredo Hofmaister.⁴⁵⁰

⁴⁴⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198. p.74-75.

⁴⁵⁰ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 08/12/1967, *sp.*; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 05/01/1962, *sp.*

Na legislatura em questão (1967-1970), identificou-se como a que o tribuno menos fez discursos no plenário sul-rio-grandense em quatro anos, total de 41. Foi a menor média discursiva de Carlos Santos no parlamento desde 1959. Em contrapartida foi o período de seu maior sucesso, inclusive sendo governador interino por duas ocasiões.

Tabela 32 – Total de discursos pronunciados por Carlos Santos na assembleia do RGS (1967-1970)

Ano	QTD	Sobre a pesca e a identidade negra	Pesca	Identidade Negra
1967	10	01	01	00
1968	01	01	00	01
1969	04	00	00	00
1970	26	07	04	03
Total: 04 anos	41	09	05	04

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia do RS.

Em janeiro de 1967, após vencer a disputa interna no MDB contra Airton Barnasque por 17 a nove votos o deputado concorreu ao cargo de presidente da Assembleia Legislativa.⁴⁵¹ Salienta-se que Carlos Santos não era uma unanimidade em seu partido.

Em Sessão Solene de Instalação da 6ª legislatura para a posse dos deputados da mesa. Carlos Santos do MDB venceu Ariosto Jaeger da ARENA, por uma diferença de um voto: 28 a 27. Contudo, o parlamentar recebeu todos os votos da bancada da ARENA. Conforme se pôde acompanhar na primeira seção desta tese, a posse do político foi amplamente divulgada pela imprensa sul-rio-grandense e brasileira.

Entende-se que Carlos Santos - por meio de suas ações - obteve o reconhecimento de seus pares como um político equilibrador; devido a isso, após sua vitória, em disputa acirrada interna de seu partido pela presidência da Casa, sem dificuldades obteve-se um consenso em torno de seu nome.⁴⁵²

Mas, para as assertivas da pesca e da identidade negra surgiram problemas, pois, a partir da presidência de Carlos Santos no parlamento qual seria o tempo destinado pelo político a esses temas na casa? O parlamentar continuaria a defender a pesca? E as questões negras, como ficou nesse ano? Ele denunciou alguma situação de discriminação contra algum indivíduo negro? Os discursos de Carlos Santos sobre a pesca diminuiriam?

⁴⁵¹ ZERO-HORA, Porto Alegre, 01/02/1967, p.06.

⁴⁵² “Quando o nome de Carlos Santos foi lembrado para a presidência daquela casa, todos reconheceram que era uma homenagem justa a um velho lutador. E por isso mesmo, ainda que tenha recebido somente os votos da oposição foi acolhida com aplausos por todos os componentes da Assembleia”. *Sn. De eficiente auxiliar de caldeireiro a destacado presidente da Assembleia*. Porto Alegre, 10/03/1968.sp.

Quem continuou defendendo a pesca enquanto o parlamentar estava presidindo o poder legislativo? Quais os motivos de seu silenciamento?

Interessante que sobre as questões negras nesse ano, nem mesmo na data magna do dia 13 de maio, houve qualquer intervenção parlamentar alusiva à data, nem mesmo de Carlos Santos, como presidente do Legislativo.

Todavia, mesmo sem pronunciar no parlamento sobre os temas afros, o deputado foi convidado para participar de almoço de lançamento da Revista Manchete, na Guanabara, capital do país - reuniu-se, acompanhado de seu chefe de gabinete, jornalista José Luiz Pereira da Costa, Tarso Dutra, ministro da Educação e Mário Andreazza, dos Transportes, com delegações diplomáticas de países africanos, interessados em conhecer o Rio Grande do Sul.⁴⁵³

No retorno a Porto Alegre, “falando no aeroporto Salgado Filho com o escritor Érico Veríssimo” relatou da atividade na revista Manchete (...), porém, “informou que o que mais o impressionou foi à aproximação com o corpo diplomático dos países africanos, que serviu para estreitar ainda mais as nossas relações com aqueles países”.

O presidente do Legislativo conversou com representantes do Senegal, Ghana, Haiti e da Nigéria. O parlamentar “trocou ideias e impressões sobre os problemas dos dois continentes, visando maior compreensão”. Desse encontro, oportunizado pela homenagem a Revista Manchete, surgiram convites para o deputado visitar a África.⁴⁵⁴

Arthur Costa e Silva (1899-1969) assumiu o poder no Brasil. Em um primeiro momento a substituição na chefia do governo “não significou uma política repressiva mais intransigente”. Face à impopularidade da ditadura, o “chefe” tentou aplicar uma política pragmática no campo político e econômico (SADER, 1982, p.156).

No campo econômico, Roberto Campos foi substituído por Delfim Neto e, no campo político, Costa e Silva abre seu governo ao “diálogo”. Para Sader, esse projeto tinha uma intenção: “resolver os problemas de isolamento social da ditadura”, no entanto, “o governo faz suceder a cada abertura uma nova onda repressiva” (SADER, 1982, p.155-156), o que iria ocorrer mais adiante em 1968.

Voltando as intervenções de Santos no plenário, ao todo, como presidente da Assembleia, ele fez nesse ano 10 intervenções discursivas no parlamento. Conforme tabela;

⁴⁵³ *Sn.* Embaixadores de países da África visitarão o Estado, Porto Alegre, 28/03/1967.*sp.*

⁴⁵⁴ ZERO-HORA, Carlos Santos vai à África. Porto Alegre, 27/03/1967, p.6.

Tabela 33 - Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1967

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	31/01/1967	Sessão Solene de Instalação legislatura para a posse dos deputados da mesa. Carlos Santos realiza discurso de posse como presidente.	ANAIS, Janeiro de 1967 de 1967. Vol. 199. p.04-07.
02	14/05/1967	Sessão Destinada à promulgação da nova Carta Constitucional do Rio grande do Sul. Trabalhos dirigidos pelo presidente da casa.	ANAIS, Maio de 1967 de 1967. Vol. 203. p. 185-188.
03	29/06/1967	Sessão solene de lançamento da Encíclica: “Popularum Progressio” de Paulo VI. Discursou o presidente da Assembleia Carlos Santos.	ANAIS, Junho de 1967 de 1967. Vol. 204. p. 258-262.
04	<u>01/08/1967</u>	<u>Carlos Santos “retorna a tribuna” e agradece o estímulo do Plenário em ao ciclo promissor da Pesca no Rio Grande do Sul.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1967 de 1967. Vol. 205. p. 20-21.</u>
05	19/09/1967	Sessão Solene de mudança da Assembleia Legislativa para o Palácio Farroupilha. Sessão Presidida por Carlos Santos, que discursou.	ANAIS, Julho à Setembro de 1967 de 1967. Vol. 205- 206. p. 201-203.
06	20/09/1967	Sessão de Instalação da Assembleia no plenário do Palácio Farroupilha no dia 20 de setembro de 1967. Sessão Presidida por Carlos Santos, que discursou.	ANAIS, Julho à Setembro de 1967 de 1967. Vol. 205- 206. p. 209-211.
07	03/10/1967	Sessão Solene da Assembleia Legislativa destinada à entrega do Prêmio Springer “Por um Rio Grande Maior”. Sessão Presidida por Carlos Santos, que discursou.	ANAIS, Outubro de 1967 de 1967. Vol. 207. p. 25.
08	23/11/1967	Carlos Santos discursa sobre o Dia Nacional de Ação de Graças. “Te Deum Laudamos”.	ANAIS, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.259-260.
09	07/12/1967	Dom Vicente Scherer, Arcebispo Metropolitano agracia com a encomenda papal, o deputado Carlos Santos e os líderes da ARENA e MDB na Assembleia. Carlos Santos discursa agradecendo a láurea.	ANAIS, Dezembro de 1967 de 1967. Vol. 209. p.75-79
10	20/12/1967	Carlos Santos apresenta resenha dos trabalhos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa no ano de 1967, ano de sua gestão como presidente.	ANAIS, Dezembro de 1967 de 1967. Vol. 209. p.298-300

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa ANAIS, Março a dezembro de 1967. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial. (GRIFOS NOSSOS)

Quanto à pesca, o parlamentar fez somente um pronunciamento, no dia 01 de agosto, em agradecimento ao plenário ao ciclo promissor da pesca no Rio Grande do Sul. Na realidade essa intervenção foi motivada pela notícia de que o governo federal suspenderia os estímulos fiscais à pesca. Segundo o parlamentar:

A grave ameaça de anulação dos incentivos fiscais no Sul do país, surge, precisamente agora, quando criando e instalando um órgão especializado o Governo do Estado anunciou o início de uma fase executiva de desenvolvimento da pesca no Rio Grande do Sul, quando empresários gaúchos, num esforço gigantesco se, empenham na modernização e ampliação do parque industrial do pescado, inclusive na aquisição de moderna frota pesqueira (...) A grave ameaça da anulação da aplicação de incentivos fiscais desaba sobre o Rio Grande do Sul quando preparamos para

arrancar de suas águas de excepcional piscosidade os elementos com que a natureza nos favoreceu para garantir ao Brasil a reconquista soberba da posição de vanguarda como potência mundial do Pescado.⁴⁵⁵

Interessante que, mesmo como presidente da Assembleia, a voz dos deputados contra a suspensão de incentivos fiscais recaía sobre a figura de Carlos Santos, que reivindicou também a “reação contra a anulação dos percentuais do Imposto de Renda no incentivo da pesca, do reflorestamento e do turismo no Sul do País”.⁴⁵⁶

Antes, no dia 28 de fevereiro, o governo federal promulgou o Decreto-Lei 221-67 dispondo sobre a proteção e o estímulo à pesca no Brasil. “Para os efeitos desse Decreto-lei define-se por pesca todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida”. Porém, muito pouco esse decreto tratava da vida e da comunidade do pescador artesanal.⁴⁵⁷

Para um acompanhamento das legislações fundadas pelo Estado Brasileiro, regulando a atividade pesqueira, até o ano de 1967, apresenta-se a tabela abaixo:

Tabela 34 – Informativa sobre os decretos-lei referente ao desenvolvimento da pesca no Brasil

Ano	Lei	Responsável	Referência
02 de janeiro de 1934	Decreto nº 23.672	Getúlio Vargas	Aprovado o Código de Caça e Pesca que com baixa, assignado pelos ministros de Estado e cuja execução compete ao Serviço de Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.
19 de outubro de 1938	Lei 794	Getúlio Vargas	Aprovado o Código de Pesca que com esse baixa assinado pelos Ministros de Estado e cuja execução compete ao Serviço de Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.
27 de setembro de 1939	Decreto-Lei 1.631	Getúlio Vargas	A Divisão de Caça e Pesca terá um registro de pescadores profissionais e de amadores, do qual constarão o nome, a idade, a naturalidade, a filiação, a residência, a colônia e o assentamento da sua atuação

⁴⁵⁵ *Sn.* Deputados unem as vozes contra a suspensão de estudos à pesca. Porto Alegre, 02/08/1967, sp.

⁴⁵⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1967 de 1967. Vol. 205. p. 20-21.

⁴⁵⁷ Decreto-Lei 221-67 foi o terceiro regulamento efetuado pelo poder público para controlar as atividades da pesca no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/decreto-lei/del0221.htm/> Acesso 30 de março de 2014.

			no exercício da pesca.
10 de outubro de 1962	Lei Delegada nº 10	João Goulart	Criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), como autarquia federal, com sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, subordinada ao Ministro da Agricultura.
28 de fevereiro de 1967	Decreto-Lei 221-67	Castelo Branco	Esta lei revogou as leis de 1934 e 1938. Para os efeitos desse Decreto-lei, define-se por pesca todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida. Nesta Lei a SUDEPE passou a controlar as atividades da pesca e não o Ministério da Agricultura como anteriormente. A pesca, conforme artigo 18: “era considerada indústria de base”.

Fontes: Decreto-Lei 221-67 foi o terceiro regulamento efetuado pelo poder público para controlar as atividades da pesca no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm/ Acesso 30 de março de 2014. Antes desse, a primeira lei sobre a pesca foi o Código de Caça e Pesca, baixado pelo decreto n. 23.672, de 2 de janeiro de 1934 (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>) e a segunda foi o Decreto-Lei 794, de 19 de outubro de 1938 (http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=794&tipo_norma=DEL&data=19381019&link=s). Seu artigo primeiro, enfatizava os “serviços de pesca em todo o Brasil, inclusive a administração, direção, fiscalização técnica do pessoal e material respectivos, a instrução especializada dos pescadores e sua organização profissional, e tudo mais que com a mesma se relacione no interesse da defesa da fauna e flora agrícolas e desenvolvimento de suas indústrias, ficam inteiramente subordinados ao Ministério da Agricultura”. Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=794&tipo_norma=DEL&data=19381019&link=s. Acesso 30 de março de 2014. Outro decreto importante foi o nº 10 de 1962, de criação da SUDEPE. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Ldl/Ldl10.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2013. Sobre o Decreto-Lei 1.631, disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1631&tipo_norma=DEL&data=19390927&link=s. Acesso em 30 de março de 2014.

Todavia, com a presidência de Santos na Casa, nesse contexto, foi outro parlamentar que se pronunciou como representante da pesca e dos pescadores: o deputado Adolfo Puggina (1915-1997), da ARENA. Destaca-se que o deputado faz parte do partido opositor do de Carlos Santos, MDB. Como isso pode ter acontecido? Como um partido de oposição ao do parlamentar poderia defender o desenvolvimento da pesca e, mais, os pescadores? Existia outro vínculo entre Carlos Santos e Adolfo Puggina?

O desenvolvimento da pesca nesse instante já estava institucionalizado, passando a ser projeto de Estado e não mais de partido, já que ambos os parlamentares integravam a Comissão da Pesca, mesmo sendo de partidos opostos.

Adolfo Puggina passou a integrar os quadros da Assembleia após as eleições de 1962. Foi eleito pelo Partido Democrata Cristão - PDC, com 8.192 votos. Sendo o segundo deputado, de um total de quatro, mais votado como representante de sua agremiação.⁴⁵⁸ Em 1966, integrando a ARENA, o parlamentar se elegeu com 14.295 votos, sendo o 15º candidato mais votado do partido, com 14.295 votos. Destaca-se que Adolfo Puggina, conforme o identificado era integrante da Comissão da Pesca liderada por Carlos Santos no ano anterior.⁴⁵⁹

Foram acompanhados os discursos de Adolfo Puggina a partir de 1966, por se localizarem, nas fontes desta pesquisa, indícios de seu vínculo com o desenvolvimento da pesca. Entretanto, sua agenda era extensa, pois defendia setores industriais e agrários ao invés de ter uma agenda específica.

Tabela 35 – Das intervenções realizadas por Adolfo Puggina no ano de 1967 Presidência da Assembleia exercida por Carlos Santos

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	03/04/1967	Denuncia o descaso do Governo Federal com o Rio Grande do Sul diante da crise econômica que assola o Estado.	<u>ANAIS, Março de 1967 de 1967. Vol. 201. p.03-05.</u>
02	05/04/1967	O deputado relaciona a Encíclica Papal “Populorum Progressio” à inspiração do desenvolvimento dos países latino-americanos.	<u>ANAIS, Abril de 1967 de 1967. Vol. 202. p. 40-42.</u>
03	10/04/1967	Relata sobre a desvalorização da carne dos países latino-americanos.	<u>ANAIS, Abril de 1967 de 1967. Vol. 202. p.85-87.</u>
04	13/04/1967	<u>Adolfo Puggina discursa sobre o problema da pesca no Rio Grande do Sul. Apesar das condições excepcionais de nosso Estado.</u>	<u>ANAIS, Abril de 1967 de 1967. Vol. 202. p. 118-120.</u>
05	14/11/1967	<u>Adolfo Puggina discursa sobre o Primeiro Congresso das Colônias de Pesca do Rio Grande do Sul, realizada em Porto Alegre no dia 11 e 12 de novembro de 1967.</u>	<u>ANAIS, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.137-145</u>
06	21/11/1967	<u>Adolfo Puggina discursa sobre as realizações do GEDIP – Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria da Pesca.</u>	<u>ANAIS, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.129.</u>
07	27/11/1967	Adolfo Puggina discursa sobre o congresso de líderes rurais realizado em Sarandi RS, nos dias 23 a 26 de novembro de 1967.	<u>ANAIS, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.300-301.</u>

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. (GRIFO NOSSO).

⁴⁵⁸ O deputado mais votado do PDC em 1962, com 9.260 votos foi José Sperb Sanseveriano. Depois, Puggina. O terceiro mais votado, com 8.042 votos foi Mario Mondino, e o quarto e último mais votado da sigla, com 7.679 votos foi o deputado Nelson Marchezan.

⁴⁵⁹ Adolfo Puggina estava na reunião realizada na Festa Regional do Peixe. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 14/12/1966, *sp*. Estavam no encontro, além de Puggina, Carlos Santos, presidente da Comissão, Aldo Fagundes, relator, Adolfo Puggina e Emílio Varoli, superintendente da SUDEPE.

Adolfo Puggina verbalizou em 1967 sobre os seguintes temas conforme tabela acima: crise econômica do Estado, encíclica papal, desvalorização da carne, questões rurais e, principalmente sobre as atividades da pesca. E, proporcionalmente, de maneira expressiva. O parlamentar versou sobre a pesca nos dias 13 de abril e 14 e 21 de novembro.

Antes de verificar os conteúdos dos discursos de Puggina, identifica-se na ideologia cristã, possível vínculo entre Carlos Santos e Adolfo Puggina. Obviamente, que isso dificilmente explicaria a representação automática de representante dos pescadores passar de Santos para Puggina. Contudo, evidencia uma prática política que propunha a harmonização dos grupos ao conflito. Inclusive, Adolfo Puggina chegou a citar em discurso a Encíclica Papal *Popularum Progressio* como propulsora ideológica inspiradora para enfrentar os problemas econômicos sofridos pelos países da América Latina e como ideologia para o desenvolvimento dos países latino-americanos.⁴⁶⁰

E, nesse sentido, a mediação política de Adolfo Puggina, junto aos pescadores, se assemelha a de Carlos Santos, que assumindo a função de presidente do Legislativo, pouco tempo tinha para representar outras demandas. Sendo, certamente, a maior, estar à frente do Poder Legislativo.⁴⁶¹

Outra situação, talvez mais pertinente ao vínculo de Puggina junto à pesca, seria a sua origem: ele era natural de Rio Grande. Todavia, Wilmar Taborda, que também fez discursos a favor da pesca e dos pescadores como se verificou anteriormente, era da região do Alto Uruguai. O que demonstra que essas questões eram próprias de interesses partidários, acima de tudo; mais do que determinado afeto de um único político. Porém, o conhecimento sobre as lides do mar, bem como do universo do pescador, possibilitariam a alguém um maior destaque nas ações do tema. Todavia, não era Carlos Santos - o principal representante da pesca nesse momento.

No dia 13 de abril, Adolfo Puggina, em “Grande Expediente”, discursou sobre o problema da pesca no Rio Grande do Sul. Apesar das condições excepcionais de nosso Estado, “situação pesquisada por investigadores alemães e citou a necessária adaptação do porto de Rio Grande para porto pesqueiro”. Era uma nítida ação de Adolfo Puggina na

⁴⁶⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1967 de 1967. Vol. 202. p. 40-42. No dia 29 de junho de 1967, em sessão solene, ocorreu lançamento da edição especial, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul da Encíclica: “*Popularum Progressio*” de Paulo VI. Na ocasião discursou o presidente da Assembleia: Carlos Santos. Ver ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1967 de 1967. Vol. 204. p. 258-262.

⁴⁶¹ Carta Constitucional do Estado, inauguração da nova Casa da Assembleia, visitas de embaixadores e de ministros e ocupação por duas vezes do cargo de governador interino, além de inúmeras representações foram funções que mantiveram as atenções de Carlos Santos.

defesa do Decreto-Lei nº 221/67, instituído pelos militares para o desenvolvimento da pesca.

Em seu discurso citou, também, a ida do engenheiro Cícero Vassão, oceanógrafo, de Rio Grande citado no dia seis de maio de 1966, ano anterior, por Carlos Santos. Vassão foi ao Rio de Janeiro, credenciado pelo Estado do Rio Grande do Sul, para apresentar as pesquisas técnicas sobre a região do porto de Rio Grande e como poderia ocorrer o desenvolvimento da pesca a partir dos recursos financiados pelo Banco Mundial.⁴⁶²

Em outra intervenção sobre a pesca, realizada no dia 14 de novembro de 1967, Adolfo Puggina discursou sobre o Primeiro Congresso das Colônias de Pesca do Rio Grande do Sul, realizada em Porto Alegre no dia 11 e 12 de novembro de 1967. Motivado pela reformulação do sistema pesqueiro pelo Governo Federal a partir do Decreto de Lei nº 221, Puggina foi elogiado pelo deputado Hugo Mardini “na qualidade de representante dos pescadores do Rio Grande do Sul”. Puggina solicitou a transcrição nos Anais da Casa da “Carta do Pescador” formulada no Congresso.

Conforme sua intervenção, os pescadores:

Reuniram-se a fim de elaborar um documento de importância fundamental para tirar da marginalização em que se encontra aquela numerosa classe. Nove colônias de pesca, após fazerem em suas respectivas bases, congressos preparatórios, reuniram-se aqui em Porto Alegre, para neste trabalho conjunto, discutindo teses, proposições, moções, elaborarem tão importante documento, importante pelo conteúdo e importante (sic) pela oportunidade, porque, neste momento deve estar o governo federal reformulando todo o sistema pesqueiro do Brasil baseado no decreto de Lei nº 221, que diz expressamente que as colônias de pesca seriam reestruturadas por Decreto-Lei.⁴⁶³

Com muita consciência da situação dos pescadores desde a fundação das Colônias em 1922, Puggina destacou a importância do congresso para pressionar o governo na concretização das demandas desse grupo. Entretanto, deve-se destacar que o deputado representava a ARENA. Sendo necessária a movimentação das massas para legitimar as políticas dos militares ao setor. Na voz de Puggina, fixada em seu discurso, disse:

Era, portanto, o momento oportuno para que os pescadores falassem como classe. Pela primeira vez reunirem-se (sic) as colônias de pesca. Pode parecer

⁴⁶² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1967 de 1967. Vol. 202. p. 118.

⁴⁶³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1967 de 1967. Vol. 202. p. 118.

isso estranho, mas não para quem conhece as organizações profissionais. As colônias foram organizadas em 1922 de cima para baixo, e não como deveriam ser organizadas de baixo para cima. Esta a razão da sua falta de autonomia, falta conseqüentemente de autoridade, não permitindo pudessem (sic) elas funcionar efetivamente como entidades profissionais.⁴⁶⁴ (GRIFO NOSSO).

Na carta efetuada no Congresso, direcionada ao Rio Grande do Sul, tem-se a saudação dos investimentos efetuados na Barra de Rio Grande, o que possibilitou incremento de tecnologia na região. Contudo, o abandono da atividade da pesca artesanal era reclamado pelos pescadores. “O pescador continua marginalizado, cada aspecto de sua vida profissional, social, familiar constitui um problema sério e de difícil solução”.⁴⁶⁵

É impossível pensar que Carlos Santos, mesmo exercendo o mandato de presidente do Legislativo, não estivesse acompanhando esse congresso, bem como a situação dos pescadores. No entanto, naquele instante, era Puggina que agia na Assembleia em favor dos pescadores. Ou a favor do governo?

A carta apresentada por Adolfo Puggina e transcrita nos Anais da Assembleia constitui importante fonte documental sobre a sua mediação política junto aos pescadores sul-rio-grandenses, pois relaciona os interesses dos pescadores artesanais de maneira sistematizada, demonstrando pontualmente suas demandas e cobranças.

Entretanto, pensa-se que, antes de evidenciar a carta, deve-se reconhecer as lutas históricas dos pescadores, justamente cobrada nos *raids* dos jangadeiros cearenses, a institucionalização do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos - IAPM, já existente. A fundação do IAPM, bem como os contatos dos pescadores com Getúlio Vargas nos anos 1940 e 1950, sinalizam para esse apoio.

O IAPM, conforme o visto no capítulo anterior, mantinha uma política assistencial à família dos trabalhadores da pesca no Brasil, com bases fundamentadas em quatro pilares de difícil funcionamento, por falta de recursos objetivos destinados pelo Estado, quais sejam:

- 1º - Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura;
- 2º - Diretoria de Caça e Pesca com atribuição no Estado, mediante convênio;
- 3º - Policlínica dos pescadores do Ministério da Agricultura;

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1967 de 1967. Vol. 202. p. 119.

4º - Caixa de Crédito da Pesca, que é autarquia ligada ao mesmo ministério.

Agora, apresenta-se a carta encaminhada à taquigrafia da Assembleia por Adolfo Puggina, representante da pesca nesse momento, que embora longa, permite observar o quanto o regime militar foi minucioso no planejamento de controle das comunidades pesqueiras ao negociar diretamente, por meio de representantes políticos junto aos representantes das Zonas de Pescas, organizações responsáveis pelo controle local dos pescadores.

Tabela 36 – Dados das representações pesqueiras no Primeiro Congresso dos Pescadores Realizado em Porto Alegre – 1967

Zonas	Representantes no Congresso
Z-1 de Rio Grande	Evaristo José Rodrigues – Presidente Nery Santana Lourenço Vinagre Dias
Z-2 de São José do Norte	Antônio Pereira da Silva Presidente
Z-3 de Pelotas	Ladislau Studzinsk – Presidente Faustino Silvino da Silva
Z-4 de Itapuã	Ênio Lacerda – Presidente Roberto B. Rego
Z-5 da Ilha da Pintada	Manoel Caetano da Silva – Presidente Salomão Souza Oliveira
Z-6 de Tramandaí	Manoel Caetano da Silva – Presidente Bruno Guido Muller Divo Domingos Cabreira Ideal Vaz Rocha
Z-7 de Torres	Euclides Rodrigues Silva – Presidente
Z-8 de São Lourenço	Euclides Serpa – Presidente Divino Maia Roldão Quitana Gonçalves
Z-9 de Itaqui	Reynaldo Mendes Fonseca – Presidente Luiz Gomes Reina
Presidente da Federação dos Pescadores do RS	Francisco Martins de Vasconcellos

Fonte: ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.140.

De maneira geral, as cobranças dos pescadores estavam em torno de medidas que beneficiassem regularização do pescado, comercialização, transporte, conservação, entrepostos comerciais e medidas que beneficiassem o consumidor e o produtor.⁴⁶⁶ Mas, a situação delicada do pescador e de sua família era o objetivo primordial do encontro; na introdução da carta redigida, alertava:

Essa quantidade de famílias dedicadas à pesca, cujo número exato se ignora, mas supera uma dezena de milhar, vive como um peso morto social, sem

⁴⁶⁶ Para ver a Carta do Pescador na íntegra, consultar: ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.137-145

poder dar a Nação à contribuição que desejarium e para que qual se sentem capacitados e motivados. Pedem os meios que nesta carta a seguir se expõem, na forma de recomendações.⁴⁶⁷

As reivindicações escritas na carta do Primeiro Congresso dos Pescadores de Porto Alegre, denominada de Carta do Pescador,⁴⁶⁸ tinham como eixos as seguintes propostas:

1) Defesa da fauna aquática:

- a) Poluição das águas.
- b) Artefatos proibidos.
- c) Bombas de sucção.
- d) Registro de capturas.
- e) Áreas de pescas.
- f) Fiscalização.

2) Organização profissional:

- a) Que sejam reestruturadas as atuais Colônias de Pesca, dando-lhes uma organização idêntica as de classe.
- b) Que sejam reestruturadas no mesmo sentido as entidades de segundo e terceiros graus.
- c) Que a nova estrutura jurídica da Colônia permita o aval aos seus associados para a aquisição de pesca. Em caso de informações fraudadas pelo pescador ele será suspenso.
- d) Que se institua uma cota de 2% no valor incidente sobre a comercialização do pescado, pagas metade pelo industrial e comprador e outra metade pelo vendedor acrescida de um preço mínimo, revertendo em favor de um fundo financeiro da Colônia. Este Fundo financeiro se destina a fins de assistência, garantia de suplementos pesqueiros e para adiantamentos do INPS.
- e) Que se estabeleça uma ajuda de custo para o presidente da Colônia correspondente a terça parte do salário mínimo regional.
- f) Que as colônias abranjam também, os armadores⁴⁶⁹ que a elas deverão obrigatoriamente se filiar, assim como os patrões da parelha.⁴⁷⁰
- g) Que a legislação disponha que os armadores de outros estados fiquem obrigados a todos os recolhimentos e pagamentos a que estão sujeitos os armadores do Estado.
- h) Que se incluam entre os deveres e direitos dos pescadores artesanais:
 - 1) Registro obrigatório na Colônia.
 - 2) Dispensa do serviço militar, na qualidade de reservista de 3ª classe da Marinha de Guerra, desde que tenha cursado uma escola de pesca, pelo menos durante um ano.
 - 3) O direito já assegurado pelo Decreto-Lei 221 em todas as águas de domínio público, podendo estabelecer acampamentos nas margens.
 - 4) Aceitação como decorrência de sua responsabilidade social, dos cargos para os quais for eleito e nomeado.
 - 5) Manutenção em dia, para com os seus compromissos para com a Colônia (GRIFO NOSSO).

3) Instrumentos e Artefatos da Captura:

⁴⁶⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.141.

⁴⁶⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.141.

⁴⁶⁹ Armador é o responsável pela equipagem e exploração marítima.

⁴⁷⁰ Parelha, embarcações marítimas de menor porte.

Todo pescador artesanal tem o desejo e a necessidade de melhorar seus instrumentos de captura de modo a aumentar sensivelmente o rendimento de seu trabalho (...).

Recomendam:

- a) Estabelecer, a título de meta principal, unidades de pesca, com grupos de número variável de membros, todos participantes do resultado da empresa, que com melhores embarcações e modernos instrumentos e equipamentos de captura, possam aventurar-se a uma pesca mais rendosa. O que é inacessível a um pescador isoladamente, é alcançável facilmente por um grupo, solidário e responsável. Devem, portanto, ser cada vez mais fomentadas e difundidas as ideias associativas em todas as suas formas.
- b) A realização de obras públicas para carga e descarga, abrigos da frota pesqueira e o acesso ao oceano, nas barras onde tal objetivo é atingível.

4) Escolas de Pesca e Assistências Técnicas:

O avanço tecnológico obriga o homem a uma preparação cada vez maior (...). Visando a atualização ao processo do pescador artesanal, o congresso recomenda:

- a) Escolas de pesca para a formação profissional dos filhos dos pescadores, com cursos de pesca e navegação.
- b) Cursos intensivos e rápidos para jovens e adultos.
- c) Escolas especializadas para a formação de técnicos.
- d) Bolsas de estudos para cursos de pós-graduação no país e no exterior.
- e) Assistência técnica permanente as unidades de pesca. Enquanto nossas escolas e universidades não nos fornecerem o número suficiente de técnicos para tal fim, que sejam conseguidos do exterior através das entidades internacionais.
- f) Criação de um departamento do GEDIP para pesca artesanal.⁴⁷¹
- g) Criação de uma entidade (...) para trabalho de extensão junto aos pescadores, devendo ser mantido, no mínimo, um escritório em cada Colônia. Terá como denominação: Fundo de Assistência ao Pescador – FAPES. Entidade com economia própria, recebendo verbas orçamentárias federais, estaduais e municipais, contribuições de entidades de classe, convênios com entidades nacionais e internacionais, entre outras fontes.

5) Assistência Creditícia e de Financiamentos.

O pescador, dadas suas condições atuais de marginalização, somente poderá melhorar seus instrumentos e artefatos de captura através do crédito oficial, para o qual devem ser dispensadas as exigências de um crédito comum (...). Considerando as características próprias desta profissão artesanal, reivindicam os pescadores:

- a) Crédito pessoal, com base na capacidade profissional e conceito moral, atestado pela Colônia para os financiamentos normais.
- b) Crédito com aval da Colônia para quantias maiores.
- c) Para financiamentos mais vultosos, e somente para estes, seriam exigidas garantidas adicionais.
- d) Criação de bancos oficiais estaduais e federais de carteiras para financiamento à pesca, inclusive artesanal, com possível evolução para um Banco de Pesca.

Na realidade, muitas dessas regras já estavam anteriormente sendo cobradas por Carlos Santos, em 1959. Carlos Santos pressionava na institucionalização da Lei nº

⁴⁷¹ GEDIP - Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria da Pesca que era a mesma Comissão de Estudos do Problema da Pesca, porém, agora institucionalizada pelo aval do governador Ildo Meneghetti.

3.832, de 18 de novembro de 1941, que regulava a situação dos pescadores perante o IAPM - agora, sendo institucionalizado pelos militares.

Seguindo a carta dos pescadores:

6) Comercialização:

- a) Preços mínimos – o estímulo à produção é principalmente no caso sul americano, o estabelecimento de preços mínimos para a produção. Com essa medida, é conseguida a manutenção dos custos, acrescida de uma margem destinada à justa rentabilidade do trabalho. No caso da pesca artesanal, mais acentuadamente do que na pesca de alto mar, o escasso do material utilizado e os seus altos preços sufocam o artesão, levando-se, dia a dia, ao desgaste total (...). O estabelecimento de preços mínimos para o pescado produzido incentivaria a pesca (...).
- b) Proporcionar ao pescador elementos para a conservação do pescado, com a instalação de pequenas fábricas de gelo nos locais com maior densidade demográfica de pescadores bem como, de entreposto de pesca ou câmaras de conservação e congelamento onde a produção média assim exigir.
- c) Permissão para ser conservado o pescado através da “salga” (...).
- d) Que os entrepostos atendam prioritariamente ao pescador (...) podendo os dirigentes das Colônias, comprovar a exatidão das informações dos responsáveis dos entrepostos.
- e) Facilidade para os pescadores comercializarem diretamente os seus produtos, tanto com trapiches livres, como com mercados livres, para venda direta tendo prioridade na concessão de postos de revenda.
- f) Que o comprador seja obrigado a fornecer Promissória Rural em substituição aos vales, sempre que o pescador solicitar.
- g) Quanto ao cooperativismo, recomendamos:
 - 1) Difusão da ideia dos pescadores, através de palestras, encontros, reuniões, material didático, distribuição de literatura, sobre cooperativismo e emprego de todos os meios possíveis de divulgação.
 - 2) Preparação psicológica dos futuros associados.
 - 3) Desenvolvimento do associativismo, da organização de comunidades, da responsabilidade social.
 - 4) Procurar pôr em funcionamento as já existentes, sanando-as de prováveis vícios de origem, porém com a devida cautela e fazendo antes o mesmo trabalho de preparação, antes referido.
 - 5) Estabelecer a integração das cooperativas num sistema de segundo grau.
 - 6) Ter como meta a formação de cooperativas integrais, iniciando com uma ou duas experiências em zonas previamente selecionadas pelas condições socioeconômicas e geográficas.

7) Previdência Social:

A Previdência Social para os pescador artesanal esteve sempre tumultuada. Hoje com o Decreto-Lei 221 a situação está definida. O pescador artesanal, como trabalhador autônomo deverá integrar o INPS (...). Entretanto, o pescador artesanal deve associar-se ao INPS: quer esta garantia exige este direito! Estamos diante de um problema para o qual se reclama uma solução. Trata-se das dificuldades atuais, pois a classe, com esta CARTA, aspira a modificar, transformar radicalmente este estado de coisas, saindo da marginalização em que se encontra, para se integrar no desenvolvimento geral do país.

A dificuldade, portanto, cremos, é passageira. Entretanto, existe, e por isso sugerimos:

- a) Dispensa do pagamento dos atrasados.
- b) Aos que desejarem e puderam pagamentos dos atrasados com cotas mensais, sem multa e sem correção.

- c) Redução da porcentagem da contribuição com o aumento gradual, anual, até chegar ao nível normal.
- d) Contribuição feita obrigatoriamente através da Colônia.
- e) Que o INPS, através de seu serviço de assistência médica, odontológica, obstétrica, ponha em funcionamento os ambulatórios existentes nas Colônias, criando tais serviços onde ainda não existam. Sua instalação deve ser nos locais de maior densidade demográfica de pescadores e de fácil acesso.
- f) Que a aposentadoria, por velhice, seja aos sessenta anos de idade.
- g) Que seja reduzido o período de carência visando à aposentadoria, para 12 meses de contribuição.
- h) Que o trabalho do pescador seja considerado insalubre.
- i) Que o pescador tenha faculdade de poder pagar por safra, sem qualquer ônus, inclusive juros, enquanto não forem criados os Fundos Financeiros das Colônias, considerando que durante alguns períodos do ano o pescador não aufera qualquer receita.⁴⁷²

Tabela 37 – Quantitativa de pescadores contribuintes ao INPS

Zonas	Sócios	Contribuintes INPS	Número provável de pescadores da região, inclusive não registrados
Z-1 de Rio Grande	814	21%	5.000
Z-2 de São José do Norte	427	30%	3.000
Z-3 de Pelotas	400	Nulo	1.100
Z-4 de Itapuã	187	3%	400
Z-5 da Ilha da Pintada	600	Mínimo	2.125
Z-6 de Tramandaí	831	Mínimo	1.500
Z-7 de Torres	600	3%	900
Z-8 de São Lourenço	339	Mínimo	800
Z-9 de Itaqui	190	Mínimo	250

Fonte: ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.140.

Retornando à Carta dos Pescadores:

8) O desenvolvimento social:

Este tópico é o último da Carta do Pescador pela sua evidência, dispensa justificação (...). (...) temos agora, como encerramento de sugerir medidas que visem a dar aos pescadores melhores condições de habitação, educação, vida em família, conforto, comodidade, recreação, etc.

- a) O BNH estude e ofereça planos habitacionais para os pescadores como há para todas as classes.
- b) Uma rede de escolas para que nas colônias o índice de escolarização seja total.
- c) Que sejam estabelecidos cursos de alfabetização para adultos.
- d) Que sejam organizados cursos para pescadores melhor utilizarem os seus instrumentos e artefatos de pesca.
- e) Confecção de novas redes, conhecimento sobre motores de popa, consertos de cascos etc.
- f) Que sejam organizados para os familiares cursos de economia doméstica abrangendo corte e costura, tricô, crochê, artesanato regional com concha, palha, etc. artes culinárias, horticultura e outros.
- g) Que o pescador obtenha assistência social através do FAPES (...).
- h) Que sejam estabelecidas, como meta, núcleos habitacionais onde possa o pescador ter assistência eficiente e conforto (...). A criação de núcleos habitacionais facilitará o BNH na organização de seus planos.

⁴⁷² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.141-145.

- i) Que sejam fornecidos meios para a criação de bibliotecas nas Colônias, visando além da recreação também, e principalmente, instrução e orientação aos pescadores que estariam, assim, auferindo, modernos conhecimentos e permanente atualização.⁴⁷³

Quanto ao Primeiro item deste tópico, o problema habitacional, vimos no ano anterior a pressão exercida por Carlos Santos junto aos órgãos de fomento na elaboração de um projeto habitacional, COHAB, nos bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza de Rio Grande, o que demonstra a afinidade desse documento com as ações e os pensamentos políticos de Carlos Santos para o problema da pesca e dos pescadores.

A carta é encerrada com a seguinte assertiva:

Esta é a CARTA DO PESCADOR (sic) escrita em Porto Alegre, aos doze dias do mês de novembro de 1967 e que leva a assinatura da totalidade das nove Colônias de Pesca do Rio Grande do Sul. Através desse documento, mais de 40.000 pessoas integradas a problemática pesqueira, sul-rio-grandense, tem a certeza indissolúvel de que as autoridades brasileiras não ficarão insensíveis ao que neste é recomendado.⁴⁷⁴

A partir das propostas delineadas nesse lugar social (CERTEAU, 2003), identificado no Congresso, que foram apresentados os interesses e elaborados documentos a favor dos pescadores, suscita as seguintes questões: como os pescadores formularam algo tão bem direcionado com as lutas históricas? Alguém os auxiliou na elaboração da Carta Pesqueira? A chegada de Carlos Santos à presidência do Legislativo sul-rio-grandense foi importante para a execução do Congresso? Essas questões são importantes, todavia os pescadores tiveram amplo apoio institucional para elaborar esse documento, pois Adolfo Puggina foi considerado por seus pares, após esse encontro, como representante da pesca no Estado.

Destaca-se que Nomerardo, representante dos pescadores, há cinco anos tentou publicar a carta do Congresso Nacional dos Pescadores nos Anais da Assembleia, algo conseguido com muita dificuldade. O que não foi o problema agora. Mas porque essa facilidade na publicação?

Ressalta-se que Adolfo Puggina era um dos membros do GEDIP - Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria da Pesca, na Assembleia. Nesse sentido, o deputado organizou os pescadores para atender uma das normativas da Lei

⁴⁷³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.145.

⁴⁷⁴ Ibidem.

221-67, instaurada nesse ano, que previa em seus artigos: a “(re) organização das Colônias de Pescadores”.

No dia 21 de novembro, como pauta do grupo que era vinculado, o parlamentar: discursou sobre as realizações do GEDIP. Cobrando do Executivo a adaptação do porto de Rio Grande para porto pesqueiro. Além disso, Puggina elogiou o convênio firmado entre o BRDE e a Secretaria de Agricultura que viabilizaria as obras.⁴⁷⁵

Na agenda política de Adolfo Puggina, constava outra demanda: a do produtor rural. Por isso, o parlamentar - onze dias a pós a realização do Congresso de Pescadores de Porto Alegre - foi participar do Congresso dos Líderes Rurais, realizado em Sarandi, interior do Rio Grande do Sul, nos dias 23 a 26 de novembro de 1967, na ocasião ele participou como palestrante.⁴⁷⁶

Voltando a Carlos Santos, que ao longo do ano, somente falou do púlpito no dia 1º de agosto, na ocasião: “agradeceu o estímulo do Plenário ao ciclo promissor da Pesca no Rio Grande do Sul”, porém, silenciou sobre os problemas atinentes à identidade negra.

Nos dois últimos meses, como presidente do Legislativo, o tribuno fez três discursos: dias 23 de novembro, 7 e 20 de dezembro. No dia Nacional de Ação de Graças, data católica comemorada no dia 23 de novembro, o deputado verbalizou sobre a necessidade de manter um “Estado agregador de raças, classes e credos”.

Acredita-se que a falta de discursos sobre as demandas da população negra, nesse ano, foi devido ao investimento por parte do deputado na “agregação das raças”, sendo difícil verbalizar sobre os problemas raciais, pensados como desagregadores no Brasil. Mas, visto como problemas cruciais, pelos brasileiros, nos países como os Estados Unidos e a África do Sul. Afinal de contas, imperava por aqui ideologia da democracia racial.

Tabela 38 – Quantitativa geral dos temas dos discursos de Carlos Santos em 1967

Católico e religioso	Homenagens	Pesca
2	7	1

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. (GRIFO NOSSO).

No dia 7 de dezembro, em virtude da publicação da Encíclica Papal *Popularium Progressio* pela Assembleia, os representantes da ARENA e do MDB foram agraciados

⁴⁷⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.129.

⁴⁷⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.300-301.

com a encomenda Papal. Carlos Santos discursou como representante de todos, agradecendo à láurea.⁴⁷⁷

No final de 1967, o governador Walter Perachi Barcellos foi a Rio Grande para a festa da Refinaria Ipiranga S/A e para o lançamento da ISAPEIXE - Indústria Rio-Grandense de Pescados. No banquete oferecido no Clube do Comércio ao governador e ao presidente da Assembleia, Carlos Santos, Walter Peracchi Barcellos disse: “a Ipiranga é daquelas empresas que demonstram ao governo o que deve fazer no campo do bem público, principalmente em obras de infraestrutura de que necessitamos” (*Apud* CESAR, 2011, p.169-170). Inclusive, o secretário de obras na época, Henrique Anawate, amigo pessoal do empresário Fernando Bastos, devia colaborar muito para o empreendedorismo da empresa.

Nesse ano, enquanto Adolfo Puggina mediava, junto aos pescadores, as demandas atinentes àquele grupo, os industriais ganhavam diretamente incentivos fiscais para seus empreendimentos. O Decreto-Lei nº 221-67, que instaurou a pesca como indústria nacional de base, abriu definitivamente o caminho para os interesses empresariais.

O pensamento emitido pelo industrial da pesca na região sintetiza o contexto, pois “o governo sabia das intenções da Ipiranga na indústria da pesca no Rio Grande do Sul em bases nacionais. Por isso, criou-se um grupo de trabalho para estudar o problema (...) ressalta-se aí a importância da pesquisa oceanográfica para a indústria da pesca (...) é preciso criar o hábito de consumo de peixe”, disse Fernando Bastos (*Apud* CÉSAR, 2011, p.170).

Visando a criar um campo propício para o desenvolvimento do ramo pesqueiro, foi criado por decreto de Walter Peracchi Barcellos o GEDIP - Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria da Pesca que era a mesma Comissão de Estudos do Problema da Pesca, porém, aprimorada com a presença de pesquisadores como Cícero Marques Vassão, reconhecido nome dos estudos pesqueiros de Rio Grande, como se verifica.

Mas será que essas ações estavam melhorando de fato o desenvolvimento da pesca? Quem estava melhorando suas condições econômicas, os empresários ou os pescadores? Independente da resposta tem-se nesse momento a institucionalização de

⁴⁷⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1967 de 1967. Vol. 209. p.75-79.

um projeto coeso por parte dos militares para o desenvolvimento da atividade da pesca no país. Situação, que envolveria Rio Grande, principal região pesqueira do Brasil.

Em 20 de dezembro, Carlos Santos apresentou uma resenha dos trabalhos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa no ano de 1967, ano de sua gestão como presidente, deixando para trás seu mais expressivo posto no poder sul-rio-grandense.⁴⁷⁸ Com poucas ações em torno da pesca, porém ciente de que os militares tinham um plano para o setor: o desenvolvimento da pesca estava ocorrendo com a participação de técnicos e políticos, “competentes” na visão de Santos. Porém, mantinha o pescador artesanal em condição inferior, pois na prática, pouco se avançava na melhora de suas melhorias sociais. Quanto à Carlos Santos continuou como deputado estadual para o cumprimento de seu mandato, previsto até 1970.⁴⁷⁹

4.5 NOS OITENTA ANOS DA ABOLIÇÃO: DESENVOLVIMENTO, REPRESSÃO E A QUESTÃO DA TERRA

Em 1968, como deputado, o parlamentar fez somente uma intervenção política na casa, e justamente sobre as questões negras. Mas não as que ocorriam aqui no Brasil ou no Rio Grande do Sul e sim um fato ocorrido nos Estados Unidos: a morte de Martin Luther King.⁴⁸⁰

Já sobre as atividades da pesca, interessante que - mesmo sem falar no tema em plenário durante todo o ano de 1968 - Carlos Santos manteve o assunto candente em sua vida pessoal, pois, não foi por acaso que ele convidou jornalistas para comer uma peixada em sua residência. Infelizmente, na hora da janta ocorreu um incêndio no apartamento do deputado, devido ao “escapamento do gás de um bujão”; os bombeiros agiram rápido, porém o fogo já tinha sido dominado pelos convidados.

⁴⁷⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1967 de 1967. Vol. 209. p.298-300

⁴⁷⁹ Em sua Coluna Parlamentar, Salomão Kirjner, destacou as ações de Carlos Santos como presidente do Legislativo. Segundo o jornalista, “entendemos justo prestar homenagem a um homem simples, modesto e que, graças às suas qualidades pessoais, atingiu o mais alto posto a que pode ambicionar um representante do povo (...) representou a vitória de seu esforço, da tenacidade, da superação de preconceitos (...) Carlos Santos soube lutar e vencer”. “(...) Impondo-se como um dos nossos melhores oradores” Para o jornalista, a presença de Carlos Santos na chefia do Legislativo representou dois detalhes: “a vitória do esforço pessoal, aliado a inteligência e a cultura e, outro, que os deputados não fazem discriminação, diante da cor da pele”. *Sn. De eficiente auxiliar de caldeireiro a destacado presidente da Assembleia*. Porto Alegre, 10/03/1968.sp.

⁴⁸⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1968. Vol. 212. p.81-82.

Esse acontecimento, somado ao oferecimento de uma alimentação tão divulgada por Santos para profissionais do jornalismo, evidencia que fora do círculo dos discursos oficiais legislativos, ele continuava, por outros meios, atendendo a demanda da pesca.⁴⁸¹

Quanto às questões negras no Rio Grande do Sul, a mídia anunciava novos casos de racismo. Um ocorrido em Guaíba e outro em Porto Alegre, sendo este último em um baile de carnaval no Club Recreativo Americano, onde uma criança negra foi impedida de entrar para participar do baile.

Esses acontecimentos geraram muitas revoltas. Devido a esse caso, o vereador, na época, Alceu Collares, subiu na tribuna da Câmara de Porto Alegre para lamentar o “racismo hipócrita, simulado, escondido e alimentado por almas pequeníssimas que, na solidez da pequena ignorância que se envolve, ainda tem cristalizados preconceitos desta natureza”.⁴⁸²

Quanto ao caso de Guaíba, a discriminação teria ocorrido em uma atividade envolvendo os dirigentes da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre - UMESPA, entidade dos estudantes, em que um representante da agremiação - Fernando Nunes Figueiredo, foi barrado em uma festa. A UMESPA iniciou uma campanha denunciando os envolvidos pela discriminação ao estudante.

O Secretário da Segurança Pública, general Ibá Ilha Moreira, negro e dirigente da Sociedade Negra Floresta Aurora, na ocasião, disse: “existe a Lei Afonso Arinos, que não admite a discriminação racial no Brasil. Aguardo apenas que seja feita uma representação oficial por parte dos estudantes para tomar todas as medidas necessárias”.⁴⁸³

Carlos Santos ficou sabendo desses problemas, mas respondeu, enquanto presidente da Assembleia que: o problema não era dele, mas do Brasil.⁴⁸⁴ Essa situação demonstra o quanto o político agia de maneira cautelosa sobre determinados temas enquanto presidente da Casa.

Porém, ele visibilizou em plenário, temas alusivos à identidade negra, abalada nos Estados Unidos pelo assassinato de Martin Luther King. Ou seja: o deputado nesse momento utilizou os acontecimentos do exterior para defender o direito humano ante qualquer discriminação. Mas porque ele não falou dos casos existentes no Estado enquanto ocupou a presidência da Assembleia?

⁴⁸¹ CORREIO DO POVO, Fogo na moradia do deputado, Porto Alegre, 14 de março de 1968, *sp.*

⁴⁸² ZERO-HORA, Racismo: revolta é geral. Porto Alegre, 08 de março de 1968, *sp.*

⁴⁸³ *Ibidem.*

⁴⁸⁴ *Ibidem.*

Martin Luther King (1929-1968), agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 1964, era considerado - na época - um dos principais líderes na luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos. Em abril de 1968, King estava participando da organização de uma campanha dos pobres para promover manifestações de massa tanto por direitos civis quanto por direitos econômicos. Em Memphis, Tennessee, liderou dias depois uma marcha em apoio à greve dos trabalhadores da limpeza urbana. Em “04 de abril, enquanto conversava de pé na varanda de seu quarto de hotel, no segundo andar, um atirador de tocaia alvejou-o e matou-o. Ele tinha 39 anos” (KING, Coretta Scott *apud*, BORGES, Maria Luiza X. de A. 2009, p.20).

No dia 8 de abril de 1968, Carlos Santos prestou homenagem à memória de Martin Luther King, considerado por ele como “O Messias Negro”. Interessante, que após passar o ano inteiro de 1967 sem citar nada relacionado à identidade negra, o político somente em 1968, tenha se pronunciado sobre essas questões. Seria uma estratégia para evidenciar a discriminação racial utilizando exemplos de fora para, a partir de uma referência, denunciar esses problemas no Brasil? Ou, pelo contrário, era para reforçar nossa harmonia racial acusando o problema existente lá fora.

Conforme o discurso de Carlos Santos, à memória de Luther King:

Há três dias ribomba no fundo das consciências livres do mundo civilizado, o fragor dantesco das expressões da maldição e do ódio, que a estupidez racista fez desabar de forma incontrolável em pleno coração das terras americanas onde se diz reduzir o bordão universal da democracia (...). Foi um idealista que viveu sonhando com, por entre as brumas da infamação racista com as ‘colinas vermelhas da Geórgia’ reunindo filhos de escravos e escravagistas de outrora em torno de uma só mesa para o esplendor divinatória da humana fraternidade (...). Martin Luther King, pastor da Igreja Batista, Prêmio Nobel da Paz, Cid Campeador das Liberdades Sociais e Apóstolo da igualdade dos direitos civis de 20 milhões de negros norte-americanos, tombou sob o furor desvairado de uma bala assassina que na felonía e no anonimato de uma trajetória bárbara gizou no painel da angustiante realidade de nossos dias (...).⁴⁸⁵ (GRIFO NOSSO).

Esse acontecimento impressionou Carlos Santos, que o percebeu como um retrocesso das relações humanas. Pois, segundo suas palavras, “quando os povos e nações celebram o Ano Internacional dos Direitos Humanos e o ensejo do vigésimo aniversário da Proclamação dos Direitos do Homem”,⁴⁸⁶ aconteceu esse crime.

Pedro Simon, que era líder do MDB, partido que representava Carlos Santos, disse naquele momento: “fale em nome de toda a bancada do MDB”. Que “honrado

⁴⁸⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1968. Vol. 212. p.81.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

pela delegação”, disse Carlos Santos: (...) “a mensagem fraternal de Martin Luther King era sublime demais para encontrar guarida no fundo das consciências humanas embotadas pela peçonha racista”.⁴⁸⁷

Após desenvolver sua fala em torno do assassinato de Martin Luther King, Carlos Santos, em plenário, assumindo-se abertamente como cidadão e negro, disse:

Quero tão só, como cidadão e como negro, oferecer daqui o calor da minha solidariedade moral as multidões ali injustiçadas pelos horrores da tirania nazista e dizer das esperanças que acalanto nos escaninhos da alma angustiada, que os responsáveis pelos destinos do mundo resguardem a “pureza da manifestação evangélica” (...). Muito mais do que a causa de multidões negras da América subjugadas ao peso do terror racista, estão em jogo os próprios destinos do mundo livre (...).⁴⁸⁸ (GRIFOS NOSSO).

Ao enfatizar, que, como negro, primava pela necessidade de atuar para que todos os grupos vivessem em comunhão, Carlos Santos representou, mais do que a ideologia da democracia racial, mas sim a “democracia” como forma de manter a “harmonia” humana. Seguindo seu discurso:

(...) Já disse alguém que “a causa do negro na América é o barômetro da democracia. Se ele cair, cairá também em qualquer outro lugar porque as multidões negras perderão a esperança e o mundo será lançado numa convulsão racial” que poderá arrastar em sua enxurrada os florões da própria civilização.⁴⁸⁹ (GRIFOS NOSSO).

Nesse ano, ele, realizou somente essa intervenção no que tange à identidade negra. Entretanto, foi uma atitude estranha de sua parte, já que era, declaradamente, admirador do dia 13 de maio, efeméride que estava completando 80 anos, bem como da princesa Isabel. Situação, aliás, típica dos líderes negros brasileiros, que tinham seu referencial identitário e de consciência negra, porque não dizer, reforçado pelo dia da “libertação dos escravos” (ZUBARAN, 2008; SANTOS, 2012).

Porém, intelectuais do período, por meio da publicação Cadernos Brasileiros,⁴⁹⁰ refletiram os 80 anos da abolição. Dessa revista, destacam-se dois representantes negros de destaque para compreender como as lideranças negras pensavam naquele contexto de

⁴⁸⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1968. Vol. 212. p.81.

⁴⁸⁸ Ibidem.

⁴⁸⁹ Ibidem.

⁴⁹⁰ A publicação contou com a participação de Abdias do Nascimento, Lauro Salles, João Batista Mattos, Romeu Crusoé, Edison Carneiro, José Correa Leite, Sebastião Rodrigues Alves, Oscar de Paula Assis, Bolívar Lamonier, Florestan Fernandes, José Calazans, Raymundo Souza Dantas, entre outros. CADERNOS BRASILEIROS, 80 Anos da Abolição. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros, 1968. p.1-175.

80 anos da abolição da escravidão no Brasil. Abdias do Nascimento (1914-2011) e José Correia Leite (1900-1989).

Abdias do Nascimento, na época da publicação, foi integrante da Frente Negra nos anos 30, fundador do Teatro Experimental do Negro em 1944. Depois se tornou senador federal em 1996-97. Já José Correia Leite (1900-1989) era militante, no período, socialista e, assim como Abdias, ex-integrante da Frente Negra Brasileira de São Paulo em 1931.⁴⁹¹

Para Abdias do Nascimento, os 80 anos da abolição da escravatura no Brasil era oportuno para se fazer uma verificação objetiva dos resultados práticos da lei de 13 de maio de 1888. Segundo Abdias (1968, p.3), “o processo da campanha abolicionista estancou em 88. Atirado ao caos, o ex-escravo vem se debatendo no esforço de enxergar o caminho de uma libertação de fato (...) tivemos uma abolição de fachada, jurídica, teórica”.

Conforme José Correia Leite (1968, p.20), outro líder negro publicado na revista comemorativa, o assunto “é abordado de dez em dez anos, em São Paulo, o cinquentenário da abolição com os mesmos protestos, esses mesmos anseios, mas sempre sem resultados”.

Segundo Abdias, os poderes públicos “atiraram os ex-escravos à extinção pela fome, a doença, o desemprego, a miséria mais completa”. E criticou as ações de propaganda dos militares que criaram “uma teia de *slogans* sobre igualdade e democracia racial que se prestado tanto para aliviar a má consciência nacional, apresentando nosso país no exterior como modelo de convivência racial, como ainda para manter o negro enganado e domesticado” (NASCIMENTO, 1968, p.3).

Para José Correia Leite (1968, p.20.21), “deveríamos achar um meio para que o negro pudesse encontrar seriamente um caminho para seu destino” (...), o que para ele ocorreu, em 1930 com a Frente Negra Brasileira fechada pela ditadura do Estado Novo.

Entretanto, conforme Abdias do Nascimento, em plena época de regime militar, nada deveria servir de pretexto, era necessário transformar, pois “a condição do negro exigia uma urgente ação prática que promovesse a transformação de sua existência horrível (...) hoje como ontem”.

⁴⁹¹ A Frente Negra Brasileira, fundada em São Paulo, e as suas existências em diversos cantos do Brasil, com núcleos na Bahia, Rio Grande do Sul e de Pernambuco (GOMES, 2008).

Sobre a democracia racial brasileira Abdias a refletiu por meio de alguns ensinamentos de Martin Luther King, que disse: “a compreensão superficial das pessoas de boa vontade é mais nociva do que a incompreensão das pessoas de má fé” (*Apud* NASCIMENTO, 1968, p.4). Para Abdias, “na camada mais esclarecida da sociedade brasileira, felizmente, já estão desmistificados e desmascarados plenamente os embustes e sofismas em que se resume nossa ‘democracia racial’”, além do mais, destacou que “os próprios negros de cor, através de suas associações e jornais, assumiram a tarefa da denúncia da discriminação e do preconceito disfarçados”.

Todavia, José Correia Leite, chamou a atenção para uma situação cotidiana complicada, provavelmente, também relacionada às populações de menor grau de instrução de nossa sociedade: “E havia, o perigo da palavra ‘racismo’ também. O negro não podia abrir a boca que era denunciado como racista. Houve então um receio, e até hoje estamos nessa coisa de palavras, protestos etc., sem poder tomar uma posição, um caminho para que o negro se manifeste”. E Completa: “hoje a responsabilidade da condição do negro é dele próprio. Não se pode falar mais em reivindicações de direitos porque o tempo deu ao negro a própria responsabilidade de seu destino, e ele, um marginalizado tem que lutar” (LEITE, 1968, p.20).

Mas, para Abdias do Nascimento, a proposta para a conscientização do negro deveria ocorrer da seguinte maneira: “assumir sua condição de cor, eis o primeiro passo. A subjetividade negra inspirando e permeando sua *práxis*, a ação transformadora que o negro precisa exercer sobre a realidade imediata que o cerceia, o humilha, e secundariza” (NASCIMENTO, 1968, p.6). Segundo ele, o negro devia organizar-se para o desempenho desse protagonismo, criando os meios de pressão e os instrumentos de ação direta (NASCIMENTO, 1968, p.6).

E, para isso, era “dever abraçar a negritude para o resgate dos valores negro-africanos que informam a formação cultural de nosso povo”. Segundo Abdias do Nascimento, sua proposta de luta, definitivamente, passava por duas questões:

- a) A mudança econômico-social no país;
- b) A mudança nas relações de raça e de cor. Aqui entra a negritude como conceito e ação revolucionária. Afirmando os valores da cultura negro-africana contida em nossa civilização.

Segundo Abdias, “a negritude está afirmando sua condição ecumênica e seu destino humanístico, enfrenta o reacionário (...)” (NASCIMENTO, 1968, p.23).⁴⁹²

Carlos Santos, assumidamente negro e protagonista de ações no parlamento sul-rio-grandense sobre o combate aos “pruridos racistoides”, considerava “a data do 13 de maio, muito mais do que a triste evocação das senzalas”, devendo constituir um incentivo para as fulgurações redentoras da mais alta conceituação de liberdade, liberdade plena, real, racional e sem subterfúgios”. Todavia, não cultuava essa contra ideologia da negritude defendida por Abdias do Nascimento e sim uma ideologia de valorização do negro por meio dos estudos e da luta contra os “pruridos racistoides”.

Entretanto, acredita-se que as ações de Carlos Santos eram tensionadas de maneira a possibilitar o desenvolvimento de seu protagonismo na condição de um representante da comunidade negra no parlamento de um Estado, hegemonicamente, branco e europeizado, diferentemente de Abdias que tinha uma agenda voltada para as questões negras antes mesmo de vir a ser senador da república em meados de 1990 (SANTOS, Sales, 2009, p.127-163; GOMES, 2012).

Destaca-se que, logo no ano em que a abolição estava comemorando seus 80 anos, o político, que tinha por hábito prestar homenagens, optou pelo silêncio justamente em uma data tão expressiva da efeméride.

Voltando ao tema da pesca, Adolfo Puggina, também representante político da temática, como se verifica, não fez nenhum discurso sobre o tema durante o ano de 1968. E destaca-se: ele era do GEDIP - Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria da Pesca.

Salienta-se que as demandas da pesca no Rio Grande do Sul estavam condicionadas pelo governo federal, impostas pelo projeto 221-67, promulgado por Castelo Branco no ano anterior.

No entanto, em 1968, dos 12 discursos que o parlamentar realizou na Assembleia, praticamente todos foram em favor das demandas rurais e nenhum referente ao desenvolvimento da pesca.

Do púlpito da Assembleia, Puggina cobra investimentos para o campo. Aliás, tanto Puggina quanto Carlos Santos, esse último considerado o político que mais defendeu a demanda da pesca no parlamento, mantiveram-se afastados do tema. No entanto, a questão agrária viria a tomar conta do discurso, principalmente, do

⁴⁹² Ressalta-se que nesse mesmo ano Abdias foi cassado pelo regime, pois segundo ele “a questão racial virou assunto de segurança nacional” (NASCIMENTO, 2000, p.216).

representante da ARENA. Identificam-se os seguintes temas verbalizados por ele ao longo do ano:

- a) Os assuntos sobre a soja no Estado,
- b) O maquinário para produção agrícola,
- c) O desenvolvimento do nordeste brasileiro,
- d) Sua coordenação no VI Conferência Estadual da Soja,
- e) Sobre a Reforma Agrária no RS,
- f) Sobre a Reforma Tributária,
- g) Elogio sobre as concessões de crédito aos agricultores,
- h) Novamente, sobre a Reforma Agrária,
- i) Assistência médico-rural aos agricultores,
- j) Os avanços nas distribuição de terras,
- k) O aumento da inflação e da carestia nos grandes centros,
- l) Sobre a Associação Brasileira da Reforma Agrária.⁴⁹³

Como estava o autoritarismo brasileiro a essas épocas? Foi importante investigar as ações de Puggina para elucidar até que ponto suas representações realmente eram voltadas para os anseios dos pescadores. Situação que se observa como pontual.

O ano de 1968 foi marcado pelo endurecimento do regime ditatorial nas Câmaras Municipais e Assembleias. Para Sader, no ano de 1968, as contradições do regime atingem seu auge. Os grupos opositoristas, constituídos pelo sociólogo por “classes e frações de classes” “golpeadas ou afetadas pelo rumo da re-organização capitalista se mobilizam corporativa e politicamente” (SADER, 1982, p.157).

Surgem oposições democráticas ao regime. A burguesia reivindicando espaço, manifestações, greves, congresso da UNE foram os motivos para novo refluxo social. O Parlamento entra “em recesso com a edição de um novo Ato Institucional, de nº 5, que servirá de base legal para uma nova e bem mais radical ofensiva repressiva”. Diante disso, “uma pequena burguesia - em franco processo de radicalização, pensa em vier os primórdios de uma guerra revolucionária” (SADER, 1982, p.159).

⁴⁹³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Janeiro, vol. 2010, p.03, ANAIS, Janeiro de 1968. Vol. 210. p.23, ANAIS, Janeiro de 1968. Vol. 210. p.37-38. ANAIS, Janeiro de 1968. Vol. 210. p.37-38. ANAIS, Abril de 1968. Vol. 212. p.05-06. ANAIS, Abril de 1968. Vol. 212. p.81-82. ANAIS, Maio de 1968. Vol. 212 (sic) 213. p.34-35. ANAIS, Maio de 1968. Vol. 212 (sic) 213. p.113-114. ANAIS, Junho de 1968. Vol. 214. ANAIS, Junho de 1968. Vol. 214. *sp.* ANAIS, Agosto de 1968. *sp.* ANAIS, Outubro de 1968. *sp.* ANAIS, Outubro de 1968. *sp.*

Para Denise Rollemberg (2003), que entrevistou agentes da “guerra revolucionária” as pesquisas sobre a luta armada tornaram-se possíveis para uma geração posterior que não teve relação direta com a experiência. Outro fator foi o reconhecimento pela história oral como instrumento teórico-metodológico.

Esse Ato Institucional impedia toda e qualquer possibilidade de atuação dos movimentos sociais, só restava o enfrentamento armado. A necessidade de conter os grupos oposicionistas foi uma justificativa da repressão para o AI - 5. Até porque esses movimentos não pretendiam o restabelecimento da democracia burguesa, liberal, e sim um socialismo, que seria para eles o “caminho para se chegar a verdadeira democracia, da maioria, do proletariado” (ROLLEMBERG, 2003, p.48).

Conforme Marcelo Ridenti (2010), em sua pesquisa sobre partidos políticos e grupos de esquerda do período, a opção de uma boa parte da esquerda brasileira pelas armas deu-se nesse contexto social, agitado, ainda pelas manifestações libertárias em todo o mundo, da guerrilha do Che na Bolívia à Primavera de Praga, do Maio de 68 na França à Guerra do Vietnã, da contracultura à Revolução Cultural Chinesa (RIDENTE, 2010 p.30).

Nesse sentido, “a ascensão dos movimentos urbanos de massas em 1968 não era previsto pelos grupos já em ação ou pelo menos que defendiam a luta armada. Mas foi uma agradável surpresa” (RIDENTI, 2010, p.48), diante de um mundo de manifestações esquerdistas no ocidente. Porém, existiam diferenças de como executar as etapas do projeto da revolução, se direcionado à democracia burguesa ou à democracia socialista, o que enfraqueceu os movimentos.

Denise Rollemberg (2003) interpretou os motivos que fizeram com que a luta armada fracassasse, sendo identificada nas entrevistas realizadas a falta de apoio entre os líderes do movimento armado e as massas.

Quanto aos setores da elite nacional mais poderosos, sentiam que não havia alternativa “aceitam o fato consumado do Estado de Exceção como forma de proteção de seus interesses ao longo prazo” (SADER, 1982, p159). Era “o golpe no golpe”.

Para Mansan:

No Brasil, o “maio de 1968” constituiu-se de diversas lutas contra o regime ditatorial, que hoje, retrospectivamente, podem ser consideradas em grande parte vitoriosas. Gerou-se, com tal avanço da oposição, uma crise de hegemonia do bloco no poder, o que, em contrapartida, resultou em uma transformação no modo de ação coercitiva, instaurada a partir do (e com base no) Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968. Tinha início

uma nova fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Face à reorganização do Estado ditatorial e ao recrudescimento de suas ações repressivas, a oposição viu-se encurralada entre duas opções: silenciar temporariamente, exilando-se no exterior ou permanecendo no país com cautela redobrada e máxima discricção, ou aderir à luta armada e à clandestinidade, o que também implicava em uma espécie de ‘exílio interno’ (MANSAN, 2010, p.100).

Teria sido o Ato Institucional nº 5 a consequência do silêncio do tema da pesca no parlamento por Carlos Santos? Na realidade, muitos temas arrefecem, constituindo um plenário esvaziado (HEINZ, 2005). Mas a questão agrária voltaria à pauta devido aos movimentos sociais do campo.

Retornando na história, o debate sobre a Reforma Agrária no Brasil surgiu com Getúlio Vargas, nos anos 1940, como opção nacional desenvolvimentista. Promovidos pelo Estado, seriam investimentos em condições gêneros de consumo que melhorassem as condições de abastecimento. A CLT - Consolidações das Leis de Trabalho passam a incluir o trabalhador rural em suas diretrizes.

Sob as pesquisas do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Juscelino Kubitschek e João Goulart passaram a incorporar o campo como centro das questões referente ao desenvolvimento do Brasil. Produzir alimentos e matérias primas, baratear salários e produtos era fator de desenvolvimento econômico e de soberania nacional. Um novo padrão se estabelecia nas relações sociais e produtivas.

O mandonismo local das elites latifundiárias sofreriam duros golpes, além do amadurecimento político dos trabalhadores do campo que acentuam suas reivindicações, ocasionando conflitos rurais entre os interesses trabalhistas dos camponeses contra a hegemonia dos latifundiários (LINHARES; SILVA, 1999, p.159-160).

Esse debate, entre 1961 e 1964, atingiu amplos setores da sociedade brasileira. “A questão agrária popularizava-se nos meios urbanos e tornava-se uma exigência da política nacional”. (LINHARES; SILVA, 1999, p.165). Passo importante foi dado com a criação da SUPRA - Superintendência de Política Agrária, de 1962, e do “Estatuto do Trabalhador Rural”, aprovado em 1963. O Plano Trienal de Celso Furtado, também continha projetos de desenvolvimento regionais baseados na garantia de terras para os camponeses.

Com intensidade, essas questões avançariam, até serem incluídas nas reformas de base do então presidente João Goulart. O nordeste era o centro das atenções, motivado pela exploração dos trabalhadores dos canaviais assim como pela

concentração fundiária, a região sob a liderança de Francisco Julião, organizou as ligas camponesas para reivindicar direitos trabalhistas, o que gerou uma “aguda crise”.

A partir de setores conservadores como partidos de oposição, industriais, multinacionais, setores da sociedade civil e, principalmente, latifundiários pressionavam, como já se verificou, como resultado o país sofreu um duro golpe.

“No regime militar as manifestações em favor da reforma agrária ou tentativas de organização dos trabalhadores rurais eram identificadas como subversão” sendo os interesses dos militares voltados para a segurança nacional fundamentada no combate às guerrilhas rurais que ameaçassem o regime (LINHARES; SILVA, 1999, p.183).

A preocupação do regime, segundo Maria Iedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1999, p.183) não foi econômica e nem social, já que a entrada de capitais estrangeiros e a modernização forçada do campo (vinculação ao crédito agrícola à aquisição de máquinas e implementos produzidos na maioria das vezes pela multinacionais) estava em processo. Como também, do ponto de vista social, articulava-se poderosa repressão às representações populares e à crença na articulação dos movimentos populares com Cuba, em uma conspiração internacional do comunismo.

A questão agrária se tornou importante no governo a partir das guerrilhas rurais que eclodiram em Caporaó e no Araguaia:

Onde grupos de esquerda tentaram repetir, no país, a experiência revolucionária cubana. Temoroso o governo, ao lado da repressão armada, tomou uma série de medidas assistencialistas para pessoas de baixa renda e desvinculadas de qualquer proposta estrutural de mudanças, essas políticas não impediram o acúmulo de uma imensa dívida social (LINHARES; SILVA, 1999, p.190).

A exploração do trabalhador, por sua vez, ocorria no sufocamento do minifúndio pelo latifúndio, para um padrão baseado no acesso a financiamentos e insumos, o que beneficiou os interesses do grande capital (insumos, adubos, máquinas e suplementos agrícolas) (LINHARES; SILVA, 1999, p.185).

Adolfo Puggina (ARENA), consciente do contexto, representou a hegemonia nessa mediação - trabalhador rural, estatuto da terra e os governos militares.

4.6 ADOLFO PUGGINA E A PESCA EM EVIDÊNCIA

Curiosamente, em 1969, após esse tempo de silêncio das assertivas da pesca, quem retornou para traduzir à temática no plenário sul-rio-grandense, não foi Carlos

Santos, e sim, novamente, Adolfo Puggina. Ou seja, seria a alteração de um tradutor da pesca do MDB, partido oposicionista, embora limitado, para um mediador da ARENA, partido nitidamente legitimador do poder militar.

No plano político e econômico, mesmo com o recrudescimento do regime, Sader (1982, p.159) identificou como um “clima de paz social” o período compreendido entre a promulgação do AI - 5, e a posse do general Ernesto Geisel em 1974. Era o apogeu da ditadura civil-militar. Para Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2011), surgiu nesse período o denominado “nacionalismo de fins”, que “correspondeu aos desígnios de desenvolvimento restrito, na medida em que visava robustecer a economia antes de equacionar as desigualdades sociais” (2011, p.345).

Ainda sobre o dito milagre econômico, Nara Simone Roehe (2008), destacou que:

O ciclo de acumulação ocorrido nos anos do milagre econômico no Brasil se caracterizou, segundo Bresser Pereira (1987b, p. 72), principalmente, pela expansão de dois setores produtores de bens de consumo duráveis representados pela indústria da construção civil e pela indústria automobilística estrangeira instalada no país. O desenvolvimento das indústrias de bens duráveis amparou-se em um princípio creditício e a indústria da construção civil, contou como sustentáculo financiador, com o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 e extinto em 1986 (Ibid., p. 72). As indústrias básicas, representadas pela siderurgia, foram fomentadas por meio de fundos retidos ou poupança forçada, por exemplo, FGTS, PIS/PASEP, além de por intermédio da contração de créditos oriundos da poupança externa. Entretanto, as medidas adotadas com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento econômico durante os anos do milagre econômico ocasionaram uma grande dívida a ser paga por governos posteriores (ROEHE, 2011, p.84).

Ou seja: a conta seria paga mais à frente. Porém, esse período de acelerado crescimento econômico no Brasil, perduraria até os finais meados de década de setenta, era o expansionismo econômico do “Brasil Grande Potência”. Mas que não resultou na prática em vantagens para os trabalhadores.

No governo Médici, período de forte crescimento econômico, o Salário Mínimo sofreu com índices de inflação governamentais subavaliados, o que implicou em forte perda de valor real, culminando num valor 46% inferior ao de 1940 e 56% inferior ao de 1957. O número de níveis distintos caiu para 5 em 1972 e a relação maior/menor caiu para 1,46 em 1973. Com o enrijecimento da repressão do governo, manifestações eram inexistentes. Era a época do "Brasil: Ame-o ou Deixe-o". De modo geral, o período do Milagre Econômico (1968-1973) não proporcionou uma trajetória favorável ao salário mínimo, mas sim, o afastou, relativamente, ainda mais da riqueza e da produção gerados pela economia (OSADA, 2008, p.14-15).

O período, definitivamente, não foi favorável aos trabalhadores e sim notavelmente aos empresários. Mesmo assim, no campo político, representantes do poder constituído mobilizavam as massas - a exemplo de Adolfo Puggina.

No final de 1968, com a economia aquecida, são inauguradas as instalações da ISAPEIXE - Indústria Rio-Grandense de Pescados, no galpão da extinta *Cia Swift*,⁴⁹⁴ junto ao posto de Rio Grande.

Dispondo de cais próprio para a atividade, “a nova empresa tem o objetivo de fazer captura, beneficiamento, industrialização, importação e exportação de peixes e camarões”. Fazem história, na época, os barcos: Boto e Cação, construídos com tecnologias brasileiras para pesca a alto mar. Ângelo Bastos afirmou: “A ISAPEIXE foi o primeiro projeto concretizado que utilizou incentivos fiscais para a pesca no Brasil” (*Apud CÉSAR*, 2011, p.172).

Interessante que, nesse momento, quem voltou a mediar as atividades da pesca no parlamento foi Adolfo Puggina que, após um ano de envolvimento com os temas concernentes à agricultura e às questões rurais, retomou com força as demandas da economia pesqueira e dos pescadores. Pois, de nove discursos emitidos na casa, cinco representaram o desenvolvimento da pesca.

Tabela 39 – Das intervenções de Adolfo Puggina em 1969

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	18/03/1969	<u>Relato sobre a presença no porto de Porto Alegre, do Navio Wladimir Besnard da Universidade de São Paulo para pesquisas.</u>	<u>ANAIS, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.28-31.</u>
02	25/03/1969	<u>Discurso sobre o problema da pesca no Rio Grande do Sul, a atenção sobre a pesquisa oceanográfica.</u>	<u>ANAIS, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.69-70.</u>
03	26/03/1969	Discursou sobre a insatisfação dos colegas do MDB pela cassação de sete representantes da sigla.	ANAIS, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.75-76.
04	27/03/1969	Defende a atual situação política do país e diz que após o dia 31 de março de 1964 os problemas sociais realmente foram enfrentados.	ANAIS, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.93-94.
05	28/04/1969	Defende o Ato Institucional nº 09 que dá ao executivo os instrumentos para concretizar o Estatuto da Terra.	ANAIS, Abril de 1969. Vol. 220. p. 106-107..
06	03/09/1969	Congratula Dom Vicente Scherer pela locução radiofônica que foi publicada nos principais jornais da capital sobre a Reforma Agrária.	ANAIS, Setembro de 1969. Vol. 197 (sic). 224 p.07-08
07	11/09/1969	<u>Fala sobre a potencialidade da atividade pesqueira do Rio Grande do Sul.</u>	<u>ANAIS, Setembro de 1969. Vol. 197 (sic) 224. p.57-58</u>

⁴⁹⁴ Cia Swift frigoríficos. Instalou-se na região em 1919.

08	17/12/1969	<u>Fala sobre as dificuldades de trafegar nas estradas de São José do Norte, que contempla a segunda maior Colônia de Pescadores do Estado.</u>	<u>ANAIS, Dezembro de 1969. Vol. 228. p.02.</u>
09	17/12/1969	<u>Discursa sobre a festa realizada na Colônia Z-3 de Pelotas, na condição de patrono dos pescadores artesanais do RS.</u>	<u>ANAIS, Dezembro de 1969. Vol. 228. p.03.</u>

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa, 1969. (GRIFOS NOSSOS)

Já Carlos Santos, proferiu apenas quatro discursos. Nenhum vinculado à pesca ou à identidade negra, observando-se o seu afastamento momentâneo dessa demanda. Contudo, destaca-se seu discurso sobre a criação da Universidade Federal do Rio Grande, realizado no dia 21 de agosto de 1969.

Essa intervenção foi motivada devido ao fato do Governo Federal ter aprovado, no dia 17 de agosto, o projeto de criação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, por meio da proposta encaminhada pelo influente empresário Fernando Bastos, que segundo Willy Cezar (2011), biógrafo do empreendedor, constituiu em um dos grandes, se não a maior, realização do empreendedor para o município de Rio Grande. (CEZAR, 2011, p.175). Abaixo, tabela dos discursos realizados por Carlos Santos em 1969.

Tabela 40 – Dos discursos de Carlos Santos 1969

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	15/04/1969	Manifesto de carinho que o Estado vem recebendo da Santa Sé. Discursa sobre a inauguração da Diocese de Rio Grande.	ANAIS, Abril de 1969. Vol. 220. p.22-23.
02	06/05/1969.	Discurso sobre a Semana Mundial da Cruz Vermelha Internacional a ser realizada de 06 a 13 de maio de 1969.	ANAIS, Maio de 1969. Vol. 221-222. p. 21. No sumário 256-257.
03	22/05/1969	Carlos Santos discursa em homenagem a sua eminência o Cardeal Dom Vicente Scherer.	ANAIS, Maio de 1969. Vol. 221-222. p.151
04	21/08/1969	Discurso sobre a criação da Universidade Federal de Rio Grande.	ANAIS, Julho e Agosto de 1969. Vol. 196 (sic). 223 p.161

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa, 1969.

Nota-se, aqui, o que seria constante nas suas intervenções: os temas católicos. Antes de serem delineadas as questões sobre a participação de Carlos Santos em plenário, no período de 1969 (penúltimo ano dessa legislatura, a terceira consecutiva) serão analisados os cinco discursos emitidos pelo mais novo representante das demandas da pesca na Assembleia Legislativa, deputado Adolfo Puggina. O deputado que, desde o ano de 1967, colocou-se à frente dessas questões, diante do silêncio de

Carlos Santos sobre a temática, a quem - desde 1959 - ele defendeu em sua prática política.

Qual seria o motivo da falta de ação política de Carlos Santos no que tange aos assuntos da pesca entre 1968 e 1969? Teria o político desacreditado do tema por algum motivo? Que fator teria afastado Carlos Santos de um assunto que tanto ele defendeu? Seria em virtude do planejamento militar sobre a atividade?

Adolfo Puggina discursou sobre o desenvolvimento da pesca nos dias 18 e 25 de março, 11 de setembro e em duas oportunidades no dia 17 de dezembro de 1969. Em março, em Grande Expediente, dispondo de 30 minutos, Puggina esclareceu aos demais colegas sobre a presença do navio oceanográfico “Wladimir Bersnardi” da Universidade de São Paulo no porto de Porto Alegre, embarcação que estava em nosso Estado para uma pesquisa de campo as condições oceanográficas do litoral. Essa atividade foi realizada por meio de convênio firmado entre a USP e o GEDIP.⁴⁹⁵

Para o político, a presença da embarcação indicava perspectivas de melhorias para a situação pesqueira do Estado. Nesse episódio, além de publicizar a importância das pesquisas sendo evidenciado junto aos demais colegas da casa o objetivo dos planos do GEDIP - Grupo Executivo da Pesca. Entre estes:

- a) A pesquisa oceanográfica;
- b) A construção do porto pesqueiro e do Distrito Industrial;
- c) E o Porto Pesqueiro de Rio Grande.

Tudo isso com planejamento, segundo o deputado, tecnológico. E a USP, por meio do navio “Wladimir Bersnardi”, liderado pelo cientista Gelson Zarzoli era imprescindível ao sucesso das metas do GEDIP, já que o navio possuía modernos recursos para a consecução das pesquisas marítimas, “como radar, sonar, eco-sonda, barisfera e todos esses artefatos e instrumentos de alta precisão científica necessários à um trabalho de tal envergadura”.⁴⁹⁶

No discurso de Adolfo Puggina, pronunciado em 18 de março, teve destaque esta iniciativa:

É com prazer que anunciamos que esta primeira parte, a fase inicial, foi cumprida com regularidade pelo navio oceanográfico. Nas seis viagens de 18 dias cada uma; foram colhidos milhares de dados, dados precisos sobre

⁴⁹⁵ Convênio firmado em 1968.

⁴⁹⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.28-31.

temperatura das águas, das diversas correntes marítimas, as águas quentes vindas do norte chocando-se com as águas frias que vinham do sul, o grau de salinidade nas diversas temperaturas, nas diversas épocas e nas variáveis sobre a plataforma continental, a existência de cardumes, a coleta de peixes, exame de idade, assim como coleta, também dos elementos jovens para poder avaliar no futuro prováveis condições de piscosidade daquelas águas.⁴⁹⁷

Segundo especialistas oceanográficos, esse choque termal, entre as águas quentes e frias eram as causas da Região de Rio Grande ter águas piscosas, com enorme produção de pescados.

Constata-se, a partir do discurso do deputado, que o grupo responsável pela pesca em parceria de técnicos e métodos científicos, estava decididamente promovendo o desenvolvimento da pesca no Rio Grande do Sul com qualidade. No dia anterior ao discurso de Puggina o cientista Gelson Zarzolli esteve em visita ao Palácio Piratini, sede do governo do Estado, apresentando ao governador Ildo Menegetti, mapas, gráficos e tabelas sobre os estudos realizados.

Adolfo Puggina anunciou que o GEDIP, em dois anos, “colocou o Estado do Rio Grande do Sul muito acima de qualquer outra região brasileira, no que se refere ao planejamento do setor pesqueiro”.⁴⁹⁸

Na ocasião, ele foi interrompido pelo colega da ARENA, Victor Faccioni,⁴⁹⁹ que disse a respeito da importante realização do navio oceanográfico: “contratado pelo GEDIP para efetivar a pesquisa oceanográfica de nossa costa pesqueira, assim como o trabalho que realiza o navio ‘Mestre Jerônimo’ da SUDEPE com o mesmo objetivo, evidentemente com sentido complementar”.⁵⁰⁰ Mas, como assim: objetivos

⁴⁹⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.28-31.

⁴⁹⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.28-31.

⁴⁹⁹ Victor Faccioni foi eleito deputado estadual com 12.301 votos pela Aliança Renovadora Nacional. Foi o vigésimo segundo deputado mais votado do partido. *S.a. AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre: Editora Síntese, 1977, p.338.

⁵⁰⁰ O navio da SUDEPE carregava o nome do Mestre Jerônimo, que, como vimos, era um dos pescadores a bordo nas jangadas dos *Raids* de 1941 e 1951, e que foi lembrado após sua morte por Carlos Santos, ocorrido no discurso pronunciado na Assembleia do Estado em 21 de novembro de 1965. Entende-se que esta prática executada pelo poder brasileiro de nomear os navios costeiros, inclusive, remonta a atualidade, pois se os militares denominaram o navio de pesquisas da pesca de “Mestre Jerônimo”, atualmente, tem-se dois petroleiros homenageando figuras que remetem a história do Brasil, e que estão próximas as nossas reflexões. O petroleiro João Cândido foi lançado em maio de 2012, pelo governo federal. Segundo matéria do Jornal do Comércio, “Simbólico e polêmico. Há exatamente um ano, o João Cândido deixou o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), no Complexo de Suape, para sua primeira viagem. Desatracou do cais sob o olhar de 5 mil funcionários, carregando o título de maior navio brasileiro em operação (até então) e uma história de percalços na sua construção. A expectativa é que fosse atuar na operação de longo curso (ultrapassando as fronteiras nacionais), mas a demanda interna pelo transporte de petróleo fez com que a embarcação permanecesse na costa brasileira”. Ainda conforme o Jornal: “Atualmente, o João Cândido não reina mais soberano como o maior navio brasileiro. O gigante Zumbi dos Palmares, que foi incorporado à frota da Transpetro na última segunda-feira, tem as mesmas características do petroleiro-irmão”. Disponível em

complementares? O GEDIP era um grupo formado pelos deputados no intuito de desenvolver a pesca no Estado a SUDEPE foi uma autarquia criada por João Goulart, para controlar e coordenar todas as atividades pesqueiras no Brasil, mas que agora estava nas mãos dos militares. Será que realmente o GEDIP e a SUDEPE, tinham objetivos tão próximos e complementares como o anunciado por Faccioni?

Finalizando sua intervenção ao expediente de Puggina, Victor Faccioni, concluiu fazendo votos que:

Estes trabalhos e os trabalhos complementares que realizam o GEDIP e a SUDEP (sic) venham, efetivamente, dar aquelas condições esperadas por todos nós de colocar o Rio Grande do Sul dentro do mercado de pesca nacional em condições de contribuir significativamente, decisivamente, para a melhoria das possibilidades de aquisição de consumo de pescado para o povo brasileiro.⁵⁰¹

Retomando a palavra, após agradecer o colega, afirmou que por meio do GEDIP a indústria da pesca do Rio Grande do Sul ingressaria “decididamente já no setor da certeza e do planejamento total, sem ficar na improvisação que se tem verificado em todas as demais regiões (...) teremos os mais modernos portos e parques pesqueiros”.⁵⁰²

O GEDIP estava avançando os seus trabalhos de maneira técnica e institucionalizada no que tange ao desenvolvimento da pesca no Estado. A indústria “incipiente” estava com os dias contados. De posse de estudos científicos, tecnologias oceanográficas e investimentos nos portos e indústrias, a costa “mais piscosa do Brasil, localizadas mais ao sul”, em Rio Grande, iria desenvolver, bem como o Estado, pois conforme Adolfo Puggina; teríamos “recursos consideráveis e divisas (...)” referentes às exportações que seriam feitas além da grande quantidade de mão-de-obra que seria empregada nas indústrias que ali se instalarem”.⁵⁰³

Deve-se lembrar que um dos fundadores do GEDIP foi Carlos Santos, que após a presidência da Assembleia, silenciou, ao menos discursivamente, sobre as assertivas da pesca nesse ano.

Continuando as análises dos pronunciamentos de Adolfo Puggina, três firmas apareciam como concorrentes para a construção do porto pesqueiro e do parque

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/05/25/o-destino-do-joao-candido-84309.php>. Acesso em 04 de abril de 2014. Mestre Jerônimo, João Cândido e Zumbi dos palmares, personalidades constantes nos discursos de Carlos Santos, viraram navios costeiros.

⁵⁰¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.28-31.

⁵⁰² Ibidem.

⁵⁰³ Ibidem.

industrial de Rio Grande, que seria erguido na barra. Vencida pela empresa “Promo-Peixe”, conhecida por construções como a do porto pesqueiro de Portugal. Porto conhecido pessoalmente pelo engenheiro técnico do GEDIP, o rio grandinho, Cícero Vassão. Segundo o parlamentar, um convênio firmado entre o GEDIP, a SUDEPE e o BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul evitaria “delongas” na liberação dos investimentos do porto pesqueiro, bem como do distrito industrial.⁵⁰⁴

Ao concluir seu pronunciamento, informou que a qualidade técnica do Engenheiro Cícero Vassão possibilitaria o cumprimento das metas do GEDIP: “tornar a pesca a principal economia do Estado do Rio Grande do Sul”.⁵⁰⁵

Salienta-se que - mesmo sem pronunciar qualquer palavra - estava presente no plenário outro integrante do GEDIP, Carlos Santos, conforme lista de presença da sessão.⁵⁰⁶ O que foi curioso já que Santos era historicamente o parlamentar que mais defendia a questão da pesca.

Uma semana após esse pronunciamento, dia 25 de março, Adolfo Puggina, retornou ao púlpito da Assembleia para, novamente, em Grande Expediente de 30 minutos, verbalizar sobre a pesca no Rio Grande do Sul e no Brasil e os objetivos do GEDIP. Na realidade, o deputado relatou que o primeiro objetivo da comissão, relacionado às pesquisas oceanográficas, tinha sido alcançado pelo grupo. Faltando atingir as demais metas, construção do porto pesqueiro e do distrito.

Essas ações compunham a iniciativa racionalizada somente a partir de um complexo porto pesqueiro, pensado da seguinte forma pelos integrantes do planejamento de execução do GEDIP: cais pesqueiro, indústria, armazenagem, indústria do frio, infraestrutura, ponto de fácil acesso ao mar e meios de comunicação.

A comissão, “formada no Governo Ildo Meneghetti, era composta pelas seguintes pessoas: secretário executivo, Cícero Vassão, Sr. Vieira do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, Dr. Mayer Aruche da SUDEP (sic), além de técnicos do Estado e do BRDE”.⁵⁰⁷

Adolfo Puggina informou que o GEDIP era um órgão oriundo dos esforços do governador anterior, Walter Perachi Barcelos (ARENA), que incluiu o setor pesqueiro em seus planos de governo. Diante dessa informação, para Puggina, o interesse da pesca surgiu a partir das iniciativas de Walter Perachi Barcelos como governador do Estado.

⁵⁰⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.29.

⁵⁰⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.29.

⁵⁰⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.28-31.

⁵⁰⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.69-70.

Todavia, essa demanda se originou com a pressão dos pescadores e de políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (como acompanhou-se), entre estes, Carlos Santos.

A localização do porto pesqueiro ficava na IV seção da barra, e a do distrito industrial, na II e na metade da IV seção da barra, áreas do governo estadual e do governo federal, junto ao litoral de Rio Grande, que seriam integradas para as construções propostas pelo GEDIP. Que, segundo ele, ofereciam plenas condições de transporte, carregamento e descarregamento de “grande tonelagem - sendo o porto de Rio Grande privilegiado pela sua posição geográfica”.⁵⁰⁸ Era o apelo do parlamentar a execução do projeto, contudo, nessa sessão Carlos Santos não marcou presença. Seria um distanciamento definitivo de sua representação à pesca?

No final do discurso Adolfo Puggina congratulou o governo do Estado, o governo federal e o GEDIP pelo planejamento e investimentos na principal base econômica de matéria prima vinculada ao setor industrial e, principalmente, ao setor pesqueiro.⁵⁰⁹

Antes de dar sequência às interpretações da pesca, três discursos consecutivos proferidos por Adolfo Puggina chamaram a atenção - realizados nos dias 26 e 27 de março.

No dia 26 de março o parlamentar discursou sobre a insatisfação dos colegas do MDB pela cassação de sete representantes da sigla. Diz entender a mágoa dos deputados, mas cita que “os deputados do MDB acusam que não há liberdade em nosso país. Porém, diz ser injusta essa manifestação, pois a realidade é outra”. Acusa o MDB de ser representante do PTB e de Getúlio Vargas, esses sim responsáveis pelo autoritarismo passado. “Hoje sim se respira um ar de liberdade total”. Defendendo que houve uma legítima revolução no país.⁵¹⁰ A posição de Adolfo Puggina era bem nítida: ao lado dos militares, contra os “comunistas” - ou nacionalistas?

Conforme Flávio Heinz:

Os debates envolvendo as cassações estenderam-se por diversos dias. Enquanto a oposição criticava a ideia de simplesmente terminar com mandatos que haviam sido legitimados pelo povo, alguns membros da ARENA rebatiam as acusações feitas em relação ao regime militar, pois para a oposição, naquele momento, estaria sendo muito fácil criticar medidas arbitrárias, mas ela estaria esquecendo as medidas de caráter autoritário implementadas por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (HEINZ, 2005, p.57).

⁵⁰⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.69-70.

⁵⁰⁹ Ibidem.

⁵¹⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.75-76.

No dia posterior, o deputado reforça sua posição defendendo a atual situação política do país e diz que “após o dia 31 de março de 1964 os problemas sociais realmente foram enfrentados”. Inclusive o da “Reforma Agrária com o Estatuto da Terra”. Anteriormente, em sua visão, “eram agitadores utilizando as bandeiras sociais como a da Reforma Agrária”. E completa: “agora, tudo é legítimo por meio da revolução”.⁵¹¹

O Estatuto da Terra surgia, exatamente, como destacaram Maria Iedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1999, p.186), como o reconhecimento pela ditadura de um longo processo de lutas sociais e políticas do campo.

Na realidade os temas atinentes aos deputados sobre ou a favor do regime foi muito debatido em plenário, sendo que os parlamentares ponderavam que a oposição, ou seja: o MDB, “pelo fato de possuir muitos seguidores dos ideais pregados por Vargas, não poderia estar protestando pela perda de mandatos, pelo fechamento do Congresso Nacional, nem mesmo pelos excessos cometidos em relação a presos políticos, uma vez que todas essas medidas haviam sido aplicadas com muito mais rigor durante o Estado Novo” (HEINZ, 2005, p.57).

Quanto a Carlos Santos, nenhuma reação contra ou a favor de seus colegas do MDB, caçados, ou em torno da figura de seu ex-líder trabalhista Getúlio Dornelles Vargas, fortemente atingido por Puggina em discurso anterior.

Os discursos de Carlos Santos, pelo contrário, estavam relacionados a outros temas menos candentes as agitações política do país e do Estado, como a inauguração da Diocese de Rio Grande,⁵¹² a Semana Mundial da Cruz Vermelha Internacional a ser realizada em maio de 1969,⁵¹³ discursos em homenagem ao Cardeal Dom Vicente Scherer⁵¹⁴ seu amigo, líder espiritual e talvez político, e sobre a criação da Universidade Federal de Rio Grande.⁵¹⁵

Como se notou, nada poderia, de certa forma, contribuir para sua queda ou para a aproximação desta - mesmo que discursiva, de aspectos que lembrassem o

⁵¹¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.93-94.

⁵¹² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1969. Vol. 220. p.22-23.

⁵¹³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1969. Vol. 221-222. p. 21. No sumário 256-257.

⁵¹⁴ Na homenagem, Emilio Garrastazu Médice (1905-1985), Comandante do III Exército, e futuro general presidente do Brasil, entre outubro de 1969 até 1974, estava presente a Sessão. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1969. Vol. 221-222. p.151.

⁵¹⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho e Agosto de 1969. Vol. 196 (sic). 223 p.161

trabalhismo, socialismo ou qualquer item de agitação contra o regime instaurado (o que inclusive, vivia o seu apogeu).

Salienta-se que, no início de sua trajetória, o parlamentar constantemente elogiava as atitudes nacionalistas do trabalhismo, inclusive com críticas ao capital estrangeiro.⁵¹⁶ Porém, os tempos agora eram outros, ou aceitava as condições do jogo ou perdia o seu mandato.

No gráfico a ser demonstrado observa-se a acentuada estagnação das ações do deputado, entre 1966 e 1970, no que tange aos temas relacionados à situação política do período de nosso país. Críticas que seriam retomadas a partir de 1971, já em outro contexto.

Gráfico IV – Intervenções parlamentares de Carlos Santos referentes à situação política do país (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Veja, acima, que até 1962, época de Brizola como governador do Estado do RS, suas intervenções sobre a situação política atingiram o auge, sendo silenciadas entre 1966 e 1971.

Já Adolfo Puggina, em 1969, seguia firme na sua admiração e confiança nas propostas executadas pelos militares. O político, inclusive, defendeu o Ato Institucional nº 09 que deu ao executivo os instrumentos para concretizar o que se continha no “Estatuto da Terra”. Conforme palavras do Ministro da Agricultura: “uma resposta aos que duvidaram da Reforma Agrária”. A ARENA, como um todo, por intermédio de

⁵¹⁶ Para Carlos Santos, a Cia *Swift* era uma das responsáveis pela inflação e depressão econômica do Rio Grande do Sul e do Brasil. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 23 de novembro de 1959, p.163.

Adolfo Puggina congratulou o “presidente da República Mal. Costa e Silva, pela Reforma Agrária”.⁵¹⁷

Nesse contexto, foi criada uma relação estreitíssima entre propriedade da terra, bancos e grande capital, o que abria caminho para a modernização do campo e a (in) diferenciação campo/cidade. Surgiu o IBRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, reunindo especialistas e técnicos em torno das questões do desenvolvimento da terra. Em compensação, “desde os primeiros dias da Ditadura Militar, existiu perseguição e repressão aos sindicatos de trabalhadores rurais, contra lideranças camponesas e jagunços incendiavam casas de trabalhadores que resistiam às exigências dos senhores das terras” (LINHARES; SILVA, 1999, p.187).

Puggina retoma as intervenções sobre a pesca na casa, no dia 11 de setembro, após meses sem pronunciar-se sobre o tema, pois seu último discurso que teve como pauta a pesca, foi no dia 25 de março; em comunicação, Adolfo Puggina pronunciou sobre a potencialidade da atividade pesqueira do Rio Grande do Sul. Entretanto, reclamou que para tal feito se concretizasse seria necessário infraestrutura adequada, métodos modernos e racionais.

Ademais, citou o lançamento oficial da pedra fundamental da primeira indústria que iria se instalar no complexo pesqueiro da cidade de Rio Grande. Já que era uma das metas do GEDIP. Citou também que o Estado “deve estar preparado para receber os incentivos de crédito preconizado pelo Decreto de Lei nº 221, da SUDEPE que poderá investir a quantia de 250 milhões de cruzeiro no setor em Rio Grande”. No encerramento de sua comunicação, elogiou novamente o GEDIP que, para ele: “aprimorou os estudos científicos na área pesqueira”.⁵¹⁸

O GEDIP era um órgão institucional criado no clima de crescimento do produto interno bruto em cerca de 50% nesse período, fruto das diretrizes econômicas concentradas instauradas pelos militares.

Em setembro de 1969, “o presidente Costa e Silva sofreu um derrame cerebral que o incapacitaria para o exercício do cargo”. Os ministros militares assumiram o poder transitoriamente, “o processo de ‘seleção’ do ‘candidato’ se deu no interior dos altos escalões das Forças Armadas, cabendo aos políticos tradicionais apenas sacramentar a decisão dos generais” (SADER, 1982, p.160). Emilio Garrastazu Médici

⁵¹⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1969. Vol. 220. p. 106-107.

⁵¹⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1969. Vol. 197 (sic) 224. p.57-58

(1905-1985), um militar destacado do SNI - Serviço Nacional de Informações - foi o escolhido.

Quanto a Adolfo Puggina e às suas intervenções no parlamento sul-riograndense, em sua última intervenção no ano, o deputado da ARENA trouxe um tema que se relacionou nesta tese como fator atinente a pesca, sendo esse vinculado ao transporte de cargas pesqueiras da região para demais pontos do Estado e do Brasil, onde o acesso se dava por transportes terrestres.

Adolfo Puggina, no dia 17 de dezembro, relatou em plenário das dificuldades de trafegar nas estradas de São José do Norte. E destacou no seu pronunciamento a respeito das máquinas encaminhadas pelo DAER - Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem, visando ao início as obras rodoviárias na região de São José da Norte. Ou seja, ele também corroborava com o pensamento de que para a pesca desenvolver-se economicamente, teria que ser dada atenção ao escoamento da produção e, devido a isso, as estradas deveriam estar estruturadas.

Segundo o parlamentar, essa via de acesso era fundamental, pois se tratava da “primeira estrada na região”, que contemplava a segunda maior Colônia de Pescadores do Estado, e provavelmente a primeira em número de produção de pescados.⁵¹⁹ Conforme Adolfo Puggina, as poucas indústrias na região, se dava, justamente, pela dificuldade de transporte do produto elaborado.

Após sua a intervenção, outro deputado, José Pederzolli Sobrinho, também da ARENA, relatou como foi a Primeira “Festa do Peixe” ocorrida na Colônia Z-3 de Pelotas.⁵²⁰ Na ocasião, o deputado foi representando a casa, o que demonstra a hegemonia da ARENA no tema da pesca. Ao ocupar a tribuna, Pederzolli falou que seu tempo era para “dar conta dessa missão”.⁵²¹

⁵¹⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1969. Vol. 228. p.02. Na lista do Primeiro Congresso dos Pescadores realizado em 1967, a Zona de Pesca de São José do Norte tinha contava com cerca de 3.000 (três mil pescadores). A principal era Rio Grande.

⁵²⁰ José Pederzolli Sobrinho foi eleito deputado estadual pela ARENA em 1966, com 12.298 votos. Sendo o deputado vigésimo segundo deputado mais votado da sigla. *S.a.* AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre: Editora Síntese, 1977, p.338. Antes, o político foi vereador em Pelotas e presidente da biblioteca pública pelotense. Seus discursos, posteriores a esse, em momento algum trataram da questão da pesca, embora na prática o mesmo deva ter agido em prol da pesca e da navegação em Pelotas. Pois, conforme o próprio parlamentar os temas de seu interesse, para as demandas da Zona Sul do Estado, eram: “o problema da folha de flandres, do pêssego, da cebola, do arroz, ‘da pesca’, da habitação, da estrada da produção, da eletrificação rural, ‘da navegação’, ‘da importância do porto de Pelotas’ e da salinização da Lagoa dos Patos, do Rio São Gonçalo e da Lagoa Mirim”.

ANAIS DA ASSEMBLEIA, 21 de janeiro de 1970. Vol. 228. p.343.344.

⁵²¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1969. Vol. 228. p.03.

José Pederzolli disse que a atividade foi um sucesso “contando com o comparecimento de altas autoridades pescadores da cidade de Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e ainda com grande número de convidados”. Houve homenagens a Marinha e ao tradicional jornal Diário Popular.⁵²²

Após a fala de José Pederzolli, Adolfo Puggina retomou a palavra, dizendo “que também esteve na festa na condição de patrono dos pescadores artesanais do RS. Festa que proporcionou um maior entrosamento entre as colônias de pescadores, autoridades e o povo em geral”. Puggina informou ao plenário que era, nada mais nada menos, do que o patrono dos pescadores do Estado do Rio Grande do Sul.⁵²³ Mas quem deu esse título a ele?

Ao final, José Pederzolli explicou que foi a atividade: “representando a presidência desse legislativo” e, que na ocasião, fez “uso da palavra para saudar os pescadores discorrendo sobre a importância da pesca não só para aquela região, mas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul”.⁵²⁴

Diante disso, o Legislativo do Estado esteve representado na Festa do Peixe de Pelotas pelo deputado pelotense José Pederzolli. Contudo, o representante dos pescadores era Adolfo Puggina, segundo ele mesmo verbalizou.

Enquanto isso, a economia com a manutenção de Antônio Delfim Neto, ministro da Fazenda do Governo anterior, deu continuidade à política econômica, cujos resultados apareciam: “queda da inflação, aumento de produção, melhora do comércio exterior”. Resultados que faziam do Brasil um “país privilegiado para os organizados creditícios internacionais”. Mas, para isso, a continuação desses investimentos deveria existir “paz social”.

Devido a isso, “os métodos crescentes aperfeiçoados que os organizamos repressivos foram utilizando a partir de 1969, especialmente a tortura e o assassinatos políticos sistematizados”, contemplam esta, se é que foi possível “paz social” (SADER, 1982, p.161).

Mas, quanto a Carlos Santos, o deputado que mais reivindicou a pesca artesanal no plenário e o desenvolvimento da atividade da pesca como um todo? Por que silenciou sobre essa temática durante todo ano de 1969? Teria o político abandonado seu afeto a causa? Teria perdido sentido para ele essa assertiva em um período tenso?

⁵²² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1969. Vol. 228. p.03.

⁵²³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1969. Vol. 228. p.03.

⁵²⁴ Ibidem.

Qual sua relação com a pesca, os temas da identidade negra também se calaram, consideravelmente, na voz de Carlos da Silva Santos? E o Decreto-Lei nº 221-67, instaurado pelos militares com o objetivo de transformar a atividade da pesca em indústria de base, pode ter influenciado na motivação do parlamentar na sua luta a favor da pesca?

Tabela 41 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1969

Educação	Católico e religioso	Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Trabalhadores, grupos, sindicatos.	Outros
1	2	1	0	0	0

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

4.7 SANTOS EM AÇÃO: O COMBATE AO RACISMO A SEGURANÇA DO PESCADOR

No ano de 1970, último ano da terceira legislatura consecutiva de Carlos Santos na Assembleia, o político retoma o seu fulgor discursivo, realizando ao todo 26 intervenções. Desde o início da legislatura, de 1967 a 1969, Santos havia realizado apenas 15 intervenções no púlpito. Nesse ano, as coisas seriam diferentes. Inclusive, destacando o retorno dos temas da pesca e da identidade negra em seus discursos.

Se no ano anterior o tribuno realizou ao todo somente quatro intervenções, no de 1970, suas ações em plenário mais do que sextuplicaram, pois, ao todo, foram realizados 26 pronunciamentos.

Sobre a pesca, suas intervenções foram inferiores somente ao número de temas relacionados às homenagens. Ao todo o político verbalizou em quatro ocasiões sobre a pesca, e em dez ocasiões seu tema favorito foram às homenagens.⁵²⁵ Nesse ano, estavam previstas eleições para o dia 15 novembro, diante disso, as homenagens relacionavam-se, não por acaso, à cidade de sua base eleitoral, Rio Grande.

Entretanto, os dois temas enunciados pelo tribuno: a pesca e a sua identidade voltaram a aparecer em seus pronunciamentos. Em quatro ocasiões: dias 6 de abril, 17 de agosto, 29 de outubro e 14 de dezembro. Na questão da identidade negra, tem-se como referência de análise os pronunciamentos efetuados nos dias 1 de abril, 24 de abril e 29 de outubro de 1970.

⁵²⁵ Os discursos em que as homenagens foram contempladas, conforme tabela: 06, 07, 09, 11, 13, 16,17, 19, 20 e 26.

Tabela 42 – Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1970

Nº	Datas	Conteúdos	Fontes
01	01/04/1970	<u>Discursa sobre o Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial</u> transcrito no último dia 21 de março.	<u>ANAIS, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.07-08.</u>
02	<u>06/04/1970</u>	<u>Fala sobre a Escola Técnica de Pesca da cidade de Rio Grande.</u>	<u>ANAIS, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.33-34..</u>
03	07/04/1970	Verbaliza sobre o antissemitismo da União Soviética contra os judeus.	ANAIS, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.43-44,
04	<u>24/04/1970</u>	<u>Em memória de José Maria Rodrigues.</u>	<u>ANAIS, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.160.</u>
05	29/05/1970	Versa sobre o “violento incêndio” que destruiu depósito de cebola no município de São José do Norte.	ANAIS, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.241.
06	02/06/1970	Homenagem à memória do comerciário de Rio Grande, falecido, Helos Guardiola Velloso.	ANAIS, Junho-Julho de 1970. Vol. 231-232, p.16.
07	16/06/1970	Homenagem à memória de Antônio Rocha Meirelles, ex-prefeito de Rio Grande, falecido.	ANAIS, Junho-Julho de 1970. Vol. 231-232, p.161-163.
08	30/06/1970	Fala sobre o “Dia do Papa”. Na época o pontificado era exercido pelo Papa Paulo VI.	ANAIS, Junho-Julho de 1970. Vol. 231-232, p.194.
09	02/07/1970	Alusivo ao centenário de falecimento de Antônio Carlos Lopes, natural de Rio Grande e fundador dos Tiros de Guerra no Brasil.	ANAIS, Junho-Julho de 1970. Vol. 231-232, p.22.
10	21/07/1970	Explicações Pessoais: Carlos Santos explana sobre a Reforma do Ensino Fundamental e Colegial proposto pelo MEC.	ANAIS, Junho-Julho de 1970. Vol. 231-232, p.166-167.
11	23/07/1970	Explicações Pessoais; Carlos Santos Discursa sobre os 125º aniversário da Biblioteca Pública de Rio Grande.	ANAIS, Junho-Julho de 1970. Vol. 231-232, p.193.194.
12	28/07/1970	Apresenta a leitura do relatório da Comissão Especial para estudar o uso e o tráfico de entorpecentes e apontar soluções positivas.	ANAIS, Junho-Julho de 1970. Vol. 231-232, p.225.
13	14/08/1970	Comunicações: Homenagem aos Barbeiros e Cabelereiros.	ANAIS, Agosto de 1970. Vol. 238, p.113-114.
14	<u>17/08/1970</u>	<u>Pronunciamento sobre a tragédia ocorrida no litoral de Rio Grande com o navio pesqueiro “Milicent King” desaparecido em finais de julho.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1970. Vol. 238, p.135-136.</u>
15	19/09/1970	Discursa sobre a Semana da Criança Excepcional, a ser realizada de 21 a 28 de agosto.	ANAIS, Agosto de 1970. Vol. 238, p.160-161.
16	24/08/1970	Discursa em homenagem à memória de Getúlio Vargas.	ANAIS, Agosto de 1970. Vol. 238, p.185-187.

17	01/09/1970	Semana de Homenagem ao Advogado sobre as inquietações políticas da juventude.	ANAIS, Setembro de 1970. Vol. 241, p.12-13.
Nº	Datas	Conteúdos	Fontes
18	30/09/1970	Discursa contra o impedimento político de candidatos, efetuado por militares, na campanha eleitoral da cidade de Rio Grande.	ANAIS, Setembro de 1970. Vol. 241, p.147.
19	30/09/1970	Discurso de homenagem à memória de Dinarte José Lima, natural de Rio Grande, funcionário da Ipiranga S/A.	ANAIS, Setembro de 1970. Vol. 241, p.153.
20	01/10/1970	Sessão da Assembleia Especial: Aniversário do Jornal Correio do Povo.	ANAIS, Outubro e Novembro de 1970. Vol. 235-236 (sic) 242, p.05-06.
21	<u>29/10/1970</u>	<u>Discurso direcionado aos trabalhadores de São José do Norte e de Rio Grande. Discorre sobre o problema dos pescadores artesanais.</u>	<u>ANAIS, Outubro e Novembro de 1970. Vol. 235-236 (sic) 242, p.122-124.</u>
22		<u>Aprovação do Projeto de Lei nº 127/70, que destina auxílio financeiro a Sociedade Beneficente Floresta Aurora de Porto Alegre.</u>	<u>ANAIS, Outubro e Novembro de 1970. Vol. 235-236 (sic) 242, p.134.</u>
23	26/11/1970	Discursa sobre o “Dia Nacional de Ação de Graças”.	ANAIS, Outubro e Novembro de 1970. Vol. 235-236 (sic) 242, Parte II p.49-50.
24	04/12/1970	Sobre o aprimoramento das estradas do município de São José do Norte.	ANAIS, Dezembro de 1970. Vol. 237 (sic) 244, p.04-06.
25	<u>14/12/1970</u>	<u>Discurso sobre a melhoria de condições do salvamento no litoral sul-rio-grandense e da efetiva proteção aos pescadores de alto-mar.</u>	<u>ANAIS, Dezembro de 1970. Vol. 237 (sic) 244, p.56-57.</u>
26	21/12/1970	Homenagem a Faculdade de Direito de Pelotas, em especial a “Turma Alcides de Mendonça Lima”. Destaca a formatura de um cego como símbolo majestoso de vontade.	<u>ANAIS, Dezembro de 1970. Vol. 237 (sic) 244, p.105-106.</u>

Fonte: Fontes do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. (GRIFO NOSSOS).

O primeiro pronunciamento de Carlos Santos no ano de 1970 foi relacionado ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela ONU - Organização das Nações Unidas no dia 21 de novembro de 1969. No dia primeiro de abril de 1970, o parlamentar registrou no parlamento sul-rio-grandense a data eternizada pela ONU em decorrência das manifestações ocorridas na África do Sul, em 1960, contra o regime do *Apartheid*.⁵²⁶

Em seu discurso, reclamou que a data praticamente não foi lembrada, sendo que esse silêncio poderia significar “duramente, indiferença e desinteresse pela questão

⁵²⁶ No dia 21 de março de 1960, 69 pessoas morreram e 180 ficaram feridas quando a polícia atirou contra manifestantes desarmados que protestavam contra as leis segregacionistas do *Apartheid* Sul Africano.

racial”.⁵²⁷ A data, segundo o político, instituída pela ONU e publicada em suas diretrizes, visava a lembrar os dez anos dos “sangrentos episódios” da manifestação de Shaperville. Contudo, Santos disse que “datavam de 1946 a Carta das Nações Unidas sobre a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais ‘sem distinção da raça, sexo, língua e religião’”.⁵²⁸

Mais adiante, o tribuno ressaltou que, no dia 19 de março, “mais um instrumento internacional de natureza jurídica foi colocado à disposição dos paladinos da igualdade racial, era a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial”. De acordo com as cláusulas dessa convenção, os Estados participantes “se comprometem a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas as suas formas (...) sem distinção de raça, cor, origem nacional ou social a igualdade perante a lei”.⁵²⁹

Em sua intervenção, Santos também chamou a atenção sobre a decisão do Brasil, “primeiros signatários desse importante instrumento”. Para ele, no entanto, o problema do país era a “cordialidade externa existente entre brancos e negros (...) ressonância lúgubre da longa noite do cativeiro”.⁵³⁰

Mais adiante, informou aos colegas que a ONU (re) afirmou a luta contra o racismo, datada para o ano de 1971, designado como o Ano Internacional da Ação para o Combate da Discriminação Racial. Será o ano de “solidariedade racial para todos aqueles que lutam contra o racismo”. Mas será que Carlos Santos se considerava um lutador contra o racismo?

Depois de praticamente ter ficado quatro anos sem citar problemas atinentes à “discriminação racial”, o tribuno trouxe o tema novamente ao plenário. Teria Carlos Santos permanecido em silêncio quanto a essa temática por continuar acreditando na “democracia racial”? Ou teria o político se calado estrategicamente, para em um momento oportuno, como esse estipulado pela ONU, por meio de seu prestígio alcançado, anunciar sua luta contra o racismo?

⁵²⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.07-08.

⁵²⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.07-08.

⁵²⁹ A Assembleia das Nações Unidas realizou três conferências sobre a discriminação racial, a partir da instituição da data de 21 de março de 1970, todas alusivas a eliminação da discriminação racial. No âmbito de cada uma delas, realizou-se uma Conferência Mundial contra o Racismo e a Discriminação Racial: duas em Genebra (1978 e 1983) e a terceira em Durban (2001). O ano de 2001 foi, ainda, proclamado *Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa*. Procuradoria Geral da República, Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Disponível em <http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Racismo.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2014.

⁵³⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.07-08.

Para se ter uma ideia dos últimos discursos enunciados por ele, contendo o tema da discriminação racial, ocorreu no dia 4 de fevereiro de 1965, discurso sobre o caso de racismo sofrido no Oásis Praia Club de Pelotas; em 22 de setembro de 1965, denunciou sobre o caso de racismo ocorrido no Clube Alvi-Negro de Taquari; em 12 de maio de 1966, os discursos foram referente aos 78 anos da Abolição, em que o parlamentar condenou os atos de preconceito, considerado por ele como algo a ser combatido para a plena execução da Lei Áurea.

Entretanto, agora, o parlamentar, em seu primeiro discurso de 1970, anunciou as demandas de combate contra a “discriminação racial” estipulado e fomentado pela ONU. Era uma visível transformação em suas práticas contra a discriminação.

Ao final de sua participação, realizada no dia primeiro de abril, o tribuno elogiou o artigo escrito por Paulo Amorim, intitulado: “Racismo no Brasil”. E concluiu com as seguintes palavras: “(...) o binômio Casa Grande e Senzala perdeu-se na história e o negro que ajudou a construir a mansão senhorial tem o direito, usando seus méritos e talento, de chegar a ocupá-la também como senhor”.⁵³¹ Seria o final da crença de harmonia racial tanto defendido por Carlos Santos?⁵³²

As outras duas intervenções referentes à identidade negra em suas ações foram realizadas pelo tribuno nos dias 24 de abril e 29 de outubro. Em 24 de abril, o parlamentar fez um discurso em memória de José Maria Rodrigues, falecido na noite anterior. Em sua fala, Santos mencionou os méritos de José Maria Vianna Rodrigues, considerado um dos primeiros professores negros da UFRGS, casado com a professora Aracy Santos Rodrigues e pai de Julieta Rodrigues da Silveira.⁵³³

Segundo Carlos Santos, “Julieta Rodrigues da Silveira” filha de José Maria, “era casada com o professor Oliveira Ferreira da Silveira (1941-2009). José Maria Rodrigues era também genro do conceituado advogado Dr. Armando Hipólito dos Santos”.

Na pesquisa de mestrado, em que se investigou o “Primeiro Congresso Nacional do Negro de 1958”, até então silenciado na historiografia, realizado em Porto Alegre sob organização da Sociedade Floresta Aurora em conjunto com o PTB, encontrou-se a

⁵³¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.08.

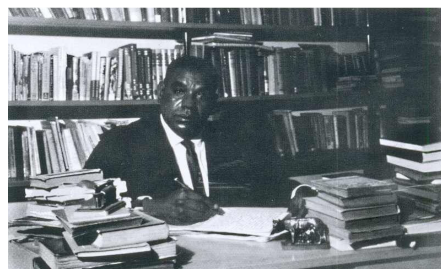
⁵³² Em discurso realizado no dia 13 de maio de 1960, Carlos Santos disse: Improcede a assertiva capciosa do jornal londrino “London Times” a existência de discriminação racial no Brasil, tentando assim, maliciosamente, comprometer a nossa autoridade moral para protestarmos, como solenemente o se fez perante o concerto dos povos civilizados - contra a iniquidade e a morbidez alarmante do racismo das minorias que dominam e escravizam a maioria da África do Sul (...)(GRIFO NOSSO) (ANAIS, MAIO DE 1960, p.266).

⁵³³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.160.

participação nas mesas de conferências das duas personalidades citadas por Carlos Santos: José Maria Rodrigues e Armando Hipólito dos Santos (GOMES, 2008).

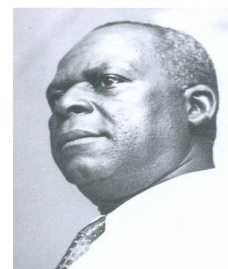
Armando Hipólito dos Santos, sogro de Rodrigues, era conceituado na sociedade negra porto-alegrense, inclusive, presidindo a Sociedade Floresta Aurora entre os anos de 1932 e 1934.⁵³⁴

Imagem 15 - Professor José Maria Rodrigues



Fonte: Irene Santos, Negro em Preto e Branco, Acervo Oliveira Silveira, Porto Alegre, Fumproarte, 2005, p.65. Falou sobre os pontos importantes do congresso.

Imagem 16 - Advogado Armando Hipólito dos Santos



Fonte: Irene Santos, Negro em Preto e Branco, Acervo Oliveira Silveira, Porto Alegre, Fumproarte, 2005, p.64. Conferenciou sobre: Objetivos do Congresso Nacional do Negro.

Outro personagem citado no discurso de Carlos Santos, além da esposa de José Maria Rodrigues e de sua filha, foi seu genro, o poeta Oliveira Silveira. Conhecido como um dos integrantes do Grupo Palmares de Porto Alegre, que ainda seria fundado, no ano seguinte, em 1971 (CAMPOS, 2006).

Todavia, Santos, identificava na figura de José Maria Vianna Rodrigues, o retrato de mérito ao intelectual negro. Conforme o seu pronunciamento:

Homem de extraordinária força de vontade que, mesclada com seu adamantino caráter, colocou sempre o serviço dos mais nobres ideais de grandeza humana, o professor agora desaparecido ingressou nos quadros funcionais do colégio Júlio de Castilhos como simples servente, e a golpes de tenacidade e de fé em si mesmo, dono de singular e naturais (sic) dotes de inteligência, foi galgando posições a custa de estudos e concursos, conquistando cargos, numa elevação hierárquica reveladora de sua admirável

⁵³⁴ Dados retirados da Galeria de Fotos dos Presidentes da Entidade, localizadas no 2º andar da Sede Social da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, localizada na Av. Cel. Marcos, 527, no dia 08 de novembro de 2007. Atualmente, a Sociedade está funcionando na Estrada Afonso Lourenço Mariante, 437, bairro Belém Velho, Porto Alegre. Segundo matéria localizada no Jornal Correio do Povo, esta mudança de endereço ocorreu por motivos de especulações imobiliárias e preconceitos. Conforme o impresso "A presidente da entidade, Maria Eunice da Silva, explicou que não teve outra alternativa, senão a mudança (...) revelou que o clube foi multado devido ao barulho em uma festa de réveillon e por duas reincidências, em valor correspondente a R\$ 104 mil. A presidente da Sociedade Floresta Aurora atribuiu a pressão ao poder econômico. E disse também ter identificado preconceito racial no episódio. "Mas essa era a alternativa, já que qualquer evento incomodava os moradores", concluiu. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 11 de março de 2013, s.p. Disponível em <http://correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=492240>. Acesso 05 de abril de 2014.

capacidade mental até chegar a honrosa condição de catedrático (...) (GRIFOS NOSSOS).⁵³⁵

Sobre o Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre não se encontram evidências documentais da participação de Carlos Santos, mas de seu partido na época, sim. O PTB, na figura do vereador Armando Temperani Pereira e do secretário de Educação Coelho de Souza participaram ativamente do encontro, realizado em setembro de 1958.

Quanto a Carlos Santos, em virtude das eleições, estava em plena campanha política, sendo eleito para a sua primeira legislatura pelo voto direto, ocorrida entre 1959-1962.

Chegando ao ano de 1970, localiza-se outra interessante intervenção do político na Assembleia, essa relacionada à aprovação do Projeto de Lei nº 127/70, concedendo auxílio financeiro a Sociedade Beneficente Floresta Aurora de Porto Alegre.⁵³⁶ Infelizmente, até o momento, não se localizou o valor do auxílio.

A partir dessas constatações, acredita-se que o tribuno constantemente reforçava os laços com os seus “patrícios”, como ele denominava os membros da comunidade negra porto-alegrense. Demonstrando conhecimento de indivíduos, famílias e sociedades negras destaques.

A pesca, por sua vez, esteve em voga na oratória do tribuno por quatro ocasiões: dias 06 de abril, 17 de agosto, 29 de outubro e 14 de dezembro.

No dia 06 de abril, em uma comunicação de cinco minutos, Santos falou sobre a Escola Técnica de Pesca da cidade de Rio Grande. Projeto destinado a ensinar as técnicas da pesca a cerca de 500 alunos. Na ocasião, fez um apelo ao Secretário de Agricultura do Estado, Luciano Machado, para as conclusões da obra.⁵³⁷

Em seu primeiro anúncio com a pauta voltada para o desenvolvimento da pesca, o parlamentar não citou Adolfo Puggina em seu discurso; e muito menos o GEDIP. Pelo contrário, falou somente do ano de 1965, ano por excelência da pesca em que a

⁵³⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.160.

⁵³⁶ A Sociedade negra Floresta Aurora foi fundada em 1872. Notamos que eram comuns os auxílios de Carlos Santos as associações negras. Em outro episódio, foi firmado convênio entre a Secretária de Obras e a sociedade negra de Rio Grande: Centro Cultural Marcilio Dias, fundada, inclusive, por Carlos Santos. Em uma reunião realizada no dia 04 de dezembro de 1967, poucos dias antes de encerrar seu mandato como líder do Legislativo, o político por meio de seus relacionamentos, viabilizou a cedência de 30 mil cruzeiros novos, oriundo do Plano Comunitário de Investimentos, para a construção de uma escola na associação negra. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1967, *sp*.

⁵³⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.33-34..

Assembleia realizou “estupendo trabalho em forma de conscientização da necessidade de seu racional desenvolvimento e aprimoramento da indústria da pesca”.

O deputado considerou ao final de seu pronunciamento, que a conclusão da Escola de Pesca seria importante para o mercado local e formação de mão de obra especializada, mas ponderou que: “para ser aproveitada como instrumento de recuperação social e elevação do padrão de vida da população dos pescadores que residem naquele e em outros municípios do litoral gaúcho”.⁵³⁸

Em 17 de agosto, houve a segunda intervenção a favor da pesca no púlpito. Dessa vez, alusiva a tragédia ocorrida no litoral de Rio Grande com o navio pesqueiro *Milicent King* desaparecido em finais de julho. Dos 12 tripulantes, 10 eram “filhos” de Rio Grande. O deputado trouxe novamente à discussão a necessidade de serviços de salvamento e de efetiva proteção aos pescadores de alto mar.⁵³⁹

No dia 29 de novembro de 1965, ainda na época da “Campanha de Valorização do Pescado”, Lei nº 186/65, instituída por Carlos Santos, o mesmo pronunciou sobre os desastres marítimos na costa de Rio Grande. Inclusive, sugerindo a transferência do 5º Distrito Naval para Rio Grande. Pois, ali por meio de um rápido serviço de socorro por meio de helicópteros, aviões anfíbios e barcos os pescadores estariam mais seguros.⁵⁴⁰ Sendo útil no apoio ao navio *Milicent King*. Porém, esse serviço, passados cinco anos não parece ter vingado.

Quem apareceu na tribuna, uma semana depois, para citar sobre o incidente do navio de pesca *Malicent King*, foi o representante do GEDIP, Adolfo Puggina. O último pronunciamento dele em plenário, contudo o tema da pesca, tinha ocorrido no dia 17 de dezembro de 1969.⁵⁴¹

Adolfo Puggina cobrou apoio para a execução do serviço de socorro aos navios pesqueiros, que comoviam nosso Estado, principalmente, pela falta de auxílio a essas tragédias. Citou, também, a campanha do Jornal de Rio Grande em favor da causa dos pescadores.

Segundo Puggina, o Jornal “Rio Grande”, estava fazendo campanha para que uma ilha em frente ao porto da cidade possuísse serviço de resgate de pescadores. Seria uma base aérea, já existente no município com esse fim, há, conforme o discurso do

⁵³⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.33-34..

⁵³⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1970. Vol. 238, p.135-136.

⁵⁴⁰ Na ocasião existia campanha do Rotary Club de Rio Grande para a organização na cidade de serviços de apoio marítimo. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.257-259.

⁵⁴¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1969. Vol. 228. p.02-03.

político, cerca de 30 anos. Era preciso o “serviço de proteção da costa”; nesse sentido, ele havia enviado aos poderes públicos competentes, Marinha, Aeronáutica, Governo do Estado e Governo Federal, um recado para que estudassem com cuidado, estudassem com muita atenção “um problema importantíssimo como este”, relacionado à segurança da atividade da pesca e dos pescadores.⁵⁴²

Moisés Velasquez, deputado do MDB, solicitou a Puggina um aparte. Prontamente, permitido por ele. Moisés Velasquez disse que seria preciso incluir outro serviço de segurança: o preventivo. Para ele, as dificuldades financeiras dos pescadores do Rio Grande do Sul e os seus barcos defeituosos e desgastados deveriam ter segurança preventiva, vistoria e financiamentos aos homens do mar, “para que eles pudessem arrumar seus barcos, sem que assistísimos (sic) tristemente, a par desses fatos, homens perderem as vidas em Rio Grande”.⁵⁴³

Ao retomar a palavra, Adolfo Puggina lembrou aos parlamentares dos três últimos naufrágios na região, os navios; Patagônia, Rio Guanabara e o, próprio, caso do *Milicent King*.⁵⁴⁴

O cargueiro argentino “Patagônia”, alguns dias ou dois dias após o pedido de socorro foi encontrado um escaler⁵⁴⁵ com vários tripulantes sem sinais de ferimentos ou de moléstia, com alimentos intactos e mortos, todos eles. Morreram de frio. O rio “Guanabara” com perda total de seus tripulantes e o caso recente do “Milicent King”. Quase todos tripulantes rio-grandinos. Perda total, também, pois os corpos não foram ainda encontrados. Nesses três casos houve pedido de socorro, mas nada pode ser feito (...).⁵⁴⁶

Essa intervenção, emergencial, foi a única de Puggina a respeito da pesca na Assembleia, que voltou a afirmar a construção do porto pesqueiro e do distrito industrial, objetivos do GEDIP.

Interessante que, tanto Carlos da Silva Santos quanto Adolfo Puggina, mesmo sendo natural de Rio Grande, porém, de partidos opostos, por outro lado ambos conhecendo os problemas atinentes à pesca e aos pescadores jamais se citaram em seus discursos, em suas palavras. O problema da pesca poderia ter possibilitado essa aproximação. Mas porque isso não aconteceu em nenhum momento? Pode ter sido em

⁵⁴² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1970. Vol. 238, p.193-194.

⁵⁴³ Moisés Velasquez, eleito pelo MDB, foi o sétimo deputado mais votado pela legenda nas eleições de 1966, com 14.991 votos. *S.a.* AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre: Editora Síntese, 1977, p.336. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1970. Vol. 238, p.194.

⁵⁴⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1970. Vol. 238, p.194.

⁵⁴⁵ Embarcações de remo e vela possuindo de três a seis bancadas.

⁵⁴⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1970. Vol. 238, p.193.

virtude de suas diferenças políticas, já que Santos era vinculado ao MDB, Puggina a ARENA.

Antes de continuar a narrativa, convém salientar duas comunicações de Carlos Santos identificadas como reações diferentes do tribuno em plenário, desde a implantação da ditadura-civil militar, em 1964.

O primeiro, Santos discursou em homenagem à memória de Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1970. Eram os 16 anos de morte do ex-presidente. Considerado por ele como “o imortal presidente”. “Se a vida de Getúlio Vargas, disse Capanema, foi marcada pelo ideal a sua morte foi marcada pela honra”. (...) “Reformador social, operou milagres de harmonizar os fatores da produção sem recorrer à luta ou à supremacia das classes”.⁵⁴⁷ Para Adolfo Puggina, “Getúlio Vargas patrono do PTB” era um ditador.⁵⁴⁸

Em outro discurso, realizado no dia 30 de setembro, Santos afirmou ser contra o impedimento político de candidatos, efetuado por militares, na campanha eleitoral da cidade de Rio Grande. Disse “que essa situação é ilegal, pois o Tribunal Regional Eleitoral é que coordena essas situações ao invés da polícia”.⁵⁴⁹ Porém, Puggina, era fiel defensor da atual situação política do país e diz que, após o dia 31 de março de 1964, os problemas sociais realmente foram enfrentados.⁵⁵⁰

Na realidade, as perseguições políticas foram um tema bem recorrente nos debates políticos ocorridos na Assembleia desses tempos.

Os deputados da oposição traziam exemplos de pessoas, oriundas dos mais diversos municípios, denunciando medidas arbitrárias que estavam sendo tomadas. Na campanha para as eleições municipais de 1968, foram muito comentadas as perseguições feitas a candidatos, bem como as cassações de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores (HEINZ, 2005, p.60).

Em 29 de outubro, de 1970, há duas semanas das eleições para deputado federal e estadual, Carlos Santos, em comunicação abrangente direcionado aos trabalhadores de São José do Norte e de Rio Grande, falou sobre o problema dos que viviam da produção de cebola em São José do Norte e discorreu sobre o problema dos pescadores artesanais que viviam na região de Rio Grande.

⁵⁴⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1970. Vol. 238, p.185-187.

⁵⁴⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.75-76.

⁵⁴⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1970. Vol. 241, p.147.

⁵⁵⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219. p.93-94.

O parlamentar, mesmo reconhecendo a afirmação da indústria da pesca, reclamou da realidade socioeconômica dos pescadores da região em face à transição da pesca artesanal pela hegemonia da indústria pesqueira.⁵⁵¹

Tabela 43 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1970

Educação	Católico e religioso	Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Menor, Criança Excepcional	Outros	Pesca	Identidade Negra
2	2	10	2	1	2	4	3

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Em 15 de novembro, ocorreu o pleito. Adolfo Puggina, pela ARENA, elegeu-se com 17.553 votos. Sendo o décimo sétimo deputado mais votado do partido. Todavia, Carlos Santos, pelo MDB, também garantiu sua cadeira, com 17.069 votos, sendo o décimo terceiro mais votado de sua sigla. Adolfo Puggina, assim, encaminhava a sua segunda legislatura consecutiva, Carlos Santos, por sua vez, a quarta seguida.

Em seu último discurso sobre a pesca, no dia 14 de dezembro de 1970, como deputado eleito para mais quatro anos, Carlos Santos informou da melhoria nas condições do salvamento no litoral sul-rio-grandense e da efetiva proteção aos pescadores de alto-mar. Como ele citou, anteriormente, dessa vez foi Carlos Santos que informou sobre a campanha do jornal vespertino “Rio Grande” para a instalação de um serviço de segurança dos navios e de proteção aos pescadores.

O parlamentar apresentou a Assembleia uma minuta-sugestão, enviada por um oficial telegrafista da Marinha de Guerra, não identificado, para aprimorar os salvamentos. Na sugestão existiam dois pontos básicos:

- a) Criação de Escuta Especial para navios pesqueiros que demandam a costa Sul/Norte do Estado do Rio Grande do Sul, na distância compreendida do Cabo de Santa Marta (SC) até o farol do Chuí e adjacências.
- b) O serviço de escuta especial seria instalado em local escolhido pelo Ministério das Comunicações, com redes radio telegráficas e radiotelefônicas, dispo de serviços de busca e salvamento, com helicópteros, aviões tipo hospital, rebocador ou corveia da Marinha de Guerra de permanente estada no porto de Rio Grande.⁵⁵²

⁵⁵¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro e Novembro de 1970. Vol. 235-236 (sic) 242, p.122-124.

⁵⁵² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1970. Vol. 237 (sic) 244, p.56-57.

Para uma análise mais acurada da diminuição dos pronunciamentos de Carlos Santos, bem como das temáticas da pesca e da identidade negra, demonstram-se as seguintes médias anuais discursivas, independentemente do tema, das três últimas legislaturas do deputado:

Tabela 44 – Média anual de intervenções de Carlos Santos

Ano	Partido	Quantidades de Discursos	Média de discursos por ano legislatura (4 anos)
1959 - 1962	PTB	71	17,75
1963 - 1966	PTB/MDB	93	23,25
1967 - 1970	MDB	41	10,25

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Remetendo a análise para a quantidade de discursos referentes à esta tese, tem-se, categoricamente, uma brusca diminuição dos temas atinentes à pesca e à identidade negra em uma análise comparativa entre as três legislaturas.

Tabela 45 – Média anual discursiva pesca e negritude

Ano	Partido	Pesca	Média Legislatura p/ano	Identidade Negra	Média Legislatura p/ano
1959 - 1962	PTB	19,5	4,87	5,5	1,37
1963 - 1966	PTB/MDB	35,5	8,87	8,5	2,12
1967 - 1970	MDB	5,0	1,25	4,0	1,0

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Por meio das tabelas bem como desse tópico, pode-se verificar que o representante da pesca efetivamente na assembleia foi Adolfo Puggina da ARENA, sendo Carlos Santos mero espectador da temática. Adolfo Puggina, verbalizou sobre a pesca somente em 1969, em cinco ocasiões. Carlos Santos versou sobre a pesca também em cinco ocasiões, mas em toda legislatura, de 1966 a 1970. De 1967 a 1970, Puggina discursou em oito oportunidades sobre o desenvolvimento da pesca.

Abaixo, as temáticas realizadas por Carlos Santos nessa legislatura.

Tabela 46 – Ordem das intervenções (1967-1970)

Ordem	Temática	Quantidade
1º	Homenagens	18
2º	Religião Católica	6
3º	Atividade da Pesca	5

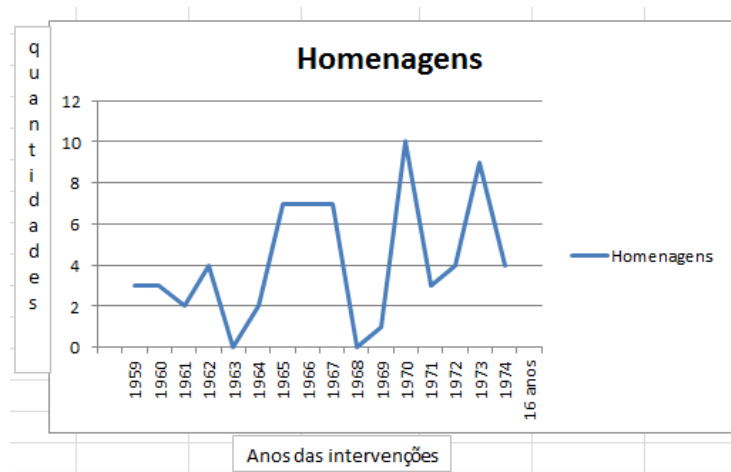
4º	Identidade Negra	4
5º	Educação	3
6º	Região Sul	2
7º	Outros	2
8º	Menor Deficiente	1

Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Nota-se que, em épocas de recrudescimento do regime, os itens mais abordados por Carlos Santos foram “homenagens” e o “catolicismo”. Era uma forma de proteção diante das tensões da época. Todavia, nessa legislatura (1967-1970), identificou-se na visibilidade de Carlos Santos, como presidente do legislativo, como governador interino e na visibilidade do prêmio concedido pela Springer ao parlamentar na área econômica, uma elevação sem precedentes em sua atuação parlamentar.

Período, também, que ele teve o auge de discurso em homenagens a personalidades do Rio Grande do Sul e do Brasil, perfazendo 10 (dez) intervenções, conforme o registrado no gráfico.

Gráfico V – Intervenções do parlamentar sobre homenagens (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Porém, mesmo após sua passagem pelos cargos citados bem como na láurea recebida, notou-se que - ao invés do político retornar as suas lutas mais acentuadas, identificadas nos temas da pesca e da identidade negra - gradativa e notadamente, o político arrefeceu em seus propósitos durante esse período. Sendo identificado o aumento de seus discursos no último ano da sua terceira legislatura, em 1970. Não por acaso, ano eleitoral.

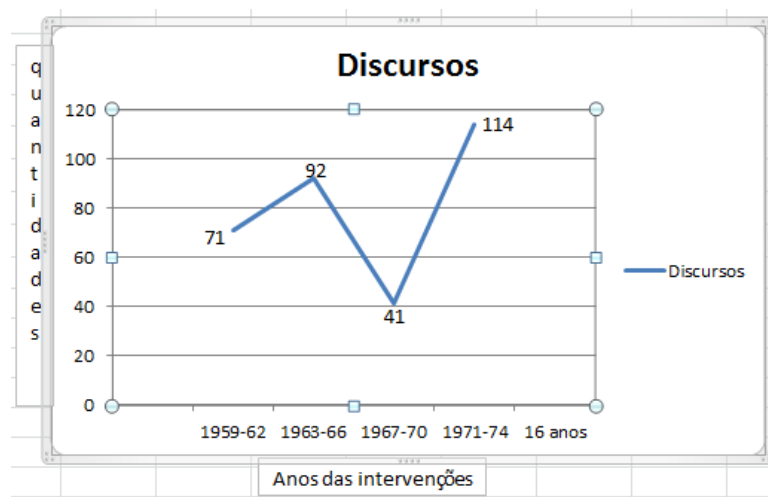
Mas como seria a próxima legislatura? Carlos Santos e Adolfo Puggina protagonizariam novos pensamentos sobre o desenvolvimento da pesca? E quanto ao GEDIP - seus objetivos de construção do Porto Pesqueiro e do Distrito Industrial se confirmariam? Carlos Santos fortaleceria sua representação junto aos pescadores e à comunidade negra? Quais seriam as ações, fundações e institucionalizações das demandas da pesca e para a identidade negra a partir das práticas políticas de Carlos Santos?

5 A ASCENÇÃO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS IDENTITÁRIAS

Entra-se na última legislatura estadual de Carlos Santos, identificando alterações importantes em suas linhas discursivas, de ações e intervenções políticas, já que, pela primeira vez, os discursos sobre as assertivas negras enunciadas pelo tribuno ultrapassaram as práticas políticas da pesca.

Novamente, após duas legislaturas, além dos discursos em torno da negritude terem se destacado, suas falas na assembleia aumentaram significativamente, tendo, pela primeira vez, ultrapassado a marca das 100 intervenções em uma única legislatura. Fato que ainda não havia ocorrido, e que se comprova no gráfico abaixo.

Gráfico VI – Oscilações das intervenções do parlamentar (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Mas, que motivos geraram aumento tão significativo das suas práticas políticas no parlamento da legislatura anterior, de 1967-70, com 41 intervenções para esta datada de 1971-74, na qual o político fez 114 ações? Que causas possibilitaram o abrupto aumento dos temas atinentes à identidade negra a ponto de esses assuntos ultrapassarem as questões da pesca, tão caras a Carlos Santos? Sobre o aumento dos discursos referentes às questões negras: o contexto possibilitou um maior alargamento de suas ações em torno da temática? Sobre a diminuição das questões da pesca: ele, de vez, fora preterido no Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria da Pesca (GEDIP) por outro parlamentar? E Adolfo Puggina, continuou representando a pesca?

5.1 ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS: PESCA, CIVISMO E NEGRITUDE

Na próxima tabela, tem-se a quantidade total dos discursos enunciados na sua última legislatura na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 47 – Total de intervenções realizadas por Carlos Santos na assembleia do RGS (1971-1974)

Ano	QTD	Sobre a pesca e a identidade negra	Pesca	Identidade Negra
1971	39	15	07	08
1972	26	07	00	07
1973	29	05	03	02
1974	20	07	03	04
Total: 4 anos	114	34	13	21

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

A partir desse momento, serão acompanhadas, anualmente, de 1971 a 1974, como transcorreram, as ações do político em torno dos temas da pesca e da identidade negra. Em 1971, primeiro ano de sua última legislatura, foi justamente o ano em que Carlos Santos mais vezes pronunciou-se no Legislativo: 39 intervenções no total.

Abaixo, a tabela com os resumos dos discursos.

Tabela 48 – Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1971

Nº	Data	Temas	Fontes
01	09/03/1971	<u>Pesar em virtude da morte do Dr. Francisco de Paula Soares Cardoso diretor do Porto de Rio Grande e porto de Porto Alegre.</u>	<u>ANAIS, Janeiro e Março de 1971. Vol.238.p.69.</u>
02	01/04/1971	<u>Fala sobre a importância de investir na infraestrutura do porto de Rio Grande.</u>	<u>ANAIS, Abril de 1971. Vol. 239, p.05-06.</u>
03	01/04/1971	<u>Propõe a Assembleia que seja realizada no dia 06 de junho de 1971 uma Sessão Solene ao poeta dos escravos: Castro Alves.</u>	<u>ANAIS, Abril de 1971. Vol. 239, p.13.</u>
04	05/04/1971	<u>Discursa sobre a remoção dos restos mortais da princesa Isabel e do conde D'Eu da Igreja Bispal do Rio de Janeiro para Petrópolis.</u>	<u>ANAIS, Abril de 1971. Vol. 239, p.17-19.</u>
05		<u>Propõe a Assembleia que seja realizada uma comemoração especial ao Ano Internacional de Luta contra o Racismo.</u>	<u>ANAIS, Abril de 1971. Vol. 239, p.26.</u>
06	19/05/1971	Carlos Santos discursa sobre o “alardeado” Plano Nacional de Habitação.	ANAIS, Maio de 1971. Vol. 240, p.221-222.

Nº	Data	Temas	Fontes
07	<u>27/05/1971</u>	<u>Discurso enaltecendo a I Convenção Nacional dos Portos. Sendo como sede o Estado devido ao Superporto de Rio Grande.</u>	<u>ANAIS, Maio de 1971. Vol. 240, p.301-302.</u>
08		Homenagem em memória de Érico Oliveira Mendes, criador. Vereador pelo PTB e MDB de Rio Grande.	ANAIS, Maio de 1971. Vol. 240, p.307.
09	02/06/1971	Carlos Santos discursa sobre as três Dioceses criadas por Paulo VI no Rio Grande do Sul. Em Erechim, Cruz Alta e Rio Grande.	ANAIS, Junho de 1971. Vol. 241, p.16.
10	16/06/1971	Pronunciou contra o projeto apresentado em regime de urgência que criaria cargos comissionados no gabinete do vice-governador.	ANAIS, Junho de 1971. Vol. 241, p.177-178.
11	24/06/1971	Elogios a Salomão Kirjner, diretor de Imprensa da Assembleia. Após, versa sobre o sistema técnico de financiamento pelo BNH.	ANAIS, Junho de 1971. Vol. 241, p.365-366.
12	<u>28/06/1971</u>	<u>Pronunciamento sobre o falecimento de Raimundo Correa Lima, o Tatá. “O bravo pescador cearense que cruzou o Atlântico”.</u>	<u>ANAIS, Junho de 1971. Vol. 241, p.399-400.</u>
13	01/07/1971	Carlos Santos discursa sobre a posse de Márius Jacobs como diretor-presidente da PROGRASA S/A de agricultura no Estado.	ANAIS, Julho de 1971. Vol. 242, p.11-13.
14	<u>05/07/1971</u>	<u>Sessão Solene Comemorativa ao Centenário da Morte de Castro Alves.</u>	<u>ANAIS, Julho de 1971. Vol. 242, p.56-59.</u>
15	20/07/1971	Carlos Santos faz pronunciamento para saudar o primeiro Bispo de Rio Grande, Frederico Didonet.	ANAIS, Julho de 1971. Vol. 242, p.218-219.
16		Retorna a tribuna para ler a carta mensagem enviada pelo Bispo Frederico Didonet à Assembleia.	ANAIS, Julho de 1971. Vol. 242, p.233-234.
17	<u>22/07/1971</u>	<u>Carlos Santos saúda a definição da área a ser construído o Primeiro Distrito Industrial do Rio Grande do Sul, na Barra de Rio Grande.</u>	<u>ANAIS, Julho de 1971. Vol. 242, p.270-271.</u>
18	30/07/1971	Discursa em distinção a criação do consulado da Costa Rica no Estado do Rio Grande do Sul.	ANAIS, Julho de 1971. Vol. 242, p.368-369.
19		Faz relato de sua viagem a São José do Norte. E cita os problemas das estradas como entrave do desenvolvimento.	ANAIS, Julho de 1971. Vol. 242, p.377.
20	02/08/1971	Pronuncia a favor do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica.	ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 243, p.15-16.
21	17/08/1971	Carlos Santos denuncia o “inferno” das estradas que separam a região de Mostardas e São José do Norte do Estado.	ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 243, p.197-198.
22	<u>19/08/1971</u>	<u>Homenagens a Francisco Martins Bastos, “pioneiro na indústria petrolífera (...) e industrialização do pescado”.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 243, p.261-262.</u>

Nº	Data	Temas	Fontes
23	20/08/1971	Registra a instalação de novas Varas e Comarcas criadas em Pelotas, Rio Grande, Cachoeira do Sul, Camaquã (...).	ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 243, p.274-275.
<u>24</u>	<u>23/08/1971</u>	<u>Carlos Santos faz um histórico de sua atuação na promoção do pescado desde meados dos anos 50.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 243, p.299-300.</u>
25	26/08/1971	Sessão Especial Comemorativa a Semana Nacional do Excepcional.	ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 243, p.332-333.
26	31/08/1971	Discursa sobre a Semana da Empregada Doméstica, realizada na antiga capital federal, Rio de Janeiro.	ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 243, p.389-390.
<u>27</u>	<u>06/09/1971</u>	<u>Pronunciamento sobre o desenvolvimento econômico das regiões de São José do Norte e de Rio Grande. Destacando as preocupações dos pescadores.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 244, p.57-60.</u>
28	15/09/1971	Discursa sobre a presença do deputado Adolfo Puggina e demais solenidades de sagração da posse do Bispo de Rio Grande.	ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 244, p.163-164.
<u>29</u>	<u>17/09/1971</u>	<u>Solicita o espaço do deputado Pedro Simon, líder do MDB, para denunciar com repúdio a teoria do americano Prêmio Nobel de Física de 1964, William Shockley sobre as raças.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 244, p.209-210.</u>
30		Propõe a criação da uma Comissão Especial para estudar os problemas das crianças excepcionais do Rio Grande do Sul.	ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 244, p.225-226.
31	21/09/1971	Carlos Santos faz pronunciamento alusivo à passagem do Ano Novo judaico de 5.732.	ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 244, p.239-240.
<u>32</u>	<u>27/09/1971</u>	<u>Requer que seja feito na Assembleia as congratulações pela passagem do 1º Centenário da Lei do Ventre Livre.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 244, p.315.</u>
<u>33</u>	<u>28/09/1971</u>	<u>Carlos Santos discursa como representante da Assembleia pela passagem do 1º Centenário da Lei do Ventre Livre.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 244, p.345.</u>
<u>34</u>	<u>30/09/1971</u>	<u>Carlos Santos informa que esteve em São Paulo participando das solenidades do primeiro centenário da Lei do Ventre Livre.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 244, p.396.</u>
35	11/10/1971	Carlos Santos informa sobre o I Congresso Internacional de Taquigrafia a ser realizado no Rio Grande do Sul.	ANAIS, Outubro de 1971. Vol. 245, p.93.
36	26/10/1971	Carlos Santos discursa sobre aos integrantes do I Encontro Ibero-Americano de Taquígrafos.	ANAIS, Outubro de 1971. Vol. 245, p.258-260.
37	03/11/1971	Informa de sua viagem a Rio Grande para sentir de perto os problemas cotidianos dos menos afortunados.	ANAIS, Novembro de 1971. Vol. 246, p.01-02.
38	26/11/1971	Discursa como representante da Comissão que estuda os problemas do menor excepcional.	ANAIS, Novembro de 1971. Vol. 246, p.351-352.

39	30/11/1971	Carlos Santos faz pronunciamento sobre as APAEs e a FEBEM.	ANAIS, Novembro de 1971. Vol. 246, p.419-420.
----	------------	--	---

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. (GRIFOS NOSSOS).

Conforme tabela, identificam-se sete intervenções sobre a pesca e oito sobre a identidade negra nesse ano de 1971. Mas, antes de se desenvolver as interpretações desses discursos, cabe demonstrar com que ou quais temas estava envolvido Adolfo Puggina, deputado da ARENA que teve forte relação com a pesca, como já visto anteriormente. Continuou ele, nesta legislatura, a defender as assertivas da pesca?

Localizam-se três discursos de Adolfo Puggina nesta legislatura (1971 a 1974), realizados nos dias: dia 1º de abril de 1971, dia 25 de setembro de 1973 e 27 de dezembro de 1974.

Logicamente, os discursos representam parte da realidade que os políticos citados estavam envolvidos, e não toda essa realidade. Contudo, esses enunciados possibilitam compreender como em plenário, junto aos seus pares, no círculo do poder, os parlamentares pensavam e, possivelmente, agiam. Demonstrando seus interesses defendidos para a opinião pública e, conseqüentemente, para a sociedade, eles demonstravam suas opções, suas escolhas.

Adolfo Puggina, simplesmente, de 1971 a 1973, não proferiu nenhum discurso sobre o tema da pesca. Todavia, pronunciou somente em 1974 questões sobre a referida indústria, o que será vislumbrado adiante.

Tanto no discurso de 1971, como no de 1973, os assuntos trazidos pelo parlamentar a púlpito foram relacionados aos trabalhadores rurais. O que teria acontecido? Quais os motivos que fizeram com que o parlamentar alterasse, como se fosse da água para o vinho, os seus temas políticos? Como o político defensor do trabalhador da pesca em uma legislatura em outra troca sua representação para o trabalhador da terra?

No dia primeiro de abril de 1971, Puggina, em nome da ARENA, em “Grande Expediente”, falou do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PATRU) - para o político, um “notável projeto das aspirações do homem que trabalha na terra”.⁵⁵³ Na sua visão, esse projeto foi um dos mais notáveis do movimento que estava ocorrendo no Brasil, considerada por ele como “revolução”.⁵⁵⁴

⁵⁵³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1971. Vol. 239, p.10-12.

⁵⁵⁴ Ibidem.

No decorrer dos discursos, temas usados anteriormente por Puggina para sensibilizar os parlamentares a favor do pescador, passaram a ser conjugados para o lado do sofrimento dos trabalhadores rurais, conforme o trecho:

Quem conhece a vida de nosso interiorano, do nosso trabalhador rural, tanto assalariado quanto o pequeno produtor, seja ele proprietário, arrendatário, meeiro, somente quem conhece suas angustias, seus temores, a sua total insegurança, é que pode compreender a importância que tem para ele um programa desta natureza como é o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.⁵⁵⁵ (GRIFO NOSSO).

Essa alteração discursiva de Adolfo Puggina demonstra que algo de “diferente” estavam ocorrendo nas priorizações das ações dos dois partidos legitimadores do poder dos militares. Provavelmente, nas áreas de atuação dos partidos ou entre os próprios interesses dos deputados. O parlamentar demonstrou total apoio a atuação econômica e social proposta pelos generais no início dos anos 1970.

Na mesma intervenção, o político disse:

Deputados, justamente, no campo social, na resolução dos problemas sociais de nossos trabalhadores é que iremos encontrar as grandes vitórias da Revolução (...) de uma maneira muito clara, que de nada adianta o progresso econômico, sem que haja concomitantemente, o bem estar social. Portanto, esse é o grande objetivo da revolução: o bem estar social. Esta é também a grande preocupação de nosso extraordinário Presidente Médici, que já foi notada desde o seu primeiro pronunciamento quando foi indicado para ser o Presidente do Brasil (GRIFO NOSSO).⁵⁵⁶

Segundo Sader (1982, p.164), “a alternância de generais - periodicamente - na presidência da República é a expressão de uma despersonalização do poder que aparece na ideologia das Forças Armadas como garantia contra o arbítrio”. Porém, são as Forças Armadas que estão no poder, e a ARENA era o partido do governo.

Entretanto, nessa época, o país articulou o grande capital industrial e financeiro no interior da sociedade, investindo na acumulação capitalista “que tem no setor de bens de consumo duráveis o seu eixo dinâmico”. “Era a internacionalização de nossa economia (...) o capital estrangeiro ocupava 78,3% contra somente 21,7% do capital privado nacional e nenhuma presença do Estado” (SADER, 1982, p.169-170).

Por outro lado, existia a “superexploração do trabalho” e “a impulsão de crédito ao consumo”. Sob a gestão de Delfim Neto, ministro da Fazenda, houve controle da inflação, as elites nacionais expandiram seus setores e as relações com o capital

⁵⁵⁵ Ibidem.

⁵⁵⁶ Ibidem.

estrangeiro. Setores tradicionais foram reativados, inclusive agrários. Contudo, como parte principal da estratégia de acúmulo da capital da elite nacional, os salários dos trabalhadores foram comprimidos. Esse período foi conhecido como “milagre brasileiro” (SADER, 1982, p.171-178).

Adolfo Puggina, vinculado ao partido do governo defendia que economicamente o país estava crescendo, por isso era necessário cuidar do social, e nesse sentido proteger o trabalhador rural era parte fundamental do processo. Para Emir Sader (1982), a verdadeira cara do “milagre brasileiro” era outra. Miséria e exploração de milhões e milhões de trabalhadores do campo e da cidade, aumento da taxa de mortalidade infantil. Ainda conforme o sociólogo o que existiu foi “uma profunda regressão do movimento de massas, políticas econômicas profundamente antioperárias” (SADER, 1982, p.173).

No dia 25 de setembro de 1971, ele discursou novamente sobre a situação dos trabalhadores rurais. Era uma comunicação sobre o VI Congresso dos Trabalhadores Rurais. Conforme o deputado:

Hoje, numa grande concentração, em Esteio-RS, onde mais de 20.000 trabalhadores rurais de todo o Estado do Rio Grande do Sul prestaram uma significativa homenagem ao Presidente Emílio Garrastazu Médici, encerrou-se o VI Congresso dos Trabalhadores Rurais.⁵⁵⁷ (GRIFO NOSSO).

Na ocasião, outro deputado da ARENA, Rubem Scheid,⁵⁵⁸ disse que “jamais houve um governo que amparasse tanto a classe agrícola como e rural como o atual. A prova está na maior manifestação pública dos agricultores em homenagem ao Presidente Médici”.⁵⁵⁹

Adolfo Puggina, agradece e concluiu:

Agradeço pela aparte de vossa excelência. Pela simples concentração já podemos ter, então, a medida de apreço dos nossos trabalhadores rurais pelo ilustre presidente da República, que, efetivamente, sempre deu todo o carinho, todo seu esforço e empenho em favor do homem que trabalha na terra (...).⁵⁶⁰ (GRIFO NOSSO).

⁵⁵⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1973. Vol. 261.p.202.

⁵⁵⁸ Rubem Scheid foi eleito pela ARENA, em 1970. Com 31.005 votos, o parlamentar foi o quarto político mais votado da agremiação.

⁵⁵⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1973. Vol. 261.p.202.

⁵⁶⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1973. Vol. 261.p.220.

Porém, novamente, em Sader (1982) encontra-se uma crítica a essas ações, já que conforme o autor “uma série de medidas no plano da legislação trabalhista serão adotadas, tendente a criar condições ótimas à exploração da força de trabalho, como as horas extras”; “(...) o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço” permitiu uma maior rotatividade de funcionários beneficiando os patrões. “(...) No campo, em virtude da exploração agrícola, muitos ‘bóias-frias’(...) deixavam as duras condições de vida para morar nos bairros marginais das grandes e médias cidades brasileiras” (SADER, 1982, p.175).

Os militares promoviam as criações de sindicatos, os quais controlavam, impedindo o direito de greves. Portanto, como poderia o trabalhador ser tratado com “carinho” por Garrastazu Médici como enunciou Adolfo Puggina? O parlamentar representava o partido dos militares. Após esses discursos, o deputado da ARENA, somente no ano de 1974, faria novo pronunciamento, mas, diferentemente desses dois últimos, mais adiante ele falaria sobre os pescadores.

Antes de se verificar atentamente as ações de Carlos Santos, convém trazer a esta discussão os órgãos ideológicos do regime militar. Que para Sader (1982, p.184) “obteve êxitos”. Tanto no discurso da difusão do consumismo quanto no patriótico, identificado na moral e cívica.

Nesse contexto foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Baseada em uma visão sobre o futuro positivo do Brasil, como analisou Carlos Fico (1997), essa agência ressignificou os conteúdos de longa duração existentes na “alma” da sensibilidade poética brasileira, “advindas desde os mitos expressos no longínquo campo literário, poemas, textos, milhões de falas e de imagens ao longo dos séculos” (FICO, 1997, p.74).

Devido à criação da AERP ter ocorrido no contexto do chamado “milagre econômico”, foi possível o desenvolvimento de uma retórica sobre a “grandeza viável e tangível do Brasil”. Afinal de contas, o país era “predestinado” às benesses. Para Carlos Fico, “divulgar as grandezas do Brasil nunca será considerado ato de propaganda, mas recurso pedagógico realista” (FICO, 1997, p.81).

Corroborando com essa ideia, Sader explicou que:

O esforço de mobilização social adquiriu um aspecto fundamentalmente pedagógico de reeducação cívica da sociedade. Combinando exaltação de civismo, dos símbolos, vultos e datas nacionais que deverão desenvolver no povo o sentimento de filiação e lealdade à mesma comunidade nacional (SADER, 1982, p.188) (GRIFO NOSSO).

José Murilo de Carvalho (1990) destaca que símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses e de aspirações coletivas na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário; podendo plasmar visões de mundo e modelar condutas (CARVALHO, 1990, p.10). Nesse universo ideológico instaurado, Carlos Santos desenvolverá ações políticas interessantes na visibilização da identidade negra e afrodescendente.

Ressalta-se que nesse instante, início dos anos de 1970, o Brasil se colocava como uma nação desenvolvida. “A décima economia do mundo propagandeava-se”. Para Fico (1997): “o interesse despertado pela ideia de um impulso econômico animou setores médios e da elite brasileira”, colaborando para o otimismo.

Eram produzidos vídeos institucionais mostrando obras, construções de usinas, estradas e barragens, ideias e ações modernizantes, que criaram a crença do planejamento e da capacidade técnica de estabelecer metas, organizar, prever resultados. Esta era a marca das ações “supostamente” modernizantes dos militares (FICO, 1997, p.84).

Slogans como “Brasil potência”, “País que vai pra frente”, “O Brasil é feito por nós”, “Você constrói o Brasil” etc., foram denominadas por Fico como “ideias-força” da propaganda militar.

“O Estado precisava alimentar a falsa ideia da estabilidade social e política, da perenidade no presente” (FICO, 1997, p.117). Por isso “união”, “solidariedade” e “família” eram constantemente anunciadas nos comerciais da AERP.

As congregações racial e social eram anunciadas em propagandas e em comerciais do órgão. Um dos filmes que integraram a campanha “Esta é um país que vai pra frente”, tinha como personagens um índio, um louro, um negro, um caipira, um oriental e uma menina. “Várias raças, tipos e gêneros representados” (FICO, 1997, p.127). O “milagre econômico” e a conquista da Copa do Mundo de futebol, pouco antes, motivou um clima de otimismo social aproveitado com força pela AERP.

As campanhas cívicas da AERP também mereceram destaque neste trabalho, pois, tratavam da fixação de heróis:

Caxias, Santos Dumont, Tiradentes e Rui Barbosa, buscavam através de filmes enaltecer fatos históricos nacionais, como o Descobrimento do Brasil e a Independência (...) velhos marcos balizadores da cronologia oficial...a

campanha Uma Bandeira para Cada Sala de Aula, para que ela fosse o ‘emblema insubstituível da brasilidade’ (...). (FICO, 1997, p.142) (GRIFO NOSSO).

Retomam-se as ideias cívicas e as questões raciais mais adiante. Mas, e quanto a Carlos Santos e seus discursos sobre a pesca nesse contexto? Nesse ano, o tribuno realizou, como o enfatizado, sete falas sobre a situação da pesca. Dias 1º de abril, 27 de maio, 28 de junho, 22 de julho, 19 de agosto, 23 de agosto e 6 de setembro.

A primeira intercessão do parlamentar na Assembleia foi realizada no dia 9 de março de 1971, por ocasião de uma “Ordem do dia” lida pelo presidente da Sessão, deputado Solano Borges.⁵⁶¹ Na ocasião, Carlos Santos enviou seus pesares à família de Francisco de Paula Soares Cardozo, diretor do Porto de Rio Grande e, após, diretor do Porto de Porto Alegre, onde se aposentou.

Todavia, a primeira intervenção direta sobre o problema da pesca foi pronunciada por Carlos Santos no dia 1º de abril de 1971. Justamente no mesmo dia em que Adolfo Puggina falou como se viu anteriormente, sobre o PATRU, instituído por Emilio Garrastazu Médici. Tem-se aqui a identificação do retorno de Carlos Santos ao posto de principal representante da pesca na Casa, já que Adolfo Puggina passou a atuar em nome da causa rural.⁵⁶²

Em sua fala, a respeito da pesca, por meio de uma comunicação, Carlos Santos demonstrou certa descrença nas atividades da pesca desenvolvidas no Estado. Contudo, vislumbrou novo estímulo à economia em questão. Reflexo do momento econômico de “crescimento” da economia nacional sentida no Rio Grande. Conforme o orador:

Depois de uma longa noite de estagnação e retrocesso até, derivante dos governos e dos regionalismos estreitos, o porto de Rio Grande, que em 1970 movimentou cerca de três milhões de toneladas parece que se reencontra afinal com sua destinação opulenta no socioeconômico complexo do extremo sul brasileiro.⁵⁶³ (GRIFO NOSSO).

⁵⁶¹ Francisco Solano Borges foi eleito deputado estadual, pelo PL, para a 39ª, 40ª, 41ª e 42ª Legislaturas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de 1951 a 1967 (HEINZ, 2005). Em 1970, foi eleito pela ARENA com 25.541 votos. Sendo o nono político mais votado do partido. *S.a.* AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre: Editora Síntese, 1977, p.346.

⁵⁶² Na primeira semana de abril Carlos Santos dedicou suas ações em atividades alusivas ao centenário da morte de Castro Alves, ao centenário da Lei do Ventre Livre e ao dia internacional de luta contra a discriminação, como será analisado mais adiante nesse tópico.

⁵⁶³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1971. Vol. 239, p.05-06.

Após entusiasmadas falas a respeito da potencialidade que, se bem aproveitada, conduziria o município de Rio Grande a sua “vocação”, o tribuno ressaltou sobre o surgimento de uma “renovada conscientiza o portuária e marítima que por largos anos permanecia de costas para o fabuloso potencial econômico que dormita no seu porto e no seu mar”.⁵⁶⁴

Mas, qual seria essa renovada conscientiza o portuária e marítima anunciada por Carlos Santos? O GEDIP, que sucedeu a Campanha de Valoriza o do Pescado não foi continuidade dos projetos anteriores? O Decreto-Lei n  221-67, criado por Castelo Branco em 28 de fevereiro de 1967 que instituiu a atividade da pesca como indústria de base não vinha correspondendo as demandas sul-rio-grandenses? Para Carlos Santos, somente agora, passados quatro anos as coisas pareciam estar bem encaminhadas.

O deputado Getúlio Marcantônio, da ARENA, solicitou a palavra em meio ao discurso que Carlos Santos estava realizando, o qual prontamente concedeu. Marcantônio parabenizou Santos “pelo importante discurso”.⁵⁶⁵ E ressaltou que “significará muito o porto de Rio Grande para a economia do Rio Grande do Sul” que, “agora, após já receber um novo equipamento moderno de guindaste, de haver alargado seus armazéns, se prepara para ser um Super Porto, o porto do Continente”.⁵⁶⁶

Seria esse o último objetivo do GEDIP sendo executado como referenciou há dois anos Adolfo Puggina em seu discurso? Seriam estas a es laureadas por Getúlio Marcantônio os resultados do GEDIP? Será que apenas um guindaste e o alargamento dos armazéns referenciavam a concretiza o da proposta do comitê da pesca?⁵⁶⁷

Ainda não era esse o objetivo do GEDIP.  rg o que Santos fez parte e que, embora não seja citado em nenhum momento pelo tribuno, tinha propósitos bem nítidos sobre o desenvolvimento da economia da pesca.

Voltando a fala de Carlos Santos, esse anuncia que o projeto a concretiza o do projeto estava a caminho. Segundo ele:

⁵⁶⁴ Ibidem.

⁵⁶⁵ Nascido em 24 de janeiro de 1930, em Vacaria, veio ainda jovem para Porto Alegre, onde se formou em Direito. Advogou por pouco tempo e passou a se dedicar   carreira política. Elegeu-se quatro vezes para a Assembleia Legislativa, pelo Partido Libertador (PL) e pela Arena. Foi deputado estadual entre 1959 e 1975. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/03/ex-secretario-da-agricultura-getulio-marcantonio-morre-aos-80-anos-2842138.html/> Acesso em 18 de abril de 2014. O político nas elei es de 1970 obteve 27.304 votos, sendo o sexto político mais votado pela ARENA nessas elei es. *S.a. AS ELEI OES NO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre: Editora Síntese, 1977, p.345.

⁵⁶⁶ Ibidem.

⁵⁶⁷ Os objetivos do GEDIP eram: a pesquisa oceanográfica; a constru o do porto pesqueiro e do Distrito Industrial.

Agora mesmo se anuncia com singular destaque que o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis vai construir um super porto na cidade de Rio Grande, projetado de acordo com a mais moderna técnica do sistema portuário (...) e dotada de terminais especializadas (sic) para operar em qualquer tipo de carga (...) o que faria, dentro do chamado ‘Planejamento Integrado da Pesca Rio-Grandense (...) a transformação do município de Rio Grande num dos maiores Portos Pesqueiros do mundo’.⁵⁶⁸

Embora mostrando-se satisfeito com o anúncio de criação do Superporto e com o clima de expectativa causado pelo prometido desenvolvimento econômico da região e da atividade da pesca, Carlos Santos acabou relatando a sua insatisfação pela “ameaça de extinção da Delegacia da Receita Federal de Rio Grande, relegada a simples condição de agência”.⁵⁶⁹

Setores da cidade como Prefeitura Municipal, Câmara de Comércio, União do Comércio Varejista, Clube dos Lojistas e entidades classistas se articularam para manter o órgão na região. Para Carlos Santos, essa situação era uma contradição, pois justamente agora que era dado início ao planejamento de construção do Superporto a Delegacia Fiscal poderia deixar a cidade. No pensamento do parlamentar os recursos gerados pelo município deveriam permanecer na cidade.⁵⁷⁰

Todavia, a construção do Superporto agitou, não somente a cidade de Rio Grande, mas também o Estado do Rio Grande do Sul. Em maio, foi anunciado a Primeira Convenção Nacional de Portos; segundo Carlos Santos, a escolha de Porto Alegre como sede do Encontro, era devido ao “Superporto nacional” de Rio Grande estar localizado no Estado. Sendo esse o principal motivo da escolha do local sede do conclave conforme palavras do próprio diretor do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.⁵⁷¹ Nota-se: o Superporto agora era “nacional”.

O deputado Lélío Souza⁵⁷² interpelou Carlos Santos, dizendo, apropriadamente, que:

Se o governo também ali não enveredar para um rumo mais sério, um rumo mais enérgico na conclusão de todos os eixos viários que demandam aquele porto, porque sabe V. Exa. que o porto continental que o governo pretende dar aquele porto só terá uma razão de ser se assegurar uma infraestrutura

⁵⁶⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1971. Vol. 239, p.06.

⁵⁶⁹ Ibidem.

⁵⁷⁰ Ibidem.

⁵⁷¹ ANAIS, Maio de 1971. Vol. 240, p.301.

⁵⁷² Lélío Miguel Antunes de Souza foi eleito pelo MDB, nas eleições de 1970, com 14.419 votos. Sendo o vigésimo primeiro deputado mais votado do partido, em um total de 23 candidatos eleitos pela agremiação.

viária capaz de carrear aquele superporto toda a produção de nosso Estado, inclusive, de fora do Estado.⁵⁷³

Carlos Santos responde ao colega que “o porto de Rio Grande deve ser complementado de um plano rodoviário e ferroviário”.⁵⁷⁴ Interessante que, após essa fala, outro parlamentar solicitou a palavra, o deputado Nelson Marchezan,⁵⁷⁵ que, defendendo o projeto, respondeu não para Carlos Santos, mas sim a Lélío Souza, da seguinte maneira:

“Nobre deputado Lélío Souza, queria alertar que o governo nesse momento está abrindo uma concorrência para a rodovia Santa Maria-Rio Grande, rodovia de porte especial que irá ligar praticamente todo o estado” e que (...) “coloca Rio Grande próxima a toda as cidades do Estado (...) o governo está agindo planejadamente”.⁵⁷⁶

Como nos alertou Carlos Fico (1997), o planejamento e as obras foi uma das principais características desse período. Retornando a palavra para Carlos Santos, ele agradeceu a intervenção de Marchezan. Porém, Lélío Souza, novamente pede a palavra a Santos, seu colega de partido, que concede.

Souza disse que preferia responder diretamente a Marchezan, vice-líder do governo, mas, em virtude das circunstâncias, já que a tribuna era de Carlos Santos, gostaria mesmo assim de realizar a intervenção. Conforme Souza a Marchezan, sobre o planejamento de infraestrutura do Superporto:

Acontece que temos razões de sobra para ficarmos de ‘quarentena’ quanto a estas anunciadas medidas do governo. Nem sempre elas se realizam com a celeridade com que o governo promove a publicidade das medidas (...) por exemplo: o trecho Pelotas e Canguçu ...levou 12 anos para ser concluída, na maior aberração administrativa que já se viu no Estado (...) é chamar a atenção do governo, porque senão, como outras obras que já estão anunciadas, fica apenas nas manifestações da imprensa, em manifestações de publicidade e não converte na realidade que todos ansiamos.⁵⁷⁷ (GRIFO NOSSO).

⁵⁷³ ANAIS, Maio de 1971. Vol. 240, p.302.

⁵⁷⁴ Ibidem.

⁵⁷⁵ Sua carreira política começou em 1958 quando foi eleito vereador pelo PDC em Santa Maria e deputado estadual em 1962. Com o advento do bipartidarismo após a outorga do Ato Institucional Número Dois pelo Regime Militar de 1964 migrou para ARENA e foi reeleito em 1966 e 1970, licenciando-se para ocupar a Secretaria do Trabalho e Ação Social no governo Euclides Triches. Eleito deputado federal em 1974 e 1978, migrou para o PDS e foi eleito presidente da Câmara dos Deputados para o biênio 1981/1983 ao derrotar Djalma Marinho, reelegendo-se em 1982. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Nelson_Marchezan/ Acesso em 18 de abril de 2014. O parlamentar foi o sétimo mais votado da ARENA nas eleições de 1970, com 26.748 votos. *S.a. AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre: Editora Síntese, 1977, p.345.

⁵⁷⁶ Ibidem.

⁵⁷⁷ Ibidem.

Lélio Santos chamou atenção aos anúncios efetuados pela mídia militar, construções midiáticas, certamente, realizadas pela AERP, órgão que, como se viu, era o responsável pela divulgação das ações dos militares.

Diante disso, Carlos Santos, ao retomar a palavra, entrou no debate de Nelson Marchezan e Lélio Souza, sobre as necessidades da região, e disse concordar com o último sobre a necessidade de executar as obras planejadas já que “o superporto não poderia ficar fora dos planos”.

Para Santos, no que diz respeito à estrada Santa Maria - Rio Grande “(...) é possível que, com patrocínio maior, mais opulento, afinal esse trecho veja a sua construção realizada”. Prestes a encerrar o seu discurso, o tribuno agradeceu “aos apertes com que os nobres deputados honraram e embelezaram” sua oração. Nota-se, que ao enunciar essas palavras, o parlamentar nitidamente equilibrou, ou melhor, conciliou as colocações dos dois deputados, representantes do MDB, Lélio Souza, e da ARENA, Marchezan.

Por fim, concluiu enunciando que “a população riograndina como o resto do Estado será beneficiada pelo Superporto do Rio Grande que, mais do que um plano, aquele Superporto seja, dentro em breve, uma esplendida realidade”. Nesse momento, estamos acompanhando um objetivo que perdura desde o ano de 1967, que é a construção de um Superporto/Porto Pesqueiro e do Distrito Industrial a ser localizado no município.

Um mês depois desses debates, em 28 de junho de 1971, ocorreu o retorno de Santos à tribuna, para discursar, a exemplo do que fizera cinco anos antes, no dia 26 de novembro de 1965, em memória do mestre Jerônimo, pescador cearense que esteve presente nos *raids* de 1941 e 1951.⁵⁷⁸ Porém, dessa vez o político homenageou a memória de outro pescador cearense, que faleceu, e que esteve presente naqueles acontecimentos: o pescador Tatá.

Na ocasião, Santos, pronunciou sobre o falecimento de Raimundo Correa Lima, o Tatá de maneira afetiva e memorialística, como fez no discurso de 1965. Em sua fala, disse que “o bravo e lendário pescador cearense que cruzou o Oceano Atlântico, morreu pobre e desamparado, tal qual mestre Jerônimo”.⁵⁷⁹ Para o tribuno, esses pescadores chamaram a atenção da opinião pública para o drama dos pescadores e de suas famílias.

⁵⁷⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119, p.226.

⁵⁷⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1971. Vol. 241, p.399-400. A SUDEPE, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, foi criada pelo presidente João Goulart, nos termos de

O parlamentar aproveitou a situação para citar a importância do Rio Grande do Sul como maior parque pesqueiro do país, “local em que a pesca artesanal é responsável por 60% da produção” e, no mesmo tempo discursivo, criticou a SUDEPE,⁵⁸⁰ por investir na indústria da pesca, mas não no pescador artesanal. Foi sua primeira crítica direta ao órgão que supervisionava a pesca no Brasil.⁵⁸¹ Teria o parlamentar, em virtude da emoção, reconhecido que os órgãos beneficiavam mais aos empresários do setor do que aos pescadores artesanais?

Conforme Carlos Santos, relacionando a morte dos pescadores Jerônimo e Tatá com o desenvolvimento da pesca, falou:

Agora, seis anos depois, apesar de toda a ruidosa promoção oficial desencadeada em torno da pesca e da indústria pesqueira, num bem montado esquema publicitário voltado de modo especial para a ordenação dos incentivos fiscais morre “Tatá”, aos oitenta e três anos de idade, o último dos Titãs do legendário ciclo das jangadas dos mares verdes dos mares de Iracema (...) ele morreu como seu companheiro Jerônimo, ainda esperando o cumprimento de promessas de autoridades de várias épocas que até hoje não mandaram equipamentos e nem tornaram motorizada a pesca nas colônias do Ceará (...) (GRIFO NOSSO).⁵⁸²

Agora, parece ser Carlos Santos, antes Lélcio Souza, o crítico das divulgações midiáticas dos militares; e a AERP. Ainda conforme Carlos Santos: “são milhares e milhares de pescadores (...) que não gozam da cobertura de incentivos concedidos aos empresários (...)”. E concluiu, enfatizando que:

Tatá, o velho lobo marinho, impávido jangadeiro do Ceará morreu velho e pobre, morreu desamparado, como derradeiro (sic) e taciturna advertência de um líder incontestes dos pescadores do país em favor da assistência e melhoria das condições sociais de sua valorosa classe e do pleno atendimento das mais justas aspirações dos trabalhadores da pesca no Brasil. (GRIFO NOSSO).⁵⁸³

Essa intervenção é delineadora dos vínculos políticos que Carlos Santos se sentia representante. Que considerava tanto Jerônimo como Tatá, “líderes dos pescadores e de sua classe”, autênticos “lobos do mar”. Era o reconhecimento do tribuno ao legítimo e

lei nº 10, de 11 de outubro do corrente ano. Foi recebida com entusiasmo por Carlos Santos, ainda filiado ao PTB. Segundo o político o órgão previa a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, sua promoção e execução. Segundo Carlos Santos o, “grande, patriótico e corajoso objetivo da SUDEPE”. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1962, p.125.

⁵⁸⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1971. Vol. 241, p.399-400.

⁵⁸¹ Ibidem.

⁵⁸² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1971. Vol. 241, p.400

⁵⁸³ Ibidem.

atuante movimento social dos pescadores ou movimento social das “gentes do mar” e de seus líderes históricos. Líderes esses que, mesmo lutando desde o período do Estado Novo pelos seus direitos, passados 30 anos, os pescadores continuavam em desamparo, mesmo com as variadas políticas instauradas, inclusive pelos militares no poder que mantiveram a situação cotidiana dos pescadores artesanais difíceis.⁵⁸⁴

Mesmo a mídia militar anunciando planejamentos para o setor, ao que parece na vida prática dos pescadores nada de concreto vinha ocorrendo. Todavia, no mês de julho de 1971, no dia 22, estava sendo definido outro objetivo importante para o desenvolvimento da pesca. Situação relacionada às construções do distrito industrial de Rio Grande que, como se vê, era uma das metas dos deputados que estavam executando as ações a favor da indústria da pesca, entre eles o próprio Carlos Santos, mesmo não assumindo sua posição no GEDIP.

Nas palavras dele:

A localização do primeiro Distrito Industrial do Estado, na área situada à margem oeste do Canal Norte da Barra do Rio Grande decidida ontem pelo Conselho de Planejamento e Expansão de distritos industriais, em sua primeira reunião, constitui sem sobre de dúvida, motivo de renovadas esperanças da gente rio-grandina no desenvolvimento socioeconômico da cidade marítima do Estado (...), Que a decisão importante, de pronto, transforme em projeto que desde logo resulte em realidade plena, são os votos sinceros que formulo desta tribuna, como filho e representante daquela legendaria comuna (...) é o novo ciclo histórico do antigo parque industrial do Rio Grande que vai surgindo agora (...).⁵⁸⁵

No decorrer do discurso, Santos, chamou a atenção para outra situação pontual para o desenvolvimento industrial da região: o escoamento da produção, por via terrestre, até chegar aos navios. Nesse sentido, a construção da “Estrada Santa Izabel” ligaria o porto de Rio Grande às vias de comunicação com o Uruguai, local com forte produção de carne e lã.⁵⁸⁶ O que favoreceria, de acordo com o tribuno, o intercâmbio e as exportações de uma região para outra. Sem essa via, para Carlos Santos, os produtos

⁵⁸⁴ O Decreto-Lei nº 221-61, de 28 de fevereiro de 1967, instituído por Castelo Branco, previa o a proteção e o estímulo à pesca no Brasil. Essa lei revogou as leis de 1934 e 1938. Para os efeitos desse Decreto-lei define-se por pesca todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida. Nessa Lei, a SUDEPE passou a controlar as atividades da pesca e não o Ministério da Agricultura como anteriormente. A pesca, conforme artigo 18: “era considerada indústria de base”. Porém, os pescadores artesanais eram os menos beneficiados pela lei, passados cinco anos de sua publicação.

⁵⁸⁵ ANAIS DO ESTADO, Porto Alegre, Julho de 1971. Vol. 242, p.270-271.

⁵⁸⁶ A primeira vez que o parlamentar citou a travessia da via de Santa Izabel foi no ano de 1962. Período em que os civis estavam no poder. Portanto, há praticamente uma década essa estrada ainda não havia sido concluída. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1962, p.263.

continuariam caros e, com isso, impossibilitando a concorrência dos produtos da Zona Sul do Estado, tornados caros em virtude dos encargos.

Curioso que, mesmo seguindo na luta a favor dos pescadores artesanais, o político mantinha fortes ligações com o empresariado do setor. O que foi notado por ocasião da homenagem que esse fez para Francisco Martins Bastos, que fora agraciado pela Universidade de Rio Grande com o título de “Doutor Honoris Causa” devido ao seu desempenho no desenvolvimento da região de Rio Grande.

Francisco Martins Bastos, para o tribuno (...) “foi pioneiro na indústria petrolífera, indústrias de fertilizantes, captura e industrialização do pescado e das redes de hotéis charrua”. Ou seja, o empresário era do ramo do petróleo, de fertilizantes, de hotéis e da pesca.⁵⁸⁷ Situações que colocavam o empresário, como um “riograndino de destaque”.⁵⁸⁸

Na realidade, “Chico Bastos”, foi um empresário que negociou com o contexto militar, diversificando o ramo de seus negócios. Constantemente, oferecia sua Colônia de Férias na região para os militares da Força Aérea Brasileira - FAB e para a NASA – Agência Espacial Norte Americana para pesquisar em Rio Grande (CEZAR, 2011, p.168). As pesquisas, em virtude da região de Rio Grande, eram sobre condições climáticas da América do Sul. Porém, demonstram estreitas relações estratégicas entre os interesses nacionais com os norte-americanos.

Em seu penúltimo discurso sobre a pesca, motivado pela publicação de artigo do ministro da agricultura Cirne Lima, intitulado: “Boi & Pescado”, publicado no Jornal Diário de Notícias, o parlamentar fez um histórico de sua atuação na promoção do pescado desde meados dos anos de 1950.⁵⁸⁹ Destacou o seu protagonismo na ação da pesca por ocasião da “Campanha de Valorização do Pescado”, instaurado em 1965,

⁵⁸⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 243, p.261-262.

⁵⁸⁸ O homenageado por Carlos Santos na intervenção de 18 de agosto de 1971, Francisco Martins Bastos, dá nome ao Núcleo de Memória (NUME), que tem por finalidade resgatar a memória da Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG). O acervo conta com fotografias, objetos de uso pessoal, documentos, jornais, projetos, relatórios, teses, publicações, mapas, quadros e placas, que contam a história da FURG, desde as primeiras faculdades na década de 1950. O Núcleo de Memória da FURG surgiu como um projeto de extensão (Núcleo de Memória da URG), em 1994, por ocasião da passagem dos 25 anos de fundação da FURG, e em 20 de agosto de 1994 recebeu a denominação de Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos. Após o 25º aniversário da FURG. Disponível em http://www4.furg.br/pagina/catalogo/6_7_4.html. Acesso em 18 de abril de 2014.

⁵⁸⁹ No artigo Cirne Lima, citou que mesmo com incentivos fiscais a atividade da pesca “apresentava-se sem velocidades”. Mesmo com “nosso potencial estamos aferrados no bife, eis que o peixe tem uma produção escassa e, por via de consequência, muito cara”.

considerado o ano de Pesca no Estado. Tal projeto marcou, definitivamente, sua trajetória como representante da pesca na Assembleia.⁵⁹⁰

Em seu último discurso sobre o desenvolvimento da pesca, datado de 6 de setembro de 1971, o político relatou sobre a chamada “obra do século”: o Superporto de Rio Grande. Baseada em matéria publicada no “Jornal a Semana”, o parlamentar embasou seu pronunciamento, informando a respeito de “todas” as implicações sobre a construção do Superporto que foram analisadas pelo jornal, relacionadas aos seguintes tópicos:

- a) Acesso de ferro, hidro e rodoviário ao Rio Grande;
- b) A questão do Distrito Industrial com as respectivas instalações do porto pesqueiro;
- c) Água, energia elétrica e dragagem;
- d) Terminal sinaleiro;
- e) Indústrias várias.⁵⁹¹

Além desses itens, o jornal denunciou o desalento dos pescadores, com a construção do denominado Superporto. Contudo, Carlos Santos em seu discurso diz que “não comungava da apreensão dos pescadores”, devido a uma questão simples, em sua concepção, a de que:

Os pescadores artesanais ao longo dos anos constituíram o esteio da força dinamizadora da pesca e da indústria pesqueira no Brasil e que por isto mesmo, no instante em que a atividade industrial pesqueira se aprimora ao impulso da moderna técnica, não podem ser esquecidos, porque o centro nevrálgico de todo o progresso social e desenvolvimento econômico, não pode deixar de ser a pessoa humana.⁵⁹²

E afirmou:

(...) E não será por certo, na construção do porto de Rio Grande, maior centro pesqueiro do país, que se há de decretar a morte de quem, como pescador artesanal, deu até aqui a vida e proeminência ao setor da pesca, no esteirão da economia do Estado e do extremo sul brasileiro (...).⁵⁹³

⁵⁹⁰ O projeto de Lei nº 186/65 de autoria de Carlos Santos foi discutido e aprovado no dia 14 de setembro de 1965. No dia 07 de outubro, a campanha da pesca que “por força de sanção governamental” teve o nome alterado. A “instituição da Campanha de Valorização do Pescado decretada pela Assembleia Legislativa no dia 16 de setembro como Lei nº 186/65 transformou-se em Lei nº 5.048”. Que provavelmente, instalou o GEDIP.

⁵⁹¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.57-60.

⁵⁹² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.57.

⁵⁹³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.57-58.

Infelizmente, as páginas desse discurso encontram-se danificadas, não pela ação do tempo, mas sim pela impressão que, tremida, impossibilitou a interpretação de maiores detalhes da fala emitida pelo tribuno nesse dia. Mas, identificou-se a defesa dele na construção do Superporto que, segundo enunciou, de maneira alguma colocaria em risco a faina dos trabalhadores da pesca artesanal.

Todavia, os pescadores estavam pressentindo o pior já que nesse período os trabalhadores continuavam a ser explorados ao máximo para a obtenção do “desenvolvimento do Brasil”, como destacaram Carlos Fico (1997) e Eder Sader (1982).

Mas, o parlamentar continuou convicto sobre o planejamento e a execução das obras pelos militares, que trariam benefícios para empresários, pescadores e a sociedade riograndina como um todo.

Sobre os temas atinentes à identidade negra, que serão analisados, as questões simbólicas evidenciadas a partir do civismo elaborado pelos militares por meio da AERP acabou possibilitando ações importantes de Carlos Santos a favor de sua comunidade étnica, já que datas e ícones relacionados com os acontecimentos históricos da negritude passaram a ser intensificados em seus pronunciamentos.

Para a ditadura militar, o civismo era uma estratégia pedagógica (SADER, 1982; FICO, 1997), considerado como um aparelho competente dos militares na obtenção da confiança da população. Segundo Carvalho (1990), os heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos (CARVALHO, 1990, p.55).

Devido a esse contexto, Carlos Santos iniciou com liberdade sua campanha em torno de três eixos relacionados com a identidade negra e que, ao mesmo tempo, passariam de alguma maneira, com certa facilidade, pelas normas militares de controle de informações.⁵⁹⁴

Os temas que possibilitaram a Carlos Santos evidenciar as suas representações simbólicas nos discursos à identidade negra foram os seguintes:

⁵⁹⁴ A palavra censura pode ser traduzida por controle. Um controle institucionalizado em códigos e leis, materializado em órgão público e orientado na defesa da ordem social. O exame prévio da produção cultural a fim de verificar se o conteúdo obedece às normas determinadas pelo Estado, possui o poder de construir, por meio da seleção estratégica de informações, uma determinada realidade. A censura é transformada em uma das partes fundamentais do sistema repressivo do Estado e manteve-se materializada no Regime Militar Brasileiro (1964-1985). STEPHANOU, Alexandre Ayub. *O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988)*. Tese de História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2004.

- a) o deslocamento dos restos mortais da princesa Isabel e do conde D'Eu da Igreja do Rio de Janeiro para Petrópolis;
- b) o centenário da morte do Poeta Castro Alves,
- c) o dia internacional de luta contra o racismo,
- d) o centenário da Lei do Ventre Livre.

Por isso, serão analisados cada um desses itens. Contudo, salienta-se que a primeira ação do tribuna, sobre as questões negras ano de 1971, foi realizada no dia primeiro de abril na “Ordem do Dia”. Na ocasião, ele propôs a Assembleia que fosse realizada no dia 6 de junho uma Sessão Solene em homenagem ao centenário da morte do “poeta dos escravos”: Castro Alves (1847-1871).⁵⁹⁵

Porém, quatro dias depois, em cinco de abril, Carlos Santos, novamente, discursou sobre as principais datas referentes às situações que, guardas proporções, nutriam sentimentos de união e coesão dos grupos à pátria.⁵⁹⁶

A remoção dos restos mortais da princesa Isabel e do conde D'Eu da Igreja Bispal do Rio de Janeiro para a Catedral de Petrópolis, foi citada. Para ele, um evento histórico a ser realizado no próximo dia 13 de maio de 1971. Santos, chamou a atenção de que no mesmo ano seriam comemoradas as seguintes datas: o centenário da morte de Castro Alves, o centenário da Lei do Ventre Livre, o ano internacional de luta contra o racismo e o dia nacional dos direitos humanos em 13 de maio. Além do dia 23 de setembro, escolhido para adoção do dia da comunidade afro-brasileira, a ser comemorado no dia 23 de setembro de cada ano.⁵⁹⁷

Após a intervenção, fez outra requisição na “Ordem do Dia”, propondo a Assembleia que fosse realizada uma comemoração especial ao “Ano Internacional de

⁵⁹⁵ Antônio Frederico de Castro Alves nasceu em 14 de março de 1847 na fazenda Cabaceiras, cidade de Curralinho, na Bahia. Filho do médico Antônio José Alves e de Clélia Brasília da Silva Castro. Seu avô materno, o coronel José Antônio da Silva Castro, era um grande senhor de terras. Em sua infância, conviveu com o contexto da escravidão, fator que influenciou em sua leitura e escrita. Castro Alves, formou-se em direito, entretanto, sua desenvoltura poética o elevou ao panteão dos grandes poetas brasileiros, sobretudo sobre as agruras da escravidão, sendo o seu compromisso público a emancipação dos escravos. Faleceu no dia 06 de julho de 1871. SILVA, Alberto da Costa e. *Perfis brasileiros – Castro Alves*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

⁵⁹⁶ Por se tratarem de atividades cívicas, essas ações iam ao encontro da ideologia pretendida pelos militares, que visavam fortalecer a coesão nacional e infundir a esperança no povo brasileiro. FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.p.143.

⁵⁹⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1971. Vol. 239, p.17-19.

Luta contra o Racismo e do Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial”, ocorrido no dia 21 de março.⁵⁹⁸

Lembra-se que, no dia 22 de abril de 1960,⁵⁹⁹ portanto, 11 anos antes do período que por hora se analisa, o político já havia discursado sobre o massacre ocorrido na África do Sul, todavia, somente agora, passados 11 anos o evento passou a ser considerado oficialmente como o “Dia internacional de Combate ao Racismo”, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), por isso não é novidade a proposta de uma sessão especial à data partindo de Carlos Santos.

Entretanto, essa Sessão Especial por algum motivo não ocorreu. Provavelmente, pela distância da Sessão com a data, que deveria ser comemorada em 31 de março, época de recesso no parlamento. A requisição de Carlos Santos foi efetuada somente no dia 5 de abril. Porém, sua outra requisição, alusiva ao centenário da morte de Castro Alves, foi aceita.

Antes de interpretar a Sessão Solene a Castro Alves, serão destacadas as ações nacionais bem como do tribuno para o deslocamento dos restos mortais da princesa para a cidade de Petrópolis, cidade serrana do Rio de Janeiro.

Para Roderick Barman (2002, p.16), que pesquisou momentos da vida cotidiana da princesa Isabel, por meio das relações de gênero e de poder consubstanciado por correspondências e fontes iconográficas: “os historiadores raramente mencionam Dona Isabel, a filha de Dom Pedro II. Quando eventualmente se referem a ela, é por duas realizações: em 1871, a princesa sancionou a Lei do Ventre Livre, assegurando a extinção paulatina da escravidão no país; em 1888, teve um destacado papel na supressão imediata da escravidão”.

Ainda conforme o historiador “os abolicionistas não tardaram a intitulá-la a ‘Redentora’”. Termo muito empregado por Carlos Santos ao referenciar-se sobre a princesa em seus discursos. “Contudo D. Isabel merece atenção, pois durante 40 anos (1851-1889), em três ocasiões, entre 1871 e 1888, governou o país na ausência do pai, D. Pedro II, que estava no exterior” (BARMAN, 2002, p.16).

Em que pese à crítica de Barman (2002), que pesquisou a vida da filha, da irmã, da esposa e por fim da estadista, nesta tese continua-se a evidenciar a importância da princesa Isabel (1846-1921) para o dia 13 de maio de 1888 e a Lei do Ventre Livre de

⁵⁹⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1971. Vol. 239, p.26. No dia 21 de março de 1960, 69 pessoas morreram e 180 ficaram feridas quando a polícia atirou contra manifestantes desarmados que protestavam contra as leis segregacionistas do *apartheid* Sul Africano.

⁵⁹⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, 22 de abril de 1960, p.22.

1871. Todavia, com novos elementos, destacando a campanha de civismo realizada no país em torno do deslocamento de seus restos mortais da princesa.

Desde maio de 1966, em um discurso alusivo aos 78 anos da Abolição da Escravidão, Carlos Santos demonstrou preocupação a respeito dos restos mortais de princesa Isabel e de seu esposo, Conde D'Eu. Para Santos, a princesa Isabel representava um “símbolo perene da incorporação do negro à comunhão nacional”, por isso merecia todo o respeito e civismo, merecendo que seus restos mortais devessem ficar no local que ela mais “amava”: Petrópolis.⁶⁰⁰ Essa campanha, relacionada ao dia 13 de maio, certamente, era bem vista pelos militares, que investiram na renovação nacional dos símbolos representantes do civismo.⁶⁰¹

No ano de 1968, por ocasião das comemorações dos 80 anos da abolição, efeméride interessante para a pedagogia de “formação das almas” instituída pelos militares na população brasileira, iniciou-se no país uma campanha nacional pela remoção dos restos mortais da princesa, do Rio de Janeiro para Petrópolis.⁶⁰²

Em matéria de destaque, publicada no Jornal “O Jornal”, o periódico difundiu a campanha, acusando de “ominosa agressão contra a redentora”, o fato de seus restos mortais ainda não terem sido deslocados para a cidade serrana do Rio. Conforme matéria do jornal era uma “gratidão ingrata”, uma “irresponsabilidade oficial” o que estavam fazendo com a “mão-de-fada”, já que “ela redimiou os escravos, mas nós não

⁶⁰⁰ Originalmente, o projeto de lei era do senador Dylton Costa. Esse projeto determinava que o Ministério da Educação e Cultura providenciasse, de pronto, o sepultamento dos restos mortais da Princesa Isabel. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1966. Vol. 194, p.121.

⁶⁰¹ O dia Treze de maio no final do século XIX até meados do XX, era comemorado entre as populações negras, conforme analisou Maria Angélica Zubaran, por meio de interpretações de impressos produzidos pelos intelectuais negros brasileiros e sul-rio-grandenses. Segundo a historiadora: “Durante as comemorações do dia 13 de maio de 1893, Espiridião Calisto marcava a data como um momento de reivindicação dos direitos dos negros como cidadãos, e identificava o jornalismo como uma arena de lutas para os descendentes da raça. que se agremiavam para guerrear o preconceito de raça. Na avaliação desse jovem líder afro-brasileiro a abolição destruíra o cativeiro mas mantivera o preconceito racial, instituído não nas leis, mas nos costumes, e concluía: “Devemos festejar efusivamente a data luminosa de 13 de maio, como o início da reivindicação de nossos direitos de cidadãos brasileiros. Salve 13 de maio!”. ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da Liberdade: Lugares de Memórias Negras Diaspóricas. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008, p. 161-187.

⁶⁰² Tradicionalmente, a família imperial se mudava, nos meses de verão, para a fazenda de Santa Cruz, situada em uma planície a oeste do Rio de Janeiro. No final da década de 1820, D. Pedro I criara o hábito de passar o verão em uma fazenda nas montanhas do norte do Rio. D. Pedro II, compra a região, e o escolheu como palácio de verão. O nome da cidade, Petrópolis, foi inspirado no nome de D. Pedro II. Esse local era o preferido pela princesa que depois de casada, com Conde D'Eu, passou a morar no palácio, em Petrópolis em outubro de 1864. BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil – Gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.p.93-114.

nos redimimos dela”, diziam as matérias por ocasião dos 80 anos da abolição e pela falta de destino aos restos da “redentora”.⁶⁰³

E novamente, como localizado nesta tese, a imprensa retoma a “harmonia racial brasileira” como exemplo para o mundo, legitimando Isabel como responsável por essa “originalidade” brasileira. Segundo matéria, “o tabu ignominioso do preconceito do pigmento dérmico que, ainda hoje faz derramar o sangue de irmãos em outras latitudes e longitudes, foi quebrado por ela”.⁶⁰⁴

Na realidade, os restos mortais da princesa Isabel e do Conde D’Eu estavam em uma sepultura localizada no porão úmido da Catedral Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, em uma caixa de madeira. Segundo o periódico “O Jornal”, a princesa “deveria dormir em paz, contra a nossa falta de sensibilidade, ela que merece o penhor coletivo e fervoroso do nosso reconhecimento”. Carlos Santos, admirador confesso das ações da princesa contra o cativo, como verifica-se em discursos anteriores, participou ativamente da campanha.⁶⁰⁵

Depois de três anos do início dessa convocação nacional, exatamente, no dia treze de maio de 1971, os vestígios “reais” de Isabel e do Conde, finalmente seriam depositados em um jazigo na cidade de Petrópolis, ao lado dos pais da princesa. O tribuno em companhia de integrantes das sociedades negras do Estado do Rio Grande do Sul, essas representadas pelos membros da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, compareceram à cerimônia de transladação das cinzas da princesa Isabel e do Conde D’Eu, do Rio de Janeiro para Petrópolis.⁶⁰⁶

Conforme impresso jornalístico que acompanhou o acontecimento, a comitiva da Sociedade Negra Floresta Aurora, um dos oito membros, disse: “que a presença de representantes da sociedade nessa cerimônia é de caráter eminentemente afetivo, já que todos indiretamente somos descendentes de escravos”.⁶⁰⁷

A “caravana” era composta por quatro casais da organização negra, entre esses o Coronel Romeu Francisco da Cruz, presidente da Floresta Aurora. “Não vieram mais

⁶⁰³ O JORNAL. A Princesa que perdeu o trono e o túmulo. Rio de Janeiro, Caderno Especial. 14 de maio de 1968, *sp.*

⁶⁰⁴ Idem.

⁶⁰⁵ Desde o seu primeiro mandato, datado de 1959, Carlos Santos pronunciou nas seguintes ocasiões em homenagem ao dia 13 de maio e a memória da princesa Isabel: 24 de setembro de 1959, sendo esse em homenagem a João Cândido, com citações à princesa, dia 13 de maio de 1960, dia 13 de maio de 1963, dia 12 de maio de 1966. Ou seja: com certa regularidade, de três em três anos Carlos Santos realizou no parlamento discurso em homenagem ao dia 13 de maio, dia da abolição da escravidão no Brasil.

⁶⁰⁶ A Sociedade Beneficente Floresta Aurora de Porto Alegre, na época, tinha 99 anos e contava com cerca de 800 sócios em seus quadros. FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 11 de maio de 1971, *sp.*

⁶⁰⁷ FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 11 de maio de 1971, *sp.*

representantes - explicou Carlos Santos - em razão da distância e das dificuldades de alojamento para todos no Rio”.⁶⁰⁸

Carlos Santos, com 57 anos, informou a importância desse acontecimento para sua vida pessoal, pois a princesa Isabel foi a responsável pela promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que completaria 100 anos em 1971. O tribuno relacionou, em plena atividade de traslado dos restos mortais da princesa e de seu esposo, a efeméride da Lei do Ventre Livre em conjunto com a trajetória histórica de luta pela liberdade existente em sua família. Segundo ele:

Na época da assinatura da Lei do Ventre Livre, minha bisavó já tinha sido libertada e tinha, na época, diversas escravas de sua propriedade. Tia Felisberta, ficou rica vendendo cocadas e com sua fortuna, ajudou a libertar mais de 100 escravas (...) Era uma preta gorda, com muito carinho para dar. Com seu afeto, contribuiu muito para a formação dos filhos e netos. Lutou muito, sofreu muito, mas fez o que tinha que fazer: uma vez libertada não descansou enquanto não libertou suas amigas⁶⁰⁹ (GRIFO NOSSO).

Imagem 17 - Deslocamento das Cinzas de Princesa Isabel



Nobres e gente humilde se reuniram em Petrópolis para receber as cinzas da Princesa Isabel

Na foto, Carlos Santos à esquerda, no círculo. Fonte: Jornal do Brasil. Petrópolis recebe restos mortais da Princesa Isabel. Rio de Janeiro. 13/05/1971. p.7. (GRIFO NOSSO).

Porém, antes do centenário da Lei do Ventre Livre, previsto para setembro, e dois meses depois do “enterro digno” de Isabel, outro ícone seria referenciado nas ações do parlamentar: Castro Alves.

⁶⁰⁸ Ibidem.

⁶⁰⁹ Ibidem.

Realizada no dia 7 de julho, com a Sessão presidida pelo deputado Solano Borges da ARENA, que declamou poemas e apresentou brevemente a trajetória do poeta, ocorreu o ato “Solene Comemorativo ao Centenário da Morte de Castro Alves”, considerado pelo presidente Solano Borges como um “herói” nacional.⁶¹⁰

Estavam presentes na sessão O governador do Estado e ex-militar Euclides Triches (1919-1994) da ARENA,⁶¹¹ o Secretário de Interior e Justiça, Otávio Germano, o desembargador Armando Wedy, o Major Frederico Lamachia Filho e o representante, não denominado nos anais, da prefeitura de Porto Alegre. Essa lista denota a importância cívica da atividade.

Convidado para abrir os trabalhos, o poeta e romancista regional, Ramiro Frotta Barcellos, que na época presidia a Academia Rio-Grandense de Letras, declamou o poema “Ode ao dois de julho”.⁶¹² Em sua *performance*, intitulada: “A presença de Castro Alves”, Ramiro Frotta representou ser o próprio Castro Alves, e como em uma apresentação de regresso espiritual disse, após agradecer as autoridades e ao público presente:

Nesta tarde de evocativa reverência, de indefinível saudade, na magia que nos desperta a efeméride, transportemo-nos, regressivamente, ao distante ano de 1867(...) Entremos no Teatro São João de Salvador da Bahia...comemora-se também o dois de julho, de patriótica lembrança (...) Castro Alves o amante da atriz e afamado poeta, se acha presente! E acaba de levantar-se para pedir a palavra, vai declamar o ‘Ode ao dois de julho’ (...).⁶¹³

Após a participação de Ramiro Frotta, o evento foi marcado pela apresentação musical do Coro do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que entoou as músicas: Negrinho do Pastoreio e Piazzito Carreiro. Após, foi chamado a discursar, pelo presidente da Sessão, o deputado negro Carlos Santos, responsável direto pelo requerimento realizado em abril, solicitando a sessão solene que estava sendo realizada.

⁶¹⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho de 1971. Vol. 242, p.56-59.

⁶¹¹ Triches foi eleito governador do estado do Rio Grande do Sul com respaldo parcial da Assembléia Legislativa estadual, dominada pela ARENA, e governou o estado no período de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975.

⁶¹² Ramiro Frotta Barcellos era um renomado escritor e romancista do Rio grande do Sul. Escreveu autor de dois artigos sobre a vida e a obra de Castro Alves. Um de título: O centenário de Castro Alves, publicado em 1971, na Revista Letras Hoje, Porto Alegre, n.7, p. 5-12, 1971, e outro intitulado: Castro Alves, o poeta de todos os tempos, publicado pela editora FLAMA, em 1978. Mas sua obra refere-se basicamente a tradição e cultura “gauchesca”. Quanto ao poema “Ode ao dois de julho”, ele foi escrito por Castro Alves em homenagem a luta pela independência da Bahia, ocorrida em 02 de julho de 1823.

⁶¹³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho de 1971. Vol. 242, p.56.

Na abertura de sua intervenção, depois de agradecer as autoridades e ao público presente, o tribuno dignifica o civismo da sessão ao falar que a Casa:

Se incorpora ao ritual cívico da Pátria, embevecida, que conta e exalta, honorífica e celebra, reverencia e consagra, glorifica e sublima a figura, a obra e o nome imperecíveis do bardo iluminado: Antônio de Frederico Castro Alves. Na data que, precisamente, há cem anos em plena floração da vida, trocou ‘astros por círios – como ele próprio cantou – leito macio por esquife imundo(...)’.⁶¹⁴

Mas, para além do civismo, Santos diz que Castro Alves deve ser um “culto à mocidade”, ou como destacou o tribuno “Sob o fascínio de seus mais puros ideais de repulsa à tirania e de horror a escravidão, Castro Alves teve os fulgores de sua genialidade refletidos pelo esteirão da sua concomitância com a juventude”.⁶¹⁵

Para Carlos Santos, baseado na biografia de Jamil Haddad, Pedro Calmon e José Veríssimo, relatou que tanto o idealismo, como a rebeldia de Castro Alves, tinham haver com sua juventude.⁶¹⁶ Já sobre o seu valor a cultura nacional, fundamentado em José Veríssimo e Jorge Amado, Carlos Santos ressalta o valor político e social da poesia de Castro Alves.⁶¹⁷

Quanto à contribuição do poeta dos escravos a nossa nacionalidade, Santos falou que:

A Pátria não surgiu, apenas da humana conglobação, nem das riquezas naturais, nem da estacada material da força bruta, mas aquela que repontou, predestinada nas culminâncias do primado do espírito, em que o Brasil assentou as pilastras de sua grandeza moral como raça, como povo, como nação (...) sim, porque no sangue augusto da nacionalidade, os versos candentes do imortal poeta foram candelabros de luz iluminando o altar de nossa predestinação, e sobre este altar fé e liberdade se confundiam e se confundem, no fervor intenso de nosso culto (...).⁶¹⁸

Sob o hibridismo da fé e da liberdade, o parlamentar coloca Castro Alves definitivamente como herói da nação brasileira ao lado de Anchieta e Tiradentes, um considerado a fé e, o outro, a liberdade. Segundo Carlos Santos, que Castro Alves “receba unção cívica ora de santidade ora de heroísmo, que garantir-lhe possa o soberbo

⁶¹⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho de 1971. Vol. 242, p.57.

⁶¹⁵ Ibidem.

⁶¹⁶ Intelectuais como Pedro Calmon foram responsáveis pelos fundamentos ideológicos das campanhas cívicas da AERP. FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.p.142.

⁶¹⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho de 1971. Vol. 242, p.57.

⁶¹⁸ Ibidem.

ingresso na galeria dos que triunfam a própria morte”. Aos exemplos de Tiradentes e Anchieta, como destacou o parlamentar (CARVALHO, 1996, p.55-74).

Mas o momento cívico regional de sua fala foi localizado na sequência em que o tribuno relacionou a luta pela abolição de Castro Alves a luta de Bento Gonçalves da Silva, líder da Guerra Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845 (FILHO; SEELIG; BOJUNGA, 2007, p.51-69).

Conforme Carlos Santos:

Também, como Castro Alves, a gente de Bento Gonçalves bateu-se pela abolição em 1845, no encontro de Poncho Verde, entre as cláusulas que Antônio Vicente da Fontoura apresentou, destacava-se: 4º ‘são livres os negros e como tais reconhecidos, todos os cativos que servirão a Revolução, condição imprescindível aos termos da pacificação daquele entrevero glorioso, que Osório chamou de ‘berço histórico da república’.⁶¹⁹ (GRIFO NOSSO).

Santos, como homem de seu tempo, em nenhum momento citou o conhecido Massacre de Porongos, ocorrido no dia 14 de novembro de 1844, dias antes da paz de Poncho Verde, nem mesmo se teria sido surpresa ou traição.⁶²⁰ Obviamente que, na época, o contexto dificilmente possibilitaria tal discussão, sob o risco do parlamentar ser caçado. Se é que ele tivesse conhecimento dessa traição.

No encerrando da atividade o presidente da Sessão, deputado Solano Borges, agradeceu as “magníficas conferências de Ramiro Frota e Carlos Santos”.

Em nível nacional, outras atividades estavam sendo realizadas em memória à Castro Alves. Uma dessas, foi o envio dos restos mortais do poeta, localizados no cemitério de Campo Santo no interior da Bahia, para no dia 06 de julho de 1971, por ocasião das comemorações do centenário da morte do poeta, serem levados para a base do monumento, na praça que, em Salvador, tem o seu nome (COSTA E SILVA, 2006, p.172).

⁶¹⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho de 1971. Vol. 242, p.58.

⁶²⁰ Na historiografia regional localizam-se duas vertentes. A tradicionalista e a acadêmica. Na tradicionalista é defendido que o episódio, no qual dezenas de escravizados foram mortos por meio de um ataque das tropas imperiais ao acampamento formado unicamente por negros, teria sido uma surpresa. Porém, para as pesquisas acadêmicas, conforme registrado e pesquisado por meio de uma correspondência trocada entre o Barão de Caxias e o Gen. Farrapo David Canabarro, foi localizada a traição. Pois, ficou combinado que os soldados negros entregassem seus cartuchos e dormissem desarmados. Com isso, as tropas imperiais sem dificuldades desarticularam o grupo, dizimando a maioria dos negros que lutaram lado a lado com os farrapos. Sobre o Massacre de Porongos e a participação dos negros na Guerra Farroupilha ver MAESTRI, Mario. *O escravo gaúcho – resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1993. FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: EST, 2004. LEITMAN, Spencer. Os Farrapos negros e a política da escravidão. In *Sonhos de Liberdade, coleção Sujeito e Perspectiva*. Porto Alegre: Editora Laser Press Comunicação, 2007, p.51-69.

A valorização dos restos mortais dos ícones da nação tornaram-se atos simbólicos valorativos no período, pois ligavam temporalidades, mantendo o passado vivo no imaginário no presente dos brasileiros. Os casos, sobre os restos mortais do poeta Castro Alves bem como da princesa Isabel, ambos com a presença e intervenções de Carlos Santos, tornaram-se marcantes nesse ano. Inclusive, mantendo em evidência a própria figura política do deputado, agora com projeção nacional.

No dia 17 de setembro de 1971, um tema racial chamou a atenção do tribuno. Nesse momento, eram dadas as suas devidas atenções ao “Ano Internacional Contra a Discriminação Racial”, instituído pela ONU.

Solicitando o espaço do deputado Pedro Simon, líder do MDB, Carlos Santos usou a palavra para denunciar com repúdio à teoria do americano Prêmio Nobel de Física de 1964, William Shockley - da Universidade de Stanford - sobre a esterilização da raça negra e da classe pobre por seu “baixo coeficiente de inteligência”.⁶²¹

Retornando ao ano de 1968, época em que Carlos Santos presidiu a Assembleia do Rio Grande do Sul, ocorreu uma Sessão Extraordinária, convidou a imprensa e convocou os parlamentares tendo em vista um acontecimento científico, ocorrido na cidade do Cabo, África do Sul.⁶²²

Foi uma cirurgia bem sucedida de um transplante de coração de um homem negro para um homem branco, o europeu Philip Blaiberg, de “olhos verdes e douradas medeixas”. Segundo o parlamentar negro, “a alvorada de um novo mundo se aproxima (...) reservada estava a humana tarefa da confraternização racial dos povos”. A cirurgia foi realizada com sucesso pelo médico cirurgião Christian Barnard.⁶²³

Devido a isso, em setembro de 1971, o reconhecido Prêmio Nobel de Física de 1964, William Shockley da Universidade de Stanford, era responsável por um retrocesso digno da indignação de Carlos Santos, que disse do plenário:

Num gesto infeliz e temerário, (Shockley) investe contra a própria dignidade da pessoa humana, não só pelo execrando conceito das etnias não arianas, como de igual forma pela inspiração de cunho nitidamente nazi-fascista instigando (sic) crime de lesa-humanidade, na prática odiosa de genocídio contra a raça negra e contra a classe pobre (...) com desfaçatez alarmante, preconiza a esterilização (...) a tese que William Shockley levou para a Assembleia dos Psicólogos americanos, põe o mundo livre em sobressalto, e dentro dele, os negros (...) Cabe-lhe portanto agora, diante da indagação surda das multidões de epiderme pichada, responder com firmeza e

⁶²¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.209-210.

⁶²² DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 01 de janeiro de 1968, *sp.*

⁶²³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.209.

comprovar sem rodeios, que quando se fala em democracia também nela incluído os negros estão. O aceno criminoso de William Shockley com o genocídio da raça negra e da classe pobre é parvalhice de sua inconsistente doutrina genética inferioridade intelectual dos negros (...) contra a postura humana do preto americano.⁶²⁴

Ao enunciar que “quando se fala em democracia também nela incluído os negros estão”, Carlos Santos identificou na pesquisa de William Shockley “o mais requintado racismo” e uma luta contrária aos progressos da “civilização que estão dinamizando” essa ideia de raças. “Dai o empenho desesperado de certos setores em tentar justificar o racismo”. E conclui: “e tudo isso no Ano Internacional de Luta Contra o Racismo e a Discriminação Racial”.⁶²⁵ Ou seja: para o tribuno a democracia de fato incidia na luta contra o racismo. Portanto, a democracia racial que ele defendeu desde os anos 1950, nos anos 1970 e, agora, era de fato para ele um mito.

Para Emilia Viotti (1998), o poderoso mito, a ideia da democracia racial - que regulou as percepções e até certo ponto as próprias vidas dos brasileiros da geração de Freyre - tornou-se para a nova geração de cientistas sociais, um arruinado e desacreditado mito (COSTA, 1998, p. 374). E acredita-se, diante das evidências, que essa situação tenha afetado as percepções do próprio Carlos Santos.

Após essa fala, o deputado Pedro Américo Leal, solicitou a palavra a Santos, e foi prontamente atendido.⁶²⁶ Segundo Américo Leal:

Há uma confusão desse engenheiro (Shockley) entre nível intelectual e quociente intelectual, que é o resultado da divisão de idade mental e de idade cronológica (...) não é quociente intelectual que falta absolutamente à raça negra ou a qualquer outra raça (...) o que existe para ela em defasagem mais culta é a oportunidade advinda justamente do nível intelectual conquistado por exercício intelectual, como se exercitam os músculos se exercitam também os neurônios que são as células piramidais do cérebro (...).⁶²⁷

Carlos Santos agradeceu a intervenção de Américo Leal, por ter esclarecido pontos que, como ele disse, “afinal minha inteligência não conseguirá fazê-lo”. E

⁶²⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.209.

⁶²⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.210.

⁶²⁶ Pedro Américo Leal foi eleito pela ARENA, com 14.377 votos. *S.a.* AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre: Editora Síntese, 1977, p.346. Ascendeu na carreira militar e na política. Professor de Educação Física, psicólogo e jornalista. Coronel e poeta. Deputado estadual e vereador. Comandante da 1º Cia de Guarda, Chefe de Polícia, diretor da Escola de Polícia e presidente da Cruz Vermelha. Disponível em <http://pedroamericoleal.blogspot.com.br/>. Acesso em 19 de abril de 2014.

⁶²⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.210.

concluiu: “o Prêmio Nobel de Física além de insolente é mentiroso”.⁶²⁸ Era a luta do parlamentar contra as mazelas dos “pruridos racistoides” e do racismo como um todo.

Por fim, o parlamentar fez suas últimas ações políticas em torno das questões negras. Foram três práticas voltadas para o centenário da Lei do Ventre Livre, sancionada no dia 27 de setembro de 1871, pela princesa Isabel.⁶²⁹

No dia 27 de setembro de 1971, portanto há exatos cem anos da promulgação da referida Lei, Carlos Santos apresenta na “Ordem do dia” o seguinte pronunciamento seguido de requerimento:

A luta abolicionista que Castro Alves cantou em magnífica estrofe e José do Patrocínio sacudiu na inflamação do verbo fulgurante, teve seu primeiro coroamento no dia 27 de setembro de 1871 com a assinatura da Lei 2.040, cognominada de Lei do Ventre Livre, dando liberdade aos filhos de escravos nascidos no Brasil. Conquistada real significação, a Lei 2.040 foi o passo primeiro para que se atingisse a final em 1888, a absolvição da escravatura.⁶³⁰

Após, o tribuno, concluiu apresentando o seguinte requerimento, que: “seja inserido na ata dos trabalhos da presente, um voto de congratulações pela passagem do 1º centenário da Lei do Ventre Livre”.⁶³¹ No dia posterior, dia 28 de setembro, o parlamentar discursou como representante da Assembleia pela passagem do 1º Centenário da Lei do Ventre Livre.⁶³²

Em sua última intervenção, sobre as questões da liberdade, na Assembleia, representada pelas atividades do centenário da Lei do Ventre Livre, o tribuno fez o seguinte pronunciamento:

⁶²⁸ Ibidem.

⁶²⁹ Em março de 1871 D. Pedro II nomeou gabinete liderado por visconde do Rio Branco. Encarregado por um amplo programa de reformas, inclusive a extinção gradual da escravidão. D. Pedro II viajou para a Europa, ausentando-se dos debates sobre as leis, devido a isso, seus adversários não poderiam acusa-lo de inibir com sua presença, um debate franco e aberto sobre os destinos da nação. Nomeou Isabel como regente, para Barman, a inexperiência da princesa era o trunfo de D. Pedro II, que mantivera o visconde do Rio Branco como efetivo chefe de gabinete em sua ausência. Com 25 anos de idade, ela tinha onze milhões de súditos espalhados pelo território, que era considerado um continente. A Lei governamental que determinava a extinção gradual da escravidão punha em liberdade todos os filhos de escravos nascidos a partir da data entrada em vigor. D. Isabel se comprometeu publicamente com a medida, e seu apoio ajudou a garantir a transição. Sancionou-a no dia 27 de setembro de 1871. A assinatura “forneceu-lhe a ocasião, durante sua regência, de ligar seu nome a esse grande acontecimento e é uma glória de que D. Pedro II se demitiu em seu favor”. BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil – Gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p.155-163.

⁶³⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.315.

⁶³¹ Ibidem.

⁶³² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.345

Depois de uma semana de ausência, estou regressando de São Paulo onde estive participando de solenidades comemorativas do centenário primeiro da Lei do Ventre Livre e encerrar o programa das solenidades que foram (sic) especialmente convidado. Tive a honra de abrir (sic) (o evento), promovidas (sic) pela veneranda irmandade de Nossa Senhora dos Rosários dos Homens Pretos, de São Paulo, Instituto de Educação e Saúde Dona Laura Camargo e Aristocracia Clube, com uma conferência à noite do 24 corrente no salão Nobre do SENAC e, como orador oficial, que a egrégia Assembleia Legislativa de São Paulo realizou também a noite do dia 28. Foram (sic) momentos de intensa vibração cívica e de fraterna (sic) convívio, que a nobre e hospitaleira gente paulistana me proporcionou, através de inúmeras e generosas homenagens⁶³³ (GRIFO NOSSO).

Apesar de a fonte documental analisada conter pequenos problemas semânticos, seu sentido foi nítido e objetivo. Para o Tribuno, ter ido a São Paulo participar das atividades do centenário da Lei do Ventre Livre representou uma “intensa e fraterna vibração cívica”⁶³⁴.

Tabela 49 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1971

Católico e religioso	Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Trabalhadores, grupos, sindicatos.	Menor, Criança Excepcional	Habitação	Outros	Pesca	Identidade Negra
5	3	5	3	4	2	2	07	08

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Retornando às situações do GEDIP, percebeu-se o distanciamento de Adolfo Puggina do tema, em contrapartida, estabeleceu-se; novamente as ações de Carlos Santos em torno da temática, embora esse jamais tenha citado, pelo menos até o momento destas pesquisas, as suas práticas junto ao Grupo Executivo, evidenciando uma tensão entre esses deputados.

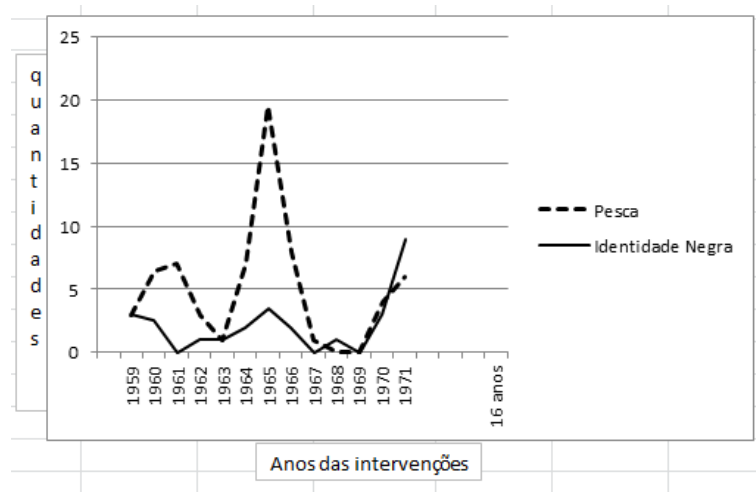
Entende-se que o civismo produzido pelos militares, nesse contexto, sob a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), possibilitou que, pela primeira vez, os temas concernentes às demandas da identidade negra superassem todos os demais itens temáticos pronunciados por Carlos Santos no ano de 1971.

⁶³³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 244, p.345.

⁶³⁴ Maria Angélica Zubarán interpretou sobre a importância dessas comemorações oficiais para as memórias e resistências das comunidades negras, demonstrando seus sentidos, já que embora correspondessem a efemérides oficiais, intelectuais negros do Jornal negro “O Exemplo” de Porto Alegre, a utilizavam para protestar pela falta de cidadania e contra o racismo sofrido pela comunidade negra no pós-abolição (ZUBARAN, 2011).

Inclusive, os vinculados ao desenvolvimento da atividade da pesca, que teve auge na sua prática política entre os anos de 1963 e 1966. A partir dessa legislatura, as práticas políticas do deputado em torno das demandas identitárias superariam, constantemente, as demais. Principalmente em relação às demandas da pesca, conforme o observado no próximo gráfico.

Gráfico VII – Comparações entre as intervenções da pesca e da identidade negra (1959-1971)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

5.2 A DIVERSIFICAÇÃO TEMÁTICA NA SUA AGENDA E O NOVO REFERENCIAL À IDENTIDADE NEGRA

Nota-se, a partir desse último ano, que se analisou o aumento substancial dos discursos do tribuno em torno dos temas referentes à identidade negra e em relação à ideologia da negritude, como se identificou. Salientando que uma das causas possíveis para esse aumento foram as possíveis condições ideológicas ocasionadas pela criação da AERP. Já que, ao relacionar as datas cívicas das efemérides (Castro Alves, Lei do Ventre Livre, dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial), esta última identificada em sua luta contra a o reforço ideológico de William Shockley e sua teoria genética, o parlamentar compreendeu que essas atividades auxiliavam na luta por uma democracia de fato ante a mitológica democracia racial.

Contudo, no ano de 1972, tornou-se simbólico nas intervenções pela igualdade racial no Brasil, já que pela primeira vez o parlamentar enunciou a trajetória do líder dos

Quilombos dos Palmares, Zumbi. Referência simbólica das organizações negras que surgiam nesse período.

Também nesse ano, novamente observa-se que, a exemplo do que ocorreu em 1971, sua agenda teve como preferência os temas da identidade negra. Sobre a pesca, nitidamente o item que obteve maior preocupação desde o ano de 1959 nas suas práticas políticas, nesse ano tornou-se emblemático, pois ele não fez nenhuma menção à atividade da pesca. Será que o político estava aguardando as obras do Superporto e do Distrito Industrial de Rio Grande para proferir novos pronunciamentos?

Ao todo foram enunciados 26 discursos feitos pelo deputado, conforme tabela abaixo:

Tabela 50 – Dos discursos realizados por Carlos Santos no ano de 1972

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	09/02/1972	Transmite em discurso, aos seus pares, o momento de desajuste salarial frente ao custo real de vida.	ANAIS, Dezembro e Março de 1972. Vol. 247. p.212-213.
02	23/02/1972	Discursa brevemente sobre as homenagens ao Jubileu de Prata Episcopal conquistado por Dom Vicente Scherer.	<u>ANAIS, Dezembro e Março de 1972. Vol. 247. p.244.</u>
03	05/04/1972	Sessão Solene Especial em Homenagem ao Cardeal Arcebispo de Porto Alegre Dom Vicente Scherer.	<u>ANAIS, Abril de 1972. Vol. 248. p.56-58.</u>
04	15/05/1972	Sobre o artigo publicado no jornal Correio do Povo escrito por Salomão Kirjner referente à participação política do MDB.	<u>ANAIS, Maio de 1972. Vol. 249. p.191-192.</u>
05	<u>18/05/1972</u>	<u>Discursa sobre o lamentável caso de racismo ocorrido na cidade de Santa Vitória do Palmar.</u>	<u>ANAIS, Maio de 1972. Vol. 249. p.284-285.</u>
06	18/05/1972	Ordem do Dia: Retorna a tribuna para versar sobre o caso dos 300 desempregados tecelões da fábrica de tecidos H. Merede da cidade de Rio Grande.	<u>ANAIS, Maio de 1972. Vol. 249. p.301-302.</u>
07	<u>22/05/1972</u>	<u>Discursa sobre a ameaça de revogação da Lei do Trabalhador Rural nº 4.214 de 02/03/1963, informação obtida de Eloy dos Ângelos.</u>	<u>ANAIS, Maio de 1972. Vol. 249. p.332-333.</u>
08	08/06/1972	Discursa em nome do Movimento Democrático Brasileiro na Sessão Especial comemorativa ao “Os Lusíadas”.	<u>ANAIS, Junho de 1972. Vol. 250. p.32-33.</u>
09	09/06/1972	Informa com pesar que tomou conhecimento do fechamento pela decretação de recesso da Câmara Municipal de Rio Grande.	<u>ANAIS, Junho de 1972. Vol. 250. p.42-43.</u>
10	22/06/1972	Tece considerações sobre os estabelecimentos de ensino que tratam dos excepcionais e a VII – Feira Internacional do Calçado, de NH.	<u>ANAIS, Junho de 1972. Vol. 250. p.207.</u>
11	26/06/1972	Congratula aos nobres deputados pelotenses, pela escolha de Rejane Vieira Costa como Miss Brasil.	<u>ANAIS, Junho de 1972. Vol. 250. p.233.</u>

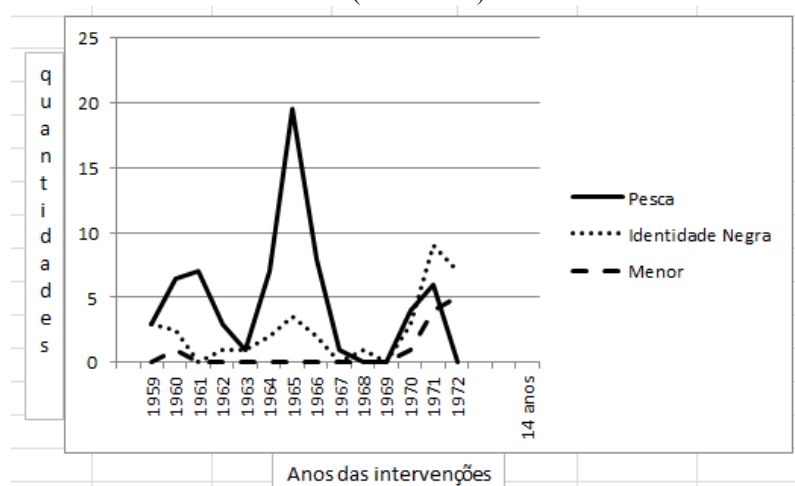
12	26/06/1972	Requer que as Sessões dos dias 22 e 23 de agosto sejam destinadas ao problema do menor excepcional.	<u>ANAIS, Junho de 1972. Vol. 250. p.245-246.</u>
13	14/08/1972	<u>Ordem do Dia:</u> <u>Homenagem a Senhora Maria Magdalena Penteado. Mãe Preta do Brasil.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1972. Vol. 251. p.147.</u>
Nº	Datas	Temas	Fontes
14	21/08/1972	<u>Carlos Santos discursa sobre o seu afastamento da Assembleia Legislativa, por saúde. Agradecendo ao Clube Náutico Marcílio Dias pelo ato religioso que mandou celebrar por sua sorte.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1972. Vol. 251. p.196-197.</u>
15	21/08/1972	Homenagem em memória ao falecimento de Luiz Monsquer, que pertencia a uma das mais tradicionais famílias de Rio Grande,	ANAIS, Agosto de 1972. Vol. 251. p.206.
16	22/08/1972	Carlos Santos faz discurso por ocasião da Sessão Especial Alusiva à Semana do Excepcional.	ANAIS, Agosto de 1972. Vol. 251. p.211-212.
17	19/09/1972	Ordem do Dia: Requer Grande Expediente para apresentação do relatório da Comissão Especial do menor excepcional.	ANAIS, Setembro de 1972. Vol. 252. p.143.
18	22/09/1972	Novamente, Faz requerimento de Grande Expediente para apresentação do relatório da Comissão Especial do menor excepcional.	ANAIS, Setembro de 1972. Vol. 252. p.177.
19	10/10/1972	Homenagem ao Aniversário de Fundação do Colégio Elementar “Juvenal Muller” de Rio Grande. Elevado a Instituto de Educação.	ANAIS, Outubro de 1972. Vol. 253. p.130.
20	10/10/1972	Ordem do Dia: Congratulações pelo transcurso do Instituto de Educação Juvenal Muller de Rio Grande.	ANAIS, Outubro de 1972. Vol. 253. p.142.
21	12/10/1972	Discurso em Homenagem ao Dia da Criança.	ANAIS, Outubro de 1972. Vol. 253. p.145-146.
22	20/11/1972	<u>Discurso de abertura da 125ª Sessão.</u> <u>Fala sobre o episódio épico do Reino dos Palmares, o maior e mais importante de todos os Quilombos.</u>	<u>ANAIS, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254. p.02-10.</u>
23	04/12/1972	<u>Subscreve voto de pesar em memória a Edison Carneiro, folclorista e pesquisador das origens do negro vindo para o Brasil.</u>	<u>ANAIS, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254. p.80.</u>
24	22/12/1972	<u>Fala da carta de uma jovem professora, do interior do Estado, que pele de cor, vem enfrentando as barreiras das intolerâncias.</u>	<u>ANAIS, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.72-73.</u>
25	26/12/1972	<u>Faz alusão ao artigo escrito por Mendes Ribeiro sobre o discurso anterior referente ao preconceito sofrido pela professora negra.</u>	<u>ANAIS, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.89-90.</u>
26	28/12/1972	Verbaliza sobre as perspectivas sombrias em torno da cebolicultura rio-grandense, com perda de 55% da safra.	ANAIS, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.89-90.

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. (GRIFOS NOSSOS).

Antes de aprofundar-se nas interpretações dos discursos emitidos sobre a identidade negra - já de antemão destacando a ausência dos temas da pesca - notou-se que suas intervenções sobre o menor deficiente aumentaram nessa legislatura, em nítido contraste com a questão da pesca. Seria uma mudança na prática política do tribuno?

Acompanhe esta alteração no gráfico abaixo:

Gráfico VIII – Comparações entre as intervenções sobre a pesca, identidade negra e menor deficiente (1959-1972)



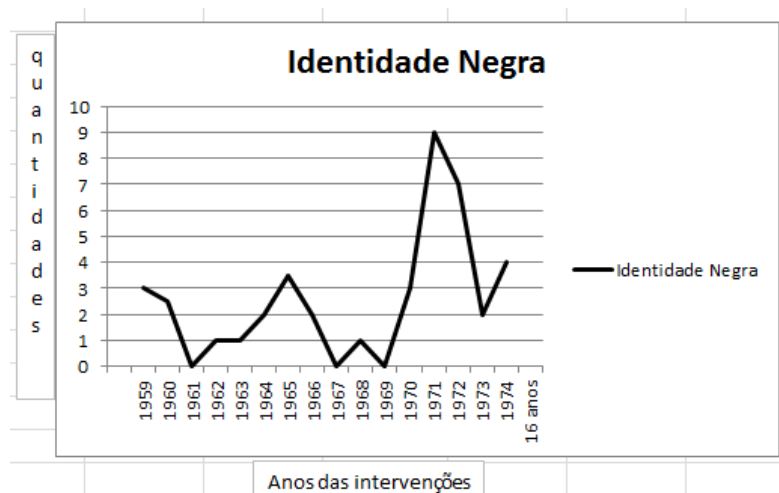
Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Carlos Santos, nesse período, passou a participar da Comissão Especial do Menor, órgão vinculado às comissões representativas instaurada na Assembleia. Devido a isso, esse fator modificou sua agenda política.⁶³⁵

Entretanto, mesmo com essa nova atribuição política, o tema da identidade étnica estava se consolidando, com muita força, nas práticas políticas do tribuno. Na realidade, elas ocorriam com certa frequência desde o ano de sua primeira legislatura (1959-1962). Somente em 1961, 1967 e 1969 o tribuno não citou em nenhum momento temas referentes à identidade negra. Porém, nesses dois últimos anos (1971-1972) elas atingiram o seu auge. Acompanhe no gráfico:

Gráfico IX – Intervenções sobre a identidade negra realizada por Carlos Santos (1959-1972)

⁶³⁵ Para um acompanhamento das práticas políticas do tribuno em torno da criança e do menor excepcional ver: ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1972. Vol. 250. p.245-246, ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1972. Vol. 251. p.211-212. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1972. Vol. 252. p.143, ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1972. Vol. 252. p.177 e ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro de 1972. Vol. 253. p.145-146.



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Já o tema da atividade da pesca, em 1972, teria seu terceiro refluxo observado nesta pesquisa. O primeiro em 1963, por ele ter ficado um semestre na suplência a vaga de deputado, o segundo entre os anos de 1967, 1968 e 1969, por ocasião da assunção do tribuno a presidência da Assembleia e ao Decreto-Lei nº 221-61 em que os militares transformam a indústria da pesca como “de base”, época em que Adolfo Puggina, da ARENA, tornou-se o principal representante da pesca no parlamento, sendo o terceiro refluxo identificado, agora, nesse período de 1972. Nessas duas últimas situações, os discursos sobre a pesca de Carlos Santos, simplesmente, estagnaram.

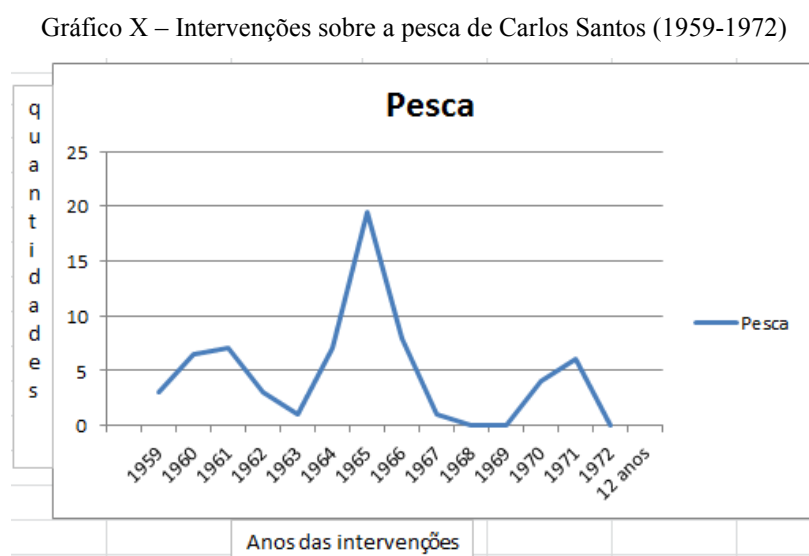
Nesse último caso, provavelmente em virtude de duas situações: a primeira em decorrência das tão prometidas obras do Superporto, em que o político poderia estar aguardando os desfechos das obras e, a segunda, em virtude de sua participação na nova Comissão da Casa, a do Menor Excepcional. Não descartando outra possibilidade: a de sua descrença nas lutas pelo desenvolvimento da atividade da pesca vinculada às demandas dos pescadores artesanais.

Nesse mesmo ano, a FERTISUL, empresas de insumos agrícolas, administrada pelo Grupo Ipiranga S/A, tornou-se a empresa mais rentável do Brasil, “considerada o maior Grupo Privado, com 32 empresas”.

Quanto ao contexto político em Rio Grande, por ocasião da escolha do Prefeito pelos militares, Francisco Bastos, importante empresário da região de Rio Grande, disse em entrevista: “Rio Grande e área de segurança nacional (...) mas acho que os órgão de representação da comunidade deveriam ser ouvidos na escolha de seu candidato”. Para Willy Cezar, biógrafo de “Chico Bastos”, essa fala demonstrava o perfil democrata do empresário (CEZAR, 2011, p.172).

Nesse contexto, Francisco Bastos se tornou nacionalmente conhecido como um dos maiores empresários do país, sendo capa das principais revistas de negócios e produtos químicos, como BANAS, em 1972, EXAME, em 1974 e na Revista Química e Derivados, em 1975 (CEZAR, 2011, p.177).

Porém, enquanto setores industriais se destacavam as lutas a favor dos pescadores mais simples arrefeciam. Conforme as observações definidas no próximo gráfico, obtém-se uma melhor compreensão dos momentos de diminuição das intervenções do tribuno a favor “das gentes do mar”, notados em 1968, 1969 e 1972, respectivamente.



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Até o momento, encontrou-se em seus discursos, além da Campanha da Pesca instaurada em 1965, época de seu auge nas ações políticas, somente reclamações em torno das péssimas condições de vida dos pescadores artesanais e por outro lado constantes saudações ao governo pelos projetos das obras que seriam desenvolvidas em torno da indústria da pesca, vislumbrada por ele como elementos de um futuro promissor. Porém, a construção do porto, a melhora na vida dos pescadores, bem como o funcionamento de um serviço competente de salvamento etc. continuava existindo somente no papel. Já que, de prático, notam-se poucos avanços diante das interpretações de suas intervenções.

Outras características de Carlos Santos, reconhecidas nesse ano, foi a sua qualidade de intelectual, pois foi como representante do MDB, em virtude de sua oratória e conhecimento, que o tribuno fez discurso na Sessão Especial do dia 8 de

junho sobre o quarto centenário, 400 anos, da publicação do livro “Os Lusíadas” de Luiz Vaz de Camões.⁶³⁶

Voltando às intervenções alusivas às representações em torno das demandas da identidade negra (ou que teriam a ver com elementos da identidade negra), o deputado fez sete intervenções ao longo desse ano: dias 18 de maio, 14 de agosto, 21 de agosto e 20 de novembro e nos dias 4, 22 e 26 de dezembro de 1972. Vamos aos casos.

No dia 18 de maio, portanto, três dias depois das comemorações dos 84 anos da abolição da escravidão, o tribuno ocupou o púlpito para versar sobre um caso de discriminação racial ocorrido no interior do Estado. Não foi a primeira vez que o parlamentar fez denúncias desse gênero.⁶³⁷

Conforme o deputado foi “lamentável caso de racismo ocorrido na cidade de Santa Vitória do Palmar. Em que Décio Draitto Correa e Claito Rodrigues, ambos negros, foram vítimas na sede social do tradicional Esporte Clube Rio Grande, por ocasião da “Festa do Chopp”.⁶³⁸

O parlamentar mencionou suas impressões sobre o caso, considerado por ele como algo esporádico, já que elogiou a cidade de Santa Vitória do Palmar, “rincão histórico do Extremo Sul Brasileiro”, mesmo com o ocorrido, denominando-a, em virtude de sua posição geográfica como “uma sentinela da bravura cívica, pátrio pundonor e de vocação democrática da gente brasileira, por isso mesma avesso aos ‘pruridos racistoides’”.

E sobre a Lei Afonso Arinos, o deputado destacou da tribuna:

Ainda ressoam no ar as manifestações memorativas da passagem da data do dia 13 de maio, marco histórico da integração do negro na comunhão nacional. Quase um século, porém, já transcorrido da empolgante e cívica jornada, e ainda persistem as atávicas que inspiraram a “Lei Afonso Arinos”, mas que o diploma legal que situa o preconceito de cor entre as contraversões penais nem tomam conhecimento.⁶³⁹ (GRIFO NOSSO).

O parlamentar, nessa intervenção, pareceu considerar útil a existência da Lei Afonso Arinos contra casos como esse, precisando também de conscientização social.

⁶³⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1972. Vol. 250. p.32-33.

⁶³⁷ Outros discursos contendo casos de discriminação racial sofrida por negros em clubes localizados no interior do estado ocorreram em 1965. Nas ocasiões, ele versou sobre caso de racismo sofrido no Oásis Praia Club de Pelotas, em 04 de fevereiro de 1965. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.273-274. E outro em que ele denunciou o caso de racismo ocorrido no Clube Alvi-Negro de Taquari, em 22 de setembro de 1965. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1965, Vol. 188.p.230-232.

⁶³⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1972. Vol. 249. p.284-285.

⁶³⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1972. Vol. 249. p.284.

Pois, como ele mesmo citou anteriormente, “ainda persistem as atávicas que inspiraram a Lei Afonso Arinos”.⁶⁴⁰

Porém, em discurso realizado por ocasião da abolição, em 1963, portanto há nove anos antes dessa intervenção, Carlos Santos ainda acreditava na manutenção da “maior democracia racial do mundo”, pois como ele disse na época: “a Lei Afonso Arinos era um platonismo”,⁶⁴¹ uma vez que sem a resolução dos problemas econômicos, “o problema cultural e social do negro” iriam intensificar. Portanto, naqueles anos o problema do racismo era econômico, cultural e social, podendo ser superados se esses itens melhorassem.

Todavia, mesmo com o laureado “milagre econômico brasileiro” do período, os casos de discriminação continuavam se acentuando. Devido a isso, Carlos Santos passou a perceber que a discriminação não era um mal praticado somente nos Estados Unidos ou na África do Sul, ou tão somente um problema motivado pela economia, mas sim, uma prática pontual que, constantemente, vinha ocorrendo em solo sul-rio-grandense e brasileiro.

Nessa intervenção, ele acusou novamente o conservadorismo de algumas pessoas, dando exemplos das ações de uma de suas principais referências, a princesa Isabel. Segundo o tribuno:

Como explicar então a estagnação, mais do que isto, o retrocesso doloroso e absurdo de um confronto que nos aponta, em pleno regime escravista, a Imperatriz levando pelas mãos um negro iluminado que foi Rebouças para valsar com ele no solene baile do Paço Imperial, e cem anos depois da Abolição, a vedação da presença de um cidadão negro num simples baile de chopp (...).⁶⁴² (GRIFO NOSSO).

⁶⁴⁰ A Lei Afonso Arinos surgiu no contexto dos congressos organizados pelo Teatro Experimental do Negro, do Rio de Janeiro. Foi a partir de ações geradas por preconceitos raciais sofridos por estrangeiras no Brasil, que os políticos passaram a perceber e a valorizar a importante proposta efetuada pelos intelectuais do grupo, como uma forma de combater o preconceito racial na sociedade brasileira, pois conforme Abdias do Nascimento: “A discriminação diária contra o negro, banido de teatros, boates, barbearias, clubes, empregos, o processo político, não era o suficiente, inclusive porque, sendo tão formal e comum merecia pouco comentário na imprensa (...) a antropóloga negra Irene Diggs foi barrada no Hotel Serrador, no Rio; esse exemplo já mereceu alguma atenção (...) e em 1950 a coreógrafa negra norte-americana Katherine Dunham e a cantora Marian Anderson foram discriminadas no Hotel Esplanada, em São Paulo, a “liderança nacional” começou a perceber a existência de ‘exemplos concretos’”. (NASCIMENTO, 2000, p.212).

⁶⁴¹ O Projeto Nº 562 - 1950, mais conhecido como Lei Afonso Arinos, era composto por oito artigos. Em linhas gerais a Lei instituiu como contravenção penal o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros. Crime passivo de multa de Cinco Mil Cruzeiros ou prisão de quinze dias a três meses. Ou até o fechamento de estabelecimentos que desrespeitassem negros. Lei na íntegra no O Jornal Quilombo, Junho e Julho de 1950, Ano II, nº10, p.09.

⁶⁴² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1972. Vol. 249. p.284-285.

Interessante que, para o deputado, a discriminação era algo prejudicial ao gesto da abolição, visto como uma data magna na integração do negro à nação. Enquanto Carlos Santos representava na Casa as denúncias de discriminação racial, em São Paulo no dia 13 de maio, estava ocorrendo uma atividade em homenagem a Sra. Maria Magdalena Penteado. Considerada uma figura relevante para a comunidade afro-brasileira.

Segundo Ivair dos Santos (2001), a atividade realizada a Maria Penteado:

Conseguiu atrair em 1972, pela primeira vez, um Presidente da República as comemorações de 13 de maio: o Presidente Emílio Garrastazu. Médici foi convidado pelo Clube 220 de São Paulo, a uma homenagem à Mãe Preta, no Largo do Paissandu, com a presença de mais de 10.000 pessoas. Acompanhado da Primeira Dama, depositou flores no monumento da Mãe Preta (SANTOS, Ivair, 2007).

O fundador do Clube 220, Frederico Penteado Júnior, se referiu ao fato da seguinte forma: “Maior vitória ter conseguido fazer com que o Presidente de um País de maioria branca prestigiasse em praça pública, pela primeira vez na História do Brasil, uma cerimônia organizada por negros.” (JORNAL DO BRASIL, 12/5/1972, p.15 *Apud* SANTOS, 2001, p.53). Na ocasião, foi inaugurado um monumento a “Mãe Preta”.

A “Organização Negra 220” era destacada na sociedade paulistana. Reunia trabalhadores negros funcionários públicos, mecânicos, torneiros, ajustadores e pequenos comerciantes. Promovia jogos de basquete e de futebol entre seus associados. Constituindo-se em uma sociedade recreativa e de fortalecimento identitário. Realizava concursos de beleza entre as jovens negras, como a “Bonequinha de Café”. Inclusive uma vencedora do concurso foi premiada na inauguração do monumento, em São Paulo (FÉLIX, 2005, p.45).

Passados, alguns meses desse acontecimento, no dia 14 de agosto, o deputado faz mais uma intervenção na Casa sobre a identidade negra. Era uma alusão em memória da senhora Maria Magdalena Penteado, figura que conseguiu atrair ao seu túmulo o presidente Garrastazu Médici, no dia 13 de maio.⁶⁴³

⁶⁴³ Não foram localizados maiores dados sobre o Clube 220 de São Paulo, provavelmente um Clube Negro, e de quem foi Maria Magdalena Penteado, mas ao relacioná-la a mãe preta do Brasil, identificou-se uma homenagem às negras amas de leite, que amamentavam, principalmente, os filhos dos escravocratas na época da escravidão. Além de um resgate da representação do negro e da negra dócil. O mito literário da mãe-preta, segundo Sonia Roncador, “foi símbolo da fidelidade incondicional e servilismo absoluto à classe senhorial, a mãe-preta conviveu, portanto, na literatura oitocentista. Para a autora “estudos sobre os negros na literatura brasileira revelam que o mito do escravo fiel, e da mãe-preta em particular”, com a Lei do Ventre Livre (1871) e a Abolição (1888), muda sua representação. Pois, a

Carlos Santos, falou sobre a morte da “Mãe Preta”, somente em agosto, lembrando dessa atividade ocorrida em maio e relatando sobre ela, na cidade de São Paulo. Informando que sob “o patrocínio do presidente Emilio Garrastazu Médici, registrou no corrente ano, sob transcurso da data do dia 13 de maio” uma alusão a Maria Penteados que “foi ela consagradoramente escolhida e proclamada a Mãe Preta do Brasil”. Figura a qual ele teve contato, já que a considerava “uma criatura de elevados atributos de espírito e de coração”.⁶⁴⁴

Na ocasião, o tribuno destacou, no parlamento sul-rio-grandense, também a participação da Prefeitura de São Paulo e do Club 220 de São Paulo, na homenagem a “Dama”, que faleceu. Considerando a homenagem ocorrida em São Paulo, como uma atividade “cívico-sócio-cultural”.⁶⁴⁵

A presença de Médici na homenagem a “Mãe Preta” e a definição de Carlos Santos daquela atividade como “cívica”, confirma o existência de um contexto propício à intervenção do parlamentar sobre as questões negras, identificadas como ações relacionadas ao civismo da pátria, que por isso obtém mais espaços em seus discursos. Pois, são ações que estão em consonância com as propostas da AERP e aos seus destaques aos simbolismos nacionais, como pode ser interpretada nessa situação.

Dias depois dessa homenagem à memória da “Mãe Preta”, Carlos Santos viajou para o Mato Grosso, a cidade de Amambaí, reconhecida como uma cidade eminentemente de imigração de sul-rio-grandenses, voltados para as atividades agropecuárias. Em poucos dias na região, ele retornou para Porto Alegre a bordo de um avião, com urgência - em virtude de um problema de saúde.

No parlamento, o político relatou os acontecimentos, agradecendo a todos os envolvidos, desde o presidente da Assembleia, Solano Borges que liberou o avião até aos pilotos. Todavia, o principal agradecimento enunciado por ele foi a associação negra

mãe preta passa a carregar a “negação tanto de sua raça quanto de seu gênero sexual, ela é o contraponto domesticado, dócil desses dois ‘temíveis’ estereótipos”. Ela era, geralmente, velha, corpulenta, supersticiosa, e fervorosamente católica, a mãe-preta não despertava qualquer perigo de degradação moral da família por meio da cópula com o senhor ou ‘sinhôzinho’ brancos; além disso, sua índole fiel, mais devota às demandas da casa-grande que aos interesses da própria senzala, distanciava-a igualmente da figura do escravo revoltado, e vingativo”. Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre fizeram alusões a figura da mãe preta. RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. *Revista Estudos de Literatura Contemporânea*, nº 31 - Brasília, janeiro/junho de 2008. Disponível em http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3107.pdf. Acesso em 12 de maio de 2014.

⁶⁴⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1972. Vol. 251. p.147.

⁶⁴⁵ Ibidem.

“Clube Náutico Marcílio Dias pelo ato religioso que mandou celebrar por sua sorte”.⁶⁴⁶
Na ocasião, o tribuno informou que ficaria em licença saúde por um mês.⁶⁴⁷

Após o seu retorno, dedicou-se ativamente à Comissão Especial do Menor, investindo na atividade alusiva à “Semana do Menor do Excepcional”.⁶⁴⁸ Entretanto, no dia 20 de novembro, o tribuno iria realizar uma homenagem diferente, no que constava em seus referenciais cívicos: realizou um discurso em Memória de Zumbi dos Palmares, a partir de uma reportagem publicada em novembro no Jornal Zero-Hora.⁶⁴⁹

Nas palavras do tribuno:

Em bem montada reportagem, ilustradas com versos de Solano Trindade e prosa de Oliveira Silveira, duas expressões da poesia negra contemporânea. Zero-Hora, na edição dominical de ontem evoca o episódio épico do Reino dos Palmares. O maior e mais importante de todos os Quilombos onde a turba escrava deixou indelével, por entre as brumas da conformidade aparente o espírito da revolta contra a senzala e os anseios mais vivos de liberdade que, afinal, 13 de maio de 88 soberbamente concretizou (...). (GRIFO NOSSO).⁶⁵⁰

Em seu discurso, sem desmerecer a efeméride da abolição da escravidão, redimensionou a luta dos Quilombos dos Palmares ao dia 13 de maio, sendo a data de 1888 a real concretização da liberdade, reivindicada em Palmares.⁶⁵¹

Mais adiante, disse:

⁶⁴⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1972. Vol. 251. p.196-197. O Club Náutico Marcílio Dias, de Porto Alegre, já tinha sido citado no parlamento por Carlos Santos, foi na, na Ordem do Dia, não foi verbalizada, mas lida por meio de uma correspondência enviada ao Secretário da Sessão, realizada no dia 06 de julho referente ao aniversário da organização negra. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1966. Vol. 195. p.280. Club Náutico Marcílio Dias, de Porto Alegre, foi fundado no dia 04 de julho de 1949. PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e Afrodescendência. Organizações Negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2008. Doutorado em História.

⁶⁴⁷ É difícil saber o que ocorreu com o deputado nessa viagem. Mas Carlos Santos sofria de uma doença denominada Paget. Em virtude disso conviveu com muitas dores ósseas. A doença de Paget é uma doença do osso, sendo um distúrbio benigno, que altera a velocidade do metabolismo ósseo. A velocidade da reabsorção e construção óssea aumentada causando a destruição progressiva de ossos do organismo, e posterior reconstrução de um osso desorganizado.

⁶⁴⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Junho de 1972. Vol. 250. p.245-246, ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1972. Vol. 251. p.211-212. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1972. Vol. 252. p.143, ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1972. Vol. 252. p.177 e ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro de 1972. Vol. 253. p.145-146.

⁶⁴⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254. p.02.

⁶⁵⁰ Ibidem.

⁶⁵¹ O Quilombo dos Palmares foi a maior resistência escrava no Brasil colonial. Foi a de maior envergadura. A extinção de Palmares teve uma importância à da expulsão dos holandeses. Foram cerca de trinta expedições que marcharam contra Palmares, do início ao final do século XVII. Em carta de 14 de março de 1696 para o rei, o comandante da última expedição contra Palmares disse: “Zumbi lutou com bravura, matando um ferindo alguns e, não querendo render-se nem aos companheiros, foi preciso mata-los e só a um se apanhou vivo”. “Deu-se isso, no dia 20 de novembro de 1695”. FREITAS, Décio. *Palmares – A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1973, p.166-167.

Tem essa reportagem o fito de memorar, na data de hoje, o transcurso de morte estoica de Zumbi, o legendário Rei que, para o seu povo, na advertência do historiador, era mais do que um homem comum, ‘o deus da guerra o mais poderoso dos gênios irmão e dono do mar’ herói popular de tão e tal extraordinária grandeza humana que uma história do Brasil estaria incompleta, disse alguém, se nela incluída não fosse, a figura lendária de Zumbi. Ressaltam os autores da reportagem em tela, que, tendo sido a República dos Palmares a maior afirmação da dignidade humana, da capacidade do homem negro e sua valorização da liberdade, entendem que nesse Quilombo Gigantesco, e não em 13 de maio refulge o momento culminante da história negra no Brasil.⁶⁵² (GRIFO NOSSO).

No discurso de Carlos Santos, algumas passagens tornam-se simbólicas na elevação à memória de Zumbi. Passagens como “o legendário rei” (...), “o deus da guerra o mais poderoso dos gênios irmão e dono do mar”, “herói popular de tão e tal extraordinária grandeza humana que uma história do Brasil estaria incompleta”, emitidas por Carlos Santos, denotam a importância desse reconhecimento à figura de Zumbi. E ele confirmou: “que os responsáveis queriam o reconhecimento de Palmares e Zumbi como valorização da liberdade e não o 13 de maio”.

O Grupo Palmares, foi fundado em 1971 em Porto Alegre, tinha como objetivo principal a revisão da história do Brasil para desvelar a “tradição de resistência”, a fim de recuperar a autoestima étnica e, com isso, tirar a maioria dos negros do imobilismo político e da acomodação social aos espaços concedidos por uma sociedade, segundo o grupo, desigual (CAMPOS, 2006, p.09). Encerrou suas atividades no ano de 1978, conseguindo a façanha de projetar o dia 20 de novembro como data nacional.⁶⁵³

Conforme Deivison Campos (2006), o grupo utilizou-se de estratégias para se legitimar, encontrando na imprensa uma forte aliada para seus propósitos.

A utilização da imprensa visava, neste primeiro momento, comprovar a existência e fortalecer a presença de personagens históricos negros frente à sociedade, pois, segundo o discurso do grupo, a história oficial buscava omiti-los. A proposta de usar a imprensa como um campo de luta seria implementado com a saída da maioria dos fundadores e o ingresso de outros

⁶⁵² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254. p.02-10.

⁶⁵³ O Grupo em sua fase inicial, contou com a coordenação de Oliveira Silveira (1941-2009), Antônio Carlos Cortês, Helena Vitória dos Santos Machado e Vilmar Silva. A data do dia 20 de novembro passou a ser incorporada como data nacional, após o Movimento Negro Unificado de São Paulo e o Ilê Ayê da Bahia reconhecerem a data como referência. Atualmente, em virtude da Lei nº 10.639/03 que trata do ensino da História da África e dos negros nos currículos escolares, a data passou a ser considerada como o dia “Nacional da Consciência Negra”. Essa data é feriado em três capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Cuiabá. No total 757, dos 5.564 municípios brasileiros, segunda a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, comemoram o 20 de novembro como feriado.

integrantes, logo depois da realização do primeiro Dia do Negro, 20 de novembro (...).⁶⁵⁴

Deivison Campos (2006) destacou que o Grupo Palmares:

Ao afirmar-se e organizar-se como grupo étnico, adotam uma postura e um discurso subversivo que coloca em cheque conceitos estruturantes da sociedade brasileira como democracia racial, identidade e cultura nacional (...) enfrentaram a ditadura ao organizarem-se como movimento contestador por melhores condições sociais e econômicas, e por mais espaço político (CAMPOS, 2006, p.05).

Concorda-se com Campos (2006), pois, como se observou, a democracia racial era um mito complexo e ainda em evidência na época. Contudo, lembra-se que, ao criar a AERP, o governo militar possibilitou negociações em torno dos símbolos, mitos e referências aos heróis, posteriormente, considerados cívicos. Nesse sentido, ao exigir o reconhecimento histórico de Zumbi, o Grupo Palmares, provavelmente, teria condições de ter atendida sua demanda.

Quanto à contestação, salienta-se que muitos negros, incluindo a Carlos Santos, bem como as demais organizações como a Frente Negra, o Teatro Experimental do Negro e a União dos Homens de Cor, já denunciavam, a sua maneira, o mito da democracia racial (GOMES, 2008). Um mito complexo, já que fora os ideólogos da ideologia, muitos ao observarem as condições violentas dos relacionamentos raciais dos Estados Unidos e da África do Sul, mantinham interpretações ambíguas das relações raciais brasileiras. Denominada originalmente por Carlos Santos de situações esporádicas de “pruridos racistoides”.

Voltando ao seu pronunciamento, ressalta-se que Carlos Santos ao discursar em plenário sobre a reportagem da Zero-Hora, colaborou intensamente para os propósitos do Grupo, legitimando politicamente a pesquisa dos jovens negros porto-alegrenses. Para o tribuno:

A data, porém, não foi lembrada e exaltada apenas por este grupo de jovens patricios estudiosos e entusiastas das nossas tradições históricas, Edison Carneiro, o mestre e sociólogo de “Ladinos e Crioulos” na edição de ontem de “O Globo do Rio de Janeiro”, registrou também numa página de fulgência histórica, o transcurso dos 277 anos da morte do bravo Guerreiro, exaltando-o como Zumbi de Palmares, o primeiro dos grandes heróis da liberdade no Brasil (GRIFO NOSSO).⁶⁵⁵

⁶⁵⁴ Desse período, têm-se dois manifestos. Um redigido em 1972 e publicado em Zero-Hora (REVISTA ZH, 1972, 05), em um caderno especial sobre Zumbi e os Palmares, e o outro em 74, veiculado no Jornal do Brasil (GARCIA, 1974, s.p.).

⁶⁵⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254. p.03.

Ao referenciar as pesquisas de Edison Carneiro (1912-1972) e do Grupo Palmares, o próprio deputado ressaltou:

A figura espartana do santo leigo dos quilombos e mocambos do Brasil, e o faço também movido do desejo de intenso de prestar a homenagem emotiva de minha veneração à memória da nobre e brônzea linhagem de Alqultune (sic), nos vultos imperecíveis de Ganga Zumba e Gana Zona, ao lado de Zumbi, o cabeça do reino negro dos Palmares, imortal no conceito dos cuevos porque veio a terra para chefiar a luta dos negros libertos e dar esperanças aos que ainda viviam no supremo ultraje do humano cativo.⁶⁵⁶
(GRIFO NOSSO).

Ao encaminhar o encerramento de seu discurso, Carlos Santos verbalizou que “Cerca de 40 expedições, chefiadas por nomes mais destacados da época, precisaram ser enviadas contra as bases palmarinas a grande maioria sofrendo sérias derrotas” e que “Palmares chegou a abrigar 30 mil habitantes (...)”.

E finalizou enfatizando que o “Vinte de novembro, dia da morte de Zumbi, rei e chefe, o herói, é a data mais adequada para uma evocação: é o nacional mais esquecido na historiografia oficial”.⁶⁵⁷ Era o alinhamento do parlamentar as ideologias criadas pelos movimentos negros contemporâneos, que iniciam uma atitude de combate sistemático ao mito da democracia racial.

Entre as ações dos movimentos negros, constam:

As referências negras globais que se dá na política através dos movimentos pan-africanistas, que pregam a união das nações negras para o desenvolvimento mútuo. Ocorre também através de canções de movimentos como o reggae, que anunciam o ressurgimento de um grande império negro na África e pregam a volta ao continente de origem (CAMPOS, 2006, p.154).

Com as ações políticas e referenciais do Grupo Palmares de Porto Alegre (1971-1978), a data simbólica para as demandas afro-brasileiras bem como para os símbolos da identidade negra seriam identificados no dia 20 de novembro ao invés do tão laureado e homenageado, mas não menos importante, para Carlos Santos, dia 13 de maio de 1888, data da Abolição da Escravidão.⁶⁵⁸

⁶⁵⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254. p.03-04.

⁶⁵⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254. p.03.

⁶⁵⁸ Entende-se que a identidade negra vem sendo construída politicamente ao longo das décadas republicanas pela intensa produção simbólica referenciada nas demandas inclusivas proporcionadas pelas negociações desse grupo com a sociedade abrangente. As associações negras em conjunto com a imprensa negra assinalaram nesse sentido, já que propuseram ações que elevassem a condição cultural, política e social desse grupo. Da autoestima ao reconhecimento da instrução como forma de qualificar-se

Em outra intervenção, realizada no dia 4 de dezembro, o parlamentar invocou um voto de pesar a um dos pesquisadores da história de Zumbi e dos Quilombos dos Palmares: Edison Carneiro. Santos, subscreveu um voto de pesar em memória do “folclorista e pesquisador das origens do negro vindo para o Brasil no tempo do Império”.⁶⁵⁹ O antropólogo foi lembrado pelo tribuno como irmão do senador Nelson Carneiro, do Rio de Janeiro.⁶⁶⁰

Em suas últimas intervenções sobre a identidade negra na Assembleia, naquele ano, um tema chamou sua atenção: a discriminação sofrida por uma mulher negra no mercado de trabalho. Era dia 22 de dezembro, e o tribuno subiu ao púlpito para informar aos parlamentares sobre uma correspondência que ele recebeu.

Era comum para Carlos Santos receber correspondências de boas festas com mensagens de agradecimento e de renovações aos finais dos anos. Contudo, ele jamais citou especificadamente sobre os conteúdos, agindo de maneira diferenciada no caso identificado.

Segundo o parlamentar, ao abrir suas cartas de final de ano:

Estou recolhendo e endereçando milhares de mensagens repassadas dos anelos mais vivos de paz, compreensão e amor, numa predisposição sensitiva e viver as alegrias do natal e o renovar de esperança (...).⁶⁶¹

Porém, algo transformou o que era fraterno em denúncia. Essa situação o atingiu diretamente, pois ocorreu com alguém de seu relacionamento. Pois, conforme relatou:

Com essas mensagens, porém, uma eu recebi mal escondendo por entre as frestas dos agouros natalinos, o ceticismo de uma jovem professorinha patricia e do interior do estado, com idade de apenas 20 anos e de pele de cor de ébano, formada há quase dois anos e durante o mesmo tempo, precisamente, enfrentando as barreiras intransponíveis das intolerâncias humanas (...).⁶⁶²

na disputa por emprego, essas iniciativas positivaram a negritude, que durante a escravidão bem como no pós-abolição, continuava estigmatizada.

⁶⁵⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254. p.80.

⁶⁶⁰ Edison Carneiro. Carneiro nasceu em Salvador em 1912 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1972. Parafrazeando Waldir Freitas Oliveira (1980), que foi seu amigo; Edison Carneiro morreu quatro meses após os seus 60 anos. Diplomou-se em direito e viveu na Bahia até o ano de 1940, quando se transferiu para o Rio de Janeiro. Com dezessete anos era presença no movimento dos moços do seu tempo. Em 1930, ao lado de Jorge Amado e outros organiza a “Academia dos Rebeldes”, grupo de opinião e de luta, de enorme importância na história das letras baianas. Foi jornalista assíduo desde os anos 20. Aos 24 anos, Edison Carneiro participou de modo ativo na organização do II Congresso Afro-Brasileiro, de Salvador. (OLIVEIRA; LIMA, 1980, p.08-09). OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

⁶⁶¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.72-73.

⁶⁶² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.72.

O tribuno, em tom de desabafo, continuou:

Não foi ela inerte diante da vida nem lhe faltou entusiasmo na defesa dos ideais que ordenou. Quando no início do curso, eu a incentivei acenando-lhes com as excelências do saber e a excelência (sic) do caráter como armas indispensáveis nos entreveros pela busca de um lugar ao sol, motivada assim ela conseguiu o seu diploma e sentiu-se na posse de ‘ferramental’ próprio (...).⁶⁶³

O parlamentar, conforme sua explanação motivou a professora “patricia” a estudar e a ter honra.⁶⁶⁴ Todavia, esses fatores - embora fundamentais para a luta de nossos sonhos - não foram as fórmulas para o sucesso da professora negra conhecida de Carlos Santos, devido a alguns motivos, como ele mesmo contou, no discurso que seguiu:

Mas agora no remoinho dos desencantos e frustrações sem conta ela reclama se logro tivesse sido o incentivo que, de alma aberta, lhe ofereci. Um ano e meio depois da formatura, nada obtendo junto à Delegacia de Ensino, descambou para o setor privado, onde enfrentando as preterições mais odiosas, lastima em carta seu desespero após doze anos de afanoso estudo (...). É certo que muito mais do que a formal retribuição dos votos de Boas Festas, essa jovem e desolada patricia – como tantas e tantas outras disseminadas por todo os quadrantes da Pátria – há de preferir a compensação auspiciosa e cabal das conquistas universais dos Direitos do Homem em termos do ‘ideal comum a ser atingidos por todos os povos e todas as nações’ (...).⁶⁶⁵

E, mais adiante, em seu pronunciamento, o parlamentar confirma em sua própria oratória, um dos fatores que defende-se nesta tese, a sua representação como mediador das demandas das populações negras sul-rio-grandense. Pois, como ele mesmo enfatizou:

(...) A mensagem da jovem e desencantada normalista tem a publicidade desta tribuna do povo, por que daqui posso e quero – respondendo-a – dirigir, como realmente o faço veemente, patriótico e confiante apelo (...) evitar que se forme em nosso país o racismo tanto dos brancos contra os negros quanto dos negros contra os brancos (...).⁶⁶⁶ (GRIFO NOSSO).

O interessante é que, a solução pensada por Carlos Santos, volta e meia, entrava no reforço da “democracia racial” como uma espécie de “contra-ideologia” à ideologia

⁶⁶³ Ibidem.

⁶⁶⁴ Termo em que ele referia-se aos membros, como ele da comunidade negra, ou a rio-grandinos quando os assuntos não envolviam a questão racial, o que não era esse o caso, já que está nitidamente relacionado com a representação política da identidade negra.

⁶⁶⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.72.

⁶⁶⁶ Ibidem.

do racismo, devido a um único fato, conforme o tribuno: “porque o nosso multirracismo é sem sombra de dúvida, o maior exemplo que, como, Nação, temos a apresentar ao mundo”.⁶⁶⁷ Era um apelo nitidamente cívico.

E essa opção fica nítida quando o parlamentar acusa de inoperante a principal lei contra o crime de racismo existente em nosso país. Como seguiu sua linha discursiva: “na sua específica função de reprimir os “pruridos racistoides” e punir arroubos discriminatórios, a Lei Afonso Arinos não tem, infelizmente, revelado a consistência ideal”.⁶⁶⁸ Lembra-se que, antes, o parlamentar não via a necessidade dessa lei e, agora, reclama de sua inconsistência.

Nesse instante, o deputado João Carlos Gastal,⁶⁶⁹ do MDB, apoiou Carlos Santos, e disse que o seu pronunciamento tinha a solidariedade de toda a bancada do MDB. Além de reforçar a ineficiência da Lei. Como destacou Gastal: “A Lei Afonso Arinos, sábia, que foi uma necessidade porque ocorriam esses fatos, apesar de sua vigência, não esteja impedindo que continuem a ocorrer”.⁶⁷⁰

Mas, o surpreendente nessa sessão foi a intervenção de deputado Pedro Américo Leal, deputado da ARENA e militar, assim como no caso do racismo difundido por William Shockley, premio Nobel de Física em 1971, novamente interveio nas discussões raciais que ocorriam na Casa, justamente em meio aos discursos de Carlos Santos. Seriam essas intervenções coincidência?

Porém, dessa vez, sua interferência foi mais incisiva do que a anterior.

Segundo suas palavras:

Ilustre deputado Carlos Santos acompanho o que Vossa Excelência esta dizendo. De fato, são incidentes como estes que entristecem toda a coletividade. Agora, gostaria de ressaltar que a nossa Pátria não abriga, em visão de coletividade, qualquer sentimento racista.⁶⁷¹ (GRIFO NOSSO).

Em sua fala, Américo Leal novamente reforça o exemplo do exterior para legitimar as nossas relações raciais. Mas, afirma a existência de problemas em nosso país, com ressalvas, já que como disse:

⁶⁶⁷ Ibidem.

⁶⁶⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.72.

⁶⁶⁹ João Carlos Gastal foi eleito pelo MDB para a legislatura (1971-1974) com 16.632 votos. *S.a.* AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre: Editora Síntese, 1977, p.348.

⁶⁷⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.72.

⁶⁷¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.73.

Entendo que são grupos apenas, grupos resistentes, mal formados espiritualmente deformados até, talvez em evolução, que continuam arraigados, resistente a essa Lei (Afonso Arinos) e ao pensamento nacional. (...) Todavia, posso afirmar que toda a bancada (da ARENA) está ao seu lado (...).⁶⁷² (GRIFO NOSSO).

Salienta-se que os racistas eram grupos resistentes ao “pensamento nacional”. Pedro Américo Leal concluiu da seguinte maneira a sua intervenção:

Não seria justo que interpretássemos o fato como uma fisionomia de Brasil, porque isso não se dá. Creio que se V. Exa. se reportar a caserna – e V. Exa. sabe muito bem que sou um homem formado em alojamento – nunca fizemos uma distinção a um colega de cor e já tivemos generais de cor. Encontrei, na caserna isso sim, incentivo para que esses homens estudassem, de modo que acho que essa é uma manifestação particular e que não representa o pensamento do Brasil (...). Acredito que, é justa essa sua reivindicação e nós da ARENA, somos solidários. Apenas gostaria de dizer que esse não é o pensamento da coletividade nacional. São grupos, apenas.⁶⁷³ (GRIFO NOSSO).

Pedro Américo Leal não estava falando somente como um homem com saber comum, mas como parlamentar representante da ARENA e como militar, “partido único” de fato no poder (SADER, 1978, p.150-153). Portanto, a partir dessas relações confirma-se o pensamento dos militares sobre a questão racial: manter a todo custo a ideologia da “democracia racial” como norteadora de nossa nacionalidade. Linha, na realidade, aceita por Carlos Santos - mas não sem ressalvas nesse momento de sua vida.

Após a fala de Pedro Américo Leal, novamente, o tribuno retoma a palavra. Algo, inédito até então, pois, nos outros casos ele relatou as discriminações ocorridas. Nesse instante, ele se colocou provavelmente devido à professora Patrícia ter sido motivada por ele, como defensor da causa. Conforme suas palavras, em resposta a Pedro Américo Leal:

V. Exa. Não afirmei que essa fosse a realidade brasileira. Mas por isso mesmo que não refletindo o pensamento e as tradições do povo e que se impõe uma medida enérgica por parte do Governo, pois, no Rio de Janeiro, diz a imprensa 40% do comércio nega colocação a empregados pela simples coloração epidérmica. Por isso é que não sendo generalizada, impõem-se uma medida enérgica do Governo contra esses pruridos racistas dos inimigos da Pátria (...).⁶⁷⁴ (GRIFO NOSSO).

⁶⁷² Ibidem.

⁶⁷³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.73

⁶⁷⁴ Ibidem.

Nesse instante, Carlos Santos parte para o ataque, já que não criticou a Lei Afonso Arinos, mas medidas enérgicas contra os inimigos da pátria: os racistoides. Ou seja, para o deputado a defender a “democracia racial” era manter a “pátria”, a “nação”, mas sem ser conivente com a discriminação racial. Ele percebeu que o racismo brasileiro realmente existia, todavia, diferente das situações dos Estados Unidos e da África do Sul, porém não menos prejudicial.⁶⁷⁵

Após sua fala, novamente João Carlos Gastal solicitou a palavra, e disse:

Nobre deputado (Carlos Santos). Sei de um fato recente de um clube a qual foi solicitada a cessão de seu salão de festas para uma formatura ou baile também – e a diretoria do clube indagou se havia alguém de cor na turma e como a resposta foi afirmativa, negou o salão.⁶⁷⁶

E Carlos Santos asseverou: “São fatos como esse que não retratam o pensamento brasileiro, mas devem ser corrigidos, de maneira enérgica para que sejam afastados do quadro da realidade nacional”. E concluiu:

Como a normalista da mensagem de Boas Festas, é um símbolo de dessa multidão de patricios nossos condenados ao marginalismo social e econômico pela estupidez impune das restrições atávicas, trago a público, para, desta tribuna do povo recolhe-las, aceita-las e retribuí-las, os votos de paz de espírito e humana compreensão, que em forma de venturoso porvir, ela me formulou. E faço calorosamente almejando e aguardando uma intensa conjugação de esforços dos que tem sobre os ombros as responsabilidades dos nossos destinos como nação (...).⁶⁷⁷ (GRIFO NOSSO).

A partir de uma situação que o afetou pessoalmente, o tribuno transformou seu discurso. Agora, iniciando uma luta aberta e pública, direto da tribuna e do parlamento ele cobrou uma atitude enérgica do poder militar para a “preservação da unidade da Pátria comum”, porém de fato, sem racismos.

Em seu penúltimo discurso no parlamento, pois o último foi realizado no dia 28 de dezembro - no qual versou sobre os problemas da cebolicultura de São José do Norte, município vizinho de Rio Grande e maior produtor mundial do gênero⁶⁷⁸ - novamente Carlos Santos explanou sobre a situação da professora negra que, como se observou, serviu de impulso para uma reação sem precedentes nos discursos do tribuno.

⁶⁷⁵ Conforme Oracy Nogueira: “a discriminação da cor da pele no Brasil era um preconceito de marca” (NOGUEIRA, 1999).

⁶⁷⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.73.

⁶⁷⁷ Ibidem.

⁶⁷⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.89-90.

No dia 26 de dezembro, um dia após o Natal, Santos ocupou o púlpito para elogiar o jornalista Mendes Ribeiro (1929-1999).⁶⁷⁹ Segundo ele, “um arguto comentarista político a quem à Zero-Hora ofereceu carta branca em suas colunas para uma efocação (sic) diária, equilibrada, fulgente e precisa dos homens, das coisas e dos fatos da vida pública rio-grandense (...)”.⁶⁸⁰

Essa deferência ao jornalista não foi por acaso. Na realidade, tratou-se de uma alusão ao artigo publicado por Mendes Ribeiro, no dia anterior, sobre o protesto que Carlos Santos realizou, no dia 22 de dezembro, contra os “pruridos racistoides” - enunciado a respeito da falta de oportunidades de trabalho que vinha sistematicamente acontecendo na vida profissional da professora negra, cujo nome não se identifica.

Ressalta-se que a situação foi vista tanto por ele quanto pela própria professora, como um caso típico de discriminação racial, já que foi essa a justificativa de sua reclamação junto a Carlos Santos, bem como de seu protesto no parlamento, como se acompanhou.

Mendes Ribeiro, na ocasião, escreveu sobre essa intervenção pontual de Carlos Santos, retratando que o deputado agiu de maneira exemplar visto que casos como o ocorrido não eram nenhuma exceção. No artigo intitulado: “O protesto real e ponderado do parlamentar negro”, estava escrito:

Carlos Santos, bacharel e deputado, contou uma história que não é nova. Fez um protesto que também não é novo. A cultura e o tempo lhe trouxeram exata dimensão dos fatos e dos homens. ‘Protestar é a minha obrigação. Acirrar ânimos, não devo e não posso’ (...).⁶⁸¹

Chama-se a atenção para o papel da opinião pública, imprensa, nesse caso. Há cinco anos, antes desse texto de Mendes Ribeiro, quando Carlos Santos atingiu o posto mais relevante da política sul-rio-grandense, a presidência do Legislativo e por consequência, duas vezes o cargo de governador interino, a imprensa de uma maneira geral destacava essas situações como um exemplo da harmonia racial do Rio Grande do Sul. Caso a ser difundido - como exemplo a seguir - para todo o Brasil, sendo a comprovação real da aceitação das diferenças raciais no Sul do Brasil.⁶⁸²

⁶⁷⁹ Mendes Ribeiro foi político e jornalista da Zero-Hora.

⁶⁸⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.89.

⁶⁸¹ *Apud* ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.89.

⁶⁸² A harmonia racial foi exaltada por cronistas e participantes das colunas de jornais porto-alegrenses. FONSECA, F. CORREIO DO POVO, 18/02/ 1967, *s.p.*, SILVA, Abdias. JORNAL DO BRASIL,

Entretanto, a crônica de Mendes Ribeiro aponta para outros tempos. A desconstrução do “mito da democracia racial”. Seguindo a crônica, do jornalista, ainda sobre a denúncia de Santos:

O protesto foi feito com os pés plantados na realidade do dia a dia. E convenhamos, se protestos houvessem sempre que os casos de discriminação racial fossem observados, Carlos Santos e outros não fariam outra coisa, salvo protestar. A Lei Afonso Arinos existe mas, sabem todos, há um número lamentavelmente grande de pessoas que ainda insistem em valorar os outros pela cor da pele e, se a pele é negra, valor nenhum conferem a seus semelhantes.⁶⁸³ (GRIFO NOSSO).

A publicação do artigo de Mendes Ribeiro fazia ressoar na opinião pública as denúncias de Carlos Santos, efetuadas no parlamento sul-rio-grandense. Os escritos do jornalista evidenciaram e chamaram a atenção para o desmascaramento do problema, que, mesmo existindo antes, como já visto, eram silenciados pela grande imprensa. Situação tencionada após a publicação do material por Mendes Ribeiro, que enfatizou na mesma coluna sobre o protesto:

(...) Desta feita, foi a história de uma jovem que estudou, buscou cultura com sacrifício e com o ideal de ser alguém. Nos concursos, embora vencedora, foi preterida. Nos empregos procurados, embora apta, acabou vendo outras em seu lugar. Mais capazes? Mais educadas? Também não. Brancas e não pretas como ela, isto sim. Então procurou Carlos Santos, um preto que se orgulha de ser preto e que conseguiu respeito e admiração. Pelo anel de bacharel? Quem sabe. Por ser deputado? Talvez. Mas certamente, por ter sabido se orgulhar da cor de sua própria pele (...) (GRIFO NOSSO).⁶⁸⁴

Mendes Ribeiro observou que Carlos Santos era mais do que um exemplo de harmonia racial no parlamento, representando a resistência do indivíduo negro em uma sociedade preconceituosa. Indo mais além ao criticar as estruturas brasileiras, enfatiza em sua coluna que: o “nosso negro ainda não possui cultura e número suficiente para fazer do Brasil uma outra América do Norte. Se possuísse número e cultura, estaríamos lamentando uma divisão irreversível”.⁶⁸⁵ E seguindo seu artigo referente à ação do deputado, afirmou entender...

(...) a posição de Carlos Santos. Entende e louva. Reforça – porque não é ele e sim o constatar dos fatos – que a Lei Afonso Arinos toca (e por vezes nem isso) a discriminação frontal, aquela que poder ser punida. E assim mesmo

17/02/1967, sp., CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 02/02/1967, s.p., FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 09/02/1967, s.p.

⁶⁸³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.89.

⁶⁸⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p.90.

⁶⁸⁵ Ibidem.

quando o atingido (o que é raro acontecer) protesta. Jamais, porém, qualquer diploma legal poderá impedir preconceitos que se manifestem de forma subjetiva, embora subjetivos seus efeitos não o sejam (...).⁶⁸⁶

Antes, Carlos Santos tinha ressalva a Lei Afonso Arinos, por considerar o problema racial brasileiro fruto dos problemas econômicos e sociais brasileiros. Contudo, nos anos 1970, com a economia crescendo sob o respaldo dos militares e de seu decantado “milagre econômico brasileiro” (FICO, 1997), os problemas raciais, ao invés de diminuírem, aumentavam.

Devido a isso, o parlamentar passou a questionar ainda mais a Lei Afonso Arinos; pensada por parlamentares e por jornalistas como Mendes Ribeiro, como um instrumento jurídico inútil na luta contra a discriminação. Na realidade, a Lei Afonso Arinos, por ser interpretativa, caía no subjetivo, sem condenações dos que praticavam atos discriminatórios; por isso, tornou-se ineficaz, mas, acredita-se que não desnecessária.

Ainda nesse contexto, surgiu uma associação negra “Grupo Palmares” de Porto Alegre, que propunha a alteração da data referência da consciência negra, do dia 13 de maio, data da abolição, para o dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Quilombos dos Palmares. Essas discussões não passaram despercebidas por Carlos Santos, que passou a agir de maneira diferente a partir desse momento. Sem desconsiderar o 13 de maio, mas reconhecendo a importante trajetória de Zumbi.

Nesse contexto, pela primeira vez no parlamento ele protestou veementemente contra o racismo existente no Brasil, solicitando medidas enérgicas aos praticantes de tais hostilidades. Antes o parlamentar defendia a harmonia racial, mesmo com a presença dos “pruridos racistoides”. Agora, passou a ser percebido em seu discurso o reconhecimento do racismo existente, não somente nos Estados Unidos ou na África do Sul, mas com suas peculiaridades, no Brasil.

Tabela 51 – Quantitativa geral dos temas das intervenções de Carlos Santos em 1972

Católico e religioso	Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Trabalhadores, grupos, sindicatos.	Menor, Criança Excepcional	Situação política	Outros	Pesca	Identidade Negra
2	4	2	3	5	2	1	0	7

Fontes: Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

⁶⁸⁶ Ibidem.

5.3 CONTRA A FOME E A SECA: OS PROBLEMAS DAS “GENTES DO MAR” E DOS PAÍSES AFRICANOS

Depois de um longo silêncio sobre as questões dos pescadores bem como das atividades vinculadas à pesca, sendo o seu último discurso sobre o tema proferido no dia 6 de setembro de 1971, o tribuno retornou suas práticas políticas mais constantes nesses quatro mandatos de deputado estadual: o tema do desenvolvimento da pesca.

Somente no dia 12 de março de 1973, portanto, após um ano e meio de recesso nessa temática, o parlamentar voltou a citar sobre o assunto. Contudo, não mais sobre a pesca industrial, referenciada no distrito industrial em pleno projeto de execução na cidade de Rio Grande ou na concretização das obras do Superporto, também localizado na cidade, mas sim sobre o problema dos pescadores artesanais e da pesca exploratória, vista como uma forma essencial no incremento da produção pesqueira.

O parlamentar interveio em três ocasiões sobre esses temas: dias 12 e 19 de março e 27 de abril. Mas, por que o parlamentar retomou a assertiva da pesca, justamente, sobre a atividade da exploração da pesca e da defesa do pescador artesanal?

Referente às questões negras, por dois anos consecutivos (1971-1972) considerado e observado por nós, como o principal tema enunciado por Carlos Santos, nesse instante, recuou. Quais seriam os motivos de tal arrefecimento das práticas políticas em torno das questões negras?

Salienta-se, antes, que ao todo foram enunciados 29 discursos pelo deputado, no ano de 1973, conforme tabela abaixo:

Tabela 52 – Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1973

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	02/01/1973	Fala sobre a epidemia de poliomielite enfrentada pelo Estado do Mato Grosso.	ANAIS, Dezembro e Fevereiro de 1972. Vol. 255. p.159.
02	03/01/1973	<u>Discursa contra o fechamento da Câmara Municipal de Rio Grande e rende homenagens ao jornalista Mendes Ribeiro por posição contra o preconceito racial.</u>	<u>ANAIS, Dezembro e Fevereiro de 1972. Vol. 255. p.192-193.</u>
03	12/03/1973	<u>Destaca seu protagonismo à reforma pesqueira no Rio Grande do Sul, tanto na economia da pesca quanto na melhora das condições sociais do pescador.</u>	<u>ANAIS, Março de 1973. Vol. 256. p.27-28.</u>
04	13/03/1973	Aumento salarial, reajuste, aos consultores jurídicos do Estado do RS.	ANAIS, Março de 1973. Vol. 256. p.44.

05	19/03/1973	<u>Discursa sobre as necessidades reais do setor pesqueiro do Rio Grande do Sul. Mesmo com avanços a situação dos pescadores ainda é desoladora.</u>	<u>ANAIS, Março de 1973. Vol. 256. p.91.</u>
06	22/03/1973	Sessão Especial de lançamento dos Anais do Simpósio Estadual de Estudos sobre o excepcional.	ANAIS, Março de 1973. Vol. 256. p.154-155.
07	26/03/1973	Contra o movimento emancipacionista da Praia do Cassino, do município de Rio Grande.	ANAIS, Março de 1973. Vol. 256. p.185-186.
08	27/03/1973	Homenagem em memória à Dornelles Vargas, sobrinho de Getúlio Vargas (-), falecido no Rio de Janeiro.	ANAIS, Março de 1973. Vol. 256. p.204-205.
09	10/04/1973	Aniversário de dez anos da Encíclica Papal “Pacem in terris”.	ANAIS, Abril de 1973. Vol. 257. p.134.
10	25/04/1973	Homenagem à memória de Floriano Baptista Beirão, professor, jornalista e literato. Português radicado na cidade de Rio Grande.	ANAIS, Abril de 1973. Vol. 257. p.310.
11	26/04/1973	Estatização da empresa <i>Western Telegraph Company</i> , pela Embratel. Outro tema: Homenagem ao aniversário de fundação do Colégio Estadual Dom Infante.	ANAIS, Abril de 1973. Vol. 257. p.322-323.
12	<u>27/04/1973</u>	<u>Sobre a ilha de Torotama, denominada de “Ilha da Miséria”. Considerada um centro pesqueiro de Rio Grande.</u>	<u>ANAIS, Abril de 1973. Vol. 257. p.342-346.</u>
13	02/05/1973	Profundo pesar pela morte do filósofo Jacques Maritain (1882 - 1973).	ANAIS, Maio de 1973. Vol. 258. p.13.
14	08/05/1973	Requerimento de voto de congratulações pela passagem do sai Mundial da Cruz Vermelha.	ANAIS, Maio de 1973. Vol. 258. p.84-85.
15	30/05/1973	Homenagem e pesar pelo falecimento de Secundino Félix Antunes. Ex-vereador de Rio Grande pelo PTB.	ANAIS, Maio de 1973. Vol. 258. p.352.
16	14/06/1973	Pesar pelo falecimento de Archymedes Fortine, jornalista porto-alegrense.	ANAIS, Junho e Julho de 1973. Vol. 259. p.89.
17	20/06/1973	Homenagem à memória e pesar pelo falecimento de Archymedes Fortine, jornalista porto-alegrense.	ANAIS, Junho e Julho de 1973. Vol. 259. p.144-146.
18	09/08/1973	Sessão Solene em que recebe o Prêmio Springer Admiral.	ANAIS, Agosto de 1973. Vol. 260.p.113-116.
19	20/08/1973	Sobre a problemática da velhice desamparada.	ANAIS, Agosto de 1973. Vol. 260.p.234.
Nº	Datas	Temas	Fontes
20	22/08/1973	A crise do sistema previdenciário do RS. IPE.	ANAIS, Agosto de 1973. Vol. 260.p.270-272.
21	25/09/1973	Semana do Ancião.	ANAIS, Setembro de 1973. Vol. 261.p.220.

22	04/10/1973	Defesa do Projeto de Lei nº 67/73, decreto que altera o sistema previdenciário e assistencial do IPE - RS.	ANAIS, Outubro de 1973. Vol. 262.p.70.
23	08/10/1973	Sexagésimo aniversário do Instituto de Educação Juvenal Muller, de Rio Grande, com 1.300 alunos matriculados.	ANAIS, Outubro de 1973. Vol. 262.p.84.
24		Ordem do dia: Congratulações ao Instituto Juvenal Muller. Carlos Santos e Adolfo Puggina.	ANAIS, Outubro de 1973. Vol. 262.p.92-93.
25	10/10/1973	Sobre o Projeto de Lei nº 72/73, do Executivo, que autorizou a Instituição da Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional e dá outras providências.	ANAIS, Outubro de 1973. Vol. 262.p.130-131.
26		Advertência aos setores governamentais para à crise existente na produção da pesca e de cebola da região sul do Estado.	ANAIS, Outubro de 1973. Vol. 262.p.136.
27	15/10/1973	Homenagem ao dia do professor.	ANAIS, Outubro de 1973. Vol. 262.p.185-187.
28	26/10/1973	Homenagem em memória a Dr. Olímpio Plácido Marchiori, de Rio Grande. Promotor público e político vinculado ao MDB.	ANAIS, Outubro de 1973. Vol. 262.p.303-304.
29	06/11/1973	<u>Discursa sobre a negritude e sobre os problemas africanos relacionados a seca e a fome de 1973.</u>	<u>ANAIS, Novembro e Dezembro de 1973. Vol. 263.p.25-26.</u>

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. (GRIFO NOSSO)

Nesse instante, serão interpretadas as intervenções realizadas por Carlos Santos em favor dos pescadores artesanais, bem como da atividade exploratória da pesca no município de Rio Grande, ocorridas nos dias 12 e 19 de março.

No dia 12 de março, o tribuno fez um longo discurso. Em sua intervenção, ficou nítido o descontentamento em torno dos avanços da pesca em alguns setores e principalmente nas condições práticas da vida do pescador. De certa maneira, a atividade da pesca estava progredindo, já que as demandas industriais seguiam o seu rumo. Nesse sentido, os empresários do setor estavam conquistando vantagens.

Porém, para o pescador, àquele que sustentava a sua família, muitos problemas persistiam - assim como para o ramo da pesca de maneira mais geral. Carlos Santos, desde o ano de 1959, ano de sua primeira legislatura, defendeu o pescador artesanal, conforme se observou. Mas, passados 14 anos de sua primeira intervenção sobre o tema, datada de 7 de agosto de 1959,⁶⁸⁷ muito pouco o Estado tinha avançado a favor desse trabalhador, bem como no aprofundamento exploratório do pescado.

Em Sessão coordenada pelo deputado Adolfo Puggina, da ARENA, que representou a pesca durante alguns anos (1967-1969), Carlos Santos destacou:

⁶⁸⁷ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 07 de agosto de 1959, p.12.

Quando em 1960 (...) eu preconizava desta tribuna a urgente necessidade do que chamava reforma pesqueira no Rio Grande do Sul, tinha por mira a transformação do fato das riquezas naturais que se acumulam no mar e da melhoria das condições sociais do pescador – o grande artífice da produção e – em fatores positivos de bem estar comum e de desenvolvimento real de tão destacado setor da economia gaúcha. Era o início de largo ciclo promocional em favor da produção pesqueira (...).⁶⁸⁸ (GRIFO NOSSO).

Interessante que nesse discurso o parlamentar se colocou, mesmo com a Sessão presidida por Adolfo Puggina, como principal representante da atividade da pesca e na melhoria da vida do pescador no Rio Grande do Sul. Enfatizando que por meio de suas intervenções era dado “o início do ciclo promocional em favor da produção pesqueira”.

O parlamentar citou como vitoriosa a fundação do Projeto de Lei nº 186/65 de sua autoria, transformado em Lei nº 5.048, de 20 de outubro de 1965, “que ensejava a auspiciosa Campanha de Valorização do Pescado no Rio Grande do Sul”.⁶⁸⁹

Para Santos, a criação da SUDEPE, em 1962, a elaboração nacional do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e a designação da indústria pesqueira como indústria de base alinhada à organização do Plano Regional da Pesca por uma comissão “de alto nível”, prestigiada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), todos esses fatores fatalmente elevariam o Brasil à liderança mundial do pescado, segundo as expectativas geradas ao longo desses últimos anos por Carlos Santos.⁶⁹⁰

Conforme os resultados da “II Convenção Nacional da Indústria da Pesca”, realizado em Guarujá, os empresários reclamaram que a SUDEPE não tinha de fato um plano de execução intensiva de pesquisas no setor. O que limitava o desenvolvimento racional da pesca, reduzindo o desenvolvimento da expansão e da consequente ampliação de mercados. Segundo Carlos Santos, “esse protesto categorizado e coletivo dos industriais da pesca era representativo”.⁶⁹¹

A falta de estrutura da SUDEPE quanto aos navios de alto mar para pesquisas, bem como de recursos humanos, foi citada por Carlos Santos como causa dos motivos de entrave da indústria pesqueira. Resultante da consequente “marginalização” do trabalhador da pesca.

⁶⁸⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1973. Vol. 256. p.27-28.

⁶⁸⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1973. Vol. 256. p.27.

⁶⁹⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1973. Vol. 256. p.27.

⁶⁹¹ Ibidem.

A pesca, em 1973, rendeu 700 toneladas de pescado. Contudo, estimativas apontadas pela SUDEPE giravam em dois milhões de toneladas de pescado. Conforme Carlos Santos esse resultado era devido à falta de pesquisas, de investimentos no setor.

Segundo o deputado, “O desenvolvimento da indústria pesqueira, essa em função da mais ou menos intensa atividade pescadora de identificar a revelar o local volume e espécie dos cardumes procurados, o que sem dúvida constituiu a base racional da captura”.⁶⁹²

Adolfo Puggina, presidente da Sessão, informou que o tempo de Carlos Santos estava esgotado. Como Carlos Santos citou que estava representando o MDB, como líder, e o representante da ARENA concedeu a ele mais cinco minutos.

Carlos Santos mudou o tom de seu discurso, passando a criticar e a enumerar os motivos do fracasso de nossos planos pesqueiros. Para ele, embasado em dados técnicos: “seria necessário desenvolver a pesquisa da plataforma continental, entre 100/400 metros de profundidade e a realização de pesca exploratória das espécies”.⁶⁹³

Entre 1956 e 1966, o país desenvolveu suas pesquisas de forma irregular, pois, segundo o tribuno, nem barco a SUDEPE dispunha para promover a execução de suas demandas, sendo recebido somente em 1971 um barco para pesca exploratória em Rio Grande.

Devido a essas situações, bem como pela falta de um plano real destinado as atividades da pesca - contrapartida exigida pela ONU para firmar convênios com os países sul-americanos - a SUDEPE, coordenada pelos militares sem condições técnicas, fracassou, deixando de manter contratos com a ONU. Em contrapartida, o convênio firmado entre a ONU e a Argentina funcionou em 1969, plenamente.⁶⁹⁴

Para o tribuno, os problemas para desenvolver de fato o setor pesqueiro, eram:

- a) Prioridade dos incentivos fiscais para as indústrias ao invés de melhoria das condições de conhecimento e de captura;
- b) Aprovação de projetos pesqueiros inviáveis;
- c) Falta de gente especializada;
- d) Falta de investimentos.

Paradoxalmente, disse Carlos Santos: “o Rio Grande, tradicional e extraordinário centro pesqueiro do extremo sul brasileiro, que oferecia condições de abastecer todo o

⁶⁹² Ibidem.

⁶⁹³ Ibidem.

⁶⁹⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1973. Vol. 256. p.28.

Brasil, importava merluza do Mar del Plata, via rodoviária em caminhões frigoríficos (...). E constatou: “(...) até o aumento da produção de pescado constitui, agora, para muitos, motivo de séria apreensão pelo desordenamento que resulta da falta de entrosamento entre captura e pesquisa”.⁶⁹⁵

Essas situações deveriam, em sua opinião, manter-se como agenda parlamentar. Pois, “o peixe se constitui um dos elementos mais positivos da infraestrutura socioeconômica do Estado”. Carlos Santos entendia que os políticos “não deveriam ficar alheios ao encadeamento dos fatos, assim tão nocivos ao desenvolvimento da nossa indústria pesqueira”.⁶⁹⁶

E concluiu seu pronunciamento dizendo o seguinte:

Entendo também que precisamente agora, quando se anuncia a construção do Porto Pesqueiro de Rio Grande e o início promissor de uma nova fase para a indústria do pescado naquele centenário rincão marítimo e centro renomado de produção pesqueira no sul brasileiro com extraordinária e magnífica repercussão nos quadros da economia rio-grandense a Assembleia Legislativa do Estado deve estar presente no empenho conjugado contra a volta daquela nefasta postura que, por largos anos retratava o nosso Rio Grande inexplicavelmente de costas para o oceano, na mais estranha violação da sua benfazeja e incoercível fatalidade marinha.⁶⁹⁷ (GRIFO NOSSO).

Era mais um apelo do representante da atividade pesqueira no parlamento sul-rio-grandense a exemplo do que ocorreu em sua primeira legislatura, resultante da “Campanha de Valorização do Pescado”. Porém, os tempos eram outros. No dia 19 de março, uma semana após sua última intervenção, o tribuno retomou o tema. Nessa intervenção, ele verbalizou incisivamente sobre o problema do pescador.

Em nova crítica dirigida a SUDEPE, Carlos Santos lembrou que um dos pontos do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, há dez anos, tinha como objetivo a valorização profissional do Pescador.⁶⁹⁸

Preconizava, entre outros pontos:

- a) A reorganização das Colônias de Pescadores;
- b) A difusão de assistência e previdência;

⁶⁹⁵ Ibidem.

⁶⁹⁶ Ibidem.

⁶⁹⁷ Ibidem.

⁶⁹⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1973. Vol. 256. p.91. Em outubro de 1962 ocorreu a fundação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), criada nos termos de lei nº 10, de 11 de outubro do corrente ano, “baixada pelo Governo Federal. A elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, sua promoção e execução”. O plano previa além de investimentos, também assistência ao pescador artesanal por meio de créditos e cooperativas.

- c) O estabelecimento de crédito;
- d) A base da produtividade individual e coletiva da Colônia ou das Cooperativas.

Mas, passados dez anos, como estava a situação do pescador brasileiro e sul-riograndense? Conforme Carlos Santos:

Dolorosamente o mesmo quadro desolador que me fez um dia, desta tribuna, simbolizar a heroica e operosa classe na figura quase lendária do bravo jangadeiro cearense Mestre Jerônimo (...) que aos setentas anos jogou-se ao mar numa perigosa jornada para buscar comida para a mulher e os filhos (...) e encontrou a morte (...).⁶⁹⁹

Para explicar a situação do pescador artesanal, Carlos Santos utilizou, novamente, o exemplo do “lendário” Mestre Jerônimo, que morreu tentando alimentar sua numerosa família.⁷⁰⁰ Citou, também, como esse problema relacionado à “fome” estava atingindo diretamente os pescadores da região sul do Estado.

(...) verdadeira tragédia estão vivendo cerca de trezentas famílias de pescadores, localizadas lá pelas bandas da Ilha de Torotama, na Lagoa dos Patos. Estão passando fome porque o Camarão desapareceu do mar. As autoridades de Rio Grande estão enviando para o local, além de um médico, quantidade de leite em pó, feijão, arroz e farinha. Os jornais acrescentam que o mesmo drama estão sofrendo nas Colônias de Marambaia e Pesqueira, outras famílias de pescadores e que os armazéns e bares das Colônias de Rio Grande e São José do Norte onde fazem os pescadores suas compras estão se ressentindo e ameaçados de fechamento por falta de respaldo financeiro dos consumidores.⁷⁰¹ (GRIFO NOSSO).

Bastou o camarão desaparecer do mar, para a ilha de Torotama viver momentos de intenso sofrimento. Era uma Ilha povoada por pescadores, que tinham como principal renda a pesca.

Carlos Santos vivenciava o desenvolvimento da atividade da pesca, referenciada nas obras do Superporto e do Distrito Industrial da Pesca em Rio Grande. Inclusive, citou os incentivos fiscais no setor como meio de motivar esta indústria. Entretanto, destacou que a figura do pescador não estava recebendo a devida atenção. E era essa a reclamação do deputado, representante das “gentes do mar”. Como enfatizou:

⁶⁹⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1973. Vol. 256. p.91.

⁷⁰⁰ Em 26 de novembro de 1965, Carlos Santos homenageou Mestre Jerônimo, *in memoriam*. Relatando as causas da morte do pescador. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1965, Vol. 119.p.226.

⁷⁰¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1973. Vol. 256. p.91.

O que (...) constitui a triste realidade social da laboriosa classe de pescadores é o injusto deslocamento de sua figura humana do centro das cogitações oficiais de desenvolvimento da pesca, modernização e aprimoramento técnico da indústria do pescado em função dos chamados interesses econômicos do Rio Grande do Sul e do Brasil.⁷⁰² (GRIFO NOSSO).

A partir desse momento da intervenção do tribuno, o desenvolvimento da atividade pesqueira direcionou as suas atenções aos setores industriais. Sendo o pescador artesanal colocado à margem do processo econômico e, infelizmente, social.

Quero, pois, sob a impressão dolorosa do drama da Torotama deixar aqui o mais veemente apelo aos setores oficiais responsáveis pela pesca no sentido de uma assistência real a pessoa do pescador e a sua família a fim de que com a melhoria dos métodos de enriquecimento do parque industrial pesqueiro, não fique o homem pescador esquecido, clamando em vão pelo mínimo indispensável a uma vida compatível com a exigência da dignidade humana, como um verdadeiro pária desafiando o processo, evolutivo da sociedade.⁷⁰³ (GRIFO NOSSO).

Nessa intervenção, tem-se uma nítida sensação de “repetição” dos discursos pronunciados por Carlos Santos no final dos anos de 1950. Contudo, se naquele contexto sua reivindicação era contra a concorrência das indústrias internacionais e da crise econômica sofrida pelo Rio Grande do Sul - tidas como fatores responsáveis pela crise das comunidades tradicionais de pescadores - agora os responsáveis eram os interesses econômicos do próprio país e do Rio Grande do Sul. Ou seja, antes de “repetição” tratava-se da “atualização” das práticas políticas do parlamentar em torno da representação dos interesses das “gentes do mar”. Interesses que ao incentivar o enriquecimento do parque industrial pesqueiro acabou concentrando renda e, conseqüentemente, empobrecendo os pescadores. Situações enfrentadas no mesmo período pelos trabalhadores rurais e urbanos (SADER, 1982, p.154-155).

Para Carlos Santos, o desenvolvimento da pesca somente atingiria a todos se fossem investidos em pesquisas exploratórias de profundidade para o aumento da produção, investimentos para melhorar as condições da pesca individual e corporativa por meio de crédito aos pescadores, ao invés de as políticas oficiais manterem somente incentivos fiscais às indústrias e aos empresários.

Em sua terceira e última intervenção, sobre a pesca no ano de 1973, novamente o tema esteve focado pela grave situação dos pescadores da Ilha de Torotama. Identificada pelos jornais do centro do país, como de “ilha da miséria”.

⁷⁰² Ibidem.

⁷⁰³ Ibidem.

No dia 27 de abril, Carlos Santos discursou baseado em reportagens publicadas pelo “Jornal do Brasil”, sob título: “Torotama, uma ilha da Miséria”, focando o drama daquela comunidade.⁷⁰⁴

No pronunciamento, Santos destacou que “a ilha de Torotama é considerada um dos maiores centros pesqueiros do município de Rio Grande e a sua população ordeira e laboriosa formando cerca de quatro mil almas (...) a fome se aloja com cortejo sinistro e alarmante de suas tristes implicações (...)”.⁷⁰⁵ Mas, como explicar que a fome e a miséria estivessem próximas de um lugar considerado tão promissor à atividade da pesca?

Como se notou anteriormente, a falta de investimentos e o próprio descaso da SUDEPE foram apontados por Carlos Santos como elementos fundamentais para o aumento do problema dos pescadores. Porém, não único. Agora, o parlamentar destacou a fome como um resultado dos descasos denunciados em plenário. Situação visibilizada no centro do país pelo Jornal do Brasil.

Cabe salientar que a Ilha de Torotama tinha problemas de ordem natural constantes, ocasionadas pelas enchentes que assolavam a região. Entretanto, as famílias insistiam em permanecer no local, mesmo com os apelos da Prefeitura em deslocá-los para áreas mais seguras de Rio Grande. Outro fator de as famílias permanecerem na região era a própria atividade da pesqueira, passada, na maioria das vezes, de geração para geração entre as famílias moradoras da ilha. “A pesca é uma tradição familiar, e o filho deve seguir a profissão do pai (...)”, informou um morador da ilha ao jornalista do Jornal do Brasil.⁷⁰⁶

Ademais, o mais curioso foi que Carlos Santos insistiu em anunciar a prosperidade da região em contraste com o problema dos pescadores. O que se identifica como um paradoxo do complexo sistema econômico desenvolvido pelos militares na época. Segundo Carlos Santos:

(...) Independentemente do sucesso, ou não da safra de camarão, a população ali tem problemas de permanente desajuste socioeconômico, precárias condições de higiene e saúde pública, falta de assistência aos menores, dificuldades de ensino, e ausência absoluta dos mais mezinhos recursos de

⁷⁰⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1973. Vol. 257. p.342-346.

⁷⁰⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1973. Vol. 257. p.342.

⁷⁰⁶ JORNAL DO BRASIL, Torotama, uma ilha da Miséria”, (1973) *Apud* ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1973. Vol. 257. p.343.

que hoje o indivíduos e suas famílias usufruem, para melhoria e conforto de sua vida (...).⁷⁰⁷

Por ter sido publicado o problema sofrido pelos moradores da Ilha de Torotama no jornal carioca, provavelmente o caso tenha atingido um indiscutível apelo da opinião pública do Estado. Situação, já reconhecida pelos rio-grandinos que auxiliavam, por meio de ações da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal, os moradores da ilha. Mas, inegavelmente, o impresso, motivou ainda mais os ânimos do tribuno na questão, que disse: “a reportagem do matutino carioca é bem um retrato sombrio da gravíssima situação econômica da Ilha de Torotama”.⁷⁰⁸

Contudo, uma crítica contundente, emitida por conta da matéria do jornal, fez o deputado verbalizar o seu descontentamento contra os processos de desenvolvimento econômico delineado pelos militares políticos brasileiros para a pesca foi verbalizada no pronunciamento de Carlos Santos. Conforme ele:

Não sei até quando o estarrecimento e o assombro da multidão de leitores do jornal guanabario, diante da reportagem da Ilha de Torotama, paradoxalmente ocupada por pescadores que são os bravos soldados da produção, até onde lograrão coadunar a ideia de uma ilha de fome, de medo, de frustrações e de desencanto, com as perspectivas milionárias das suas cercanias, eis que a Ilha da Miséria, plantada esta precisamente onde se afirma que construídos serão o Superporto de Rio Grande e o Distrito Industrial da cidade marítima e o Porto Pesqueiro do maior centro produtor do extremo sul brasileiro (...).⁷⁰⁹ (GRIFO NOSSO).

Entende-se que Carlos Santos retomou as suas ações em favor dos pescadores artesanais e de sua família, como no passado. Mesmo com os avanços propostos pelos economistas militares relacionados com o capital industrial e a construção estratégica dos parques pesqueiros em Rio Grande, os pescadores artesanais muito pouco podiam esperar em relações as suas melhoras materiais. Devido a essa situação as suas ações, junto aos políticos locais, estaduais e ao governo do Brasil, foram intensificadas na luta pelos interesses dos pescadores.

Já tive mais de uma oportunidade de afirmar nesta Casa, que, por razões de ordem histórica, geográfica, política, social e econômica, tais e tão vinculados estão os destinos do município de Rio Grande – único porto marítimo do Rio Grande do Sul, as perspectivas abertas para a realidade magnífica do Superporto continentino – tão e cada vez mais entrosadas estão os interesses do Município de Rio Grande com os do Rio Grande do Sul, que

⁷⁰⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1973. Vol. 257. p.342.

⁷⁰⁸ Ibidem.

⁷⁰⁹ Ibidem.

os problemas daquela legendaria gleba marinha devem ser encarados e resolvidos como se os problemas fossem do próprio Estado (...).⁷¹⁰

Para Carlos Santos, a economia deveria estar relacionada ao desenvolvimento social, pois, além da visão de investimentos, deveriam todos ficar atentos ao problema da miséria, paradoxalmente, as crescentes as demandas econômicas. Pois, como ele relatou em seu discurso:

Nestas condições não pode o Governo Estadual ficar alheio ao drama que vive a Ilha de Torotama, ignorar os sofrimentos que angustiam a brava comunidade de pescadores ali radicada (...). O resultado dos estudos e sugestões que a Comissão Especial de Vereadores apresentou ao Prefeito Municipal deve subir à consideração do Sr. Governador do Estado. Tenho certeza de que desta conjugação de esforços, a que se não deve eximir o próprio Governo Federal, resultará solucionado ou grandemente atenuado o drama triste, a situação aflitiva da Ilha de Torotama (...).⁷¹¹

E quanto ao outro dito representante da pesca, deputado Adolfo Piggina? O que andava representando nesse ano? O parlamentar continuava a sua ação em torno da causa dos agricultores, inclusive sendo um dos responsáveis pelo “VI Congresso Nacional dos Agricultores”, parecendo, aparentemente, ter mudado definitivamente sua agenda política quanto ao grupo social e aos interesses de sua representação parlamentar.⁷¹² Todavia, pronto para defender qualquer tema de interesse dos militares por meio da ARENA.

Após se verificar as atuações do parlamentar no que tange às suas ações em torno da atividade da pesca, bem como a sua retomada a favor dos pescadores artesanais, como foi a sua relação com a negritude nesse ano de 1973? As suas denúncias contra a discriminação de cor no mercado de trabalho continuariam? Sim, entretanto, realizados no início e no final do ano, o que não foi mera coincidência.⁷¹³

No mês de janeiro, nota-se que antes do início do recesso parlamentar, no dia 03 do referido mês, o deputado já havia se colocado sobre a questão racial. Novamente, elogiando o jornalista Mendes Ribeiro (1929-1999).

⁷¹⁰ Ibidem.

⁷¹¹ Ibidem.

⁷¹² O Congresso reuniu 20 mil trabalhadores rurais em Esteio - RS. Que “prestaram homenagem ao ilustre Presidente Emilio Garrastazu Médici”, segundo Adolfo Piggina. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1973. Vol. 261.p.202.

⁷¹³ Acredita-se que esse tempo nos discursos sobre os temas da negritude ocorreram pelas possíveis tensões existentes entre os seus pensamentos raciais e a sociedade da época, ainda fortemente permeada pela ideologia da democracia racial. Sendo difícil, naquele contexto, uma defesa constante e aberta contra as discriminações raciais enfrentadas no Brasil. Por isso, o elogio a Mendes Ribeiro, ao invés de ele mesmo fazer novo pronunciamento. Eram suas as estratégias discursivas.

Antes de elogiar Mendes Ribeiro, Santos relatou em sua intervenção o problema enfrentado pelos parlamentares de Rio Grande devido às intransigências dos militares, que mantiveram a Câmara de Vereadores de Rio Grande fechada, segundo o parlamentar, desde junho de 1972, por ordem do “Sr. presidente da República”.⁷¹⁴ Aparentemente, sem nenhum motivo legítimo, mas pela ameaça de opositores naquela Casa.

Retornando ao elogio do texto de Mendes Ribeiro, dessa vez, Carlos Santos somente o elogiou. Porém, sem efetuar comentários longos, mas passando para a taquigrafia a coluna completa do jornalista, intitulada: “Eu não aceito o desafio, João. Felizmente, o problema é seu”.⁷¹⁵ Em que o jornalista respondeu uma carta enviada à redação do jornal Zero-Hora por alguém denominado João, perguntando por que Mendes Ribeiro defendia os negros, se ele era negro e se ele deixaria seus filhos casarem com uma negra.

Na ocasião, o jornalista respondeu por meio de sua coluna da seguinte forma:

Eu não defendi porque não se defende quem não e acusado de nada. Não é o negro que está na berlinda, não é o negro que faz discriminação (pelo menos não tanto), não foi um negro que assinou a Lei Áurea e muito menos outro negro quem inspirou o diploma Afonso Arinos. Afonso Arinos é branco e princesa Isabel também era branca. A abolição da escravatura libertou os negros da escravidão e os brancos da vergonha de serem senhores de escravos, de mercadejar irmãos. A Lei Afonso Arinos, antes de ser a proibição da discriminação é o reconhecimento de que ela existe (...). Logo, João, eu não defendi o negro, pelo simples fato de não estar o negro em questão, salvo como vítima (...).⁷¹⁶

Mendes deixou claro em sua resposta que “era branco”. Quanto à outra pergunta de João, relacionado a se Mendes Ribeiro deixaria seu filho casar com uma negra, o jornalista respondeu que: “sim”. Pois, não tinha a pretensão de escolher companheiros ou companheiras para seus filhos, respondendo que sua: “(...) obrigação era orientá-los para escolhessem o melhor. Mas, o melhor por dentro, pois o que aparece é demais secundário no homem”.⁷¹⁷

⁷¹⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Fevereiro de 1972. Vol. 255. p.192-193.

⁷¹⁵ RIBEIRO, Mendes. “Eu não aceito o desafio, João. Felizmente, o problema é seu” *Apud* ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Fevereiro de 1972. Vol. 255. p.193.

⁷¹⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Fevereiro de 1972. Vol. 255. p.192.

⁷¹⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro e Fevereiro de 1972. Vol. 255. p.193.

Para Carlos Santos o texto de Mendes Ribeiro “era mais uma resposta ao repúdio que os brasileiros bem formados de coração e espírito opõem a todas as formas reveladoras do doentio preconceito racial”.⁷¹⁸

Em seu segundo discurso sobre aspectos vinculados à identidade negra, também observado como o seu último realizado no ano de 1973, o tribuno fechou suas atividades com um pronunciamento dedicado aos problemas africanos, identificando no enunciado de sua fala as suas origens.

Conforme suas palavras: “(...) Quero aproveitar os minutos de que posso hoje dispor, para falar de ‘negritude’. Faça-o, talvez, sob os repuxos atávicos do sangue que tem suas origens perdidas no dolente, velho e lendário Continente Africano”.⁷¹⁹

Todavia, Carlos Santos fez questão de enfatizar que a sua negritude não era ideológica. Porém, acredita-se que essa alusão poderia ser uma estratégia discursiva ou realmente uma forma diferente de pensar a negritude, pois, como seguindo o discurso do parlamentar:

Não me refiro à negritude ideológica de Leopoldo Sédar Senghor, o estadista de escol e iluminado poeta que Senegal tem a frente de seus destinos republicanos, preconizado com base dogmática de uma política africana; nem falo também daquela negritude anônima que entre nós, como afirmação histórica perenizou em Zumbi o símbolo da inconformidade e da postura rebelde da massa escrava contra a vivência infamante das senzalas (...).⁷²⁰
(GRIFO NOSSO).

Interessante que, mesmo sem se dizer comprometido com uma ideologia da negritude, o parlamentar elogiou o político e poeta Leopoldo Sédar Senghor e a Zumbi dos Palmares. Um como “estadista iluminado” e outro, como “símbolo da inconformidade”. Em uma nítida visibilização pública de respeito e admiração a marcos importantes na luta contra a discriminação racial, existentes naquele contexto. Tanto a nível internacional, com o movimento da negritude, como a nível regional e nacional, com a alusão de Zumbi dos Palmares como referencial à identidade negra brasileira, a partir das pesquisas e da luta política do Grupo Palmares de Porto Alegre. Contudo, o

⁷¹⁸ Ibidem.

⁷¹⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1973. Vol. 263.p.25.

⁷²⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1973. Vol. 263.p.26.

discurso do orador foi direcionado à negritude, à sensibilização dos problemas africanos, mas, dessa vez, não raciais, devido aos efeitos devastadores da natureza.⁷²¹

(...) A negritude aludida é a da fome e a da sede, da miséria, da endemias e da morte que assolam milhões e milhões de criaturas humanas nas estepes da África Ocidental, ao sul do Saara, como trágica ocorrência do que ali chamam de maior seca do século, a se fazer sentir desde o início do ano em curso (...).⁷²²

Segundo o discurso de Carlos Santos, a negritude, seria um sentimento de angústia sentido a partir do sofrimento de “milhões de africanos”. Esse sentimento surgiu no parlamentar por meio do “noticiário”, que acompanhava diretamente o drama envolvendo os países africanos próximos à região do Saara.

Contudo, a negritude defendida por Santos era a referente a uma tomada de consciência de dominação e de discriminação e a reação em busca de uma identidade histórica negra. Como asseverou Bernd, pode-se dizer que houve esse tipo de negritude desde que os primeiros escravizados se rebelaram, como no Haiti e nos Quilombos dos Palmares (BERND, 1987, p.27). E era essa que Santos representava, buscava colaborar com a agência e a afirmação negra, ao invés de defender uma negritude que reivindicava o particularismo discriminatório e racista.

O deputado discursou com preocupação a respeito da ajuda internacional dispensada aos africanos.

(...) Diz o noticiário que, de início a solidariedade internacional funcionou com deficiência e que as grandes potências, já na metade deste ano, quando tiveram condições de prestar auxílio, o fizeram com atraso para evitar os efeitos da tragédia africana, com milhões e milhões de pessoas enfrentando sob ameaças de morte, o que as manchetes internacionais anunciavam como a grande fome do século. Ressalta, agora, a imprensa que a ajuda do mundo já superou quinhentas mil toneladas de cereais e que os países da comunidade europeia, realizam o esforço principal a título de emergência (...).⁷²³

O Senegal, Mali, Mauritânia, Nigéria, Chade e Alto da Volta foram os países atingidos pela “grande seca” africana de 1973. Mas, para Carlos Santos os efeitos da crise africana não foram somente problemas decorrentes das causas naturais, e sim consequências das colonizações europeias na região.

⁷²¹ Sobre a diversificação do Saara e a natureza africana Ver MACEDO, José Rivair de. *História da África*. São Paulo: Editora Contexto, 2013. SOUZA, Marina de Mello e Souza. *África e Brasil Africano*. São Paulo: Ática, 2012.

⁷²² Idem.

⁷²³ Ibidem.

Para Tânia Chagas Telles (1998, p.45): “A desestruturação política do Continente africano fez parte de um processo global gerado pelas conquistas das potências europeias nos finais do século XIX”. A historiadora nos diz que a exploração do Continente Africano pelos Europeus gerou as seguintes transformações ao cotidiano daqueles povos:

- a) A produção já não é mais do africano,
- b) A circulação de mercadorias restringiu-se ao fluxo externo,
- c) A terra passou das comunidades aldeãs para ser propriedade privada dos colonizadores,
- d) O trabalho forçado não era transformado em mercadoria e sim em exploração,
- e) O imposto era a obrigação a empurrar os africanos para o trabalho assalariado,
- f) A monetarização rebaixou geral a condição do povo africano para atender as demandas do europeu,
- g) Os lobos, ou a nova elite africana, foram forçados nos bancos escolares das missões religiosas ou das iniciativas educacionais dos governos coloniais,
- h) A urbanização acentuou-se, em um processo desordenado que abriga os milhares de expulsos da terra nas favelas,
- i) Costumes e crenças tradicionais foram rejeitados ou modificados e outros foram conservados.

Diante disso, a situação somente poderia ser atenuada, segundo a FAO, em conformidade com as palavras do próprio Carlos Santos: por meio da cooperação dos países que haviam explorado o Continente. Baseado em relatórios da FAO, o parlamentar enfatizou que:

‘(...) a repetição da atual catástrofe ecológica só poderá ser evitada se os governos das grandes potências unirem seus esforços e assumirem as responsabilidades que lhes cabem’. A destruição do ambiente africano em geral, decorre do tipo de economia que os países europeus impuseram a suas colônias. ‘A monocultura esgotou as terras e o desmatamento indiscriminado modificou os microclimas. A agricultura de exportação – diz ainda a FAO – café, amendoim, algodão, açúcar, cacau e outras, reduziram as áreas reservadas à produção de alimento e os territórios, durante séculos considerados celeiros, foram agora transformados em zonas de fome (...)⁷²⁴ (GRIFO NOSSO).

Na conclusão desse trecho de seu discurso o parlamentar, ainda, se apoia em dados emitidos pela FAO para justificar a crise enfrentada pelos países africanos. Relacionada à alteração do cotidiano dos africanos, já que:

⁷²⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1973. Vol. 263.p.26.

A grande fome que assola os países a África, tem efeitos também nas estruturas sociais, alterando profundamente o estilo de vida de sociedades tradicionais. Pastores e agricultores abandonam suas terras flagelados, não retomam aos campos e o subproletariado se forma em cidades despreparadas para acolhe-los (...).

Carlos Santos informou, também, que os países africanos atingidos pela seca, que durava 24 meses, organizaram uma comitiva liderada pelo presidente da República do Alto da Volta, Sr. Sangoulé Lamizana (1916-2005), para viajar a Bruxelas visando a negociar auxílios junto ao Comissão Econômica da Comunidade Europeia. Por outro lado, no mesmo pronunciamento, o tribuno confessou “não ter lido qualquer referência a auxílio da parte da América Latina destinada aos flagelados africanos”.

E, sentimentalmente, Santos, explanou sobre o que ele mesmo poderia fazer para auxiliar a solucionar esse difícil problema africano, Falando:

De mim, nada tenho a oferecer daqui as populações angustiadas do velho Continente Negro, tão cheio de misticismo e de lendas, a não ser o calor de minha comovida solidariedade, retratadas nesta intervenção isolada, que tem em si mesma a volta dos anelos mais sentidos de que, afinal, termine tão dolorosa e trágica provação da gente africana (...)⁷²⁵ (GRIFO NOSSO).

O tribuno, mesmo condescendente com os africanos, tem uma visão ocidental do continente. Relacionando as culturas daquela região como algo inferior, certamente, devido à forma como esses povos eram vistos no contexto analisado, diferentemente dos dias atuais, em que pese os desconhecimentos e estigmas. E, concluiu desejando sucesso na negociação entre o presidente da República do Alto da Volta, representante africano, na reunião de Bruxelas. Sucesso necessário para “a evolução” da África, pois, segundo o deputado:

Que lhes não falem a solidariedade imprescindível e a compreensão humana, nem a presença fraterna dos povos melhor situados, na prestação de ajuda externa de alguns milhões de dólares que, na sua dorida peregrinação pelos quadrantes da Europa, anda buscando o presidente Sangoule Lamizana. E que não lhe falta esse auxílio, precisamente porque destina-se a uma tarefa de restauração humana, de paz, de trabalho, de progresso, de crença no provir, de felicidade, e de esforço de envolvimento pleno de milhões e milhões de criaturas que viveram durante séculos mergulhados no fundo de primitivismos tribais e repontam agora, para os privilégios da civilização e da democracia (...)⁷²⁶ (GRIFO NOSSO)

⁷²⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1973. Vol. 263.p.25.

⁷²⁶ Ibidem.

Contudo, salienta-se que as iniciativas do presidente Sangoulé Lamizana, da República do Alto da Volta, (atual Burkina Faso, que significa “o país das pessoas honradas”), destacadas por Carlos Santos, devem ser consideradas como inovadoras. Já que era o protagonismo africano na luta pela melhora de suas condições econômicas, políticas e sociais.

Para José Rivair de Macedo (2013), o final do século XX não foi de retrocesso ou somente de calamidades na África. Foi também um período de grande vitalidade e dinamismo. Determinados líderes - e incluímos após a análise do discurso de Carlos Santos - como o presidente Sangoulé Lamizana,⁷²⁷ “construíram Estados poderosos para enfrentar os problemas novos, transitando entre a tradição e a modernidade, gerados por impulsos exteriores, ligados ao capitalismo europeu, mas no plano político os avanços e inovações partiram do próprio continente” (MACEDO, 2013, p.126).

Tabela 53 - Quantitativa geral das intervenções de Carlos Santos em 1973

Previdência	Educação	Católico e religioso	Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	
2	2	1	9	3	
Trabalhadores, grupos, sindicatos.	Menor, Criança Excepcional	Idoso	Outros	Pesca	Identidade Negra
1	2	2	2	3	2

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

As ações de Carlos Santos possibilitaram visibilidade e destaque junto aos seus potenciais eleitores, formado basicamente pelas “gentes do mar”, pela comunidade negra e adeptos da comunidade católica. Na tabela abaixo, tem-se o acompanhamento de seu sucesso eleitoral.

Tabela 54. Quantitativa de votos obtidos por Carlos Santos

Ano	Disputa	Votos obtidos	Partido
1959	Deputado Estadual	8.504	PTB
1962	Deputado Estadual	6.836	PTB
1966	Deputado Estadual	13.365	MDB
1970	Deputado Estadual	17.069	MDB

Fontes: do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa

⁷²⁷ O Major General Sangoulé Lamizana (1916-2005) ficou no poder de janeiro de 1966 a 1980. Sua destacada atuação no problema da seca africana, além dos apoios dos principais países europeus constituíram importantes aliados para a manutenção de seu poder. Com apoio de sindicatos e grupos civis, o coronel Saye Zerbo derrubou o presidente Lamizana em um golpe militar sem derramamento de sangue, em novembro de 1980. Fundo de notas do Departamento de Estado dos E.U.A, 1998. Disponível em http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://en.wikipedia.org/wiki/Sangoul%C3%A9_Lamizana&prev=/search%3Fq%3DSangoul%C3%A9_Lamizana%26biw%3D1301%26bih%3D578. Acesso 02 de maio de 2014.

5.4 EM TEMPOS DE CRISES: OS PESCADORES ARTESANAIS E A COMUNIDADE NEGRA-AFRICANA

O ano de 1974, no dia 15 de março, foi marcado pela “posse” do novo general “presidente”, Ernesto Geisel (1907-1996), substituindo a Emilio Garrastazu Médici (1905-1985), que estava à frente do executivo desde 30 de outubro de 1969. Ernesto Geisel assumiu um país em crise, diferente dos anos de desenvolvimento que ocorriam desde o final do ano de 1967.

Com a crise econômica internacional, a partir de 1974, o governo Geisel redefiniu as funções supletivas da política externa ao nacionalismo de fins: a diplomacia buscou a cooperação e expansão do comércio exterior (CERVO; BUENO, 2011, p.347).

Essa crise estava relacionada diretamente com a produção do petróleo. Ocorreu a necessidade de atrair e procurar parceiros externos para sanar a carência de combustíveis bem como para vender nossos manufaturados. O continente africano surge como alternativa.

Entramos no último ano da quarta legislatura consecutiva do deputado, pelo Estado do Rio Grande do Sul, Carlos da Silva Santos. Investigando as propostas, selecionadas por meio de seus discursos, portanto, de suas práticas políticas.

No decorrer dessa narrativa, pôde-se comprovar o quanto as demandas econômicas e étnicas ocuparam os pensamentos e as ações políticas do parlamentar rio-grandino que, mesmo projetando concorrer a deputado federal, manteve-se firme na defesa da pesca e da integração da comunidade negra.⁷²⁸

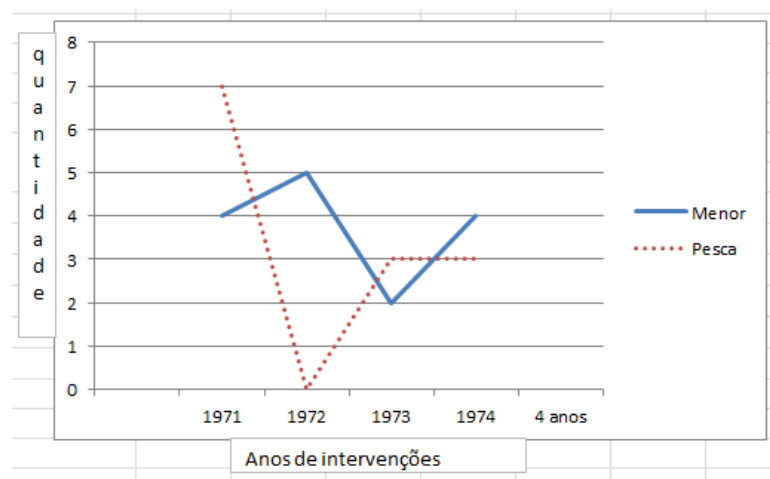
Na realidade sobre a pesca, nem tanto, já que por meio da análise de seus discursos pode-se observar o desânimo sentido pelo parlamentar sobre o tema, relacionado, sobretudo, com a crise econômica mundial e, principalmente, relacionado aos planos limitados à melhora da vida das “gentes do mar” - mais especificadamente o pescador artesanal e sua família.

Como observado nesta tese, ambos os temas (pesca e identidade negra) continuaram na agenda de Carlos Santos. Contudo, cada vez mais o tema relacionado ao menor carente/excepcional passou a ter um eminente destaque em seus pronunciamentos. Algo já notado desde o início dessa legislatura, datada de 1971.

⁷²⁸ As eleições para a Câmara Federal estavam marcadas para o dia 15 de novembro de 1974.

No gráfico, comparando as demandas da pesca com a do menor carente, desde o ano de 1971, observa-se que o tema do menor superou a média das práticas políticas em torno da pesca. Abaixo, tem-se a seguinte amostra gráfica:

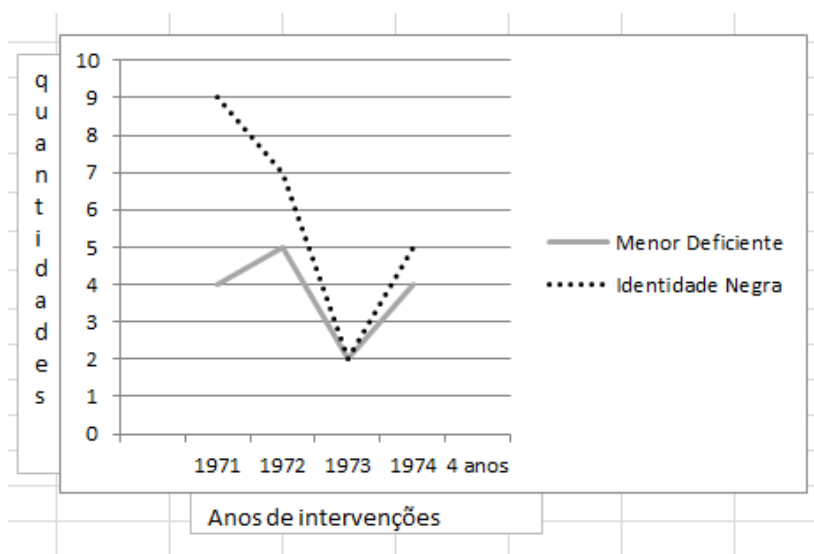
Gráfico XI – Comparações entre as intervenções da pesca e do menor deficiente (1971-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

O que não ocorreu com as práticas envolvendo a comunidade negra, em relação ao tema do menor carente, no mesmo período. Já que ambos permaneceram em igualdade no número de intervenções produzidas, o que vinha ocorrendo desde 1973. Conforme o observado no próximo gráfico:

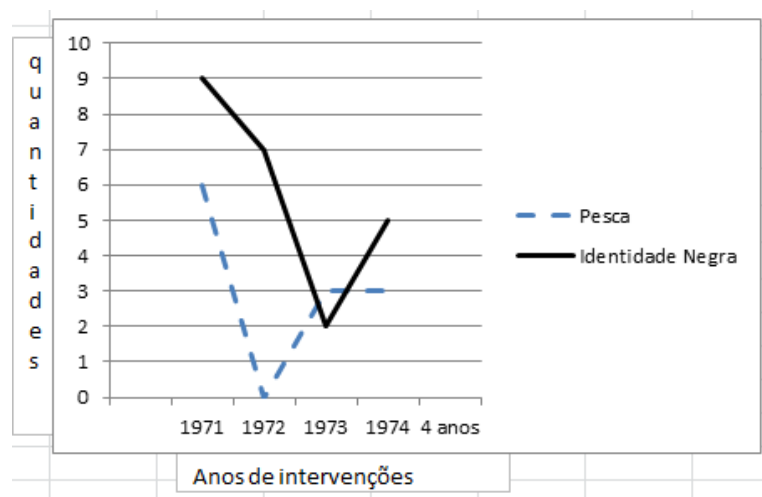
Gráfico XII – Comparações sobre intervenções do menor deficiente e da identidade negra (1971-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Contudo, a demanda identitária, conforme já demonstrado, acabou por liderar as intervenções do tribuno em seu último mandato. Para acompanhar o desenvolvimento desse tema em relação ao tema das “gentes do mar”, apresenta-se o próximo gráfico:

Gráfico XIII – Comparações sobre intervenções da pesca e da identidade negra (1971-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Nota-se que em todos os anos dessa legislatura ele verbalizou sobre itens relacionados à comunidade negra. Assim como sobre o tema do menor excepcional. Seria o tema do menor excepcional algo a ser projetado mais incisivamente no seu futuro político?

No que tange ao tema da pesca, ele silenciou entre meados de 1971 e 1972, retomando a assertiva das “gentes do mar”, principalmente a respeito dos problemas da miséria localizada na Ilha de Torotama, no ano de 1973. Mas, e como foram os discursos do ano de 1974, sobre a pesca e a identidade negra? Como esses temas foram desenvolvidos pelo deputado “papareia”, como ele se denominou, em seu último ano como deputado estadual pelo Rio Grande do Sul? E as eleições? Como elas foram sentidas nas intervenções políticas do deputado?

Referente ao tema da pesca, Carlos Santos verbalizou em três ocasiões, dia 30 de janeiro e nos dias 25 e 26 de setembro. Já sobre o tema étnico, o tribuno interveio nos dias 21 de março, 26 de setembro, 28 de agosto, 25 e 29 de novembro. Sobre os demais assuntos, ver tabela abaixo.

Tabela 55. Das intervenções realizadas por Carlos Santos no ano de 1974

Nº	Datas	Temas	Fontes
01	28/01/1974	Campanha de arborização do litoral sul-rio-grandense. Atendendo as reclamações da “Sociedade Amigos do Cassino”, de Rio Grande.	ANAIS, Dezembro de 1973 e Fevereiro de 1974. Vol. 264.p.138.
02	<u>30/01/1974</u>	<u>III Convenção Nacional da Pesca, realizada em Florianópolis – RS.</u>	<u>ANAIS, Dezembro de 1973 e Fevereiro de 1974. Vol. 264.p.157.</u>
03	07/02/1974	Homenagem em memória a Osmary Veras. Ex-deputado pelo PTB e MDB. E sobre o XI Congresso Nacional dos professores realizado em Porto Alegre.	ANAIS, Dezembro de 1973 e Fevereiro de 1974. Vol. 264.p.175-176.
04		Reivindicações do XI Congresso Nacional dos professores realizado em Porto Alegre.	ANAIS, Dezembro de 1973 e Fevereiro de 1974. Vol. 264.p.176-178.
05	14/03/1974	Sobre os trabalhos realizados pela Associação Beneficente Lar São José.	ANAIS, Março de 1974. Vol. 265.p.183-184.
06	19/03/1974	Grande Expediente: em memória a Osmary Veras. Ex-deputado pelo PTB e MDB.	ANAIS, Março de 1974. Vol. 265.p.246-247.
07	<u>21/03/1974</u>	<u>Alusivo ao dia 21 de março, dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial.</u>	<u>ANAIS, Março de 1974. Vol. 265.p.274-277.</u>
08	06/05/1974	Sobre a solidariedade conjunta entre os deputados da ARENA e do MDB para a instituição da fundação rio-grandense de atendimento ao excepcional.	ANAIS, Maio de 1974. Vol. 267.p.49.
09	01/08/1974	Contra a vinculação do Instituto dos Advogados do Brasil, ligada à OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil, ao Ministério do Trabalho.	ANAIS, Agosto de 1974. Vol. 269.p.01-02.
10	06/08/1974	Semana do Excepcional de 21 a 28 de agosto. E sobre o III Encontro Nacional das APAES.	ANAIS, Agosto de 1974. Vol. 269.p.23-24.
11	07/08/1974	Requer Sessão Ordinária a ser realizada no dia 21 de agosto para tratar do assunto dos excepcionais.	ANAIS, Agosto de 1974. Vol. 269.p.45.
12	21/08/1974	Sessão Especial de Homenagem à Semana Nacional do Excepcional.	ANAIS, Agosto de 1974. Vol. 269.p.128.
13	<u>28/08/1974</u>	<u>Ordem do dia: Homenagem em memória de Lupicínio Rodrigues, falecido.</u>	<u>ANAIS, Agosto de 1974. Vol. 269.p.166.</u>
14	05/09/1974	Sobre a Academia Rio-Grandense de Letras por operosa existência e fecundo centro de exercício literário de nosso Estado. Cita Dario Bittencourt.	ANAIS, Setembro de 1974. Vol. 270.p.23-24.
15	<u>25/09/1974</u>	<u>Sobre suas ações e fundações em torno da Valorização do Pescado, Plano da Pesca e a dolorosa verdade: a tradição pesqueira no Estado está em colapso.</u>	<u>ANAIS, Setembro de 1974. Vol. 270.p.161-162.</u>
16	<u>26/09/1974</u>	<u>Discursa sobre a emancipação de Moçambique, festejando a liberdade. Congratula as emancipações políticas das colônias africanas.</u>	<u>ANAIS, Setembro de 1974. Vol. 270.p.185-186.</u>
17	<u>16/10/1974</u>	<u>Regressa de excursão pela região litorânea do Estado. Enfatiza que estava em campanha eleitoral. Cita os problemas das estradas da região. A crise no setor da cebola e da crise enfrentada pelo setor pesqueiro.</u>	<u>ANAIS, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.52-53.</u>

<u>18</u>	<u>25/11/1974</u>	<u>Agradecimentos pela vitória no pleito a Câmara Federal. Cita a presença afrodescendente no Brasil e propõe o estreitamento de laços de amizade com os países africanos e congratula, também, a posse de Alcides Mendonça Lima, natural de Rio Grande, a cadeira nº 24 da Academia Rio-Grandense de Letras.</u>	<u>ANAIS, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.05.</u>
19		Homenagem em memória a Dario Bittencourt, falecido.	ANAIS, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.20.
<u>20</u>	<u>29/11/1974</u>	<u>Atividades alusivas ao Biênio da Colonização e Imigração do Rio Grande do Sul e a exaltação do negro na composição étnica e espiritual do homem sul-rio-grandense. A inestimável contribuição africana no trabalho, nas expressões da cultura e vida social.</u>	<u>ANAIS, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.107.</u>

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS. (GRIFOS NOSSOS).

Nesse instante, serão analisadas as três últimas intervenções realizadas por Carlos Santos em torno do desenvolvimento das atividades da pesca. A primeira intervenção discursiva foi no dia 30 de janeiro de 1973, e teve como tema específico a “III Convenção Nacional da Pesca”, ocorrida em Florianópolis - SC. Foi um encontro direcionado aos problemas enfrentados pelos empresários do setor.

Carlos Santos, referindo-se ao encontro, disse:

(...) Nunca se fez tão necessária e oportuna à preocupação oficial voltada para o mar como nos dias de justificada apreensão que o mundo vive sob a perspectiva universal e sombria da fome. Intensifica-se a cada instante o déficit altamente nocivo de proteína na preservação dos elementos essenciais a higidez das populações do Brasil e do mundo (...).⁷²⁹

O parlamentar viu nesse congresso a oportunidade de enunciar sobre outros temas atinentes ao desenvolvimento da pesca, como saúde, combate a fome, aumento do consumo do peixe e a melhora na vida do pescador artesanal.

Sobre o combate a fome, verbalizou: “somente no mar os homens poderiam encontrar a solução para o problema desesperado com que o mundo se defronta, decorrente da carência alimentar de pelo menos dois bilhões de seres humanos”.⁷³⁰

Nessa interferência, parecia reviver as façanhas da Campanha de Valorização do Pescado, de sua autoria, fundada no ano de 1965, já que, passados dez anos, voltou a criticar o consumo de carne bovina e a explicar sobre os benefícios do consumo de peixe à saúde. Itens explorados por ele no ano de 1965, época de sua campanha.

Como destacou o deputado no discurso:

⁷²⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1973 e Fevereiro de 1974. Vol. 264.p.157.

⁷³⁰ Ibidem.

Não foi por acaso que a Universidade Católica de Pelotas, conforme dizem os jornais, em convenio firmado com a Secretária de Agricultura, voltou-se para um plano intenso de valorização do uso do peixe e produtos outros marítimos e fluviais nos cardápios gaúchos (...).⁷³¹

Porém, o contexto aqui é outro, diferente do ano de 1965. E, nesse caso, as ações envolvendo a Universidade Católica de Pelotas e a Secretaria de Agricultura não estavam articuladas com as demandas de Carlos Santos, anteriormente. Seria uma estratégia de campanha política visando às eleições? Certamente tinha consciência do que representavam suas ações em torno das questões da pesca, o que se constituiu em um importante capital simbólico e político.

Por meio de suas próprias palavras, emitidas nesse discurso, foi possível identificar seu saudosismo em relação à campanha do passado. Entretanto, pode-se relacionar essa nostalgia como uma visibilidade de suas ações do passado em público, visando ao próximo pleito eleitoral. Nesse sentido, o respaldo atingido pelo parlamentar na opinião pública bem como o impacto da Campanha de Valorização do Pescado, realizada em 1965, certamente, deveriam ser divulgados, principalmente em um ano de disputa eleitoral. Outro fator de relevo a ser analisado é a sua base política, identificada nas “gentes do mar”.

Carlos Santos, com objetivos, e respaldado pelas lembranças que tinha da fala do então secretário de Agricultura do Estado, Adolfo Fetter, na época da instituição da Campanha do Pescado (1965), disse:

(...) Adolfo Fetter, quando instalando a Campanha de Valorização do Pescado que, por iniciativa nossa, esta Assembleia instituiu, afirmava que ‘o aproveitamento e as possibilidades pesqueiras do Rio Grande do Sul, são medidas que se impõem, não só em relação a pesca oceânica, mas também tendo em vista áreas sem aproveitamento racional e econômico, como é o caso de nossas inúmeras lagoas, rios, córregos, açudes, canais de irrigação e locais outros onde a variedade de peixe em espécie, tamanho e forma, de fato, é patrimônio alimentar de alta valia’ (...).⁷³² (GRIFO NOSSO).

Ou seja, para o protagonista da Campanha de Valorização do Pescado, em conformidade com a defesa de suas bases de apoio político, identificado nas “gentes do mar”, os investimentos somente na pesca oceânica não resolveriam os problemas gerais

⁷³¹ Ibidem.

⁷³² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1973 e Fevereiro de 1974. Vol. 264.p.157.

da pesca. Todavia, ele observou que a III Convenção Nacional da Pesca, tinha outros interesses relativos às atividades pesqueiras em um contexto de crise mundial.

(...) A preocupação essencial dos empresários da pesca em sua III Convenção Nacional, girou, com sobrada razão, em torno dos graves problemas de nosso setor pesqueiro como a extinção dos cardumes, a falta inexplicável de pesquisas, o custo inestimável, em termos operacionais, da nossa frota pesqueira (...) notadamente agora, com a crise do mundial da gasolina e de óleos lubrificantes (...).⁷³³ (GRIFO NOSSO).

A crise do petróleo vinha-se desenhando desde 1973, em virtude da Guerra Árabe-Israelense.⁷³⁴ Salienta-se que essa fonte energética foi motivada a partir da reestruturação das economias no pós-guerra, que se traduziu em um rápido crescimento econômico, e o motor desse crescimento passou a funcionar à base de petróleo. Período, inclusive, que a empresa Ipiranga S/A, de Rio Grande, teve seu auge.

O próprio empresário Fernando Martins Bastos, em entrevista, em 1986, disse:

A guerra é um mal temível, mas sua ocorrência acelera os processos de produção, o que faz com que alguém se beneficie. Nós nunca desejamos a guerra, mas a Ipiranga enriqueceu com ela, a partir da venda dos solventes para a indústria da borracha (*Apud* CEZAR, 2011, p.99).

O General Ernesto Geisel e sua equipe econômica formada, principalmente, por Mário Henrique Simonsen e João Paulo dos Reis Velloso, ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, visando a combater a crise internacional, com reflexos no Brasil, lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, como a medicação indicada. “Tratava-se de um plano ousado, na medida em que pretendia dar continuidade ao vigoroso crescimento da economia brasileira justamente quando essa esgotara a fase expansiva iniciada em 1967” (CARVASAN, Gustavo, 2008, p.03-04).

Segundo Nara Simone Roehe (2011), nos anos imediatamente anteriores ao governo Geisel, a aceleração no desenvolvimento econômico do Brasil experimentou sua plenitude. O Produto Interno Bruto (PIB) do país chegou a alcançar, entre os anos

⁷³³ Ibidem.

⁷³⁴ A crise foi marcada pelo cenário político-econômico mundial, desde 1973. Em outubro daquele ano o Estado de Israel seria atacado por Egito e Síria, o que desaguaria na Guerra do Yom-Kippur, dando origem ao primeiro choque do petróleo. Segundo Cavarsan (2008, p.1-2) Em uma tentativa de recuperar territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias (1967), os países árabes atacam o Estado de Israel no dia 6 de outubro de 1973, feriado religioso judeu no qual é comemorado o “dia do perdão”, ou Yom Kippur. Tinha início a IV guerra árabe-israelense. Como forma de retaliação aos EUA, que davam suporte ao Estado de Israel, inclusive com fornecimento de armamentos durante a guerra, os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) utilizaram, de forma inédita, a principal arma que possuíam, a saber, o controle sobre o mercado de petróleo.

de 1968 e 1973, uma taxa média de expansão na ordem de 11,2% ao ano, configurando assim o “milagre” (ROEHE, 2011, p.85).

Assim, retornando à indústria da pesca nesse contexto, agora de crise, as maiores preocupações dos empresários era quanto às prorrogações dos incentivos fiscais. Conforme Carlos Santos: “(...) a reunião tratou de modo especialíssimo o problema dos incentivos fiscais”. Ele ressaltou em seu pronunciamento, qual era o seu pensamento sobre a matéria dos incentivos fiscais:

(...) Como já várias vezes tenho afirmado, entendo que o ideal seria não só a indústria, não apenas o mundo empresarial envolvidos nas vantagens e na cobertura econômico-financeira dos incentivos fiscais, mas que o modesto pescador, em geral, o rude trabalhador do mar, aquele que vive no anonimato da pesca artesanal também deveria procurar e encontrar no bojo desses privilégios fiscais, a justa compensação do rústico trabalho e o penhor da melhoria das suas condições socioeconômicas próprias e da sua família (...).⁷³⁵ (GRIFO NOSSO).

Como se observou, os incentivos fiscais alimentavam os empresários e não os pescadores. Na primeira Convenção da Pesca, realizada no ano de 1969, bem como na segunda, o governo foi aprimorando e mantendo os incentivos fiscais ao setor, que em nenhum momento se preocupou com a melhora cotidiana dos trabalhadores do mar. Devido a isso, o representante da pesca no parlamento passou a ficar cético a respeito de planos oficiais para melhorar a vida do pescador, a exemplo do PES CART - Plano de Assistência a Pesca Artesanal.

Não sei se o PES CART, o anunciado Plano de Assistência a Pesca Artesanal com que o Ministério da Agricultura agora acena para os pescadores, prometendo-lhes meios de assistência financeira e técnica, não sei, dizia se esse Plano responderá plenamente aos anseios e as necessidades mais sentidas da ordeira e benemérita classe dos que vivem do mar, ou se limitará aquela simples e reduzida distribuição de pequenos barcos e redes, cercada de estardalhaço publicitário, como aquele no nordeste, quando uma comunidade pesqueira recebeu, em que vivem milhares e milhares de indivíduos, dez pequenos barcos motorizados (...).⁷³⁶

Para Carlos Santos os Planos em torno das necessidades dos pescadores artesanais não passavam de publicidades, pois, para atender a demanda deveria ter investimentos, e não distribuição de barcos, que não atingiam a todos.⁷³⁷ O representante das “gentes do mar” foi enfático: o governo militar somente fazia

⁷³⁵ Ibidem.

⁷³⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1973 e Fevereiro de 1974. Vol. 264.p.157.

⁷³⁷ A AERP investiu constantemente em publicidades em torno das ações dos militares.

publicidades, “estardalhaços”, mas que não resolvia o problema do trabalhador da pesca.

Entretanto, na sequência de seu discurso, surgiu uma veemente crítica sobre a maneira com que o empenho oficial, cita-se o governo militar, destinava recursos aos setores da pesca.

O empenho oficial, quase sempre dá prioridade aos métodos de trabalho e ao aprimoramento técnico que busca apurar a qualidade do pescado e ao aumento da produção, nem sempre situado no mesmo nível do interesse da melhoria do pescado ou dos meios da vida do pescador e sua família, mercê de atendimento de suas necessidades mais prementes de habitação, saúde, alimento, educação dos filhos, tudo isso sem a dolorosa incerteza do amanhã (...).⁷³⁸ (GRIFO NOSSO).

O deputado identificou que o empenho oficial nitidamente não se interessou em resolver o problema do pescador comum. E, novamente, o tribuno citou a sofrida Ilha de Torotama, de Rio Grande: “(...) Expressivo é recente exemplo que nos veio da Ilha de Torotama, na Lagoa dos Patos, quando um simples fracasso da última safra de camarão levou ao desespero e à fome cerca de trezentas famílias de pescadores”.⁷³⁹ Se esses pescadores tivessem incentivos ou fossem auxiliados pela assistência social, dificilmente ficariam na miséria.⁷⁴⁰

Carlos Santos concluiu o seu discurso de uma maneira desalentadora, pois, apesar de desejar que os resultados do conclave de Florianópolis resultassem em estímulos ao setor pesqueiro, o deputado sentenciou: “a indústria pesqueira do Brasil (...) em relação a outros países está pelo menos com um século de atraso”. Então, como resolver a situação do pescador artesanal? Mas, ao mesmo tempo, como resolver os problemas dos empresários?

Com a crise internacional e seus reflexos sentidos no Brasil, nota-se que existiam algumas definições quanto aos incentivos fiscais direcionados para os empresários da pesca. Todavia, se antes, mesmo com a economia em aceleração, pouco se fez a favor dos pescadores artesanais, dificilmente, nesse período, seria feito algo.

No dia 25 de setembro, após oito meses sem citar o tema no plenário, o parlamentar retoma sua agenda com nova desolação: a definição de que o ramo da pesca no Rio Grande do Sul estava em grave crise.

⁷³⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1973 e Fevereiro de 1974. Vol. 264.p.157.

⁷³⁹ Ibidem.

⁷⁴⁰ O parlamentar citou pela primeira vez as condições de miséria da Ilha de Torotama em 27 de abril de 1973. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril de 1973. Vol. 257. p.342-346.

Entretanto, ao iniciar o seu discurso, sem deixar de ressaltar a importância de seu protagonismo na valorização da pesca no Rio Grande do Sul, Santos disse que:

Quando esta casa, há mais de 15 anos, promovia por iniciativa nossa, Campanha de Valorização do Pescado, dizia o representante do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que o problema da pesca passara a preocupar os órgãos governamentais ligados a economia do Estado que se voltavam, então, para as cogitações do peixe (...). (GRIFO NOSSO).

Em época de campanha política, o deputado enfatizou o seu protagonismo na Campanha da pesca, sendo, por assim dizer, o seu cabo eleitoral:

A pesca recém-transformada em indústria de base no País, já dispunha de um Plano Nacional de Desenvolvimento, de um Plano de Regional no Rio Grande do Sul, chancelado pela SUDEPE e conferidos pelos técnicos da Sub-Comissão de Agricultura da FAO, que exaltavam as imensas possibilidades de nosso Estado em termos de desenvolvimento da indústria pesqueira (...).⁷⁴¹ (GRIFO NOSSO).

Mesmo o desenvolvimento da pesca passando a existir, após a fundação da campanha de Carlos Santos, as “imensas possibilidades” exaltadas pelos técnicos da SUDEPE e da FAO, não se concretizaram, já que, devido à crise, as empresas do ramo estavam fechando na Zona Sul do Estado.

O fechamento da Nortemar, uma das três grandes indústrias de pescado em São José do Norte, a redução marcante ou o esgotamento total da capacidade de estocagem de algumas indústrias no Rio Grande e em Pelotas, com a diminuição da produção a níveis de quase paralisação (...) retrata a situação realmente dramática da indústria da pesca no Rio Grande do Sul (...).⁷⁴²

Mas, para o tribuno, além da crise externa, o motivo da crise na indústria da pesca eram os incentivos fiscais desordenadamente destinados pelo governo a empresas incapacitadas.

(...) No último encontro da ANEP – Associação Nacional das Empresas de Pesca, no Rio de Janeiro, a imprensa do país destacou a existências de fortes motivos de decepção. A maneira desordenada de aplicação dos incentivos fiscais para a pesca há sete anos realizada pela SUDEPE, responde, em parte, pelos transtornos da indústria do pescado no país (...)⁷⁴³ (GRIFO NOSSO).

Há sete anos foi promulgado o Decreto-Lei nº 221/67, que definiu por pesca todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na

⁷⁴¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.161.

⁷⁴² Ibidem.

⁷⁴³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.162.

água seu normal ou mais frequente meio de vida. Nessa Lei, a SUDEPE passou a controlar as atividades da pesca e não o Ministério da Agricultura como anteriormente. A pesca, conforme artigo 18: “era considerada indústria de base”. A partir disso, se intensificou a isenção fiscal visando à criação de empresas de pesca no país.⁷⁴⁴ No discurso, Carlos Santos concluiu, informando que:

Ari Mesquita, diretor do Banco Regional do Extremo Sul – BRDE, em Santa Catarina, por exemplo, informa que apenas duas ou três falências foram decretadas (...) e um Técnico do BRDE, arrematou dizendo que é só dar um berro e a maioria das empresas de pescado vai à falência (...).⁷⁴⁵

E quanto à versão militar sobre a crise da pesca, o tribuno explanou que:

(...) A revista “Investimentos” destaca declarações do general Emanuel de Oliveira Gonçalves, Secretário de Operações da SUDEPE, atribuindo a este órgão parte da responsabilidade da crise da indústria da pesca no Brasil, dizendo que esta culpa se concentrou nos primeiros anos de incentivos quando por inexperiência foram concedidos financiamentos a empresas sem qualquer tradição pesqueira, isto por certo, em detrimento de setores mais idôneos da pesca e da indústria da pesca no Brasil (...) ⁷⁴⁶ (GRIFO NOSSO).

Na questão de idoneidade, teria o parlamentar destacado em sua fala uma acusação de desvios públicos de alguns setores? Referente à crise no cotidiano dos pescadores:

A crise, de gravidade tamanha que desabou como um raio por sobre o arcabouço da indústria da pesca e do pescado no Rio Grande do Sul, ameaçando de desemprego milhares e milhares de pescadores e trabalhadores em geral e de brusca estagnação de tão poderosa fonte de produção, deve ser contornada de pronto e com decisão inflexível pelos órgãos responsáveis por tão importante setor da economia (...) ⁷⁴⁷ (GRIFO NOSSO).

Porém, o assunto eleições não poderia passar em silêncio na fala do tribuno, já que em virtude da disputa críticas eram disparadas contra ele, que respondeu:

No instante em que nos comícios eleitorais, os nossos opositores acusam as vozes das oposições coligadas, do vício de negativismo, sem freio, o drama angustiante que vive no Rio Grande do Sul o importante setor pesqueiro.

⁷⁴⁴ Na época, o Decreto-Lei nº 221/67, também, se comprometeu a melhorar gradualmente a vida do pescador e de sua família. Carta do Pescador na íntegra, consultar: ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208. p.137-145.

⁷⁴⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.161.

⁷⁴⁶ Ibidem.

⁷⁴⁷ Ibidem.

prova e comprova que muito mais do que simples palavras no cortejamento das massas populares são os fatos, na crueza rude da realidade que, eloquentemente, falam por si mesmos e desafiam o remendo das contestações (...).⁷⁴⁸ (GRIFO NOSSO).

E concluiu, destacando:

A dolorosa verdade é uma só: a indústria da pesca no Rio Grande do Sul, Estado de vigorosa e extraordinária tradição pesqueira, está sob grave ameaça de angustiante colapso. Cumpre ao governo agir com segurança, rapidez e energia bastante para resguardar tão importante setor de nossa economia.⁷⁴⁹

As intervenções do político demonstram que o projeto dos militares na fundação da Lei nº 221/67, não passou de planejamento arranjado aos benefícios dos empresários. Em sua terceira e última intervenção em plenário, sobre o tema da pesca e das “gentes do mar” nessa legislatura, realizado no dia 16 de outubro, o parlamentar faria o seu último pronunciamento - de um total de 73 enfatizando a pesca, desde 1959. Portanto, há cerca de um mês da disputa do pleito para deputado federal, a ser realizada em 15 e novembro.

No dia 16 de outubro, o tribuno ressaltou o que foi uma constante em sua prática política, as necessidades das “gentes do mar”. Entretanto, em virtude da campanha eleitoral, as necessidades dos pescadores somaram-se às necessidades de outros grupos sociais localizados em seu berço eleitoral: a região Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Nas palavras de Carlos Santos:

Estou recursando de uma excursão pela região litorânea do Estado, em forma de campanha eleitoral pelos municípios de Rio Grande, São José do Norte e Mostardas. Foi mais uma oportunidade de trocar ideias, ouvir sugestões, recolher aspirações daquela gente hospitaleira e laboriosa, que ali vive em luta permanente pela grandeza e progresso do Rio Grande do Sul (...).⁷⁵⁰

A economia dessas regiões era baseada na produção de cebola, orizicultura (cultivo de arroz) e, principalmente, na atividade da pesca. Para Carlos Santos, uma das principais dificuldades da região era o escoamento da produção, em virtude das poucas rotas terrestres de ligamento das cidades de São José do Norte e de Mostardas ao porto marítimo de Rio Grande.

⁷⁴⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.162.

⁷⁴⁹ Ibidem.

⁷⁵⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.52.

São José do Norte era o maior produtor de cebola do Estado, atingindo naquele ano uma das maiores safras do mundo no setor, porém, não obtendo maiores lucros em virtude da dificuldade de transporte do produto para locais de comercialização. Segundo Carlos Santos, “ali naquela região planos rodoviários ou programas especiais de comunicações intermunicipais, deveriam rasgar de pronto a autêntica estrada da produção”.⁷⁵¹

Para uma real noção das dificuldades entre as vias de acesso da região, um trajeto de 180 quilômetros realizado de ônibus, em dia de chuva, entre São José do Norte e Mostardas, levava em média 12 horas. Essa dificuldade serviu para Carlos Santos criticar às maneiras como estavam sendo conduzidas as obras viárias no Estado. Não por acaso, essa discussão das estradas da região estava sendo retomada; pode-se dizer que o tema deveria ser, em época de eleições, novamente visibilizado.⁷⁵²

Pois, conforme seu discurso:

Iniciada em 1967 pelo lado nortense, a estrada na sua parte aterrada ainda não ultrapassou a faixa de trinta km (...) é certo que muito maior seria o rendimento dos trabalhos de construção da estrada se, no lugar de sucatas verdadeiras que ali de quando vez aparecem, fossem empregadas máquinas novas e eficientes (...).⁷⁵³

Dos 180 quilômetros de distância entre São José do Norte e Mostardas, somente 30 quilômetros foram aterrados desde 1967. Aliás, as obras iniciaram, não por acaso, a partir da presença de Carlos Santos na presidência da Assembleia Legislativa, em 1967. Portanto, não se pode afirmar que a conclusão dessa estrada era somente em virtude da campanha eleitoral, já que, constantemente, a obra apareceu nos discursos do tribuno, como necessidade de melhorar a economia e a vida das populações da região.⁷⁵⁴

Devido à problemática do deslocamento, todos os produtos que saíam da região ou vinham para ela encareciam, pois o frete era mais caro, o custo da gasolina mais alto e a mudança de combustíveis para óleos, por exemplo, tornou-se necessária para

⁷⁵¹ Ibidem.

⁷⁵² Em 1971, Carlos Santos disse que as estradas da região eram do “inferno”. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 243, p.197-198.

⁷⁵³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 243, p.197-198.

⁷⁵⁴ Ao todo, por quatro ocasiões o tribuno defendeu a conclusão das obras das estradas da região, em 17/12/1969, 04/12/1970, 30/07/1971 e em 17/08/1971. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1969. Vol. 228. p.02, ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1970. Vol. 237 (sic) 244, p.04-06, ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Julho de 1971. Vol. 242, p.377 e ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Agosto de 1971. Vol. 243, p.197-198.

enfrentar e “vencer os caminhos a percorrer”. E isso, no contexto de crise, agravava a situação.

Um saco de adubo, segundo Carlos Santos, que antes era vendido a quatro cruzeiros, meses antes, estava sendo comercializado em outubro de 1974 à dez cruzeiros. Desvalorizando as cebolas ao invés de serem compradas dos produtores de São José do Norte, eram importadas da Argentina, da Espanha e do Vale do São Francisco. Com isso, as cebolas de São José do Norte, que saíam a qualquer preço, se constituindo um produto sem competitividade.

Essa situação afetava a todos, trabalhadores e consumidores, já que encarecia o custo de vida.⁷⁵⁵ Conforme Carlos Santos, do púlpito:

Em tais circunstâncias, evidentemente, nenhum estímulo é oferecido à dura faina do agricultor e na injustiça e angústia do seu trabalho mal remunerado, o produtor até quase que pagando para produzir, nivela-se ao consumidor indefeso, no chefe de família atormentado pelo custo de vida em contraposição aos índices miseráveis dos salários que ai estão (...).⁷⁵⁶

Mas, em se tratando de questões econômicas e sociais da região Sul do Rio Grande do Sul, o representante das “gentes do mar” não poderia ficar em silêncio, sobre o desenvolvimento da pesca. Santos, de maneira irônica porém responsável, disse:

Quanto ao peixe, os jornais noticiam o refluxo da maré oficial no vai e vem de encontros e reuniões intermináveis dos técnicos da SUDEPE e expertos (sic) em assunto de economia na busca angustiante da solução de uma crise que abala, em seus fundamentos as bases estruturais de nossa indústria pesqueira, hoje considerada pelo Governo como indústria de base (...)⁷⁵⁷ (GRIFO NOSSO).

Ter denominado os planejadores de “expertos no assunto”, não deve ter passado de ironia. Na realidade, Carlos Santos reconhecia que os esforços para melhorar a economia da pesca pendiam somente para o lado dos empresários e industriais, sendo

⁷⁵⁵ Comparando o Salário Mínimo médio desse período com o do período anterior, verifica-se uma queda de quase 26%. O Salário Mínimo real de 1974, comparado com o de 1964, também foi bastante inferior: aproximadamente 22% menor. Como seria assumido no governo do general Geisel, os índices de inflação eram manipulados pelo Estado, o que acarretou em forte perda de valor real do Salário Mínimo. Para dar continuidade à valorização do SM após o fim da década de 50, era necessário uma série de reformas, um novo padrão de financiamento e um programa de estabilização. Pelo efeito demanda, a alta do Salário Mínimo deveria puxar outros setores da economia. Mas o rumo que o governo tomou foi outro. Ele priorizou o combate à inflação, relegando a segundo lugar a política social, tornando os salários em uma variável clássica de ajuste, beneficiando principalmente empresas menos produtivas (POCHMANN, 1993 *apud* OSADA, 2008, p.15).

⁷⁵⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.52-53.

⁷⁵⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.53.

identificado por ele como um equívoco as políticas de incentivos fiscais beneficiarem somente os mais ricos em detrimento dos pescadores, mais pobres. Sobre a indústria de base, desde o Decreto-Lei nº 221/1967, a pesca era base do que para quem? Voltada para os interesses das indústrias e dos empresários e não dos pescadores artesanais.

O parlamentar, em seu pronunciamento informou que visitou outras cidades da região para realizar campanha, das quais citam-se: São Caetano, Estreito, Bujurú, Tavares, São Simão, Solidão e Retovado, até as divisas de Osório. E concluiu, marcando o lado que defendia.

É a questão social, o grande problema humano das multidões anônimas que aí estão a exigir melhores condições de vida e atendimentos de seus reclamos mais legítimos: multidão a quem todos nós devemos o melhor de todos os nossos esforços para ajuda-la a se ajudar – como doutrinava o grande presidente John Kennedy – ‘não porque queremos o seus votos, mas porque é justo’. Se a sociedade livre na advertência, ainda do grande líder ‘não puder ajudar os muitos que são pobres, não poderá jamais salvar poucos que são ricos’.⁷⁵⁸

Antes do resultado final das eleições, e da expectativa em torno de sua campanha política, serão destacadas as intervenções de Carlos Santos em torno dos temas atinentes à identidade negra na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Sobre esse tema, o deputado verbalizou nos seguintes dias: 21 de março, 26 de setembro, 28 de agosto, 25 de novembro e 29 de novembro de 1974.

Tabela 56 – Quantitativa geral dos temas dos discursos de Carlos Santos em 1974

Educação	Homenagens	Região Sul, Rio Grande e São José do Norte	Trabalhadores, grupos, sindicatos.	Menor, Criança Excepcional	Outros	Pesca	Identidade Negra
2	3	1	1	4	1	3	5

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Sobre o 21 de março, considerada data oficial de luta contra o racismo e a discriminação racial, instituída pela ONU, em 1966, em memória ao massacre ocorrido no dia 21 de março de 1960, em que 69 pessoas morreram e 180 ficaram feridas quando a polícia atirou contra manifestantes desarmados que protestavam contra as leis segregacionistas do *Apartheid*,⁷⁵⁹ o parlamentar iniciou suas intervenções.

⁷⁵⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.53.

⁷⁵⁹ *Apartheid* é uma palavra do *afrikanse* recebeu a definição ideológica e conceitual de um projeto de desenvolvimento separado, com a finalidade de preservar a riqueza cultural e material dos povos da África do Sul. Na realidade foi implantado na África do Sul um regime segregacionista que durante meio

Seria um reconhecimento do tribuna a identidade negra diaspórica, pois, na identificação dos problemas africanos, ele passou a referenciar os problemas raciais existentes no Brasil, o que anteriormente não existia em seus enunciados (GILROY, 2001) de maneira contundente. Já que os problemas africanos eram vistos por ele como problemas externos. Todavia, não se pode deixar de mencionar que o contexto da relação diplomática entre os militares e o continente africano possibilitou tal motivação do parlamentar, o que em outra situação seria mais difícil. Por isso, nesse momento, os seus discursos sobre o continente africano aumentaram. Consultando José Flávio Sombra Saraiva (1998), em suas pesquisas fundamentadas em relatórios do Itamaraty e da Diplomacia Brasileira, tem-se a seguinte informação: “o período de 1964 a 1969 é, de uma maneira geral, um período de recuo nas relações do Brasil com a África, quando comparado aos avanços da Política Externa Independente” de 1961. Contudo, esse quadro, em virtude da crise do petróleo, no início da década de 1970, passou a mudar novamente, alterando positivamente. Sendo o continente africano importante parceiro para as relações culturais, políticas e econômicas do Brasil.

Em sua intervenção, realizada no dia 21 de março de 1974, Carlos Santos enfatizou aos senhores deputados: “Data preciosa sem sombra de dúvidas, para quantos de mentalidade arejada reconhecem e respeitam o valor, da liberdade e dos direitos inalienáveis da pessoa humana é a que registra, hoje, o calendário cívico dos povos de vocação realmente democrática (...)”.⁷⁶⁰

No início do discurso o tribuna identifica a quem está sendo direcionado o seu discurso, já que nenhuma mente que não fosse “arejada”, realmente, poderia se identificar com suas palavras.

A data, para Santos, tinha “de ressonância mundial a todos os povos livres e celebram o ensejo do massacre brutal e hediondo de Shaperville, na África do Sul em 1960”. Conforme seu discurso, as vidas ceifadas no episódio não teriam sido em vão, já que: (...) “a data de 21 de março a oportunidade melhor para evocar a memória das vítimas indefesas de Shaperville e de toda a multidão de mártires imolados pelo ódio racial, nos mais variados e distantes recantos do mundo (...)”.⁷⁶¹

Relacionando a data com o Brasil, disse:

século confiscou os direitos fundamentais, políticos e sociais da maioria da população (MUNANGA, 2006; PEREIRA, 2010).

⁷⁶⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1974. Vol. 265.p.274-277.

⁷⁶¹ Ibidem.

No Brasil, a data de hoje não será despercebida, por que para realçá-la foram programadas várias solenidades no Centro de Informações das Nações Unidas e pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, ambos na Guanabara e na mais estreita colaboração com as embaixadas africanas representadas no país (...).⁷⁶²

Uma alteração discursiva a destacar nos discursos de Carlos Santos foi a sua opinião sobre a Lei Afonso Arinos,⁷⁶³ constantemente tida por ele como algo obsoleta, em um primeiro momento. Mas os fatos, passados 12 anos, o fizeram reconhecê-la, como uma lei que, mesmo com pouca eficácia, tornou-se importante na luta contra a discriminação racial.⁷⁶⁴

Seguindo seu discurso, no qual, interpreta-se como uma transformação de seu pensamento quanto à necessidade da Lei. Na realidade, a única existente para coibir as práticas racistas na época. Provavelmente, por isso, o tribuno tenha mudado sua opinião, ressaltando que “Afonso Arinos de Mello Franco, o ex-Chanceler de escol que ligou seu nome ilustre ao diploma legal que proíbe e pune, como crime contra os direitos da pessoa humana, os ‘pruridos racistoides’ em terras brasileiras será a voz autorizada que se fará ouvir no discurso oficial (...)”.⁷⁶⁵

Contudo, algo informado por Carlos Santos o deixou feliz, merecendo destaque - o que o fez relacionar, a partir da alusão ao dia 21 de março, à Lei Afonso Arinos e às comemorações do biênio da colonização no Rio Grande do Sul - sendo que relatou a

⁷⁶² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1974. Vol. 265.p.275.

⁷⁶³ Afonso Arinos de Mello Franco (1930) foi diplomata em 1952 na comissão de Organismos Internacionais da divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais do Ministério das Relações Exteriores. Entre 1956 e 1959 foi segundo-secretário na embaixada do Brasil em Roma e entre 1963 e 1964, primeiro-secretário na embaixada do Brasil em Bruxelas. Paralelamente ao cargo de diplomata exerceu, no Brasil e no exterior, atividades jornalísticas e de divulgação cultural, legislativas e docentes. No período de 1960 a 1962, foi deputado à Assembleia Constituinte e Legislativa do Estado da Guanabara, na qual atuou como membro da Comissão de Constituição e Justiça, em 1961, e como presidente da Comissão de Educação, em 1962. Entre 1964 e 1965, foi professor de Civilização Contemporânea da Universidade de Brasília. Exerceu o mandato de deputado federal pelo Estado da Guanabara (1964 a 1966) tendo sido, nos anos de 1965 e 1966, membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Foi eleito em 22 de julho de 1999 e recebido a 26 de novembro do mesmo ano para tomar posse da cadeira que tem por Patrono Hipólito da Costa, pelas mãos de José Sarney. O Projeto Nº 562 – 1950, mais conhecido como Lei Afonso Arinos era composto por oito artigos. Em linhas gerais a Lei instituía como contravenção penal o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros. O Jornal Quilombo, Junho e Julho de 1950, Ano II, nº10, p.09.

⁷⁶⁴ Em um discurso realizado por ocasião dos 75 anos da Abolição da Escravidão, em 13 de maio de 1963, Carlos Santos disse que “a lei Afonso Arinos era um platonismo”, uma vez que sem a resolução dos problemas econômicos, “o problema cultural e social do negro” iriam intensificar. Por isso, o político acreditava na manutenção da “maior democracia racial do mundo” por meio da justiça social. E conclamou “aos professores, aos jornalistas, aos forjadores de correntes de opiniões, aos capitães das indústrias e de líderes do comércio, aos quantos possam influir no processo de revalorização do homem de cor pela exata aplicação em seu favor, das normas da verdadeira igualdade de oportunidades”. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1963. Vol. 175. p. 186-189.

⁷⁶⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1974. Vol. 265.p.275.

alegria de ter recebido convite para integrar, como representante da comunidade negra, a Comissão do Biênio da Colonização e Imigração. Anunciado, de bom tom, em seu discurso, pois, segundo suas palavras:

(...) Faço registro com a alma realmente em festa, às vésperas precisamente de uma outra data que ficará marcada, de maneira indelével (...) na vida plena de civismo e de nobreza moral da gente rio-grandense, empenhada agora no sincronismo de uma exaltação reverente a todas as raças que ajudaram a construir a grandeza do Rio Grande do Sul (...).⁷⁶⁶

O Biênio da Colonização e Imigração foi criado para celebrar nos anos de 1974 e 1975 o sesquicentenário (150 anos) da colonização alemã e o centenário da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul. A atividade ampliou-se de modo a envolver o pioneirismo das demais correntes imigratórias como a portuguesa e a africana.

Para Carlos Santos, o convite para compor a comissão de estudos da atividade, proporcionaria a reunião de diferentes grupos étnicos e, com isso poderia servir como instrumento real de combate ao racismo e ao mesmo tempo de unidade, ou, como denomina-se, nessa pesquisa de tese, um “oásis”, já que em torno das comemorações as mais variadas etnias estariam representadas (GOMES, 2008).⁷⁶⁷

Seria mais uma oportunidade de lutar contra a discriminação racial e, ao mesmo tempo, elucidar a todos a contribuição do negro na formação do Estado. Pois, para Carlos Santos esse convite foi o reconhecimento da integração da comunidade negra na sociedade sulina, já que:

(...) Sobre os signos dos ideais de integração nacional calcando os impulsos atávicos de preocupação racistas ou quebra de unidade espiritual dos grupos étnicos diferentes que respondem pela formação racial do gaúcho, a Comissão Coordenadora do Biênio da Colonização e Imigração solenemente instalará a Comissão Executiva de homenagem ao Negro, promoção talvez inédita no país em termos de exaltação da comunidade afro-brasileira, buscando festejar a linhagem africana no reconhecimento e homenagens pela

⁷⁶⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1974. Vol. 265.p.275.

⁷⁶⁷ A metáfora de oásis e deserto foi pensada a partir da leitura de Arendt (2006), que utiliza esses termos para refletir a condição humana que é mantida por meio desses desafios, segundo a autora: “... o deserto é o mundo sob cujas condições nós nos movemos (...) dependendo da situação, talvez seja necessária a capacidade de sofrer, a virtude de suportar ou a coragem para agir. Em termos genéticos, que a esperança repouse sobre aqueles que vivem apaixonadamente sob as condições do deserto e que podem agir com coragem: pois, o que eles fazem, é político”. (ARENDR, H, 2006, p.183). A formação das *Frentes Negras* e a realização dos Congressos Afro-Brasileiros e negros tiveram como principais características proporem “oásis” para a sociedade e os negros brasileiros combaterem o racismo, preconceito e as discriminações em todas as cidades que existiram. GOMES, Arilson. A Formação de Oásis: dos Movimentos Frentenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro de 1958. Mestrado - PPGH - PUCRS. Porto Alegre, 2008. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1595. Acesso 07/07/2009.

contribuição na integração sócio-cultural na conquista e consolidação de nosso território, na formação, desenvolvimento e riqueza do Rio Grande do Sul e efetiva participação étnica para tornar melhor o coração da gente maravilhosa do Pampa (...)⁷⁶⁸ (GRIFO NOSSO).

A integração nacional era a maior preocupação de Carlos Santos. Por isso os racistas deveriam ser combatidos. “Para tornar melhor o coração da gente do Pampa”. Por meio de sua afirmação, Santos recebeu apoio dos demais deputados. Getúlio Marcantônio, da ARENA, a exemplo do que fizera há quatro anos antes, na sessão de abril de em 1971, novamente interrompeu o discurso de Carlos Santos, porém naquela ocasião o tema em pauta foi o desenvolvimento da pesca, agora era em torno das questões da identidade negra. Contudo, Marcantônio, solidariamente, destacou: “Nobre deputado. No momento que o senhor mais uma vez profere um discurso de alto significado e conteúdo, gostaria que V. Exa. pudesse também somar a minha modesta voz ao seu pronunciamento”.

E Carlos Santos, após agradecimento, disse: “A solenidade por certo, na magnitude do próprio significado, vale por uma predisposição declarada para os apelos salutares da integração nacional e de repúdio, portanto, a qualquer restrição odiosa inspiradas nas diferenciações raciais”.⁷⁶⁹

E concluiu:

(...) com ufania cívica, por isso, levo para o registro dos Anais desta Casa as celebrações de hoje e a solenidade de amanhã, certo de que a exaltação agradecida e na afirmação dos valores humanos da comunidade afro-brasileira, o Rio Grande do Sul dentro do Biênio histórico, está positivamente participando das cogitações altruísticas da ONU que transformou a data de hoje em dia universal de repúdio ao racismo.

O deputado João Carlos Gastal, do MDB, ao final do discurso, a exemplo do que fez Getúlio Marcantônio, da ARENA, parabenizou Carlos Santos em nome da bancada do MDB, se sentindo “feliz em ter cedido o seu tempo de tribuna” a Carlos Santos. Sobre um tema “tão palpitante”.⁷⁷⁰ Carlos Santos encerrou agradecendo os apoios das bancadas da ARENA e, de seu partido, MDB.

Após a fala de Carlos Santos, outros dois deputados ocuparam a tribuna: Urbano Alves de Moraes e Oscar Westendorff, ambos da ARENA. Urbano Alves, verbalizando sobre o centenário da imigração italiana, agradeceu o Estado pelos incentivos destinados

⁷⁶⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1974. Vol. 265.p.275.

⁷⁶⁹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1974. Vol. 265.p.275.

⁷⁷⁰ Ibidem.

as vinícolas da região de Bento Gonçalves, Antônio Prado, Nova Bossano, Nova Prata, Guaporé e Caxias do Sul.

Conforme Olívio Manfroi (1975, p.46), quanto à colonização italiana, de 1875 a 1914, a metade e, às vezes, três quartos da emigração europeia para o Brasil provinham da Itália. O número de imigrantes nesse período atingiu a cifra de 133.326 pessoas, das quais 104.353 eram italianos.

Em 1891, a imigração italiana no Brasil foi de 132.326, permanecendo até o final do século em uma média anual de 70 mil italianos. Entre 1876 e 1900, 1.040.000 imigrantes italianos se estabeleceram no Brasil. E, segundo o mesmo autor, durante esse mesmo período, a imigração alemã atingiu 46.907 pessoas (MONFROI, 1975, p.46).

A Itália, nos finais do século XIX, era uma jovem nação, recém-unificada e independente. Sofria com problemas econômicos e sociais motivados pelas crises de lutas pela unificação, para se livrar de uma catástrofe, recorreu a um movimento imigratório sem precedentes para o Brasil. Muitos vinham atraídos pelo novo eldorado, como era dito pelos agentes de imigração (MONFROI, 1975, p.46).

Para o Brasil, e principalmente para o Rio Grande do Sul, vieram imigrantes das regiões do norte da Itália, como Emília, Piemonte, Lombardia e Vêneto. O que a Itália não podia oferecer, trabalho e terra, o Brasil ofereceu. Muitos imigrantes foram trabalhar como operários assalariados nas fazendas de café de São Paulo e uma minoria, apenas foi dirigida às colônias do Rio Grande do Sul (MONFROI, 1975, p.51-52).

Oscar Westendorff, descendente de alemães, utilizou o seu tempo para divulgar os preparativos das homenagens ao sesquicentenário da Imigração Alemã, a ser comemorada somente em 24 de julho de 1974.

Westendorff, concluiu o seu discurso dizendo que: “O Rio Grande do Sul foi o Estado brasileiro que teve o privilégio de receber o maior contingente de imigrantes alemães. A primeira leva desses bravos ‘heróis’ aportou a 24 de julho de 1824, a antiga Feitoria de Linha Cânhamo”.⁷⁷¹

Salienta-se que a Alemanha, em 1824/25, ainda nem existia, tornando-se somente Estado Nacional após a unificação, em 1871. Contudo, a identidade alemã, a exemplo das demais, incluindo a própria identidade negra são construções socioculturais.⁷⁷²

⁷⁷¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1974. Vol. 265.p.275-276.

⁷⁷² As Etnias correspondem à unicidade coletiva linguística, compartilhamento cultural e territorial de um grupo. Pode-se dizer que, em um primeiro momento, nosso país foi receptor de muitas etnias, das quais

Todavia, o encerramento do discurso de Oscar Westendorff, chamou a atenção. Primeiro, por verbalizar sobre a quantidade de alemães existentes no Estado, segundo, por não incluir os africanos ou negros como integrantes da grandeza do Rio Grande do Sul e em terceiro, pela sua veemente exaltação aos heróis alemães. Conforme suas palavras:

(...) E hoje temos, através de todo o Rio Grande do Sul, mais de 1 milhão de descendentes daqueles bravos imigrantes alemães. São tão brasileiros como quaisquer outros descendentes de outras correntes imigratórias: lusa, italiana, polonesa, hebraica, árabe etc e contribuem para a grandeza do Rio Grande do Sul e do Brasil⁷⁷³ (GRIFO NOSSO).

Oscar Westendorff concluiu, exaltando a: “Glória aos heróis que nos antecederam! E todos mostremo-nos dignos de tão gloriosos antepassados seguindo os seus passos”. Mas, estávamos no dia 21 de março, dia de luta contra a discriminação racial. Até que ponto a sua exaltação, baseada no sesquicentenário da imigração alemã a ser comemorado somente em 24 de julho teve haver com a data referenciada pela ONU e por Carlos Santos? O que queria Oscar Westendorff, com sua exaltação? Quais os motivos que o teriam levado a exaltar a sua identidade sem se quer citar algo sobre o discurso de Carlos Santos? Que motivos o teriam feito silenciar sobre as contribuições dos africanos e dos negros para o Rio Grande do Sul?

Na realidade, a entusiasmada manifestação de Oscar Westendorff estava relacionada às homenagens da atividade que a Assembleia estava organizando sobre o Biênio da Imigração e Colonização no Estado, que estava sendo comemorada.

citam-se: as indígenas, as europeias, as africanas, as asiáticas e as americanas. Dentro de cada uma dessas grandes vertentes existem as suas subdivisões étnicas. Por exemplo: os povos indígenas, de acordo com o autor LUIS GRUPIONI são formados, somente no Brasil contemporâneo, por 206 grupos (LUIS; GRUPIONI, 1995, p.37-43). Cada qual com sua cultura, que correspondem a hábitos, religiões, alimentações, construções simbólicas e práticas próprias. Em torno do século XVI, existiam no país mais de 2.000 etnias, todas nativas. As nacionalidades modernas como francesa, inglesa, italiana, austríaca, espanhola; e tantas outras foram formadas da homogeneidade criada pelo poder do Estado ou pelo possível consenso. Os italianos foram uma composição identitária construída após a unificação da Itália no século 19, em 1870. Antes seu território era local das seguintes etnias: vênnetos, calabreses e sicilianos. Os alemães passaram por um processo próximo. Já que somente depois de sua unificação, em 1871, a identidade cultural, a exemplo dos italianos, amalgamou-se. Antes, eles eram: bávaros, saxões, prussianos e de outras regiões como a de Holstein. No Brasil moderno, entre os séculos 16 e 19 tivemos grupos imigrados por diversos motivos: tráfico negreiro, políticas de colonização visando povoar nossas terras, crises econômicas ocorridas em virtude dos contingentes populacionais e de refugiados das guerras. Espanhóis, ciganos, luso-açorianos, africanos, alemães, tchecos, libaneses, italianos, poloneses, suíços, franceses, iranianos, coreanos, japoneses, indianos e austríacos (PAIVA, 2006), a partir de milhares das etnias que os compuseram, passaram a integrar e a construir a cultura brasileira.

⁷⁷³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1974. Vol. 265.p.276.

Acredita-se, nesse episódio, compreender a defesa da identidade negra pelo político Carlos Santos, já que se ele não agisse em seus discursos em defesa de sua identidade, ela seria invisibilizada. Pois, como disse o deputado João Carlos Gastal, do MDB: “estes temas eram palpantes”.

Contudo, mesmo com tantos questionamentos, ressalva-se, também, que o espírito da época eleitoral já era o suficiente para que os parlamentares se visibilizassem junto ao seu potencial eleitoral específico. Agora, salienta-se que essas políticas faziam parte das políticas da ONU contra o racismo.

Carlos Santos não verbalizava somente sobre temas da coletividade negra ou sobre o reconhecimento a figuras históricas como Zumbi dos Palmares, José do Patrocínio ou João Cândido, como, observado. Citou, também, indivíduos negros de destaque na sociedade porto-alegrense que foram contemporâneos a ele, como José Maria Rodrigues, professor da UFRGS,⁷⁷⁴ Armando Hipólito dos Santos, advogado,⁷⁷⁵ Dario Bittencourt, advogado,⁷⁷⁶ Elói dos Ângelos,⁷⁷⁷ jornalista, e os membros do Grupo Palmares de Porto Alegre, entre esses Oliveira Silveira.⁷⁷⁸

Porém, no dia 27 de agosto, a capital do Rio Grande do Sul e, principalmente, os amantes da boa música, incluindo românticos, desiludidos do amor e apaixonados, acordaram tristes, em decorrência das notícias de falecimento de Lupicínio Rodrigues (1914-1974).

⁷⁷⁴ José Maria Rodrigues, considerado o primeiro professor negro da UFRGS. Foi citado por Carlos Santos em memória, por seu falecimento, no dia 24 de abril. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.160.

⁷⁷⁵ Armando Hipólito dos Santos, presidiu a Sociedade Floresta Aurora entre os anos de 1932 e 1934.

⁷⁷⁶ Dario Bittencourt foi membro da Academia Rio-grandense de Letras. Integralista, teve destaque na sociedade porto-alegrense. BARREIRAS, Maria José Lanziotti. Dario Bittencourt (1901-1974) Uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. SANTOS, José Antônio dos. *O Curriculum Vitae como vestígio do passado*. Dario de Bittencourt (1901-1974), uma eminência duplamente parda. Porto Alegre, Vestígios do passado: a história e suas fontes, IX Encontro Estadual de História. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212439744_ARQUIVO_DARIODEBITTENCOURT.pdf>. Acesso 04/05/2014. Dario foi citado por Carlos Santos por duas ocasiões, 05 de setembro e 25 de novembro de 1974. Sendo o último em memória por seu falecimento. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.23-24 e ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.20.

⁷⁷⁷ Eloy Dias dos Ângelos foi citado por Carlos Santos em discurso sobre as normas trabalhistas no dia 22 de maio de 1972. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1972. Vol. 249. p.332-333. Seu Eloy continua na ativa, participando de publicações. No Boletim Negra Aldeia, da Associação Negra de Cultura, nº81, Março de 2014, ele escreveu um artigo sobre o intelectual negro Guerreiro Ramos.

⁷⁷⁸ Oliveira Silveira, poeta e, na época, era genro de José Maria Rodrigues. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.160. O Grupo Palmares foi citado por Carlos Santos no dia 20 de novembro de 1972. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254. p.03.

Lupicínio Rodrigues foi o quarto filho de uma família pobre da Ilhota. Filho de um funcionário público e uma lavadeira. Lupi, como era conhecido, nasceu na Ilhota, tradicional bairro negro de Porto Alegre localizado na antiga Colônia Africana, região distinguida como um território negro povoado após a abolição da escravidão. A Cidade Baixa, a Ilhota, e a região denominada como Colônia Africana (atuais bairros Bonfim e Rio Branco) eram a periferia da Porto Alegre do início da República, abrigando descendentes de escravizados além da população negra, mestiça e branca sem posses (OLIVEIRA, 1995, p.32). A região era conhecida, também, em virtude dos constantes alagamentos - o que dificultava a existência daqueles moradores que mesmo com dificuldades mantinham momentos de alegrias (SILVA, 2005).

A musicalidade, o carnaval, as serestas e as festas eram referências quando se falava da região (SILVA, 2005, p.27). Para Márcia Ramos Oliveira, os “seresteiros da Ilhota demonstravam a preferência por instrumentos como violão e cavaquinho junto ao pandeiro” (OLIVEIRA, 1995, p.34). Nesse universo, cresceu o menino Lupi.

Conforme Lupicínio: “Quando eu tinha mais ou menos 12 anos, no meu bairro tinha uma bandinha tão ruim que era chamada pelos moradores da zona de ‘Furiosa’, eu era o cantor” (JORNAL ÚLTIMA HORA, 20/07/1963 *Apud* OLIVEIRA, 1995, p.35-36). Com o passar dos anos, o vocalista da “Furiosa” ganharia o Brasil.

O cantor compôs sucessos e tornou-se conhecido nacionalmente, tendo suas músicas cantadas por Paulinho da Viola, Elis Regina (1945-1982), Zizi Posse e Gal Costa. Foi autor do hino do Grêmio Futebol Porto-Alegrense (PEREIRA, GOMES, PARÉ; REIS, 2012). Participou de organizações negras, inclusive estando junto com Carlos Santos na inauguração da Sociedade Negra Satélite Prontidão, de Porto Alegre nos anos de 1960.

Em 1993, a Escola Imperadores do Samba elogiou o cantor. O samba da escola, cantado no ano de 1993 - pois, no ano seguinte, 1994, seriam comemorados os 20 anos do falecimento de Lupicínio Rodrigues - intitulava-se: “Lupi, podes entrar a casa é tua”, de autoria de Marcelo Costa, Renato e Sandro marcou a memória de Lupi na passarela do samba da capital do Estado. A letra contém a seguinte passagem:

(...) Rei do amor

Rei da dor de cotovelo
 Quem ama vai te ver cantar
Marinheiro, namoradas seresteiro.
Serenatas a luz do luar

Moço vou cantar felicidade
 No partenon ou jardim da saudade
 A caixa de fósforos eu vou batucar

Tem que ter nervos de aço
 Pra suportar esta cadeira
 Vazia na mesa desse bar⁷⁷⁹ (GRIFO NOSSO).

Na assertiva: “Quem ama vai te ver cantar, marinheiro, namoradas, seresteiro, serenatas a luz do luar...”, destaca-se a homenagem de Carlos Santos a Lupi. Santos não por acaso, defensor dos “marinheiros”, que eram “gentes do mar”, lembrou, assim como o fez a escola de samba Imperadores, de Lupi.

Retornando no tempo, no dia posterior ao falecimento do cantor e músico porto-alegrense, em 1974, mais precisamente no dia 28 de agosto, na preposição da “Ordem do Dia”, Carlos Santos, prestou homenagem em torno da memória do músico Lupicínio Rodrigues. Demonstrando o quanto as personalidades da comunidades negras, em diversos setores da sociedade, intelectuais, artistas, músicos, políticos etc. eram constantemente lembradas em suas intervenções.

Porém, se a memória de Lupicínio é rememorada, o território em que ele nasceu, em virtude da especulação imobiliária, desapareceu. Por meio de um planejamento urbano efetivado pela prefeitura de Porto Alegre, seus moradores foram deslocados para outras áreas da cidade, a partir da década de 1950, o que descaracterizou o bairro. (OLIVEIRA, 1995; SILVA, 2005; CAMPOS, 2006).

No dia 26 de setembro de 1974, fez novo discurso, agora sobre as independências dos países africanos colonizados anteriormente pelos portugueses, entretanto, propondo uma aproximação de sua identidade negra bem como do Brasil com aqueles povos.⁷⁸⁰

Conforme Santos falou da tribuna:

Tive a oportunidade de saudar, desta tribuna, no preciso instante da emancipação da Guiné-Bissau, o surgimento então da mais nova República Africana no seio do mundo livre. Ao lado da alegria de democrata e de júbilo cívico de descendente de africano ante da conquista da independência do nobre povo que, ao longo dos séculos, escorraçado vivia em sua própria terra,

⁷⁷⁹Site dos Imperadores do Samba. Disponível em <http://www.imperadoresdosamba.com.br/index.php/sambas-enredo/decada-de-1990>. Acesso em 08 de junho de 2014.

⁷⁸⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.185-186

eu compreendia e festejava também a importância do evento na ampliação dos horizontes internacionais do Brasil (...).⁷⁸¹ (GRIFO NOSSO).

O tribuno em discurso já havia se identificado como descendente de escravos, mas como descendente de africano foi sua primeira vez desde 1959, período em que se baseia esta pesquisa.⁷⁸²

Guiné Bissau iniciou sua luta de independência no final dos anos de 1950. Em 16 de julho de 1974, o Brasil reconheceu Guiné Bissau como um Estado independente antes das negociações de paz entre os africanos e Portugal.

Agora, o parlamentar estava efusivo pela independência de outro país africano, Moçambique, que passou a construir um Estado socialista sob comando da FRELIMO⁷⁸³ (RIBEIRO, 1998, p.67). O que denota uma nova linha dos militares, já que Carlos Santos saudou Moçambique. Prosseguindo sua intervenção:

Por força da identidade de língua, de propósitos desenvolvimentistas e de amor a paz, compreendi desde logo, as conveniências recíprocas dessa aproximação entre o nosso povo e aquele país. Hoje, tomado de mesmo sentimento de entusiasmo e das promissoras perspectivas de entrelaçamento fraterno e comercial intercâmbio entre a minha Pátria e uma nova nação africana, saúdo Moçambique, joia rutilante da África Oriental, agora presente no concerto dos povos livres do mundo (GRIFO NOSSO).

Entretanto, salienta-se que - mesmo sendo Carlos Santos o protagonista dessas alusões - igualmente os militares tinham interesses nessas ações e intervenções. Segue o discurso do tribuno:

Moçambique representa para o Brasil uma extensão geográfica e espiritual de nossa cultura (...) perspectiva leal e fraterna, própria de povos de raízes culturais comuns (...). A mim de modo especial, que tanto me orgulho da origem daquela velha estirpe de africanos que há quatro e meio séculos foi arrancada a força dos confins do negro continente, trazida para servir aqui de viga mestra de economia do Brasil nascente, a mim sobre modo empolga e alegra e interessa a grata nova elevação de Moçambique e de todas as demais colônias africanas, à categoria excelsa das nações independentes (...).⁷⁸⁴ (GRIFO NOSSO).

⁷⁸¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.185.

⁷⁸² Carlos Santos conforme analisado em seus discursos versou sobre a discriminação racial, aludiu à libertação e prestou homenagens a lideranças negras. Contudo, a relação de sua identidade com África apareceu somente no contexto que se está evidenciando nesse momento.

⁷⁸³ A Frente de Libertação de Moçambique, também conhecida por FRELIMO, é um partido político oficialmente fundado em 25 de Junho de 1962 (como movimento nacionalista), com o objectivo de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português.

⁷⁸⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.185.

O deputado verbalizou sobre os novos rumos da política exterior dos militares, que passou a intensificar os tratos comerciais com os países independentes, visando a atenuar os problemas da crise enfrentada.

Já que disse que essa relação, para ele, se dava de modo especial, que tanto se orgulhava “da origem daquela velha estirpe de africanos que há quatro e meio séculos foi arrancada a força dos confins do negro continente, trazida para servir aqui de viga mestra de economia do Brasil nascente (...)”, estava, em fim, sendo reconhecida.

E disse:

(...) Não possa deixar de recordar a extraordinária contribuição, que lá como aqui, a etnia africana deu ao mundo forjado pelo lusitano com sangue e suor, é verdade, mas também com admiráveis virtudes e qualidades morais que alicerçam hoje o próprio brasileiro: força e resistência física, tenacidade, paciência, ternura, jovialidade, pureza de coração e entusiasmo contagiante. Com tal acervo de qualidades não há dificuldades que resistam ao embate do homem, desde que, como agora ocorre nas ex-colônias portuguesas da África, lhe fale à alma a voz apaixonante da liberdade (...) ⁷⁸⁵ (GRIFO NOSSO).

A identidade diaspórica de Carlos Santos surgiu em seu discurso com força, em uma relação híbrida, pois ele reconheceu que a etnia africana e a identidade negra no Brasil, se coadunavam. Tendo os mesmos valores, mesmo que em um mundo forjado pela escravidão, ambas foram exploradas; e ambas, por meio das palavras de Carlos Santos, essas identidades se tornam uníssonas, híbridas, na contribuição para o povo brasileiro. A identidade negra brasileira, nesse momento, tornou-se representante legítima, como sempre o foi embora silenciada em seus pronunciamentos, da cultura africana no Brasil.

Para o tribuno, o momento era especial, pois se tratava da aproximação, por meio de vias econômicas e culturais com a afirmação de identidade diaspórica. Entretanto, deve-se ressaltar os laços de aproximação que vinham ocorrendo desde a década passada por meio da denominada “comunhão espiritual entre Brasil, Portugal e África”.

Chamado por Gilberto Freyre de “lusotropicalismo”, uma visão segundo a qual a melhor maneira de o Brasil se relacionar com a África seria via Portugal (SARAIVA, 1998, p.137). E que, nesse momento, por ocasião das independências dos países africanos de língua portuguesa, tomou impulso.

A mais alta expressão dessa característica peculiar da colonização portuguesa era, para os ideólogos do “lusotropicalismo”, a “democracia racial brasileira”. Freyre

⁷⁸⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.185.

argumentava que os portugueses haviam sido os únicos a adaptar valores europeus para as regiões tropicais de forma harmoniosa (FREYRE *Apud* SARAIVA, 1998, p.137).

O tribuno encerrou o seu discurso destinando, principalmente aos países recém-independentes de língua portuguesa, votos positivos para que “o Governo brasileiro aproveitasse as oportunidades que surgem para o lançamento de pontes de fraternidade e intercâmbio com os povos irmãos do Terceiro Mundo”.

Carlos Santos passou a ter contatos com esses países, inclusive, sendo convidado a visitá-los. José Luiz Pereira da Costa, chefe do gabinete e amigo do deputado, em entrevista, confirmou a situação complexa existente entre o Brasil, Portugal e os países africanos, já que os portugueses lutavam, igualmente, pela manutenção de suas colônias. Segundo Costa (2013):

(...) nós fomos convidados, pelas sugestões que fiz, para ir para a África, conhecer Angola e Moçambique. Nessa fase não se tinha uma noção precisa do que representava Portugal para a África; eu não tinha ideia, lamentavelmente. Eu tinha adquirido, de há muito, consciência da importância de os países africanos se tornarem independentes. Mas eu não tinha noção do que estava ocorrendo no relacionamento Portugal e suas colônias. Então, quando nós recebemos o convite oficial da embaixada de Portugal para conhecer Angola, que era Colônia de Portugal, isso foi noticiado e chegou aos ouvidos do embaixador do Senegal, que era o decano dos poucos embaixadores africanos, que havia naquele tempo. Então o embaixador do Senegal veio a Porto Alegre para dissuadir o Dr. Carlos Santos de ir a Angola. E nós nos reunimos e eu entendi a extensão do dano que nós possivelmente iríamos causar, porque iria ser usado, seguramente, por Portugal, Salazarista dessa época, a condição do Dr. Carlos Santos, um prócer da raça negra, que ia ser explorado como um fator positivo por Portugal, que massacrava Angola (COSTA, 2013).

Os contatos estabelecidos diretamente entre o embaixador africano Henry Arphang Senghor com Carlos Santos e José Luiz Pereira da Costa foi importante para a compreensão do político sobre o que estava de fato ocorrendo nas relações internacionais dos países africanos com Portugal, já , sem a mediação de um embaixador africano, eles não teriam consciência de como Portugal tratava suas colônias. Tinham um conhecimento limitado no que os militares e Gilberto Freyre denominavam de “lusotropicalismo”. Pois, como disse da Costa (2013):

Portugal massacrava, estava naquela guerra brutal, não queria largar as colônias que tinha: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde; não queria largar suas possessões e mantinha uma guerra brutal que estava liquidando inclusive com próprio Portugal, porque não tinha mais dinheiro; ninguém mais o apoiava. Então, veio o embaixador do Senegal, o nome dele era Henry Arphang Senghor. Em Porto Alegre conversou conosco, dissuadiu-nos e nós não fomos. E uma coisa, esse é um

detalhe curioso. Uma coisa que não se fala hoje em dia, no Brasil: nós devolvemos o dinheiro das diárias (COSTA).

Segundo Saraiva (1998), esse ano auxiliou na inflexão brasileira para a África Portuguesa. As crises do petróleo, a Revolução dos Cravos em Portugal,⁷⁸⁶ as próprias modificações no sistema internacional e a eficácia do método do “pragmatismo ecumênico e responsável” de Geisel permitiram a opção brasileira pelas independências em Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné Bissau (SARAIVA, 1998, p.168).

Conforme José Bernardo (2007, p.11):

Em 26 de julho de 1974, Portugal aprova e promulga a Lei Constitucional nº 7/74, pela qual reconhece o direito à autodeterminação e independência das colônias africanas, e dá pela primeira vez ao Presidente da República competência para, através de acordos assinados por ele ou por outra via que se considere vantajosa, formalizar atos de descolonização (BERNARDO, 2007).

Ressalta-se, nas lutas de independência, os protagonismos das resistências internas dos povos de Moçambique, Angola e Guiné Bissau, por meio de seus movimentos de libertação, como o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) a FRELIMO, de Moçambique, e o movimento para a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) (BERNARDO, 2007).

Entretanto, sem esquecer da luta cotidiana para o combate a discriminação racial no Brasil, Carlos Santos destacou que essas ações davam “sentido de alertamento (sic) de toda a multidão de irmãos e patrícios nossos integrantes da comunidade afro-

⁷⁸⁶ Em meados dos anos setenta, Portugal era governado por um regime autoritário de inspiração fascista, que passou a controlar o país, sob o governo do Estado Novo. A República Nova, como era denominada, era apoiada pela igreja católica, pelos pequenos e grandes proprietários de terra. Apesar da contestação nos fóruns mundiais, como na ONU, Portugal manteve uma política de força, tendo sido obrigado, a partir do início dos anos 60, a defender militarmente as colônias contra os movimentos de libertação de Angola, Guiné Bissau e Moçambique (BERNARDO, 2007). A decadência econômica e o desgaste com a guerra colonial na África provocaram descontentamentos em setores das Forças Armadas e na população. O golpe militar, liderado pelo Movimento das Forças Armadas, no dia 25 de Abril teve a colaboração de segmentos civis. Enquanto as forças leais ao regime se renderam, uma parte de forças militares do movimento revolucionário marchavam sobre Lisboa, anunciando o fim da ditadura. A população saiu às ruas para comemorar com pétalas de cravos, a flor nacional. Ainda segundo Bernardo (2007) “Existem várias versões, sobre quem teria sido primeiro a jogar pétalas de flores nas ruas, mas uma delas é que uma florista contratada para levar cravos para a abertura de um hotel foi vista por um soldado que pôs um cravo na espingarda, e em seguida todos o fizeram, portanto, alguém começou a distribuir cravos vermelhos pelos soldados que depressa os colocaram nos canos das espingardas. A partir daí, o cravo tornou-se o símbolo da Revolução de 25 de Abril de 1974”.

brasileira (...) a fim de estabelecer elos indestrutíveis, entre o povo brasileiro e os povos africanos de mesma língua”.

Uma relação forjada a ferro e fogo pelos portugueses, entre negros brasileiros e africanos. Aqui, Carlos Santos emitiu, no entendimento próprio, dura crítica a Gilberto Freyre, considerado um dos mentores da democracia racial brasileira e do “lusotropicalismo”, pois, foram suas palavras: “Mundo que o português criou”, “segundo o eufemismo com que o eminente sociólogo Gilberto Freyre denominou de colonialismo português”. Decretando, de vez, o distanciamento de seu discurso com o as referências ideológicas da democracia racial, considerada a exemplo do lusotropicalismo de eufemismo.

E por fim, fez um apelo a brancos e negros:

De um modo especial, formulo os melhores votos para que a juventude patricia, na plenitude comunitária dos grupos negros e brancos, não importa a cor, a juventude brasileira procure levar seus irmãos das recém-libertadas terras africanas todo o tipo de auxílio, no bojo mais amplo de colaboração, seja de instrumentalismo tecnológico, nações (sic) (noções) científicas, caráter educacional, natureza estética, e até mesmo a exemplo de nossa coexistência étnica e social e de nosso peculiar modo de arrostar a vida, com os olhos voltados para o futuro trazendo nos lábios a canção da alegria e, no coração, as esperanças renovadas⁷⁸⁷ (GRIFO NOSSO).

A juventude negra e branca brasileira, na plenitude comunitária, humana seriam, nas palavras de Carlos Santos, as responsáveis pela mudança. Entretanto, o parlamentar cita que nossa “coexistência étnica e social” deve continuar como exemplo para o mundo. Ou seja, era a defesa de Carlos Santos para com uma coexistência étnica, social, porém sem discriminações. Como um “oásis” (GOMES, 2008), um lugar político (ARENDR, 1999) onde todos juntos reconhecendo suas diferenças, deveriam conviver em busca do bem comum.

Carlos Santos deixou de acreditar na democracia racial como referencial de nossa nacionalidade, mas continuava acreditando que o nosso país poderia servir como exemplo, pois, negros e brancos conviviam de certa maneira bem. Ele identificou nos “pruridos racistoides” os problemas de discriminação racial, sem generalizações, cotidianamente sofrida pela comunidade negra. Por isso, a democracia racial não era mais reconhecida pelo parlamentar. Mas, continuava, sim, sua luta por um país e um Estado realmente igualitário entre negros e brancos.

⁷⁸⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.186.

Carlos Santos, com novos pensamentos, avançou rumo ao próximo pleito, no que tange às interpretações particulares, com bases seguras. Sobre as questões da pesca, definiu-se ao lado dos pescadores artesanais que, como observou-se, eram os mais explorados em um contexto em que os planos de desenvolvimento econômicos beneficiavam somente os empresários e os industriais por meio de incentivos fiscais. Quanto à identidade negra, antes vista por ele como algo diluído ou integrante da democracia racial, agora, passou a ser defendida como uma posição política, pessoal e coletiva, em uma sociedade afetada pelos “pruridos racistoides”, que deveria ser combatidos.

Eram os pescadores e a comunidade negra, ambas representadas nos discursos do político negro das “gentes do mar”, Carlos da Silva Santos. A sorte estava lançada. Com eleições marcadas para o dia da Proclamação da República, 15 de novembro, o papareia convicto tentaria um novo desafio, a Câmara Federal, em Brasília - DF.

Com 38.665 votos, o deputado estadual Carlos da Silva Santos, na época com 69 anos de idade (completaria 70 anos no dia 9 de dezembro), obteve a 16ª colocação do Partido do MDB, em um total de 20 eleitos, ficando com a vaga de deputado federal. O primeiro colocado do MDB, com 120.702 votos, foi o deputado Alceu de Deus Collares, outro deputado negro, inclusive, o concorrente a deputado federal mais votado do Estado do Rio Grande do Sul.

No dia 25 de novembro, aliviado pela conquista eleitoral, Carlos Santos se colocou ao púlpito, emocionado, diante da presença de seus colegas e do público para agradecer. E disse:

Srs. Deputados. Quero e devo fazer as minhas primeiras palavras nesse Plenário, depois do pleito memorável de 15 de novembro, a expressão maior e mais comovida dos meus agradecimentos, a toda essa legião de amigos na outorga da preferência das urnas, sobretudo me honraram com a indicação para a Câmara Federal. Tomado da mais sincera humildade, recebo tão expressiva ocorrência como um gesto de renovada estima e confiança a que mercê de Deus, como até aqui me empenhei em fazê-lo, procurarei de alma escancarada amplamente corresponder (...).⁷⁸⁸

Após os agradecimentos, o primeiro tema enunciado pelo parlamentar foi, não por acaso, o atinente aos países africanos. De maneira emocionada, ele apresentou um painel histórico justificando o aprofundamento das relações do Brasil com a África,

⁷⁸⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.05.

definida por ele como elos de um substrato espiritual e cultural comum, identificada na massa de descendentes de africanos existente em nosso país. Conforme o tribuno:

No bojo das relações internacionais do Brasil, avulta a cada dia que passa, a importância da aproximação com as nações africanas, de modo especial com as que possuem substrato espiritual e cultural comum. Entre estas últimas estão as que, desde 1500, construíram com milhões de criaturas, para a formação humana e sentimental de nosso povo, e a que neste momento desligadas do colonialismo português vão tornando-se nações independentes (GRIFO NOSSO).⁷⁸⁹

Conforme as colônias africanas de língua portuguesa tornavam-se independentes, as práticas políticas de Santos, principalmente em torno de sua identidade étnica negra também afloraram no parlamento.

Nosso país pela razão maior de que possui, em seu seio populacional forte massa de descendentes de africanos, e pela identidade de esforços no sentido do desenvolvimento material, com liberdade e espírito fraternal, deve desdobrar seus esforços a favor de um crescente estreitamento de laços de amizade com aqueles países (...).⁷⁹⁰ (GRIFO NOSSO).

Para José Flávio Sombra Saraiva (1998), existiu a partir da crise do petróleo de 1973-1974 a clara determinação do Brasil em atingir os mercados africanos. A diversificação da exportação associada às restrições impostas pelo protecionismo das grandes economias mundiais ajudaram em muito a inclinação brasileira pelo comércio com países daquele continente (SARAIVA, 1998, p.168).

Carlos Santos se mostrou atento às políticas africanistas instauradas pelo Brasil, tanto econômicas como culturais. A diplomacia brasileira estava se esforçando para empreender uma política comercial na região, com viagem marcada do chanceler Azeredo da Silveira para o Senegal. Essas relações econômicas, iniciadas junto aos países africanos, passaram a ser destacadas pela imprensa porto-alegrense, conforme as publicações dos Jornais “Diário de Notícias” e “Correio do Povo”, repassados por Carlos Santos para a taquigrafia da Assembleia.⁷⁹¹

⁷⁸⁹ Ibidem.

⁷⁹⁰ Ibidem.

⁷⁹¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.06-07.

5.4.1 *As despedidas no biênio da colonização e imigração*

Em 29 de novembro de 1974, o parlamentar realizou sua última ação no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Em decorrência de convite para sua participação na comissão de homenagens ao biênio da colonização e imigração.⁷⁹²

O Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul comemorado nos anos de 1974/75 constituíram-se em homenagens oficiais do Estado para os grupos que contribuíram para a formação cultural, econômica, política e social do Rio Grande do Sul. Na ocasião, comemoravam-se o sesquicentenário da imigração alemã (1824), o centenário da imigração italiana (1875) e os 340 anos da entrada do negro no Rio Grande do Sul (1635).

Diante dessas iniciativas, patrocinadas pelo Estado, ocorreram os concursos de monografias de pesquisas sobre os grupos integrantes das homenagens do biênio: os alemães, os italianos e os negros. Os vencedores para publicar suas pesquisas foram: Carlos H. Hunsche, com o livro: “O biênio 1824/25 da colonização alemã no Rio Grande do Sul - Província de São Pedro (1975)”, Olívio Manfroi: “A colonização italiana no Rio Grande do Sul - implicações econômicas, políticas e culturais (1975)” e a obra de autoria de Cláudio Moreira Bento, prefaciada por Carlos Santos, intitulada: “O Negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul” (1976). Todos publicados pelo Instituto Estadual do Livro do Estado (IEL).

Quanto às imigrações para o Estado, a primeira foi a dos alemães. Em 1824/25 ocorreu a vinda dos imigrantes da região que, a partir de 1871, seria denominada Alemanha. Os primeiros indivíduos a aportarem na região de São Leopoldo eram das seguintes localidades: Hunsrück, Saxônia, Wurtteerg e Saxônia-Coburg. Após, vieram da Renânia, Pomerânia, Silésia, Boêmia, Westfália, Holstein etc.

Esses grupos se fixaram, sobretudo, em Santa Cruz, Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Teutônia e São Lourenço - municípios sul-rio-grandenses. Aqui, esses imigrantes trabalharam na pequena propriedade rural e até como força militar, entre mercenários e tropas regulares (FLORES, H. 2008, p.10).

⁷⁹² As comemorações do Biênio da Imigração e Colonização eram relacionados aos grupos alemães que migraram e colonizaram o Rio Grande do Sul, nos anos de 1824/25, portanto, as atividades do Biênio comemorados pela Assembleia do Estado faziam referência aos cento e cinquenta anos desse acontecimento.

Aliás, concordando com René Gertz (2012, p.243), “até os indígenas que habitavam o território que veio a se constituir o Rio Grande do Sul provinham de um processo de migração, isso significa que, a rigor, nesse estado, ninguém é ‘autóctone’”.

Contudo, também como nos aponta Gertz (2012, p.244), quando pesquisou a segunda fase do processo de imigração e colonização, iniciado entre os idos de 1870, já se pode afirmar que entram em nosso Estado, para colonizar, imigrantes alemães, pois, a Alemanha viria a se constituir como um Estado Nacional.⁷⁹³

Não se pretende, neste trabalho, aprofundar como e em quais condições ocorreram as imigrações para nosso Estado, embora seja uma característica importante para a compreensão dos estudos étnicos, todavia, aponta-se, nessa discussão, as bases para interpretar as comemorações instituídas na Assembleia por ocasião da efeméride da imigração e da colonização.

No mesmo ano do Biênio da Colonização e Imigração, ocorreram as comemorações do sesquicentenário da Imigração Alemã, que tinha como finalidade demonstrar e exaltar como ocorreu a vinda desses imigrantes para o Estado.

Por meio de um concurso estadual, citado, foi lançado pelo o IEL, a obra: “O Biênio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – Província de São Pedro”, de Carlos H. Hunsche (1975), contendo informações e pesquisas gráficas embasada nas fichas do Arquivo Nacional, referentes aos 1.027 colonos entrados no Rio Grande do Sul nos anos de 1824 e 1825.

A monografia de Carlos Hunsche (1975) defendeu, que a imigração e a colonização alemã no Rio Grande do Sul ocorreu por meio de 11 levas chegadas a São Leopoldo, enfatizada pelo autor como a colonização mais bem sucedida do país.

Em virtude, principalmente, de aspectos ligados ao clima, à vegetação e às florestas (que eram, segundo o autor, familiar ao *habitat* germânico), além de um sistema de produção baseado na pequena propriedade agrícola, esses elementos possibilitaram o desenvolvimento germânico no Rio Grande do Sul.

Porém, o autor - em que pese todos esses fatores - afirmou que, sem dúvidas, o fator mais importante foi a constelação humana que existiu no começo da colonização “e que, nesta forma ideal, nunca mais se repetiria durante toda a história da imigração e colonização alemã no Brasil” (HEUNSCHE, 1975, p.16).

⁷⁹³ Gertz (2012, p.258), aponta outros grupos de imigrantes que vieram nessa fase para nosso Estado como, além dos alemães, italianos, japoneses, judeus, poloneses.

Hunsche (1975) se referia a personalidades como o Major Jorge Antônio Schaffer, responsável pelas primeiras levadas de imigrantes a chegarem nos navios, o Monsenhor Pedro Machado Miranda Malheiro, nomeado Inspetor da Colonização Estrangeira, o Dr. João Daniel Hillebrand, diretor da Colônia Alemã de São Leopoldo.

Esses imigrantes, a exemplo dos africanos, porém em condições diferentes, aportaram no Estado por via marítima a bordo do navio *Germânia*, do veleiro *Friedrich* e de barcos veleiros como o *Wilhelmine*, um transatlântico.

Para o Brasil, entraram colonos honestos, mas também delinquentes providos da região de Mecklemburgo, intermediados pelo Major Schaffer. Conforme Carlos Hunsche:

Independentemente de quaisquer outras considerações, devemos assinalar que a entrada de delinquentes como imigrantes não era fato sem precedentes. Já no Brasil-Colônia, Portugal mandava degredados para o Brasil. Os primeiros dois imigrantes no Brasil foram delinquentes, deixados em terra por Pedro Álvares Cabral depois do descobrimento. E quando da fundação de Rio Grande, em 1737, foram mandadas para aquela fortaleza mulheres de vida pouco recomendável (...) de Nápoles vieram delinquentes para o Brasil (HUNSCHE, 1975).

A respeito da imigração italiana, Olívio Manfroi (1975), em sua monografia, também escolhida para publicação, mas sobre os italianos, disse que “o fato mais impressionante e original das colônias italianas do Rio Grande do Sul foi a reconstrução cultural, em terras gaúchas, dos vilarejos italianos”. Além, disso “a reação dos imigrantes colocados em meio da floresta virgem, abandonados às próprias forças e iniciativa isolados da sociedade” foi um caso raro na civilização.

Mas, não foram somente europeus que adentraram no Rio Grande do Sul. Visando à composição de uma comemoração mais diversa, já que o contexto exigia, sendo a relação diplomática com a África-Lusa uma realidade, nada mais pertinente do que o Estado incorporar os descendentes de africanos nessas alusões.

Para representar a contribuição dos africanos à formação cultural, política, social, convidou-se o parlamentar negro Carlos Santos, que ficou responsável de formar a Comissão das homenagens da “imigração” dos africanos para o Rio Grande do Sul,⁷⁹⁴ nada mais pertinente.

⁷⁹⁴ Carlos Santos em nenhum momento comparou como ocorreram as dinâmicas das vindas dos grupos étnicos para o Estado, como verificado em nosso primeiro capítulo, já que os africanos vieram como escravizados. E sim, promoveu aspectos relacionados com a contribuição africana ao Estado. Demonstrando que incitar conflitos étnicos não eram as características de suas ações.

O deputado Victor Faccioni, presidente da Comissão Coordenadora do Biênio da Colonização, na época também secretário extraordinário para assuntos da Casa Civil do Estado, discursou sobre a instalação da Comissão em Homenagem ao Negro, e salientou:

O negro não foi imigrante nem colono. Mas foi peão de estância, foi domador, foi cavaleiro, foi soldado, foi revolucionário, foi braço anônimo que carregou pedra na construção ciclópica dos molhes de Rio Grande e braço que bateu pino (...) foi marinheiro – imperial marinheiro – na guerra do Paraguai e deu exemplo de amor à Pátria (...)⁷⁹⁵ (GRIFO NOSSO).

O parlamentar destacou a importância do braço negro desde a construção da Barra de Rio Grande e como imperial marinheiro, em uma alusão a Marcílio Dias, o que deve ter deixado Carlos Santos, satisfeito. Logo, depois, Victor Faccioni, concluiu, enunciando que confiava ao seu “digno colega de Assembleia Legislativa, o ilustre dep. Carlos Santos, a quem o governo do estado confiava a presidência da Comissão de Homenagem ao Negro”. O deputado recebeu o convite com alegria.

Para Faccioni, a “Comissão tinha por objetivo ser interprete fiel dos sentimentos do povo gaúcho para quem jamais importou a cor da epiderme dos seus irmãos negros, mas o que se lhes vê nos olhos limpos e leais, sinceros e fraternos (...) corações de patriotas e de rio-grandenses”.

Em sua última ação discursiva na Casa, realizada no dia 26 de novembro de 1974, Carlos Santos disse: “Dentro do Biênio da Imigração e Colonização, ora em plena transcorrência no Rio Grande do Sul, o governo do Estado, promoveu e o povo consagrou a exaltação da presença do negro na composição étnica e espiritual do homem sul-rio-grandense”. Sua ação, em torno da exaltação étnica africana que, guardadas as proporções, foram parecidas com as intervenções realizadas pelo político, identificado com a identidade alemã, Oscar Westendorff.

Ademais, Carlos Santos, na sequência de seu pronunciamento, relacionou novamente a identidade negra com o continente africano, estabeleceu um diálogo até então inexistente em seus discursos, sobre a contribuição negra na formação. Pois, antes os africanos eram vistos como povos do exterior, com problemas raciais próprios. Agora, os africanos passam a ser relacionados com o desenvolvimento cultural, social e econômico do Rio Grande do Sul.

⁷⁹⁵ Discurso proferido pelo deputado estadual Victor Faccioni. Assembleia Legislativa, Porto Alegre, 25 de março de 1974. FACCIÓNI *Apud* BENTO, 1976, p.18.

Conforme Santos:

O inestimável alcance da contribuição africana no trabalho, nas expressões da cultura e vida social, na conquista e consolidação de nosso território, a formação, desenvolvimento e integração deste Estado, embasaram o diploma legal que determinou aquelas comemorações cuja Comissão Executiva me dei a insigne honra da Presidência.⁷⁹⁶ (GRIFO NOSSO).

O deputado presidiu a comissão, específica, da Comunidade negra nas festividades do Biênio da Imigração e Colonização. Sua equipe de trabalho foi organizada com as seguintes subcomissões:

Tabela 57 – Das subcomissões relativas aos estudos da comunidade negra no Biênio da Imigração e da Colonização

Subcomissão	Nomes
Comissão de Assuntos Históricos e Culturais	Professora Geraldina da Silva
Comissão de Relações e Intercâmbios	Dr. Gilberto Brasil
Comissão de Festividades	Júlio Soares
Comissão de Imprensa	Dr. Elói Dias dos Ângelos

Fonte elaborada pelo autor, baseado nos ANAIS DA ASSEMBLEIA, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.107.

Conseguiu-se identificar, nesta pesquisa, por intermédio de correspondências e dos próprios Anais, duas personalidades negras de destaque nas associações negras porto-alegrenses: Júlio Soares e Elói dos Ângelos.

Júlio Soares exerceu a presidência da Sociedade Beneficente Floresta Aurora nos anos de 1953 a 1955, e entre 1960 até 1965 foi o presidente que mais anos esteve à frente da organização.⁷⁹⁷ Sob seu comando, a sociedade tinha uma respeitável administração e intensa atividade associativa e informativa, principalmente no que diz respeito ao envio de correspondências aos seus associados e simpatizantes.⁷⁹⁸ Já Elói

⁷⁹⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.06.

⁷⁹⁷ A Sociedade Beneficente Floresta Aurora nasceu no dia 31 de dezembro de 1872. É a sociedade negra mais antiga do Brasil fundada por Polydorio Antônio de Oliveira, negro forro, na cidade de Porto Alegre. Ver MÜLLER, Liane Suzan. *“As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. 1999.253. PUCRS, Porto Alegre, 1999. Dissertação (Mestrado em História).

⁷⁹⁸ A correspondência utilizada foi localizada no Acervo particular do senhor José Domingos Silveira Alves. Seu José tem 74 anos de idade e é Conhecido como o “catador de papéis”. Para saber mais do seu José e de seu importante acervo, ver: PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. *Estratégias Negras e Educação*. Porto Alegre: *VI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos – PUCRS*, 2006. Para um estudo detalhado sobre as trocas epistolares entre as organizações negras ver: GOMES, Arilson dos Santos Gomes. *Correspondências pessoais como fontes de reconhecimento da história de indivíduos e das organizações negras. Fato&versões*, v. 02, p. 21-39, 2010. Disponível em <http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/viewFile/161/136>.

dos Ângelos, além de jornalista identificado com as causas da identidade negra na época, atualmente continua produzindo em periódicos da Associação Negra de Cultura.⁷⁹⁹

As seguintes ações foram realizadas pela Comunidade negra nas festividades do Biênio da Imigração e Colonização:

- 1) Solene Festa na Igreja Nossa Senhora do Rosário com ato religioso;⁸⁰⁰
- 2) Sessão Solene na Assembleia Legislativa;
- 3) Show no Gigantinho com demonstrações afro-brasileiras e apresentações de cantores da música popular brasileira;
- 4) Painéis e ciclos de estudos com a presença de Dante Laitano; José Pompílio da Hora, que foi integrante do Teatro Experimental do Negro, Sejalmo Sebastião de Paula Nery, Neuza da Silva Vitória e George de Assumpção Alakija; exposição de motivos históricos e afro-brasileiros com apresentação audiovisual;
- 5) E, finalmente, baile de exaltação afro-brasileira nos Salões de Festas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.⁸⁰¹

Além das atividades, Carlos Santos destacou a presença de representantes africanos nas atividades dos ciclos de estudos, demonstrando efetivamente que as relações entre o Brasil, e principalmente entre o Estado do Rio Grande do Sul com os países africanos (contando com a mediação do tribuno) foi relevante nesse período.

Do púlpito do plenário, enfatizou:

Entre as figuras mais representativas do Estado e do País que prestigiaram a solenidade as solenidades bienais com sua presença queremos destacar o mundo Diplomático Africano no Brasil, nas pessoas dos embaixadores da Costa do Marfim, Nigéria, Senegal e Zaire e representação de Gana, sendo que o ciclo de estudos foi realizado sob a presidência de Sua Excelência o Doutor Assene Bassirou Diouf, Embaixador do Senegal, representando

Acesso 10/05/2014.

⁷⁹⁹ A Associação Negra de Cultura foi fundada por Oliveira Silveira (1941-2009), Evandoir dos Santos e Maria Cristina dos Santos.

⁸⁰⁰ A Irmandade do Rosário foi criada em Porto Alegre no ano de 1786. Formada, em um primeiro momento por um grupo de negros livres e escravizados, consolidou-se pelo ocupação de um espaço burocrático com regras definidas pela Igreja Católica. Criou-se uma comunidade de resistência negra dentro da estrutura da Igreja. O objetivo desses negros era a defesa de seus interesses a busca de ascensão social. Muitos negros tinham posses e capital. Liane Muller investigou as origens dessa irmandade bem como algumas figuras de destaques. Por intermédio de sua pesquisa compreende-se que a partir da Irmandade do Rosário, muitos negros, que dela participaram, destacaram-se na organização de jornais e na criação de associações e entidades negras. Entre elas a Sociedade Floresta Aurora, de 1872. MÜLLER, Liane Suzan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. 1999.253. PUCRS, Porto Alegre, 1999. Dissertação (Mestrado em História).

⁸⁰¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.107.

também Sua Excelência o Doutor Alioune Sene, Ministro da Cultura de seu país (...).⁸⁰² (GRIFO NOSSO).

Essa participação no biênio da colonização no Rio Grande do Sul não foi de ocasião. Destaca-se que “as representações diplomáticas africanas no Brasil e as brasileiras na África foram ampliadas no período de forma a dar mais densidade política à dimensão econômica das relações (...)” (SARAIVA, 1998, p.169). Relações econômicas, políticas e culturais.

Conforme enunciou, a principal preocupação de sua última participação no parlamento sul-rio-grandense era motivada por duas situações, ambas referentes ao Biênio da Imigração e da Colonização. A primeira era a transcrição nos Anais da Casa, do discurso do embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra, e sua segunda preocupação era divulgar no parlamento as conclusões dos ciclos de estudos afro-brasileiros. Ambas ações compunham as atividades alusivas as efemérides do Biênio.

A carta de Seydou Diarra, transcrita por intermédio de Carlos Santos nos Anais da Assembleia, de certa maneira, surpreendeu sob o ponto de vista de como os africanos percebiam o Brasil, o que se constituiu em um paradoxo do que estava ocorrendo no pensamento e nas ações de Carlos Santos, que anunciava preocupado o aumento da discriminação racial em nosso cotidiano. Como escreveu Diarra:

Caros Irmãos,

No momento em que festejais, juntamente com outros irmãos brasileiros de origem diferente, a lembrança da colonização e da imigração dos vossos, nesta parte do Continente Americano, é-nos muito agradável saudar a memória de tantos pioneiros que contribuíram – com tanto esforço e suor – para o engrandecimento desta Nação Brasileira, hoje tão imponente. Quando nos voltamos para o passado e a História nos revela como desembarcastes neste país, somos intimamente tomados de profunda admiração e, por que não dizer, de veneração pelo espírito de concórdia e de pacífica coexistência que reina no seio de vossa grande sociedade, este *meiting-poi*⁸⁰³ de mais de cem milhões de pessoas (...)⁸⁰⁴ (GRIFO NOSSO).

Diarra teceu rasgados elogios a democracia racial brasileira. Para representantes da comunidade negra, como Abdias do Nascimento (1914-2011), essa condição de multirracialidade do Brasil no exterior era fruto da ideologia da harmonia racial, difundida por meio de *slogans* sobre igualdade, apresentando nosso país no exterior como modelo de convivência racial (NASCIMENTO, 1968, p.3).

⁸⁰² Ibidem.

⁸⁰³ Caldeirão de etnias, adaptação, modelagem.

⁸⁰⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.108.

Seguindo a carta, Diarra, disse que os brasileiros eram:

(...) Membros de uma comunidade na qual simbiose e osmose constroem um único mundo e, conseqüentemente, uma lição para a humanidade, caros irmãos afro-brasileiros, nós só podemos admirar e (sic) apreciar vossa dignidade e vosso humanismo que são também nossos. Saibas, simplesmente, que neste período de evocação histórica, sentimo-nos mais do que nunca ao vosso lado e voz exortamos a elaborar sem tréguas pela causa da melhor compreensão entre os homens. Nossa satisfação hoje é grande, de ver (sic) livres e felizes integrando uma sociedade multirracial sem complexos (GRIFO NOSSO).⁸⁰⁵

Essa correspondência de Diarra parece estar descompassada com os novos pensamentos de Carlos Santos, que justamente estava combatendo os pruridos racistoides. Ainda, segundo a carta de Diarra:

Apesar da distância que nos separa, o oceano entre nossos Continentes – testemunha de nossa história comum – constitui um traço de união entre nossos povos e suas ondas - que se quebram infatigavelmente em nossos litorais – se movem ao ritmo de nossos corações de irmãos por longo tempo separados que festejam o reencontro em meio a alegria, paz e concórdia. Desejamos pleno sucesso as vossas manifestações – símbolo de amizade e de fraternidade entre as raças.⁸⁰⁶ (GRIFOS NOSSO).
Ambassador
 (a) Seydou Diarra.

Observa-se que o espírito da concórdia, do pacifismo e da multirracialidade brasileira era respeitado por Seydou Diarra, o que de certa maneira era constantemente procurado por Carlos Santos, contudo os “pruridos racistoides” jamais, em nosso entendimento, significavam regra na sociedade vivida por ele, mas exceções. Mazelas pontuais que deveriam, energicamente, serem combatidas sob o risco de virarem a regra.

Contudo, para Abdias do Nascimento, “a democracia racial servia ainda para manter o negro enganado e domesticado” (NASCIMENTO, 1968, p.3). Com o que não se concorda, pois, por meio dessa ideologia, protagonistas políticos como Carlos Santos mantinham sua agenda política, não somente com retrocessos, mas avanços, possibilitados pelas negociações.

Todavia, concorda-se que a carta de Diarra era de alguém de fora percebendo as relações étnico-raciais brasileiras, o que de certa forma era explorado pela AERP, dos militares, que divulgaram o Brasil como paraíso racial.

⁸⁰⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.108.

⁸⁰⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.108.

Por outro lado, as conclusões dos “Ciclos de Estudos”, que ocorreram nas atividades do “Negro no Biênio da Imigração e da Colonização”, tinham uma proposta diferente. Nitidamente, de quem estava vivenciando as novas demandas da identidade negra brasileira.

No Ciclo de Estudos, os participantes concluíram - conforme “conferências e programações específicas” - a “necessidade de promover maior integração do negro no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira tendo em vista seu valor no contexto geral do país”.⁸⁰⁷ Ora, se o país fosse harmônico ou plenamente multirracial não necessitaria de ações como essa. O certo foi que para atingir esse objetivo da integração, segundo a intervenção do deputado por meio do documento (re) passado à taquigrafia da Casa, os participantes enfatizaram a necessidade de:

- a) Conscientização de si mesmo;
- b) Conhecimentos dos direitos e deveres como integrante valioso e imprescindível da sociedade a qual pertence;
- c) Aceleração do processo intencional de mudança da própria imagem no panorama sociocultural, através da atividade de autoformação, orientadas e estruturadas pelos agentes da educação;
- d) Reativação dos valores familiares orientados especialmente com vistas a unidade comunitária;
- e) Atuação da Escola e dos Órgãos comunitários como instrumentais de serviço e de valorização do negro e de sua integração como Pessoa Humana no contexto brasileiro considerando que seu acesso a níveis mais elevados, deve ser embasado na espiritualidade, cultura e política.
- f) Quanto à execução dos objetivos traçados se fez necessária a criação de um Centro de Cultura Afro-Brasileira no âmbito estadual estruturado em centros pilotos a nível municipal incumbido de promover divulgação e manter intercâmbio com associações congêneres. Tal organismo teria como requisito primordial para a participação, evidência do interesse do participante.⁸⁰⁸ (GRIFO NOSSO).

Além desses itens, bibliografias foram indicadas com vistas a pesquisar o negro brasileiro e, por fim, “na mesma linha de pensamento e ação, os participantes do Ciclo de Estudos Afro-Brasileiros”, propuseram dar continuidade as ideias manifestadas.⁸⁰⁹

Demonstrando um reconhecimento dos problemas enfrentados pelos negros brasileiros, principalmente em relação ao item “e” que primava pela “Atuação da Escola e dos Órgãos comunitários como instrumentais de serviço e de valorização do negro e de sua integração como Pessoa Humana no contexto brasileiro”, caracterizando o oposto

⁸⁰⁷ Ibidem.

⁸⁰⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.108.

⁸⁰⁹ Ibidem.

do que foi escrito no documento formulado pelo embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra, que via o Brasil, sob o seu ponto de vista, como “exemplo multirracial”.

Carlos Santos, encerrando seu discurso, com a sensação de ter agido da melhor maneira possível a respeito da comunidade negra sul-rio-grandense, disse que “pelo expressivo conteúdo social e humano, merecem de fato esses dois documentos figurar nos Anais da Casa do Povo Rio-grandense (...)”. E, finalizando, suas falas, no parlamento do Estado, concluiu:

É válido ainda o ensejo para registrarmos aqui, como presidente da Comissão Executiva, os mais efusivos agradecimentos a quantos de qualquer modo, nos setores oficiais ou privados, oferecerem sua inestimável contribuição para o êxito pleno de que se revestiram o Rio Grande do Sul, as celebrações em homenagem ao Negro no Biênio da Imigração e Colonização (sic). Muito obrigado.⁸¹⁰

Em sua última legislatura como deputado estadual, após quatro mandatos e 16 anos de parlamento, os temas concernentes as identidades negras foi o mais enunciado pelo parlamentar. Dos 114 discursos pronunciados, teve-se a seguinte situação quanto às ordens de quantidades temáticas identificadas:

Tabela 58 – De ordem discursiva (1971-1974)

Ordem	Temática	Quantidade
1º	Identidade Negra	23
2º	Homenagens	19
3º	Menor Deficiente	15
4º	Pesca	12
5º	Região Sul	11
6º	Religião Católica	8
7º	Grupos Sociais	8
8º	Educação	4
9º	Situação Política	2
10º	Previdência	2
11º	Habitação	2
12º	Idoso	2
13º	Outros	6

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

⁸¹⁰ Ibidem.

Na publicação da monografia referente aos negros e seus descendentes no Rio Grande do Sul, de autoria de Claudio Moreira Bento (1976), também publicado dentro das atividades do Biênio e prefaciado por Carlos Santos, o parlamentar escreveu:

Reafirmo aqui a assertiva de que o negro não foi colono nem imigrante. Na autenticidade de sua figura máscula de fator de trabalho, riqueza e prosperidade e desenvolvimento econômico, grandeza material e moral do Brasil, ele não revelou do imigrante, os anelos da Pátria adotiva nem do colono, as cogitações da devoluta terra para o amanhã compensador. O negro veio apenas para trabalhar, empenhando o braço, as energias, o sangue, a liberdade, a vida, tudo enfim, e se fazer presente com a mescla de seus atributos mais ricos, na formação da própria nacionalidade em construção (SANTOS in BENTO, 1976, p.01) (GRIFO NOSSO).

Conforme as afirmações grifadas, o parlamentar considerou os imigrantes europeus mais privilegiados que os negros africanos, pois ganharam terras devolutas para trabalhar, o que compensou todo e qualquer tipo de sofrimento. Quanto aos negros, esses vieram somente para trabalhar e lutar pela sua liberdade; como fator positivo, o deputado elenca que esses atributos foram ricos. E enfatizou que a “própria nacionalidade estava em construção”. Definitivamente, estabelecendo o oposto do que ele próprio pensou por muitos anos: que o Brasil era uma nação formada pela “fusão das raças”.

Entretanto, à luz das atuais investigações históricas, pode-se afirmar que os negros foram colonos no Estado do Rio Grande do Sul, guardadas as proporções. Já que moravam em Colônia, como asseverou a pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010, p.14) sobre a formação do bairro Colônia Africana, localizado nas mediações da Avenida Independência (antigo Caminho do Meio), alcançando o atual parque da Redenção em Porto Alegre.

O bairro, no pós-abolição, foi sendo povoado por negros e negras com as mais diversas profissões: acendedor de lampiões, limpador de chaminés, condutor de carros e bondes, roçador de terrenos, jardineiro, lavadeira, cozinheira, costureira, dama de companhia, benzedeira.

Nos anos de 1930, na Colônia Africana, começaram a juntar-se aos negros, imigrantes russos, espanhóis, belgas e judeus (SILVA, PETRONILHA, 2010, p.15). Com a especulação imobiliária os negros da região foram (des) territorializados passando a morar em bairros distantes ou nas periferias das cidades da Grande Porto Alegre.

Acredita-se que, dificilmente, Carlos Santos soubesse da existência da Colônia Africana, na época da publicação do livro relacionado à contribuição negra nas comemorações do Biênio da Colonização e Imigração, apesar de coincidentemente o político ter morado durante toda a sua trajetória de deputado estadual na Rua Venâncio Aires de Porto Alegre, próxima à Redenção, portanto, território da antiga Colônia Africana.

Seria, de fato, uma coincidência que ele morasse nessa região nos anos de 1960? Ressalta-se que o bairro, no período que ele passou a habitar, provavelmente já estivesse descaracterizado, não correspondendo mais à antiga Colônia Africana que passou a ser habitada pela comunidade negra em meados do século XIX até meados de 1940.⁸¹¹

Retornando ao prefácio do livro, nas palavras de Carlos Santos, interpretando a contribuição da pesquisa monográfica em questão, disse:

Poderia motivar que velhos critérios viessem positivar o entrelaçamento positivo do negro na História e vida e nos destinos do Rio Grande do Sul (...) para aprimorar os padrões da nossa convivência inter-racial, mas vive obstinada na preocupação meramente indagativa da existência, ou não do racismo entre nós, pode haurir disposição e entusiasmo bastantes para a conjugação de esforços no brasileirismo da luta real e democrática contra os focos do estúpido preconceito (SANTOS, Carlos in BENTO, 1976, p.08 (GRIFO NOSSO).

No descrito acima, Carlos Santos percebeu o problema do racismo. O parlamentar via nessa publicação o resultado de algo há muito esperado, já que resumiu, parafraseando Claudio Moreira Bento, que:

A inspiração do governo e povo do Rio Grande do Sul, em boa hora resolveram, numa iniciativa sem precedentes, homenagear os rio-grandenses de ascendência africana negra que ajudaram a construir a grandeza do Rio Grande do Sul durante quase três séculos e meio. O governo e Povo do Rio Grande do Sul “resgatarão” (sic), assim, uma grande dívida histórica.⁸¹²

⁸¹¹ Sobre Colônia Africana e as populações afrodescendentes ver, SILVA, Jaime Moreira. *Colônia Africana: lobisomem do Morro Santana, Morro da Piedade*. Porto Alegre, 2005. SANTOS, Irene (coord.). *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Nova Letra Gráfica, 2010. SILVEIRA, Alexandre Barcelos; BAKOS, Margaret Marchiori. *Imagens do Carnaval na Colônia Africana: identidade e representação do real*. In Revista Diálogos Momento em Educação. Rio Grande: Editora da FURG, nº 22 vol.02, 2013.p.65-85. Disponível em <http://www.seer.furg.br/momento/issue/view/440/>. Acesso em 19 de maio de 2014. GOMES, Roberta Fraga Machado. *Turismo e Cidadania: A Redenção das Africanidades*. Porto Alegre: Bestiário, 2012. MARQUES, Olavo Ramalho. *Etnografia da Avenida Luís Guaranha: Memória, Territorialidade e Identidade Étnica na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul*. Revista URBANITAS, Ano 2, Vol. 2, 03 de dezembro de 2005. Revista de Antropologia Urbana. <http://www.aguaforte.com/osurbanitas3/olavomarques.html/> Acesso em 16/06/2008.

⁸¹² Ibidem.

Interessante que o deputado, ao citar a homenagem aos “rio-grandenses de ascendência africana-negra”, projeta uma identidade híbrida, diaspórica. Pois, agora, para Carlos Santos, era legítimo a identidade negra reivindicar seus elos com o Continente Africano. Antes, seus discursos primavam pelo distanciamento da África, pois, “as representações do continente eram hostis à democracia racial vivenciada no Brasil”.

Outra situação a referenciar foi quanto à sua proposição direta ao governo, publicada em sua obra sobre a contribuição dos negros: “resgatarão” uma grande dívida histórica. Sim, “resgatarão”, o deputado usou o verbo, parafraseando Cláudio Bento, no futuro. Em um jogo semântico, seria possível interpretar que Carlos Santos à luz de Bento (1976) estava afirmando que o Rio Grande do Sul ainda não compensou o negro pela sua contribuição na formação cultural, econômica e social do Rio Grande do Sul. Seria uma alusão às políticas reparatórias?

Em outra passagem da abertura da obra, Carlos Santos, nitidamente convicto das façanhas dos heróis “gaúchos” na “Guerra dos Farrapos”, ressaltou que o historiador militar Claudio Moreira vinha contribuindo fielmente para as pesquisas do negro no Estado, ao demonstrar que: “a paz de ‘Poncho Verde’, final da Revolução Farroupilha, foi a primeira libertação em massa de escravos negros no Brasil”. Demonstrando acreditar, assim como Claudio Bento (1976, p.172): “na surpresa de Porongos, em 14 de novembro de 1844”.

E o historiador militar vai mais longe ao afirmar que: “o sacrifício dos Lanceiros Negros para salvar ao máximo o exército, o ideário da República Rio-Grandense, é comovente e deve emocionar todo o filho do Rio Grande do Sul, justificando uma homenagem póstuma, ainda que tardia, do Governo e Povo do Rio Grande do Sul” (BENTO, 1976, p.173).

Tanto Bento quanto Carlos Santos defendiam a “surpresa” e não a “traição” no episódio ocorrido na Serra de Porongos, fato superado na historiografia já que, por meio de documentação a ciência histórica, já elucidou que David Canabarro em negociações com o Barão de Caxias acertaram matar “os negros e poupar o sangue de índios e brancos” (MAESTRI, 1993; FLORES, 2004; LEITMAN, 2007).

Convém salientar que essas palavras foram escritas em 1976, período em que o parlamentar já estava exercendo seu mandato como deputado federal, em Brasília. Portanto, tem-se a projeção de uma nova fase em suas lutas políticas.

Claudio Moreira Bento, ao final de sua obra, apontou os negros de destaque na sociedade sul-rio-grandense, na época. E, ao destacar Carlos Santos como “um dos mais antigos parlamentares do Brasil”, enfatizou que:

Na Câmara Federal vem desenvolvendo o melhor de seus esforços: experiência parlamentar, inteligência e espírito cristão, em prol do excepcional e do menor abandonado (...) tribuno vibrante e inspirado, coube-lhe saudar em Sessão Solene do Congresso Nacional, em 14 de outubro de 1975, o presidente da República do Gabão (...). Por sua contribuição com a Unidade Nacional e a solução de problemas sociais, poderíamos sintetizar: Carlos Santos – Apóstolo da Paz Social e da Unidade Nacional e Anjo Negro protetor dos menores abandonados e excepcionais do Brasil (SANTOS, Carlos in BENTO, 1976, p.253. (GRIFOS NOSSO).

Claudio Bento (1976) indicou algumas práticas políticas continuadas por Carlos Santos na Câmara dos Deputados, em Brasília. Como a questão do menor excepcional, as relações com a África e a construção da unidade nacional, pois, mesmo intervindo a favor das causas sociais e das minorias étnicas, o parlamentar jamais apontou que as resoluções dos problemas raciais ou sociais do país ocorressem por meio de políticas ou ações que estimulassem conflitos ou divisões.

A admiração do militar historiador ao deputado, a alusão de que Carlos Santos era um “anjo negro” a favor da “paz”, demonstram, de certa forma, as bases políticas que possibilitaram a trajetória política de Carlos Santos em um extenso período ditatorial no país e no Estado.

Retornando ao tema “das gentes do mar”, na Assembleia Legislativa do RS, em que suas ações políticas mais se projetaram, não por coincidência, retornou à prática política de outro personagem conhecido deste trabalho, Adolfo Puggina, agente responsável pelo último discurso sobre essa atividade naquele ano. Conforme Adolfo Puggina, em discurso realizado no parlamento, no dia 27 de dezembro de 1974, no intuito de debater o problema dos pescadores artesanais: “Sábado último, realizou-se na cidade de São Lourenço o sétimo “Congresso Estadual da Colônia dos Pescadores do Estado do Rio Grande do Sul”.⁸¹³

Puggina elogiou a atividade e esteve lá para fazer uma exposição sobre “o GEDIP e o trabalho e de seus extraordinários trabalhos em favor do desenvolvimento da pesca”, segundo ele, que ainda estava se desenvolvendo. E lembrou que “em 1967, por

⁸¹³ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1974 a Janeiro de 1975. Vol. 272.p.79.

decreto do então Governador Walter Peracchi Barcellos, foi criado o GEDIP”.⁸¹⁴ Novamente foi silenciada a luta histórica dos pescadores.

Para o político, o GEDIP fez um extraordinário trabalho, sendo que o problema dos pescadores artesanais seriam resolvidos pelas autoridades. Entretanto, observa-se um enorme silenciamento em torno desse órgão durante essa legislatura e o que foi mais sentido, diante do possível conhecimento de Adolfo Puggina sobre a questão: em nenhum momento ele citou as ações de Carlos Santos, que ao todo somaram-se 73 nos últimos 16 anos de sua participação no parlamento, a favor do desenvolvimento da pesca bem como da Campanha de Valorização do Pescado.

Entretanto, ele notadamente, embora contribuindo para os anseios dos pescadores, foi um representante de ocasião das “gentes do mar”, suas práticas foram esporádicas e esparsas sob esse aspecto, diferentemente de Carlos Santos que embora nos últimos anos tenha se destacado na defesa da identidade negra, manteve ao longo de sua trajetória política a defesa, constante, da atividade da pesca e, conseqüentemente, das “gentes do mar”.

⁸¹⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1974 a Janeiro de 1975. Vol. 272.p.80.

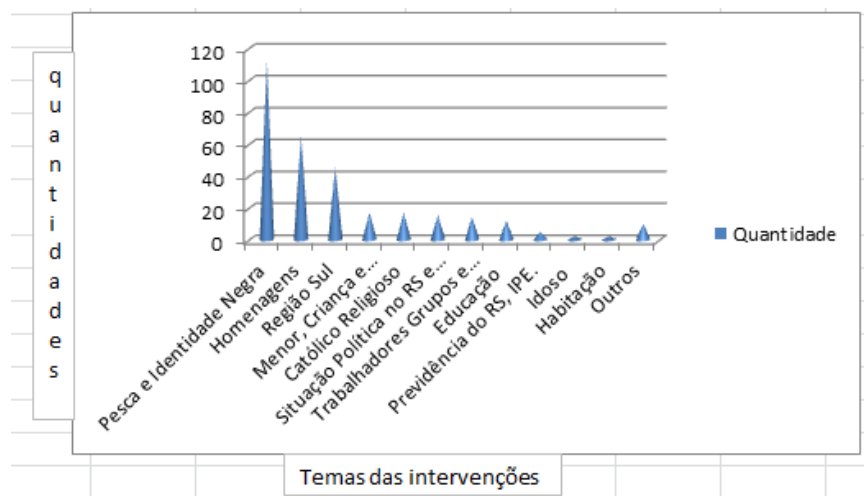
5.5 EXPRESSÃO VISUAL DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DE CARLOS SANTOS (1959-1974)

Tabela 59 – Quantitativa das intervenções realizadas por Carlos Santos no Parlamento Sul-Rio-Grandense (1959-1974)

Ano	Intervenções
1959	17
1960	21
1961	24
1962	9
1963	2
1964	17
1965	46
1966	27
1967	10
1968	1
1969	4
1970	26
1971	38
1972	26
1973	29
1974	20
16 anos	318

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Gráfico XIV – Comparações temáticas das intervenções do parlamentar (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Conforme tabela, pode-se observar que, consideravelmente, as atividades da pesca sobressaíram as práticas políticas de Carlos Santos durante toda a sua trajetória como deputado estadual.

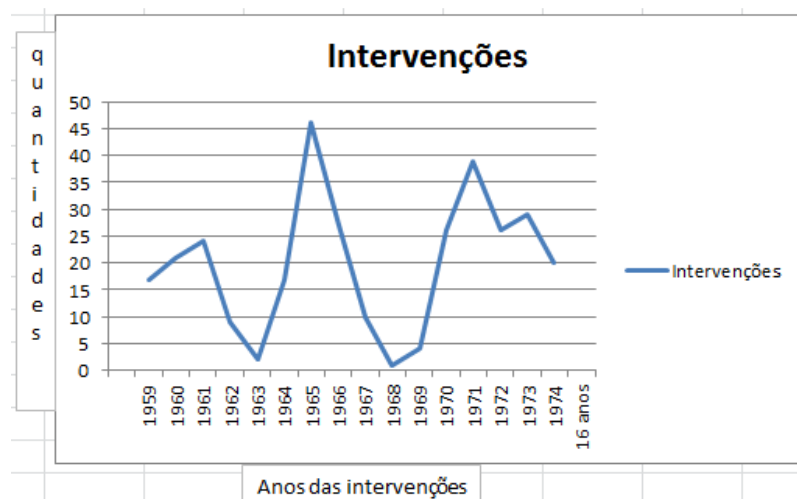
Tabela 60 – De ordem de intervenções temáticas gerais (1959-1974)

Ordem	Temática	Quantidade	Percentual
1°	<u>Pesca</u>	<u>73</u>	<u>22,95</u>
2°	Homenagens	64	20,75
3°	Região Sul	45	14,15
4°	<u>Identidade negra</u>	<u>41</u>	<u>12,89</u>
5°	Menor, Criança e Excepcional	17	5,34
5°	Católico Religioso	17	5,34
7°	Situação Política no RS e Brasil	15,5	4,87
8°	Trabalhadores Grupos e Sindicatos	14,5	4,55
9°	Educação	12	3,77
10°	Previdência do RS, IPE.	05	1,57
11°	Idoso	02	0,62
12°	Habitação	02	0,62
13°	Outros	10	3,14
	Total	318	99,92

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS (GRIFO NOSSO).

Abaixo, o gráfico aponta para as oscilações das intervenções do tribuno no parlamento, notadamente tendo no ano de 1965 o seu pico, por ocasião de suas ações de valorização da pesca.

Gráfico XV– Oscilações das intervenções de Carlos Santos (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Principalmente, devido ao ano de 1965, ano em que o parlamentar propôs a Campanha de Valorização do Pescado, instituída pela Assembleia. Contudo, suas ações eram estimuladas primeiramente para sanar os problemas dos pescadores, como também pelo desenvolvimento da atividade da pesca como um todo, desde a estrutura, porto, indústria, estudos técnicos, consumo, habitação dos pescadores e frigoríficos. Visto por ele, como possibilidade de melhora econômica do Brasil, do Rio Grande do Sul, mas principalmente do município de Rio Grande, sua terra natal, localizada no Extremo Sul do Estado.

Ou seja, para ele a Campanha de Valorização do pescado deveria reunir ganhos para todos, em equilíbrio constante entre o capital, do lado dos empresários; e o trabalho, vinculado aos pescadores, em harmonia. Por isso, além dos pescadores, suas práticas estiveram vinculadas, conjuntamente aos setores industriais de Rio Grande, identificado em seu relacionamento com Fernando Martins Bastos, a quem inclusive Carlos Santos prestou homenagem da tribuna.

Porém, as intervenções de Carlos Santos se alteraram com o tempo, já que - segundo os seus discursos - os setores empresariais foram os mais beneficiados pelas políticas econômicas no contexto do regime militar, o que não ocorreu da mesma forma para o lado dos pescadores artesanais.

Em termos quantitativos, para compreender melhor a intensidade temática atinente ao desenvolvimento da pesca, apresenta-se a próxima tabela, em que se dá o destaque para as representações do parlamentar.

Tabela 61 – De ordem discursiva sobre temas das gentes do mar (1959-1974)

Ordem	Temática	Quantidade
1º	Pescadores: artesanal/ profissional	16
2º	Estrutura da pesca: drenagem, estradas, segurança da pesca	12
3º	Porto: marítimo e comercial	09
4º	Indústria da pesca	08
5º	Estudos e escolas técnicas	07
6º	Valorização e comissão da pesca	07
7º	Festa do Mar de Rio Grande	04
8º	Consumo do peixe	04
9º	Vila dos pescadores	02

10º	Frigorífico, homenagens e sindicatos	04
Total		73

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

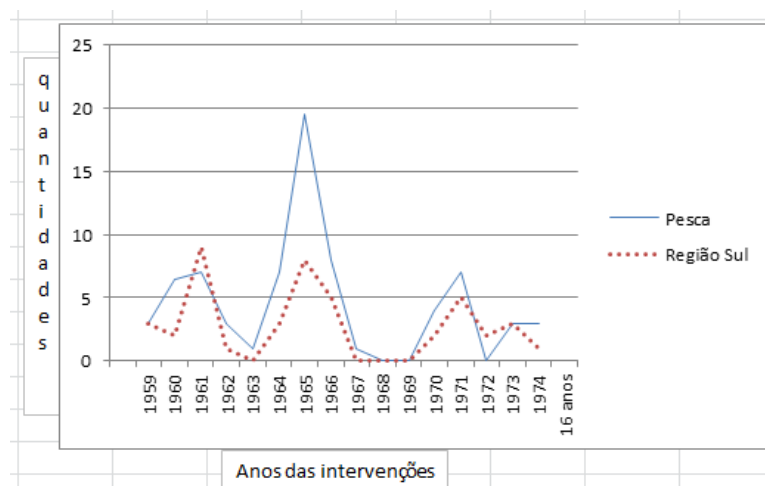
Sem dúvidas, o parlamentar defendeu com mais força as demandas dos pescadores, porém, buscou o equilibrar essa demanda ao interesse do desenvolvimento da atividade da pesca como um todo.

Essa situação representa o equilíbrio a que se fez referência nas diretrizes ideológicas do PTB - predisposto a negociar a partir de sua ideologia trabalhista e nacionalista com grupos e classes sociais (FORTES, 2004) - e, de certa maneira, a mesma situação identificada na ideologia católica escrita na *Rerum Novarum*. Essas ideologias eram as bases do pensamento político de Carlos Santos. Mesmo com o golpe militar - pois o parlamentar em poucos momentos entrou em confronto com o regime - mantendo dentro do possível suas linhas de ações.

Essa base política, consubstanciada por suas raízes culturais e sociais de um “papareia convicto”, nascido em Rio Grande, maior litoral do Rio Grande do Sul, local de intensa atividade pesqueira, possibilitou-nos perceber a influência dos valores das “gentes do mar” na atuação política de Carlos Santos. E as “gentes do mar”, historicamente, também; mas não somente os negros, como se observou.

Devido a isso, as atividades da pesca, segundo o observado no gráfico abaixo, era concomitante às ações em que o político cobrou melhoras estruturais e sociais para a Região Sul do Estado (os discursos sobre a Região Sul, envolveram as seguintes temáticas: manutenções e construção de estradas, desenvolvimento da agricultura da cebola e do arroz, combate a epidemia de tuberculose, construções fontes de energia elétrica, construções de habitações etc.). Possibilitando a seguinte consideração: para ele a pesca somente seria desenvolvida se a região também se desenvolvesse como um todo.

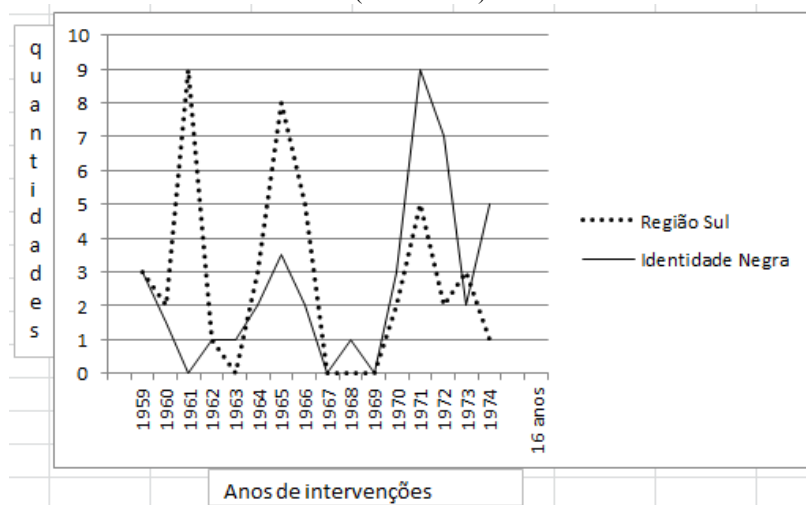
Gráfico XVI – Comparações sobre intervenções da pesca e da Região Sul (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Situação que não ocorreu com a mesma regularidade das ações em torno das questões negras em comparação com os temas da Região Sul do Estado, como o observado no próximo gráfico.

Gráfico XVII – Comparações sobre intervenções da Região Sul e da Identidade Negra (1959-1974)



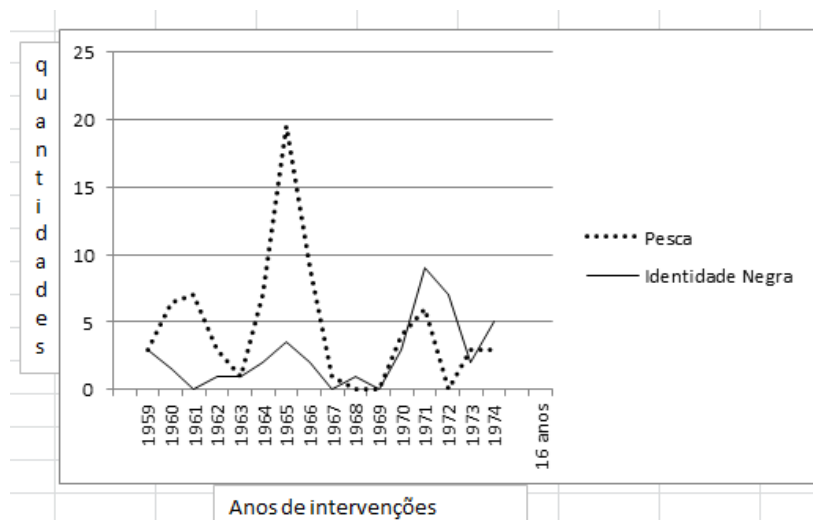
Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Aliás, somente em seu último mandato (1971-1974) as questões étnicas superam as demais atividades do deputado no parlamento, inclusive, a da pesca. Entretanto, é possível observar uma tendência nas relações entre o aumento da frequência das temáticas relativas às políticas da pesca com a identidade negra em seus discursos, pois elas se mantiveram, gradualmente, com exceção em seu primeiro mandato, que as intervenções da pesca aumentaram em dissonância com as dos grupos negros ou identidade negra, que caíram.

Nesse período, que corresponde a seu primeiro mandato na casa (1959-1962), ele iniciou homenageando João Cândido, porém a forte pressão política e racial - como já visto - o fizeram refluir nessa demanda. Outro fator foi a forte presença da ideologia da democracia racial em nossa sociedade, que o parlamentar acreditava e defendia.

Conforme o observado no gráfico, notam-se as oscilações de suas intervenções a respeito da identidade, em comparação com a pesca, crescente somente na última Legislatura, como se vê abaixo.

Gráfico XVIII – Comparações sobre intervenções da pesca e da identidade negra (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

No início de seu mandato, em 1959, as duas assertivas, pesca e identidade negra, iniciam equilibradas, como se pôde observar anteriormente. Porém, no final de sua participação política no Estado, a frequência dos temas e suas propostas se ampliam na defesa dos interesses dos afrodescendentes.

Personalidades simbólicas e efemérides históricas, como um enterro digno aos restos mortais da princesa Isabel, o centenário de morte do poeta Castro Alves, o dia internacional de luta contra o racismo, a alusão a Zumbi dos Palmares, as independências dos países africanos de língua portuguesa, o Biênio da Colonização e Imigração no Estado, além das inúmeras personalidades negras citadas em suas intervenções, no contexto do civismo possibilitado pela Assessoria das Relações Públicas dos Militares, bem como pela crise do petróleo, em que os mercados africanos tornaram-se necessários à economia nacional, possibilitaram o aumento de suas intervenções a favor da identidade negra e das nações africanas.

Todavia, desde o seu primeiro mandato como deputado estadual, Carlos Santos levantou a bandeira da negritude. Não sendo, segundo ele, a negritude ideológica desenvolvida no período, mas sim a de afirmação da identidade negra que, ao que se entende, fortalecia a ideologia política da negritude nas práticas políticas de Carlos Santos. Na tabela, pode-se verificar, quantitativamente, como foram as temáticas de suas intervenções sobre a causa negra. Evidenciando que o combate ao racismo motivou suas intervenções. Para quem se dizia contra a ideologia da negritude, ter realizado intervenções contra a discriminação racial, torna a figura de Carlos Santos interessante já que a luta da negritude era também motivada pela luta contra o racismo.

Tabela 62 – De ordem discursiva sobre temas da negritude (1959-1974)

Ordem	Temática	Quantidade
1º	Homenagens a negros e negras	13
2º	Discriminação Racial	11
3º	Abolição da Escravidão	03
4º	Lei do Ventre Livre	03
5º	Intelectuais Negros	03
6º	Problemas Africanos	03
7º	Projetos de Lei	02
8º	Democracia Racial	01
9º	Importância do Catolicismo na África	01
10º	Os Quilombos do Palmares e Grupo Palmares de Porto Alegre	01
Total		41

Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

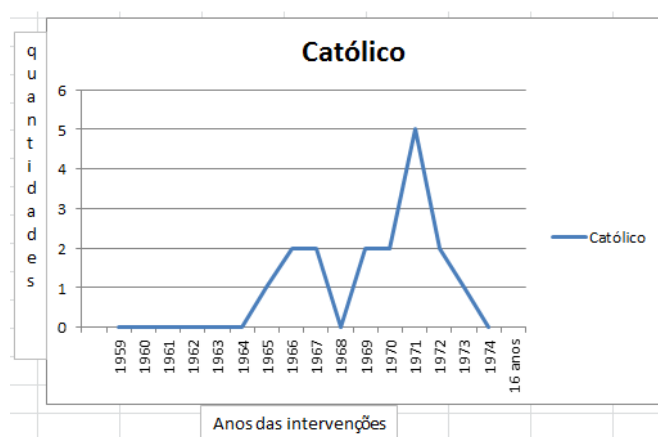
As homenagens tornam-se interessantes nesta pesquisa, pois, era a forma mais segura de visibilizar os membros de sua comunidade, já que grande parte dessas alusões eram *in memoriam*, a exemplo das homenagens a Lupicínio Rodrigues, Marcílio Dias, Edson Carneiro, Zumbi, José Maria Rodrigues, Dario de Bittencourt etc. Em uma homenagem realizada ao um negro vivo, a João Cândido, como se acompanhou no terceiro capítulo, Carlos Santos foi duramente criticado, pois, como observou-se nas discussões parlamentares as tensões raciais eram comum na década nos finais da década de 1950, em que pesa a difusão do mito da democracia racial.

Quanto à luta do parlamentar contra o preconceito, entende-se que foram os casos de discriminação racial, como o sofrido pela professora negra que não conseguia

emprego e os negros impedidos de entrar em clubes que o motivaram a encarar essa luta em plenário. Geralmente, os membros da comunidade negra o pressionavam enviando cartas para que ele tomasse atitudes de denúncia na Assembleia do Estado, o que o convenceu que a democracia racial era um mito.

Nesse contexto de autoritarismo, pressões e problemas enfrentados quanto aos debates referentes à discriminação racial eram complicados, pois, como afirmou José Correia Leite em entrevista pelas homenagens dos 80 anos da abolição: “falar de racismo era tabu”. Devido a isso, acredita-se que para enfrentar o preconceito bem como as dificuldades da época o parlamentar utilizou de sua fé como forma de fortalecimento. Pois, nota-se que os discursos católicos (sua crença) aumentaram consideravelmente, do meio para o final, de sua última legislatura.

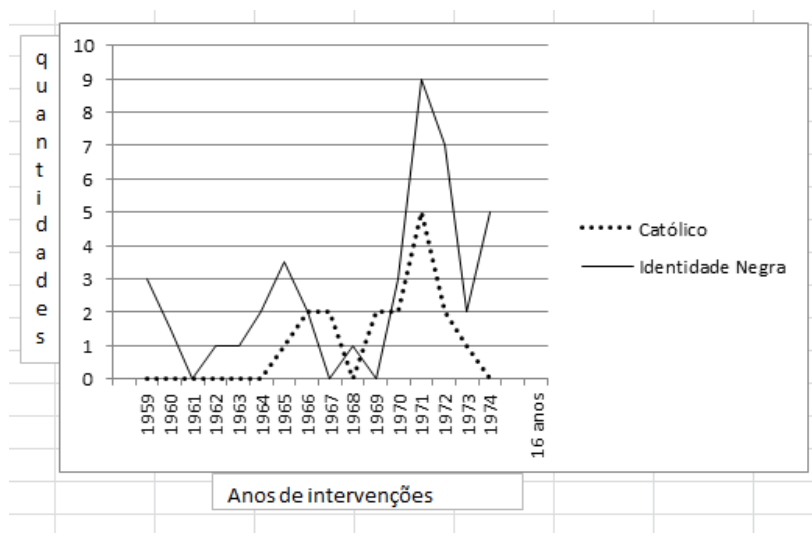
Gráfico XIX – Intervenções católicas (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Essa relação entre as demandas da identidade negra e a sua fé católica ficam mais evidente no próximo gráfico, em que as duas linhas aumentam conjuntamente na sua última legislatura (1971-1974). Analisando o início de sua trajetória como deputado estadual, somente após seis anos de mandato o parlamentar citou o catolicismo. E não por coincidência no Golpe Civil-Militar, em que a Igreja, como outros setores civis, conseguiram estabelecer, não sem tensões, diálogo com os militares.

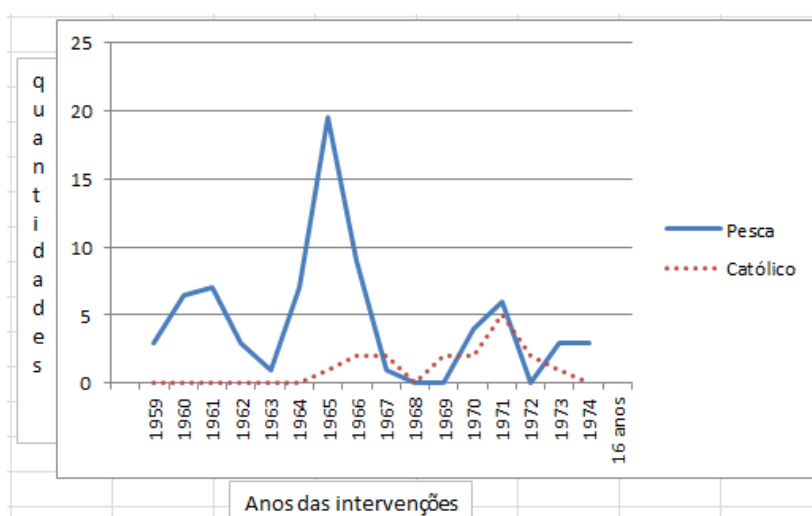
Gráfico XX – Comparações sobre intervenções Católicas e da Identidade Negra (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

O que não aconteceu com a assertiva da pesca, mantida sempre à frente das questões católicas, como observado.

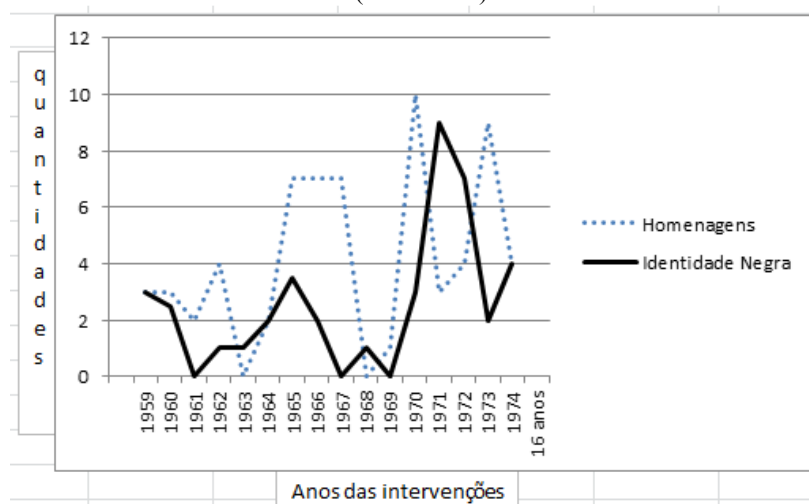
Gráfico XXI – Comparações sobre intervenções da pesca e católicos (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Outra forma de o político combater o racismo foi negociando entre os momentos de homenagear personalidades de diversas tendências e criticar o problema dos “pruridos racistoides” - como ele denominava a discriminação racial. Pois, conforme o gráfico, entre homenagens ele levantava a bandeira da resistência da identidade negra, principalmente, conforme o observado em sua última legislatura (1971-1974). Veja no próximo gráfico, em relação a sua última legislatura que, após as homenagens ele acentuou as intervenções da identidade negra.

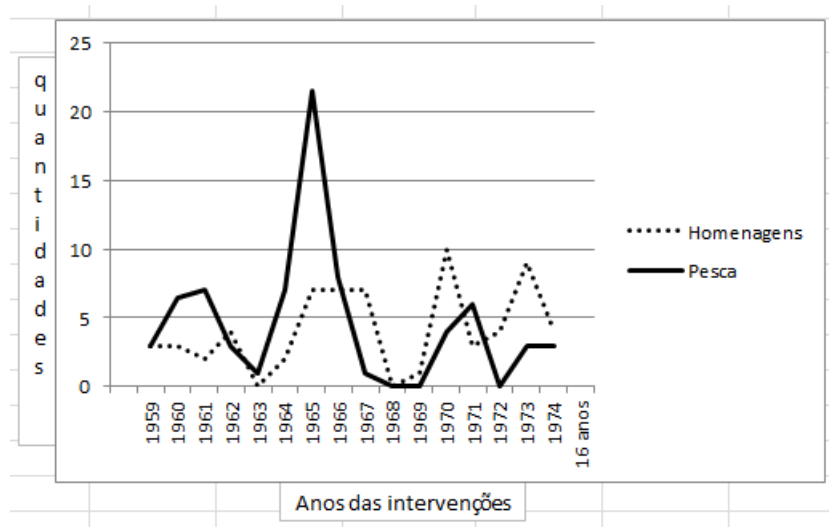
Gráfico XXII – Comparações sobre intervenções de homenagens e da identidade negra (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Essa relação de homenagens também ocorreu, porém de maneira menos intensa, comparando-se com as atividades da pesca, já essa, constantemente, também esteve à frente das homenagens, salvo entre 1971 e 1974, como visualizado no gráfico abaixo.

Gráfico XXIII – Comparações sobre intervenções da pesca e de homenagens (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Esse aumento das homenagens em relação à pesca na última legislatura está diretamente relacionada com o aumento das intervenções relativas à identidade negra.

As homenagens, embora realizadas de maneira constante nas intervenções de Carlos Santos eram das mais diversas, compreendendo homenagens a escolas, políticos, personalidades acadêmicas, datas tradicionais, empresários de Rio Grande, do Brasil e do mundo, entre outras.

Quanto às suas fundações, propostas originadas por meio de projetos e decretos que foram enviados a Assembleia, referentes à identidade negra constam os seguintes destaques:

a) Envia à mesa da Assembleia Legislativa, no dia 26 de junho de 1959 (que inclusive era o dia em que João Cândido completava 79 anos de idade), um projeto de lei concedendo pensão a João Cândido o “Almirante Negro”, projeto reprovado pelos deputados.

b) O convênio exercido entre a Secretária de Obras e a sociedade negra de Rio Grande: Centro Cultural Marcilio Dias, fundada por Carlos Santos. Em uma reunião realizada no dia 4 de dezembro de 1967, poucos dias antes de encerrar seu mandato como líder do Legislativo, o político por meio de seus relacionamentos, viabilizou a cedência de 30 mil cruzeiros novos, oriundo do Plano Comunitário de Investimentos, para a construção de uma escola na associação negra.

c) Aprovação do Projeto de Lei nº 127/70, 29 de outubro de 1970, destinando auxílio financeiro a Sociedade Beneficente Floresta Aurora de Porto Alegre.

d) No dia 27 de setembro de 1971, Carlos Santos apresenta na “Ordem do dia” o seguinte pronunciamento seguido de requerimento: homenagem oficial ao centenário do Poeta Castro Alves.

e) Após, o tribuno, concluiu apresentando o seguinte requerimento, que: “seja inserido na ata dos trabalhos da presente, um voto de congratulações pela passagem do 1º centenário da Lei do Ventre Livre”, também no dia 27 de setembro de 1971.

f) Documento formulado por meio dos participantes do Ciclo de Estudos primando pela promoção cultural e socioeconômica do negro no Brasil.

Quanto às fundações da pesca, têm-se os seguintes destaques:

a) Em 28 de junho de 1960, funda a Carta Pesqueira do Rio Grande do Sul, que visava intensificar os estudos técnicos e raciais da pesca.

b) Em 2 de outubro de 1962. Envio de solicitação de projeto solicitando auxílio ao Governo do Estado para a realização da primeira “Festa do Mar” de Rio Grande, realizada de 15 a 26 de novembro.

c) Em 1965, mais precisamente no dia 11 de agosto, ele novamente estava à frente da organização político-parlamentar da atividade e apresentou o Projeto de Lei oficializando a II Festa do Mar de Rio Grande, a ser realizada nos dias 6 a 21 de novembro, com a concessão de auxílios financeiros do Estado na base de 10 milhões de cruzeiros.

d) Aprovação do Projeto de Lei de sua autoria nº 186/65, instituindo a Campanha de Valorização do Pescado. Aprovado em 14 de setembro de 1965. Transformado em Lei nº 5.048 de 20 de outubro de 1965, “que ensejava a auspiciosa Campanha de Valorização do Pescado no Rio Grande do Sul”.

Entretanto, mesmo com o forte impacto de suas fundações em torno das demandas da pesca, o parlamentar com o tempo, passou a diminuir suas ações sobre a atividade da pesca, visto que com os militares a indústria pesqueira passou a beneficiar, por meio de incentivos fiscais, indústrias e empresários. Mantendo os pescadores praticamente na miséria. Principalmente, com a criação do Decreto-Lei nº 221-67 instituindo a pesca como indústria de base do Brasil, que beneficiou os empresários e tutelou os movimentos da pesca.

Outro fator, motivador da diminuição das práticas políticas de Carlos Santos no tema foi a participação do representante da ARENA, Adolfo Puggina, na questão da pesca, sendo o principal integrante do partido nos órgãos executivos criados pelo Estado para o setor, como o GEDIP.

Em seu último mandato, além das questões negras terem tomado a frente das representações da pesca, nota-se que outra demanda surgiu com força nas práticas políticas de Carlos Santos: a questão do Menor Excepcional.

Gráfico XXIV – Intervenções sobre o Menor Excepcional (1959-1974)

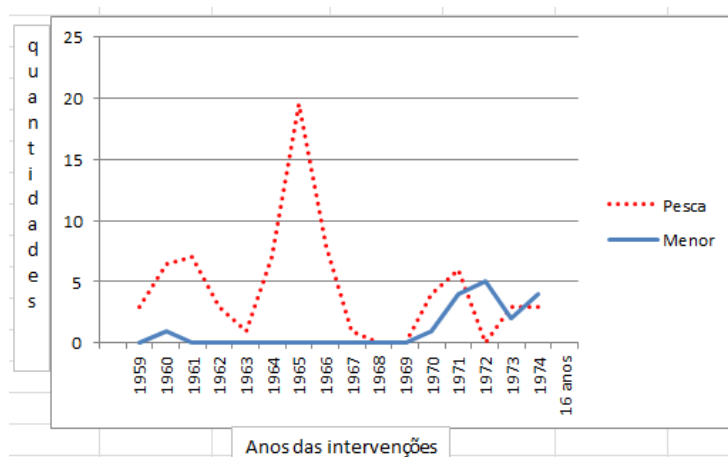


Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Conforme o gráfico acima, somente no ano de 1960 o deputado interveio a favor do menor carente/excepcional. Contudo, após um silêncio que compreendeu de 1961 até 1970, Carlos Santos, com força, passou a priorizar uma política de atenção ao menor excepcional. Inclusive, propondo, a fundação, no dia 10 de outubro de 1973 o Projeto de Lei nº 72/73, referente à Instituição da Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional.

No próximo gráfico, pode-se observar, bem no final, a diminuição das práticas da pesca e o aumento das questões do menor deficiente.

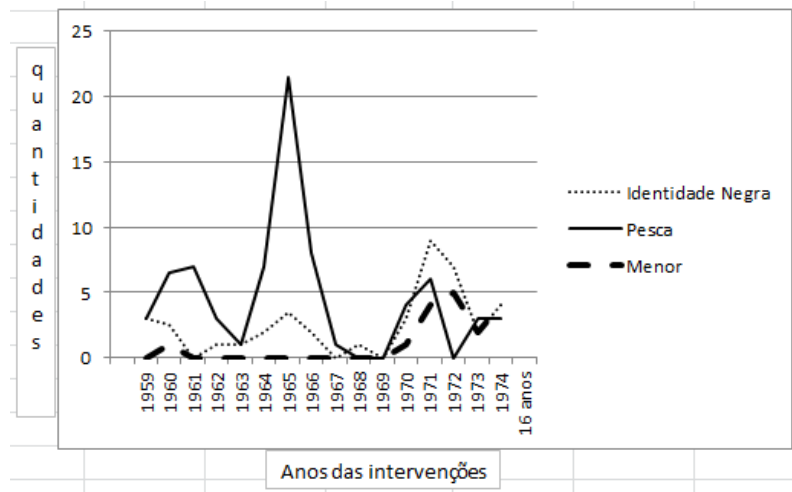
Gráfico XXV – Comparações sobre intervenções da pesca e do menor (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Diferentemente das questões da identidade negra e a do menor excepcional, que permaneceram muito próximas em seu último mandato, com leve ascensão dos temas da identidade negra - como verificado no próximo gráfico:

Gráfico XXVI – Comparações sobre intervenções da pesca, da identidade e do menor (1959-1974)



Fontes: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

CONCLUSÃO

As referências sociais e culturais que circundavam Carlos Santos - por haver nascido em uma cidade marítima e, desde cedo, ter trabalhado em estaleiros navais da região de Rio Grande - os seus estudos na Escola de Aprendizes da Marinha - local que jovens pobres frequentavam em busca de um futuro melhor - juntamente com as reivindicações da identidade negra - iniciada por sua família na época da escravidão - foram elementos constitutivos de sua identidade. Esta certamente aprimorada ao escolher as representações políticas dos sindicatos dos estivadores, bem como de participar da fundação de associações negras, além de escrever artigos em jornais elaborados pela imprensa negra; tudo isso, antes que se tornasse parlamentar, constituiu os valores e as crenças do deputado.

Carlos Santos veio de um berço familiar negro, que defendeu a libertação dos escravizados por meio de compra de alforrias e lutou pela autoestima e positividade da identidade negra, em Pelotas, e depois na cidade litorânea de Rio Grande. Devido a esses fatores, o político tornou-se um representante legítimo das gentes do mar e das comunidades negras no parlamento sul-rio-grandense.

Porém, propôs-se demonstrar que, para além do binarismo, entre os referenciais das “gentes do mar” e da identidade negra, houve uma amálgama dessas duas identidades em determinados momentos de sua prática política, caracterizadas pelo hibridismo de suas ações. Hibridismos identificados nas homenagens a Marcílio Dias, a João Cândido, ao Mestre Jerônimo e a Tatá, que remetem à questão dos marinheiros e dos pescadores, portanto, das “gentes do mar” que, não por acaso, também eram negros.

Essas relações reconstruíram historicamente os motivos que fizeram com que as temáticas dos movimentos sociais da pesca e dos grupos negros se tornassem candentes em suas intervenções políticas. A ponto de perfazerem mais de um terço de suas práticas. Porém, salienta-se que essas demandas vieram originalmente desses grupos sociais, que o pressionavam, considerando-o como seu legítimo representante, enviando correspondências e o visitando.

Esses grupos lutavam pela melhoria de suas condições materiais e imateriais, como a institucionalização das leis previdenciárias, a garantia de trabalho digno e o combate ao preconceito e à discriminação racial.

Entretanto, as ações sobre a atividade da pesca foram, sem sombra de dúvidas, as mais evidentes na trajetória do deputado estadual. Carlos Santos foi o principal

representante das demandas da pesca no parlamento sul-rio-grandense, no período analisado, mas não o único. Essa demanda foi traduzida por outros deputados, como Wilmar Taborda Corrêa e Adolfo Puggina. Contudo, as pressões exercidas pelos jangadeiros Jacaré, Tatá e Mestre Jerônimo, no Estado Novo, e depois na abertura democrática, bem como as negociações agenciadas pelo pescador Nomerardo Teixeira dos Santos (ex-encarregado do Posto de Pesca de Rio Grande, que depois se tornou líder do MTR na região), assim como as ações de tantos outros pescadores que, filiados a partidos políticos ou não, constituíram-se como agentes decisivos na busca de seus direitos, demonstraram o protagonismo desse grupo social na concretização de seus objetivos.

Inclusive, conforme observado, os representantes dos pescadores, escolhidos pelo governo e que dirigiam as colônias de pesca de maneira equivocada, não atendendo às demandas básicas dos pescadores, sofriam pressões organizadas e articuladas para serem exonerado de seu posto. Esse item é importante salientar, já que as colônias foram fundadas pela Marinha de Guerra Brasileira, como forma de tutelar os pescadores. Contudo, esses não aceitavam de maneira subserviente os desmandos da Marinha e de seus representantes. Uma das formas de os pescadores reivindicarem era por meio dos parlamentares, sendo Carlos Santos um de seus representantes mais próximos, principalmente pelo seu vínculo histórico com as gentes do mar.

Quanto às cobranças da comunidade negra, teve-se o exemplo das cartas enviadas pela professora “cor de ébano” (cujo nome não foi divulgado por Santos em seus discursos) e pelos negros que tiveram barradas suas entradas em clubes e sociedades do interior do Estado (Taquari, Pelotas, Santa Vitória do Palmar etc.), como casos desencadeadores das pressões exercidas sobre o parlamentar para reconhecer os anseios dessa comunidade.

Essa realidade essa já fazia parte dos anseios de Carlos Santos desde os anos de 1930 e 1940, quando de sua participação na fundação de clubes negros. Mas, somente foi representada no parlamento, quando ele já obtivera uma posição de destaque, adquirida com sua experiência e posição social. Afinal de contas, quando ele iniciou a discursar sobre os problemas raciais envolventes à comunidade negra, ele já estava no final de seu segundo mandato como deputado estadual, encaminhando-se para o terceiro.

Porém, antes de ser deputado, Carlos Santos manteve contatos com a Frente Negra Brasileira e Pelotense, se destacando como intelectual do Jornal negro “A

Alvorada”, escrevendo artigos de como a comunidade negra deveria agir para superar as dificuldades. Além disso, sempre em momentos de vitória política o deputado citava seus antepassados. Principalmente Manuel da Conceição Silva Santos, diretor do Jornal abolicionista “A Voz do Escravo” (1881) e a mãe de seu avô, sua bisavó, dona Felisberta da Silva, que, “vendeu cocada-puxa para acumular capital e, assim, comprar as alforrias de escravizados na cidade de Rio Grande”.

Entre outras nuances de Carlos Santos, localizaram-se os seus contatos com os terreiros das religiões de matriz africana, do Batuque, de Porto Alegre. Para um indivíduo que era católico fervoroso, orador de congressos eucarísticos, essa relação constituiu uma evidência de seus contatos com as africanidades para além da política.

Entretanto, no início da sua carreira parlamentar, elementos referentes a identidade negra, seja qual fosse, raramente eram citados em seus discursos, quando muito, reservados, para datas oficiais, como o dia da abolição da escravidão e a memória de princesa Isabel.

Quanto às lutas “das gentes do mar”, os jangadeiros nordestinos identificados nas figuras do Mestre Jerônimo e do Mestre Tatá, bem como o Almirante Negro João Cândido, identificados nas resistências das “gentes do mar” contra os ditames do poder instituído - ora opressor de liberdades no pós-abolição, ora explorador dos pescadores - estiveram presentes nas intervenções de Santos, em praticamente toda a sua trajetória de deputado estadual.

O jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”, embora não sendo citado por Santos, constitui-se integrante das lutas históricas das “gentes do mar”, configurando a representação histórica desses homens contra a escravidão antes da República. Independentemente de quem foi citado ou não nos seus discursos, a atividade da pesca, e principalmente os pescadores artesanais, foram constantemente representados nas ações de Santos.

Atualizando as políticas da pesca no Brasil, no dia 1º de janeiro de 2003, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (Lei nº 10.683) criando a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR) - órgão federal, ligado à Presidência da República, responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro. Instituição que teria, se vivo estivesse, apoio total de Carlos Santos.

No dia 29 de junho de 2009, dia do Pescador, foi sancionada a Lei nº 11.958, criando o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), conforme as informações do ministério: “atendendo ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do país”.

Lembra-se que o dia 29 de junho é considerado o dia do pescador em virtude de ser comemorado o dia de São Pedro, considerado o apóstolo pescador. O que evidencia, de certa maneira, a vinculação histórica dos pescadores com as representações católicas, identificadas, inclusive, na denominação das jangadas dos cearenses nos *raids* para o Rio de Janeiro e Porto Alegre: Nossa Senhora da Assunção e Nossa Senhora da Conceição. Esse aspecto denota a influência das ideologias religiosas portuguesas nas origens da prática pesqueira no Brasil, além das técnicas que se amalgamaram às práticas indígenas somadas às africanas.

O país, com o novo Ministério, tem a oportunidade de melhorar a vida dos pescadores, que cobraram sistematicamente, por meio de seus representantes políticos, no início da República, melhorias de suas condições. Situação que, como se observou, era prometida desde a década de 1940 com o IAPM, criado por Getúlio Vargas; e novamente a partir de 1962, com a criação da SUDEPE, de João Goulart.

No Brasil, durante o período republicano, muitos órgãos para o fomento da atividade pesqueira foram criados, todavia, não se institucionalizaram a contento e as demandas dos pescadores, na prática, continuaram na condição de abandono. Os militares, embora mantendo os órgãos advindos dos governos civis, não mudaram o quadro. Contudo, dispensaram incentivos fiscais vultosos às indústrias e aos empresários do setor, concentrando renda as elites do setor.

Atualmente, o município de Porto Alegre, o governo do Estado e a União têm-se debruçado no desenvolvimento das políticas públicas em torno do desenvolvimento da pesca e do consumo de peixe, reivindicações advindas da conjuntura analisada em nossa tese, já que Carlos Santos fez campanhas também visando o consumo de peixe.

Em outra iniciativa, o governo federal, objetivando melhorar a vida dos pescadores, em 2012, lançou o Plano de Pesca e Aquicultura. O governo criou o Instituto Nacional de Pesquisa para o desenvolvimento pesqueiro, prometeu comprar até 20 mil toneladas de pescado/ano, formar jovens em cursos técnicos de pesca ou aquicultura, estimular o financiamento de técnicos de pesca ou aquicultura e motivar o financiamento para mulheres marisqueiras receberem *freezers* e fogões. Além disso, o governo prometeu investir 135 milhões em cursos para capacitação dos pescadores para, a partir de sua realidade, criarem projetos.

Esses fatores demonstram as novas demandas existentes na vida dos pescadores, como a atenção à mulher pescadora e à aquisição de tecnologia para o próprio pescador condicionar a sua produção. O que parece ser um avanço, já que até o final do último

mandato de Carlos Santos, muito pouco foi institucionalizado a favor do pescador mais simples, e da mulher no ramo, nem se cogitava.

Em janeiro de 2013, o Ministério da Pesca e Aquicultura, lançou o Plano Safra da Pesca e Aquicultura, na Ilha da Pintada, Colônia Z-5, em Porto Alegre. Conforme o previsto no Plano Safra, a pesca gaúcha deveria novamente crescer. Além dessa meta, foi instituída a nova carteira do pescador profissional, com validade permanente para proporcionar transparência e controle nos benefícios estatais aos pescadores. Segundo os dados apresentados pelo Ministério, existia no Brasil, no ano de 2013, 1,07 milhões de pescadores registrados e que deveriam substituir sua carteira antiga. Nesse sentido, os pescadores, mesmo com avanços, de certa forma permanecem tutelados, mas não explorados.

Outro fator, no que tange ao tema do desenvolvimento da pesca, desde as cobranças assinaladas nos discursos de Carlos Santos, e que se observou no programa lançado em 2013 - foi o crédito de modernização das embarcações dos pescadores. Item que o deputado, desde 1962, pretendeu via SUDEPE e, depois, novamente, com a Campanha de Valorização do Pescado, em 1965, o que poderia tornar o país uma potência pesqueira. Por isso, sua luta era o desenvolvimento não somente da vida do pescador, mas também das indústrias, do comércio, do desenvolvimento tecnológico de frigoríficos e do fomento de pesquisas para explorar o potencial marítimo de Rio Grande, do Estado e do Brasil. Entretanto, esse desenvolvimento deveria ser feito com a harmonia entre as classes sociais da pesca, desde os empresários até o pescador mais humilde, identificado no artesanal.

O que não ocorreu em virtude dos planos do governo militar que, por meio do Decreto Lei nº 221-67, propiciou o desenvolvimento das indústrias e dos empresários da pesca, por meio de incentivos fiscais, mas não se preocupou com as melhorias práticas na vida do pescador comum. Situação que fez com que Carlos Santos diminuísse suas práticas políticas em torno das demandas das atividades da pesca e voltasse as suas atenções para as demandas do menor excepcional.

Também em 2013, o Brasil ocupava a 23ª posição em produção de pescado do mundo, exportando 220 milhões de dólares por ano. Para os ministros do Governo Federal, tanto o do Ministério da Pesca quanto ao da Ciência e da Tecnologia, isso era uma contradição, “com uma costa tão grande e um peixe tão caro” e que deveria ser superado, segundo esses, por meio de uma inovação tecnológica, fazendo do peixe, em termos econômicos: “o frango das águas”.

Essa referência remete às práticas políticas de Carlos Santos, como representante da pesca, quando esse citou a potencialidade da indústria pesqueira como fonte de trabalho, renda e de combate à fome entre os anos de 1959 e 1974, inclusive promovendo campanha junto à ONU.

Devido a isso, esta tese possibilitou a compreensão de que esta demanda teve muitos protagonistas para a sua institucionalização, como os próprios pescadores e seus representantes políticos, a exemplo de Carlos da Silva Santos.

Há 50 anos Carlos Santos, representando as “gentes do mar”, além de cobrar melhorias técnicas, melhoria da qualidade de vida do pescador e sua família e de motivar o desenvolvimento da indústria da pesca, citou também em seus discursos as vantagens para a saúde a partir da dieta do peixe, pois, como ele disse: “por desaviso as donas de casa utilizam o peixe somente à base de fritura, desconhecendo as diversas formas de preparo culinário do peixe” o parlamentar ainda disse que: “a pequena oferta de peixes no interior e, conseqüente, encarecimento fazem deste precioso alimento integrante apenas de cardápios melhorados isolando-o de mesas mais modestas”.

Na realidade, as “gentes do mar” e as demandas da atividade da pesca foram representadas nas ações de Carlos Santos em todos os elementos vinculados aos rio-grandinos, negros e brancos, empresários e pescadores, indústrias da pesca e setores da pesca artesanal que, harmonizados, conforme mediação do parlamentar, alavancariam economicamente o município de Rio Grande, o Estado do Rio Grande do Sul e quiçá o Brasil, com investimento racional em potencial marítimo.

A partir do momento que Carlos Santos percebeu que as políticas estavam beneficiando, majoritariamente, os interesses empresariais, ele passou a se distanciar dessas demandas e focar suas ações em prol do menor deficiente.

Quanto à defesa de sua identidade negra, esta não era opção, era “marca”, nitidamente visibilizada em seu fenótipo, reconhecido pela sociedade e legitimado em suas palavras, em sua construção identitária.

Carlos Santos era avesso a algumas políticas de reparação (como, por exemplo, das “Ações Afirmativas” tão discutidas, atualmente, em nosso país) por acreditar que a melhora do grupo negro se daria por meio de seus próprios esforços, obviamente, influenciado pelas crenças da democracia racial, pensamento que ele mudaria. Cabe ressaltar, que, após o político ter conhecimento do Grupo Palmares, em 1971, seus discursivos alteram-se, como se verificou no último capítulo desta tese, sendo que ele

mesmo sem perceber, tenha tido participação histórica em suas ações para a institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial, como aqui se defende.

Na publicação referente ao biênio da colonização e a participação do negro na formação do estado, datada de 1976, o parlamentar sentenciou: “que o Rio Grande do Sul ainda não havia compensado o negro pela sua contribuição na formação cultural, econômica e social do Estado”, o que demonstra uma nova característica em relação as suas práticas políticas. Inclusive clamando por reparações.

Em seu discurso, já em final de carreira política, como deputado federal, em memória ao nonagésimo quarto aniversário da abolição da escravidão no Brasil, no dia 13 de maio de 1982, destaca-se sua importância na produção de sentidos políticos a favor da história, memória e cultura da identidade negra.

Décadas, antes, o parlamentar ovacionava princesa Isabel e o dia 13 de maio assim como a democracia racial; todavia, utilizava a data para denunciar o atraso sofrido pela comunidade negra no pós-abolição, sem inocência. Mas, em 1982, no seu último discurso como deputado federal, pronunciou: “estamos hoje aqui, falando do dia 13 de Maio, mas evocando a história da República dos Palmares” (...). Ou seja, propôs um ele entre a data da abolição e 20 de novembro, construindo a noção de que a liberdade ou os símbolos da consciência negra não devem ter datas pré-determinadas, sendo ambos importantes para a história da valorização da identidade negra brasileira.

Identifica-se nos discursos de 1982 a ideologia do movimento negro nas palavras de Carlos Santos, pois, nelas, é recorrente o uso de termos tais como *luta*, *orgulho*, *participação econômica e política*, bem como a aclamação da memória de *Palmares*, o que significa muito para as ações simbólicas reivindicativas dos movimentos negros daquele período e da atualidade.

Antes, no final dos anos de 1950 até meados dos anos de 1960, o deputado, além de elogiar a democracia racial, remetia os problemas brutais do racismo aos países estrangeiros, como Estados Unidos e África do Sul. Inclusive, sendo contra a ideologia atávica da negritude, pensada por ele como separatista. Entende-se esse posicionamento a favor da democracia racial como uma resposta a um mundo que mesmo com a derrocada do nazismo após a II Guerra Mundial, caracterizado fortemente pela supremacia das raças, mesmo passada uma década continuava a assombrar. Como disse José Correia Leite, em 1968, um dos fundadores da Frente Negra, por ocasião dos 80 anos da abolição: “era um perigo falar de racismo no Brasil”.

Porém, países que deveriam ser baluartes da liberdade, representado pelos Estados Unidos, que lutou contra o nazismo, e a África do Sul, um país majoritariamente afrodescendente, mas governados por europeus, ingleses e holandeses, tinham sérios problemas raciais, sendo os negros segregados em seu próprio território.

Devido a essas situações, um país como o Brasil, onde negros e brancos conviviam, de certa maneira, sem guerras e sem separações jurídicas, era considerado um exemplo internacional de igualdade. Porém, não era o que ocorria cotidianamente.

Denúncias de discriminação sofrida por negros no mercado de trabalho e de segregação racial em clubes e associações do Rio Grande do Sul eram problemas constantes que chegavam ao gabinete do deputado.

Ele defendeu a democracia racial, inclusive dando entrevistas para o exterior relatando a qualidade da convivência entre brancos e negros no Brasil. Entretanto, interpreta-se que ele entendia que, devido a sua posição, estaria longe de sofrer discriminações. Incentivando o negro a estudar, para que a partir do mérito, como ele, atingissem um patamar que o racismo não os atingiria. Por isso, dizia que o problema era social e não racial. Todavia, seu posicionamento começou a mudar na década de 1970. Um dos motivos foi a carta de uma professora negra, que no final do ano de 1973, escreveu a ele dizendo que seguiu os seus passos: “estudar e ter honra”. Mas mesmo ela possuindo essas condições continuava estigmatizada, portanto, desempregada.

O Brasil vivia uma época de “milagre econômico” no regime militar, mas mesmo com essa prosperidade muitas reclamações de preconceito racial continuavam a sair na imprensa porto-alegrense e a chegar ao seu gabinete.

Mas, se o problema era econômico e o país estava prosperando, quais os motivos das frequentes discriminações raciais? Certamente, o problema não era econômico e Carlos Santos passou a perceber o quanto era limitada a harmonia das relações raciais brasileiras. E do parlamento, por meio de suas intervenções, passou a desconstruir o mito da harmonia racial brasileira, representando de certa maneira o que líderes negros, como Abdias do Nascimento, José Correia Leite e tantos outros, que desde os anos de 1930, já denunciavam as falhas da harmonia racial brasileira.

A democracia racial não dava conta das demandas surgidas com a globalização e as dinâmicas das relações identitárias descentralizadas, sendo necessária uma nova forma de atuação política. E foi isto que Carlos Santos fez, ao relacionar a identidade negra brasileira com a africana, por mais que o contexto tenha sido favorável, já que os militares intensificaram o comércio com o continente, motivado pela crise do petróleo e

a procura de mercado. Com as independências dos países africanos de língua portuguesa, as relações do Brasil com a região intensificaram como jamais visto anteriormente.

Nesse momento, certamente favorável, o deputado alterou as suas intervenções em relação às questões negras, intensificando-as. Santos, compreendeu a conjuntura. As relações mundiais eram outras. A luta contra a discriminação racial, por meio da ONU, passou a ser mundial.

Diante disso, o deputado percebeu e passou a defender o quanto os grupos negros, independentemente de suas origens e de seus territórios, eram marcados pelos estigmas e preconceitos advindos com a escravidão e atualizados com os estereótipos. Entendendo que os problemas somente seriam superados se existisse um reconhecimento mútuo de união entre os negros a nível mundial. Era a ideologia da negritude manifestada em seus discursos, não que ela antes não existisse, mas era relacionada à cultura e aos valores. Agora, ela se manifestaria de maneira política. Aliás, a negritude é um conceito multifacetado como se verificou.

Quanto ao problema no Brasil, agora o deputado passou a perceber que a punição dos que continuavam a prejudicar a sociedade nacional era o método mais eficaz contra o racismo.

Ou seja, ao longo de sua ação parlamentar suas práticas aumentaram a favor da comunidade negra, já que, de tanto insistir na democracia racial, o deputado parece ter cansado diante das discriminações sofridas cotidianamente pelos negros, motivados pelas reclamações dessas pessoas que cobravam uma atitude sua no parlamento. O que de fato ocorreu, já que suas cobranças exigindo respostas e punição dos governantes contra os racistas deveria ser intensificada, assim como a aplicação da Lei antidiscriminatória Afonso Arinos.

Aliás, esta lei é simbólica no que tange às transformações das práticas políticas de Carlos Santos contra o racismo. Pois, logo no início de seu mandato, em 1959, ele era contra a Lei Afonso Arinos, pois não acreditava na existência da discriminação racial no Brasil. Com o tempo, em seu último mandato, em 1974, ele passou a acusar a lei de insuficiente para a punição dos “racistoides” que maculavam a nação. Todavia, sem falar em Ações Afirmativas, o parlamentar chegou a citar como deputado federal, em 1975, que o Estado do Rio Grande do Sul deveria reparar os negros em virtude dos problemas raciais.

Se Carlos Santos é desconhecido como político de destaque para os movimentos sociais atuais, muito se deve à falta de pesquisas sobre sua atuação como representante desse grupo no combate à discriminação racial, bem como na luta da manutenção dos referenciais afirmativos da identidade negra. O que não aconteceu com a memória de personalidades como Abdias do Nascimento (1914-2011), Guerreiro Ramos (1915-1982), Edson Carneiro (1912-1972) e Oliveira Silveira (1941-2009), que constantemente são lembrados nos meios sociais e acadêmicos.

Carlos Santos não é lembrado em estudos e pesquisas, simplesmente, porque não é conhecido da sociedade em geral. Porém, nos meios políticos oficiais sua memória continua ativa em prêmios, ruas, praças e monumentos.

As ações do político negro, realizadas no parlamento sul-rio-grandense, reproduzidas na imprensa, bem como suas intervenções protocoladas na Taquigrafia da Assembleia visando à simples permanência de suas práticas registradas para a elaboração dos Anais da Assembleia, que fora consultado por nós, permitiram os fundamentos desta pesquisa, possibilitando o retorno de outros pesquisadores para levantar novos questionamentos sobre as ações do político e de tantos outros que devem representar as melhorias condizentes ao bem comum.

Contudo, acredita-se que é necessário ampliar a pesquisa histórica junto à comunidade negra sul-rio-grandense, carente de referenciais políticos positivos, inclusive para ao auxílio de professores com vistas à aplicação da Lei nº 10.639/03, que instaurou a obrigatoriedade da história e da cultura afro-brasileira - bem como a contribuição dos negros na construção política e social do Brasil.

Das 318 intervenções realizadas por Carlos Santos, 114 ou 35,84%, simplesmente, mais de um terço, foram em torno das demandas da pesca (73) e da negritude (41), juntas. Perfazendo uma considerável mediação política em torno destas causas que tiveram como efeito, em nosso entendimento, uma considerável contribuição para as políticas públicas atuais de ambos os grupos, e conseqüentemente para os avanços de um país mais justo.

Em 1962, por ocasião de sua candidatura a reeleição o parlamentar mencionou a seguinte assertiva: “Sinto-me estreitamente vinculado ao infra-mundo de onde venho, e quanto mais subo, mas ligado fico às minhas origens, de negro e de operário”. Estariam, neste período, sendo contemplados os operários nas intervenções feitas pelo parlamentar em torno das demandas dos pescadores? Estaria a identidade negra do parlamentar sendo elaborada e construída por meio das pressões exercidas pelas reclamações da

comunidade negra que chegavam ao deputado? Essas demandas estariam ambas relacionadas às “gentes do mar”? Advindas de um personagem negro, nascido em região litorânea, sim.

O certo é que o parlamentar lutou pelo equilíbrio racial e social, elementos constitutivos da ideologia trabalhista e também católica, conforme as diretrizes das Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Populorum Progressio*, uma baseada na harmonia entre patrão e empregado e a outra voltada para a paz entre os povos e com severas críticas ao neocolonialismo, em especial as explorações sofridas na América Latina e na África. Diante disso, não se nega a forte influência das diretrizes da Igreja Católica nas ações de Carlos Santos, seguidas de maneira exemplar pelo deputado.

Aliás, o poder da Igreja Católica no período, no seio do Estado, não pode passar despercebido, e isso auxiliou de maneira fundamental na manutenção, bem como nas ações de Carlos Santos em época de regime militar, já que o parlamentar era nacionalmente um eminente católico. Contudo, salientando que na Igreja também existiam diversas posições quanto ao regime. Mas a conduta de Carlos Santos era nitidamente vinculada às encíclicas citadas.

O tribuno, de fato, contribuiu para instituição das legislações vigentes em torno das “gentes do mar” e da comunidade negra, visto que, tanto o Ministério da Pesca e Aquicultura, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e as Ações Afirmativas são ressonâncias candentes dos processos históricos desenvolvidos pelos movimentos sociais e pelas assertivas apresentadas pelo nosso protagonista, por meio de suas intervenções, no parlamento sul-rio-grandense, entre os anos de 1959 e 1974.

O preconceito e a discriminação racial são problemas que continuam existindo, contudo, tem-se, desde a promulgação das Ações Afirmativas e da alteração da LDB com a inclusão da Lei nº 10.639, que instaurou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, outras possibilidades de conhecer a contribuição da comunidade negra para a trajetória cultural, política e social do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Destaca-se que essas leis foram oriundas das demandas históricas das populações negras, por meio de seus representantes.

Carlos Santos contribuiu de maneira contumaz para estas demandas por dois motivos: o primeiro foi relativo à sua permanência na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, perfazendo 16 anos e quatro legislaturas consecutivas. Não foi localizado nenhum político que tenha realizado mais práticas sobre as demandas da

pesca entre 1959 e 1974 do que ele. Quanto à identidade negra e a defesa deste grupo, da mesma forma, já que no recorte cronológico de nossa tese, ele foi o único deputado assumidamente negro no parlamento sul-rio-grandense. Em que pese, o deputado Moab Caldas ter defendido as questões negras ele ficou somente duas legislaturas no parlamento.

Produzindo ideologias, representando as questões sociais das “gentes do mar” e dos grupos negros e, conseqüentemente, (re) afirmando a diferença na elaboração de projetos para essas demandas nos espaços de poder, Carlos Santos defendeu, significativamente, as reivindicações desses movimentos sociais, no parlamento. Pois, conforme gráficos que foram interpretados, assim como todas as suas intervenções na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, os temas da pesca e da identidade negra, somados, compreenderam a maior parcela de suas ações.

O mar, com sua imensidão, tormentas, marés, idas e vindas e momentos de calmarias tem muito a nos ensinar. Mas se o bote é o que mantém a tripulação firme, apesar das imprevisões do mar, o nosso bote, em vida, se constitui em nossa identidade, em nossa cultura - porém, que seja reconhecedora das diferenças, com o convívio dos protagonismos e dos respeitos mútuos.

Assim, representou-se, historicamente, nesta tese, o universo dos movimentos sociais das gentes do mar e as nuances identitárias da comunidade negra nas práticas políticas de Carlos Santos, no período proposto, visando a contribuir para o conhecimento histórico sobre o papel de protagonista na mediação e proposição de leis em benefício da pesca, das “gentes do mar” e da comunidade negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, Patrícia Raggi e. CASTELLO, Jorge P. *O momento de repensar a economia pesqueira no Brasil*. Disponível em: <<http://www.conciencia.br/reportagens/litoral/lit13.-shtml>> Acesso em 2 set.2012.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS*. Mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS - UFRGS, 2002.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Palácios das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas (1869-1889)*. Programa de Pós-Graduação em História – PUCRS, Porto Alegre, 2013. Tese de Doutorado em História, p.19.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo Pereira (Org.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil*. Depoimentos ao CPDDC. Rio de Janeiro: PALLAS, 2007.

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: História dentro da história in. PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas* (org.), 2ªed., São Paulo: Contexto, 2006.p.156-201.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Gral, 1992.

ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANAIS – Estudos Afro-Brasileiros – *Trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934*. 1º vol. Rio de Janeiro: Ariel, Editora LTDA, 1935.

ANDREOLI, Vanessa Marion. Natureza, Tradição e Modernidade: a construção da identidade de um grupo de pescadores artesanais. *Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política – Tendências e desafios contemporâneos*. 15 a 17 de setembro de 2007. UFPR. www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br PPGSOCIO/UFPR – PPGCP/UFPR. 2007, p.29.

ARENDT, Hannah. *O que é política? Fragmentos das obras Póstumas Compilados por Ursula Ludz*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS, CARLOS SANTOS DEPUTADO EMÉRITO, Porto Alegre, 1988, p.01-22

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: Escravidão e Charqueadas (1780-1888)*. Passo Fundo: FCM Editora, 2013.

AVRITZER, Leonardo. Ação, fundação e autoridade em Hannah Arendt. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 68, 2006, p. 147-167. <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a06n68.pdf>>. Acesso em jul.2012.

BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das Raças, Negros e Brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: ED Pallas, 2001.

BAKOS, Margaret Marchiori. Abolicionismo no Rio Grande do Sul. *Cadernos de História do Memorial do RS*, numero 9. Porto Alegre: Memorial do RS, 2007, p.9. <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/abolicao1.pdf>. Acesso 11 de novembro de 2007.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Escravidão e abolição no RS*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BAKOS, Margaret Marchiori. Margaret Marchiori. Repensando o processo abolicionista sul-riograndense. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 1988.

BAKOS, Margare Marchiori. Julio de Castilhos e a campanha abolicionista. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p.217-228.

BAKUNIN, Mikhail. Carta a Nikolai Ogarev. Lugano, 11 de novembro de 1874. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bakunin/1874/11/11.htm>. Acesso em 23 de março de 2014.

BARBOSA, Marcio. *Frente Negra Brasileira, depoimentos*. São Paulo: Quilomboje, 1998.

BARBOSA, SÔNIA REGINA DA CAL SEIXAS. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. *Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004*. <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23539.pdf>>. Acesso em 09 de set. 2012.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil – Gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.p.93-114.

BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974) – Uma incursão pela política autoritária gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BASTIDE E FERNANDES. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BASTIDE, Roger. *A Imprensa Negra no Estado de São Paulo*. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo: boletim nº 2. Cadeira de Sociologia da USP.sn.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

BASTIDE, Roger. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.

BASTIDE, Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. São Paulo: Difel, 1979.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Qual era o Projeto Econômico Vargasista?* Revista Estudos Econômicos. São Paulo: v. 41, n. 2, p. 345-382, abril-junho 2011. p.354.

BATISTELA, Alessandro. *O movimento operário e sindical em Passo Fundo – RS (1930-1945)* - REVISTA PENSAMENTO PLURAL, Pelotas, p.59-89, janeiro a julho de 2009.

BENTO, Cláudio Moreira. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre: IEL, 1976, p.01.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 1.ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

BERNARDO, José. Revolução dos Cravos e seus dilemas na hora de descolonização de Angola 1974/1975. *Seminário Pedagógico da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Abril de 2007, cidade do Recife, Brasil*. Disponível em <http://www.didinho.org/REVOLUCAODOSCRAVOSEOPROCESSODEDESCOLONIZACAODEANGOLA.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2014.

BERND, Zilá. *A questão da negritude*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERSTEIN, Os partidos. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.p.60-61.

BERUTE, Gabriel Santos. Características mercantis do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro, c.1790-c.1825 in *V Mostra de Pesquisa APERS – Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: Editora CORAG, 2007, pp.153-166.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2007.

BITTENCOURT, Iosvaldir Carvalho Jr. *Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre*. Porto Alegre, Ed: Grafiserv, 2010.

BORDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius Editora, 1996.

BOURDÉ Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Editora Europa-América, 1983.

BRENER. *Revista do Globo* número 826, agosto de 1962, p.26-29.

BROSSARD, Paulo. *Deputado Carlos Santos, Zero-Hora*, Porto Alegre, 15 de maio de 1989, p.4.

BRUM, Argemiro. J. *O desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: VOZES.1984.

BUENO, Clodoaldo. Da Agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 149-363.

CADERNOS BRASILEIROS, *80 Anos da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros, 1968. p.1-175.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes, BENITEZ, Alessandro R. MEDEIROS, Alzira, PEREIRA, Rosiane Pereira. Políticas Públicas de cultura e pesca artesanal. Projeto de pesquisa *Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local*, financiado pelo CNPq (Projeto Casadinho), realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da UFRPE e pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, *sd, sp*. <http://www.ufrpe-posmex.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=51&Itemid=80>. Acesso out.2012.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira, *sd, sp*. I *Conferência de Pesca Artesanal do Brasil*. Brasília – DF, Estádio Mané Garrincha, 28 – 30 de setembro de 2009. <<http://www.ufrpe.br/posmex/index.php/noticias/124-professor-do-posmex-faz-considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-a-d%C3%ADvida-social-na-pesca-artesanal>>. Acesso ago.2012.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Povos do Mar: herança sociocultural e perspectiva no Brasil. *Revista Ciências do Mar. Sc. Sa. Sd. Sp*. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n3/a18v62n3.pdf>. Acesso 09 de setembro de 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 50 anos de Vida Pública do deputado Carlos Santos, discursos e pronunciamentos. Brasília-DF: setor de publicações, 1982.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar. *O Grupo Palmares (1971-1978): Um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 195 f. Dissertação de Mestrado, 2006, PUCRS.

CANTO, Rafael Antunes do. *O cotidiano das gentes do mar no atlântico dos séculos XV e XVI e suas relações a bordo das embarcações e em terra*. Porto Alegre, UFRGS, Monografia de História, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67213/000872614.pdf?sequence=1>. Acesso 08/03/2014.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Pescadores artesanais: natureza, território e movimento social*. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Física – PPGGF – USP – São Paulo, 2001.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação*. *Revista Pegada*. vol. 10 n.2, 01 dezembro/2009. <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA102/05eduardo1002.pdf>>. Acesso Set.2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do RS*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CARLOS GUILHERME MOTA. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933–1974*. São Paulo, Editorial Ática, 1980.

CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964.

CARVALHO, Murilo. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CARVASAN, Gustavo Machado. Economia, Discurso e Poder: os bastidores políticos do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II – PND). *Revista AEDOS, UFRGS*, 2008. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9817/5616>. Acesso 30 de abril de 2014.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Preconceito de marca, etnografia e relações raciais. *Revista Tempo Social. Revista de Sociologia USP*. São Paulo, 11, maio de 1999, p. 97-110. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20701999000100005&script=sci_arttext. Acesso 10 de fevereiro de 2014.

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

CEVA, Antonia Lana de Alencastre. *O negro em cena: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro*. Dissertação de Mestrado em Educação - PUC-RJ, 2006.

CEZAR, Willy. *Chico Bastos o pescador*. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2011

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Ed. Brasiliense, 30ª edição. São Paulo, 1989.

CLAY, Vinícius. *O Negro em O Estado da Bahia: De 09 de maio de 1936 a 25 de janeiro de 1937*. 2006. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pex/viniciusclay.doc>/ Acesso em: 10 de fev. 2008

CLEMENTE, Elvo e BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre, PUCRS, 1995.

COLETÂNIA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA (1835-1845). AHRGS: Porto Alegre, 1985.

COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

COTRIM, Décio Souza. *Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: O caso de Tramandaí (RS)*. Dissertação de Mestrado PGDR – UFRGS, 2008. <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/teses/Agroecologia,_sustentabilidade_e_os_pescadores_artesanais.pdf> Acesso 01 out.2012.

COTRIM, Décio. *Comércio local de peixe cultivado na região metropolitana de Porto Alegre*. Monografia de Especialização em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 2002. Disponível em http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Decio_Cotrim.pdf. Acesso em 22 de março 2014.

COUTO, Mateus de Oliveira. *A pia e a cruz – A demografia dos trabalhadores escravizados em Herval e Pelotas (1840-1859)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2011.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 188-209, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/68/16-maria-cecilia.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2013.

DA SILVA, Anelino. Pesca artesanal e seu significado cultural. Goiânia: Ateliê Geográfico: UFG – IESA, p.119-136. <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/6259>>. Acesso 13 out. 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Brasil: 1954 - prenúncios de 1964. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: p.484-503, Julho 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 out.2012.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ed. Atlas, 1983.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DIEGUES, Antônio Carlos. *A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos do Brasil*. Etnográfica, Vol. III (2), 1999, p. 361-375.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Será populismo um conceito operacional? Notas para o debate. *Revista Aedos – UFRGS*. <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9816/5614>> Acesso out 02 de 2011.

DOMINGUES, Petrônio José ou DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90 UFRGS*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18932/11021>>. Acesso 17 dez. 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2013, vol.28, n.81, pp. 155-170. Acesso em 30 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092013000100010&script=sci_arttext.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, n 23, Rio de Janeiro, UFF, 2007, p. 108. Capturado em: Acesso 18 de julho de 2012.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flavio dos Santos. *Da nitidez e invisibilidade – Legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2013.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961.

DUARTE, José Bacchieri (Org). *Os 10 dias em que o Rio Grande do Sul foi Parlamentarista*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa Graf. Ética Impressora, 2003.

ELEIÇÕES NO RS, Ed. Síntese: Porto Alegre, 1977.

ELMIR, Cláudio Pereira. *Os 170 Anos do Parlamento Gaúcho. A Democracia Reconquistada (1983-2004)*. Vol.5. Porto Alegre: CORAG, 2005.

ENCÍCLICA PAPAL RERUM NOVARUM. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso 12/06/ 2012.

ENCÍCLICA PAPAL POPULARUM PROGRESSIO. Disponível na íntegra em http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html. Acesso em 17/06/2013.

ESCOBAR, Giane Vargas. Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural. Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural – UFSM, 2010. <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3131>. Acesso Jul.2011. Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato Silveira. Salvador: UDFBA, 2008.

FARIAS, Déborah Barros Leal. Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rev. bras. polít. int. vol.51 nº.1 Brasília 2008, p.119. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100006>. Acesso out.2012.

- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 – Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.
- FÉLIX, João Batista de Jesus. *Hip-Hop cultura e política no contexto Paulistano*. Tese de Doutorado em Antropologia Social – USP, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-01052006-181824/pt-br.php>. Acesso em 08 de junho de 2014.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupef, 2004.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FERRARA, Mirian Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915/1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída: os dias sombrios de Agosto e Setembro de 1961. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, pp. 149-182.< http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf> Acesso out.2012.
- FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. In GOMES, Ângela de Castro. *Escritas de si, escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Rev. Bras. Hist.* vol.24 n° 47. São Paulo, 2004.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.p.142.
- FIGUEIREDO, Ângela. *Novas elites de cor - estudos sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: UCAM-CEAA, 2002.
- FIGUEIREDO, Ângela e GROSGOUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas Universidades Públicas Brasileiras. *Ciência e Cultura* http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200016&lng=es&nrm=iso/ acesso em abril de 2008.
- FILHO, Omar Barros; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (Orgs). *Sonhos de Liberdade, O legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita*. Porto Alegre: Editora Laser Press Comunicação, 2007.

FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Alemães na guerra dos farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FLORES, Moacyr. *Contrabando de Escravos*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2013.

FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: EST, 2004.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. *As relações raciais do espaço agrário em São José do Norte*. Mestrado em Sociologia, PPGS – UFRGS, 1994.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito. A Classe trabalhadora Porto-Alegrense, e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS-Garamond, ANPUH-RS, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Questão Negra. Correio do Povo*. Porto Alegre, 22/04/1980

FREITAS, Décio. *Palmares – A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1973.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora S.A, 1981.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. O neomalthusianismo na propaganda libertária. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, p. 1367-1397. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461180E5bHL9j17Ge12KE1.pdf>. Acesso em 23 de março de 2014.

GATTIBONI, Rita. *Escravidão Urbana na Cidade de Rio Grande*. 1993. PUCRS, Porto Alegre, 1993. Mestrado em História.

GHON, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso 07 de setembro de 2012.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro como contracultura da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

GERTZ, René. A colonização no período republicano – segunda fase. *Releituras do Rio Grande do Sul*. CARELI, Sandra da Silva; Knierim, Claudio. Porto Alegre: CORAG, 2011.p. 243.264.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

GOMES, Arilson dos Santos Gomes. "Aparecendo na foto": as representações do negro na fotografia em Porto Alegre no final do século XIX e início do século XX. *História, Imagem e Narrativas*, v. 5 nº13, p. 1-25, 2007.

GOMES, Arilson dos Santos. *A Formação de Oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958)*. Em *Tempo de Histórias*, v. 14, p. 96-124, 2009.

GOMES, Arilson dos Santos. A poesia como elemento difusor da nacionalidade através do cartão postal no final do século XIX e início do século XX. *História e-História*, v. 01, p. 01-12, 2009.

GOMES, Arilson dos Santos. Assuntos levantados e registrados: informações e imagens em três jornais de Porto Alegre sobre o Primeiro Congresso Nacional do Negro realizado no ano de 1958. *OP SIS (UFG)*, v. 7, p. 357-372, 2008.

GOMES, Arilson dos Santos. Atividades diárias do Primeiro Congresso Nacional do Negro realizado na cidade de Porto Alegre no ano de 1958. *Escritas - Revista do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins Campus Araguaína*, v. 01, p. 181-200, 2009.

GOMES, Arilson dos Santos Gomes. Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS (UFU)*, v. 39, p. 123-137, 2009.

GOMES, Arilson dos Santos. Correspondências pessoais como fontes de reconhecimento da história de indivíduos e das organizações negras. *Fato&versões*, v. 02, p. 21-39, 2010.

GOMES, Arilson dos Santos. Escravidão e Pós-abolição. In: Vladimir Ferreira de Ávila. (Org.). *V Mostra de Pesquisa: Produzindo História a partir de fontes primárias*. V Porto Alegre: CORAG, 2007, v.5, p. 195-209.

GOMES, Arilson dos Santos. Farias. Eder. Centenário do Dr. Veridiano Farias - O teimoso. In: Éder Farias. (Org.). *Da Música à Medicina - A odisseia da formatura do segundo médico gaúcho negro*. 1ed. Porto Alegre: Cidadela, 2010.

GOMES, Arilson dos Santos. O Primeiro Congresso Nacional do Negro e a sua importância para a integração social dos negros brasileiros e a ascensão material da Sociedade FlorestaAurora.pdf. *RBHCS - Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 01, p. 01-18, 2009.

GOMES, Arilson dos Santos. Oásis e Desertos no Brasil: Da Frente Negra Brasileira aos congressos nacionais sobre a temática afro-brasileira e negra. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 22, p. 131-146, 2010.

GOMES, Arilson dos Santos. Os Partidos Políticos e o Primeiro Congresso do Negro realizado na cidade de Porto Alegre no ano de 1958. *OP SIS (UFG)*, v. 9, p. 116-137, 2010.

GOMES, Arilson dos Santos. Primeiro Congresso Nacional do Negro realizado em Porto Alegre no ano de 1958: assuntos levantados e registrados. *Identidade!*, v. 11, p. 25-34, 2007.

GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao*

Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958). Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2008.

GOMES, Arilson dos Santos. *A identidade cultural afro-brasileira como meio de negociação entre os grupos sociais: análises em torno da publicação do livro Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos (1936-1938)*. 2011. Prelo.

GOMES, Arilson dos Santos. *Análise de conteúdo: o condicionamento das informações sobre o Primeiro Congresso Nacional do Negro Brasileiro realizado em Porto Alegre através dos periódicos Correio do Povo, Folha da Tarde e Revista do Globo*. Artigo publicado no site História e História, junho de 2007. Disponível no site: <http://www.historiaehistoria.com.br/indice.cfm?tb=alunos>. Acesso em 24 Jun.2007.

GOMES, Arilson dos Santos. Laços de família, laços em sociedade: Carlos Santos e a questão negra. *Escritas íntimas, Tempos e Lugares de Memória: a documentação pessoal como fonte para a história*. Porto Alegre: Palier Artes Gráficas, 2007, p.31-46.

GOMES, Arilson dos Santos. *O Trabalhismo e o Movimento Social Negro brasileiro (1943-1958)*. In: *Temporalidades*, Belo Horizonte Vol. 4 n. 2 (Ago./Dez. 2012). Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/08p177.pdf>/ Acesso em 17 de out. de 2013.

GOMES, Arilson dos Santos. Prelúdios de um encontro histórico envolto a discursos: o dia em que o político negro cortejou o mestre-sala dos mares (1959). In: SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos. *RS Negro – cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, p.283-302.

GOMES, Fabrício Romani. *Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. UNISINOS, São Leopoldo, Dissertação de Mestrado em História, 2008.

GOMES, Fabricio; MAGALHÃES, Magna Lima. “Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho associativismo e visibilidade negra em terras de imigração negra no RS”. In: G. F. da Silva; J. A. dos Santos; L. C. C. Carneiro. *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, pp.

GOMES, Flavio dos Santos. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005.

GOMES, Roberta Fraga Machado. *Turismo e Cidadania: A Redenção das Africanidades*. Porto Alegre: Bestiário, 2012.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, 1980.

GRANDA, Edgar Ávila. O bairro Getúlio Vargas sobre o prisma das imagens. *Revista Biblos*, Rio Grande: FURG, 2000. p.75.82. Disponível em <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/525>. Acesso em 11 de abril de 2014.

GRUPIONI, Luiz Donisete; SILVA, Aracy Lopes da (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4ª ed. São Paulo: Global. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 2004.

GUIMARÃES, Sérgio Antônio. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1925 e 1950. *Revista Afro-Ásia* n°29/30. 2003 p247-269. Acessado em abril 2006.

GUIMARÃES, Sérgio Antônio. *Tirando a máscara*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HEINZ, Flavio M. (Org). O Parlamento em Tempos Interessantes - Breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre, CORAG, 2005.

HELLER, Agnes. *A Filosofia Radical*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho*. São Paulo: EDUSP, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. *Tempos interessantes*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HUNSCHE, Carlos H. *O Biênio 1824-25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – Província de São Pedro*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes Indígenas*. Porto Alegre. Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.

KIENTZ, Albert. *Comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KING, Coretta Scott (Org). *As palavras de Martin Luther King*. Trad. Maria Luiza X. de A. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010.

KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI, 2011.

KUPPER, Agnaldo; CHENSO, Paulo André. *O navegante negro e a chibata – A revolta dos marinheiros de 1910*. São Paulo: Editora FTD, sd.

LAZZARI, Alexandre. *“Certas coisas não são para que o povo as faça”*: Carnaval em Porto Alegre 1870 – 1915. Dissertação de Mestrado orientada Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITMAN, Spencer. Os Farrapos negros e a política da escravidão. In *Sonhos de Liberdade, coleção Sujeito e Perspectiva*. Porto Alegre: Editora Laser Press Comunicação, p.51-69.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Todos os negros são africanos? O Pan-Africanismo e suas ressonâncias no Brasil contemporâneo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546368_ARQUIVO_Trabalho_completoANPUHIvaldo2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546368_ARQUIVO_Trabalho_completoANPUHIvaldo2011[1].pdf). Acesso em 05 de março de 2014.

LINHARES, Maria Yedda Linhares; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. *Terra Prometida. Uma questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional: UFSC*. <<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Beatriz%20Loner%20completo.pdf>>. Acesso 21 de junho de 2008.

LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937*. Tese de Doutorado, UFRGS, 1999.

LONER, Beatriz Ana. *Gerações e conjunturas: a família Silva Santos*. VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363121657_ARQUIVO_geracoesconjunturas.pdf. Acesso em 21 de julho 2013.

LOPOLDI, Maria Antonieta. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política in *REPENSANDO o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.p.115-133. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6762/142.pdf?sequence=>/ Acesso 20 de janeiro de 2012.

LUCCOK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: USP, 1975.

LUNA, Luiz. *O Negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1976.

MACEDO, José Rivair de. *História da África*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MAESTRI, Mario. *O escravo gaúcho – resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1993.

MAESTRI, Mário. *Cisnes Negros*. Uma história da revolta da chibata. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue; História do pensamento racial*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MAIA, Maria Bernardete Reis. *Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social*. Mestrado em Sociologia pelo PPGS – UFAM, 2009.
<http://www.ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/026_Maria%20Bernadete%20Reis%20Maia.pdf>. Acesso ago.2012.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1999, p.141. Rev. bras. Ci. Soc. vol.14 n.41 São Paulo Oct. 1999. < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000300009&script=sci_arttext>. Acesso out. 2006.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e Mares – Espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Editora Annablume, 1994.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.

MANSAN, Jaime Valim. Expurgados: afastamentos sumários de professores da UFRGS durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1969) In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; LOSSO, Tiago (Org.). *Estado e desenvolvimento: política e relações internacionais no Brasil Contemporâneo*. Porto Alegre, 2010.p.97-113.

MARQUES, Olavo Ramalho: *Etnografia da Avenida Luís Guaranha: Memória, Territorialidade e Identidade Étnica na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul*. Revista URBANITAS, Ano 2, Vol. 2, 03 de dezembro de 2005. *Revista de Antropologia Urbana*. <http://www.aguaforte.com/osurbanitas3/olavomarques.html>/ Acesso em 16/06/2008.

MARTINS, César Augusto Ávila. Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande-RS, Brasil. *Revista Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Socyales*, Universidade de Barcelona. Vol. XIV, núm. 331 (30), 1 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-30.htm>. Acesso em 21 de abril de 2014.

MELO, José Ernesto. Cronologia sobre a História da África Contemporânea (1945-1998). *Revista Ciências e Letras FAPA 21/22, África Contemporânea*. Porto Alegre: Ed. Ponto e Virgula. Novembro de 1998, p.329-367.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MEREDITH, James. *James Meredith and school desegregation*. Michigan: Millbrook Press, 1994.

MESTRI, Mário. *Cines Negros*. São Paulo: Moderna, 2000.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. *Ruas, Bairros e Distritos de Rio Grande*, 1947, p.58, Nº 136.940 – Gaveta 589. Biblioteca Pública Rio-Grandense.

MORAES, Paulo Ricardo de. *A Revolta da Chibata*. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2010.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem – Experiências Negras no Espaço Urbano – 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. VALANDRO; VARGAS; SANTOS. Percursos biográficos de um burocrata devoto: Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849/1919). *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Política e poder nos primeiros anos da República*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Vol 19.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; Al-Alam, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. *Os calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2013.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata – Subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. Guanabara: Letras e Artes, 1963.

MOREL, Edmar. *Vendaval da liberdade*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

MULLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Bannisul 70 anos. Porto Alegre: Editora Grande do Sul, 1988.

MULLER, Carlos Alves. *Relatório do Banco do Rio Grande do Sul. Relatório correspondente ao ano de 1947*. Porto Alegre: Selbach, 1948.

MÜLLER, Liane Suzan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – *Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. 253 f. Dissertação de Mestrado, PUCRS. Porto Alegre, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos 2006. *Revista da USP*, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.<<http://www.usp.br/revistausp/68/05-kabengele-munanga.pdf>>. Acesso set. 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude; usos e sentidos*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas* in SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVEIRO, Valter Roberto. *Ações Afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, INEP, 2003, p.117-128.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: *Coleção Cultura e Identidade Brasileira*, Autêntica.2004.

MUNANGA, Kabenguele (Org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. 1 ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINC, V.1, 2004.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1966, p.144-145.

NASCIMENTO, Abdias do. Minha candidatura. *Fac-Símile Jornal Quilombo*. Jul.1950, p.83.

NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Abdias. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.210.

NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. O negro e o Congresso Brasileiro. In MUNANGA, Kabenguele (Org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. 1 ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINC, V.1, 2004, p.223.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Contra a chibata, canhões. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=957&pagina=5>>. Acesso em: 01 abr. 2007.

NASCIMENTO, Álvaro. *Marinheiros em Revolta*, Dissertação Mestrado em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1997.

NEVES. Berenice Abreu de Castro. *O raid da jangada de São Pedro: pescadores, estado novo e luta por direitos*. Tese em História PPGH-UFF, 2007.

NEVES. Berenice Abreu de Castro. Os jangadeiros de Vargas: reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo*, julho 2011.

NEVES. Berenice Abreu de Castro. *Pertencer à nação brasileira: a jangada de São Pedro rumo à Capital Federal (1941)*. Cad. AEL, v.11, n.20/21, 2004. p.44.78.

NEVES, Francisco. O discurso político partidário Sul-Rio-Grandense sob o prisma da imprensa Rio-grandina (1868-1895). Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

NIEDERLE, Paulo André; GRISA, Cátia. Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos – RS. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – FURG, Vol.16 – 2006. Disponível em <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/2787/1572>. Acesso 12 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, Freitas Waldir. *Édison Carneiro*. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n13_p5.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2008.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Lupicínio Rodrigues e a musicalidade da negra Cidade Baixa in SEFFNER, Fernando (ORG). *Presença Negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SMC, 1995.

OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

ORICO, Osvaldo. *O tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia Editora, 1953.

ORLANDI, Eni. Orlandi. *As formas do silêncio – nos movimentos dos sentidos*. Campinas. Editora Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni. P. *Discurso e texto – formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Ed. Pontes, 2001.

OSADA, Rodrigo Pansanato. Salário Mínimo versus Desigualdade de Renda no Brasil. Campinas, UNICAMP, Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Arilson%20e%20Roberta/Downloads/OsadaRodrigoPansanato_TCC.pdf. Acesso 04/05/2014.

PANDOLFI, Dulce (Org) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 115-134.

PASQUOTTO, Vinícius Frizzo. *Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social*. Mestrado em Desenvolvimento Rural – PGDR-UFRGS. Porto Alegre, 2005.

PASQUOTTO, Vinicius Frizzo; MIGUEL, Lovois de Andrade. Pesca Artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária. *Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. SBSP, Aracaju, 2004.

PEREIRA, Eliane. *Floresta Aurora: fundação e função até 1988*. Porto Alegre, 1986. (Monografia). PUCRS.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. *Cultura e Afro-descendência: Organizações Negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Programa de

Pós-Graduação em História – PUCRS, Porto Alegre, 2008. Tese de Doutorado em História.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. *Estratégias Negras e Educação*. Porto Alegre: VI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos – PUCRS, 2006.

PEREIRA, Lúcia Regina (Org). GOMES, Arilson dos Santos; PARÉ, Marilene; REIS, Osvaldo Ferreira dos. *Rio Grande do Sul: Africanidades Sul-Rio-Grandenses*. Paraíba: Grafset, 2012.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. *Fábulas de Escravos e Libertos no Cenário da Justiça em Porto Alegre* – Dissertação de Mestrado, PUCRS, 1995.

PINTO. Luiz Antonio Costa. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1953.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. *Associativismo e capital social entre os povos das águas: uma reflexão necessária*. Asociación Latino Americana de Sociologia Rural. <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT23-Petr%C3%B4nio-Lauro-Teixeira.pdf>>. Acesso 08 set.2012.

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* Belém Sept./Dec. [online]. 2007. Vol.2, n.3, p. 51-62. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222007000300006>>. Acesso 21 set.2012.

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. *O associativismo e capital social entre os “povos das águas”: uma reflexão necessária*.< <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT23-Petr%C3%B4nio-Lauro-Teixeira.pdf>>. Acesso jul.2012.

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. Os Movimentos Sociais em Comunidades Pesqueiras na Amazônia: um estudo na Ilha de Caratateua, Belém - PA. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.< http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Potiguar_texto.pdf>. Acesso out.2012.

RAMOS, Guerreiro. O problema do Negro na Sociologia Brasileira. Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, 2 (2): 189-220, jan./jun. 1954. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/negritude.htm>. Acesso em 31 Ago.2007

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Luiz Dario. Descolonização africana. *Revista Ciências e Letras FAPA* 21/22, África Contemporânea. Porto Alegre: Ed. Ponto e Virgula. Novembro de 1998, p.51-72.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. O Fantasma da Revolução Brasileira. 2º Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora UNESP. 2010.

ROEHE, Nara Simone. A indústria automobilística e a política econômica do governo Geisel: tensão em uma parceria histórica (1974 - 1978). Tese de Doutorado – PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3426. Acesso 04/05/2014.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhismo uma filosofia da República – atualidade de doutrina de Júlio de Castilhos, no centenário da sua morte. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.p.45-89..

RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. *Revista Estudos de Literatura Contemporânea*, nº 31- Brasília, janeiro/junho de 2008. Disponível em http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3107.pdf. Acesso em 12 de maio de 2014.

SADER, Éder. Um rumor de botas – Ensaio sobre a militarização do Estado na América Latina. *Coleção Teoria e História 11*. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

SANTOS, Augusto dos Santos. “O negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão racial no Parlamento brasileiro. MENDES, Amauri; SILVA, Joselina (Orgs.) *O Movimento Negro Brasileiro – escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p.127-163.

SANTOS, Carlos. *O problema da pesca no RS*. Porto Alegre: CORAG, 1967.

SANTOS, Carlos. *A predestinação do Direito*. Tipografia Leão XIII: Rio Grande, 1951, p.1-22.

SANTOS, Carlos. *CORREIO DO POVO*, 07 de Agosto de 1959, p.12.

SANTOS, Carlos. *Sucata*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.

SANTOS, Isabel Silveira dos. Arthur Rocha: Um Intelectual Negro no “Mundo dos Brancos”. *Anais do X Encontro Estadual de História*, ANPUH-RS, 2010. Disponível em http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279496410_ARQUIVO_arthurrochaumintelectualnegrono mundodosbrancos.pdf. Acesso em 30 de ago.2014.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O movimento negro e o Estado: O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo*. 1 ed. São Paulo: imprensa oficial, 2002.

SANTOS, José Antônio dos. Eminência duplamente parda: o curriculum vitae de Dario de Bittencourt. *Escritas íntimas, Tempos e Lugares de Memória: a documentação pessoal como fonte para a história*. Porto Alegre: Palier Artes Gráficas, 2007, p.59-70.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou "A Alvorada": Intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. 195 f. Dissertação, 2000, UFF.

SANTOS, José Antônio. Prisioneiros da História. *Trajetória de intelectuais na imprensa negra meridional*. PPGH PUCRS, Porto Alegre, 2011. Doutorado em História.< http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2011-08-29T161019Z-3414/Publico/433237.pdf. Acesso mar.2012.

SANTOS, Irene (coord.). *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Nova Letra Gráfica, 2010.

SANTOS, Irene (Coord.). *Negro em Preto e Branco – História fotográfica da População Negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: FUMPROART, 2005.

SANTOS, Márcia Juliana. Em cena: quatro homens numa jangada. A luta por direitos dos jangadeiros dos cearenses em 1941. *Projeto História, São Paulo, n.39, pp. 339-349, jul/dez. 2009*.

SANTOS, Neiva. Entrevista, 2010.

SANTOS, Sales Augusto dos. “O negro no poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão da questão racial no Parlamento Brasileiro in PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (org.). *O Movimento Negro Brasileiro – escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte, Nandyala, 2009.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas. *Revista Ciências e Letras FAPA 21/22, África Contemporânea*. Porto Alegre: Ed. Ponto e Virgula. Novembro de 1998, p.113-172.

SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. Trad. J. Guinsburg. 5ª edição. São Paulo: Difel, 1968.

SAUNDERS, A.C. *História Social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda.

SCHILLING, Voltaire. *A Luta pelos direitos civis: de Abraham Lincoln a Martin Luther King – América: 1863-1963*. (Prelo).

SCHMIDT, Bisso Benito. *Em busca da terra da promessa*. Porto Alegre: FUMPROART, Ed. Palamarinca, 2004.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. *Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS*, São Leopoldo, RS, Brasil. 2006.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.p.356-358.

SILVA, Alberto da Costa e. *Perfis brasileiros – Castro Alves*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

SILVA da. Anelino Francisco. Pesca Artesanal: seu significado cultural. *Revista Ateliê Gráfico*. Goiânia, v.1. nº 6, abril de 2009, p.119-136.

SILVA da. Susana Maria Veleda. Gênero e trabalho: as trabalhadoras da indústria da pesca em Rio Grande (RS). *XII Jornada do Trabalho*. “A Dimensão Espacial da Expropriação Capitalista sobre os Mundos do Trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital” Curitiba, 05 a 08 de setembro de 2011.

SILVA, Cidinha. *Ações Afirmativas em educação. Experiências brasileiras*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SILVA, da. Lucas Antônio. A pesca no litoral norte do Rio Grande do Sul como modo de vida e de ser. Um estudo sobre a colônia de pescadores da Barra do João Pedro. *V Mostra de Pesquisas de Pós-Graduação*. PUCRS, 2010.

SILVA, Fernanda Oliveira. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Gilberto Ferreira da, SANTOS, José Antônio dos, CARNEIRO, Luís Carlos da Cunha. (org.) *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*.- 2º ed. - Porto Alegre:

SILVA, Jaime Moreira. *Colônia Africana: lobisomem do Morro Santana, Morro da Piedade*. Porto Alegre, 2005.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. Rio de Janeiro, 2003. *Estudos Afro-Asiáticos*. Vol.25. nº2 p.215-235. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n2/a02v25n2.pdf>>. Acesso em: mai. 2006.

SILVA, Juremir Machado da. *Vozes da Legalidade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

SILVA, Lucas. *Pescadores da Barra do João Pedro, um estudo etnoarqueológico*. Mestrado – PPGH – PUCRS, 2012. Acesso: http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2012-07-23T135926Z-4024/Publico/439849.pdf - Acesso 07 out.2012.

SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)*. Papirus: Campinas, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na história do Brasil*. Boa vista: Vozes, 1988.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVEIRO, Valter Roberto. *Ações Afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, INEP, 2003.

SILVA, Graziely Rezende da. *O Combate Naval do Riachuelo da História para Pintura*. Revista Virtú. Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a23.pdf>/Acesso em 21/03/2014.

SILVA JÚNIOR, Maurício Guilherme. *Carlos Heitor Cony e as crônicas de resistência ao Golpe Militar de 1964*. http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em%20Tese%2018/18-2/SE%C3%87%C3%83O%20VARIA/TEXT0%207%20MAURICIO.pdf/ Acesso 04/03/2014.

SILVEIRA, Alexandre Barcelos; BAKOS, Margaret Marchiori. *Imagens do Carnaval na Colônia Africana: identidade e representação do real*. In *Revista Diálogos Momento em Educação*. Rio Grande: Editora da FURG, nº 22 vol.02, 2013.p.65-85. Disponível em <http://www.seer.furg.br/momento/issue/view/440/>. Acesso em 19 de maio de 2014.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Ação Afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil*. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117. 2ve1m9-b2r4o6/2 n0o0v2embro/ 2002. p.238. < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15560.pdf>>. Acesso out.2012.

SIMON, Pedro. *Discursos do senador Pinheiro Machado*. Brasília: Senado Federal, 2004.

SINGER, Paul.; BRANT, V.C. (org) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 4.ed.São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

SOMERS, Patrícia; JONES, Catherine. *Ações afirmativas na Educação Superior: o que acadêmicos brasileiros podem aprender da experiência americana*. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 246-251, set./dez. 2009. <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5770/4207>>. Acesso out.2012.

SOUZA, Marco Aurélio Alves de, PIT, Cássio. *Eficiência Econômica e sustentabilidade ecológica da pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul*. *PROCOREDES II* intitulado *Análise das políticas públicas na geração de renda e na diminuição do esforço de pesca da atividade pesqueira no estado do Rio Grande do Sul*. < www.fee.tche.br/4-encontro-economia.../agricultura-sessao3-1.doc>. Acesso set. 2012.

SOUZA, Marina de Mello e Souza. *África e Brasil Africano*. São Paulo: Ática, 2012.

SOUZA, Shirlei. *Etnobiologia de cetáceos por pescadores artesanais da costa brasileira*. Tese de Biologia Programa de Pós-Graduação em Ecologia UNICAMP. < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000801563>>. Acesso jun.2012.

STEPAN, Alfred. *Estado, Corporativismo e Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política – as mudanças de padrões na vida brasileira*. São Cristovão – RJ: Editora Arte Nova, 1975. p.93-154.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988)*. Tese de História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2004.

TORRES, Luiz Henrique. *Parlamentares Gaúchos – Carlos Santos, trajetória Biográfica*. Porto Alegre: CORAG, 2004.

TORRES, Luiz Henrique. *Ciência Oceanográfica, Academia e o Progresso Industrial: Rio Grande na década de 1950*. *Revista Historiae*, Rio Grande, 2 (2), 2011, p.175-188.

TORRES, Rodrigo de Oliveira. *...E a modernidade veio a bordo*. Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS, 1994.

VALENCIO, Norma. *A pesca artesanal como identidade: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural*. < <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/27-GT-Norma-Felicidade-L-S-Valencio.pdf>> Acesso 15 out 2012.

VELEDA SILVA, Suzana Maria; SPOLLE, Marcus Vinicius. *O trabalho feminino nas fábricas de conserva de pescado: a permanência de uma exploração laboral*. *Universidad de Barcelona*. ISSN: 1138-9788. *Depósito Legal: B. 21.741-98*. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-464.htm>. Acesso 18 de outubro de 2013.

VELHO, Keter. *Teu amigo certo*. Porto Alegre: Edijuc, 2013.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; RANGEL, Susana Salum. *Geografia Econômica do Rio Grande do Sul. Espacialidade/Temporalidade na organização econômica rio-grandense*. Porto Alegre: Sacra-Luzato, 1993.

WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo Populista*. Estudos Cebrap, nº4, 1973.

WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. RÉMOND, René. *Por uma história política*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003, p271-290.

XAVIER, Patrícia Pereira. *História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949)*. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza*, 2009. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0389.pdf>/ Acesso em 17 de julho de 2013.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. Anos 90 – Revista do PPG em História da UFRGS. V. 15, n27, 2008. p.161-187. <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6743/4045>. Acesso 11 maio 2011.

ANAIS CONSULTADOS DA CÂMARA DE VEREADORES

ANAIS Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 1959, p.79-80

ANAIS, Vol.75, fevereiro de 1959. p, 272.

ANAIS, Vol.127, abril de 1959. p. 4 e 232.

ANAIS, Vol.129, 26 de junho de 1959, p. 17, 17 e 496.

ANAIS, Vol.130, 13 de julho de 1959, p. 151.

ANAIS, Vol.130, 23 de julho de 1959, p.393.

ANAIS, Vol.132, 14 de setembro de 1959, p.173.

ANAIS, Vol.132, 24 de setembro de 1959, p.423, 424 e 425.

ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RS

ANAIS, março de 1959. Vol. p.273-75.

ANAIS, abril, 1959, p.4 e p.322.

ANAIS, junho, p.496-497, 1959.

ANAIS, julho, 1959, p.151-52; p.391-393.

ANAIS, agosto de 1959. p.11-19

ANAIS, setembro, 1959, p.173-74; p.423-425.

ANAIS, outubro, 1959, p.49-50; p.177.

ANAIS, outubro, 1959, p.265-266; p. 327-330.

ANAIS, outubro, 1959, p. 347.

ANAIS, novembro, 1959, p.103; p.124; p.163-64.

ANAIS, fevereiro, 1960, p. sp.

ANAIS, abril, 1960, p.22-23.

ANAIS, maio, 1960, p.266-267; p.385; p.505.

ANAIS, junho, 1960, p.93; p.279.

ANAIS, julho, 1960, p.37.

ANAIS, agosto, 1960, p.325-327.

ANAIS, outubro, 1960, p.05-06; p.49-55.

ANAIS, novembro, 1960, p.22-23; p.96-98; p.281-282; p.571.

ANAIS, dezembro, 1960, p.1-2; p.217; p.203; p.353; p.343-344; p.426.

ANAIS, maio de 1961. Vol. 146. Livro, p.22-24.

ANAIS, junho, 1961, vol. 147, p.171; p.202; p.281, p.379.

ANAIS, julho, 1961, vol. 148, p.89-90; p.123; p.210-212; p.233; p.441; p.441-451; p.538.

ANAIS, agosto, 1961, vol. 149, p.170-171; p.258-263; p.273.

ANAIS, setembro, 1961, vol. 150, p.247-251; p.321-324.

ANAIS, outubro, 1961, vol. 151, p.04.06; p.114.117; p.137-138.

ANAIS, novembro, 1961, vol. 152, p.02; p.161-162; p.412-413.

ANAIS, dezembro, 1961, vol.153, p.02-03.

ANAIS, maio, 1962, vol. 156, p.266-267.

ANAIS, agosto, 1962, vol. 159, p.78.

ANAIS, outubro, 1962, vol. 161, p.25.

ANAIS, novembro, 1962, p.125; p.210; p.250; p.307.

ANAIS, dez. jan., 1962, p.98; p.263.

ANAIS, maio, 1963, p.186-189; p.265.

ANAIS, Julho de 1963. Vol. 167, p. 407.

ANAIS, Agosto de 1963. Vol. 168, p. 115.

ANAIS, Setembro de 1963. Vol. 169, p. 331.

ANAIS, Outubro de 1963. Vol. 170, p.92.

ANAIS, Setembro de 1963. Vol. 169, p. 425.

ANAIS, Outubro de 1963. Vol. 170, p.02; p.155; p.349; p.358; p.372.

ANAIS, Novembro de 1963. Vol. 171, p.69; p.181-182; p.180; p.220; p.246.

ANAIS, Dezembro de 1963. Vol. 171, p.18; p.28; p.63; p.87; p.99; p. 63; p.266-267; p.265-266.

ANAIS, Abril de 1963, p.172-180.

ANAIS, Junho de 1964. Vol. 176, p. 244; p. 298-302.

ANAIS, Julho de 1964. Vol. 177, p. 143; p.166; p.214; p.279.

ANAIS, Agosto de 1964. Vol. 178, p.96; p.138; p.138; p.234-235.

ANAIS, Setembro de 1964. Vol. 179, p.06-07; p.08-09; p.90-91; p.99; p.133; p.174; p.241-242; p.251-252; p.286; p.322-323.

ANAIS, Novembro de 1964. Vol.181, p.153.

ANAIS, Dez. e Fev. de 1964. Vol.182, p.241-242.

ANAIS, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182, p.89-90; p.103-104; p.113-114; p.183-184; p.273-274; p.318.

ANAIS, Março de 1965, Vol. 183, p.74; p.118-119.

ANAIS, Maio de 1965, Vol. 185, p.12; p.51-52; p.188; p.199-200; p.232; p.268-269; p.288.

ANAIS, Junho e Julho de 1965, Vol. 186, p.35-36; p.134-135; p.151-153; p.90-91; p.189.

ANAIS, Agosto de 1965, Vol. 187.p.02; p.137-138; p.169-170; p.203-204; p.230-233.

ANAIS, Setembro de 1965, Vol. 188.p.47; p.97; p.109; p.142; p.145; p.155; p.180; p.230-232; p.276-277; p.283.

ANAIS, Outubro de 1965, *SV*, p.68; p.73.

ANAIS, Novembro de 1965, Vol. 119, p.36-37; p.47; p.65-66; p.169-170; p.226; p.257-259; p.269-270; p.62-63; p.136-138.

ANAIS, Março de 1966. Vol. 192. p.20-21; p.36-37; p.82.

ANAIS, Abril de 1966. Vol. 193, p.57-58; p.52-53; p.120-121; p.177; p.181.

ANAIS, Junho de 1966. Vol. 195, p.44-45; p.91; p.121; p.146; p.203; p.280.

ANAIS, Julho e Agosto de 1966. Vol. 196, p.85-86; p.113-114.

ANAIS, Setembro e Out. de 1966. Vol. 197, p.08-09; p.13.

ANAIS, Novembro de 1966 e Jan. de 1967. Vol. 198, p.03-04; p.08; p.09-10; p.17-19; p.13; p.50-52; p.74-75;

ANAIS, Janeiro de 1967 de 1967. Vol. 199, p.04-07.

ANAIS, Março de 1967 de 1967. Vol. 201, p.03-05.

ANAIS, Abril de 1967 de 1967. Vol. 202, p. 40-42; p.85-87; p. 118-120.

ANAIS, Maio de 1967 de 1967. Vol. 203, p. 82; p. 185-188; p. 291-294.

ANAIS, Junho de 1967 de 1967. Vol. 204, p. 258-262.

ANAIS, Agosto de 1967 de 1967. Vol. 205, p. 20-21.

ANAIS, Julho à Setembro de 1967 de 1967. Vol. 205- 206, p. 201-203; p.205- 206. p. 209-211.

ANAIS, Outubro de 1967 de 1967. Vol. 207, p. 25.

ANAIS, Novembro de 1967 de 1967. Vol. 208, p.137-145; p.129; p.259-260; p.300-301.

ANAIS, Dezembro de 1967 de 1967. Vol. 209, p.75-79; p.298-300.

ANAIS, Janeiro de 1968. Vol. 210, p.03; p.23; p.37-38.

ANAIS, Abril de 1968. Vol. 212, p.05-06; p.81-82.

ANAIS, Maio de 1968. Vol. 212 (sic) 213, p.34-35; p.113-114.

ANAIS, Junho de 1968. Vol. 214. sp.

ANAIS, Agosto de 1968. Vol. 214, sp.

ANAIS, Outubro de 1968. Vol. 214, sp.

ANAIS, Dezembro e Março de 1969. Vol. 219, p.28-31; p.69-70; p.75-76; p.93-94.

ANAIS, Abril de 1969. Vol. 220. p.22-23; p. 106-107..

ANAIS, Maio de 1969. Vol. 221-222, p. 21. No sumário 256-257.

ANAIS, Maio de 1969. Vol. 221-222, p.151

ANAIS, Julho e Agosto de 1969. Vol. 196 (sic). 223 p.161

ANAIS, Setembro de 1969. Vol. 197 (sic). 224, p.07-08; p.57-58

ANAIS, Dezembro de 1969. Vol. 228, p.02-03.

ANAIS, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.07-08; p.33-34; p.43-44; p.160; p.153; p.241.

ANAIS, Junho-Julho de 1970. Vol. 231-232, p.16; p.161-163; p.194; p.22; p.166-167; p.193.194; p.225.

ANAIS, Agosto de 1970. Vol. 238, p.113-114; p.135-136; p.160-161; p.185-187; p.193-194.

ANAIS, Setembro de 1970. Vol. 241, p.12-13; p.147; p.153.

ANAIS, Outubro e Novembro de 1970. Vol. 235-236 (sic) 242, p.05-06; p.122-124; p.134.

ANAIS, Outubro e Novembro de 1970. Vol. 235-236 (sic) 242, Parte II p.49-50.

ANAIS, Dezembro de 1970. Vol. 237 (sic) 244, p.04-06; p.56-57; p.105-106.

ANAIS, Dezembro e Janeiro de 1969-1970. Vol. 228, p.58-59; p.283; p.342-344.

ANAIS, Abril-Maio de 1970. Vol. 229-230, p.241.

ANAIS, Janeiro e Março de 1971. Vol.238, p.69.

ANAIS, Abril de 1971. Vol. 239, p.05-06; p.13; p.17-19; p.26.

ANAIS, Maio de 1971. Vol. 240, p.221-222; p.301-302; p.307.

ANAIS, Junho de 1971. Vol. 241, p.16; p.177-178; p.365-366; p.399-400.

ANAIS, Julho de 1971. Vol. 242, p.11-13; p.56-59; p.218-219; p.233-234; p.270-271; p.368-369; p.377.

ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 243, p.15-16; p.197-198; p.261-262; p.274-275; p.299-300; p.332-333; p.389-390.

ANAIS, Agosto de 1971. Vol. 244, p.57-60; p.163-164; p.209-210; p.225-226; p.239-240; p.315; p.345; p.396.

ANAIS, Outubro de 1971. Vol. 245, p.93; p.258-260.

ANAIS, Novembro de 1971. Vol. 246, p.01-02; p.351-352; p.419-420.

- ANAIS, Abril de 1971. Vol. 239, p.10-12; p.200-202.
- ANAIS, Dezembro e Março de 1972. Vol. 247, p.212-213; p.244.
- ANAIS, Abril de 1972. Vol. 248, p.56-58.
- ANAIS, Maio de 1972. Vol. 249, p.191-192; p.284-285; p.301-302; p.332-333.
- ANAIS, Junho de 1972. Vol. 250, p.32-33; p.42-43; p.207; p.233; p.245-246.
- ANAIS, Agosto de 1972. Vol. 251, p.147; p.196-197; p.206; p.211-212.
- ANAIS, Setembro de 1972. Vol. 252, p.143; p.177.
- ANAIS, Outubro de 1972. Vol. 253, p.130; p.142; p.145-146.
- ANAIS, Novembro e Dezembro de 1972. Vol. 254, p.02-10; p.80.
- ANAIS, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254, p.72-73; p.89-90.
- ANAIS, Dezembro e Fevereiro de 1972. Vol. 255, p.159; p.192-193.
- ANAIS, Março de 1973. Vol. 256, p.27-28; p.44; p.91; p.154-155; p.185-186;. p.204-205.
- ANAIS, Abril de 1973. Vol. 257, p.134; p.310; p.322-323; p.342-346.
- ANAIS, Maio de 1973. Vol. 258, p.13; p.84-85; p.352.
- ANAIS, Junho e Julho de 1973. Vol. 259, p.89; p.144-146.
- ANAIS, Agosto de 1973. Vol. 260, p.113-116; p.234; p.270-272.
- ANAIS, Setembro de 1973. Vol. 261, p.220.
- ANAIS, Outubro de 1973. Vol. 262, p.70; p.84; p.92-93; p.130-131; p.136; p.185-187; p.303-304.
- ANAIS, Novembro e Dezembro de 1973. Vol. 263, p.25-26.
- ANAIS, Dezembro de 1973 e Fevereiro de 1974. Vol. 264, p.138; p.157; p.175-178.
- ANAIS, Março de 1974. Vol. 265, p.183-184; 246-247; p.274-277.
- ANAIS, Maio de 1974. Vol. 267, p.49.
- ANAIS, Agosto de 1974. Vol. 269, p.01-02; p.23-24; p.45; p.128; 166.
- ANAIS, Setembro de 1974. Vol. 270, p.23-24; p.161-162; p.185-186.

ANAIS, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271, p.52-53.; p.05; p.20; p.107.

ANAIS, Dezembro de 1974 a Janeiro de 1975. Vol. 272, p.79-80.

FONTES IMPRESSAS

A ALVORADA Pelotas, ano 53, n.22, 1951, p.01.

A ALVORADA, Pelotas, 13 de janeiro de 1951, p.1

A ALVORADA, Pelotas, 15 de julho de 1950, p.2.

A HORA, Nacionalismo, *Carlos Santos fala das lutas do passado e do presente*. Porto Alegre, 14 de julho de 1960, p.21.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, *Comissão de Festejos do Centenário do Deputado Carlos Santos*, Cidade do Rio Grande - RS, 09 de dezembro de 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, FURG e FACULDADE ATLÂNTICO SUL, *Seminário Carlos Santos: ideologia e memória*, Cidade do Rio Grande - RS, 22 - 23/10/2004.

CORREIO DO POVO, *A pesca gaúcha deve crescer 40%*, Porto Alegre, 08 de janeiro de 2013. p.10.

CORREIO DO POVO, *Associações Cristãs Femininas*. Porto Alegre, 07 de julho de 1968, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Carlos Santos – gigante negro da palavra - de aprendiz de caldeireiro a Presidente da Assembleia*. Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1967, p.23-24.

CORREIO DO POVO, *Carlos Santos assumiu ontem pela 2ª vez governo gaúcho*. Porto Alegre, 12 de março de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Carlos Santos visita D. Vicente*. Porto Alegre, 05 de março de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Com recepção na Floresta Aurora*. Porto Alegre, 19 de dezembro de 1965, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Comendadores da Fé, Paulo VI agracia três parlamentares gaúchos*. Porto Alegre, 05 de setembro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Consul dos E.U.A visita Assembleia*. Porto Alegre, 28 de dezembro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Costa do Marfim e diplomacia*. Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Crivella lança Plano Safra na Capital*, Porto Alegre, 09 de janeiro de 2013. p.13.

CORREIO DO POVO, *Crivella no RS*, Porto Alegre, 08 de janeiro de 2013. p.04.

CORREIO DO POVO, de fevereiro de 1967,

CORREIO DO POVO, *Deputados conhecem candomblé*. Porto Alegre, 20 de junho de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Deputados unem as vozes contra suspensão de estudos à pesca*, Porto Alegre, 02 de agosto de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Divulgação da pesca, Companhia de dragagem e os problemas políticos*. Porto Alegre, 08 de janeiro de 1967.*sp*.

CORREIO DO POVO, Editorial, Porto Alegre, 17 de janeiro de 2013.p.2.

CORREIO DO POVO, *Embaixador da RAU recebido à tarde no Palácio Farroupilha*. Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Embaixadores de países da África visitarão o Estado*. Porto Alegre, 28 de março de 1967.

CORREIO DO POVO, *Esforços para assegurar clima de paz política ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Foi prorrogada por mais um ano a campanha de valorização do pescado*. Porto Alegre, 01 de fevereiro de 1965, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Governo incentiva produção de pescado*, Porto Alegre, 26 de outubro de 2012, p.12.

CORREIO DO POVO, *Homenagem ao deputado Carlos Santos*. Porto Alegre, 31 de maio de 1960, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Lançada Semana do Peixe*, Porto Alegre, 05 de setembro de 2013, p.17.

CORREIO DO POVO, *Legisladores, suas responsabilidades e seu papel, na palavra de D. Vicente*. Porto Alegre, 02 de julho de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Levantamento sobre o tempo em que os deputados ocuparam a tribuna em 1965*. Porto Alegre, 28 de dezembro de 1965, *sp*.

CORREIO DO POVO, *No plenário da Assembleia, Hoje a entrega do prêmio “Por um Rio Grande maior”*. Porto Alegre, 10 de agosto de 1966, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Nova identificação a partir de 2013*, Porto Alegre, 08 de janeiro de 2013. p.10.

CORREIO DO POVO, *Os nossos Legisladores, idade, profissão e os municípios que novos deputados representam*. Porto Alegre, 02 de fevereiro de 1967.

CORREIO DO POVO, *Palavras do deputado Carlos Santos, Assembleia comemorou o dia nacional de Ação de Graças*. Porto Alegre, 24 de novembro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, *Panorama Político, esforços para assegurar clima de paz política ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre Editorial. 23 de outubro de 2012. p.02.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 07 de agosto de 1959, p.12

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 08 de janeiro de 1967.*sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 de agosto de 1965, p.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1967, rep. de Salomão Kirjner.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 de maio de 1971, p.12.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 13 de maio de 1971, Editorial, p.4, 10, 14.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 29 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 02 de março de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 03 de março de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 05 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 05 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 05 de março de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 09 de março de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 10 de agosto de 1966, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 12 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 12 de março de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 14 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 15 de fevereiro de 1967, *sp*.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 17 de fevereiro de 1967, p.18.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 18 de abril de 1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, dia 22 de fevereiro de 1967, p.18.

CORREIO DO POVO, *Prêmio Springer, Por um Rio Grande Maior*. Porto Alegre, 10 de agosto de 1966, *sp.*

CORREIO DO POVO, *Vão prosseguir os trabalhos da comissão que estuda problemas da pesca no Estado*. Porto Alegre, 23 de dezembro de 1965, *sp.*

CORREIO DO POVO. *Levantamento de dados sobre o problema da pesca no Estado*. Porto Alegre, 04 de janeiro de 1966.*sp.*

CORREIO DO POVO, *Jubileu de Frei Antônio*. Porto Alegre, 29 de novembro de 1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 31 de maio de 1960.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 19 de dezembro de 1965.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 14 de dezembro de 1966, *sp.*

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 02 de fevereiro de 1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 05 de fevereiro de 1967.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1967, p.23-24.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1967

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 05 de março de 1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 09 de março de 1967, p.20

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 de março de 1967

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 07 de abril de 1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, *Visitas à Assembleia*. Porto Alegre, 08/04/1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, *Popularum Progressio*. Porto Alegre, 24/06/1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 24 de junho de 1967

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 30 de junho de 1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 05 de setembro de 1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 24 de novembro de 1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 08 de dezembro de 1967, *sp.*;

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 14 de maio de 1971, p.07, 16 e 17.

CORREIO DO POVO, *Carlos Santos em Pelotas*. Porto Alegre, 22 de março de 1967, *sp.*

CORREIO DO POVO, *Embaixador na Assembleia*. Porto Alegre, 10 de maio de 1965, *sp.*

CORREIO DO POVO, *Cumprimentos A D. Vicente*. Porto Alegre, 29 de fevereiro de 1967, *sp.*

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Abono família*. Porto Alegre, 03 de dezembro de 1965, p.05.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Abono Família*. Porto Alegre, 05 de dezembro de 1965, p.4.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Carlos Santos focaliza o sentido espiritual do dia Nacional de Ação de Graças*. Porto Alegre, 24 de novembro de 1967, p.5.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Carlos Santos no governo deu audiências no primeiro dia*. Porto Alegre, 09 de março de 1967, *sp.*

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Oradores recordam as jornadas cívicas vividas no casarão que fecha suas portas*. Porto Alegre, 20 de setembro de 1967.p.5.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Pesca está no terreno das ideias*, Porto Alegre, 14 de dezembro de 1966, p.8.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 05 de janeiro de 1962, *sp.*

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 05 de dezembro de 1967, *sp.*

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 06 de janeiro de 1968, *sp.*

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 09 de março de 1967, *sp.*

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1967, *sp.*

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 23 de setembro de 1959, p.14.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 24 de setembro de 1959, p.07.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 24 de novembro de 1967, p.05.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 26 de setembro de 1959, p.03.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 26 de setembro de 1959, p.03.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Um programa em livro*. Porto Alegre, 05 de janeiro de 1962, *sp.*

FOLHA DA TARDE, *Lançamento da Encíclica, Ontem a tarde Dom Vicente na Assembleia*. Porto Alegre, p.27.

FOLHA DA TARDE, *Política e políticos, Em poucas palavras*. Porto Alegre, 29 de julho de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, *Política e Políticos*. Porto Alegre, 14 de março de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 02 de fevereiro de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 02 de março de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 08 de março de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 09 de fevereiro de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 11 de maio de 1971, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 13 de maio de 1971, p.10, p.17,

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 14 de março de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 25 de fevereiro de 1967, *sp.*

FOLHA DA TARDE, *Ser ou não ser. Na área Parlamentar*. Porto Alegre, 09 de outubro de 1967, *sp.*

FONSECA, F. de Paula Alves da. CORREIO DO POVO, *Correio do Leitor*. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1967, *sp.*

JOCKMAN, Sérgio. ZERO-HORA, *Mano a mano: Informe Especial, Carlos Santos é presidente da Assembleia*. Porto Alegre, 01 de fevereiro de 1967, p.8.

JOCKYMAN, Sergio. ZERO-HORA, *Informe Especial*. Porto Alegre, 08 de março de 1967, *sp.*

JORNAL DO BRASIL, *A grande família, Carlos Santos venceu os preconceitos agora preside Assembleia Gaúcha*. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1967, p.13.

JORNAL DO BRASIL, *Pescadores vivem abandono no Sul, sem apoio da SUDEPE*. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1965, p. 29.

JORNAL DO BRASIL, *Petrópolis recebe restos mortais da Princesa Isabel*. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1971, 1º caderno, p.7.

JORNAL DO COMÉRCIO, *D. Vicente Entrega três comendas hoje*. Porto Alegre, 07 de dezembro de 1967, p.4.

JORNAL DO COMÉRCIO, *Em novo prédio desde hoje a casa do Povo*. Porto Alegre, 20 de setembro de 1967, p.7.

JORNAL DO COMÉRCIO, *Inaugurado hoje o Palácio Farroupilha*, Porto Alegre, 20 de setembro de 1967, p.2.

JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, dia 09 de março de 1967, *sp*.

FOLHA DA TARDE, Porto Alegre, 13 de maio de 1971, p.10, 17, 18.19.

JORNAL UNITÁRIO, 03 de janeiro de 1952

O GLOBO, Rio de Janeiro, 08 de março de 1967, p.05.

QUILOMBO, Junho e Julho de 1950, Ano II, nº10, p.09.

O JORNAL, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1968, *sp*.

O JORNAL, *A Princesa que perdeu o trono e o túmulo*. Rio de Janeiro, Caderno Especial. 14 de maio de 1968, *sp*.

REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, nº 826, 1962, p.26-29.

REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, nº 556. 15 de março de 1952, p.34-37.

REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1952, p.10.

SOUZA, Coelho. CORREIO DO POVO, *Uma grande vitória*. Porto Alegre, 05 de fevereiro de 1967, *sp*.

SOUZA, *CORREIO DO POVO*, Especial, 05/02/1967

ZERO-HORA, *Carlos Santos vai à África*. Porto Alegre, 27 de março de 1967, p.6.

ZERO-HORA, *Confidencial – visita do Embaixador da Dinamarca*. Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1967, p.6.

ZERO-HORA, *Informe Político, Oposição também é governo*. Porto Alegre, 06 de março de 1967, p.6.

ZERO-HORA, *Informe Político, Oposição vence com susto*. Porto Alegre, *sd. sp.*

ZERO-HORA, *MDB não recorrerá se Peracchi voltar a viajar sem transmitir*. Porto Alegre, julho de 1967, *sp.*

ZERO-HORA, *Peracchi não quer passar governo*. Porto Alegre, 28 de junho de 1967, p.6.

ZERO-HORA, Porto Alegre, 01 de fevereiro de 1967, p.06.

ZERO-HORA, Porto Alegre, 06 de março de 1967, p.06.

ZERO-HORA, Porto Alegre, 09 de dezembro de 1982, p.10

ZERO-HORA, Porto Alegre, 28 de junho de 1967, *sp.*

ZERO-HORA, Porto Alegre, dia 01 de fevereiro de 1967.

ZERO-HORA, Porto Alegre, dia 02 de março de 1967, p. 06.

ZERO-HORA, Porto Alegre, dia 06 de março de 1967, p. 06.

ZERO-HORA, Porto Alegre, dia 09 de março de 1967, *sp.*

ZERO-HORA, Porto Alegre, dia 15 de maio de 1989.

FONTES MANUSCRITAS

Correspondências localizadas em Acervo Privado da Sra. Neiva Santos e de Adriane Santos, filha e neta de Carlos Santos, em Porto Alegre/ RS dia 9 de dezembro de 2010.

Correspondências localizadas em Acervo Privado do Sr. José Domingos Alves da Silveira e Dona Sema.

ENTREVISTAS

SANTOS, Neiva. Realizada no dia 26 de outubro de 2007. Entrevistador: Arilson dos Santos Gomes. Porto Alegre: residência.

SANTOS, Neiva e SANTOS, Adriane. Realizada no dia 09 de dezembro de 2010. Entrevistador: Arilson dos Santos Gomes. Porto Alegre: residência.

COSTA, José Luiz Pereira da. Realizada no dia 02 de março de 2013. Entrevistador: Arilson dos Santos Gomes. Porto Alegre, residência.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Arquivo Particular do Sr. José Domingos Alves da Silveira, colecionador de periódicos.

Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Centro de Pesquisas Correio do Povo.

Memorial da Assembleia Legislativa.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Cartas pessoais localizadas em acervo de sua família.

DISCURSOS EM ÁUDIO

http://www.dacostaex.com/carlos_santos/audio/AI_ANTIGA_ULTIMA.mp3/ Acesso em 19 de janeiro de 2010.

http://www.dacostaex.com/carlos_santos/audio/al_antiga_ultima_sessao.wma/ Acesso em 19 de janeiro de 2010.

http://www.dacostaex.com/carlos_santos/audio/ASSEMBLEIA_INAUGURACAO_FARROUPILHA.mp3/ Acesso em 19 de janeiro de 2010.

http://www.dacostaex.com/carlos_santos/audio/inauguracao_palacio_farroupilha.wma. Acesso em 19 de janeiro de 2010.

SITES CONSULTADOS

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sul-africanos-marcam-50-anos-de-massacre-de-sharpeville,527289,0.htm>> Acesso 12 out.2010.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola>. Acesso em 24 out.2012.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_politica_externa_independente>. Acesso 25 de out. 2012.

<<http://fortalezanobre.blogspot.com.br/2011/10/saga-dos-jangadeiros-do-mucuripe.html>>. Acesso 16 out. 2012.

<<http://cearanordeste.blogspot.com.br/2011/07/jornada-dos-jangadeiros-cearenses.html>>. Acesso 16 out. 2012

<<http://www.google.com/imgres?q=OS+JANGADEIROS+CEARENSES+DE+1941&hl=>>>. Acesso out. 2012.

<<http://www.google.com.br/imgres?q=MAPA+DE+RIO+GRANDE+DO+RS&hl=pt->> Acesso set. 2012.

<<http://gruposcoiteiroburiti.blogspot.com.br/2011/11/rumos-do-sul-20-sao-jose-do-norte.html>>. Acesso 12 out. 2012.

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>>. Acesso em 17 de ago. de 2012.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_politica_externa_independente>. Acesso 25 de out. 2012.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola>. Acesso em 24 out.2012.

<<http://www.bbc.co.uk/news/magazine-19734976>>. Acesso 25 out.2012.

<www.festadomar.com.br/index.php?n_sistema=3011>. Acesso 17 jul. de 2012.

<<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/mineiros-seguem-em-greve-na-africa-do-sul-apos-a-morte-de-34>>. Acesso 10 set 2012.

<<http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=7416>>. Acesso em 12 out.2012.

<<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>>. Acesso em 12 set 2012.

COPENE consulte: <<http://www.abpn.org.br/>>. Acesso 10 de out. 2012.

<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?CurrentPage=1&txIndexacao=&BasePesq=plenario&txOrador=carlos santos&txPartido=&dtInicio=&dtFim=&txUF=RS&txSessao=&listaTipoSessao=&listaTipoInterv=&inFalaPres=&listaTipoFala=&listaFaseSessao=&txAparteante=&listaEtapa=&CampoOrdenacao=dtSessao&TipoOrdenacao=DESC&PageSize=50&txTexto=&txSumario=>>. Acesso 17 jul.2011.

http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=53. Acesso em 01/02/2014. Sobre o GT Negros/ ANPUH-RS e as Jornadas de Estudos Afro-Brasileiros. Disponível em http://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1153. Acesso em 02/02/2014 e sobre o COPENE, da ABPN, disponível em <http://www.abpn.org.br/>. Acesso em 01/02/2014.

<http://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/501449/lei-10300-07/> Acesso em 17/11/2011

http://www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/legislacao_municipal/Legislacao_Municipal.htm/ Acesso 02 out.2011.

Decreto-Lei 221-67 foi o terceiro regulamento efetuado pelo poder público para controlar as atividades da pesca no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm/ Acesso 30 de março de 2014.

http://www.dacostaex.net/carlos_santos/index.htm. Acesso em 01 de fev.2014.

<http://www.deputadocarlossantos.blogspot.com.br/> Acesso em 10 de fev.2012.

www.faders.rs.gov.br/recursos/382. Acesso 01/02/2014

COPENE consulte: <http://www.abpn.org.br/>. Acesso em 10 de out. 2012.

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>>.

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RobLMour.html>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sul-africanos-marcam-50-anos-de-massacre-de-sharpeville,527289,0.htm>> Acesso 12 out.2010.

<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/mineiros-seguem-em-greve-na-africa-do-sul-apos-a-morte-de-34>>. Acesso 10 set 2012.

http://www.festadomar.com.br/index.php?n_sistema=3011>. Acesso 17 jul. de 2012.

<<http://historymatters.gmu.edu/d/7041/>>. Acesso em 24 out. 2012.

< http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola>. Acesso em 24 out.

<http://www.bbc.co.uk/news/magazine-19734976>.> Acesso 25 de outubro de 2012.

<http://pt.cyclopaedia.net/wiki/Wilmar-Correia-Taborda>. Acesso em 02 de mar. 2014.

<http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acesso em 08 mar. 2014.

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/05/25/o-destino-do-joao-candido-84309.php>. Acesso em 04 de abril de 2014.

<http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Racismo.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2014.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 11 de março de 2013, *s.p.* Disponível em <http://correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=492240>. Acesso 05 de abril de 2014.

http://www4.furg.br/pagina/catalogo/6_7_4.html. Acesso em 18 de abril de 2014.

<http://www.mpa.gov.br/index.php/ministrompa/biografia> >. Acesso 17 set. 2012.

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/mercadopublico/default.php?p_secao=4/ Acesso em 22 de março de 2014.

Revista do Clube Naval, Rio de Janeiro, ano 121, nº366. Abril, Maio e Junho de 2013. Disponível em: <https://www.clubenaival.org.br/Informativos/arquivo/RCN%20366.pdf>/ Acesso 21/03/2014.

ANEXOS



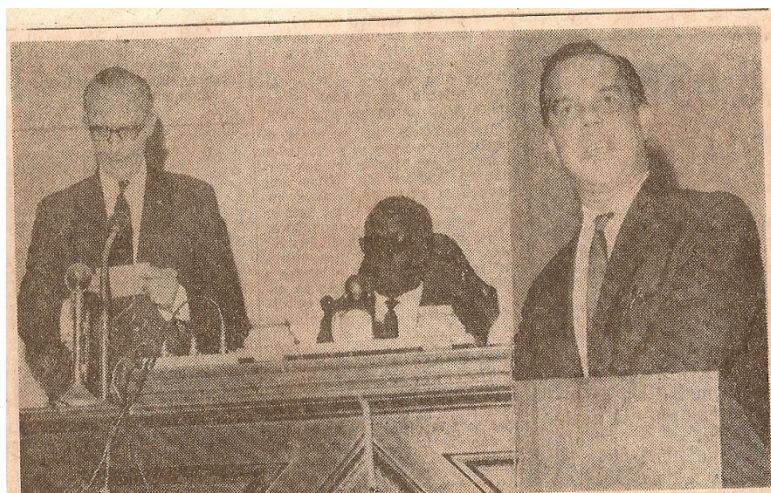
Jangada Nossa Senhora da Assunção e os jangadeiros cearenses no Guaíba, em Porto Alegre, após 127 dias de viagem. Revista do Globo, março de 1952.



Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de julho de 1959.sp.
A.J Renner e Carlos Santos.



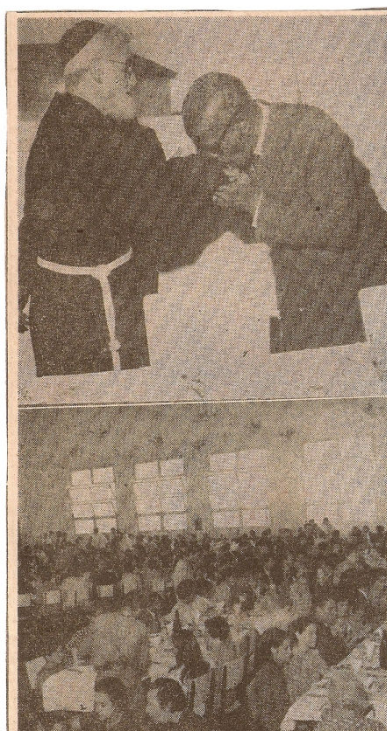
Jornal A Hora. Carlos Santos fala das lutas do passado e do presente. Porto Alegre. 14 de julho de 1960. p.21.



EMBAIXADOR NA ASSEMBLÉIA

O embaixador Ehrenfried von Holleben, da República Federal da Alemanha, visitou ontem à tarde a Assembléia Legislativa, sendo recebido no Plenário. Na montagem fotográfica, vê-se o ilustre diplomata quando pronunciava o discurso de agradecimento, ao lado do deputado Carlos Santos. A direita o deputado Waldir Lopes, quando fazia a saudação em nome da Assembléia

Correio do Povo, Porto Alegre, 10 de maio de 1967, *sp.*



JUBILEU DE FREI ANTONIO

Grandes homenagens foram prestadas domingo a Frei Antônio, antigo titular da Paróquia de Santo Antônio, pelo transcurso de seu jubileu sacerdotal e também pelo seu septuagésimo quinto aniversário natalício. As 2h, com a presença do Arcebispo Metropolitano e de autoridades civis e militares, com a Igreja de Santo Antônio à cumha, teve lugar a missa concelebrada. Frei Antônio foi saudado por D. Vicente Scherer, que ressaltou a relevância de sua atividade sacerdotal. Presente também estava o bispo auxiliar de Caxias do Sul, D. Cândido Bampi, primo do homenageado. Ao meio-dia, nos salões da Paróquia Tênis Clube, Frei Antônio foi homenageado com um banquete por seus paroquianos. As festividades foram abrilhantadas pelo Coral dos Capuchinhos, regido por Frei Gil. As fotos são dois fragmentos das homenagens prestadas a Frei Antônio e mostram um aspecto do banquete e o momento em que o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, dr. Carlos Santos, beijava a mão do homenageado

Correio do Povo, Porto Alegre, 29 de novembro de 1967, *sp.*



HOMENAGEM AO DEPUTADO CARLOS SANTOS — Quarta-feira última realizou-se o coquetel promovido pela Sociedade Floresta Aurora em homenagem ao seu associado dr. Carlos Santos, tendo em vista sua eleição a 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado. O homenageado foi saudado por vários associados, tendo ao final agradecido a prova de amizade de que estava sendo alvo. Na foto, um aspecto

Recepção do deputado eleito na Sociedade Floresta Aurora. Folha da Tarde, 31 de maio de 1960.sp.



DEPUTADOS CONHECEM CANDOMBLE

Joãozinho da Goméia, com suas "lads" Cafira, Minandala, Kitala, Suzi, Bambola, Ilesse Gança, esteve na Assembléia Legislativa para apresentar cumprimentos ao deputado Carlos Santos. O presidente da Assembléia, juntamente

com o deputado Molés Velasquez, recebeu os visitantes, no seu gabinete, ouvindo uma exposição sobre o candomblé da Bahia. Na foto, aspecto dessa visita, vendo-se também o ex-deputado Mosé Caldas.

Joãozinho da Goméia na Assembleia Legislativa do RS. Correio do Povo, 1967.sp.

Em 1967, ano em que assumiria o cargo de Governador. Correio do Povo (1967).



Fonte: Jornal do Brasil, 17/02/1967, p.13.

① Carlos Santos: — É estupidez racismo num país de mestiços

② Alceu Collares sente em sua própria carne este problema

③ Fernando Figueiró recebe manifestações de solidariedade



**RACISMO REPERCUTE
E GERA PROTESTOS**

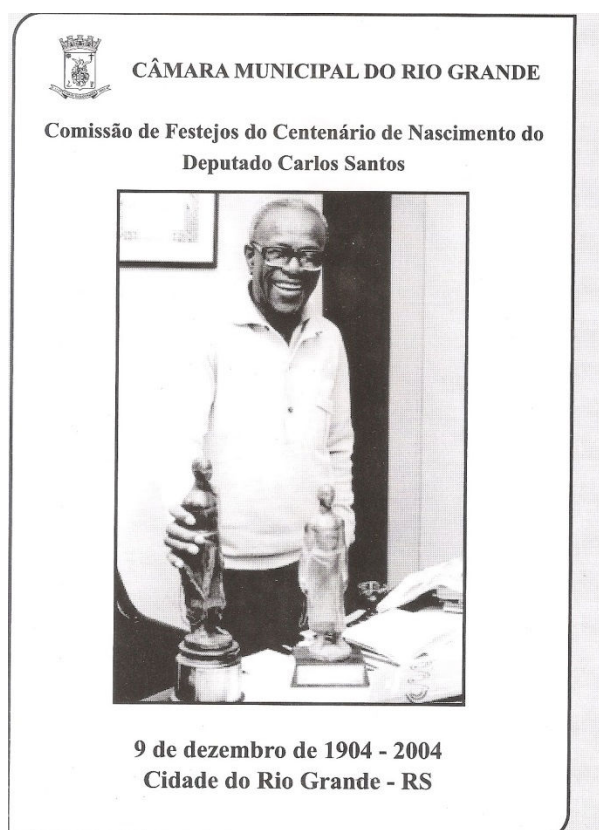
ZERO-HORA, Racismo: revolta é geral. Porto Alegre, 08 de março de 1968, *sp.*



Governador Carlos Santos em Bento Gonçalves – I FENAVINHO. Correio do Povo, Porto Alegre, 1967.sp.



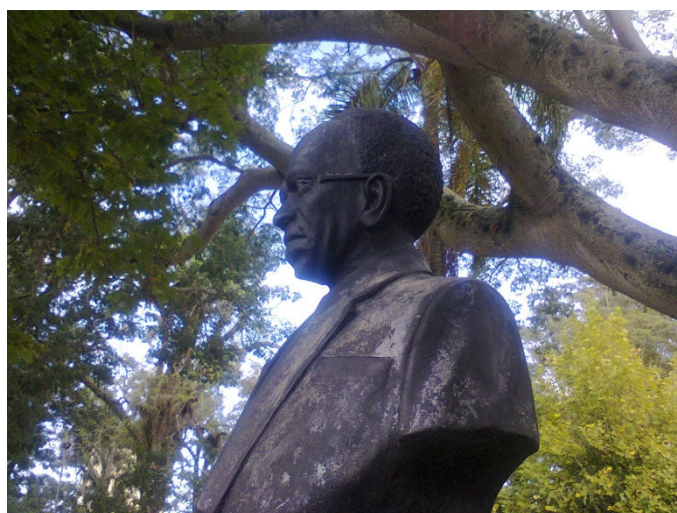
Visita a Terreiro de Batuque, Cidade Baixa, Porto Alegre, sd.
Acervo pessoal Evandoir dos Santos, Associação Negra de Cultura.



Troféu Deputado Carlos Santos, edição 2011. Assembleia Legislativa do RS.



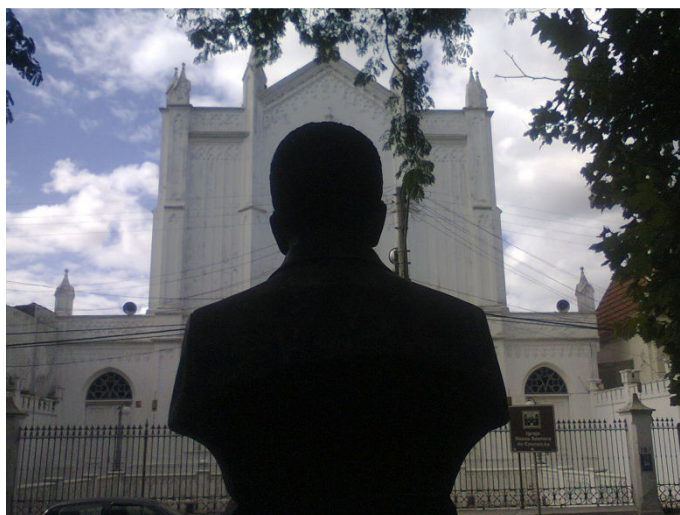
Base do monumento construído em homenagem a Carlos Santos.
Praça Sete de Setembro, Bairro Centro, município de Rio Grande - RS
Foto: Arilson dos Santos Gomes. 26 de abril de 2014.



Monumento, “Busto”, visto de perfil. Rio Grande – RS.
Foto: Arilson dos Santos Gomes. 26 de abril de 2014.



Monumento, “Busto”, vista frontal. Rio Grande – RS.
Foto: Arilson dos Santos Gomes. 26 de abril de 2014.



Monumento, “Busto”, vista contrária.
À frente, Igreja Nossa Senhora da Conceição. Rio Grande – RS.
Foto: Arilson dos Santos Gomes. 26 de abril de 2014.